

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO XVII — FASCÍCULOS 3 e 4



CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
LISBOA
1958

BOLETIM DE FILOLOGIA

Redacção e administração:

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS (Instituto de Alta Cultura).
Av. Cinco de Outubro, 297, 1.º E. Lisboa-1 (Portugal). Presidente da Direcção: Jacinto do Prado Coelho. Director das Publicações: Luís F. Lindley Cintra.

Publica-se, por ano, um tomo de cerca de 400 páginas, dividido em quatro fascículos.

Preços:

A partir do tomo VII: Portugal, Espanha e Brasil — cada tomo, 80\$00, fascículo avulso, 20\$00; outros países — cada tomo, 100\$00, fascículo avulso, 25\$00. Tomos I a VI: Cada tomo, 160\$00, fascículo avulso, 40\$00. O fascículo 2 do tomo I só se vende a compradores da colecção completa.

Sumário:

Artigos

- ANTONIO TORRES FERNÁNDEZ, *Los usos del artículo en «El Victorial» de Gutierre Díez de Games (Contribución al estudio de la sintaxis del castellano en el siglo XV)* — (Conclusão) ... 217-255
- DIEGO CATALÁN, *Hacia un atlas toponímico del diminutivo (finu en la toponimia hispano-románica)* 257-292
- MÁRIO MARTINS, *Livros de Sinais dos Cistercienses Portugueses* 293-357

Miscelânea

- JOSÉ I. LOURO, *Nota toponímica. Etimología de «Gouveia»* 358-361
- VICTOR BUESCU, *Etimologías portuguesas e españolas I:*
1. Port., esp. «acordar / recordar»; 2. Port., esp. «argadilho / -illo», rom. «arghea»; 3. Port., esp. «bari(l)»; 4. Port. «besuntar» / esp. «bisunto»; 5. Port. «chaco»; 6. Port. «esmoucar»; 7. Port. «fintar»; 8. Port. «ichó»; 9. Port., gal. «moela», rom. «múra»; 10. Port. «pescagar» 362-380

Recensões críticas

- DAMASO ALONSO, *Vida y obra de Medrano, I*. DAMASO ALONSO y STEPHEN RECKERT, *Vida y obra de Medrano, II. Edición crítica* (Eugenio Asensio) 381-389

(Continua na pág. 3 da capa)

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TOMO XVII



CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS
LISBOA
1958

ÍNDICE DO TOMO XVII

Artigos

BEAU (ALBIN EDUARD), <i>A realeza na poesia medieval e renascentista portuguesa — IV (Conclusão)</i>	3-19
CATALÁN (DIEGO) <i>Hacia un atlas toponímico del diminutivo (-ín en la toponimia hispano-románica)</i>	257-292
MARTINS (MÁRIO), <i>Livros de Sinais dos Cistercienses Portugueses</i>	293-357
RIBEIRO (JOSÉ ÂNGELO PERAL), <i>*essere, sedere e stare nas línguas românicas</i>	148-176
SERRA (PEDRO CUNHA), <i>Estudos toponímicos</i>	54-65
SKORGE (SILVIA), <i>Os sufixos diminutivos em português (Conclusão)</i>	20-53
TORRES FERNÁNDEZ (ANTONIO), <i>Los usos del artículo en «El Victorial» de Gutierre Díez de Games (Contribución al estudio de la sintaxis del castellano en el siglo XV)</i>	217-256

Miscelânea

BUESCU (VICTOR), <i>Etimologias portuguesas e espanholas I:</i> 1. Port., esp. «acordar / recordar»; 2. Port., esp. «argadilho / -illo», rom. «argeá»; 3. Port., esp. «bari(l)»; 4. Port. «besuntar» / esp. «bisunto»; 5. Port. «chaco»; 6. Port. «esmoucar»; 7. Port. «fintar»; 8. Port. «ichó»; 9. Port., gal. «moela», rom. «múra»; 10. Port. «pespegar»	362-380
DOMINGUES (JOSÉ D. GARCIA), <i>Filólogos Luso-Árabes</i>	184-192
GIESE (WILHELM), <i>Olarias de Bisalhães</i>	177-183
LOURO (JOSÉ I.), <i>Nota toponímica. Etimologia de «Gouveia»</i>	358-361

Recensões críticas

AL-MAGRIBI (IBN SA'ID), <i>Kitab al-Mugrib fi h'ula al-Magrib</i> (José D. Garcia Domingues)	212-215
ALONSO (DAMASO), <i>Vida y obra de Medrano. I. ALONSO (D.) y RECKERT (S.), Vida y obra de Medrano. II. Edición crítica</i> (Eugenio Asensio)	381-389
AUERBACH (ERICH), <i>Literatursprache und Publikum in der lateinischen Spätantike und im Mittelalter</i> (A. E. Beau)	207-210
BARROS (JOÃO DE), <i>Diálogo em louvor da nossa linguagem. Lettura critica...</i> di Luciana Stegagno-Picchio (Maria Leonor Carvalho Buescu)	389-391
BUCHWALD (REINHARD), <i>Goethezeit und Gegenwart. Die Wirkungen Goethes in der deutschen Geistesgeschichte</i> (A. E. Beau)	397-398
ESSEN (OTTO VON), <i>Allgemeine und angewandte Phonetik</i> (José A. Peral Ribeiro)	198-201
GOETHE, <i>Werke: Götz von Berlichingen. 1. Die Geschichte Gottfriedens von Berlichingen, Götz von Berlichingen — Egmont. 1. Text — Wilhelm Meister, Band I, Wilhelm Meisters theatralische Sendung — Dramen und dramatische Szenen vor der Jahrhundertwende (1788-1799), 1. Texte, Teil 1-2 — Faust. 2. Faust, Der Tragödie Erster Teil — Urfaust — Faust, Ein Fragment — Faust, Der Tragödie Erster Teil</i> (A. E. BEAU)	201-202

HASSELROT (BENGT), <i>Études sur la formation diminutive dans les langues romanes</i> (J. I. Louro)	195-198
KAYSER (WOLFGANG), <i>Die Vortragsreise. Studien zur Literatur</i> (A. E. Beau)	210-211
MOMMSEN (MOMME), <i>Die Entstehung von Goethes Werken in Dokumenten</i> (A. E. Beau)	203-205
ROHLFS (GERHARD), <i>Manual de Filología Hispánica</i> (Jorge de Morais Barbosa)	391-392
RUPPERT (HANS), <i>Goethes Bibliothek. Katalog</i> (A. E. Beau)	202-203
SCHELLERT (DIETRICH), <i>Syntax und Stilistik der Subjektstellung im Portugiesischen</i> (A. E. Beau)	392-394
SCHLEGEL (FRIEDRICH), <i>Wissenschaft der europäischen Literatur</i> (A. E. Beau)	205-207
SCHRADER (LUDWIG), <i>Panurge und Hermes. Zum Ursprung eines Charakters bei Rabelais</i> (A. E. Beau)	395-396
SENLE (FRIEDRICH), <i>Wieland</i> (A. E. Beau)	396-397
TAYLOR (JAMES L.), <i>A Portuguese-English Dictionary</i> (J. I. Louro)	193-194
WIESE (BENNO VON), <i>Friedrich Schiller</i> ; GERHARD STORZ, <i>Der Dichter Friedrich Schiller</i> ; URSULA WERTHEIM, <i>Schillers «Fiesco» und «Don Carlos». Zu Problemen des historischen Stoffes</i> (A. E. Beau)	398-402
WILPERT (GERO VON), <i>Deutsche Literatur in Bildern</i> (A. E. Beau)	211-212
<i>Vida do Centro</i>	403-405

Lei 10

A realeza na poesia medieval e renascentista portuguesa

(Conclusão do t. XVI, p. 221)

IV

Nos *Lusíadas*, Camões propõe-se espalhar, cantando, além dos heróicos feitos nacionais,

as memorias gloriosas
Daquelles Reis, que forão dilatando
A Fee, o Imperio, & as terras viciosas
De Affrica, & de Asia, andarão deuastando,
E aquelles que por obras valerosas
Se vão da ley da Morte libertando.

(I, est. 2) ⁽¹⁾.

Sublimados na síntese harmoniosa e perfeição expressiva renascentista da arte poética da epopeia e das líricas de Camões os elementos e recursos tradicionais do estilo culto ainda rudimentares na maioria dos poetas do *Cancioneiro Geral*, estes não podem deixar de se afirmar nos encômios camonianos: a invocação de Ninfas e Musas para inspirarem ao poeta versos condignos das façanhas que pretende celebrar (I 4-5, III 1-2, VII 78 e 83, X 8-9); a modéstia afectada ao chamar aos seus versos *humildes* e *rudes* (nas Odes a Dom Manuel de Portugal, Dom Constantino, Vice-rei da Índia, e ao rei D. Sebastião. *Rimas* ⁽²⁾ pp. 294, 316 e 322, *Lus.* I 4); as referências, a cada passo e mais abundantes e variados do que em qualquer poeta português anterior, aos heróis mitológicos da antiguidade clássica, para caracterizar ou enaltecer os nacionais. A esse respeito,

⁽¹⁾ Ed. de 1572.

⁽²⁾ Ed. organizada por Álvaro J. da Costa Pimpão, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1953 (indicada abreviadamente, daqui por diante, com a sigla: R).

prevalece em Camões a consciência da superioridade imperial portuguesa a todos os triunfos de assírios, persas, gregos e romanos (I 24, II 44-46, V 86). Já o rei D. Afonso Henriques, ao derrotar, com «tam pequeno poder, tam pouca gente» a supremacia dos Mouros, alcançou glória maior do que, em condições idênticas, a Alexandre e César teria sido possível conseguir (VIII 12); a fama da liberalidade de D. Dinis «escurece» a de Alexandre Magno (III 96); o Infante Santo, D. Fernando, ao sacrificar a liberdade «por amor da pátria» e por respeitar «mais o público bem que o seu», fez mais do que outrora fizeram Codro, Cúrcio e os Decios quando sacrificaram a vida à vitória das suas hostes (IV 52 e 53); D. João III leva a palma a Alexandre Magno, porque «sustentar, mais que adquirir, se estima», e a Adriano, visto que «mais observante foi da Lei de cima» (Soneto 161, à sepultura del-Rei D. João III, R 212).

Esta consciência da superioridade imperial portuguesa, expressa nas crónicas dos Descobrimentos e das Conquistas que serviram de fontes a Camões, e vivida na sua peregrinação pelo império português, estende-se ao valor que à sua epopeia e à sua própria dignidade de poeta atribui. Ao exclamar:

Cessem do sabio Grego & do Troyano,
As nauegações grandes que fizerão:
Callese de Alexandro, & de Trajano,
A fama das victorias que tiuerão;
Que eu canto o peyto illustre Lusitano.
A quem Neptuno, & Marte obedeçerão:
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se aleuanta

(I 3),

e ao assegurar a D. Sebastião

(...) não vereis com vãs façanhas
Fantasticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engra[n]decerse desejosas,
As verdadeiras vossas sam tamanhas,
Que excedem as sonhadas fabulosas (...)

(I 11), (3)

(3) Cf. os versos atribuídos a Vasco da Gama, ao aludir, enaltecendo a sua viagem, à *Odisseia* e à *Eneida*:

A verdade que eu conto, nua & pura,
Vence toda grandiloca escriptura (V 89).

o poeta pretende não só igualar, como até ultrapassar Homero e Virgílio. A orgulhosa ambição corresponde a consciência elevada da função da poesia e da missão do poeta. Ao recorrer com insistência ao tópico de *armas e letras*, louvando nomeadamente os altos exemplos de Alexandre e César que «Nunca (...) nas confusas / / guerras deixaram o estudo em breve espaço» (Elegia VIII, R 275), — o primeiro «lia (...) a Homero de maneira / Que sempre se lhe sabe aa cabeceira», e o segundo, «nũa mão a pena, & noutra a lança, / Igoalaua de Cicero a eloquencia» (*Lus.* V 96) —, não se limita a equiparar a grandeza que a reinos e impérios deu o «valor de esforço» com a que devem a «varões nas letras espantosos» (Soneto 161, R 213) ⁽¹⁾. Na concepção de Camões — que a si próprio se caracteriza de «braço aas armas feito» e «mente aas Musas dada» (*Lus.* X 155) —, o valor das letras é nitidamente superior ao das armas: «mais co saber se vence que co braço» (Elegia VII, R 275); e, assim, o poeta Homero é superior ao herói Aquiles, cujas façanhas canta: «Não tinha em tanto os feitos gloriosos / De Achilles, Alexandro na pelleja, / Quanto de quem o canta, os numerosos / Versos, isso so louua, isso deseja» (*Lus.*, V 93). É ao canto do poeta que a glória humana deve a sua imortalidade. Ao celebrar Dom Manuel de Portugal, afirma: «sacro o nome vosso / farei, se algũa cousa em vosso posso», e continua:

O rudo canto meu que ressuscita
as honras sepultadas,
as palmas já passadas
dos belicosos nossos Lusitanos,
para tesouro dos futuros anos,
convosco se defende
da lei Leteia, à qual tudo se rende

(Ode VII, R 294).

A consciência elevada que Camões tem da sua missão e dignidade de poeta e do seu mérito, por cantar a «gloria e fama» dos navegadores portugueses (que mais o merecem do que as aventuras de Ulisses e Enéias glorificadas por Homero e Virgílio), a consciência de ser ele «quem os faz cantando gloriosos» (*Lus.* VII 82), manifes-

⁽¹⁾ Cf., nos *Lus.*, as referências à «clara Grecia», gloriosa «não menos por armas, que por letras», e à «soberba Veneza» «de gente sublimada / Não menos nos engenhos que na espada» (III 13 e 14).

ta-se, na sua expressão mais orgulhosa, embora aparentemente velada, nos versos

Aas Musas agradeça o nosso Gama
O muito amor da pátria, que as obriga
A dar aos seus na lira nome & fama
De toda a illustre & bellica fadiga :
Que elle, nem quem na estirpe seu se chama,
Caliope não tem por tão amiga,
Nem as filhas do Tejo, que deixassem
As tellas douro fino, & que o cantassem.

Porque o amor fraterno & puro gosto
De dar a todo o Lusitano feito
Seu louvor, he somente o prosuposto
Das Tagides gentis, & seu respeito

(V 99 e 100).

Entretanto, o poeta não celebra e glorifica nem exclusiva, nem incondicionalmente. Avesso a engrandecer a «quem o não mereça», os maus governantes interesseiros e ambiciosos, hipócritas, desumanos e injustos (VII 83-86), negando-se a adular para ser agradecido (*ib.* 83; Oitavas II, a Dom Constantino, vice-rei da Índia, R 316), limita-se a cantar aqueles

que aventurâo
Por seu Deos, por seu Rei, a amada vida
Onde perdendoa, em fama a dilatâo
Também de suas obras merecida.

(Lus. VII 87.)

Se é lícito ver na consciência que o poeta tem do seu próprio valor e do poder imortalizador da sua poesia, e no direito que se vindica de decidir sobre quem merece ser ou não glorificado pelos seus versos, outra manifestação da atitude moralizadora que se observam nos poetas do *Cancioneiro Geral*, não há dúvida de que esta atitude se manifesta em Camões mais vigorosa e ao mesmo tempo mais sublimada. E enquanto aqueles poetas se limitavam a louvar, lamentar ou exortar, cantando, Camões passa a censurar e até a vituperar. É sob este duplo aspecto da sua atitude, tanto inclinada a elogiar como a censurar, que a realza é evocada nos seus versos.

É certo que Camões, no dizer de Hernâni Cidade, «era formado em ambiente quinhentista, de engrandecimento do poder real, que

na pessoa que o incarnava se revestia de majestade, sensível, p. ex., no estilo com que o Gama se dirige ao Rei Melindano :

Sublime Rei, a quem do Olimpo puro
Foy da suma justiça concedido,
Refrear o soberbo pouo duro,
Não menos delle amado que temido (...)

(Lus., II 79). ⁽⁵⁾

São do mesmo estilo as palavras dirigidas ao Samorim, enaltecido como «potente Emperador» e «grande Principe» :

em ti da India toda
O principado está, & a magestade.

(ib. VII 58, 59, 60.)

E poderiam acrescentar-se os versos que descrevem a aparência sumptuosa e a indumentária ricamente ornamentada destes imperantes : o rei de Melinde :

de ricos vestidos adornado,
Segundo costumes, & primores.
Na cabeça hũa fota guarnecida,
De ouro, & de seda, & de algodão tecida.

Cabaya de Damasco rico, & dino,
Da Tíria cor, entre elles estimada,
Hum colar ao pescoço de ouro fino,
Onde a materia da obra he superada,
Cum resplendor reluze Adamantino,
Na cinta, a rica adaga bem laurada.
Nas alparcas dos pés, em fim de tudo,
Cobrem, ouro & aljofar ao veludo

(II 94-95).

e o Samorim : —

Hum pano de ouro cinge, & na cabeça
De preciosas gemas se adereça.

(VII 57.)

⁽⁵⁾ H. Cidade, *Luís de Camões, II, O épico*, Lisboa, 1950, p. 69. Na 2.^a ed. do livro, de 1953, o texto foi remodelado e aumentado por citações de tratadistas coevos (pp. 66 e sg.).

Entretanto, além de o enaltecimento do poder real, por H. Cidade assinalado, se cingir ao estilo épico — como ele próprio dá a entender, apontando para estes versos de Virgílio: «O Regina, (...) cui (...) Justitia (...) dedit gentes frenare superbas!» (*Aen.* IV 522/23) —, é curioso que a descrição dos cortejos, da indumentária e das insignias régias em Camões se limitam ao ambiente oriental. Se não hesita em distinguir os reis exóticos por atributos idênticos aos que emprega para apostrofar ou qualificar os príncipes portugueses, nunca passa a imprimir à evocação poética dos vultos destes feições tão concretas, pitorescas e características como o são as que enriquecem a aparência dos reis orientais na epopeia.⁽⁶⁾

Acontece ainda serem precisamente os príncipes orientais que aparecem nos versos de Camões distintos por maior número e variedade de atributos elogiosos — mais do que os próprios reis portugueses. Assim, o poeta louva, no rei de Melinde, a sua bondade, condição liberal, sincero peito, magnificência grande e humanidade (II 71, 82), a sua nobreza (II 79), sua piedade (II 104), generosidade (II 107), e qualifica-o de nobre (II 78), sublime (II 79), ilustre (II 85), subido (II 96) e famoso (VI 2), de benigno (II 75, 104, e VI 3), e bom (VI 4), de amado e temido (II 79), porto mui forte e mui seguro (II 79) e refúgio bom, fido e jucundo (II 105); e no Samorim, potente imperador e grande príncipe (VII 58), está concentrada «da India toda / o principado (...) e a magestade» (VII 60). Destes atributos cumulados nos potentatos exóticos, alguns são igualmente reconhecidos aos príncipes portugueses, nomeadamente os de gram (grande) subido e ilustre a D. Afonso Henriques (III 53, 68, 74, 36) e D. Manuel I (VII 60; IV 66, 79), o de sublime aos mesmos reis (III 74; II 80) e a D. João I (VI 51), D. João II (IV 59), e D. Sebastião (I 15), o de ilustre ainda a D. João I (IV 2) ao infante D. Pedro (VIII 37) e ao vice-rei D. Constantino (*R* 316), o de famoso a D. Afonso Henriques (III 84), D. Dinis (III 96), D. João I (IV 21) e D. João II (IV 60). Como generosos são qualificados os infantes D. Pedro e D. Henrique (VIII 37); como amados, estimados, queridos ou bemquistos, D. Afonso Henriques (III 46), D. Afonso II (III 90) e D. Manuel I, a quem chama ainda temido e amado (*X* 144); poderosos ou potentes, são-no D. Manuel I

(6) Só ao descrever o encontro entre o rei de Melinde e Vasco da Gama — e certamente por razões de equilíbrio estético — não deixa de completar o quadro, salientando também o fausto da aparência do português (II 97 e sgs.).

(I 51, II 46), e D. Sebastião (I 6 e sgs.), também considerado como amparo seguro do seu povo (I 6, R 32, 322).

De outros atributos que em Camões acompanham os nomes régios portugueses, os mais frequentes são os de forte — D. Afonso Henriques (*Lus.* III 35, 69), D. Sancho I (*ib.* 85), D. Afonso IV (*ib.* 98 e 101), D. João I (IV 21 e VI 47), e D. João II (IV 59) —, valente ou valeroso — D. Afonso Henriques (III 68, 84), D. Sancho I (*ib.* 85), D. Afonso IV (*ib.* 108) e, em forma perifrástica, D. João I (IV 23) —, e alto — D. Afonso Henriques (III 46), os filhos de D. João I (VI 50), D. Manuel I (II 80), e D. Sebastião (R 320) —, excelente — D. Afonso Henriques (III 46, VII 12), e D. Afonso IV (III 98) — e ditoso — D. Sancho I (III 76), D. João I (VI 50), e D. Afonso V (VI 54). Como triunfante ou vitorioso, aparecem apenas D. Afonso Henriques (III 83) e D. Afonso V (IV 55), como gloriosos só D. Afonso IV (III 118) e D. João I (IV 45), como ínclitos, além dos filhos de D. João I (IV 50), D. Manuel I (*ib.* 77). Reduz-se a uma única vez o emprego dos atributos de firme e sereno — D. Afonso IV (III 99) —, animoso — D. João II (IV 59) —, claro e zeloso — D. Afonso Henriques (III 33, VIII 11) —, constante — D. Constantino (R 316) —, magnânimo — D. João I (IV 38) —, altivo e conquistador — D. Manuel I (IV 66, 67) —, e soberano — D. João II (IV 59). O rei mais epitetado por estes atributos é D. Afonso Henriques, seguindo-se-lhe a esse respeito D. João I, D. Manuel I, D. Sebastião, e D. João II. O convencionalismo do processo adoptado pelo poeta ressalta particularmente na descrição da beleza da rainha D. Maria de Castela, filha de D. Afonso IV, apresentada como «formosíssima», de «lindo gesto», «cabelos angelicos», «eburneos ombros», «timida» e «gentil» (III 102, 105, 108).

Comparada com a celebração poética dos heróicos descobridores e conquistadores, suas façanhas, os perigos elementares enfrentados e as adversidades vencidas, e igualmente glorificados por epítetos panegíricos e considerados como superiores aos heróis e príncipes da Antiguidade, a evocação dos reis portugueses e dos seus feitos — com excepção de D. Afonso Henriques — sai geralmente menos viva e pouco característica.

Nota-se, porém, em Camões, certa propensão para, através dos epítetos, diferenciar e individualizar as personalidades régias nos *Lusíadas* de acordo com a tradição histórica, ao apelidar de «o brauo» D. Afonso III que «em dilatar [o Reino] cuida» (III 94), ao enaltecer como «magnanimo guerreyro» D. João I, companheiro de armas

dos seus vassallos (*ib.* 38), ao qualificar de «aventuroso» D. Manuel I (*ib.* VIII 71), e, sobretudo, ao salientar as feições e atitudes censuráveis de D. Afonso Henriques, «soberbo & ouante» (III 73), D. Sancho II «manso & descuidado», não «soberano», não «excellente» e «sempre ao ocio dado» (III 91, 93, 94), D. Afonso IV, príncipe «pouco obediente» e rei «soberbo» (III 98 e seg.), D. Pedro I ora «duro & injusto», ora «justo & duro» como «castigador regoroso» e «justiçoso» (III 136 e sgs.), D. Fernando I, «brando», «remisso, & sem cuidado algum», «fraco», responsável de «descuidos» «peccados» (III 138 e sgs., IV 2, 17), D. Afonso V «ambicioso», «tocado de ambição» (IV 58, 57), e D. Manuel I, ingrato, arbitrário, injusto e duro (X 23 e sgs.).

No conceito camoniano da realeza confundem-se elementos tradicionais com os da actualidade imperial⁽¹⁾. O rei é o símbolo da Pátria, do vigor da unidade do reino e supremo agente do valor nacional. Levantar-se contra ele e a Pátria, é maior crime do que o fratricídio o seria (IV 32). Espera-se, porém, que o próprio rei tenha a consciência da sua dignidade e responsabilidade porque

o Reino, de altiuo, & costumado
A senhores em tudo soberanos,
A Rei não obedece nem consente
Que não for mais que todos excelente.

(III 93).

«Co Rei se muda o pouo», diz Nun'Álvares (IV 17), e o próprio poeta, ao comentar a brandura e inércia de D. Fernando I, afirma: «um fraco Rei faz fraca a forte gente» (III 138). Ao dirigir-se a D. Sebastião, protector e defensor do reino — «bem nascida segurança / Da Lusitana antiga liberdade» — e ao mesmo tempo «esperança / De aumento da pequena Christandade», «poderoso Rei», cujo «alto Império» se estende das mais remotas partes orientais até aos confins do hemisfério ocidental, recorda a excelência do povo e nomeadamente dos vassallos que, ao serviço dos reis seus antepassados, foram os obreiros da grandeza nacional e imperial (I 6 e sgs.), e no final da epopeia, ao salientar a sua condição de «por diuino / Conselho (...) no registo solio posto», lembra-lhe ser «Senhor so de vassallos excellentes», dedicados e abnegados ao sacrificarem-se ao seu serviço, e exorta o príncipe a cuidar deles, favorecendo-os,

(¹) Cf. o cap.^o sobre a «Realidade objectiva» dos *Lusiadas*, na 2.^a ed. do livro cit. de H. Cidade.

estimulando-os e apoiando-se neles (X 146 e sgs.). Através dos *Lusiadas*, o poeta dá particular relevo à acção dos vassalos, nomeadamente de D. Afonso Henriques, D. João I, e D. Manuel I.

Mais do que qualquer poeta anterior, acentua a correlação que existe entre o rei e o povo.

Anàlogamente ao procedimento que leva o poeta a enaltecer sob este aspecto as virtudes de alguns príncipes e a censurar os vícios de outros, o seu respeito pelo estado «superior» da realeza não exclui a consciência da sua condição precária, porque os reis não podem prescindir de conselheiros ou privados, nem sempre leais e desinteressados, dos seus abusos, que os levam à injustiça e à tirania, e da vaidade da glória ambicionada e transitória. Se, para governar bem, o rei deve «olhar que os conselheiros, ou priuados / de consciencia, & de virtude interna, / E de sincero amor sejam dotados», cuidando de não ser iludido pelas aparências da humildade afectada (VIII 54 e sg.), e se fazem «claro» o rei os servidores que dominam a cobiça, a ambição e a tirania egoísta e defendem a paz interna e externa do reino (IX 93 e sgs.) — mal procedem os reis que «a priuados / Dão mais que a mil, que esforço & saber tenham» (VIII 41), e tornam-se despóticos e arrogantes os príncipes que, rodeados por bajuladores, «cuja vontade / Manda mais que a justiça & que a verdade», e «embebidos / Nua apparencia branda que os contenta», deixam de premiar o valor, para premiar a adulação servil e hipócrita (X 23 e sg.). São esses mesmos privados interesseiros e falsos conselheiros que, cobiçosos e «Simulâdo justiça, & integridade: / Da fea tyrania, & de aspereza / Fazem direito, & vã seueridade»; sucede assim que «Leis em fauor do Rei se estabelecem, / As em fauor do pouo so perecem» (IX 28). A «sede cobiçosa» dos reis, de «querer dominar e mandar tudo, / Com fama larga e pompa sumptuosa», apontada e desprezada nas Oitavas (I) *Sobre o desconcerto do mundo* (R 311), é «Dura inquietação dalma & da vida / Fonte de desamparos & adultérios, / Sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de reinos, & imperios» (IV 96). O mando ambicionado, a fama e a glória, ora enaltecidas, ora vituperadas, são frágeis e inconstantes, sujeitas à instabilidade da Fortuna que «em todos tem poder» (R 315):

César dirá: Sou digno de memória;
vencendo vários povos esforçados
fui Monarca do mundo; e larga história
ficará dos meus feitos sublimados.

É verdade ; mas esse mando e glória
lograste-o muito tempo ? Os conjurados
Bruto e Cássio o dirão que, se venceste,
enfim, enfim, às mãos dos teus morreste.

(Oitavas II, R 311.)

É certo que tanto para enaltecer a realeza como para vituperar os abusos e a cobiça do mando, Camões recorre a expressões tópicas. Há modelos literários não só para o encômio como ainda para a diátribe do velho do Restelo ⁽⁸⁾. Entretanto, é característica, na poesia de Camões, a simultaneidade dos elementos apoteóticos e críticos da realeza, independentemente da expressão casual de observações, ambições e desenganos pessoais. Para além da antinomia extrínseca perceptível nos poetas do *Cancioneiro Geral* e seus contemporâneos, determinada pelo contraste entre a grandeza e a inconstância do poder, a glória e a condição humana dos reinantes, a antinomia assinalada pela simultaneidade de elementos antagônicos na evocação poética da realeza, em Camões, é intrínseca à própria função régia. Revela-o particularmente a situação de D. Afonso IV no episódio de Inês de Castro (III 122 e sgs.), o dilema em que o rei «sesudo» e «benigno» se vê envolvido entre as exigências do seu povo, que, para salvaguarda da integridade do reino, reclama a morte da amante do herdeiro, e as virtudes régias da piedade e clemência, que acabam por ser subjugadas pela vontade do povo.

Não é novo, neste episódio, o conflito provocado pelo triunfo — embora efêmero — da beleza sobre o poder, e da comoção humana sobre as imposições do ofício régio. O que é novo, porém, é o triunfo — e este definitivo — da razão-de-estado sobre os impulsos humanos.

Anteriormente a Camões, o conflito, igualmente relacionado com a sorte de Inês de Castro, já foi salientado por Garcia de Resende nas *Trovas* à morte desta. Ao lado do aspecto sentimental dos seus destinos que, depois da morte miserável, a elevaram a rainha, acentua o aspecto político e moral ao evocar a situação do rei perturbado no cumprimento da sua «lei», seu dever real, pelo dilema de — como visto pelas instâncias da condenada — ceder à virtude régia da pie-

(8) Rebelo Gonçalves, *A fala do Velho do Restelo*, in — *Dissertações Camoëanas*, São Paulo, 1937, pp. 91 e sgs.

dade clemente ou de—censurado pelos conselheiros—proceder com o rigor inexorável imposto para salvar a própria autoridade entre os súbditos e justificado por se tratar de «justa querela» destinada a manter a paz do reino. Perante esta alternativa entre a clemência humana e o interesse político—ambos inerentes ao desempenho da função régia—, o rei sente-se «mui torrado por se em tais extremos ver, / e que avia de fazer / ou um ou outro forçado» (CG V 357 e sgs.). O último destes versos, ao exprimir que em qualquer caso a decisão do rei era «forçada», assinala a existência de uma antinomia imanente ao próprio ofício da realeza e patente na situação do príncipe obrigado a pronunciar uma decisão definitiva e justa. A atitude passiva do rei que se subtrai à decisão, deixando ao mesmo tempo de impedir a execução—«fazei-o sem mo dizer, / qu'eu nisso não mando nada» (*ib.*)—, equivale à abdicação da arbitragem régia perante as imposições da razão-de-estado. Resignado, o próprio rei admite que o conflito não tem solução justa. A antinomia assinalada revela-se absoluta.

Tratando-se de uma situação dramática, não admira que o conflito tenha a sua realização culminante, mais expressiva e característica na *Tragédia Castro*, de António Ferreira.

Embora sem originalidade poética, e recorrendo nos epítetos distintivos dos reis a elementos já generalizados, António Ferreira é todavia mais verboso e expansivo nos seus penegíricos do que qualquer outro poeta português. Assim, D. Afonso Henriques aparece como grande, e vitorioso defensor e libertador da pátria; seus «altos sucessores» são considerados «os nossos Scipião» (Carta III, a Luís Gonçalves da Câmara, *Poemas Lusitanos* ⁽⁹⁾ II 138 e sg.); D. João I distingue-se pela sua «fortaleza», chegando a ser «glória imortal dos Lusitanos, / Pranto, e terror dos Africanos» (Epitáfio, PL II 194); D. João II foi «Rei santo», «Amor dos bons, dos maus terror, e espanto, / A cujo nome África tremia (Epitáfio, *ib.* 195); D. Manuel I, «grande», «alto», «honra do Mundo» (Epitalâmio, *ib.* 4, 10, 13), «em todo (...) ditoso» (Epitáfio, *ib.* 196); D. Sebastião é classificado de «bemaventurado», «grã Rei» (Carta I, *ib.* 117, 122), de «bom», «grande, prudente, justo» (Carta III, a Luís Gonçalves da Câmara, *ib.* 140); o Cardeal Infante D. Henrique, na regência,

(9) Ed. organizada por Marques Braga, na Colecção de Clássicos Sá da Costa, 2 vols., Lisboa 1939-40.

conservando «em justiça, e em liberdade» os reinos d'aquém e além mar, é louvado como «príncipe raro» (Carta II, *ib.* 125, 132); D. João de Lancastro, filho do duque de Aveiro, é apostrofado de «humaníssimo» (Carta IX, *ib.* 83): o infante D. Duarte é-o de «grande», «claro», espírito «raro» e «glorioso» (Carta XIII, *ib.* 111, 113, 115): «Príncipes altos» são os noivos Alexandre Farnese e a infanta D. Maria, de «clara fama» o pretendente, e «claríssimos» a princesa, os seus pais e a avó D. Isabel (Epitalâmio, *ib.* 3, 8, 10, 11, 13).

António Ferreira gosta de intensificar os seus panegíricos por perifrases e desenvolvendo os atributos enaltecidos. Ao exaltar D. João I, diz: «Lido seu nome, dirás que é baixeza / o que antes tinhas por heróica glória» (Epitáfio, *ib.* 195). Ao qualificar de «grã Rei» D. Manuel I, acrescenta «que o mar abrindo / Lhe mostrou novo Mundo» (Epitalâmio, *ib.* 12). Dirigindo-se ao infante D. Duarte, exclama: «O teu Real exproito, em que se cria / Nova luz, nova Glória a Apolo, a Marte» (Carta XIII, *ib.* 111). E não falta a afirmação de que as virtudes reconhecidas excedem os dons do poeta para condignamente as celebrar. Ao enaltecer D. João de Lancastro, isento de vaidade entre as vaidades que o rodeiam, conhecendo e seguindo todas as verdades, humilde entre os soberanos, confessa: «eu não basto / A título lhe dar tão dino» (Carta V, *ib.* 55). Por outro lado, não deixa de salientar o poder imortalizador da poesia: — Ulisses deve a fama imortal não aos seus triunfos, mas unicamente ao canto de Homero (Carta VIII a Pero de Andrade, *ib.* 77). Relaciona-se esta ideia com a afirmação da superioridade das Letras sobre as Armas, expressa na Carta dirigida ao Cardeal-Infante D. Henrique, onde se classificam de «Mais gerais, mais constantes pregoeiros» do que as insígnias e os monumentos da glória «os bons versos, que contino falam, / E duram té os dias derradeiros. / Nem as vitórias, nem as grandezas calam / dos claríssimos Reis de Glória dinos, / E o passado ao presente tempo igualam», pedindo-se a protecção régia para «boas artes / Que o tempo vencem, que tudo consume» (*ib.* 130, 132).

A esse respeito são particularmente interessantes, por mais expressivos, os elogios de D. Dinis e D. João III. O primeiro, «paz de Reis, e amor das gentes», «nunca assaz louvado», «regeu, edificou, lavrou, venceu, / Honrou as Musas, poetou, e leu», sendo as suas insígnias características «cetro, picão, livro, espada, arado» (Epitáfio,

ib. 193 e sg.) ⁽¹⁰⁾ D. João III, «por grã mercê de Deus (...) dado a estes Reinos», pela mão de Deus posto «em seu lugar (...) na terra», «vencedor da braveza de Neptuno, / Senhor de Seu Tridente», inspirando amor e medo aos estrangeiros, e cujo «bom nome» se «ama e espanta / E soa desd'um pólo ao outro pólo», «luz clara de infieis», «coluna firme / da católica Fé», «cristianíssimo», «boníssimo», «fortíssimo», «paz do reino», todavia não é louvado pelos seus feitos, mas pelas suas virtudes de justo, clemente, pacífico, «pai da pátria», mais do que Bruto, Augusto ou Trajano ⁽¹¹⁾, amigo, fortaleza grande e glorioso exemplo imortal (Carta I, a D. João III, ib. 33 e sgs.), igualmente distinto por armas e letras, governando as armas com as letras (Carta II, a Pero de Alcáçova, ib. 41). Elogia o mestre de D. Sebastião, Luís Gonçalves da Câmara, porque ensina ao príncipe que é preciso temperar «com Febo (...) a ira a Marte», para ser «Rei Cristão, Rei verdadeiro, / Que a si reja primeiro, a si obedeça, / Porque dos outros seja Rei inteiro, / No qual o Mundo veja, e reconheça / Que ãa cousa é espantoso, outra é ser grande» (Carta III, ib. 135). São, aliás, as virtudes largamente analisadas e apregoadas nos Regimes de Príncipes, p. ex. na *Institutio Sebastiani*, expressamente redigida para a instrução de D. Sebastião, por Diogo de Teive, e em *De regis institutione et disciplinis*, de D. Jerónimo Osório.

Sentencioso, António Ferreira desenvolve nos seus argumentos explícitos os seus conceitos da origem e função da realeza e das virtudes régias ⁽¹²⁾, nomeadamente na Carta dirigida a D. Sebastião. Instituído por Deus para, pastor da sua grei, servir de seu guia e defensor, e autor, representante, amparo e realizador da lei, o rei é eleito pelo povo que nele delega os seus poderes, prometendo-lhe obediência e lealdade, ao passo que o príncipe se compromete a vigiar pela justiça e paz e pelo bem-estar do reino. Sujeito o povo

⁽¹⁰⁾ Cf. ainda os versos pelos quais o Infante, na Castro, celebra o mesmo rei como «Forte, prudente, e santo (...) / (...) em armas claro, e em letras (ib. 216).

⁽¹¹⁾ Em A. Ferreira, como em Camões, a comparação da grandeza régia com a dos exemplos clássicos é extensiva a heróis como Afonso d'Albuquerque, igualado a Alexandre, César, Cipião, por ser liberal, casto, clemente, e triunfador glorioso (Elegia VI, PL I 166, Epitáfio, ib. II 198).

⁽¹²⁾ Cf. Dionysia Camões, *António Ferreira e as idéas políticas da Renascença*, Coimbra, 1924.

ao rei, este por sua vez é sujeito à «razão» da lei que outorga e à qual ele próprio deve obediência :

Não é nome de Rei título novo :
Com ele começou o Mundo, e dura ;
.....

Depois que daquela alta fermosura
Caiu o primeiro homem, e a triste sorte
O envolveu nesta sombra grossa, e escura,
Fugiu a luz, entrou armada a morte :
Cumpriu nova vigia, guarda, e lei,
Qu'ao cego mostre a luz, e obrigue o forte.
Elegeu Deus Pastor à sua grei,
Viu também a razão necessidade,
Eis aqui eleito Rei, eis outro Rei.
Conforme, e junto o povo numa vontade
Num só, por bem comum, pôs seus poderes,
Prometendo obediência, e lealdade.
Obrigaram suas vidas, seus haveres,
Prometeu o bom Rei justiça, e paz,
E remédio, e socorro a seus mesteres.
Dali sujeito ao Rei o povo jaz,
Dali sujeito o Rei à boa razão
Da mesma lei, que em si esta força traz.
A quem todos seus bens, e vidas dão
Pelos livrar d'injúria, e de violência,
Se lhas ele fizer, a quem s'irão ?
Seja juiz a justa consciência,
E aquele santo, e natural preceito ;
Deve à lei, o que a fez, obediência.

.....
Pôs Deus na mão do Rei a vara alçada
Para guia do povo errado, e cego,
Mas não foi só à sua vontade dada.
Como destro piloto no alto pego
Com o leme guia a nau, ora a ùa parte,
Ora a outra a desvia do veu cego :
Ali não valem forças, val só arte
.....

Aquele, que suavemente ordena
Todas as cousas, olha com que amor
Paga o bem logo, e devagar condena.
Não se acha ali respeito, não fervor,
Tanto val cada um, quanto merece,
Iguais ent'ele são servo, e senhor

(ib. 120 e sgs.).

Dada a fragilidade da condição humana, que é comum aos reinantes e seus súbditos, o poder na Terra não vale por si mesmo. Pretende-se que, devoto, consciencioso, dominando-se a si próprio, o rei, ao imparcialmente fazer justiça, mais se imponha em virtude do seu exemplo moral do que pela força do seu poder secular :

Corte o bom Rei primeiro por si, corte ;
 Mais vence o exemplo bom que o ferro, e fogo,
 Não pode errar quem contra si é forte.
 Nem a própria afeição, nem brando rogo
 Tire a força à razão, e à igualdade :
 Não se lhe faça sempre falso jogo

(ib. 122).

É que só a razão deve guiar o rei nas suas decisões, e não deve ser a vontade que as determina, pois esta, susceptível de errar, pode levar à «injusta e cruel guerra» :

Sòmente em Deus razão é a vontade.
 Absoluto poder, não o há na terra,
 Qu'antes será injustiça, e crueldade

(ib.).

É preciso que a «inclinação» seja «boa» :

Tanto val, tanto pode o santo intento,
 Que só por si honra, e louvor merece,

 E quando humanamente erro acontece,
 (Quem pode acertar sempre ?) a culpa é leve ;
 E todo bom juiz a compadece

(ib. 123).

Fundado o «bem comum» no coração régio, o rei não poderá proceder mal, será amado do seu povo, e, magnânimo e generoso, será «bom» rei, «pai da pátria», «grande», «augusto» :

Ledo, e fácil em crer, e em julgar bem,
 Imigo de todo ânimo dobrado.
 Sempre a mão larga, sempre aberto tem
 O generoso ao prémio justo,
 E triste, e vagaroso à pena vem

(ib. 123 e sg.).

É, em verso, a síntese da concepção moral da realeza, para além dos panegíricos dos príncipes. O ponto mais interessante é marcado

pelo verso «Absoluto poder, não o há na terra», e pela indicação da fragilidade moral da condição humana dos reis, susceptíveis de errarem no desempenho das suas funções. Se a colaboração dos bons conselheiros e a própria consciência da responsabilidade do ofício régio podem atenuar as consequências que derivam desta situação da realeza, não eliminam o seu condicionalismo.

É este o aspecto da realeza que aparece concretizado, desenvolvido e aprofundado na *Castro*. Caracterizada como «cativeiro» a situação do príncipe obrigado a renunciar à liberdade dos seus afectos — por sua vez considerados, pelos advogados da razão-de-estado, como outra «prisão» — o Infante revolta-se contra as imposições do reino que dele exigem que domine a sua vontade. Colocado entre o amor humano e a honra régia, a paixão e o dever, não quer ser «cativo», pretende fazer «o que costuma / Qualquer do povo seu» (Acto I, PL II 218 e sgs.). Recusando-se a sacrificar o bem individual ao bem comum, não pode deixar de acabar por perder a sua felicidade e por abalar a paz do reino. O rei, perante o mesmo dilema, alegando que é «homem» quando lhe lembram que é rei, oscila entre a consciência (à qual repugna fazer o mal «por quantos bens / Se possam daí seguir») e a imposição de deixar de fazer o bem pelos males que pode originar, fica irresoluto perante a crueldade contra o bem particular, que é justiça para o bem comum, hesita entre ser clemente sem parecer fraco e ser severo sem ser injusto e, inclinado à piedade que prefere perdoar a ser injusto e impellido para uma justiça que prefere ser cruel a ser transigente (Acto II, *ib.* 243 e sgs.; e IV, *ib.* 274, 284), reconhece no mesmo «cativeiro» a própria condição da realeza. Lamenta-a, mas não se revolta contra ela:

Ninguém menos é Rei, que quem tem Reino.
 Ah que não é isto estado, é cativeiro
 De muitos desejado, mas mal crido.
 Oa servidão pomposa, um grã trabalho
 Escondido sob nome de descanso.
 Aquele é Rei sòmente, que assi vive

 Que de medo, e desejo, e d'esperança
 Livre passa seus dias (...)

 (...) Temo os homens,
 Com outros dissimulo; outros não posso
 Castigar, ou não ousa. Um Rei não ousa.

Também teme seu povo : também sofre.
Também suspira, e geme, e dissimula.
Não sou Rei, sou cativo : e tam cativo
Como quem nunca tem vontade livre

(Acto II, *ib.* 251 e sg.).

«Escudos do povo», os reis, pela sua própria situação e função régia, são particularmente expostos aos golpes da fortuna, porque não fazer o que é do seu ofício é «usar mal do cetro, e bem fazê-lo / É não ter vida mais segura, e certa, / Que quantos estes perigos nos prometem» (*ib.* 239).

Ambos, porém, o infante e o rei, evitam tomar a decisão. Não acatam nem os mandos da sua consciência humana e do seu coração, nem as imposições da sua responsabilidade pública e da razão-de-estado. «Para onde fugirei, porque me deixem?» — exclama o infante desesperado perante a pressão sobre ele exercida (Acto I, *ib.* 230), e não salva nem a amante nem o reino. Perante as insistências dos conselheiros, que o exortam a respeitar a paz e honra do reino mais do que a inocência e vida individual, a razão política mais do que as razões humanas, o rei, entre receoso e ousado, acaba por escusar-se : «Eu não mando, nem vedo. Deus o julgue, / Vós outros o fazei, se vos parece / Justiça, assi matar quem não tem culpa» (Acto V, *ib.* 287). Não concorda, e também não impede. Evitando a decisão, não evita que se execute o acto que ele próprio considera como injusto e cruel. Subtraindo-se à sua responsabilidade régia, não pode fugir à responsabilidade moral.

Evidentemente, o conflito não tem solução justa. Seguir a vontade do infante, é destruí-lo e destruir o reino; afastá-lo da amante é impossível — eis a conclusão a que chega o secretário (Acto I, *ib.* 226). E nada valem as afirmações soberbas do príncipe de que, iluminado por Deus, não poderia errar, pois que «dos Príncipes tem Deus outros segredos, / Que vós não alcançais, e como cegos / Nos juízos errais de seus mistérios» (*ib.* 224). Autorizados os reis, no parecer de Pacheco, a, vigários de Deus, fazerem, como o próprio Senhor, lei da sua vontade, o rei, mais consciencioso, replica : «Antes não têm / Licença para mais, que quanto pede / A razão, e justiça : a mais licença / É bárbara crueza de infieis» (*ib.* 245). Não se convence de que seja permitido justificar sem que haja culpa individual, contra lei e justiça, só porque «0 bem comum (...) tem tais larguezas / Com que justifica obras duvidosas» (*ib.* 243), mas não pode deixar de admitir que a crueldade contra o bem particular pode

chegar a ser justiça para o bem comum (*ib.* 248). Qualquer que seja a sua decisão, ela não pode deixar de ser errada. É que a antinomia que no conflito esboçado se revela, é imanente à própria realeza. Trata-se da mesma ideia de incompatibilidade entre o direito, a clemência e a prudência na prática régia, a que já aludem os versos do *Menospreço* do condestabre D. Pedro (CG II 236), e que na tragédia de António Ferreira chega a ter o seu pleno desenvolvimento, como igualmente o tem a representação teatral e dramática da realeza.

É certo que não só a realeza é apresentada com o aspecto de uma antinomia intrínseca. Trata-se de uma concepção geral, e é fácil indicar, na mesma *Castro*, outros elementos dela característicos, como o amor «vida e luz do Mundo» e «cego tirano, cruel desejo, engano, peçonha» (233 e sgs.), ou a de amor e culpa (276), etc. Todavia, é significativo que esta concepção abrace a própria realeza — para além da fortuna, elemento tradicional da tragédia, e da culpa da rebelião de Afonso IV príncipe contra seu pai, que é a origem moral da desobediência de D. Pedro. Integrada outrora na polaridade extrínseca da vida — entre o esplendor da glória e a fragilidade da condição humana —, entregue aos arbítrios da fortuna a que a *Castro* também alude ⁽¹³⁾, a realeza revela-se agora intrinsecamente controversa. Com a polaridade indicada, sempre foi possível resignar-se, vencer as suas aflições, aceitando-a; e sobrepor-se às inconstâncias e aos horrores da fortuna, amparando-se na fé e confiando na justeza dos designios divinos e das compensações celestiais. Aquela antinomia, porém, leva forçosamente à culpa quem nela aparece implicado, ainda que procure fugir à decisão. Perante ela não há refúgio ou amparo. Só a graça divina poderá redimir da culpa aqueles que ao errarem, não deixaram de proceder de ânimo bem-intencionado. A antinomia, ela própria, porém, continua a subsistir inevitável e indissolúvel.

Nas *Crônicas*, não aparece o dilema que preocupa e atormenta o rei na poesia. Na do rei D. Afonso IV, nas *Crônicas dos sete primeiros reis* ⁽¹⁴⁾, lê-se apenas que o monarca, «comcluyndo ja e com-semtindo na morte da dicta D^a Ines (...) se veo a Cojmbra», e «vemçydo dela, se dys que se uoluia e a leixaua ja pera não morrer,

⁽¹³⁾ «Reis poderosos, principes, Monarcas, / Sobre nós pondes vossos pés, pisai-nos. / Mas sobre vos está sempre a fortuna» (253).

⁽¹⁴⁾ Ed. crítica por Carlos da Silva Tarouca, S. J., Academia portuguesa da História, Lisboa, 1952, II, pp. 366 e sgs.

como leuaua determinado. E que alguns caualeyros (...) agrauados dele por a publica determinação, com que os aly trouxera (...) lhe fyzeram dyzer e comsentir que eles tornassem a matar a D^a Ines se quisessem. (...) Ho que foy auído comtra el Rey mais por abominauell crueza, que por seuera nem louuada justiça» (15). Mais explicito ao referir a comoção do rei, é-o Cristóvão Rodrigues Acenheiro, nas *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Relatadas as súplicas de Inês de Castro, continua: «Estas, e outras pallavras de fim triste dixe a dita Dona Ynês pera commover barbaros corações, quamto mais o coração real que he piadozo devinal, pois se diz que o coração do Rei he na mão de Deos: e semdo EllRei Dom Affonso tam esforçado Cavalleiro, naturalmête vemos que nos esforçados sempre ha piedade e perdão; o que não fás nos fracos de coração: e como EllRei era de benyna comdição, ouve piedade, e se vollveo o rosto e a deisou». para, perseguido pelas instâncias dos conselheiros sem piedade, acabar por dizer: «Lá fazê o que quizerdes». (16)

Acenheiro, ao descrever a atitude do rei, não deixa de a relacionar com as virtudes régias da piedade e da clemência; contudo, o conflito a que assim alude não passa de humano, sem tocar no âmbito da ética política. As palavras finais — «lá fazê o que quizerdes» — não assinalam nem consentimento forçado, nem abandono da prerrogativa régia: assinalam, quando muito, cansaço e desinteresse. Só na poesia é que o conflito aparece aprofundado no sentido de um dilema ético-político.

E o dilema torna-se inevitável, e impossível a solução justa do conflito, desde que a consciência da responsabilidade moral do rei deixa de ser o supremo árbitro das suas decisões, acabando por ceder às considerações do interesse político, — desde que ao conceito da realeza destinada a cuidar da integridade da justiça e da paz se substitui o da realeza reduzida a officio político. Valorizada a realeza menos como a mais alta realidade social e absoluta autoridade moral, do que considerada na relatividade da sua precária situação secular e responsabilidade política, a sua acção obedece a outras éticas, mais ambíguas e complexas do que as meramente humanas.

A. E. BEAU

(15) *id.* no cap. LXIV da *Chronica de elrey Dom Afonso o Quarto*, de Ruy de Pina.

(16) Collecção de inéditos de história portugueza, publicados por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824, T. V, p. 109.

Revisão

Os sufixos diminutivos em português

(Conclusão do t. XVI, p. 305)

F) Os sufixos diminutivos produtivos a par de -inho e -ito

1) Os sufixos com -t-

a) -ote, -ota

O sufixo *-ote* é, no português actual, relativamente produtivo e muito variável de sentido, podendo ser diminutivo, atenuativo (sobretudo em adjectivos), mais ou menos depreciativo, e até, em casos isolados, colectivo e aumentativo.

Substantivos

1) Substantivos de sentido especial

Substantivos de significado determinado e já não diminutivos no próprio sentido da palavra são, p. ex.: *escadote* «pequena escada móvel»; *filhote* «aquele que é natural de (uma localidade)»: «os *filhotes* de Coimbra»: filhos naturais» (vd. *Fig.*), «... um *filhote* do lugar...» (A. Rib., *Ald.*, pág. 33). Às vezes, usa-se *filhote* em vez de «cria»: *filhotes de cão, de gato*.

Peixota significa, na Beira, «bacalhau». Assim como *dichote* já é termo especial.

2) Função diminutiva

-ote ocorre em vários nomes de crias (cf. Maças, *Animais*, pág. 29): *bacarote* «bácaro crescido»; *baleote* «pequena baleia»; *bezerrote* «pequeno bezerro»; *boiote, boizote* «pequeno boi». ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Além disso existem mais umas designações em *-oto*: *aigoto* «filho de águia»; *lebroto* «filho da lebre»; *perdigoto* «filho da perdiz» (cf. op. cit.). Da

Igrejota é ainda autêntico diminutivo, e também *franganote* (= franganito, frangainho), no sentido figurado de «rapaz» que tem ideia de graça e troça jovial, como quase todos os substantivos em *-ote* relativos a pessoas, dos quais trataremos a seguir.

Pich-ote «pequeno rapaz» parece derivado da mesma raiz que *pich-inho*.

Ainda em alguns glossários dialectológicos do Norte do País, encontra-se *-ote* em diminutivos: *leirota* «leira pequena» (*R. L. XXII*, pág. 24), também *leiroto* (cf. *Fig.*); *pipota* «pipa pequena» (*R. L. XXV*, pág. 191); *ispigôto* derivado de *espiga*, *malhóto* de *malha* (cf. *R. P. de Fil. IV*, pág. 159; *Fafe*).

Bessa regista: *palaiote*, derivado de *palai*o, paio, «carne de porco em tripas, espécie de chouriço» (cf. *Gíria*, pág. 178).

A designação de *papelotes* (pedaços de papel enrolado) equivale a «bigodim», mas *papelotes* são também «pedaços de papel dobrado...», formando uma espécie de bolinha, que os estudantes menos atentos à prelecção costumam atirar uns aos outros, na aula» (cf. *Fig.*).

Todas as formas aqui mencionadas vão registadas no dicionário (*Fig.*), quer dizer, são formas especiais e não ocasionais, como há tantas em *-inho* e *-ito*.

3) Graça e troça jovial

Já mencionámos o sentido de *franganote*: «rapazinho vaidoso» (cf. *Fig.*); a forma feminina é *franganota*: «Rua abaixo vinha às corrimaças uma *franganota* dos seus dez anos...» (*M. Rib., Plan.*, pág. 65/6). *Rapazote* tem significado semelhante ao de *franganote*. Pode, porém, referir-se também a homens novos, sempre em tom de troça: «E não tivessem dúvida nenhuma que o *rapazote* do prior era homem duma cara só» (*M. Rib., Plan.*, pág. 222); *rapazota* significa em Trás-os-Montes, «rapariga brincalhona» (cf. *R. L. XV*, pág. 343), como se diz na Beira «Maria rapaz».

Velhote, *velhota* são, muitas vezes, usados em frases nas quais uma pessoa faz troça de si mesma, p. ex.: «Já estou *velhota* para

mesma maneira que as formas em *-ato* (sufixo que deixou de ser produtivo) — p. ex. *corvato* «corvo pequeno»; *chibato* «pequeno bode que tem mais de seis meses e menos de um ano»; *lobato* «lobo pequeno» — as palavras em *-oto* já são especiais e primitivo e sufixo parecem cognatos.

estas coisas!», dito por uma mulher que se quer fazer mais velha do que é. Um homem idoso diz a um outro mais novo que foi vê-lo no asilo miserável de velhos: «Tem um cigarrinho cá para o *velhote*?» (Ferr., *Lã*, pág. 378). Entre cônjuges: «Ai pequena! Estás bonita! Igualzinha a tua mãe quando era nova. Agora já vai estando *velhota* como eu, mas foi uma linda rapariga» (Vict., *Cam.*, pág. 105); «Coitado do meu *velhote*!» (Lopes M., *Salto*, pág. 46). *Velhote* pode ser também nome expressivo para o pai: «Respeitava o pai, nunca lhe chamava *velhote* nem 'bota de elástico'» (*Diário*, pág. 15; 22.10.54), ou para o sogro (*velhota* para a sogra): «Se o *velhote* se não precata, o menos que lhe pode acontecer é mais dia menos dia descobrir-se roubado» (A. Rib., *Arc.*, pág. 42); «Viu-se com a *velhota*. Vocês afinam todas pela viúva de Éfeso!» (*ibid.*, pág. 223).

Traduz brincadeira carinhosa quando se aplica à própria mãe: «Ai minha rica *velhota*!» Já troça mais forte se exprime na exclamação: «Ó minha *queridota*!»

É expressão em *-otes*: *pinotes* (derivado de *pino*) «criança que salta constantemente» ou «pessoa doidevana» (calão familiar; *R. L. XXV*, pág. 190; *Alto Minho*).

Depois, existe a composição de *-alho* + *-ote* em substantivos (vd. adj.): «Então eu podia ficar, estavam ali os meus *amigalhotes*; cheguei mesmo a rir das caretas que me faziam alguns...» (crianças na escola primária; Coelho, *OMA*, pág. 147). No dicionário de Figueiredo interpreta-se esta forma como: «amigo que inspira pouca confiança», mas não é sempre tão depreciativo. Pode ter também o significado de «amigos de ocasião»; p. ex., diz-se de dois homens já «*velhotes*» que, de vez em quando, se encontram no café sem serem amigos íntimos: «São dois *amigalhotes*!»

Há gracejos inofensivos, que, às vezes, são quase expressões de sentido depreciativo, o que é evidente p. ex. em *frangalhote* «rapazola, rapaz estroina e femeeiro» (cf. *Fig.*).

4) *-ote* depreciativo

Velhota pode significar: «mulher entre os 55 e 60 anos, que já está a começar a ser velha e já não tem graça e beleza características de uma mulher nova» sendo simples descrição de certa idade de mulher: «E uma *velhota*, gorda, rosada, alegre, de lunetas, saiu do gabinete...» (Dantas, *Elas*, pág. 54). Mas *velhota* pode ser

também expressão que deixa transparecer falta de respeito para com a mulher idosa; diz-se, p. ex., com mais ou menos indiferença: «É uma *velhota*!» em contraste com uma exclamação de compaixão que soaria talvez assim: «*Coitadinha da velhinha*, faz tanto dó!». A *velhota* e a *velhinha* podem ter a mesma idade. Os dois sufixos não indicam diferença de idade, mas só a atitude daquele que fala para com a pessoa da qual fala. Não soa muito amável, p. ex.: «A *velhota* cada vez está mais mouca» (Lopes M., *Amor*, pág. 131), ou: «Esta *velhota* é muito esperta!»

Oscilam entre o sentido diminutivo e depreciativo (que vão juntos, p. ex., na forma *casinhota*: *-inha* tem função diminutiva, *-ota* função depreciativa) os substantivos seguintes: *casota*: «Foi bater a uma *casota*» (A. Rib., *Ald.*, pág. 220); *candote* «candieiro pequeno ou ordinário» (R. L. XX, pág. 147); *barrote* «rapariga gorda e baixita» (*ibid.*, pág. 147; partindo de *barrote* «trave grossa e curta»).

Própriamente depreciativos são: *graçota*: «Mas que *graçota*!» = coisa de pouca graça (cf. *Fig.*: «gracejo de mau gosto»); *fidalgote*: «...e quem vê entrar? Nem mais nem menos do que o safado do estudante, que andava, com mais dois *fidalgotes*, a passear a festa» (Silva C., *Farând.*, pág. 76). *Escudeirotos* no sentido de «cortesias exageradas» encontra-se só nas obras de Gil Vicente: «Crede que fazem por ellas (moças)/todolos *escudeirotos*...» (V, pág. 48/9).

-ote junta-se também a palavras de insulto: «É um grande *malandrote*!»; «É um *velhacote*!»

5) Função colectivo-aumentativa

Nunes menciona (*Comp.*, pág. 406, nota 1): «Em *risota* parece ao contrário o sufixo ter tomado o sentido inverso ou de reunião, sendo tal vocábulo sinónimo de *ris-ada*».

Laçarotes «grande porção de laços ou enfeitos vistosos» (cf. *Fig.*) é expressão equivalente a *laçarada* e confirma, tal como *risota*, a asserção de *-ote(a)* ser, às vezes, sufixo colectivo. Há mais exemplos: *familota*: «família grande, muito numerosa»: «É uma *familota* tremenda!», «Quando eu chegar está lá a *familota* toda!»; *fatiota*: «Tem muita *fatiota*» (= tem muitos vestidos), «...os pais correspondiam o melhor que os meios lhes facultavam, comprando a seus filhos *fatiota* nova, sapatos e estes horríveis bonés que se vendem pela província...» (A. Rib., *Ald.*, pág. 93); *fartote*: «Daqui a pouco

há um *fartote* de maçãs» (= abundância); «Comi tanto, tanto que tomei um *fartote* (fiquei com *fartote*)!» (cf. *Fig.*: enchimento de barriga).

Ao passo que, no dicionário de Figueiredo, se regista *caixote* como «caixa pequena, tosca», *caixote* tem, na linguagem corrente, em geral o significado de «caixa de madeira» independente do tamanho. Visto que as caixas de madeira são, geralmente, maiores do que caixas de cartão ou metal (diz-se p. ex.: uma *caixa* de Nívea»), *-ote* terá, neste caso, sentido aumentativo. Depois, *caixote* ocorre no sentido de «caixa para os vasos de flores diante das janelas»: «Por isso, naquela manhã, cheia de sol, com o perfume dos cravos viçosos nos pobres *caixotes*, dois corações se uniram» (*Diário*, pág. 15; 30.10.54).

Adjectivos

A função primária de *-ote* em adjectivos é a de atenuação. O mesmo exprime, em expressão analítica, *um tanto*: *bonitote* «um tanto bonito», *lindote* «um tanto lindo». «Casou já *velhote*!», «...tendo ido para ali *verdote* ainda, morrera com oitenta e oito anos feitos, sem nunca arredar pé da freguesia» (M. Rib., *Plan.*, pág. 56), «Punha-se o sol quando o sr. José Mingorra mandou largar, que a jornada era *compridota*» (*ibid.*, pág. 86). *-ote* parece, muitas vezes, ter a mesma função que *-inho* e *-ito*, com a diferença que *-ote* aparece em frases ou perguntas dirigidas a um homem, *-inho* e *-ito* ao contrário naquelas que se dirigem a uma mulher ou criança. P. ex., pergunta-se a um homem: «Está *contentote*?»; a uma mulher ou rapariga, porém, com mais frequência: «Está *contentinha*?» Já mencionámos as formas *espigadita* e *espigadote*. A forma em *-ito* não se usa com respeito a rapazes. Da mesma maneira, evitam-se, falando de um homem, os diminutivos *fraquinho*, *fraquito* e *magrinho*, portanto as formas mais efectivas; nestes casos, *-ote* convém melhor ao modo de falar mais sóbrio entre homens: «Não estava mal: um pouco *magrote* e com muitas saudades, mas lá ia vivendo» (Ferr., *T. Fria*, pág. 222). Não obstante, transparece, mesmo assim, meiguice para com o rapaz ou o homem: «Deus te ajude, *pequenote*!» (Lopes M., *Salto*, pág. 46), até na forma feminina: «Espera aí, *pequenota*!» (Lopes M., *Amor*, pág. 134); vocábulo semelhante é *petizote*.

No dicionário de Figueiredo, *baixote* e *grandote* são interpretados: «um tanto baixo», «um tanto grande». Na linguagem corrente,

porém, parecem quase equivalentes aos radicais *baixo* e *grande*: é *baixote* = «é baixo»; é *grandote* «é grande», assim como *baixinha*, *baixita* com respeito a mulheres e *grandinho* quando se fala de crianças.

-ote ocorre também em adjectivos de sentido pejorativo sem ser tão forte como -inho: «Não gostei do filme, ontem. Era *feiote*!» Este *feiote* significa: não feio feio, mas também pouco bonito, em todo o caso mais para o feio do que para o bonito. Pode-se dizer também de uma pessoa: «É *feiote*!» *Atrevidote*: «Ouvuiu-se, então, o *atrevidote* que, há pouco, berrara humilhante desafio, repetir a façanha: «— Viva o touro de Padroso!» (Ferr., *T. Fria*, pág. 172). Igualmente ocorre *ruinzote*: «O sogro da Maria é *ruinzote*!» (sendo *ruinzinho* porém em muitos casos expressão mais forte e reforçada do que *ruinzote*).

Alegrote já tem sentido especial: «um tanto ébrio»: «Estavam já *alegrotos*. Copo atraía copo» (Andr., *Vila*, pág. 75).

Os adjectivos em -alho + -ote não têm, de facto, significado diferente dos derivados em -alho só. É que o sufixo duplo se limita a um pequeno grupo de adjectivos, sobretudo a *fresco*, *fraco* e *esperto*: «Está *frescalhote*», «O negócio está *fracalhote*», «Para isso é *fracalhote* o vinho do tio Marçal» (Lopes M., *Amor*, pág. 82), «Esse já é *espertalhote*!»

b) -ete, -eta

Substantivos

Sem tratar dos substantivos de proveniência italiana ou francesa (como *poemeto*, *verseto*, *cavalete*, etc.), só se registam aqui as formas propriamente portuguesas. -ete não tem a mesma produtividade que -ote, e também é considerado mais vulgar do que -ote por muitos portugueses.

1) Função diminutiva

A função diminutiva é ainda evidente nos substantivos seguintes: *carrete*, *carreta* (de carro); *pilarete* «pequeno pilar»; *robalete* «pequeno robalo»; *saleta* «sala pequena»; *raspanete* «raspanço leve»; *lobete*: «Há um diminutivo *lobete* de *lobo*» (Vasc., *Dial. Minh.* II, pág. 17).

Também no artigo sobre o dialecto de Fafe, mencionado anteriormente, *-ete* está na enumeração dos ali usados, com os exemplos: *agúlheta, jugueta* (*R. P. de Fil. IV*, pág. 159).

Segundo Figueiredo, *beberete* significa «simples refeição que consta principalmente de licores e vinhos».

Sentido especial tem a forma *mandarete*: pode ser «moço de recados», mas também o próprio «recado»: «Passou então a andar aos *mandaretes*...» (*A. Rib., Ald.*, pág. 72); muitas vezes, transparece ainda o sentido diminutivo (= pequeno recado).

2) Função depreciativa

Já na literatura antiga ocorrem exemplos de *-ete* na função depreciativa: «O ponto está em que o latim nã é o que dana (às mulheres); mas o que consigo traz de outros *sabretes* envolto àquele saber» (Francisco Manuel de Melo, *Trechos escolhidos*, Porto 1940; pág. 169).

Nunes indica, entre outros, os vocábulos: *tiranete, fradete, diabrete* (*Comp.*, pág. 406). Embora *fradete* seja depreciativo, ainda não exprime desprezo tão forte como, p. ex., *fradalhão*. *Diabrete* quase só se diz de crianças: «criança mexida, inquieta»; igualmente *malandrete*: «És um *malandrete* muito razoável!» Quanto a homens, diz-se mais vezes, mesmo por brincadeira; *malandrão*: «Onde é que o *malandrão* andou a passear?»

Em *careta* o sentido pejorativo é ainda evidente. Aliás, *-ete* traduz sobretudo leve ideia de desprezo, não é acentuação muito forte. *Vinhete*, p. ex., significa: «vinho não mau, mas que não tem grande categoria». *Maquineta* (de que há a corruptela *maniqueta*), originariamente importação do italiano, actualmente já não tem tanto o sentido de «pequena máquina» como o de «máquina que não presta». No calão, *maniqueta* pode substituir a palavra «cabeça».

Os exemplos do emprego de *-ete* na literatura, portanto na linguagem escrita, são escassos; eis um: «A *republiqueta*, de princípio anticlerical e depois toda imbuída de respeito cristão, conservadora até à medula, meio analfabeta, tinha o estouvamento de mocidade...» (*A. Rib., Arc.*, pág. 176).

3) *-eta* em designações de pessoas

Embora as formas em *-eta* designando defeitos físicos ou morais sejam depreciativas, não deixam de traduzir troça jovial: *cegueta*

«pessoa que tem só um olho» (à qual se chama também *Camões*) ou «que vê pouco, míope»; *maneta* «pessoa a quem falta um braço». Durante a ocupação do País pelos Franceses, *Maneta* era a alcunha do general Loison: «Tenho pena de nunca ter visto o Junot nem o *Maneta*...» (Garr., *Viagens*, pág. 46); *perнета* «pessoa a quem falta uma perna ou que tem lesa uma das pernas» (cf. *Fig.*); *caçarreta* «que não sabe caçar; novato, inexperiente» (Bessa, *Gíria*, pág. 65): «A perdiz, segundo a nossa observação de *caçarreta*, adquiriu certas manhas na defesa» (A. Rib., *Ald.*, pág. 108).

Outro termo em *-ete* é *pilrete* «homem pequeno, anão».

4) *-ete* como expressão de carinho

«Namorava-o o seu lindo cabelo preto... e então certa covinha que fazia na sua linda face trigueira, quando ria, aquele *demonete*...» (Coelho, *OMA*, pág. 206).

-ete aparece também em nomes próprios: «E desse modo valia a pena sacrificar à químera o bem estar, a sua *Moniqueta*, a liberdade ainda que restrita, porventura a vida?» (A. Rib., *Arc.*, pág. 85/6). *Henriqueta* é a forma feminina de Henrique, provavelmente criada segundo o francês (*Henriette*). As suas formas abreviadas mais sufixo afectivo são: *Riqueta* e *Riquetinha*.

5) Sentido colectivo

Fardeta parece conter leve sentido colectivo: «Hoje vens com *fardeta* nova!» por incluir a roupa toda.

Adjectivos

Adjectivos em *-ete* são raros. Apenas *pobrete* e *alegrete* são conhecidos e usados na frase idiomática: *pobrete mas alegrete*. Além disso, *alegrete* tem o mesmo significado que *alegrote*: «um tanto ébrio». A razão de existir a forma *pobrete* em vez de **pobrote*, é talvez fonética: *pobrote* com dois *oo* soaria mal. De resto, *-ete* em *pobrete* «um tanto pobre», tem o mesmo sentido que *-ote*, que é de uso mais frequente. Allen menciona vários adjectivos em *-ete*: *baixete*, *doudete*, *fraquete*, *grossete*, *picadete*, *pratete*, *soberbete*, *tomadete* (§ 129). No entanto, todas estas formas são raras ou até desconhecidas da maioria dos portugueses. Talvez ocorram no calão de Lisboa, mas são então limitadas a certas camadas populares daquela

cidade. Só em casos isolados aparecem na linguagem das pessoas mais cultas: «O capote engolia-o, mal lhe deixava ver a cara *magreta*» (Andr., *Vila*, pág. 169); depois, *falsete* «pessoa falsa»; *relezete*; *ruinzete*. *Palhete*, derivado de palha, «que tem cor de palha», refere-se sobretudo a vinhos: «A gente beiroa não lhe impediria que ... bebesse o seu copázio de *palhete*...» (A. Rib., *Alb.*, pág. 152); *rosete* encontra-se nos dramas de Gil Vicente, como «vinho de cor um tanto rosada»: «...ia eu sempre dar no fito / um vinho claro *rosete*. / Ó meu bem doce *palhete*, / quem pudera dar hum grito!» (VI, pág. 230).

II) Os sufixos com -c-

Substantivos

a) -ico

Não contando os termos regionais (vd. B, 2), a quantidade dos substantivos em *-ico* usados por toda a parte de Portugal é diminuta. A este grupo pertencem: *abanico*, *burrico* (muitas vezes + *-ito*: *burriquito*), *bailarico*, *namorico*: «Não haveria *namorico* entre ela e o Zé Maria?» (Vict., *Cam.*, pág. 101); *demonico*, colocado numa expressão de carinho: «O *demonico* da rapariga!» (*Modas e Bordados*, pág. 4; 9.6.54). Também *cavalicoque* «cavalo pequeno ou besta reles» contém um *-ico*.

Existem vários nomes de carinho, terminados em *-ico* em vez de *-inho*: *Antonico*, *Joanico*, *Manuelico*, sobretudo usados na Beira e no Alentejo. *Jacintico*, no exemplo «E necessitava correr, reentrar na Cidade, mergulhar nas ondas lustrais da Civilização para largar nelas a crosta vegetativa, e ressurgir reumanizado, de novo espiritual e *Jacinthico*!», é forma adjectival do nome próprio *Jacinto* e formação ocasional arbitrária por troça e brincadeira (cf. *Eça, Cidade*, pág. 19). Entre os nomes de carinho para raparigas (p. ex. *Anica*), dá-se o caso de a forma abreviada só consistir na inicial do nome próprio mais o sufixo: *Vicas* de *Virgínia*.

-ico, *-ica*, *-icas* em *beberrico*, *beberrica* ou *beberricas* são muito depreciativos, igualmente nas designações de homens efeminados: *maricas*, *mulherico*, *mulhericas*.

Adjectivos

Não se usam muitos adjectivos em *-ico*. Nunes regista *docico* (cf. *Comp.*, pág. 405), mas esta forma parece limitada a uma certa região, como também outros adjectivos: *verdico*, *amarelíco*, *vermelhíco*, *azulzíco*, que ocorrem na Beira e em Trás-os-Montes; além disso, existe *pequeníco*, *pequenínico* (Beira) e *pequerríco*, que só se emprega no Alentejo (vd. B, 2).

b) *-eco*

A única região de Portugal na qual *-eco* pode ter ainda função diminutiva parece ser Trás-os-Montes, como resulta de alguns exemplos colhidos no romance *Terra Fria*, de Ferreira de Castro: «— Era um grande negócio, ia ver! — continuou Leonardo... — Com uns quatro ou cinco *contecos*, ficava coisa catita.» (pág. 103); «E já que Pepe... se encolhia, ele passava horas sobre horas a amarrar, em grupos de dez, as *pelecas* de cabrito que os compradores ambulantes traziam para ali...» (pág. 237); «Os que iam chegando louvavam a *lojeca* — «Estava muito bem, sim, senhor!...» (pág. 168). *Lojeca* vem registado também por Bessa: *lojeca*, termo popular, «loja pequena, pouco sortida» (*Gíria*, pág. 187). Indica igualmente *monteco*: «casa pequena» (*ibid.*, pág. XXVIII), que se usa no Alentejo como caso isolado de um autêntico diminutivo em *-eco*.

De maneira geral, porém, temos que notar o que Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Horning constata, comentando as formas *padreca*, *pileca*, *soneca* e *folheca* (vd. A, 3): *-eco* tem sobretudo sentido humorístico, irónico. Também nas formações ocasionais que se dão segundo a arbitrariedade individual, tanto *-eco* como *-ola* (e em parte *-ório*) são menos diminutivos do que irónicos ou depreciativos, diferindo assim consideravelmente de *-ico*. Rodr. Lapa dá o exemplo: «O pai repreendeu o filho por ler aquele *livreco*» (*Est.*, pág. 116), explicando-o: «*Livreco* é um mau livro pelo qual se nutre desprezo ou antipatia. O mesmo sentido pejorativo experimentamos em *jornaleco*, *padreco* (ou *padreca*), *fradeco*, *malandreco*, *revisteca*, etc.» (*ibid.*, pág. 118). *-eco* será então um sufixo produtivo e vital embora Allen o caracterize «hardly a suffix» (§ 36). «É o *padreca* que manobra dois ou três sujeitinhos, entre os quais um tal Trinca-Diabos,

de quem te debes acautelar» (A. Rib. *Ald.*, pág. 216).⁽²⁾ No Minho, chama-se também aos estudantes que vêm passar as férias na terra natal *padrecas*, por serem, em geral, envolvidos nas capas pretas típicas dos estudantes, lembrando assim o traje dos padres. De resto, *estudenteco* é designação depreciativa.

É equivalente a *rapazelho* a forma em *-eco*: *garoteco*: «O *garoteco* tinha apenas esta resposta seca...» (*Diário*, pág. 15; 8.10.54), pouco depois usa-se a variante: «O *rapazelho* ouvia e nem sequer dava resposta» (*ibid.*). No exemplo seguinte, a expressão *patarreco* serve para acentuar a ideia de pequenez e de pouca aparência de um rapaz, contrastando com a figura alta e forte do sacristão: «E grande foi o espanto ... quando naquele domingo à missa, em vez do tio José Mingorra sacristão, quem apareceu no altar por trás do padre prior foi um *patarreco* dum moço pequeno, o nesgalho do filho do José Galinha, que até nem chegava ainda com a pontinha do nariz ao altar!» (M. Rib., *Plan.*, pág. 246). Na Beira, prefere-se a forma em *-eca*, *patarreca*, «pessoa muito baixa, anão, petiz», a *patarreco*.

Depreciativo é também *divanzeco*: «Não são mesmo camas, são *divanzecos*!»

Como em *pileca*, *-eco* junta-se ao substantivo *burro* para designar fraqueza e desvalor: *burreco* (cf. Maçãs, *Animais*, pág. 26).

Quando ocorrem palavras em *-eco* nas quais a ideia de pequenez e insignificância parece acentuada, deixando o sentido depreciativo no segundo plano, trata-se geralmente de vocábulos da Beira ou do Alentejo (não contando os de Trás-os-Montes mencionados anteriormente); p. ex., *monteco* «pequena casa», provavelmente em relação a outras maiores e mais importantes, e *lavradoreco*: «Sempre que as informações davam o filho do pobre cavador, tendeiro, *lavradoreco*, como ágil de memória, tomavam-no *grato Deo* nos seus estabelecimentos» (A. Rib., *Ald.*, pág. 68). É dito por brincadeira: «A filha da Ana já está uma *mulhereca*!»

Saltareco, *andareco*, na Beira, são formas equivalentes a *saltarico*, *andarico*. Já termo especializado, também na Beira, parece *poceco*, registado como «pequeno poço» no dicionário de Figueiredo. No entanto, no exemplo «Que importa aos burocratas da repartição respectiva que o *poceco* ouça apenas, se ouve, o coaxar das rãs, em vez

(2) A alcunha de um dos fadistas de Lisboa era *Padreca*. Como os pais o tinham destinado a *padre de missa*, cantava como fadista: «... mas *padre* sou afinal / Da Igreja da Mouraria» (Sousa, *Sev.*, pág. 31).

das sereias dos navios?!» (A. Rib., *Ald.*, pág. 339), poceco tem o sentido de «tanque».

Indica-se *motreco* no dicionário de Figueiredo, no vocabulário de Bessa (*Giria*, pág. 213) e ainda nos *Termos de calão* do jornal *Polícia Portuguesa* (N.º 43) como expressão popular no sentido de «pedaço, bocado»; é, porém, em geral desconhecido das pessoas cultas. Todavia aparece já no *Fausto* de Castilho: «...eu cruzeis, inimigo! / rilhando o meu *motreco*, às vezes sem sossêgo...» (II, pág. 41) (= pedaço de pão). É difícil saber donde se há-de derivar a raiz *motr-*, que lembra o substantivo do mesmo significado *motrete* ocorrente num drama de Gil Vicente: «E fui-me por esse chão... / sem soas *motrete* de pão» (II, pág. 106).

Faneco «bocado, pequena porção», foi mencionado entre as designações de quantidade (vd. E, I, n).

Na linguagem geral, não há adjectivos em *-eco*; caso isolado é *vileco*. Além disso, encontram-se formas adjectivas como *toleco*, *manseco*, *atrevideco* em vocabulários dialectais (*Vila Real*, R. L. XI, pág. 282).

c) *-uco*

No mirandês, *-uco* é sufixo produtivo (vd. B, 2), mas não tem vitalidade no próprio português. Provavelmente haverá algumas formas isoladas, em *-uco*, em certas regiões da Beira e de Trás-os-Montes, p. ex. *fachuco* de «facho» ou «facha»: «De casa de Santiago largavam ... numerosos homens, que, de *fachucos* nas mãos, iam queimando a treva e fazendo brilhar a neve...» (Ferr., *T. Fria*, pág. 204); e existe *pequerruco* «pequenino».

O adjectivo *mal-uco* será, etimologicamente, composição de *mal* + *-uco*, mas sendo agora palavra de sentido especial, a sua derivação já não é evidente.

Baiuca significa «pequena taberna, pequena casa» (cf. *Fig.*) e é talvez derivado de *baia* «trave ou tábua que separa as cavalgaduras nas cavalações. *Bras. Gír. Quarto, aposento*» (cf. *Fig.*).

d) *-oco*

Também *-oco* deixou de ser produtivo no português actual. Só aparece em termos isolados dando-lhes carácter pejorativo ou aumentativo junto à ideia de fealdade. Só num caso parece ter ainda função diminutiva: *passaroco* «pássaro pequeno» (cf. *Fig.*). No entanto, há algumas palavras que, embora não sejam diminutivas,

deixam transparecer sentido mais ou menos humorístico-irónico, p. ex.: *dorminhoco* «que dorme muito, sonolento»: «...as suas lágrimas grossas ... tombaram sobre as facezitas do *dorminhoco*, despertando-o» (Ferr., *T. Fria*, pág. 276); depois: *caroca*, derivado de *cara*, tem em Trás-os-Montes, a par de outros sentidos, o de «cabeça» (cf. *R. L. XX*, pág. 149); *beijoca*; «Era um temporal de *beijocas* num corpinho branco de neve» (Lopes M., *Amor*, pág. 174); *Beloca*, nome próprio.

-oco não parece ter valor próprio de sufixo em *pardaloca*, *pardoca* «fêmea do pardal» (cf. *Fig.*); *pardaloco*, porém, pode significar *passarão*, portanto é aumentativo. *Alvaroco* é «espécie de vinho em Santo Tirso» (cf. *R. L. XXI*, pág. 232), derivado da designação de cor, como também *verdelho* de *verde*.

Aliás, -oco é pejorativo. *Engenhoca* é, segundo Figueiredo, expressão brasileira significando «pequeno engenho, destinado especialmente à fabricação de aguardente»; no entanto, no calão de Lisboa, pode ser também: «coisa malfeita, coisa complicada». É um «palavrão» o derivado de *badalo*: *badalhoca* «mulher suja». Outras expressões aumentativas referindo-se a algo de feio e repugnante são, p. ex.: *bicharoco*, *beijoca*, *bichoco*, *bichoca*.

e) -aco

-aco é ainda menos usado do que -oco. Aparentemente, é sufixo diminutivo em *anaco* «animal de um ano» (cf. *Fig.*). Que sentido terá em *ruivaca* (de *ruivo*) «espécie de peixe», não se sabe.

Tanto *velhaco* como *famaco* (de *fames* ou *faminto*) são insultos: «Dai vós ó Demo o *famaco*!» vocífera Afonso Mendes contra o poeta que Gil mandou buscar em *Fidalgo Aprendiz* de Francisco Manuel de Melo (*Trechos escolhidos*, pág. 172; Porto 1940).

III) Os sufixos com -lh-

a) -alho

Muitas vezes, -alho está, como -arro e -eiro, entre o radical e um outro sufixo, sobretudo em aumentativos (vd. *gordalhão*, *frescalhão*, *fradalhão*, etc.), o que prova que -alho, já muito cedo, passou a ser sufixo depreciativo, porém, demasiado fraco para aparecer só: «Muitas destas formações, vivendo embora nos aumentativos, deixaram de usar-se no grau positivo, assim *frescalho*, *brincalho*, *grandalho*, *porcalho*» (cf. Nunes, *Comp.*, pág. 398, nota 2). Nestes casos,

temos que derivar *-alho* do lat. *-alia* ou da sua forma regressiva *-alio*, também nos casos em que tem evidentemente função colectiva (p. ex. *criançalha*) ou depreciativa (p. ex. *gentalha*); no entanto, *-alho* em substantivos que designam crias, ou outros de carácter diminutivo (p. ex. *camalho*, *frangalho*), será derivado de *-aculum*, pertencendo assim ao grupo dos sufixos com *-ih-* como variante em *-a-*.

Substantivos

1) Função diminutiva

Designações de quantidade: *pingalho*, expressão familiar para «pinga, porção de bebida» (cf. *Fig.*); *migalha*, *migalho*, derivados de *miga*; *migalho* ocorre também como designação de tempo: «— Deixem-me ir a Padornelos. É só entrar em minha casa, um *migalho de tempo*» (Ferr., *T. Fria*, pág. 266); *sigalho*, «bocadinho» (cf. Vasc., *Dial. Int. VIII*, pág. 20; derivado de *sega*?); *nesgalho* (de *nesga*) «bocadinho», em sentido figurado traduz «pequeno rapaz, petiz»: «...quem apareceu no altar por trás do padre prior, foi ... o *nesgalho* do filho do José Galinha, que até nem chegava ainda com a pontinha do nariz ao altar!» (M. Rib., *Plan.*, pág. 246); *frangalho* «farrapo», diminutivo verbal: «Ficou tudo em *frangalhos*». Derivam-se duas formas do verbo *rapar*: uma, da raiz do infinito: *rapalhas* «resíduos de estrume que ficam nos currais, quando o estrume se levanta», em sentido figurado «bagatela» (cf. *Fig.*); outra, do particípio passado (forma dialectal no Alto Minho) permitindo várias interpretações: «Lixo miúdo que fica depois da limpeza das sementes. — Resíduos que ficam aderentes às paredes de um vaso no fundo dele, depois de se ter tirado o principal e que é preciso *rapar* (ou raspar). — O último filho de uma mãe chama o povo *rapadalho da panela*» (R. L. XXV, pág. 197).

Autêntico diminutivo é o substantivo característico do Alentejo: *camalho* «cama pequena no chão em que se dorme a sesta ou descansa; preguiceira» (Delg., *B. Alent.*, pág. 77).

Igualmente duas designações, já antiquadas, de crias comprovam a função diminutiva de *-alho*: *porcalho* «leitão» (Maças, *Animais*, pág. 25); *bodalha* «pequena porca», do qual se deriva, na Beira, o adjectivo *bodalho*, *-a*, «sujo» (cf. *Fig.*).⁽³⁾

⁽³⁾ É termo especializado *cabeçalho* «título de capítulo, de artigo, etc.» (cf. *Fig.*).

2) Sentido depreciativo

Embora *nesgalho* seja diminutivo, pode já ter leve ideia pejorativa. Esta transição para o depreciativo é ainda mais evidente num grupo de outros substantivos em *-alho* (< *-aculum*), p. ex. *criançalho*, *garotalho*, *moçalho* (usados sobretudo nas províncias do Sul). Ao passo que, em geral, se interpreta *burricinho* como «pequeno burro sem valor», Delgado indica para o Alentejo: «*burricinho*, burro novo e pequeno. O mesmo que *burrico*» (*B. Alent.*, pág. 64), e em forma diminutiva dupla: «*burricalhinho*, burrinho de poucos meses ou dias» (*ibid.*).

Rebotalho existe na Beira e em Lisboa: «batatas mais miúdas que só servem para engordar os porcos»; no sentido figurado também: «coisa inferior de má qualidade; coisa que não presta». No Alentejo aparece a variante *rabetalhos* «restos inúteis; últimos frutos ou sementes»: «Estes melões são já dos *rabetalhos*» (*Delg., B. Alent.*, pág. 194). Neste caso, *-alho* proviria de lat. *-alia* ou *-alio*, por ter ideia colectiva.

Evidentemente, o sufixo tem origem em *-alia* quando se trata de termos como *gentaiha*: «Não direi que desça / a conviver co'a sórdida *gentalha*» (*Cast., Fausto*, I, pág. 131).

3) Sentido colectivo

Já que *crianç-alha* pode ser sinónimo de *crianç-ada* (cf. *Fig.*), o sufixo é baseado no lat. *-alia*.

Não há *adjectivos* em *-alho*, só em *-alho + -ote*: *fracalhote*, *frescalhote*, *espertaihote*. É de supor que *-alho*, tanto nas composições de sufixos em *adjectivos* como nas de substantivos, provenha de *-alia*, *-alio*. Não seria, porém, impossível *-alho* ter servido, originariamente, para atenuar o sentido do radical, juntando-se depois a outro sufixo de mesmo carácter (*-ote*); neste caso, *-alho* há-de ser considerado como diminutivo e proviria de lat. *-aculum*.

Pequeninho parece caso isolado, registado por Nunes (*Comp.*, pág. 399) como forma popular, mas será muito rara por quase não ocorrer na linguagem corrente.

b) *-ilho*

Em muitos substantivos, *-ilho* já não parece ter valor próprio de sufixo ou já não é diminutivo como talvez outrora. Vejam-se os exemplos seguintes: *partilhas*, *ervilhas*, *forquilha*, *cartilha* (*car-*

tilha, no entanto, encontra-se, dito por brincadeira, no sentido de «jogo de cartas»: «— Não trarei eu a *cartilha*! — acudio logo o barbeiro!» (Coelho, *OMA.*, pág. 254).

-ilho aparece também em designações de crias: *potrilho* «potro de menos de um ano»; *farroupilho* «pequeno porco» (Maças, *Animais*, pág. 27).

Não contando as formas *atilha* «corda pequenina», *guerrilha* (ao lado de *guerrícula*), voltamos a notar que os próprios diminutivos em *-ilho* apenas ocorrem na linguagem familiar do povo em certas regiões de Portugal. P. ex. no Minho: *mandilhos* «serviços ou trabalhos que se mandam fazer (*andar aos mandilhos*)» (*R. L. XXII*, pág. 28; vd. na Beira: *mandaretes*); *capotilha* «pequena cobertura que os camponeses põem aos ombros» (cf. *Fig.*); *queijadilha* «queijadinha» (doces; cf. Vasc., *Dial. Int. VIII*, pág. 20). *-ilho* junta-se até a um advérbio: *de afogadilha* «depressa, rapidamente»: «Se é para comer *de afogadilha*, mais vale fazer primeiro a visita» (Dinis, *Pupilas*, pág. 145).

De afogadilha ocorre também no Alentejo (cf. Delg., *B. Alent.*, pág. 128); depois: *escorrilho* «líquido que escorre ao preparar queijos» (*ibid.*, pág. 128); *gravinha* «pedra miúda triturada à máquina ou partida a marrão, que se emprega nas estradas sobre o alcatrão» (*ibid.*, pág. 145)

São termos de calão: *branquinho* «pão alvo» (Bessa *Gíria*, pág. 59); *estampilha* «bofetada» (*ibid.*, pág. 131).

Note-se que, na maioria dos casos, a raiz já tem a vogal *-a-*, de maneira que os derivados dos substantivos mencionados se deram em parte talvez por dissimilação.

A função depreciativa, predominante nos exemplos em *-elho* (caso paralelo a *-ico* e *-eco*), parece faltar em *-ilho*, que apenas toma leve ideia humorístico-irônica, p. ex. em *estampilha* ou *pecadilhos* «pequenos pecados»: «Tem apenas *pecadilhos* na consciência!»

C, d) *-elho*

Ao lado de uns substantivos já de sentido especial: *verdelho* «espécie de vinho» (*R. L. XXI*, pág. 232; *Santo Tirso*); *cortelho* «curral de ovelhas»; *pardelho* «pardejo, pardal» (*R. L. XXV*, pág. 185) que, originariamente, talvez significassem «vinho esverdeado», «pequeno curral», etc., os termos em *-elho* traduzem sobretudo ideia depreciativa: *rapazelho*: «Pois se o meu pai não sabe! — acudio

agora lá do canto, quase a chorar, aquele *rapazelho* do André» (Coelho, *OMA*, pág. 242). Se esta expressão não é dita por graça, significa «rapaz bem antipático». O mesmo acontece com *garoteinho*, *criancelho*, *principelho*; *casarelho* «casa pequena, casebre» (cf. *Fig.*); no calão: *segurelha* (de *segurar*) «cabo da polícia» (Bessa, *Gíria*, pág. 279).

Casqueiço «pedaço de telha velha: pequeno pedaço de telha partida» (de *casca*; Delgado, *B. Alent.* pág. 82) oscila entre o sentido diminutivo e o pejorativo. Igualmente *fedelho* (de *feder*), parecendo, porém, ser a ideia diminutiva mais acentuada. Há mais exemplos, todos da Beira:

garoteiço: «...viram, lá dentro, estendido no chão, um *garoteiço* de olhos pávidos...» (Ferr., *Lã*, pág. 78); *porteliço*: «Eram (cabanas) formadas por três paredes de pedras soltas... pouco maiores do que casota de cão e onde, pela *porta estreita e baixa*, só como um cão se podia entrar. Tónio foi encaminhando Horácio para um dos abrigadoiros e ao seu *porteliço* se sentaram» (*ibid.*, pág. 75); *quarteliço*: «Estava deitado no *quarteliço*, de porta aberta, esperando a hora da ceia» (*ibid.*, pág. 29).

Adjectivos em *-elho* são raríssimos; só há formas dialectais, p. ex. *pequerrelho* (cf. Vasc., *Dial. Int. VII*, pág. 30; *Baião*) e, na região de Vila Real: *fraquelho*, *novelho*, *impertinentelho* (*R. L. XI*, pág. 282) e provavelmente mais formações deste género.

d) *-ulho*

-ulho aparece, às vezes, ou em termos já especiais, como p. ex. *bagulho* (de *bago*), *graulho* (de *grão*, como também *grainha*) «semente de uva», ou em vocábulos dialectais: *cascabulho* «pequena cápsula ou capacete que cobre parte de boleta. *Depr.* rapazola, moço pequeno» (Delg., *B. Alent.*, pág. 82); *pegulho* «criança miudinha mas atilada» (*R. L. XXV*, pág. 181; *Alto Minho*); igualmente numa expressão da linguagem familiar: *tortulho* «chapéu de chuva» (Bessa, *Gíria*, pág. 291).

e) *-olho*

-olho é ainda mais raro que *-ulho*. *Ferrolho* deriva do lat. *terru-culu*, por isso não pertence ao grupo de formações propriamente portuguesas. Apenas *restolho* (*ô*) «parte inferior do caule das gramineas que ficou enraizada depois da ceifa» (cf. *Fig.*) parece ter

sido originariamente de sentido diminutivo, derivado de *resto*. No povo prefere-se, no plural, a pronúncia *restoihos* a *restolhos*.

f) *ejo*

-ejo é importação do espanhol (equivalente ao português *-elho*) em *lugarejo*, *animalejo*, sendo *lugarejo* propriamente diminutivo. *Animalejo*, porém, é de sentido variável; pode significar «pequeno animal» (os muito pequenos são chamados em geral, *bichinhos*), mas também animais maiores, até o cavalo, e nestes casos *-ejo* contém ideia depreciativa ou irónica: «...dava mesmo a entender que traria mais *animalejos*, uma bicharada, — talvez um macaco...» (Coelho, *OMA*, pág. 72), «...uma cegonha, outros *animalejos*, quem sabe lá o que serão» (*ibid.*, pág. 74), «Todos queriam saber se vinha o *animalejo* da sua predilecção» (*ibid.*, pág. 73). De sentido figurado: «É um *animalejo* qualquer» = é pessoa pouco inteligente.

Em regiões de Portugal vizinhas a Espanha, sobretudo na Beira e no Alentejo, pode dar-se o caso de *-ejo* ser autêntico sufixo em palavras portuguesas, p. ex. em *hortejo*, termo do Alentejo (no dicionário da Academia Espanhola só vêm registados *huertezuela*, *hortezuela*): «...ele árvores de pomar de toda a casta ... e o *hortejo* miúdo para a panela...» (M. Rib., *Plan.*, pág. 225). Depois: *anejo* «novilho de um ano» (alent.; Bessa, *Gíria*, pág. XXV); *candeleja*, «dim. de candela, por meio do sufixo *-eja*» (Vasc., *Dial. Int. VIII*, pág. 11); *cantarejo*, equivalente a «cantarola»; *pardaleja* «pardaloca».

IV) Os sufixos com *-l-*

a) *-elo*, *-ela*

No seu artigo *Volkstümliche portugiesische Suffixe* (VKR XIV, pág. 190 segs.), M. L. Wagner trata minuciosamente destes sufixos, observando que *-elo* e *-ela*, no português, não são tão raros como se presumia às vezes. O mesmo autor dá exemplos de várias províncias portuguesas: *Minho*: *ágrela* «pequeno agro»; *sapelo* «pessoa de baixa estatura» (de *sapo*); *Beira*: *jantarela* «jantar modesto»; *Trás-os-Montes*: *tarrelo* «panela pequena» (de *tarro*, R. L. XII, pág. 127); termo provinciano é também *choupelo* «choupo delgado e alto»; em vez de *seco*, diz-se, por vezes, o derivado de *manga*: *manguela*.

Podemos acrescentar mais uns regionalismos nos quais o sentido diminutivo é evidente: *ramela* (de *ramo*, *rama*) «pequena prega ou corpo ponteagudo de cor amarelo-esverdeada, que se prende à fava, cobrindo a lista preta chamada olho de fava» (Delg., *B. Alent.*, pág. 195). *Manelo* «pequena porção de coisas que se podem abranger na mão. Prov. *trasm.* Estriga enleada na roca» (cf. *Fig.*); *manelo*, em Trás-os-Montes, significa o mesmo que *manela*. As duas formas derivam de *mão*. *Portelho* «Prov. Porta de um cercado ou terreno murado» (cf. *Fig.*): «...viu ele a um *portelo* deitando para um quintalório...» (M. Rib., *Plan.*, pág. 127). *Portelo* tem o mesmo significado que *pequena portela* o que, por seu lado, é expressão diminutiva (já fora de uso) para *pequena porta*. A par da designação do jogo *brincar à escondidinhas*, diz-se no Alentejo *brincar às (aos) escondarelos* (cf. Delg., *B. Alent.*, pág. 63). Na Beira Baixa, *giestelo* é uma espécie mais pequena da *giesta*. *Contarelo* é um diminutivo de *conto* ou *contar*, já não limitado a certa região: «pequeno conto»: «*contarelos* para crianças» (cf. *Fig.*); «...os velhos revelhos é que citavam muitos casos de memória às lareiras e entremeados com os *contarelos*» (M. Rib., *Plan.*, pág. 115). Em sentido figurado «bisbilhotice»: «...e o povo tinha mais em que se ralar do que em fazer caso de *contarelos* e teslinices de alcaiotas» (*ibid.*, pág. 117).

M. L. Wagner menciona também as formas de sentido mais ou menos humorístico-irónico. *-ela(s)* parece muito popular especialmente em Trás-os-Montes: *berrelas* «pessoa que berra muito»; *bocarela* «pessoa que fala muito»; *doidelas* «homem estavanado»; em Bragança: *gabanela* (correspondente a *gabarola*) «indivíduo jactancioso» (cf. *Fig.*). Bessa nota como expressão do povo: *longarela* «pessoa muito magra e alta» (*Gíria*, pág. 17), como há outra designação para a pessoa muito magra: *magrizela*; em Trás-os-Montes existe a variante *magricelas*: «Nariz no ar, olhos a uma banda e outra, Artur Lopes, *magricelas* e de meia idade ... ia reconhecendo ... lugarejo espanhol...» (Ferr., *T. Fria*, pág. 287).

Já Gil Vicente emprega *-ela* num insulto: «...excomungado nas igrejas, / *burrela* cornudo sejas!» (II, pág. 53).

Autênticos diminutivos em *-elo* são ainda duas designações de crias: *cobrelo* «cobra pequena»; *urselo* «urso pequeno» (Maças, *Animais*, pág. 27).

-elo aparece junto a *-inho* em *rodelinha*, perífrase para «anel» na gíria de gatunos (cf. Bessa, *Gíria*, pág. 270).

Tornaram-se termos especiais: *ruela*, *viela*, *pascoeia*: no entanto, o sentido diminutivo transparece ainda.

No artigo que já citámos, M. L. Wagner trata também dos substantivos em *-ela* (ou *-adela*, *-idela*, *-edela*) derivados do participípio passado de muitos verbos (cf. VKR XIV, pág. 192 seg.). Na maioria dos casos, a sua ideia diminutiva é ainda evidente por designarem actos feitos depressa e ligeiramente: *cortadela*, *engomadela*, *lavadela*, *varadela*, *olhadela*, etc. «...ele tantas *olhadelas*, risinhos e conversinhas...» (M. Rib., *Plan.*, pág. 200). Muitas vezes, o substantivo *olhadela* vem acompanhado do adjectivo furtivo: *furtiva olhadela*. Depois, *-ela* ocorre em descrições de pequenos danos ou estragos: *queimadela*, *mordedela* (ou *mordidela*); ou serve para atenuar, em palavras que designam leve repreensão ou castigo: *aboucadela* (Minho) «pancada»; *desandadela* (pop.) «repreensão» (cf. *op. cit.*, pág. 193); com mais um exemplo que Bessa nota: *ensinadela* (pop.) «sova, repreensão, correctivo» (*Gíria*, pág. 123). M. L. Wagner explica: «Aber jedenfalls hat sich die ursprüngliche diminutive Funktion vielfach verloren. Die meisten Bildungen treten heute in der Volkssprache, der sie vornehmlich angehören, gleichwertig an die Seite von solchen auf *-adura*, *-amento*, *-ação* usw. und werden sogar vom gewöhnlichen Volke bevorzugt» (*ibid.*, pág. 194): *abafadela* = *abafação*, *abafadura*; *arranjadela* = *arranjanento*; *encolhedela* = *encolhimento*, etc.

Numa expressão, p. ex., que já aparece nas obras de Gil Vicente, e que ainda pertence à linguagem do povo, *estremadela* «acto de estremar» («...e na *estremadela* assi / não lhes fica moça boa»; I, pág. 187), a ideia diminutiva não interessava logo no princípio, por ter havido necessidade de diferenciar a nova palavra, derivada do participípio, de outra já existente com significado diferente: *estremadura*. Se e até que ponto, na linguagem corrente actual, os substantivos em *-dela* traduzem ideia diminutiva, depende das formações cada uma por si e também da intenção daquele que fala que, achando o sentido diminutivo não bastante evidente, pode acenhuá-lo por meio de mais um sufixo (p. ex. *-dela* + *inho* ou *zita*) como acontece na linguagem falada mais que uma vez.

b) *-olo*, *-ola*

Na linguagem actual, este sufixo exerce sobretudo função depreciativo-pejorativa, afastando a de diminuição e atenuação, como mostram as formações ocasionais em *-ola*.

1) Diminutivos

Termos especiais em *-inho* + *-olo*, *-a* patenteiam que os dois sufixos se juntaram uma vez ao interpretarem a mesma ideia: *casinhola* (também *casinholo*) «casa pequena e pobre»; *escadinhol*a «escada pequena» *portinhola* (a par de outros significados) «pequena porta de carruagem»; *bolinho* «pequeno bolo, frito»; *carri-nhol*a «espécie de engenho para tirar água dos poços» (cf. *Fig.*).

-olo, *-ola* quando sós, funcionam como diminutivos nas palavras seguintes: *garçola* «garça pequena» (Maças, *Animais*, pág. 28) (do mesmo modo, *-ola* é aumentativo em designações de crias: *aranhol*a «caranguejo grande; *passarola* «pássaro grande»). *Cantarola* «canto em voz baixa, cantiga» (*Fig.*); *aldeola* «pequena aldeia»: «...é ocorrência que tem seu teatro nas *aldeolas* dos cantões serranos» (A. Rib., *Ald.*, pág. 339); *terriola*, registado no dicionário de Figueiredo, tem o mesmo significado; encontra-se *terreola* num romance de Aquilino Ribeiro: «...ao palacete do brasileiro da Fonte acolhia-se o cura da sua *terreola* natal com os dois subdiáconos respectivos...» (*Ald.*, pág. 67); e ainda outra *terrol*a: «Na *terrol*a, de que o cidadão veraneante paga o leite e a água que bebe ... a grande maioria pedincha uma colocação...» (*ibid.*, pág. 335).

Ao descrever pequenas quintas ou fazendas, emprega-se tanto *-inho* como *-ola*: *quintarola*: «...já os mesquinhos casais e *quintarolas* mostravam mimos de conforto e de beleza...» (M. Rib., *Plan.*, pág. 36); *fazendola* «pequena fazenda» (cf. *Fig.*).

A interpretação de *petarola* (de *peta*) parece um tanto variável. Figueiredo explica: «grande peta, mentira evidente», ao passo que, na linguagem popular, por vezes ocorre mesmo no sentido de «pequena mentira».

2) Sentido pejorativo

Traduz-se algo de pejorativo nos substantivos seguintes: *Carriola* «carro ordinário» (*Fig.*); *candiola* «candeia velha» (R. L. XX, pág. 147; *Voc. Barrosão*); *graçola* «gracejo de mau gosto» (*Fig.*), ou também: «picadinhas que dão na rua; piadas que dizem malcriadinhos»: «Mas tudo isso, comparado com o de agora, lhe parecia inofensivo, *graçolas* que todas as raparigas, mesmo as ariscas como ela, escutavam dos rapazes, ali, onde o povo não disfarçava as razões supremas da vida e chamava as coisas pelo seu nome» (Ferr., *T. Fria*, pág. 78); *mastrola* «engano, ludíbrio, trapaça, ma-

trafice» (Delg., *B. Alent.*, pág. 166), talvez derivado de *mestre*; *bandeirola* pode significar «pequena bandeira», mas também «bandeira qualquer, sem importância»: «— Levavam a bandeira nacional? — Não, eram umas *bandeiriolas* quaisquer de papel!»

Designações depreciativas para com pessoas: *bebedola*, *borrachola* (cf. H. Kröll, *Designações portuguesas para embriaguez*, *R. P. de Fil. V*, págs. 16 e 23; *cantarola* «pessoa que canta continuamente e sem graça»; *gabarola*; *mariola*; *petarola*; *patrazola* «pacóvio» (cf. *R. L. XXV*, pág. 186; Alto Minho).

Encontra-se *-ola* também em formações ocasionais de sentido irónico-depreciativo, portanto é sufixo produtivo: «Quer dizer, se amanhã der na cabeça da tua filha casar com um *sapateirola* qualquer, tu achas bem, não é?» (Sim., *Am. inf.*, pág. 107); «Rogaram o lavrador *carpinteirola* um dia de temporal para ir a Segões deitar as chedas num carro» (A. Rib., *Ald.*, pág. 271). No último exemplo, *carpinteirola* é uma espécie de cognome ou alcunha a um lavrador que costumava fazer o trabalho o mais depressa possível mas sem jeito, por isso chamavam-no também *Sem-Tempo*.

3) Aumentativos

Oscilantes entre a ideia aumentativa e pejorativa são, p. ex., *dertola* «dentes grandes» e *beißola*. Junta à representação de grandeza vai a de fealdade.

Criançola diz-se sobretudo com respeito a rapazes: «rapaz que já não é criança, mas que o parece, por seus actos ou maneiras» (*Fig.*). Neste sentido pode referir-se igualmente a um homem novo de pouco juízo: «Um *criançola* que tinha chegado, como quem diz, na véspera, e se mostrava já senhor absoluto duma coisa que dele não era, mas da aldeia, do povo todo!» (pensamentos e sentimentos dos aldeões acerca do novo prior, recém-chegado) (M. Rib., *Plan.*, pág. 247). É exclamação que se ouve, de vez em quando, para com crianças: «És um *criançola*!» (ou, quando se trata de raparigas, «és uma *criançola*»). De significado semelhante é *rapazola* «rapaz já crescido, homem que procede como rapaz» (*Fig.*). Tanto *criançola* como *rapazola* são, às vezes, expressão de desconfiança: «E mais pasmavam eles ainda de ver um *rapazola*, sem autoridade nem substância, exercer tão eficaz império sobre a multidão» (Garr., *Arco*, pág. 217).

Equivalente a *rapazola* é, no calão de Lisboa: *granjola* «rapaz

já crescido e que ainda aparenta modos e feitios de menino» (Bessa, *Gíria*, pág. 161; *Pol. Port. N.º 32*), derivado de *granje* que é corruptela de *grande* no calão de Alfama.

Autênticos aumentativos são ainda: *pitarola* «pintainha já crescida»; *passarola*, *passarolo*, «pássaro grande» (*Fig.*); *sacola*, «reunião de dois sacos ou saco de dois fundos» (*Fig.*): «a criança ia à escola com a *sacola* a tiracolo»; *sachola* «sacho grande» (*Fig.*); pelo contrário, *sacholo* significa «sachola pequena».

4) Função aumentativo-colectiva

No *Vocabulário Barrosão* (R. L. XX, pág. 149), nota-se *carriola* como designação de quantidade: *carriola* «grande porção»: «*Carriola* de versos», «Na estrada vai uma *carriola* de homens».

c) -ório

Nesta altura, queria tomar em consideração o sufixo -ório por ser semelhante a -olo, -ola quanto a sentido e produtividade, na linguagem popular. Em geral, as gramáticas deixam de mencioná-lo entre os outros sufixos. Apenas Rodrigues Lapa o regista como aumentativo: «Na mesa estava um *livrório* que ninguém lia» (*Est.*, pág. 116), explicando: «Em *livrório* já temos uma ideia aumentativa. Como tudo quanto é grande tende para o disforme, não é de estranhar que ande ligada aos sufixos aumentativos uma certa representação de fealdade, de grotesco. *Livrório* significará um «livro grande, mas de pouco valor». Para exprimir a ideia de grandeza pura, não temos sufixo, neste caso. Não podemos criar *livrão*; se formarmos o derivado *livralhaz*, lá metemos, por via dos morfemas -alho e -az um sentimento pejorativo» (*ibid.*, pág. 118). É notável que os portugueses, embora nunca embaraçados por causa de um diminutivo adequado, às vezes tenham dificuldade de encontrar um aumentativo que não seja ligado à ideia depreciativa (tratar-se-á das expressões portuguesas de sentido aumentativo ainda num artigo especial). -ório pode oscilar entre o sentido diminutivo e o aumentativo, pode ser mais ou menos irónico e pejorativo. Semelhante a *terreola*, *terrinha*, *aldeola* «pequena aldeia», *vilória* (de *vila*) significa, por vezes, «vila pequena». A interpretação das pessoas interrogadas era: «vila pequena», ou «vila pequena sem valor», até «vila nem grande nem pequena, mas sem importância». O facto de uma aldeia na Beira Alta ser nomeada *Vilória*, faz supor que *vilória*, embora depre-

ciativo com muita frequência, nem sempre há-de ser pejorativo: «Partiu, meteu por essas estradas fora, sem destino, aportando a «montes» (no Alentejo) e a vilórias esquecidas». (Andr., *Vila*, pág. 20).

Também *fazendória* (de *fazenda*) pode ser diminutivo.

No exemplo seguinte, o autor descreve o abismo que houve entre a sua imaginação e a cruel realidade, empregando o sufixo *-ório*, portanto depreciativo: «A real colegiada de Afonso Henriques, a quase-catedral da primeira vila do reino, um dos principais, dos mais antigos, dos mais históricos templos de Portugal, isto?... esse *igrejório insignificante de capuchos!*» (Garr., *Viagens*, pág. 140).

Igualmente em *barracório* transparece a ideia de insignificância, de pobreza: «Dêmos que está pronto o *barracório*, / o *teatrinho* armado e cada ouvinte / no seu lugar» (Cast., *Fausto I*, pág. 19).

É autêntica expressão depreciativa sem qualquer sentido diminutivo: *quintalório* «quintal grande, mas mal cuidado ou desaproveitado» (*Fig.*): «Sobre estas soleiras ásperas ... arrebanhavam-se as casas ... cor de chão, com seus bardos e muros podres de *quintalórios*...» (M. Rib., *Plan.*, pág. 33).

Tabernório deriva de *taberna*: «As jantaradas na Perna de Pau, no Colete Encarnado, os grandes banquetes nos *tabernórios* da Mouraria... Como isso já vai longe!» (Sousa, *Sev.*, pág. 19). Figueiredo regista apenas a forma feminina *tabernória* «tabernola, taberna muito ordinária, tasca». No exemplo citado, *tabernório* não exprime sentido tão depreciativo como o que Figueiredo nota para *tabernória*; é que traduz lembrança saudosa de um prazer um pouco rude e grosseiro.

Brincadeira inofensiva exprime-se na palavra *casório* «casamento»: «E esse *casório*, para quando fica?» (Lopes M., *Amor*, pág. 132).

É derivado de «regalo»: *regalório* (pop.) «o mesmo que rega-bofe. Patuscada; pândega; divertimento» (Bessa, *Gíria*, pág. 264).

Insultos mais ou menos grosseiros são: *malandrório* (na Beira também *malandróriozito*), *patifório*, *velhacório*, *gatunório*, *camelório*; e mais fortes: *finório*, *tipório* «homem pouco sério»: «Cautela, que ele é *tipório!*» (Bessa, *Gíria*, pág. 288); *palavrório*: «Não era homem de galanteios. *Palavrório*, não!» (Dias S., *Pan.*, pág. 69); são variantes da mesma palavra: *palanfrório* (Bessa, *Gíria*, pág. 225) e *farelório* (*ibid.*, pág. 139).

Familória já chega quase ao sentido colectivo: «...a *familória*

pobre e remediada, essa trafegava ainda e granjeava a fatia de pão, tal qual o moiro antigo...» (M. Rib., *Plan.*, pág. 68).

O facto de *quodore* (de *quod ore*) «pequena porção de vinho, um gole de vinho; pequena porção de alimento» (*Fig.*) poder ser modificado, numa certa etimologia popular, em *quodório* mostra que o sufixo é bastante conhecido e usado pelo povo. Aos adjectivos, no entanto, ainda se não junta *-ório*. Só existe *simplório*, mas é tanto substantivo como adjectivo significando «pessoa muito crédula». Nem sempre é depreciativo, às vezes só se refere a uma pessoa que é «boa demais».

Uma expressão limitada ao calão, de sentido aumentativo, é *misticório* (cf. Bessa, *Gíria*, pág. 208, *Pol. Port.* N.º 41), cujo radical já significa «magnífico, excelente. Diz-se de qualquer coisa boa» (*ibid.*).

V) Os sufixos com **-ch-**

a) **-ucho**

Como sufixo diminutivo, *-ucho* aparece, em substantivos e adjectivos, sobretudo no Norte de Portugal (Trás-os-Montes). São formas dialectais: *casucha*: «As *casuchas* possuíam dois pisos: em baixo, para vacas, suínos, cabras e ovelhas; em cima, para os homens, as mulheres e a filharada» (Ferr., *T. Fria*, pág. 26); «E os seus olhos iam, num amor jamais sentido assim, para a sineira da igreja, despreendida do corpo principal, para a *casucha* do Patiniscas... como se houvesse estado muito tempo ausente...» (Ferr., *T. Fria*, pág. 208); *berracucho* (de *barraco*) «pequena casa no campo» (*R. L. XX*, pág. 143; *Vocab. Barrosão*); *festucho* «festa pequena»; *pucarucho*, *panelucho* (*R. L. XI*, pág. 282; *Vila Real*).

-ucho aparece em vários nomes abreviados de carinho, provavelmente por soar muito brando e suave aos ouvidos portugueses: *Minducha* (de *Arminda*), *Guiducha* e *Ducha* (de *Margarida*), *Binucha* (de *Etelvina*).

Função diminutiva tem também em designações de crias: *galarucho* «galo pequeno»; *marrucho* «bácoro, marrão» (Maças, *Animais*, pág. 29).

Há expressões irónicas em *-ucho*, p. ex. *galucho* (de *galo*) «re-cruta; soldado bisonho. *Fig.* Novato, caloiro. Sujeito acanhado, inexperienced» (cf. *Fig.*), resultante provavelmente por se comparar uma

pessoa na farda nova a um galo pavoneando-se. *Perucho*: no Norte do País, chama-se *perucho* ao chinó das mulheres, quanto à forma e derivação (de *pera*?) parecida com *perucha* «Bolazinha de lã ou algodão que por enfeite se coloca na extremidade superior da roca» (R. L. XXV, pág. 188). *Papelucho* é, segundo Bessa, vocábulo familiar para «impresso desacreditado» (*Gíria*, pág. 229).

Adjectivos

-ucho ocorre também em adjectivos. Ao passo que, em Lisboa, *pequerrucho* se refere sobretudo a crianças, nas províncias do Norte pode, em geral, substituir o adjectivo *pequeno* ou *pequenino*: «A bota da boneca é ainda mais *pequerrucha*». Diz-se *gorducho* também especialmente de crianças; é mais forma afectiva do que diminutiva. *Granducho* corresponde a *grandito*.

Abstraindo destes adjectivos conhecidos em toda a parte de Portugal, há ainda formas dialectais no Norte, onde -ucho parece bastante popular como sufixo adjectival. *Ceganucho* «um pouco cego» (R. L. XI, pág. 282: *Vila Real*). Mais exemplos de Trás-os-Montes: *baratucho*: «Desdenhadas, só as (peles) de cabrito e de vitela, *baratuchas* que um homem fartava-se de carregar com elas para ganhar uns tristes vinténs.» (Ferr., *T. Fria*, pág. 21); «E demorava-se, numa ternura, ante as bochechitas *gordalhuchas*, os olhos papudos, ainda cerrados, e a boquita tenra, que era o mais galante primor desenhado na cara» (*ibid.*, pág. 148).

b) -ocho

Da existência de -ocho parece apenas haver um exemplo, na forma composta de *pouc-och-inho*, *pouchochito*, da qual ocorre a variante *pouchachinho* (cf. *Fig.*), e na literatura arcaica *pouc-ouch-inho*.

É ainda caso isolado um vocábulo em -ocho, característico da região de Vila Real: *medocho* «pequeno medo» (R. L. XI, pág. 282).

c) -icho

Tanto -ucho como -icho são ainda produtivos nas províncias do Norte. Vejam-se uns exemplos de formas em -icho: *capelicha*; *rabicho* «pequena trança de cabelo, pendente na nuca» (*Fig.*), no Minho significa também «criança irrequieta, traquina» (R. L.

XXV, pág. 193); *porquicho*, expressão mais fina do que *porco*, *bácoro*; *almanicha* (Trás-os-Montes) «homem desalmado. Alma pequena. Brejeiro; vadio» (*Fig.*): «— E o caso é que já uma vez me vi comida p'las frieiras, e inda hoje estou p'ra saber quem foi o *almanicha* que m'as passou!» (Coelho, *OMA*, pág. 239). *Almanicha* é forma masculina, como *alma* o é em geral em frases que têm carácter de insultos: o *alma* de cântaro; o *alma* de seiscentos diabos: «O *alma* de seiscentos diabos, estomagado por eles se não deixarem chupar, tinha convidado os guardas a irem armar-lhes o laço» (Silva C., *Faránd.*, pág. 194/5).

Adjectivos

Delgadicho, *delgadichinho*: «linguagem familiar de Viana» (*R. L. XIV*, pág. 154); *pequerricho* (*R. L. XXV*, pág. 188; *Minho*), na Beira também *pequerrichinho*; *pequenicho* (*R. L. XI*, pág. 282; *Vila Real*). Todas estas formas usam-se no Norte. Além disso, *-icho* aparece, embora raramente, junto a outro sufixo: *sabichão*, *sabichona*: «Tinha-se lá por muito *sabichona*, e além dos temperos de toda a gente...» (Coelho, *OMA*, pág. 256).

d) *-acho*

-acho, na função diminutiva, conservava-se em algumas designações de crias: *lebracho* «lebre nova»; *corvacha* «fêmea do corvo, pequeno corvo»; *corvacho* também «pequeno corvo»; *corvinacho* «corvina pequena» (cf. *R. L. XVI*, pág. 94; Maças, *Animais*, pág. 25).

Depois: *fogacho* «pequeno fogo, pequena chama», ou também: «arrebatamento; manifestação de mau génio» (*Fig.*); emprega-se *fogacho* na linguagem familiar também na expressão: «isso são só *fogachos*» — «são coisas de pouca importância».

Riacho já é termo especial, mas ainda transparece o seu sentido diminutivo, embora demasiado fraco para *riacho* entrar em frases acentuadas ou afectivas. Neste caso, acrescenta-se-lhe *-inho* ou *-ito*: *riachozinho*, *riachozito*.

Vulgacho e *fratacho* são depreciativos. *Fratacho*, porém, é de uso muito menos frequente do que, p. ex., *fradeco*.

Diacho é alteração arbitrária do povo para evitar a palavra *diabo* (ao lado de *dialho* e *dianho*).

Penacho aproxima-se do sentido colectivo: «conjunto de penas com que se adornam chapéus, capacetes, etc.» (*Fig.*).

Adjectivos

Formas diminutivas ou afectivas de adjectivos em *-acho* são as seguintes: *pelacho* «nu, despido» (*R. L. XXV*, pág. 187; *Alto Minho*; vd. *pelote*, em *pelote* também derivado de «pele») e *coiracho* do mesmo significado e usado igualmente na mesma região (Trás-os-Montes, Minho): «O Manuel *despidinho*, *coiracho* ao colo da mãe, havia de estar engraçado!» (Coelho, *OMA*, pág. 171); *friacho* «um tanto frio» (de sentido figurado: «irresoluto, froixo», cf. *Fig.*); *verdacho* «esverdeado».

No entanto, *bonacho* (mais frequente na composição *bonachão*, *bonacheirão*) e *gordacho* (também na forma *gordachudo*, *gordanchudo*) tendem para a ideia aumentativa. Em todo o caso, traduzem algo de ironia e troça.

VI) Os sufixos com *-sc-*

Estes sufixos apenas aparecem isoladamente em formas diminutivas regionais.

a) *-esco*

É sobretudo sufixo de sentido «relativo a» (p. ex. *gigantesco*, *principesco*, ou semelhantes), pode, porém, em substantivos, tomar carácter pejorativo: *soldadesca*, *fradesco*. Não é, de maneira nenhuma, sufixo diminutivo.

b) *-asco*

-asco tem valor diminutivo nos vocábulos seguintes: *ramasco* «ramo pequeno das árvores» (*R. L. XXV*, pág. 196; *Alto Minho*); *nevasca* «nevada acompanhada de tempestade» (*Fig.*) (por pessoas da Beira também é interpretado «pouca neve» no sentido inverso a «nevão»).

Quanto a *verdasca*, «pequena vara muito flexível» (*Fig.*), é duvidoso se é derivado de *verde* ou se corruptela de *vergasta*.

Já termos especiais são: *verdasco* «vinho verde»; *borrasca* «tempestade»; *carrasco* «espécie de planta», etc.

Varrasco significa o mesmo que *varrão* «porco não castrado» e tende para aumentativo.

c) -isco

-isco é ainda mais produtivo na função diminutiva, como patenteiam as formas seguintes: *chuviscos*, *chuvénisco* «chuva miúda» (Fig.): «...regressava a Manteigas, sob os últimos *choviscos*» (Ferr., *Lã*, pág. 84); *chuvénisca*, no sentido figurado, «criança brincalhona, travessa» (Fig., Algarve); *pedrisco*, *saraivisco* «saraiva miúda»; *andorisca* «espécie mais pequena de andorinha» (Beira Baixa); *petiscas* «bocados de comida saborosa», num romance de Aquilino Ribeiro, aliás significa o mesmo que *periscas* (vd. Bessa, *Gíria*, pág. 240) ou *puriscas* «restos de cigarros»: «Mas como trazia sempre a sua reserva de *petiscas* detrás da orelha e no fundo dos bolsos, *petiscas* apanhadas no chão das feiras e onde calhava, não era fácil o vício pilhá-lo em branco» (Ald., pág. 161/2).

d) -osco

-osco é ainda mais raro do que -isco. Existe um diminutivo de «pião» *piosca* que ocorre na Beira Baixa. Bessa regista ainda, como termo antiquado, *pardosca* «tolo, imbecil» (*Gíria*, pág. 230), segundo o sentido aumentativo ou depreciativo.

e) -usco

Quase não há substantivos em -usco. Quanto a *chamusca* «acto de chauscar», o sentido diminutivo transparece no verbo de mesma raiz: *chamuscar* «queimar ligeiramente».

São formas substantivas e adjectivas *velhusco* e *vermelhusco*. Nos adjectivos, -usco tem função atenuadora: «um tanto velho»; nos substantivos, porém, traduz ideia pejorativa, semelhante a *velhustro* e *velhote*: «Já vejo, / que a *velhusca*, vossa ama, anda por fora» (Cast., *Fausto* I, pág. 198). *Vermelhusco* corresponde a «avermelhado», portanto -usco atenua, ao passo que -usco, no substantivo, interpreta ironia e troça: *vermelhusco* «homem com ideias avançadas, revolucionário».

Figueiredo regista *revelhusco* «um tanto velho», como termo *chulo*.

VII) Os sufixos com -ç-

a) -iço

Enquanto -aço é autêntico aumentativo ou depreciativo (vd. *tolaço*: «Entra, *tolaço* eunuco, / que se nos vai a maré», Gil Vic., II,

pág. 52; *mulheraça*, *gordaço*, *porcaço*, *negraço*, *ricaço*, e semelhantes), o valor de *-iço* parece variável. É diminutivo nos substantivos seguintes: *aranhiço* (de *aranha*) «pequena aranha»; *lagariça* «pequeno lagar»; *palhiço* «palha miúda»; *papeliço* «pequeno embrulho de papel»; *nabiça* «pequeno nabo» (cf. Allen, § 61).

Canico «cana delgada» por um lado é diminutivo. Porém, no significado, que tem no Alentejo, de «rede de canas, que se suspende do tecto, e em que se secam queijos» (cf. *Fig.*), parece colectivo, ou o sufixo indica a *determinação* a algo, como p. ex. também em *chamarico* «pequenos ramos secos destinados a acender o lume» (cf. Delg., *B. Alent.*) *cavalariça* «casa térrea destinada a habitação de cavalos» (*Fig.*).

Nas obras de Gil Vicente, *-iço* aparece mesmo num insulto: «Não sabes, dize, *parviço*, / que eu sou o mesmo paço!» (V, pág. 303).

Adjectivos

O modo de derivar adjectivos em *-iço*, na maioria dos casos do participio passado, já é arcaico: *honradiço* (Sá, I, pá. 169), *movediça* (Gil Vic., II, pág. 65), *agastadiças* (*ibid.*, VI, pág. 246). A interpretação é, em geral, «fácil de (mover, agastar, quebrar, etc...)», vd. *sumidiço*, *quebradiço*, *apoucadiço*. Parece que se aproveita desta possibilidade de formar novos adjectivos; na linguagem actual, p. ex., *apoucadiço* ainda não é apontado no dicionário de Figueiredo: «...entrou o portão da quinta, mais *apoucadiço* de maneiras do que era por estatura» (= de pouca aparência, pouco vistoso; A. Rib., *Arc.*, pág. 325).

-iço em *inteiriço*, adjectivo não derivado de um participio, serve para intensificar o sentido: «feito de uma só peça» (*Fig.*). Em outros casos de adjectivos não derivados de participios, *-iço* exprime: «relativo a...», p. ex. *lagariço* «relativo a lagar»; *canhamiço* «relativo ao cânhamo»; *palhiço* «feito de palha» (vd. *Fig.*).

A designação de cor *vermelhiço* «avermelhado» é excepção neste grupo de adjectivos, que, de facto, não tem nada que ver com diminutivos; do mesmo modo, *vermelhaço* é caso isolado no grupo de palavras em *-aço*.

b) *-uço*

É diminutivo em *palhuço*, que tem, no Minho e no Alentejo, o mesmo significado que *palhiço*; é aumentativo em *ganhuça*: «...com

a *ganhuça* pingue (= grande) de cinco contos de réis... — meteu à serra muito senhor de si...» (Silva C., *Farând.*, pág. 166) (de *ganho*). (Igualmente *-ouço* tem ideia aumentativa ou colectiva: *ricouço*, *tamanhouço*, *pedrouço*, *morouço*; cf. Moreira, *Est.* I, pág. 193).

Vermelhoço pode significar «um tanto vermelho», mas emprega-se este adjectivo sobretudo com respeito a comunistas, portanto toma ideia depreciativa: «E graças, quando todos os jornais *vermelhuços* estavam suspensos ou tinham virado a casaca» (A. Rib., *Arc.*, pág. 80). Visto que até o radical já se usa tantas vezes neste sentido, prefere-se-lhe, na linguagem corrente, o adjectivo encarnado, quando se fala da própria cor.

VIII) *-eiro*

Para terminar o capítulo sobre os sufixos que, ao lado de *-inho* e *-ito*, podem, entre outras funções, exercer a de atenuação ou diminuição, seja ainda mencionado o sufixo *-eiro*. De maneira geral, *-eiro* é frequentativo em adjectivos, p. ex. *acontecedeira*: «Cousa ... muito *acontecedeira*» (Gil Vic., III, pág. 13) ou mais exemplos: «...que meu gado é tão *erreiro*, / que sempre o verás andar / dum pecar a outro pecar...» (*ibid.*, II, pág. 236); «Ao passo que ensinava o *dieser*, *diese*, *dieses*, às filhas, duas *namoradeiras* ... ia picando o capitão...» (A. Rib., *Arc.*, pág. 41). Pode também tomar sentido aumentativo: «São muito *careiros*» = são muito caros.

No entanto, num glossário dialectal do Alto Minho, encontram-se dois exemplos de adjectivos em *-eiro* que se aproximam de diminutivos: *ruinzeiro* «um tanto ruim» (*R. L. XXV*, pág. 204) e *miudeiro*, «um tanto miúdo» (*R. L. XXII*, pág. 32). Precisamente nestes dois adjectivos, *-inho* não poderia exprimir «um tanto», pois *ruinzinho* e *miudinho* são formas afectivas. Será uma tentativa na linguagem falada de substituir o sufixo afectivo *-inho* por outro sufixo de função atenuadora (que *-inho* apenas pode possuir em relativamente poucos adjectivos)?

RESUMO

O emprego de sufixos diminutivos indica ao leitor ou interlocutor que aquele que fala ou escreve põe a linguagem afectiva no primeiro plano. Não quer comunicar ideias e reflexões, resultantes de profunda meditação, mas o que quer é exprimir, de modo espon-

tâneo e impulsivo, o que sente, o que o comove ou impressiona — quer seja carinho, saudade, desejo, prazer, quer, digamos, um impulso negativo: troça, desprezo, ofensa. Assim se encontra no sufixo diminutivo um meio estilístico que elide a objectividade sóbria e a severidade da linguagem, tornando-a mais flexível e amável, mas às vezes também mais vaga. O que, por um lado, possibilita a expressão espontânea e adequada de afectos, pode, por outro lado, servir para substituir sentimentos sinceros por fingidos. Uma vez encontrada a forma, já nem sempre importa o conteúdo.

Das línguas sul-românicas, abundantes em sufixos diminutivos, o português é uma das que mais os empregam. Por isso, fala-se às vezes da feminilidade e da brandura do português, notado sobretudo quais são os *meios formais* através dos quais se dá expressão ao afecto. A nosso ver, é também muito importante considerarmos a *sonoridade* de certas sílabas (sufixos), não só o seu significado. Tal qual uma melodia cantada sem palavras, por vezes, é a melhor expressão da alegria de viver ou outro afecto qualquer. No português, o melodioso e a tendência para suavizar a linguagem falada são realmente factores que não se deve deixar de considerar. De todos os sufixos afectivos *-inho* corresponde melhor a esse prazer de alongar e acentuar certos elementos formais preferidos. Provavelmente, o som cantável é uma das razões de *-inho* ter sido desde sempre o sufixo afectivo mais usado e produtivo, sem ter igual nem equivalente. Embora empregado frequentemente, continua a ser tão forte e expressivo que os Portugueses, na maioria dos casos e não contando as formas do adjectivo *pequeno*, renunciaram a acumulações de sufixos. O facto de *-inho* poder ser bem explorado foneticamente explica talvez que conquistasse também funções que pareceriam reservadas aos aumentativos (vd. *malcriadinho*, *ordináriozinho*, *ruinzinho*, *tortinho*, etc.). Soará mais agudo, forte e acentuado do que o curto *-ão* de ditongo nasal fechado. É facto interessante também que os Portugueses, embora nunca lhes faltem diminutivos adequados, têm por vezes dificuldade em encontrar aumentativos (que nem para todos os substantivos são possíveis) (cf. Rodr. Lapa, *Est.*, pág. 118).

Depois, a escolha entre *-inho* ou *-zinho* encontra-se muito ligada à questão do ritmo da frase (a não ser que se trate de diferenças regionais). Na linguagem das pessoas cultas, formada mais conscientemente, prefere-se *-zinho* a *-inho*, para assim se conservarem a forma inteira e a pronúncia inalterada do radical, ao passo que a linguagem

do povo, tendendo para a simplificação, prefere *-inho* (facto comprovado também pelos nomes próprios de lugares). Já que, nas províncias do Sul, em parte já na Beira Baixa, se criam as formas diminutivas muitas vezes sem infixo *-z-*, deu-se, nos substantivos em *-l*, o tipo diferente de plural que, na expressão *cordelinhos*, já chegou a entrar na linguagem escrita. Os plurais *panitos*, *canitos*, etc. em vez de *pãizinhos*, *cãizinhos* são limitados ao Alentejo e Algarve.

Certos grupos de frases — como pedidos, exclamações, apelos — evitam, pelo emprego de *-inho* tanto em substantivos como em adjectivos, outras expressões de delicadeza, como, p. ex., «tenha a bondade», etc. Além disso, *-inho*, sobretudo a adjectivos colocados em expressões de prazer, desgosto ou crítica, dá um carácter mais subjectivo e espontâneo, muitas vezes desconhecido dos estrangeiros. É, porém, raro que o diminutivo se afaste do sentido do radical, tornando-se termo especial (vd. *pertinho*, *cheiinho*, *carregadinho*) ; e caso paralelo ao do sufixo italiano *-accio*, que pode estar como palavra em si, não há em português.

O campo de acção dos sufixos a par de *-inho* e *-ito* é consideravelmente mais pequeno. Não se juntam a uma palavra qualquer, mas ocorrem, de preferência, em termos mais ou menos fixos e especiais, ou são regionalismos — como, em grupos maiores, os sufixos com *-ch-* (sobretudo *-icho* e *-ucho*) nas províncias do Norte, e *-ico* e *-eco* nas regiões vizinhas a Espanha.

É compreensível que sejam as mulheres (tanto as do povo como as das camadas sociais mais elevadas) quem especialmente emprega os sufixos afectivos. Depende menos da cultura pessoal do que do feitio individual de cada uma. É caso diferente o dos homens: inclinam-se mais para o emprego dos sufixos os do povo do que os cultos. Às vezes, porém, mesmo os homens bem educados gostam de se exprimir à maneira preferida do povo, sobretudo poetas por razões artístico-estilísticas. P. ex., António Nobre, poeta muito popular, abunda, nas suas líricas, em formas diminutivas ou afectivas, não só ao descrever a vida dos pobres e a mentalidade do povo, mas também em conversas para consigo, em reflexões ao cantar o seu desengano da vida. Por isso, a sua poesia soa suave, branda e saudosa e, o que é talvez ainda mais essencial, parece dirigir-se mais directamente a cada um dos seus leitores. Regra geral, pode-se dizer que os poetas ou autores que tencionam escrever para ou sobre o povo empregam os sufixos diminutivos com muita frequência. Outros, porém, para os quais a língua é instrumento para exprimir,

num estilo elevado e refinado, altos pensamentos, evitam os sufixos de que aqui tratámos (p. ex., quase não os há nas líricas de Antero de Quental e Fernando Pessoa, cheias de ideias filosóficas e problemas humanos). No entanto, as suas obras nunca serão tão populares como, p. ex., *Os simples* ou o *Só*. Pois é que o português medíocre prefere, tal como se reflecte na linguagem falada, a expressão subjectivo-espontânea e brando-suave ao estilo menos afectivo mas bem equilibrado e sério, por mais belo que seja. Entre os dois extremos situam-se autores como, p. ex., Garrett e Eça de Queirós, artistas da palavra escrita que podem permitir-se concessões ao modo expressional popular. Nas suas obras, os sufixos afectivos são meios estilísticos bem aplicados, não raro para fazer troça de alguém ou algo. Nestes autores poderá haver a influência de escola e mentalidade francesas, a ponto de ultrapassarem o próprio português para caracterizá-lo já por prazer, meiguice ou ironia jovial, já por troça aguda.

SILVIA SKORGE

Estudos toponímicos

Arrabães (Torquedá / Vila Real)

É de 1530-1531 a forma mais antiga: *Rabais* (*Arquivo Histórico Português*, vol. VII, pág. 251); em 1758, ainda *Rabaens* (*Dicion. Geogr. Manuscrito da Torre do Tombo*, vol. 36.^o pág. 555). Donde se conclui que a prótese do *a* é muito recente.

A sua base é um dos habituais genitivos do nome de possessor; neste caso, o genitivo do nome pessoal germânico simples, **hrabanis*, de *hraban* que significa 'corvo' ⁽¹⁾. Não será causa de estranheza surgir-nos uma palavra com tal sentido empregue antroponimicamente: lembremos por agora os casos antigos e seguros do latim *Corvus* e do grego *κόραξ* ⁽²⁾.

Andrães

Andrães é o nome duma povoação e freguesia do concelho de Vila Real, bem como de uma herdade na freguesia de Santo Isidoro de Riba-Tâmega do concelho de Marco de Canaveses. Da antiguidade deste segundo exemplar do topónimo *Andrães* nada podemos, por agora, afirmar, mas a verdade é que dele não existem abonações antigas de préstimo.

De *Andrães* do concelho de Vila Real podemos apresentar o seguinte elenco de formas antigas: no foral de Abaças, de 1200, *adranes* (*Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 514); no foral de Andrães, de 1208, *anđranes* e *adranes* ⁽³⁾; em 1220, *Andraes* (*Inq.*,

⁽¹⁾ E. Förstemann, *Altdeutsches Namenbuch*, vol. I, v.^o HRABAN, col. 870 e 871, com diversos exemplos onomásticos co-originaários.

⁽²⁾ Respectivamente J. PERIN, *Onom. Tot. Latinitatis* e W. PAPE, *Wörterbuch der griechischen Eigennamen*, s. vv.

⁽³⁾ f. 8-r. do *Livro II de Doações de D. Afonso III* (na Torre do Tombo).

pág. 41-1.^a col., 122-1.^a, 190-2.^a e 238-1.^a); em 1258, *adranes* ⁽⁴⁾; em 1320-1321, *Andraaēs* ⁽⁵⁾; em 1528, *andriaōs* ⁽⁶⁾; em 1530-1531, *Amdrões* (*Arquivo Histórico Português*, vol. VII, pág. 251); em 1706, *Andraens* (C. Costa, *Corogr. Port.*, vol. I, pág. 519); em 1747, *Andraens* (Luís Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. I, pág. 476-2.^a col.).

É mais outro topónimo de origem germânica; como em *Arrabães*, a sua base é um nome pessoal simples; certamente um genitivo **andranis*, indubitavelmente o primeiro elemento de nomes compostos, como *Andraldus* de 986 (*Cartulário de «Sant Cugat» del Vallés*, vol. I, pág. 155) e *Andreberga* ou *Andregundis* (*Förstemann, Altdeutsches Namenbuch*, vol. I., col. 106 e 107); se bem não pareça conclusiva a doutrina de Förstemann e no artigo *ANDAR* haja erros ⁽⁷⁾, podemos assentar muito provisoriamente em que o elemento gótico *anthar* «outro, segundo», extraído de nomes compostos como os três de acima, foi utilizado como nome pessoal simples ⁽⁸⁾.

A mesma origem terá talvez o topónimo galego *András* (freg. do munic. de Villagarcía de Arosa da prov. de Pontevedra).

Formestes (Vilar de Maçada / Alijó)

Mau grado os esforços que envidámos, não nos foi possível encontrar quaisquer formas antigas de *Formestes*; talvez nos Livros de Registos Paroquiais de Vilar de Maçada (cujo paradeiro ignoramos) se encontrem elementos aproveitáveis.

(4) f. 86 — v. do cit. *Livro II de Doações de D. Afonso III*; as inquirições que neste livro foram coligidas atribuem-se ao ano de 1258 (vid. *Memórias para a História das Inquirições*, pág. 58 e 60).

(5) f. 20-r. do Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra (na Torre do Tombo).

(6) f. 113 — v. do n.º 117 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em f. 33 — v. do n.º 16 — *Papéis das Igrejas Secção dos Mosteiros da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga* vem *andriaaos*.

(7) Absolutamente inaceitável considerar *Andreas* ou *Andreas* como antropónimos de origem germânica (*Altdeutsches Namenbuch*, col. cit.).

(8) Sem quaisquer preocupações, bem entendido, quanto ao sentido próprio desse elemento; sobre esta como fossilização de determinados elementos dentro da antroponomástica germânica, vid. algo apud. J. PIEL, *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, vol. I, pág. 12.

Há, todavia, um topónimo espanhol cuja história, cremos, aclara a do nosso nome local transmontano: *Frómista* (vila com município / prov. de Palência). Conhecemos algumas formas antigas que reputamos suficientemente esclarecedoras: *Formestam* de 1139⁽⁹⁾, *Fromesta* de 1196⁽¹⁰⁾ e *Fromesta* de 1255⁽¹¹⁾.

Parece evidente que o topónimo espanhol tem a sua base num nome de mulher; o -a da terminação, comparável ao de muitíssimos nomes medievais de mulher de origem germânica⁽¹²⁾, é suficientemente esclarecedor. O topónimo português é transparentemente o representante dum patronímico, *Fromestici*; não oferece dificuldade a oposição e / i de *Formestes* / *Fromista* (cfr., v. g., port. *mesmo*, *vespa*, *nêspira* / esp. *misimo*, *avispa*, *níspero*: Pidal, *Manual de Gram. Histór. Española*, pág. 56 da ed. 10.^a), nem a metátese do r no topónimo português e a da primeira forma apresentada do espanhol⁽¹³⁾. A maior dificuldade parece-nos estar na antecipação do acento no top. espanhol, facto que se nos afigura inegável⁽¹⁴⁾.

(9) M. MAÑUECO VILLALOBOS, *Documentos de la Iglesia de Santa Maria la Mayor de Valladolid*, Valladolid, 1917, vol. I, pág. 185 e 187.

(10) A. GONZÁLEZ PALENCIA, *Los Mozárabes de Toledo*, vol. preliminar, pág. 57; no vol. III, pág. 7 e 441, com referência aos anos de 1170 e 1185 respectivamente, aparecem formas que o douto organizador transcreveu por *Frómista*, induzido pelo aspecto actual do topónimo; mas *frumista*, como registam os alegados documentos, não tem necessariamente que ser transcrita como fez G. Palencia...

(11) R. MENÉNDEZ PIDAL, *Documentos Lingüísticos de España*, Madrid, 1919, pág. 252.

(12) JOSEPH M. PIEL, *Sobre a Formação dos Nomes de Mulher Medievais Hispano-Visigodos* in *Estudios Dedicados a Menéndez Pidal*, Madrid, 1956, t. VI, pág. III-150, arrola numerosíssimos nomes de mulher com a aludida terminação -a.

(13) Esta primeira forma espanhola ou tem metátese fortuita ou, quando muito, pouco persistente, porquanto as formas que se lhe sucedem, incluindo as que vêm *apud* G. PALENCIA e a actual, têm todas fr- inicial.

(14) Não vamos agora fazer estendal dos numerosos casos em que, por exemplo, no português ou no francês, se verificam deslocções do acento tónico; limitando-nos ao espanhol (cfr. PIDAL, *Man. de Gram.* cit., pág. 38-39 e 307-309 da ed. 10.^a), haverá que notar não ser a transposição do acento em *Fromista* > *Frómista*, perfeitamente da mesma natureza que em *Dios* > *Diós*; mas a verdade é que em ambos o acento *procurou*, se assim podemos dizer, a vogal mais aberta, neste caso o o. Quem algum tempo residiu em Espanha, terá notado que o facto das vogais duma palavra serem abertas e de timbre por vezes mais aberto que a vogal da sílaba tónica cria nessa palavra uma situação

O nome pessoal germânico na base destes dois topónimos peninsulares cremos ser constituído por *fróth(s)* 'fino, prudente, sábio' ⁽¹⁵⁾, que indubitavelmente se observa em antropónimos, como *Frotmundus*, *Frodmundus*, *Fromunds* ⁽¹⁶⁾, e *maists*, superlativo de *mikils* 'grande' ⁽¹⁷⁾; assim, o hipotético *Frothmaistu* significaria qualquer coisa como 'o mais prudente, o mais sábio'.

O elemento *maists* aparece, cremos, num patronímico de 1127, *Mestariz* ⁽¹⁸⁾; o nome é decomponível em *mest(a)* + *ricus* (vogal de ligação *a*) < *maists* + *reiks* ⁽¹⁹⁾.

Tásem — Rosém — Reimão

Tásem (*Tásem/Valpaços*) documenta-se, pelo menos, desde o séc. XIII: em 1258, *Tasindi* (*Leges et Cons.*, vol. I, pág. 676); em 1258, *Toazindi*, *Teosindi*, *Tozindi*, *Tazindi* e *Taazindi* ⁽²⁰⁾; em

de instabilidade para o acento tónico dela: entre muitos casos, recordaremos *ferrocarrilés*, *Moncloá*, *tránvia* e *álguien* em vez dos normais *ferrocarriles*, *Monclóa*, *tranvía* e *alguién*. A transferência do acento deu-se nestes casos nas mesmas condições, ou seja, o acento procurou a vogal mais aberta. Cremos que factos destes ajudarão à explicação de *Fromista* > *Frómista*. No que diz respeito ao português, o mesmo facto pode ocorrer (vid. estudo seguinte acerca de *Tásem*).

⁽¹⁵⁾ FÖRSTEMANN, *Altdeutsches Namenbuch*, col. 956 da 3.^a ed.; G. SACHS, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, pág. 53.

⁽¹⁶⁾ Antropónimos estes cuja existência, ao que parece, não se regista em documentação portuguesa; muitos frequentes em francês, vid., v. g., *apud* B. GUÉRARD, *Cartulaire ... de S. Bertin*, pág. 458 (séc. XI) e *Cartulaire... de Chartres*, VOL. I pág. 188 (antes de 1070) e vol. II, pág. 441 (em 1118); um apanhado de outros nomes pessoais de origem germânica cujo primeiro elemento é também *fróth(s)* pode ver-se *apud* A. DAUZAT, *Les noms de famille de France*, Paris, 1945, pág. 76-77.

⁽¹⁷⁾ F. MOSSÉ, *Manuel de la langue gothique*, Paris, 1943, s. vv. in Glosário.

⁽¹⁸⁾ *Memórias para a História das Inquirições*, pág. 6 dos Documentos ... de Cidi Mestariz.

⁽¹⁹⁾ Por demais conhecido é o germânico *reiks* > *ricus*; e frequente é também oscilarem certos elementos entre a posição inicial e a final, como sucederá com *maist(s)*: *Maistareik-* e *Frothmaist-*.

⁽²⁰⁾ in fl. 191-r. e v. do *Livro II das Inquirições de D. Afonso III*; este códice, que se encontra na Torre do Tombo, contém versões muito más, como se confirma com o elenco que apresentamos aqui.

1320-1321, *Tausendi* ⁽²¹⁾; em 1528, *Tasandi* ⁽²²⁾; em 1530-1531, *Tasem* (*Arquivo Histórico Port.*, vol. VII, pág. 270); em 1706, *Tazem* (*Carv. Costa, Corogr. de Port.*, vol. I, pág. 510).

Tássem (Vila Nova de Tássem/Gouveia) documenta-se muito menos e revela já no séc. XIII apócope da sílaba final: em 1258, *Taasen* (*Inq.*, pág. 771-2.^a vol. e 772-1.^a col.).

Na história destes topónimos há dois pontos a considerar. Um é a retrocessão do acento tónico da última para a penúltima sílaba; embora por vezes surja a grafia *Tasém*, não há dúvida de que, tanto no espécime transmontano como no beirão, se generalizou a pronúncia *Tássem*, sendo *Tasém* forma meramente gráfica usada por conhecedores de antigualhas. A transferência do acento procede de razões idênticas às que explanámos a respeito de *Fromista* > *Frómista* ⁽²³⁾; neste de *Tasém* > *Tássem* foi o *a* aberto da sílaba inicial, resultante da contracção dos dois anteriores *aa* que aparecem em algumas formas do séc. XIII, que atraíu a si o acento tónico ⁽²⁴⁾.

O outro ponto a ter em atenção diz respeito a que não podem subsistir dúvidas quanto à queda da sílaba final de *Tasendi* ou *Tasende* ⁽²⁵⁾; limitamo-nos, afinal, a completar o estudo encetado pelo Senhor Prof. J. Piel ⁽²⁶⁾, mas, para esclarecermos melhor os

⁽²¹⁾ sic in fl. 21-v. do códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra (T. do Tombo); a grafia tem uma forma estranha, pois sobre *au* parece estender-se um *til*: cremos que houve erro de cópia, estando num documento anterior, ou tendo pretendido escrever-se, *aa*.

⁽²²⁾ sic in fl. 113-r. do códice n.º 117 da *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa. Forma nitidamente arcaizante, como tantas outras que se nos deparam em documentos de procedência eclesiástica.

⁽²³⁾ vid. supra nota 14.

⁽²⁴⁾ Talvez possamos apresentar futuramente mais exemplares onomásticos portugueses onde se verifica idêntica retrocessão do acento, mas só avançaremos com o asserto depois das indispensáveis verificações.

⁽²⁵⁾ Notemos já que evidentemente a referida apócope nem sempre se produz; assim a uma forma de 1218, *Tasindi* (Julio Gonzalez, *Alfonso IX*, vol. II, pág. 469), corresponde hoje *Tasende* (paróq. de S. Martín de Rodis / mun. de Cerceda / prov. de la Coruña).

⁽²⁶⁾ J. M. PIEL, *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*, Lisboa, 1945, s. v. *Raimonda* — *Reimão*, *Rozém* e *Tazém*. No nosso presente estudo, visto que nos conformamos com as explicações do sr. Prof. Piel a respeito das bases germânicas destes topónimos, abstermo-nos de mais alongamentos, remetendo duma vez por todas para os cit. *Nomes Germ.*, estudo que foi publicado neste *Bolet. de Filol.*. Acrescentemos ainda que não fazemos um estudo acurado

factos, apresentamos mais exemplos em que a aludida apócope de *-de* se produziu também comprovadamente.

Assim, *Rosém* (*Rosém*/Marco de Canaveses) identifica-se com *ranosendi* de 1066 e 1070 (*Dipl. et Chartae*, pág. 283 e 304), *rozindi* de 1258, *roosendj* de 1277 ⁽²⁷⁾ e *Rosem* de 1430-1431 (*Arq. Histór. Português*, vol. VII, pág. 245) ⁽²⁸⁾.

Também *Reimão* assenta em *Ragimundu* ou *Ragimundi*: facilmente é seriar formas como *Raimundus* > *Raimondo* > *Reimon* > *Reimão* ⁽²⁹⁾.

Outros exemplos onomásticos desta apócope poderiam aduzir-se ⁽³⁰⁾. Igualmente em castelhano o fenómeno é observável; aos exemplos de M. Pidal (*Manual de Gram. Hist. Esp.*, pág. 168-169 da ed. 10.^a e *Orig. del Esp.*, pág. 80 da ed. 3.^a) outros poderíamos juntar: *San Serván*, por *San Servando* (v. 3047 e *passim* do *Poema de Mio Cid*) etc. etc.. E do francês nem vale a pena falar...

Balança (Balança — Terras de Bouro)

A série de formas deste topónimo com bem curiosa história é a seguinte: no séc. XII, *abundantia* ⁽³¹⁾; em 1220, *Velanci*, *Volanci*,

e exaustivo de todos os topónimos: somente queremos tornar bem evidente a apócope de sílaba, seriando cronologicamente formas que se identificam.

⁽²⁷⁾ *Corpus Codicum*, vol. I, pág. 475 (além desta forma, aparece também *Rogindi*) e *Revista Lusitana*, vol. XI, pág. 87, respectivamente.

⁽²⁸⁾ Já, porém, a *Ranosindi* de 924 (*Dipl. et Ch.*, pág. 18), *Ranusindi* de 985 (*Dipl. et Ch.*, pág. 99), *Roosendi* de 1258 (*Inq.*, pág. 516 — 2.^a col.) e *Roosendi* de 1290 (*Elucidário*, vol. II, pág. 395, s. v. *vargá II*), corresponde *Rosende* (Sousa / Gondomar).

⁽²⁹⁾ vid. *Onom. Med. Port.* de A. A. CORTESÃO e pág. 51, 129 e 450 da *Antrap. Portug.* de LEITE DE VASCONCELOS. Também coexistem, neste caso, formas apocopadas e não-apocopadas: *Reimão*, *Reimonda* e *Reimonde* (vid. AM. COSTA, *Dicion. Corogr. e PIEL*, op. cit.).

⁽³⁰⁾ Claro está que não estamos a confundir esta apócope com aquela que se produz em próclise (vid., v. g., J. J. NUNES, *Comp. de Gram. Hist. Port.*, § 33-3.^a-V, pág. 75 da ed. 2.^a).

⁽³¹⁾ No Rol de Igrejas de Braga (Arq. Distrital de B.) a que se tem atribuído a data de $\pm$ 1100, mas que nós cremos um pouco mais moderno e sobre o qual se pode ver o que escrevemos neste *Boletim de Filologia*, t. XV, pág. 271, nota 87. Como é esta forma *abundantia* que nos dá a chave do topónimo e ela se afasta muito das restantes, cumpre-nos aqui dizer das razões por que fizemos a identificação: no Rol, salvante um pormenor que aclarare-

avolanci e *avalanci* (*Inq.*, pág. 21-2.^a col, 96-2.^a, 179-2.^a e 223-2.^a); em 1258, *Volanci* (*Inq.* pág. 423-1.^a col.); em 1320-1321, *avolancj* ⁽³²⁾; em 1527, *Valance* (*Arquivo Histórico Português*, vol. III, pág. 253); em 1528, *valance* ⁽³³⁾; em 1689, *valanse* (Meireles, *Pron-tuário*, pág. 570); em 1706, *Balança*. (C. Cosa, *Corografia Port.*, vol. I, pág. 256); em 1751, *Balança* ou *Balança* (Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, pág. 16); em 1767, *Balança* (Paulo Dias de Nisa, *Port. Sacro e Profano*, vol. I, pág. 78); pelo séc. XIX, *Balança* ⁽³⁴⁾ e rara vez *Balance*, forma antiga usada ou ainda registada por conhecedores ⁽³⁵⁾.

A designação primitiva era *villa Abundantia*, isto é, a vila cujo senhor se chamava *Abundantius*, nome que se escreveu às vezes arbitrariamente *Habundantius*: na época romana assinala-se *Abundantius* ⁽³⁶⁾; no séc. X, *Abundantius*, *Abundanzo* e *Habundan-*

mos, aparece uma série de freg. desde S. Salvador do Souto até S. João do Campo que hoje compactamente pertencem ao conc. de Terras de Bouro; *abundantia* que está dentro dessa série de onze paróquias, por exclusão de partes, só poderá identificar-se com *Balança*; e finalmente (o que não é rigorosamente probatório mas que, em face das considerações anteriores, leva a uma decisão) o orago de *abundantia* e de *Balança* é S. João.

O pormenor a que acima se alude é o seguinte: o Rol do séc. XII, nas suas onze verbas finais de que acima falámos, inclui *š. mathei* (= S. Mateus) e *š. lecadia de ripa homine* (= S. Leocádia de Riba Homem); ora hoje existe apenas S. Mateus da Ribeira de Homem, freg. que resultou da fusão das duas primeiras; sem minuciar-mos o ponto, diremos que, v. g., as *Inq.* de 1258 (p. 424) e o cód. n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra (fl. 11. r), já só mencionam S. Mateus. Em estudos nossos, tratámos de um caso de fusão de freguesias que, embora mais recente, é aproximável deste: S. Julião + Palácios = S. Julião de Palácios (in *RPF*, vol. VIII, pág. 47-48).

⁽³²⁾ fl. 11-r. do Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra (T. do Tombo).

⁽³³⁾ fl. 100-r. do Códice n.º 117 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁽³⁴⁾ A. FERNANDES PEREIRA, *Dicionário Geográfico*, Porto, 1852; PEDRO JOSÉ MARQUES, *Dicionário Geográfico*, Porto, 1853; F. A. DE MATOS, *Dicionário Corográfico*, Lisboa, 1889; SILVA LOPES, *Dicionário Postal*... Lisboa, 1891.

⁽³⁵⁾ Vid., v. g., nota de pág. 21 de *Inq.* (publicadas em 1888) onde se regista ainda *Balance* a par com *Balança*.

⁽³⁶⁾ L. DE VASCONCELOS, *Antroponímia Port.*, pág. 26, diz aparecer este nome numa epígrafe lapidar então inédita; vid. também J. PERIN, *Onomasticon Totius Latinitatis*, s. v., onde igualmente se regista a variante gráfica con *h*.

tius⁽³⁷⁾; ainda em documento não-português mas peninsular, se pode ler *Abundantio*⁽³⁸⁾.

Como é claríssimo, o nome nada tem que ver com o apelativo *balança*; apenas a fixação de *Balance* em *Balança* se deve realmente a uma atracção paronímica do referido nome comum.

Pondo de lado o que é sabidíssimo, convirá atentar no seguinte: a passagem de *nd* > *n*⁽³⁹⁾, seguida de *n* > *l* em consequência de dissimilação, tem paralelo em *Sendamundi* > *Sanamundi* > *Salamonde*⁽⁴⁰⁾. Outros exemplos onomásticos em que verificamos dissimilações de nasais são: *Noumam* > *loumão*⁽⁴¹⁾; *Nandini* > *Nandim* > *Landim*⁽⁴²⁾; *Melendo* e *Melendiz*, muito frequentes formas dos nomes pessoais *Merendo* e *Menendiz*⁽⁴³⁾;

o > a átono deve-se à influência do *l* com reforço numa assimilação ao timbre da vogal da sílaba tónica⁽⁴⁴⁾;

a resolução da final átona *-ia* em *-e* tem paralelo em *Laurias* > *Loures*, *Cornias* > *Cornes*⁽⁴⁵⁾, *Chavias* > *Chaves*⁽⁴⁶⁾, *Francia* > *França*⁽⁴⁷⁾, etc.

(37) CORTESÃO, *Onomástico Med. Port.*

(38) LUCIANO SERRANO, *Cartulário de S. Millán de la Cogolla*, Madrid, 1930, pág. 190 (doc. de 1064.)

(39) L. DE VASCONCELOS, *Esquisse*, pág. 120 e JOAQUIM DA SILVEIRA, *Revista Lusitana*, vol. 33.º, pág. 255-256.

(40) SILVEIRA, *Rev. Lusitana*, loc. cit.; *Sendamundi* é a forma que de facto aparece no citado Rol de Igrejas de Braga (*supra* nota 31). Quanto a *n* > *l*, vid. ainda SILVEIRA, *Rev. Lusitana*, vol. 35.º, pág. 83-84.

(41) Formas respectivamente de 1258 (*Inq.* pág. 888-2.ª col., 889 — 2.ª e 890-1.ª e de 1527 (*Cadastro*, pág. 178); hoje *Loumão* (Queirã / Vouzela).

(42) Formas respectivamente de 991 (*Dipl. et Ch.*, pág. 100), 1220 (*Inq.*, pág. 67-2.ª col. e *passim*) e 1527 (*Arquivo Hist. Port.*, vol. III, pág. 269): hoje *Landim* (Landim / V. N. de Famalicão.)

(43) *Onom. Med.* de Cortesão; aos escassos exemplos deste onomástico, muitos mais poderíamos juntar.

Façamos notar que os três exemplos de dissimilação de nasais não são, como é evidente, absolutamente idênticos, tanto na qualidade como na quantidade dos intervenientes; o que mais se aproxima do caso do nosso topónimo é o segundo (*Nandim* > *Landim*).

(44) J. J. NUNES, *Comp. de Gram. Histór.*, pág. 59-60 e 158 da 2.ª ed.

(45) J. DA SILVEIRA, *Rev. Lusit.*, vol. 16.º, pág. 156.

(46) ID., *Rev. Port. de História*, t. v. pág. 271-276.

(47) É *France* (France / Viseu) que, em 1127 e 1154, se escreve *Francia* (respectivamente em *Memórias para a História das Inquirições*, pág. 3 dos

Outros nomes locais homónimos são *Balança* ou *Herdade da Balança* (Ana Loura, Estremoz), *Balança* (Sanguedo, Feira), *Balança* (casal de S. Gens, Montemor-o-Novo) e *Balanças* (Lavre, Montemor-o-Novo). Só de um espécime, o do concelho da Feira, temos abonação antiga: em 1514, *balança* (*Arquivo do Distr. de Aveiro*, vol. V, pág. 174); o facto de ser do N. do país faz-nos hesitar e força-nos a sobrestar na proposta de qualquer solução até que outros elementos surjam. Mas os espécimes do Alentejo são nitidamente topo-antropónimos recentes: um é da conhecida fórmula *Herdade da...*; além disso, na Espanha meridional existem também «caseros» cujos nomes têm igualmente origem em apelido-alcunha ou alcunha⁽⁴⁸⁾: *Los Balanzas* (mun. de Cartagena, prov. de Múrcia), *Balanzona* (mun. de S. Eufémia, prov. de Córdova) e *La Balanzona* (mun. e prov. de Córdova)⁽⁴⁹⁾.

Postemião — Carude — Noeme

Ao estudioso da toponímia surgem por vezes espécimes cuja documentação antiga é, por um motivo ou por outro, desesperantemente pobre ou precária; é o que sucede com os nomes locais em título aos quais aliás quem quer será capaz de fairar étimos.

Postemião (Taboças / Vieira do Minho): os registos modernos trazem muitas vezes *Poste-meão* e *Posto-meão*; formas do séc. XVII

Documentos e REUTER, *Chancelarias*, pág. 241), em 1258 e 1320-1321, *Franci* (respectivamente em *Inq.* pág. 867-1.ª col. e *passim*, e f. 29 v. 29 v. do Códice n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra — T. do Tombo) e, em 1527, *ffrance* (*Cadastro da População do Reino*, pág. 136). É com toda a evidência um divergente de *França* (conc. de Bragança) e *Franza* (Munic. de Mugardos / provinc. de La Coruña) que sofreram um tratamento mais normal, digamos. De momento, não nos ocorrem exemplos desta evolução fora do onomástico.

(48) A. DAUZAT, *Les noms de famille de France*, Paris, 1945, pág. 161, dá *Balança* como apelido indicativo de origem equivalente a *Valencien*: opinião inseguríssima. De Portugal, conhecemos *Balançuela*, apelido de aspecto espanhol. Afigura-se-nos razoável crer que, tanto em França como entre nós, se afeiçoaram elementos onomásticos originariamente espanhóis e escritos *Balanza* e *Balan-zuela*.

(49) *Diccionario Corográfico conforme al Nomenclátor*, Madrid, 1940, s. v.; especialmente se atente em *Los Balanzas*, onde está clarissimamente patente a origem antropónimica do topónimo.

são *postomeam* ⁽⁵⁰⁾ *postemeam* ⁽⁵¹⁾ e *postimião* ⁽⁵²⁾; em 1758, escreveu-se *Postomeão* ⁽⁵³⁾. Tudo aponta para uma base como *villa* ou *villare Postumiani*. O nome latino é bem conhecido e é um daqueles antropónimos agrupáveis em séries típicas: *Postumus* — *Postumius* — *Postumianus* ⁽⁵⁴⁾, como *Maximus* — *Maximius* — *Maximianus*, *Flavus* — *Flavius* — *Flavianus* e muitíssimos mais.

Desnecessário insistir em que o e de *Postemião* resultou de obscurecimento do timbre do o átono, facto para que muitas vezes temos chamado a atenção; e < > i pretónico é também vulgar.

Carude (1. — Anjos / Vieira do Minho; 2. — Escariz / Vila Verde): o primeiro exemplar diz-se em 1689, *Carude* ⁽⁵⁵⁾; o segundo ⁽⁵⁶⁾ diz-se *cazal de Carude* em 1778 ⁽⁵⁷⁾.

Mas surgem dificuldades: em 1220 existia na freg. de Anjos ⁽⁵⁸⁾ um indivíduo de nome *Carudu* (*Inq.*, pág. 147-1.^a col.) Teremos uma lição falsa por *Carudii*, sendo o apelido do homem tomado do nome local anterior? Ou a forma primitiva seria *Carudo* que teria transitado a *Carude*, mercê do consabido obscurecimento do timbre do o átono?

Inclinamo-nos a crer que a forma primitiva era um genitivo, não só porque as formas mais antigas sob que se documentam ambos os espécimes terminam em e (e o obscurecimento e confusão de

⁽⁵⁰⁾ fl. 43-v. e 60-v. (1628), fl. 10-r. e 45-r (1630), fl. 12-r e. 62-r. (1631), fl. 63-r (1633) do *Livro Mixto n.º 1* dos registos Paroquiais da freg. de Taboças / Vieira do Minho (Arquivo Distrital de Braga); grafias diferentes do mesmo livro: *posturneão* e *postorneão* (fl. 47-r. e v. e 48-r de 1636 e 1638 respectivamente).

⁽⁵¹⁾ fl. 41-v e *passim* (1624) do mesmo *Livro Mixto n.º 1*; *postemeão* aparece também em fl. 24-v., 25-v. e 28-r de 1643, 1644 e 1646 respectivamente: esta forma é menos frequente.

⁽⁵²⁾ fl. 18-r e 20 e *passim* de 1637: forma ainda menos frequente.

⁽⁵³⁾ Pág. 5 do vol. 36.º do *Dicionário Geográfico Manuscrito da Torre do Tombo*.

⁽⁵⁴⁾ J. PERIN, *Onomasticon Totius Latinatis*, s. v.

⁽⁵⁵⁾ MEIRELES, *Prontuário das Terras de Portugal*, pág. 238.

⁽⁵⁶⁾ Reduzimos compreensivelmente *Carude* 2.º e 3.º do *Dicion. Corogr.* de AM. COSTA a um só exemplar.

⁽⁵⁷⁾ Mas com remissão para 1433: pág. 130 do vol. V do *Boletim de Trabalhos Históricos* de Guimarães.

⁽⁵⁸⁾ Esclareçamos que a actual freg. de Santa Maria dos Anjos aparece ainda no séc. XVI com o nome de Santa Maria de Ladrões (*Arq. Hist. Port.*, vol. III, pág. 255)

o < > e é recente e não-generalizado), como porque existe na Galiza *Carude* (munic. de Taboada da prov. de Lugo) que em 1252 era *cassali de Carude* ⁽⁵⁹⁾.

Hipoteticamente a base será um genitivo *Caruti*; se bem que não esteja atestada a existência de *Carutus*, é lícito supô-la, pois é tal nome pessoal o segundo anel numa cadeia como *Carus* — **Carutus* — *Carutius* — *Carutianus*.

Noeme (Sé / Guarda): tem origem muito provável no nome de mulher *Nôemi* ⁽⁶⁰⁾. A documentação para o estudo deste topónimo empobreceu mercê de incidentes vários: estamos em crer que no chamado «Rol dos 66 Julgados» que se arquivava na Torre do Tombo ⁽⁶¹⁾, encontraríamos alguns elementos; além disto e pelo que diz respeito ao séc. XVI, quase se têm dúvidas em identificar com *Noeme* uma forma como *no cume*, com certeza gráficamente estropiada ⁽⁶²⁾.

Acrescentemos que *Noeime* é forma errada e que se emprega hoje muito *Noemi* ⁽⁶³⁾.

Correcções e aditamentos

As nossas notas publicadas neste *Boletim de Filologia*, tomo XV, temos que aditar algumas observações que condensamos quanto possível:

Zimão (pág. 261-262) — Cremos hoje que do nosso esforço re-

⁽⁵⁹⁾ Também aqui há que pôr reserva, pois a forma foi tirada de fl. 228-v. do *Tombo de Osera*, cartulário do séc. XVII... (códice n.º 86 do *Archivo Histórico Nacional* de Madrid).

⁽⁶⁰⁾ J. PERIN. *Onomast. Tot. Latin.* cit., s. v.; no *Onom. Med.* de Cortesão, arrolou-se *Noemiz* que é talvez um matronímico.

⁽⁶¹⁾ Este Rol, hoje na sua quase totalidade perdido, é minuciosamente descrito por J. PEDRO RIBEIRO, *Memórias para a História das Inquirições*, Lisboa, 1815, pág. 84 sgg.: são exactamente essas minúcias que nos dão aso à suposição.

⁽⁶²⁾ MAGALHÃES COLAÇO, *Cadastro da População do Reino* (1527), Lisboa, 1931, pág. 102; editou-se, como é sabido, uma má cópia do original, que estava na Torre do Tombo e foi dela *desviado*, guardando-se actualmente no *British Museum*.

⁽⁶³⁾ O erro *Noeime* vem, por exemplo, em AM. COSTA, *Dicion. Carogr.*; e um *i* final como em *Noemi* é muito mais frequente do que deixa supor L. DE VASCONCELOS, *Esquise*, pág. 113 e *passim*.

sultou um étimo *construído* e que as formas toponímicas do séc. XIII que lá citamos, *Eziman* e *iziman*, são simplesmente grafias deficientes de *Êziman* e *Íziman*; sendo assim, a base do topónimo é o nome pessoal germânico *Enziman*, *Enzeman* e *Inziman* (Förstemann, *Alt-deutsches Namenbuch*, 1.º vol., col. 134).

-udo (pág. 270-284) — Pondo de parte topónimos recentes como *Pétio do Pencudo* (Penha de França / Lisboa) e outros, queremos assinalar a existência de *Peaguda* na Galiza (munic. de Rairiz da Veiga da prov. de Orense); na carência embora de formas antigas, afigura-se-nos plausível ver neste topónimo um co-originário do português *Péguda(s)*; no nome galego produziu-se não uma contracção, mas sim um afastamento ou dissimilação de vogais contíguas do mesmo tipo que a que se observa em *Geastal*, em vez de *Geestal*, e *Meadela* (freg. do conc. de Viana do Castelo), em vez de *Amædela* em 1258 (*Inq.*, pág. 330-2.ª col.).

PEDRO CUNHA SERRA

Cito

Los usos del artículo en «El Victorial» de Gutierre Díez de Games (Contribución al estudio de la sintaxis del castellano en el siglo XV)

El artículo concordante en función de término primario (*)

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS ^(a)

- A. Alonso, *Gram.* = Amado Alonso y Pedro Henríquez Ureña, *Gramática Castellana*, 2º Curso, 9ª ed. Buenos Aires, 1950.
- Academia = Real Academia Española, *Gramática de la Lengua Española*. Madrid, 1931.
- Apuntaciones* = Rufino José Cuervo, *Apuntaciones críticas sobre el lenguaje bogotano*. 7ª ed. Bogotá, 1939.
- Badía = A. Badía Margarit, *Gramática Histórica Catalana*. Barcelona 1951.
- BAE = Boletín de la Real Academia Española. Madrid, 1914 y ss.
- Bello = Andrés Bello y Rufino J. Cuervo, *Gramática de la Lengua Castellana*. Buenos Aires, 1945.
- BICC = Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Bogotá, 1945 y ss.
- Bruneau-Brunot = F. Brunot y Ch. Bruneau, *Précis de grammaire historique de la langue française*. 3ª ed. Paris, 1949.

(*) El presente trabajo forma la primera parte de una tesis doctoral, — titulada: «La Sintaxis de «El Victorial» de G. Díez de Games — Los usos del artículo y otros temas afines» — realizada en la Universidad de Granada (España), bajo la dirección del Prof. Dr. D. Manuel Alvar López, y que se leyó en la Universidad Central de Madrid en octubre de 1954, obteniendo la calificación de Sobresaliente y Premio Extraordinario. También le fue concedido un Premio Menéndez Pelayo del C. S. I. C.

En la presente edición, por penuria de espacio, ha sido preciso reducir al mínimo la transcripción de citas textuales, que van referidas siempre a la ed. de D. Juan de Mata Carriazo, *El Victorial. Crónica de D. Pero Niño, Conde de Buelna, por su alférez Gutierre Díez de Games*, en *Colección de Crónicas Españolas*, I, Espasa-Calpe, Madrid, 1940.

El trabajo se edita sin retocar apenas y sin modificaciones en la bibliografía aducida originariamente.

(^a) Recogemos en esta lista solamente las obras citadas en abreviatura y que no han sido explanadas en ninguna nota. No toda la bibliografía aducida ha podido ser consultada directamente,

- Cieza de León* = Pedro de Cieza de León, *La Crónica del Perú*. Espasa-Calpe (Col. Austral, núm. 507), Buenos Aires, 1945.
- Cortés* = Hernán Cortés, *Cartas de relación de la conquista de México*. Cito por Espasa-Calpe (Col. Austral, núm. 547). 2ª ed., Buenos Aires, 1946.
- Cuervo* = Rufino J. Cuervo, *Dicc.*, s. v. *el*. (En BICC, II [1946], págs. 97-165).
- Cuervo, Dicc.* = Rufino J. Cuervo, *Diccionario de construcción y régimen de la lengua castellana*. Tomo I (A-B), París, 1886; tomo II (C-D), París, 1893.
- Diez* = F. Diez, *Grammatik der romanischen Sprachen*. 5ª ed. Bonn, 1882.
- F Aragón* = *Los Fueros de Aragón*, publicados por Gunnar Tilander. Lund, 1937.
- FAvilés* = R. Lapesa, *Asturiano y provenzal en el Fuero de Avilés*. Salamanca, 1948.
- FEW* = Walther v. Wartburg, *Französisches Etymologisches Wörterbuch*. Bonn, 1928 y ss. (Hay reimprisión moderna de parte de la obra).
- FNovenara* = *Los Fueros de Novenara*, publicados por Gunnar Tilander. Estocolmo, 1951.
- FJuzgo* = Víctor Fernández Llera, *Gramática y vocabulario del Fuero Juzgo*. Madrid, 1929.
- FSepúlveda* = *Los Fueros de Sepúlveda*. Segovia, 1953. (Las citas van referidas al *Estudio lingüístico y vocabulario*, por Manuel Alvar, págs. 571-871).
- FTeruel* = *El Fuero de Teruel*, publicado por Max Gorosch. Estocolmo, 1950.
- García de Diego* = Vicente García de Diego, *Gramática Histórica Española*. Madrid, 1951.
- Gili-Gaya* = Samuel Gili y Gaya, *Curso Superior de Sintaxis Española*. Cito por la ed. de México, 1943.
- Gl* = Glotta, Zeitschrift für griechische und lateinische Sprache. Göttingen, 1909 y ss.
- Godefroy* = F. Godefroy, *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IX^e au XV^e siècle*. Vols. I-X (nouveau tirage), París, 1937-1938.
- Hanssen* = F. Hanssen, *Gramática Histórica de la Lengua Castellana*. Halle a. S., 1913.
- HR* = Hispanic Review. Philadelphia, 1933 y ss.
- Kany* = Charles E. Kany, *American-Spanish Syntax*. 2ª ed. Chicago, 1951.
- Keniston* = Hayward Keniston, *The Syntax of Castilian Prose. The Sixteenth Century*. Chicago, 1937.
- Lapesa* = R. Lapesa, *Historia de la lengua española*. 2ª ed. Madrid, 1950.
- Lenz* = R. Lenz, *La oración y sus partes*. Cito por la 2ª ed., Madrid, 1925.
- Löfstedt, Kommentar* = Einar Löfstedt, *Philologischer Kommentar zur Peregrinatio Aethiopicæ*. Uppsala, 1911.
- Löfstedt, Syntactica* = Einar Löfstedt, *Syntactica. Studien und Beiträge zur historischen Syntax des Lateins*. Lund, I^o, 1942; II, 1933.
- M.-L.* = W. Meyer-Lübke, *Grammaire des langues romanes*. Traduction française par Eugène Rabiet, I (1890), Auguste et Georges Doutrepoint, II

- (1895) y III (1900), París. (Las citas sin indicación de volumen se refieren al III, *Syntaxe*).
- Orígenes = R. Menéndez Pidal, *Orígenes del Español*. Madrid, 1950².
- Pidal = R. Menéndez Pidal, *Cantar de Mio Cid. Texto, gramática y vocabulario*. Madrid, I (1944), II (1945), III (1946). (Las citas sin indicación de vol. se refieren al II).
- RF = *Romanische Forschungen*. Erlangen, 1883 y ss.
- RFE = *Revista de Filología Española*. Madrid, 1914 y ss.
- RFH = *Revista de Filología Hispánica*. Buenos Aires, 1939-1946.
- Rohlf = G. Rohlf, *Historische Grammatik der italienischen Sprache und ihrer Mundarten*. (Las citas sin indicación de vol. se refieren al II, *Formenlehre und Syntax*. Erster Teil [Berna, 1949]).
- S. Fernández = Salvador Fernández, *Gramática Española. Los sonidos, el nombre y el pronombre*. Madrid, 1951.
- Wartburg = W. v. Wartburg, *Évolution et structure de la langue française*. Cito por la 4ª ed. (Berna, 1946).
- Weigert = L. Weigert, *Untersuchungen zur spanischen Syntax auf Grund der Werke des Cervantes*. Berlín, 1907.
- ZRPh = *Zeitschrift für Romanische Philologie*. Halle, 1877 y ss.

En Noviembre de 1951 empecé la recogida de material para el presente trabajo. Era mi propósito realizar un estudio de sintaxis sobre el castellano del siglo XV. Constreñido por motivos fácilmente comprensibles a operar sobre un solo texto, me decidí finalmente por el *Victorial o Crónica de don Pero Niño*^(b). Es posible que en la elección del texto intervinieran fundamentalmente razones de preferencia personal; pero también creo que el mismo carácter de la obra justifica esa preferencia. Pocos textos históricos de la época ofrecen la abigarrada complejidad que el libro de Gutierre Díez de Games y la pintoresca variedad de su lenguaje, destacadas por todos los que de él se han ocupado, y, por otra parte, el mismo hecho de tratarse de una obra de tipo histórico aleja los inconvenientes que para un estudio de sintaxis pudiera presentar un texto de carácter más estrictamente literario.

(b) Para la fecha aproximada de redacción de la *Crónica*, cfr. especialmente el *Estudio Preliminar* del Sr. Carriazo, p. XXVIII, y para la del ms., ib., p. XV.

Verdad que, desde otro punto de vista, y como es fácil comprender, la misma variedad de la obra supone un obstáculo para la sistematización de su estado lingüístico. Trabajo prometedor parece, al menos a primera vista, el de intentar delimitar los diversos estilos y tratar de relacionarlos con los dos principales aspectos o componentes del *Victorial*: el propiamente biográfico y el doctrinal. Pero este interesante tema exigiría como condición previa un estudio a fondo de las fuentes inmediatas de la obra, así como de las variantes presentadas por los distintos mss.^(c). La resolución de todos estos problemas representaba una labor que por el momento me encontraba imposibilitado de realizar.

Obligado por las circunstancias a limitar mi campo de trabajo a un objetivo más modesto, empecé la recogida y clasificación de los ejemplos de acuerdo con un programa cuyo primer punto era el estudio del artículo. A medida que crecía el material reunido y trataba de profundizar en las complejas cuestiones que plantea esta categoría lingüística, iba afianzándose en mí la idea de concentrar mi esfuerzo en este tema. Los datos recogidos parecían ofrecer suficiente campo de trabajo. En el curso de la elaboración fueron surgiendo cuestiones con las que había sido imposible contar inicialmente. La excesiva longitud del texto impedía completar con investigación apropiada cada uno de los nuevos problemas planteados. De ahí que en muchas ocasiones me haya sido imposible, como hubiera sido mi deseo, dar datos estadísticos totales o diferenciar convenientemente determinados usos. En algunos de estos casos, he realizado recuentos parciales; otras veces he preferido dejar las cosas como estaban y limitarme a transcribir los pasajes seleccionados. Este tipo de estudio será al menos de alguna utilidad para un trabajo de carácter comparativo.

En la recolección de los ejemplos, no he desechado temas aparentemente triviales. Hubiera podido ceñirme a reseñar únicamente los usos anómalos del *Victorial*, pero preferí no desdeñar lo común y normal. En Lingüística, como en tantos otros terrenos, es muy difícil separar lo trivial de lo interesante, y, como nota Eugen Lerch^(d) «Auch werden sich allgemeinere Erkenntnisse, die wir

(c) Vid. el resumen del Sr. Carriazo, l. c., págs. XIII-XVII.

(d) ZRPh, LXI (1941), p. 250.

in unserer Wissenschaft dringend benötigen, nur dann ergeben, wenn diese Wissenschaft dazu übergehen wird, statt der seltenen, gleichsam anekdotischen Erscheinungen die häufigen und normalen zu untersuchen».

Por otra parte, el criterio inicial antes aludido fue causa de que entre los datos recogidos para el artículo se encontraran numerosos usos que sólo indirectamente se relacionaban con el estudio de esta categoría lingüística. Abandonada la idea de continuar, al menos por el momento, con los otros puntos del programa, decidí intercalar aquellos usos, aunque de este modo resultara ligeramente alterada la unidad de exposición en algunos pasajes.

Tengo que hacer aún algunas observaciones. Como base de trabajo, utilizo la edición del Sr. Carriazo, en la *Colección de Crónicas Españolas* (Espasa-Calpe, Madrid, 1940) (*). Dicha edición, como es sabido, ha sido realizada sobre el ms. 17648 (ant. G-209), de la Biblioteca Nacional de Madrid, uno de los seis existentes de la obra. No habiéndome sido posible cotejar los restantes mss., hube de renunciar a llevar a cabo un estudio comparativo de las variantes por ellos presentadas en cuanto al uso del artículo se refiere. Tampoco el mismo ms. 17648 pude confrontarlo satisfactoriamente. La edición del Sr. Carriazo, sumamente cuidada, contiene una detallada lista de las correcciones hechas al original, lo que me permitió en todo momento conocer la forma primitiva del texto. La revisión de algunos folios, que pude efectuar mediante copia en microfilm, me hizo advertir determinadas erratas, que, aunque insignificantes en sí, y más aún tratándose de un libro editado para su utilización fundamental como texto histórico, rozaban alguno de los puntos estudiados. El texto queda corregido de acuerdo con lo observado en aquella comprobación.

El complemento adecuado de nuestro estudio lo hubiera constituido el examen de algún otro texto coetáneo o cronológicamente inmediato. También a esta labor hube de renunciar. Las citas añadidas, como las de las *Cartas de relación* de Hernán Cortés, han sido

(*) En general, cito literalmente el texto de la edición, aceptando su criterio para mayúsculas, puntuación, acentuación, etc. Únicamente en algún caso me he apartado ligeramente del texto. En ocasiones, he preferido conservar la forma primitiva del ms., desechando la corrección hecha por el editor.

tomadas al azar en una lectura realizada sin especial intención de llevar a cabo un recuento exhaustivo.

En general, he procurado rehuir todas las cuestiones de tipo teórico. Pocas categorías lingüísticas ofrecerán la fluctuante fisonomía que presenta la del artículo, ni habrán dado lugar a más encontradas interpretaciones. A los efectos prácticos, me he atendido, en líneas generales, a la interpretación seguida en la *Gramática* de Salvador Fernández Ramírez (Madrid, 1951), la más reciente gramática española que he podido utilizar, aceptando, por ejemplo, su distribución entre usos del artículo como término primario y como término secundario, aunque sin entrar a fondo en cuestiones teóricas. Para la recogida del material, en cambio, hube de ajustarme fundamentalmente, y por razones de método, a un tipo de clasificación más acorde con la tradicional. Por otra parte, el mismo carácter del estudio encajaba mejor en los moldes en que las gramáticas acostumbran situar el examen del artículo. Por simples motivos de comodidad, he adoptado a veces la denominación de «determinante», tan duramente criticada. Otras posibles imprecisiones en el manejo de la terminología no creo puedan enturbiar gravemente la claridad de la exposición.

Las citas del texto van referidas a página y línea. En ocasiones, las cifras remiten al comienzo del párrafo y no a la línea exacta donde se encuentra el ejemplo en cuestión. No creo que ello represente obstáculo para el manejo del trabajo.

Finalmente, he de advertir que en la elaboración del presente estudio he tropezado con dificultades bibliográficas, a veces insuperables, que me han impedido consultar directamente varias obras. Entre otros, me ha sido totalmente imposible utilizar el libro de Georg Spranger, *Syntaktische Studien über den Gebrauch des bestimmten Artikels im Spanischen*. Leipzig, 1933. Tampoco conseguí confrontar el artículo de Th. Kalepky, *Von Sinn und Wesen des sogenannten «bestimmten Artikels» im Französischen, nebst Erläuterung einer besonderen Gebrauchsweise im Spanischen*, en *Zeitschrift für Französische Sprache und Literatur*, L (1927), págs. 135-147, ni el de G. Guillaume, *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Paris, 1919.

Sólo incidentalmente indico la bibliografía dialectal y la de dominios románicos no españoles. Frecuentemente, y por aligerar

las notas, me remito a la bibliografía de otros autores, especialmente a la de la Gramática de S. Fernández⁽¹⁾.

§ 1. Dedicamos esta parte de nuestro estudio de los usos del artículo en «El Victorial» de Gutierre Díez de Games a aquellos casos en que posee valor sustantivo, es decir, actúa como término primario. El interés primordial de este uso radica, fundamentalmente, en que, como nota S. Fernández⁽²⁾, son estos empleos los más cercanos a una verdadera «deixis». Keniston⁽³⁾, al tratar del artículo, habla en los preliminares de casos en que se conservan rastros del valor demostrativo originario; los que cita son del tipo de *el de mi amigo, el que, el mío — el de usted* — junto a algún otro caso, como el ejemplo tomado del *Lazarillo* —; es decir, como vamos a ver inmediatamente, los usos típicos del artículo en función de término primario.

De hecho, es en esta clase de construcciones, o en sus precedentes latinos, donde se pueden rastrear los primeros ejemplos de degradación en la fuerza deíctica del demostrativo latino *ille*, que abocarían a la formación del artículo romance. Recordemos la tesis de Löfstedt: «Vor allem hat sich aber m. E. die Artikelfunktion von *ille*, d. h. seine allmähliche Verschiebung in dieser Richtung, in Gegensätzen, Einteilungen und Vergleichen entwickelt, wo besonders das zweite Glied durch das deiktische *ille* dem ersten gegenübergestellt wurde»⁽⁴⁾. Los ejemplos citados en corroboración de este aserto pueden reducirse a dos tipos fundamentales: *quod unus horum malus est et ille alter pessimus* (Epist. Austras. 23, 72), y el pasaje de Anthimus: *mela bene matura in arbore, quae dulcia sunt, bona sunt; nam illa*

(1) Sobre el origen del artículo románico en general, vid. especialmente Löfstedt, *Syntactica*, I, págs. 358 y ss., y la bibliografía que cita en la p. 358. Löfstedt retrasa mucho la fecha de aparición del artículo (cfr. especialmente págs. 372 y ss.) Otras monografías sobre latín tardío aportan también datos de interés; cfr., por ej., W. G. Most, *The Syntax of the Vitae Sanctorum Hiberniae* (The Catholic University of America Press, Washington, 1946) p. 57, etc. — Para el artículo en función de término primario, vid. S. Fernández, § 141, y la bibliografía que cita en la p. 275, n. 2.

(2) S. Fernández, p. 275.

(3) Keniston, 18. 211.

(4) Löfstedt, 1. c., p. 366.

acida non sunt congrua (c. 84, p. 31, 2) ⁽⁵⁾ — además, por la contraposición expresa o implícita que siempre suponen, algunas fórmulas de comparativo y superlativo — ⁽⁶⁾. S. Fernández ⁽⁷⁾ califica estos ejemplos como de «anáfora parcial». Si a ellos añadimos la construcción, existente ya en Plauto de *ille qui* con valor general de persona ⁽⁸⁾, tendremos recogidos, en germen, todas las fórmulas de artículo sustantivo que nos es dado estudiar en español.

Para facilitar el estudio, hemos agrupado los ejemplos en función del término secundario que rigen: I) artículo más relativo; II) artículo seguido de un complemento preposicional, y III) artículo con adjunto nominal o pronominal.

I

Artículo en función de término primario, acompañado de relativo ⁽⁹⁾

§ 2. En éste como en los otros usos del artículo sustantivo, cabe distinguir dos categorías fundamentales: a) artículo con valor anafórico, y b) artículo con valor general de persona. En ambas fun-

⁽⁵⁾ *Id.*, *ib.*, p. 368. — Para el tipo aposicional *Macarius ille Aegyptius*, sobre el que volveremos más adelante, *vid. ib.*, p. 365 y también págs. 376 y ss., S. Fernández, p. 274, n. 1, y la bibliografía aducida por este último autor, sobre la que también volveremos en otro lugar; además, Hofmann, *Lateinische Umgangssprache* (Heidelberg, 1926), p. 101.

⁽⁶⁾ Löfstedt, l. c., págs. 369 y ss.

⁽⁷⁾ S. Fernández, p. 271 y n. 1 de la misma página.

⁽⁸⁾ S. Fernández, p. 274, n. 1 — Para el tipo *mendicus atque ille opulentissimus*, citado por Lindsay y discutido por Löfstedt, l. c., págs. 370 y 371 (también p. 376), *Kommentar*, p. 65, *vid.* S. Fernández, p. 271.

⁽⁹⁾ *Vid.* la nota ⁽²⁾. — El carácter del artículo en estos esquemas, así como en las otras construcciones en que actúa como término primario, ha sido muy discutido. Es frecuente considerarlo como pronombre demostrativo — *vid.*, por ej., Pidal, § 117, l., Hanssen, §§ 183, 538, 545, Herzog, *ZRPh*, XXV (1901) p. 718, Keniston, 11. 3, etc. — Lenz (§ 79) protestó contra esta denominación, basándose en la idéntica degradación acentual de la forma *el* — a diferencia del alemán *der* — en todos sus usos. Pero Lenz (§§ 82 y ss.) identifica las funciones del artículo ante adjetivo sustantivado y ante «frase adverbial» o el relativo *que*, negando la tesis de Bello (§ 324) de que en el último caso el artículo está sustantivado y sirve de antecedente al relativo.

ciones, el art. + rel. alterna con las construcciones de pronombre demostrativo — especialmente, *aquel* — más oración de relativo. En su valor de persona, la fórmula *el que* alterna con el relativo *quien* y con el pronombre generalizador *cuanto* (con éste último, también en el empleo anafórico). Finalmente, habría que estudiar las zonas de interferencia entre el sintagma *el que*, donde el artículo actúa con valor sustantivo y sirve de antecedente al relativo⁽¹⁰⁾, y el relativo compuesto *el que*, fórmula que supone una meta final del proceso de evolución de la anterior, con gramaticalización del artículo; y por la misma razón, merece un cierto interés el también relativo compuesto *el cual*.

§ 3. Los dos valores de *el que* parecen tener origen distinto. Mientras la fórmula anafórica es una simple evolución del tipo reseñado por Löfstedt en su segundo ejemplo (salvo que la especificación cualitativa añadida al demostrativo del segundo miembro, para contraponerlo al primero, no consiste en un adjetivo, sino en toda una oración de relativo), el grupo *el que*, con valor general de persona, deriva del esquema latino *ille qui* cuya formación y vicisitudes habría que estudiar a lo largo de la historia del latín⁽¹¹⁾.

Cuervo (1955, p. 103) admite que «generalmente el complemento y la frase relativa, sin artículo, corresponden a un adjetivo, y con artículo a un sustantivo», por lo que «en muchos casos no puede subentenderse sustantivo alguno» tras el artículo — vid. también *Nota 54* —. La Academia (§ 357) y S. Fernández (p. 338, etc.) concuerdan con Bello, pero Gili-Gaya (§§ 231-32) sigue el parecer de Lenz. — Por mi parte, adopto la denominación de artículo término primario, que es la usada por el mismo S. Fernández, sin entrar a fondo en la cuestión de la relación, en cuanto pertenecientes a una misma o a diversas categorías funcionales, que existe entre los usos como término primario y secundario. — Keniston (15.31) aplica a *el que* la misma designación de «substantive relative» que utiliza para *quien*, etc. — vid. S. Fernández, p. 336, n. 4 —. Cfr. para los usos de los grupos art. + rel., dem. + rel., *quien*, etc., además de la bibliografía que iremos citando en detalle, las notas generales que dan Pidal (§§ 117, 1, 139, 3, 142), *FSepúlveda* (§§ 20, 2c., 33.), *FTeruel* (págs. 61 y ss.), *FNovenera* (págs. 25 y ss.), *FAragón* (págs. LIV y ss.), etc.

⁽¹⁰⁾ Vid. la nota precedente.

⁽¹¹⁾ Vid. nota (8). — «El correlativo del relativo es en latín el anafórico *is*» (ТОВАР, *Gramática Histórica Latina. Sintaxis*. [Madrid, 1946], § 396).

§ 4. *Artículo anafórico más oración de relativo.*

El valor anafórico del artículo en el grupo *el que* no aparece documentado de modo muy frecuente en nuestro texto, comparando con el número de ejemplos en que documentaremos el valor general de persona. Resulta difícil dar una estadística completa de estos usos, dado que existen ejemplos de dudosa clasificación. Los casos en que aparece de modo relativamente claro el valor anafórico oscilan entre treinta y cuarenta.

1) Posiblemente los ejemplos más claros sean aquellos en que la palabra que actúa como término de referencia va, a su vez, acompañada de un relativo especificativo. Así: «Porque *todas las cosas que por Él* son hechas son algo, τ *las que por él* non son hechas ni es algo ni es nada» (1/16). Y lo mismo en 231/24, 157/9, 11/15.

En todos estos casos nos movemos dentro del tipo de contraposiciones señaladas por Löfstedt como primeros ejemplos de un artículo incipiente: un concepto general, especificado por un adjetivo — en este caso, por una oración de relativo adjetival — que se reproduce anafóricamente por medio del demostrativo o artículo seguido de una especificación contrapuesta a la anterior. Únicamente interesa destacar que este tipo, el más fácil de comprender, sólo aparece documentado en nuestro texto estas cuatro veces. — Notemos también la incongruencia en el uso de la preposición que presenta el tercer ejemplo, y sobre la que volveremos más adelante.

2) Los casos examinados no son, como ya advertimos, sino una variedad del tipo general en que el nombre término de la referencia va especificado por un adjetivo. Así: «Matauan los reyes tiranos e los que no façian justiçia» (15/37). (También 312/15.)

Como vemos, el número de ejemplos de este tipo es aun inferior.

3) En cambio, son más abundantes los casos que consideramos como pertenecientes al tercer grupo: aquellos en que no aparece

— Para latín más tardío, cfr., por ejemplo, el pasaje citado por Most (o. c., p. 221): «Hic sumus querentes locum in quo Deum rogaremus pro nobismet ipsis et pro illo qui dedisset nobis in honore Domini». — Keniston no distingue en sus estadísticas entre valor de persona y valor anafórico — Vid. S. Fernández, p. 275, n. 2 —. Cuervo, en cambio, diferencia, dentro de los casos en que «se calla el sustantivo», aquellos en que el nombre «es de significado general» (1d⁷, p. 101) y aquellos otros en que el sustantivo omitido «es uno que se haya expresado antes» (1d⁸, p. 102). Cfr. también M. — L., § 81, Diez, p. 819.

un nombre genérico especificado por un adjunto, sino que el término de referencia se encuentra sin calificativo y, por regla general, a cierta distancia del artículo que lo sustituye. Así los ejemplos siguientes: I) «...e no á otra claridad sino la que rescibe del sol» (247/28).—II) «E tomar tanto de las cosas lo que no puede escusar e le es necesario, dexar las que le traerán daño» (4/17).—III) «...que luego pusiese en las puertas vn candado, sobre los que ende fallase» (30/10).—IV) «...que guardasen no se quebrase ninguna de aquellas redomas, sinó que la que quebrasen de aquellas natura seria estruída toda la tierra» (30/30) ⁽¹²⁾.—V) «...manaron cinco fuentes muy claras, de agua muy clara e muy sabrosa, e muy fría, de so las rayzes de la palma. E vebieron ellos e sus ganados, e tomaron para su camino la que ovieron menester» (37/25) ⁽¹³⁾.

De todos estos ejemplos, es sin duda el I) el que más de cerca nos une con el grupo anteriormente estudiado, al que, en rigor, se podría reducir. Algo parecido ocurre con 246/3. La diferencia es, triba, fundamentalmente, en que en estos últimos ejemplos el determinativo que acompaña al término de referencia impide el empleo del artículo. En el II) todavía tenemos un concepto general (de carácter colectivo) que se especifica con el art. + rel.: la construcción recuerda la del ejemplo de Löfstedt anteriormente citado («...quod unus horum malus est... etc.»).—Una bimembración semejante a la del II) encontramos en 120/23 ⁽¹⁴⁾, 4/12, 87/21.

⁽¹²⁾ Nótese el anacoluto producido por el adelantamiento o prolepsis del relativo.—El anacoluto—entendida la palabra como anomalía en la construcción, en general—era frecuente, lo mismo que la elipsis, en textos antiguos e incluso clásicos. Cfr. Lapesa, págs. 154-55 y 252. Lida de Malkiel (*Juan de Mena, poeta del Prerrenacimiento español* [México, 1950], págs. 310 y 316, Pidal, §§ 201, 9., 203., etc., *FSepúlveda*, § 53, *FTeruel*, p. 93, *FNovenera*, p. 37, Keniston, 2. 83, 44. 7, etc. Más adelante volveremos sobre alguna de estas construcciones anómalas.—Cfr. estructuras como la que se documenta en 44/28 («...las quales, algunas dellas fueron...»), y compárese con el siguiente pasaje de Cortés: «Son las calles della, digo las principales...» (p. 85 de la edic. de Austral). Tales construcciones responden al carácter de lengua hablada que predomina en nuestro texto, o al menos, en determinadas partes de él.—Cfr. también pasajes como 44/10 («El qual nunca fué bençido de sus henemigos; él ni gente suya»), etc.

⁽¹³⁾ Para el valor cuantitativo del sintagma en este ejemplo, vid. Keniston, 15. 37.—Cfr. también Keniston, 15.32 para el ejemplo I), y la nota (18)—vid. S. Fernández, p. 450, n. 3.

⁽¹⁴⁾ Coloco provisionalmente este caso entre los del grupo *el que*. Pero

En los otros casos nos encontramos ya mucho más lejos de los tipos estudiados en los apartados anteriores. Persiste todavía la anáfora con claridad, pero en el V) el término de referencia se encuentra ya tan alejado, que nos empezamos a explicar la formación de un sentido difuso de «persona» (es decir, empleo del artículo sustantivo sin referencia anafórica y con sentido general). Así ocurre también con 234/5, donde se nos narra la historia de una de tantas experiencias atribuidas a «Alixandre».

No son infrecuentes en este tipo de construcciones las incongruencias de concordancia, como consecuencia de la volatilización del sentido anafórico. Así, en 220/27. También presenta cierta incongruencia en la construcción el 234/32 ⁽¹⁵⁾.

4) Con estos tres tipos citados tenemos, en realidad, todas las posibilidades del artículo anafórico. Pero cabe añadir un último grupo formado por aquellos casos en que el sintagma art. + rel., precedido de la preposición *de*, actúa como complemento partitivo del concepto integrado por el término de referencia. Cfr.: «E después tocaré en la manera susodicha de algunos de los otros, en algunas cosas de las que fizieron en harmas» (9/18), 43/26, 57/2, 61/1, 88/12 ⁽¹⁶⁾, 148/17, 172/26, 234/28, 283/25, 12/22, 12/6, 30/8 ⁽¹⁷⁾.

A otro tipo pertenecen los ejemplos tras comparativo, como: «...e tomaron muchas fortalezas e lugares, más de los que solían tener» (285/27) ⁽¹⁸⁾.

véase lo dicho en § 12. Para el tipo de estudios que aquí realizamos no interesa el carácter del segundo elemento en el grupo art. + rel.

⁽¹⁵⁾ En el 234/32, el empleo de *las que*, referido al complejo *navios e fustas*, que en la oración anterior se ha resumido con *todos*, se explica por el sentido general femenino de la palabra *nao* u otra parecida. — El sentido de resumen cuantitativo-colectivo que presenta *los que* puede ser expresado, en determinadas ocasiones, por el neutro *lo que*, como puede verse en el ejemplo II) del núm. 3).

⁽¹⁶⁾ Se trata de un título de capítulo. Como en otros lugares notaremos, tales títulos no se pueden asimilar al texto, pues son, evidentemente, de mano distinta — vid. *Estudio preliminar* de la edic. de Carriazo, p. XVI. — Nótese también el sentido «evocativo» — vid. S. Fernández, § 131 —, de alusión a una esfera ideal, que, como tendremos ocasión de observar más adelante, se da de preferencia con los demostrativos *ese* y *aquel*.

⁽¹⁷⁾ Cfr. Keniston, 15.351, quien da la cifra de frecuencia de 12-19, citando tres casos, todos de anáfora — En 15.352 reproduce las construcciones «predicativas» del tipo de «estas cosas son de las que entran por una oreja...».

⁽¹⁸⁾ Keniston, 15.32. — Cfr. también el tipo I) del núm. 3), al que

Lo interesante en estos ejemplos es que en la mayor parte de ellos—aunque no en todos—se podría sustituir la fórmula por otra con artículo adjetivo, nombre y relativo especificativo: «...muchas grandes cosas *de las que...*» se equivale con* «...muchas *de las grandes cosas que...*» (314/25, por ej.). La diferencia entre ambas fórmulas es de orden rítmico y expresivo. Las construcciones aquí reseñadas mantienen más vivo el carácter demostrativo del *ille latino*, como prueba el matiz evocativo de muchos de los ejemplos citados, matiz que veremos acentuado en otros ejemplos que estudiaremos más adelante.

5) Al tipo tercero de los antes reseñados se puede asimilar un ejemplo que destacamos por el carácter *identificativo* del sintagma. Cfr.: «Aportó allí vna de las galeras de mosén Charles: hera *la que* avían visto al alba» (191/30).

Por otra parte, y dentro ya de una verdadera *perífrasis relativa*: «E avnque otros navíos andauan armados de Yngleterra, aquel hera *el que* más lo continuava» (206/23) ⁽¹⁹⁾.

Con este último ejemplo nos acercamos ya a la zona de interferencias entre el valor anafórico y el general de persona. Cabe dudar si *el* se refiere a navío, o más bien tiene un valor difuso de persona, que correspondería al dueño del navío, el pirata inglés *Arripay*, de quien se ha hablado al comienzo del párrafo.

6) También encajaría dentro del tipo tercero un ejemplo sobre el que volveremos más adelante. Se trata del 91/27 («E después que lo á visto, entiende que mucho ay en él de vondad, más que no auía oydo tanto de bienes *el que* en él bee»).

aludimos en la nota (13). Por otra parte, construcciones como la que aparece en 59/32, etc.

⁽¹⁹⁾ Para las perífrasis con *ser*, vid. S. Fernández, § 176—también, § 161 y p. 323, n. 3—, García de Diego, p. 273, Bello §§ 330, 802-813, 849, Cuervo, *Nota* 110, *Apuntaciones*, §§ 353 y 354, A. Alonso, *Gram.*, págs. 32-33.—Para el galicismo introducido en estas construcciones, con *que* en vez de *el que* o *quien*, vid. Bello, § 812, *Apuntaciones*, § 460—especialmente, p. 365—, Kany, págs. 250 y ss. Henríquez Ureña, *RFE*, VIII (1921), p. 358, n. 3; también *FNovenera*, p. 26.—Distinto es el caso en construcciones del tipo de «es mi hermano *que* viene», con *que* explicativo, y sin voluntad de identificación. En nuestro texto: «...No lo creades, señor, que los cavalleros fuyan; que non son sino nosotros los villanos *que* fuymos» (41/27)—sin coma en la edición; para la concordancia, vid. la bibliografía citada al principio—, etc.

7) Un caso parece presentar valor catafórico: «De tanto puedes ser cierto, e saber de lo que es por benir, que en pos del verano viene el ynbierno, e nos conbiene de aparejar para el ynbierno de casas abrigadas e calientes, e leña, e vituallas, *para el que* es tiempo fuerte e menguado» (69/15) ⁽²⁰⁾.

8) Quedan, por último, algunos casos que parecen fluctuar entre el valor anafórico y el general de persona. S. Fernández ⁽²¹⁾ considera en esta zona de interferencia los casos en que el artículo señala a una persona «determinada por la situación o por el contexto». Prescindiendo de tales casos, que estudiaremos más adelante, conviene considerar aquí algunos otros en que la duda surge sobre la existencia o no de una palabra que actúe como término concreto de la anáfora. Se trata, por consiguiente, de ejemplos en que el término de referencia se encuentra excesivamente alejado o posee un sentido excesivamente vago. Así, cuando está constituido por la palabra *hombres* u otra de sentido general, máxime si se encuentra a cierta distancia. Véase el siguiente caso, que aparece a continuación del antes citado 11/15 («Heran los hombres que...çiento e ochenta mill honbres»): «Estos que asentauan no heran de los doze trivus de Ysrael; e *los que* mandauan a *los que* algo fazían heran tres mill e trescientos» (11/19).

Semejante es el 249/27, donde, si bien se ha citado anteriormente el término *honbres darmas*, no creo que la referencia sea a esta palabra en concreto, sino más bien al concepto general «hombres». También el 122/18, que, además, presenta, como algunos de los casos anteriormente examinados, el hecho de que el antecedente sea múltiple (pero aquí, formado exclusivamente por nombres de persona: «honbres, e mugeres, e criaturas»).

Parecidos a los ejemplos de anomalías en la concordancia citados en el 3), son los dos siguientes, en que el término de la anáfora sería la palabra *gente*: «Heran en Greçia grandes gentes *de los que* aduxeran cavtivos...» (144/19).—«...ayuntó muchas gentes *de los que* vinieran cavtivos de Troya» (157/15).

⁽²⁰⁾ Creo interpretar rectamente suponiendo sentido catafórico. Pero tampoco se puede excluir por completo la posibilidad de que se trate de una atracción de pronombre neutro al género del predicado. Por último, tampoco sería imposible una interpretación como *él, que*, suponiendo pronombre personal en vez de artículo.

⁽²¹⁾ S. Fernández, p. 273. Los casos a que alude los incluyo dentro del valor de persona.

En ninguno de los casos creo que cabe pensar en valor anafórico, dado el carácter especial del sustantivo *gente*, que equivale en muchos casos a 'ejército, mesnada, etc.', y presenta peculiaridades en su concordancia⁽²²⁾.

Tampoco creo que haya anáfora en 150/24 («...que casedes e ayades vuestro proprio varón... E otrosí, que escojades el que quisierdes»).

9) El valor de persona con artículo femenino es raro,⁽²³⁾ necesitando ayudarse de la situación o del contexto. Pero cabe también que la elipsis de un nombre genérico haga aparecer al artículo femenino seguido de una oración de relativo y sin anáfora. Cfr.: «E el cauallero que vos dixé que veniera con él de Galizia, fizolo príncipe de vna grand provincia, e púsole nombre de las Galias, e que agora llaman Galiçia; e es la que agora llaman Gales, en Anglia» (176/14)⁽²⁴⁾.

Por otra parte tenemos en predicados de tipo identificativo, como el anterior, pero referidos a personas, el 178/25 («E si vos queredes... sed vos la que yo he de auer por muger»)⁽²⁵⁾ 180/33.

10) Asimilables al apartado anterior son aquellos casos en que aparece el sintagma *la que* referido a 'batalla', siempre en la fórmula *la que dicen de*. Frente a 232/5 («El rey Carlos fué preso en la batalla que dixerón de Carsi»), 41/10, 42/4, tenemos: «...del buen rey don Alfonso que benzió al rey Alboasén a la que dizen de Banamarín» (275/10), 48/12, 59/29⁽²⁶⁾.

(22) Cfr., por no citar sino algún ejemplo, los números 112/9 («E quando la gente ovieron comido...»), 123/8, 274/13, etc. Pero se documenta también la concordancia en singular («...andaua la gente desbariada» 123/12, etc.), existiendo casos de uso simultáneo, como el 129/23; cfr. también 271/21, 132/27, 122/15, etc. — La anarquía se favorece por la facilidad de errata en omitir la tilde sobre la vocal final. — Cfr. para este tipo de concordancias anómalas, que, por supuesto, no son las únicas del texto, García de Diego, p. 271, Bello, § 818, A. Alonso, *Gram.*, p. 30, Hanssen, § 484, Gili-Gaya, §§ 19-22, Pidal, § 173, l., Keniston, 36.223, etc.

(23) S. Fernández, p. 274. También, p. 362, n. 4.

(24) Cabría pensar en anáfora de *provincia*. Por otra parte, el mismo sentido femenino latente en *Gales* es suficiente para explicar la atracción del sujeto. Vid. nota (20).

(25) Podría explicarse como catáfora de *muger*, pero no es necesario. Compárese con 12/22 («...auia tomado por mugeres de las que heran fuera de ley»).

(26) Como puede percibirse, los tres ejemplos responden a una misma fórmula y son, en realidad, reductibles al esquema *la de...*, con art. término primario y compl. preposicional.

11) Nunca aparecen en el grupo art. + rel., como tampoco en las otras fórmulas del artículo anafórico sustantivo, los extremos de zeugma, frecuentes en nuestro período clásico⁽²⁷⁾.

§ 5. *Artículo más relativo, con valor general de persona.*

1) Dentro de los usos del sintagma *el que* con valor de persona cabría distinguir, en primer lugar, entre un valor más generalizador y otro más individualizador de la fórmula⁽²⁸⁾. En rigor, cuando el grupo tiene este valor individualizador o identificativo, nos movemos, como señala S. Fernández⁽²⁹⁾ en una zona de interferencias entre el sentido anafórico y el personal. Teniendo en cuenta esto, haremos un recuento de los usos de *el que*, desde su máximo valor generalizador a la extrema identificación.

2) Por otro lado, nos interesa subrayar también el diverso grado de fusión de los dos elementos que forman el sintagma. El uso de las preposiciones está en relación directa con este mayor o menor grado de gramaticalización.

3) Es fácil comprobar que, mientras la fórmula con artículo singular, al tomar valor absoluto, adquiere la significación de un singular genérico—y por el contrario, cuando tiene valor individualizador, adopta un sentido totalmente identificativo—, la fórmula plural no suele salirse del valor de un colectivo más o menos determinado. En consecuencia, separo los casos de singular y plural para su estudio⁽³⁰⁾.

⁽²⁷⁾ Vid., por ejemplo, los pasajes transcritos por Cuervo, 1d § 22. (p. 102). Recuérdese la interpretación que del zeugma da Vossler en la *Introducción a la Literatura Española del Siglo de Oro* (p. 39 de la edic. Austral). — Cfr. también Keniston, 8.12, 44.4, 44.5, 44.6, *Fteruel*, págs. 92-93, etc. — Vid. la nota (12) y Löfstedt, *Syntactica*, II, cap. X.

⁽²⁸⁾ Basándome fundamentalmente en este criterio he intentado llevar a cabo la clasificación. Temo, no obstante, no haber acertado siempre a separar los diversos matices. — Vid. la n. 2 de la p. 362 de S. Fernández.

⁽²⁹⁾ Vid. nota (21).

⁽³⁰⁾ Vid. nota (28). — Recuérdese la clasificación que se establece generalmente entre artículo absoluto, distributivo y genérico, y a la que aludiremos en otro lugar. Lo que aquí llamamos sentido generalizador entraría, en realidad, dentro de la segunda categoría. De ahí que, en la mayor parte de los ejemplos, podría sustituirse en español moderno *el que* por *uno que*. — Vid. especialmente S. Fernández, § 95, Löfstedt, *Syntactica*, I, págs. 12 y ss. y la bibliografía por ellos citada.

4) De *el que*, con artículo singular, tengo recogido un total aproximado de 70 ejemplos, a cuya clasificación procedo seguidamente. — Conviene notar que no hay un solo ejemplo de singular precedido de *todo*, frente a lo que veremos ocurre con el plural. Keniston⁽³¹⁾, en cambio, reproduce tres ejemplos, y da como estadística 1-1.

a) El valor generalizador aparece máximamente destacado cuando *el que* actúa como sujeto de un verbo en presente de indicativo — o en otro tiempo afín en cuanto a la validez universal de lo afirmado, como futuro de subjuntivo⁽³²⁾, etc. —, en frases de tipo gnómico, de valor intemporal. Lógicamente, tal construcción no puede ser frecuente en las partes narrativas del libro, pero abunda, en cambio, en las de tipo doctrinario y dogmático. Véase el siguiente ejemplo, que aparece en el «Proemio», al definir el arte de la caballería: «*E el que* non benze la su mala voluntad, antes se va en pos della, finca benzido» (7/8). Y lo mismo en 7/9.

Más adelante, pero dentro de estos capítulos primeros: «*El que* a esta vatalla entra no trae...» (39/11).

A veces aparece *el que* coordinado con *quien*. Cfr. 40/8.

También, pero con futuro de subjuntivo, el 31/21 («...de tan grand trayción. Como maldicho sea *el que* bien dél dixere, bien-dicho será *quien* le maldixere, maldígalo Dios, que maldicho es»). Este empleo simultáneo — mera variación estilística — nos demuestra cómo, al menos en cierto tipo de construcciones, hay una zona de confluencia, indiferente al uso de una u otra fórmula.

Como último ejemplo de los contenidos en esta primera parte, podemos citar el 40/23 («...en tal guisa son liadas en vno, que *el que* á la vna, elas todas; e *el que* de la vna careçe, todas las otras le fallezen»).

b) Fuera de los primeros capítulos de tipo doctrinal, la construcción aparece también, pero siempre, naturalmente, en trozos de tipo más o menos dogmático. Es notable su abundancia en el capítulo XIX, que narra la educación de Pero Niño. Entre las máximas puestas en boca del ayo del caballero, encontramos — pp. 64-72 de

(31) Keniston, 15.383.

(32) Por comodidad, me atengo a la nomenclatura tradicional de los tiempos. Al «pretérito indefinido» lo llamo simplemente «perfecto».

la edición del Sr. Carriazo — nueve ejemplos. Cfr. 64/23 ⁽³³⁾, 67/3, 70/15, 70/17, 71/23 (dos casos), 72/16, 72/31.

c) En el resto de la obra no aparecen los ejemplos tan concentrados. Sin embargo encontramos algunos casos, como 95/2, 202/4 (dos casos), 227/34, 249/29, 249/32 ⁽³⁴⁾, 257/30, 297/17, 195/17. Además algún ejemplo que interesa destacar, como el correspondiente a 150/17 («Cierta cosa es que *el que* vos promete su ayuda non es sino a fin de casar con vos»), donde parece como si asistiéramos a un juego de balanceo entre el valor general y la alusión concreta — de «indefinido reticente», como dice S. Fernández, al adscribir este tipo de funciones al relativo *quien* ⁽³⁵⁾ —. Verdad que por el tono general del discurso y por el contexto — acaba de hablar de *grandes príncipes* — apenas cabe pensar en ese segundo valor.

d) De modo semejante a los casos de coordinación *el que* — *quien*, estudiados anteriormente, encontramos un uso simultáneo de *aquel que* y *el que* en 258/9.

e) A continuación, y dentro todavía de este mismo grupo, transcribo unos ejemplos que creo presentan ciertas variantes de matiz, motivadas por diversas razones: en uno de ellos, puede intervenir el estilo directo en que se encuentra redactado; en otros, lo que pudiéramos llamar «narración circunstanciada», cosa que nos acerca al carácter predominante de los casos con fórmula plural. Pero lo fundamental y común a todos ellos es su construcción temporal.

Hasta ahora sólo hemos encontrado verbos en: presente de indicativo (21 casos), pretérito perfecto simple (dos casos), presente perifrástico (dos casos), futuro de subjuntivo (un caso) y un con-

⁽³³⁾ Vid. los ejemplos de la nota (39). Pero aquí la situación es diferente, por tratarse de un esquema con infinitivo, y ser posible, en consecuencia, interpretar como un uso de nominativo con infinitivo — para los usos del infinitivo en el *Corbacho*, vid. la tesis doctoral de González Muela. — Más claro aparece el anacoluto en otros pasajes donde *el que* ocupa, igualmente, el lugar inicial de la frase, como en 70/17 («...ca *el que* anda contra su voluntad este es el segundo andar»), 72/16, etc. — De los 70 casos examinados de *el que* singular, la oración de relativo — acompañada del artículo, naturalmente — precede en 43 ocasiones a la principal.

⁽³⁴⁾ En 249/32, si no se trata de un caso más de anacoluto, hay que pensar en una construcción anómala con *el que* en oración condicional y con el significado de 'alguien' (= lat. *si quis*). — Cfr. Pidal, § 140, 1.

⁽³⁵⁾ Vid. S. Fernández, p. 362, n. 2 y p. 363. — Volveremos sobre este sentido al tratar de *quien*.

dicional⁽³⁶⁾ coordinado a un imperfecto de indicativo (71/23). En cambio, los ejemplos que siguen presentan la peculiaridad de ofrecernos cuatro casos de empleo de imperfecto de subjuntivo. Cfr.: «Pelead firmemente; non sea hombre de vosotros que se dexe prender, ca *el que* fuese preso non escaparía por eso de la muerte» (108/5). 221/19, 215/10, 21/33.

Basta una simple confrontación para comprobar que los ejemplos citados presentan un carácter diferente al que pudimos percibir en los casos anteriores: no se trata ya de una afirmación valedera para todo el que cumpla unas determinadas condiciones — las expresadas por la oración de relativo —, sino que ahora la creación de ese tipo ideal se hace sobre una base ya restringida por el contexto — narrativo — o por la deixis que supone todo discurso directo de tipo «vocativo».

f) Similares al primero de los ejemplos que acabamos de citar son los siguientes, en que, sin embargo, el imperfecto de subjuntivo en *-se* deja paso a la forma en *-ra* y al imperfecto de indicativo: 255/4, 283/34.

Más alejado en su significación, y de sentido más universal: «...ay en Angliaterra vnas aves que llaman... E diz que los been estar así... E al arrancar del árbol, dá vn grand grito. E *el que* á bentura de aber en el agua, nada luego e bibe. E los otros que...» (280/14).

g) Los casos hasta aquí citados, en general⁽³⁷⁾, presentaban la fórmula *el que* en función de sujeto: el relativo era sujeto de su oración, y el artículo antecedente — o más propiamente, el conjunto art. + or. de rel. — lo era también de la oración principal. Pero puede ocurrir que el pronombre lleve preposición, lo que provoca trastornos e incongruencias de régimen⁽³⁸⁾. Provisionalmente

(36) Recuérdese lo dicho en nota (32).

(37) Salvo 40/23, 64/23, 70/17, 72/16, 195/17, 150 17, 215 10. Vid. nota (33) y más adelante. Prescindo de que el verbo sea activo o pasivo.

(38) Para las diversas anomalías en el uso de la preposición con relativo — con *el que* o con otras fórmulas —, vid. Keniston, 15.315-15.316 y también 41.24, etc., Cuervo, 4c§. (p. 155), Gili-Gaya, § 232, Lenz, §§ 206-207, Hanssen, § 549 y la bibliografía por él citada, Bello, §§ 803-810, 964-965, 1041-1165, García de Diego, págs. 297-298, M.-L. §§ 577 y 625, Pidal, § 140.4., *FSepúlveda*, § 42.3., *FTeruel*, págs. 62-63, *FAragón*, p. LVI y *Nota* 285.1 (p. 220), Lapesa, p. 155, Academia, § 354 a-b, etc. También en latín se producían atracciones de diversos tipos

podemos distinguir estas posibilidades: 1.º la preposición precede al relativo; 2.º la preposición, debiendo preceder al relativo, va delante del artículo; 3.º la preposición acompaña al artículo; 4.º la preposición precede sólo al artículo, pero, por el régimen verbal, debía acompañar a ambos miembros del complejo (recuérdese el ejemplo número 157/9, citado en el § 4,1). Al segundo tipo son asimilables aquellos casos en que, por ir el artículo a su vez precedido de preposición, la que debería acompañar al relativo se omite simplemente. Al hablar del relativo *quien*, volveremos sobre algunas de estas peculiaridades.

El estudio de los casos con preposición exige, por consiguiente, que fijemos nuestra atención en ambos verbos: el que rige al relativo y el que rige al antecedente, mientras que, hasta aquí, nos interesaba fundamentalmente el primero, por ser el que determina el carácter del conjunto art. + rel.—Adelantemos que entre los casos de fórmula en singular no se da el primero de los cuatro tipos reseñados, y que sólo aparece la preposición *a*.

h) Conviene distinguir, dentro del empleo de la preposición *a*, entre los casos de complemento directo y los de otros complementos. En los primeros, observamos anomalías como las que presenta el siguiente ejemplo: «Avnque *el que* bien quiere non lo quiere partir de sí, e darle á muchos consejos...» (159/8).

Al hablar del relativo *quien*, tendremos ocasión de reseñar usos similares sin preposición y con pronombre personal redundante ⁽³⁹⁾.

entre antecedente y relativo—Tovar, § 399, Löfstedt, *Syntactica*, II, págs. 114 y ss.—Los casos con *el que* son especialmente interesantes, porque en ellos el adelantamiento de la preposición responde a motivos de índole rítmica y es reflejo de la íntima unión existente entre los dos miembros del compuesto.—No cuento como anomalías los casos en que el relativo aparece como complemento directo de persona sin *a*, y el antecedente desempeña otro oficio, tipo — con fórmula plural — «...peleó con *los que* ende falló» (78/23), etc. (Hansen, § 543).

⁽³⁹⁾ Presentan empleo del pronombre personal en la oración principal, precediendo la subordinada y yendo la fórmula *el que* sin preposición — prescindiendo del oficio del relativo y del hecho de que el antecedente sea complemento directo o indirecto — los números 40/23 — el 2º caso —, 72/16, 195/17, 215/10, 159/8 y 82/3. Aparece pronombre redundante, a pesar de estar expresada la preposición *a*, en 202/2, 6/8 y 177/15 — frente a 225/21 —. Nótese también el 40/8 («...*el que* haze el hexerçijio, éste es con berdad llamado...»).—Cfr. también los números 138/11 («Ca *el* cauallero mejor le es morir...»), 136/26 («...mas *el* capitán plógole de ...»), etc.; por otra parte, 307/12 («E *al* conte-

—En cambio, encontramos empleo de la preposición en 202/2, 6/8, 67/28, 195/31, 241/13⁽⁴⁰⁾.

De los ejemplos transcritos, el primero pertenece al tipo cuarto de los antes reseñados; los otros, al tercero.—Sin valor de complemento directo, tenemos los números 250/5 y 254/3. Ambos casos, pertenecientes al tipo tercero, y por consiguiente, no presentan anomalía ninguna.—A los tipos segundo y cuarto pertenecen, respectivamente los números 218/28⁽⁴¹⁾ y 3/18.

Tales anomalías nos muestran una decidida repugnancia por la fórmula art. + prep. + rel. Repugnancia que, por otra parte, es prueba de una sólida fusión entre ambos elementos, artículo y relativo, y probablemente desempeñó un importante papel en el nacimiento del relativo compuesto *el que*. La semejanza de algunas de estas construcciones, sobre todo el empleo del pronombre personal redundante, con las que veremos al estudiar el relativo *quien*, constituye una prueba más de ese intenso grado de gramaticalización del sintagma.

Con esto podemos dar por terminado el estudio de la fórmula con valor generalizador. Hemos encontrado un total de 46 casos (cuento cada sintagma como una unidad), 36 sin preposición y 10 con *a*.—Keniston⁽⁴²⁾, cuyos datos son especialmente intere-

sor le paresció...), etc., frente a 328/24 («E al rey plogo dello»), etc.—vid. nota (33).—Para el empleo del pronombre personal, indicando la función sintáctica de un nombre citado en nominativo, o bien el uso del pronombre redundante tras un nombre cuya función sintáctica es clara—con relativo y con otras expresiones—, vid. Pidal, §§ 202 y 203—también § 131, 2, 3, 4 y 5.—, Hanssen, §§ 500 y 550, Keniston, 2.8, 8.6-8.9, *FTeruel*, págs. 53-54, 56-57 y la bibliografía de p. 53, n. 1, *FNovenera*, págs. 25-26, *F Aragón*, p. LII, Kany, págs. 1 y 132, Beinhauer (*Spanische Umgangssprache* [Berlin-Bonn, 1930]), p. 239, S. Fernández, § 111, etc.—Nótese las construcciones de los números 150/17, 196/8, 249/32. En 242/5, citado más adelante, hay un nuevo anacoluto, asimilable a los que indicamos en la nota (37)—cabría interpretar *él, que*; vid. nota (20).—

(40) Acepto la lectura de la edición. Pero es posible que *loan* haya de interpretarse como *lo han*, con una construcción similar a la de la frase *haberlo a voluntad* (167/8, 269/7, 335/6, etc.) y otras parecidas. Cfr. Pidal, § 127,3.

(41) Incluyo provisionalmente el ejemplo entre los casos de la fórmula *el que*, sin tratar de corregir la forma del texto.—Para una posible interpretación, vid. § 12a.

(42) Keniston, 15.312. La clasificación nuestra no coincide con la de este autor, que, además, no separa los casos de singular y plural.

santes para nosotros, por referirse al siglo XVI, recoge, bajo el título de *el que* «referring to indefinite individuals», 72 ejemplos en 21 obras, transcribiendo un ejemplo del *Menosprecio de corte* («es imposible que tenga la vida quieta el que tenga la conciencia cargada»). Pero no conviene olvidar que Keniston no separa los casos de valor anafórico y valor personal.

i) El empleo de *el que* con carácter individualizador es bastante menos frecuente. Por otra parte, no todos los ejemplos reunidos en este apartado presentan dicho matiz con igual claridad, existiendo toda una gama de matices.—En un primer grupo, por su carácter fluctuante entre los dos valores, podríamos citar los casos con imperfecto de tipo iterativo, en narraciones. Así: «Tanto se atreía en su balentía, que muchas veces en los canpos acometía *al que* le cayía en suerte de *lo* tomar a manos» (196/8).

La fórmula se repite, con ligeras variantes, en otros cuatro ejemplos (291/33, 269/5, 82/3, 239/18), con la diferencia de que no se trata ya de una descripción de cualidades, sino de una verdadera narración, sin la abstracción temporal del ejemplo anterior. Notemos también que de estos cuatro ejemplos, los dos primeros llevan preposición *a*, respondiendo a la fórmula que calificamos como segunda, y el tercero, la construcción sin preposición y con pronombre redundante.

j) Si el imperfecto, por su valor iterativo, conserva en los ejemplos anteriores algo de carácter general, en cambio el perfecto, tiempo «puntual», comunica — salvo casos excepcionales — una mayor concreción individual. Así, en 246/4.

La distinción descansa posiblemente sobre las a veces muy sutiles diferencias entre perfecto e imperfecto narrativos. Pero, en todo caso, dentro de la indeterminación de la frase, empezamos a percibir matices afectivos y alusivos.

k) Un paso más avanzado encontramos cuando la fórmula forma parte de un conjunto concreto. Cfr. 208/5; y más aún 197/12, ejemplo interesante, por tratarse ya no de un plural indeterminado o singular iterativo, sino de *uno* de entre dos personajes concretos. — El 208/5 interesa también por ser el único caso de *el que* singular en oración interrogativa indirecta.

l) Hablamos anteriormente de matices afectivos. Pero si en el ejemplo citado en j) la fuerza expresiva residía únicamente en la posible inclusión personal del narrador en el tipo creado, dentro de un ambiente de voluntaria indeterminación, en los ejemplos que a

continuación reseñamos se trata de una verdadera alusión identificativa, cargada de afectividad. De 199/14, donde el sentido parece fluctuar entre la frase generalizadora y la alusión concreta, pasamos a 242/5.

m) La fuerza ponderativa y, por consiguiente, de comparación con un tipo ideal, que todavía conserva este ejemplo, se resuelve en la concreta individualidad de otros casos, donde el matiz afectivo reside únicamente en el hecho de ser el propio narrador el representado por la fórmula art. + rel. Cfr. los números 208/33, 208/17, 269/28.

En cambio, reaparece hasta cierto punto el matiz ponderativo en el 177/15⁽⁴³⁾ —frente al matiz simplemente aseverativo de 340/19— y en el 134/33.

El carácter evocativo y ligeramente enfático del ejemplo últimamente citado, se repite en 34/14 («Vino *el que* esperauan e que cada día llamauan...»). Al tratar de la fórmula *aquel que*, volveremos sobre estos aspectos.

n) Identificación total, y sin ningún color expresivo encontramos en 225/21⁽⁴⁴⁾.

ñ) Peculiaridades de construcción, por formar parte de una perífrasis verbal, y encontrarse en estilo directo, ofrece el siguiente caso: «E por quanto después de vos, él es *al que* más toca este fecho en la honrrá...» (152/20)⁽⁴⁵⁾.

o) El último grupo de la fórmula singular lo constituyen aquellos casos en que el complejo art. + rel. sigue a la partícula *como*. El tipo sería el representado por: «...e fizo allí tanto *como el que* más fizo» (97/23), que se repite en otros tres ejemplos más: 139/18, 290/31, 200/5.

Los cuatro casos responden a una misma fórmula. Se establece en ellos un tipo de valoración, indeterminado, pero con una «realidad histórica»: *el que más fizo* (en *aquella* batalla, *ende*), y se *compara* al protagonista con este tipo externo a él.—En cambio, el 307/3 nos presenta una estructura diversa: el término de la compa-

⁽⁴³⁾ Compárese con 147/33 («E cómo yrá honrrado *el grand conquistador, que lo* bençió vna donzella»).

⁽⁴⁴⁾ La referencia es a *hijo*. Pero creo que no cabe pensar en una anáfora del tipo de las examinadas en el § 4.

⁽⁴⁵⁾ Vid. nota (19), y, para las anomalías en el uso de la preposición en perífrasis, la bibliografía de la nota (38).

ración es un tipo ideal, creado con las cualidades esenciales del sujeto, y que, en consecuencia, se identifica con él; no hay verdadera comparación, sino una mera ponderación—equiparable a la que, desde otro punto de vista, resaltamos en 242/5—de esas cualidades del sujeto.

Más adelante volveremos sobre estos empleos.—Keniston ⁽⁴⁶⁾ reproduce tres ejemplos de *el que* tras *como*, de los cuales el primero es anafórico, y los otros dos (de Sta. Teresa y del Guzmán de Alfarache) pertenecen al segundo de los dos tipos reseñados—uno de ellos, con fórmula plural—. Como estadística da 1-1.

Nunca encuentro en este esquema elipsis de verbo en la oración de relativo, como las que señala Keniston ⁽⁴⁷⁾.

Resumiendo el empleo de *el que* con valor individualizado, podemos dar una cifra total de 24 casos, de los que 8 van precedidos de la preposición *a*, y dentro de éstos, 3 pertenecen al tipo 2.º—uno de ellos, en perífrasis de relativo— y 2 al 4.º—Keniston recoge 650 casos en 30 obras de *el que* con significado de individuos definidos—reproduce textualmente dos ejemplos, uno de ellos plural—. Pero, lo mismo que los datos citados en el h), no nos sirven para establecer una comparación estricta con nuestros resultados ⁽⁴⁸⁾.

5) La fórmula plural aparece documentada en un total de unos 102 casos, lo que representa aproximadamente 1/2 más que los recogidos para *el que*.

La clasificación presenta aquí más dificultades que en el apartado anterior. Allí era relativamente fácil distinguir entre un singular genérico y un singular individualizado. Aquí predominará más bien un tono intermedio: por un lado no son frecuentes los empleos en frases de valor universal, y por otro, el carácter plural del pronombre le confiere siempre un cierto valor indeterminado. Keniston, quien, como hemos podido observar, distingue entre valor *definido* e *indefinido*, después de señalar que el primero es más corriente con *el que*, añade: «But the more specific forms readily become indefinite, especially in the plural or when modified by *todo*» ⁽⁴⁹⁾.

a) El máximo valor generalizador puede estar representado por un ejemplo como el 133/33: «...que mejor voluntad an de fazer

⁽⁴⁶⁾ Keniston, 15.33.

⁽⁴⁷⁾ Keniston, 15.962.

⁽⁴⁸⁾ Keniston, 15.311.

⁽⁴⁹⁾ Keniston, 15.30.

bien *los que* entran en la vatalla quando el cavdillo ba con ellos...» (133/33).

El valor general de la expresión se comprueba si se tiene en cuenta que podríamos sustituir sin gran dificultad el plural por un singular genérico.

b) Algo parecido ocurre con 195/31, 319/19, 100/33, 254/7, 164/33, 150/34, 228/14, 81/21, 198/32, 199/1, 215/2, 30/24, que unidos al ejemplo transcrito en el número anterior, nos ofrecen un total de 13 ejemplos, de los cuales 5 aparecen sin preposición — pero uno de ellos actúa como objeto del verbo principal, en oración interrogativa indirecta —, uno tras *de*, 2 tras *por*, otro con *para* y 4 con *a*. El verbo de la oración de relativo se encuentra en 6 casos en presente de indicativo, en uno es presente perifrástico, en 2 aparece en futuro de subjuntivo y en 4 en imperfecto de subjuntivo. — En 195/31, alternan las fórmulas singular y plural.

Pero, pese a lo dicho, no es indiferente el uso del singular o del plural. El plural parece referirse casi siempre a una clase de individuos indeterminados, pero sin el carácter abstracto del singular genérico: *el que mete el pie en la red...* hace referencia al tipo ideal; *los que entran en la vatalla...* son los individuos como conjunto, por muy universal que sea el valor de la afirmación. A medida que vamos notando en los ejemplos citados la necesidad de emplear el plural, nos alejamos cada vez más de este tipo de valor. Lo vemos de modo especialmente claro en casos como 164/33 («...que avnque conozca quién es su contrario, también deve conoscer *los que* se acaeçen allí con él»), 228/14, 81/21, 215/2, 30/24, y sobre todo en 198/32 y 199/1, pues el contexto exige el plural.

c) Con 215/2 («...que guarde las yglesias, non faziendo mal ni daño ninguno a *los que* a ellas se acogen») se relaciona el 209/13 («Ni se quiera tanto esmerar, ni quiera él llebar la honrra agena, a que ponga [en] peligro e en deshonrra a su señor, e a *los que* con él van»), que nos puede servir de puente de unión con una serie de ejemplos cuya característica general es que el presente de indicativo no presenta ya el matiz intemporal y reiterativo que hemos visto en los anteriores, sino un claro valor de coexistencia actual. Cfr.: «Pero Niño, vos soys vn cavallero...e vno de *los que* aman serviçio del rey e pró del reyno» (321/23), 243/16.

Todavía pudiéramos añadir los números 275/10 («...al entendimiento de *los que* agora son») 187/25 y, con matices alusivos, el

274/23. Por otro lado, el 51/30, que resulta asimilable a alguno de los ejemplos que examinaremos en la fórmula *ese que* ⁽⁵⁰⁾.

d) Pero los casos más abundantes responden a la construcción con tiempo pasado de indicativo: perfecto, pluscuamperfecto y sobre todo imperfecto, como corresponde al carácter narrativo del texto. También como consecuencia de ese carácter histórico, el matiz predominante es el individualizado, aunque siempre con la indeterminación que supone el plural. Habría que establecer toda una serie de variantes, de acuerdo con el significado temporal del verbo. Haremos una somera división, basada en los rasgos más esenciales.

e) En cuanto al imperfecto, distinguimos un valor iterativo y otro histórico-narrativo concreto ⁽⁵¹⁾.—Dentro del valor iterativo, o más propiamente, continuativo, encajan ejemplos como el siguiente: «Otros tenían que *los que* en este mundo vibían vidas linpias... que estos...» (31/24).

Vibían tiene la misma fuerza que un presente gnómico, como los examinados en a) y b). Creo que es asimilable el 209/26.

f) En un segundo grado podríamos colocar otros ejemplos de imperfecto narrativo, pero que no presentan el valor históricamente concreto que veremos más adelante. El predominio del matiz durativo—referido a una época, y no a un *momento*—, o reiterativo—cuando la acción del verbo es perfectiva—, comunica todavía cierto vago carácter general a casos como 87/7, 88/20 y 31/21, a los que pudiéramos añadir el 5/20 y 6/27—ambas en oración interrogativa indirecta ⁽⁵²⁾—, y los números 323/14, 21/8, 339/13 y 44/20; los dos últimos en construcción partitiva.

⁽⁵⁰⁾ Vid. Pidal, § 114,3. Diez, p. 777. Para la concordancia, Pidal, § 174 y Keniston, 36.755.—Sin artículo, 227/21 («*Vosotros que* aquí estades), etc.—Para el uso del artículo en el apóstrofe con aposición, vid. Pidal, § 114, 4., Kany, p. 24, Cuervo, 2c.ª. (p. 118), Bello, §§ 879 y 880, Hanssen, § 537 y la bibliografía por él citada, M.-L., §§ 164 y 176, Spitzer, RFH, VII, p. 265 y n. 2 de la p. 271, y la bibliografía por él citada.

⁽⁵¹⁾ La diferencia entre ambos valores, por lo que respecta a su relación con el matiz «identificador» o «generalizador» de la fórmula, depende en gran parte del significado del verbo y de las circunstancias de la frase. No es mi propósito entrar a fondo en el examen de los diversos matices de cada tiempo.—Para el imperfecto, cfr. el resumen de los valores en Gili-Gaya, § 124, Criado del Val (*Sintaxis del verbo español moderno* [Madrid, 1948]), págs. 127 y ss. y la bibliografía por él comentada, Badía, BAE, XXVIII (1948), págs. 281-300 y 393-410, XXIX (1949), págs. 15-29, etc.

⁽⁵²⁾ El 5/20 («...e conociesen a *los que* peleauan bien de voluntad) pre-

g) Los otros tiempos pasados presentan menos dificultades en su clasificación. El valor «perfectivo» y puntual del pretérito perfecto comunica a la frase un matiz definido, que rara vez deja lugar a dudas. Únicamente algún caso de carácter evocativo como el 193/3 («*Los que conquistaron las tierras, e ganaron los reynos, por muchos afanes e grandes trauajos pasaron*»), que por su sentido ejemplificador parece fluctuar entre la alusión a un tipo y la referencia a una clase históricamente determinada, sobre todo si se compara con casos, como el 93/26 («...*los que de Troya escaparon...*») y sobre todo 203/22 («*Los que fueron a la ysla...*»), etc. Aun pudiéramos añadir el 34/25 («*A los que lo conosçieron, dióles poder...*»).

h) Con esto podemos aislar ya aquellos ejemplos que presentan un carácter de concreta historicidad, dentro de lo que cabría llamar «narración directa o en primer plano». Lógicamente, son éstos los casos más numerosos en nuestro texto: no menos de 59 ejemplos. A continuación, intento una somera clasificación, de acuerdo con los detalles sintácticos que presentan. El modelo lo constituirá la fórmula *Él e los que con él yban...* (335/6), o *el ynfante e los que heran en su compañía...* (327/1), donde el aspecto durativo del imperfecto se ve localizado en un momento histórico determinado.

z) En función de *sujeto*—de ambos verbos, principal y subordinado; cfr. el 4,g—la fórmula *los que* aparece en 30 ejemplos, de los cuales 25 con imperfecto y 5 con perfecto (números 293/7, 123/8, 101/5, 335/6, 327/1, 326/23, 326/22, 326/15—dos ejemplos—, 76/21, 297/12, 295/31, 269/34, 204/33, 204/27, 152/4, 116/13, 159/25, 79/18, 76/11, 60/2, 299/23, 93/26, 103/7, 203/22, 76/25, 27/31, 304/27, 208/15, 239/19)⁽⁵³⁾.—A ellos podemos añadir algún otro caso sin preposición, pero que presenta al sintagma en función de complemento directo ya sea de los dos verbos, como en

senta empleo de la preposición *a*, frente a lo que se documenta en 6/27 («...que le mostrase *los que* debía meter consigo en la batalla»). Por lo demás, el sentido interrogativo es muy débil o casi nulo en ambos pasajes. Nótese el 164/33, ya aludido, donde resulta clara la diferencia entre el pronombre interrogativo y *los que*. Con el 208/5, citado en el núm. 4k., constituyen los únicos casos de *el que* en interrogación indirecta.—Keniston (14.23) anota también la rareza de estos usos para el siglo XVI—da como estadística 1-2—.

(⁵³) Nótese el anacoluto de 239/19. También, la construcción de 208/15. —No distingo entre sujeto agente y paciente.

208/32⁽⁵⁴⁾, o sólo del verbo principal (336/24). Más dudoso el 292/13⁽⁵⁵⁾.

6) Con la preposición «a», aparece en 6 ocasiones, todas ellas con verbo en imperfecto, salvo una en que aparece el pluscuamperfecto. Son los números 325/29, 308/23, 220/31, 132/19, 98/1, 102/3. — Conviene destacar el carácter reiterativo de 308/23 y de 220/31, que los acerca al 44/20, citado en el f). — No aparecen complicaciones en el régimen preposicional, pues el relativo es siempre sujeto de su oración, y la construcción responde, por consiguiente, a la fórmula 3.^a

7) Precedido de «con» aparece en otros 6 ejemplos, con un total de 2 imperfectos, 3 perfectos y un pluscuamperfecto simple. La preposición unas veces señala compañía: 330/25, 296/28.

O tiene un sentido más o menos asimilable al de compañía: 233/19.

En otras ocasiones depende del régimen del verbo *pelar*: 269/21, 203/22, 78/24.

8) Tras la preposición «de» la documentación es más frecuente. De los 14 casos que tengo recogidos, 8 presentan imperfecto, 4 perfecto y 2 pluscuamperfecto. No todos obedecen a la misma construcción, pues mientras que en un caso la preposición depende del régimen verbal (78/30), en otros 12, presenta valor partitivo y depende de un pronombre indefinido-cuantitativo, que puede ser *uno* (198/6, 78/4), *muchos* (52/12, 132/3, 310/8, 199/19)⁽⁵⁶⁾, *algunos* (54/9, 132/22, 295/11)⁽⁵⁷⁾, *pocos* (132/22), *delllos* (327/14): en 166/19 el regente del partitivo es toda una oración.

Por último, un solo ejemplo nos presenta la fórmula actuando como término de un comparativo (173/26)⁽⁵⁸⁾.

(54) Cfr. el 196/8 y los otros citados en el núm. 4i.

(55) En la estadística que damos al final de este número, incluimos el 292/8 entre los ejemplos de complemento directo, interpretando que actúa la fórmula como objeto de *ber* — cfr. Keniston, 37.345 — Vid. nota (33).

(56) Nótese el 199/19 («...que el otro es *cavallero* de grand valía, e muchos de los que heran en la hueste...»), donde, sin embargo, no creo que se pueda pensar en anáfora.

(57) El 295/11 interesa por presentar la forma arcaica *delllos que*. — Cfr. el 255/29, donde parece seguro el valor de pronombre personal. — Nótese la construcción de 132/22 — Vid. nota (12).

(58) Vid. Keniston, 15.32 y 26.451. — El ejemplo en cuestión, por otra parte, se encuentra muy cerca de las construcciones anafóricas examinadas en el § 4., aunque no se pueda asimilar estrictamente a ninguna de ellas.

Recorriendo los casos anteriormente examinados, encontramos tres ejemplos equivalentes al 78/30, en 319/19, 275/10 y 209/26 —si bien en los dos primeros la preposición depende de un sustantivo, y no del verbo o del complejo verbo + complemento directo—, y cinco que se corresponden con los de tipo partitivo: tres con *uno* (321/23, 243/13, 44/20) y dos con *algunos* (339/13 y 274/23). —Keniston⁽⁵⁹⁾ estudia casos de *el que* «used with *de* in a partitive phrase modifying an indefinite noun». Pero, en la posición «atributiva», que sería la correspondiente a los ejemplos que estudiamos, los tres ejemplos reproducidos textualmente por él son anafóricos⁽⁶⁰⁾. —No encuentro entre mi material ningún caso en que la fórmula actúe *directamente* como predicado, construcción de la que ofrece Keniston dos ejemplos —uno de ellos, con valor de persona—, dando como estadística 1-1⁽⁶¹⁾. Del tipo correspondiente al 173/22, de empleo tras comparativo, sólo transcribe Keniston ejemplos anafóricos⁽⁶²⁾.

Resumiendo, pues, los datos globales del empleo sintáctico de *los que*, podemos dar la siguiente estadística:

Sin preposición: 49 casos, de los cuales, en 43 actúa el grupo como sujeto de los dos verbos —aunque en 3 ocasiones aparezca anacoluto⁽⁶³⁾—, y en 6 como complemento directo sin preposición —1 con infinitivo, 2 dependiendo de los dos verbos y 2 como régimen de interrogativa indirecta⁽⁶⁴⁾—.

Con la preposición a, un total de 12 ejemplos —4 en función de complemento directo (uno de ellos en interrogativa indirecta), y 8 en otras funciones—.

Tras otras preposiciones, los 6 casos estudiados anteriormente de *con*, uno de *para*, dos de *por*. En cuanto a la pre-

(59) Keniston, 15.35.

(60) Vid. § 4, y nota (18).

(61) Keniston, 15.352.

(62) Vid. nota (58).

(63) Son, fundamentalmente, los números 31/21, 31/24 y 239/19. Cfr., desde otro punto de vista, el 187/25.

(64) Números 6/27 y 164/33. — Vid. nota (52). — No presto especial atención a la diferencia entre complemento directo con *a* y complemento indirecto. Dentro de los complementos directos incluyo los números 100/33 y 325/29, con *ayudar* y *saludar*, respectivamente.

posición *de*, como hemos visto, 22 ejemplos — 4 dependiendo del régimen verbal o de un nombre, 17 con sentido partitivo, y uno con comparativo —.

El régimen preposicional, como hemos visto, no ofrece especial interés.

Respecto a los tiempos verbales, un total (referido siempre al verbo de la subordinada) de : 13 presentes de indicativo, 2 presentes perifrásticos (1 con *han* y 1 con *deben*), 2 futuros de subjuntivo, 4 imperfectos de subjuntivo, 1 pluscuamperfecto de indicativo simple, 3 pluscuamperfectos de indicativo compuestos, 13 perfectos, 54 imperfectos de indicativo ⁽⁶⁵⁾.

Resulta interesante comparar con estos datos de construcción temporal, los que se deducen de nuestro estudio de la fórmula singular: 34 presentes de indicativo, 2 presentes perifrásticos, 1 futuro de subjuntivo, 4 imperfectos de subjuntivo, 1 condicional, 1 pluscuamperfecto de indicativo (pero con valor de imperfecto de subjuntivo) — forma en *-ra* —, 11 perfectos ⁽⁶⁶⁾, 16 imperfectos de indicativo ⁽⁶⁷⁾.

Interpretando las cifras anteriores, podemos decir que en la fórmula singular, los tiempos pasados de indicativo representan, aproximadamente, un 38 % del total, mientras que en la plural, suponen un 77 %. La estadística no tiene valor absoluto, dados los diversos matices que un mismo tiempo puede ofrecer. Pero en todo caso, resulta clara la preferencia en el esquema plural por los tiempos de concreta narración histórica.

6) A diferencia de lo que vimos ocurría con *el que*, el plural *los que* aparece precedido de *todo* en 8 ejemplos.

Keniston, como tuvimos ocasión de observar en el 4), recoge tres ejemplos, y da como estadística 1-1. Pero si nos fijamos en los tres ejemplos por él transcritos, notaremos que, aparte de ser casos de anáfora, o precisamente por serlo, presentan lo que pudiéramos llamar «concepto dimensional» (= lat. *totus*), o sea, se equivalen

⁽⁶⁵⁾ De esta estadística, como de las anteriores, quedan excluidos los casos de *todos los que* y *los + prep. + rel.* — No presto atención a detalles como el empleo de verbos de movimiento con gerundio, etc., que no interesan directamente a nuestro objeto.

⁽⁶⁶⁾ En uno de ellos — el 202/4 —, coordinado a un presente.

⁽⁶⁷⁾ Con matices especiales, en 283/32, 6/8, 71/23 y 200/2, los dos últimos, en realidad, imperfectos parifrásticos.

con el adjetivo 'entero' o el adverbio 'enteramente'; pero no presentan el carácter de singular generalizador (= lat. *omnis*) que posee la fórmula *todo el que*, con artículo de valor personal, o el que aparece en la construcción con sustantivo singular y sin artículo, tipo *todo fiel christiano* ⁽⁶⁸⁾.

Algunos ejemplos espigados al azar en el artículo de Par, *Qui y que en la Pen. Ibérica* ⁽⁶⁹⁾ nos ofrecen ejemplos de la fórmula plural, en frases de tipo conminatorio. Cfr., por ejemplo:

«*todos los que esta carta uieren*» (Cast. del N., a. 1223, p. 342).

«*todos los qui esta carta ueran*» (Burgos, a. 1244, p. 343).

«*todos los qui esta carta uieren*» (Osma, a. 1233, p. 345).

«*todos los qui esta carta uieren*» (Sigüenza, a. 1239, p. 345).

Entre los ejemplos en cuestión no encuentro ningún caso singular, aunque sí aparece la forma sin *todo*. Cfr.: «*el qui nos pagas deste fuero... el qui lo quisies crebantar...*» (Toledo, a. 1252, p. 345) ⁽⁷⁰⁾.

Sí aparece, con valor de singular genérico la fórmula *todo omne qui* («*todo omne qui esta hereditat demandasse*» Burgos, a. 1245, p. 343), alternando con la forma plural *todos omnes qui* (p. ej., Burgos, a. 1231, ib.), o *todos los omnes qui* (Rioja Baja, a. 1250, p. 341).

a) Los ejemplos aquí reunidos son, como decíamos, ocho. Más adelante estudiaremos los usos del pronombre generalizador *cuanto*, como fórmula alternante. Interesa señalar que la razón del uso de *todos* ante el complejo art. + rel. es, fundamentalmente, de tipo expresivo o enfático. No influye en el carácter «generalizador» — en el sentido que venimos dando a esta expresión — del sintagma, sino

⁽⁶⁸⁾ Citado por Keniston, p. 278.

⁽⁶⁹⁾ RFE, XIII (1926), págs. 337-349 (para el dominio castellano).

⁽⁷⁰⁾ No he llevado a cabo un examen a fondo de la cuestión en textos medievales. — Es notable la forma que aparece en *FNovenera*, 189: «En las defesas de conceillo, nuill ombre que oueillas hi meta de nuyt nin de día, deue XXIII carneros, et todo que las hi prenga, la meytad del coto aurá, et la meatat el conceillo» — para la reseña de la construcción, cfr. *ib.*, págs. 25 y 215 —; *todo que* aparece por *todo el que*; el hecho podría relacionarse con el empleo de *que* por 'el que', que aparece en el *Cid* y en otros textos medievales. Pero hay que tener en cuenta que lo que se documenta en el pasaje es, propiamente, empleo de la construcción *todo hombre que*, común en la lengua medieval — vid. los pasajes citados en el texto, *FAragón*, p. LIV, etc.

que se limita a subrayar el hecho de que la afirmación alcanza a todos y cada uno de los individuos incluidos en el grupo (= lat. *omnes o cuncti*), siendo indiferente al carácter dogmático o histórico de la afirmación. — Lo encontramos con imperfecto narrativo: «...e fuyó él e don Tello su hermano, e *todos los que con él heran*» (55/27), 156/5, 186/16.

Examinando más detenidamente los ejemplos, notamos que en el primero, la razón del empleo de *todos* es de tipo expresivo-aclaratorio: se trata de subrayar la universalidad de la afirmación, precisamente para destacar el caso excepcional de los gascones. La misma razón, en el segundo — pero de signo contrario: al ser la frase negativa, *todos* destaca precisamente la no universalidad de la afirmación —. En el tercer ejemplo, ya no podemos rastrear ningún motivo de orden lógico: se trata de una voluntad de énfasis; con el caso en cuestión podríamos comparar el 101/5, donde la diferente construcción puede estar relacionada con el diverso orden de palabras.

b) Con perfecto narrativo: 346/34.

c) Hasta aquí hemos visto solamente tiempos narrativos. Encontramos también dos imperfectos de subjuntivo. Son los números 227/11 y 270/24.

d) Y finalmente, poseemos otros dos casos, uno con imperfecto de indicativo y otro con presente, incluidos en contextos de tipo ejemplificador, y por consiguiente, con un matiz que pudiéramos comparar al de 209/13 ó 209/26. Cfr. 319/17 y 172/12.

El empleo de *todos* obedece también aquí a motivos de énfasis. Pero en el segundo rastreamos un motivo de orden lógico: la voluntad de contraste con el caso excepcional que sigue.

La diferencia entre estos casos y los del singular generalizador *todo el que* queda marcada si en un ejemplo como 133/33 añadimos el pronombre. Nunca lo encuentro con futuro de subjuntivo, como es corriente en los textos jurídicos.

Keniston⁽⁷¹⁾ da para *todos los que* tres casos — con valor de persona — y añade como estadística 10-19.

7) Para cerrar este apartado, estudiaremos dos ejemplos, que, sin presentar ninguna particularidad semántica — ambos aparecen contruidos con imperfecto —, ofrecen la salvedad de presentar uso de preposición entre el artículo y el relativo. Son: «...tanto amava su honrra e esperaua que él paresçiese a *los donde* le benía...»

(71) Keniston, 15.385.

(85/23). — «...e mató...a ...que hera el más preñçipal de los con quien él avía la henemistad» (61/29).

Si a estos dos casos añadimos el anafórico 283/25, al que ya aludimos («Escogió el rey doze caballeros de los en quien él fiaua, e los quel sabía que...»), tendremos un total de tres ejemplos, dos de ellos con *quien*, uno con *donde*, y ninguno con *que*. Las preposiciones empleadas son, como vemos, *con*, *en* y *de* implícita en el adverbio relativo.

Keniston ofrece los siguientes datos:

art. + prep. + rel.: 2-9 — 6 ejemplos transcritos, 3 con *que* y 3 con *quien*—.

prep. + art. + rel.: 2-2 — ejemplos citados, 4 con *que* y 1 con *quien*—.

el donde: 1-1 — 1 ejemplo transcrito—.

Además, estudia las fórmulas *el por donde* (1-1, 2 ejemplos transcritos) y *el do* (un solo ejemplo, transcrito), que no aparecen en nuestro texto (⁷²).

Con ello podemos dar por terminado el estudio de la fórmula art. + rel. (⁷³).

(⁷²) Keniston, 15.315, 15.316, 15.391, 15.393, 15.395. Las fórmulas art. + prep. + rel. y prep. + art. + rel. son las que en § 54g, consideramos como tipos 1º y 2º.—Cfr. la bibliografía de la nota (38), y especialmente, S. Fernández, p. 275, n. 1, Cuervo, 4cð. (págs. 155-56), García de Diego, p. 311, Bello, §§ 803-804, Gili-Gaya, § 232, Academia, § 354, Lenz, § 87.

(⁷³) No he realizado un estudio completo de las diversas fórmulas que alternan con los esquemas reseñados de art. + rel., ni de las frecuencias respectivas de unas y otras construcciones. Notemos, sin embargo, algún detalle. Con el tipo 4º de anáfora (§ 4.4.) alternan no sólo ejemplos como «...*algunos de los grandes príncipes que* fueron en el mundo» (9/15; 316/13, etc.) — vid. también: «...*ni algunos de los caballeros que* ende estauan» (295/30; — 'ninguno de los caballeros que...'; 'ningún caballero de los que...') —, sino también otras estructuras sin *de*: «...e *algunos cavalleros que* heran cerca dél» (328/21; 186/21, etc.). Pero las fórmulas no son equivalentes. Falta también la voluntad de aludir con mención partitiva a una «clase» en 86/18 («...e los más dellos *que* auían derrocado a otros), 301/23, etc. — Tal vez respondan a una voluntad de evitar complicaciones en el uso preposicional pasajes como 209/26 («Ya *algunos a que* fué encomendado...dieron...»), 334/24 («...el día de ante, *que* quidaron aver la batalla»), etc. — Nótese también: «...e tan grand cosa *como* avía fecho» (231/9), «...e te llegar a grand estado *qual* agora tienes» (24/4) — vid. § 12. —,

§ 6 — *Demostrativo seguido de oración de relativo. — Demostrativo de primera y segunda persona.*

1) Siendo este y ese los dos pronombres de más acusado valor deíctico, su uso, seguidos de adjunto oracional relativo, revestirá casi siempre caracteres específicos (⁷⁴). No es frecuente la anáfora verbal, a una palabra determinada, pero casi todos los ejemplos presentan lo que pudiéramos llamar, utilizando un término de S. Fernández (⁷⁵), *anáfora oracional* o *difusa*: se reproduce un tipo o un individuo o serie de ellos previamente caracterizados con referencias al concepto general de persona. Lo interesante es que dicha referencia se suele realizar por medio del grupo art. + rel. Así, p.ej., en 39/17, donde, después de citar: «*El que a esta vatalla entra no trae armas besibles ni corporales...*», encontramos:

«E este que ansí está firme en la fee hasta la muerte, no dexándose bençer del buen propósito, antes... A este tal llaman bençedor... Destos caualleros es...» (39/17).

Igual carácter presenta, esta vez con antecedente plural, el 31/24.

También encontramos sentido de recapitulación en 11/19. Se ha venido hablando de una clase de hombres, especificada por una oración de relativo y dilatada en otras series gemelas con fórmulas anafóricas («*Heran los hombres que cortauan la madera de los çedros... e los que... e los que...*»). Inmediatamente aparece la recapitulación de todas estas series con un demostrativo de primera persona seguido de relativo, al que se contrapone una nueva clase representada por un grupo de art. + rel.:

Notemos que el último *los que* en realidad alude a las mismas personas que el grupo inicial de dem. + rel.; pero, al faltar el sentido recapitulador, el demostrativo deja paso al artículo, para reaparecer acto seguido, aunque esta vez sin relativo (⁷⁶). — También conviene

«...non faziendo más mençión de todos ellos *que faze...*» (256/7), «...hasta que ayuntó muy mayores poderes que ante non auían juntado» (25/34), etc. — Finalmente: «...donde estaban los grandes honbres e *que* allí benían» (166/9) — cfr. con el 283/25, citado en § 5.; cfr. también el ejemplo de *FNovenera*, que reproducimos en nota (70) etc.

(⁷⁴) S. Fernández, § 123. — Keniston, 15.64, 15.66.

(⁷⁵) S. Fernández, págs. 250 y 258.

(⁷⁶) Con *este que* existe casi siempre la doble referencia: hacia el contexto precedente o hacia el campo sensible y hacia los datos de la oración de rela-

señalar que el antecedente está formado ya por una clase determinada históricamente, frente a la abstracción de los casos anteriores.

Finalmente, dentro del mismo tipo recapitulador, pero ya sin referirse a *el que* y con antecedente muy difuso, tenemos el 4/28.

2) Un grado distinto representan dos ejemplos en que el antecedente ya no es *oracional*, sino que está formado o bien por personajes reales e históricos, citados con sus nombres propios, o por un individuo perfectamente determinado por el relato. Este último caso, el más cercano a los del grupo anterior, lo encontramos en 198/10.

El otro ejemplo pertenece a la historia del rey D. Pedro, intercalada en el *Victorial* (55/17) ⁽⁷⁷⁾.

3) El último ejemplo de *este que* presenta un carácter totalmente distinto al de los anteriores. Se trata de la alusión a una clase determinada de seres, no creada por la narración, sino existente por sí, para destacar uno o varios individuos de ella. El nombre genérico que designa la clase puede ir entre el demostrativo — término secundario — y el relativo, o preceder, y entonces el demostrativo — anafórico — se sitúa inmediatamente detrás y precedido de la preposición *de*. La construcción es, pues, idéntica a la que estudiamos en el grupo 4.º de artículo anafórico más relativo. El ejemplo en cuestión es el siguiente: «...e dixeron: Tomemos hombres para batallar *destos* que vsan artes mecánicas...e *destos tales que* son vsados a... Estos lanzemos en las batallas...» (4/33).

Notemos que el uso moderno preferiría aquí emplear el demostrativo de segunda persona ⁽⁷⁸⁾, fórmula que recoge Keniston con la frecuencia 2-2 ⁽⁷⁹⁾, mientras que el esquema con pronombre de primera persona, sólo lo documenta en dos casos ⁽⁸⁰⁾.

4) Contrariamente a los usos examinados, el demostrativo *ese*

tivo, mientras que con el demostrativo *aquel*, puede faltar la primera. Pero los datos de la oración de relativo suponen aquí también una recopilación de lo anteriormente expuesto y no añaden nada nuevo.

⁽⁷⁷⁾ Vid. nota anterior.

⁽⁷⁸⁾ S. Fernández, § 131 — especialmente, p. 255, n. 1 —. — En cuanto a la analogía con el grupo 4.º de artículo anafórico, hay que tener en cuenta que, como en algunos de los ejemplos con artículo, cabría interpretar *hombres* como pronombre, con lo que se atenuaría el sentido de reproducción verbal del demostrativo.

⁽⁷⁹⁾ Keniston, 15.663.

⁽⁸⁰⁾ Keniston, 15.644. — Los ejemplos que reproduce son de *Sta. Teresa* y de la *Guía de Pecadores*.

aparece en los tres ejemplos recogidos en construcciones de tipo aposicional. La aposición tiene valor especificativo-restrictivo en dos casos ⁽⁸¹⁾: «Mas a la fin, los del adelantado, esos *que* pudieron, volbieron a fuir» (344/6), 270/32.

El esquema, por consiguiente, es en cierto modo inverso al último estudiado de *este que*: el complejo dem. + rel. no representa la clase, sino la especificación dentro de la misma. Los ejemplos se encuentran cerca de algunos de los que estudiaremos más adelante al hablar del artículo «evocativo» más relativo. También pudiéramos recordar las construcciones épicas de tipo aposicional ⁽⁸²⁾. El porqué del empleo del demostrativo de segunda persona, frente a los ejemplos anteriores con *este*, nos llevaría demasiado lejos. Notemos solamente que el carácter narrativo del texto parecería exigir el empleo del demostrativo de tercera persona ⁽⁸³⁾.

5) Queda un último ejemplo, con carácter independiente, ya que no presenta valor restrictivo, sino *identificativo*. Por otra parte, no aparece en narración, sino en discurso directo de tipo «vocativo» ⁽⁸⁴⁾: «...que aquellos que vos dezides, e yo con ellos, somos... e somos sus servidores, tanto como vosotros. *hesos que* ay estades» (326/1).

Si la deixis en los dos ejemplos anteriores se refería solamente al plano intelectual, al mundo fantástico creado por la narración, y el deslinde se hacía por medio de verbos que denotan acción más o menos abstracta -*savian*, *pudieron*-, aquí nos encontramos ante una verdadera deixis «ad oculos» ⁽⁸⁵⁾, con un verbo -*estades*-, denotador de una situación presente -*ay*-.— Cabe notar también que el demostrativo *ese*, contrapuesto al de tercera persona, se identifica con la persona *tú* ⁽⁸⁶⁾.

(81) Nótese el matiz de «retoque» de estas construcciones, asimilables al de alguno de los pasajes citados en la nota (12).

(82) Cfr. Pidal, § 139,2.

(83) Pidal, § 139, 1.

(84) Vid. nota (50).—Cfr. Keniston, 36.755.—Más adelante volveremos sobre el valor identificativo de *ese*.

(85) Utilizo, en general, la terminología de S. Fernández (§ 124), que es la de Bühler. Sobre las teorías lingüísticas de este último autor, cfr. el libro del P. R. Ceñal, *La Teoría del lenguaje de Carlos Bühler. Introducción a la moderna filosofía del lenguaje*. C. S. I. C., Madrid, 1941. Utilizamos aquí lo que esta terminología tiene de aprovechable desde el punto de vista puramente lingüístico, prescindiendo de sus fundamentos teóricos.

(86) S. Fernández, § 127.

§ 7 — *Demostrativo seguido de oración de relativo. — Demostrativo de tercera persona* ⁽⁸⁷⁾.

Como en los usos actuales, es la fórmula que con más frecuencia alterna con el grupo *art. + rel.* Nuestros datos arrojan un total aproximado de 77 ejemplos, frente a los 224 casos que hemos examinado de *art. + rel.*

No siempre es fácil delimitar las zonas de empleo de ambos sintagmas, y como pudimos observar, alternan incluso dentro de la misma frase.

Keniston y S. Fernández⁽⁸⁸⁾ coinciden en presentar como motivos para el empleo del demostrativo de tercera persona razones de tipo semántico -mayor fuerza deíctica- y de orden rítmico -esta es en definitiva la causa de su empleo ante preposición-.

1) Habría que distinguir, por consiguiente, los casos en que el pronombre actúa con toda su fuerza demostrativa, señalando al campo textual -aunque nunca con la misma intensidad que este, eso o al mundo fantástico creado por la narración -o incluso a un supuesto conocimiento del objeto (demostrativo «notissimus»)-, de aquellos otros en que demostrativo y relativo se funden en cierto modo para crear un complejo, identificado exclusivamente por los datos de la oración subordinada. Verdad que, aun en este último supuesto, el

(87) *Aquel que* es la fórmula que con más frecuencia alterna con *el que*, como por otra parte resulta explicable, dado el origen histórico de ambas construcciones. Los límites entre los dos empleos no son fáciles de trazar — cfr. S. Fernández, p. 274 —. Es difícil reducir a cómputo total y más aún interpretar los datos de Keniston. Un resumen de las cifras expuestas en 15.31, 15.391, 15.393, 15.395, 14.23, 36.755, 15.5, 15.55, 15.561 y 15.562 arroja un cómputo total — prescindiendo de los casos designados con (+) — de 45-96 para *aquel + rel.* y 121-826 para *el + rel.* — es posible que algunos datos estén incluidos en estadísticas distintas —. Como se ve, predomina el empleo del artículo. — Las ediciones de los *Fueros* no ofrecen, por regla general, datos que se puedan reducir a estadística. En *FNovenera* (p. 25) se citan seis casos de *el qui* y tres de *el que*, frente a nueve de *aqueill qui*, dos de *aqueill que* y uno de *aqueill por quien*. En *FAragón* (p. LIV) aparecen unos 150 casos de *aquel qui* y unos 7 de *aquel que* — además, 30 de *aquest qui* y 2 de *aquest que* —, frente a 16 de *el qui* y 5 de *el que* — los casos con preposición no se pueden reducir a cómputo —. — Cfr. también Pidal, § 139,3., *FSepúlveda*, § 20,2c., Hanssen, § 539 y la bibliografía por él citada.

(88) Keniston, 15.5, S. Fernández, p. 274.

demostrativo conserva un grado de fuerza deíctica que lo distingue del artículo (⁸⁹).

Tenemos un ejemplo elocuente en 319/21. Narra el texto como murió el rey D. Fernando de Aragón, cuando se disponía a recompensar a Pero Niño los servicios prestados. En 317/10, se nos dice: «Ansi acaeció a Pero Niño com este rey, que lo amava ya, e...». Acto seguido se intercala una anécdota más de la historia de Alexandre, para volver a una serie de consideraciones ejemplificadoras de tipo general («Ansi es de los omes poderosos en este mundo...»). Finalmente, la narración vuelve a concretarse en el caso de Pero Niño, con una frase paralela a la anterior: «E ansi conteció al buen cavallero Pero Niño con *aquel*, el qual le avia prometido que...» (319/21).

Aquel actúa con toda su fuerza deíctica simplemente porque la oración que sigue es explicativa, y no especificativa, como en los demás casos (⁹⁰).

2) Siguiendo el esquema trazado para el art. + rel., distinguiremos entre valor anafórico y valor personal. — De *aquel que* anafórico encuentro 7 ejemplos. Pertenece al tipo 2.º (antecedente especificado por un adjetivo) el 90/25.

A la fórmula I) del tipo 3.º se puede asimilar el 203/12.

En el primer caso, al menos para el sentido lingüístico moderno, parece como si se quisiera acentuar la deixis hacia un objeto más o

(⁸⁹) Pero hay que tener en cuenta la posibilidad de que en textos antiguos los demostrativos y el artículo no presenten el mismo matiz semántico que en la actualidad. Vid. nota (83).

(⁹⁰) Cfr. la anotación que hace Keniston en 15.661 a un pasaje con *ese que*. Cfr. también la nota (76). Con *que* en vez de *el cual*, tenemos, por ej., el 7/6 («...ansi como *aquellos que* non auían bergüença de...») — vid. el núm. 5) de este apartado —, 22/17, etc. — La situación es similar a la que se produce entre las construcciones *el que* y *él, que* — cfr. 226/11, etc. y las notas (20), (39) final y (57) —. — Bello, como es sabido, trató de llevar al extremo la analogía entre la serie demostrativa y la del pronombre personal y el artículo (§§ 273 y ss.), interpretación rechazada por Cuervo (Nota 54 y BICC, II 1946, págs. 97-98). Vid. S. Fernández, págs. 208, 328, n. 1 y 331, n. 2. Lenz, págs. 129, 271-72 y § 151. Sin embargo, tal vez habría que revisar más a fondo estructuras como *muchol tengo por torpe qui non conosco la verdad* (Cid, v. 1526; vid. Pidal, § 131.4.), *se imaginó que la hija del ventero la era del señor del castillo* (citado por M.-L., § 81, quien traduce — cito por la edición francesa — '...que la fille de l'aubergiste était celle du seigneur du château'), etc.

menos ideal⁽⁹¹⁾. En el segundo, el demostrativo se refiere a lo narrado inmediatamente antes: Pero parece como si hubiera también una voluntad de señalamiento extratextual.

Al 4.º esquema de artículo anafórico, corresponde el 289/14.

Keniston⁽⁹²⁾ recoge para esta fórmula 3 ejemplos, dando como estadística 2-2, siempre en construcción atributiva. Pero ninguno de los tres ejemplos por él transcritos presenta este carácter de alusión a un objeto ideal que ofrece el nuestro y que lo hace equivalente, para nuestro sentido lingüístico, a la fórmula *de esos que*.

Grupo aparte, equiparable al de los ejemplos con aposición restrictiva que tuvimos ocasión de estudiar con la fórmula *ese que*, constituye el 79/22: «...diez e siete días, en los quales nunca Pero Niño dexó el arnés *aquel que* razonablemente puede el hombre traer de cada vn día» (79/22) sobre el que volveremos más adelante.

3) En un límite entre anáfora y valor personal estarían los casos de antecedente muy alejado. Cfr. 91/15.

El antecedente es *esposo*, citado al principio del párrafo. Más cerca aún del puro valor personal está el siguiente ejemplo, interesante porque, como en alguno de los ejemplos anteriores, se produce un señalamiento hacia lo narrado: «*Aquellos que* delante binieron benían muy mal hordenados» (268/17).

4) Como ya señalamos, una de las estructuras típicas del empleo de *aquel* seguido de una oración de relativo, se encuentra constituida por los casos de preposición antepuesta al relativo. Frente a los 3 casos que hemos recogido con artículo, tenemos aquí 13. Creo que la razón fundamental de esta preferencia es la mayor consistencia tónica de *aquel* y -como consecuencia de ella y también de su mayor fuerza deíctica- su capacidad para separarse del relativo, constituyendo un verdadero antecedente.

De los 13 ejemplos, sólo en 1 aparece el relativo *que*: «*Aquel de que* el hombre á ynvidia, aborresçimiento *le á*» (200/21).

Con *quien*, aparece en 3 ocasiones: 123/31, 259/17⁽⁹³⁾, 88/24. También 1 solo ejemplo presenta la forma *cuyo* (257/1).

Pero lo más abundante -8 casos- es la construcción con *donde*,

(91) La referencia a un plano alejado que posee el demostrativo *aquel* es causa de que su uso se preste a lo que en otros lugares llamamos «mención ideal». — Cfr. con los ejemplos citados en § 4.

(92) Keniston, 15.535.

(93) Anafórico de *naturas*, reproducido por *destas*.

indicando procedencia, como en el ejemplo con artículo: 3/1, 22/15, 64/17, 64/20, 147/9, 147/25, 157/2, 273/16.

Keniston da los siguientes datos:

aquel + prep. + rel.: 13-25 -citados en texto, 3 con *quien* (persona), 2 con *que* (de cosa y anafóricos), 1 con *el cual*-

aquel donde: 1-1-1 ejemplo citado, idéntico a los nuestros ⁽⁹⁴⁾.

Además cita ejemplos de *aquel do* y *aquel mientras*, fórmulas que no encuentro entre mi material.

5) Otro esquema típico es el empleo tras *como*. Encontramos un ejemplo de matiz idéntico al que vimos predominaba en la fórmula art. + rel.: «...e *facía como aquel que* ende más *fazía*» (97/6).

Pero la construcción característica para *aquel* es otra, que vendría a coincidir con el último ejemplo que estudiamos con artículo. Sería la representada por: «El capitán, como fué vsando con los caballeros e con los gentiles-hombres de Francia *como aquel que* hera criado sienpre en gentileza, *conosció...*» (218/24).

Al mismo tipo pertenecen 291/24, 306/10, 336/7, 85/23 y 288/31; y aún pudiéramos comparar con ellos el ya citado 147/25. —Distintas son las circunstancias con 7/5, donde *aquellos* actúa con toda su fuerza deíctica, y el relativo presenta más bien matiz evocativo.

Keniston⁽⁹⁵⁾ cita 3 ejemplos idénticos a los nuestros, y añade otro tras *ser*. Como estadística total da 2-2.

6) El empleo de *aquel que* en frases de tipo generalizador es bastante menos frecuente que en el caso del artículo. En cambio, nos interesa destacar su aparición tras *todo*, construcción ésta que, como vimos, faltaba para el grupo *el que*. La encontramos en 133/29 ⁽⁹⁶⁾.

⁽⁹⁴⁾ Keniston, 15.531, 15. 562. Para *aquel do* reproduce (15.561) un ejemplo, y para *aquel mientras* (15.563), otro. — Compárese con los datos que reproducimos en § 5r. Para *aquel cuyo* (15.55), da la estadística 3-5, citando ocho ejemplos de diversas estructuras— con *cuyo* es regular el empleo de *aquel*; vid. 15.5.

⁽⁹⁵⁾ Keniston, 15.533.

⁽⁹⁶⁾ Vid. § 5r y nota (70). Tal vez haya que contar con motivos de índole rítmica — vid. la explicación que da Lerch, ZRPh, LXI (1941), págs.249-250, para la generalización del artículo tras *todos*—, pero carezco de documentación para un estudio comparado de las dos fórmulas.

Con plural, encontramos ejemplos en 346/1 y el ya citado 64/17, ambos con sentido «colectivo» y no «generalizador».

Keniston cita 2 ejemplos de singular, con valor generalizador, y 6 para el plural, dando como estadística para este último uso la cifra 1-1⁽⁹⁷⁾.

7) Al ejemplo citado pudiéramos añadir, ya sin *todo*, el correspondiente a 200/21, que transcribimos antes, y también el igualmente citado 257/1, que, si bien nos presenta al individuo aludido como singularizado -vno-, conserva sin embargo su valor de tipo genérico. Matiz parecido nos ofrece el 68/34⁽⁹⁸⁾. También presentan carácter de singular ejemplificador los números 91/29 y 91/32⁽⁹⁹⁾. — Con carácter conminatorio, tenemos el 73/3⁽¹⁰⁰⁾.

El imperfecto de subjuntivo nos presenta el mismo carácter ambiguo que en otras ocasiones: creación de un tipo genérico dentro de unas circunstancias históricas especiales. El único ejemplo es el antes citado 88/24. — Aspecto similar, aunque sin matiz reiterativo, presenta un caso de futuro de subjuntivo (153/18)⁽¹⁰¹⁾.

A los ejemplos citados habría que añadir el matiz inseguro de algunas de las perífrasis que estudiaremos en otro lugar y de alguno de los ejemplos con *como*, ya citados, junto con algún otro caso dudoso, que veremos más adelante.

8) El plural resulta, como en el caso del art. + rel., de más difícil clasificación. Dentro del sentido generalizador, cabe colocar ciertos ejemplos con presente de indicativo, en que el plural resulta hasta cierto punto equivalente al singular genérico. Cfr.: «La honrra de las batallas cada vno la querria, mas non la an sino *aquellos* que punan por ella» (200/26), 35/7, 35/29.

⁽⁹⁷⁾ Keniston, 15.544 y 15.546.

⁽⁹⁸⁾ Nótese la ausencia de *a* ante *que*, normal, por otra parte, en español moderno — cfr. nota (38) final.

⁽⁹⁹⁾ Cfr. con el 159/8, citado en § 54 b.

⁽¹⁰⁰⁾ Tras *sino* sólo encuentro documentada la fórmula *el que* una vez — en el 247/28, citado en § 4a —. Creo que, al menos para el sentido lingüístico actual, resulta clara la preferencia por *aquel que* en esta construcción, tanto por motivos rítmicos como por el sentido de «mención hacia un objeto ideal» que se produce en ella. Además del ejemplo citado tenemos con el demostrativo de 3.ª persona los números 200/26, 203/12, 153/18 («sino de *aquel que*...») — cfr. también el 116/22 («...*salvo a aquellos que*...») —. Pero *quien* aparece documentado tras *sino*, como notamos en el § 8a. Todo ello plantea cuestiones de interpretación en cuyo detalle no podemos entrar.

⁽¹⁰¹⁾ Cfr. con 150/24 y 150/17, citados en §§ 4a. final y 54 c.

En otros ejemplos, la generalización se hace dentro de una clase determinada por la narración. El sentido de pluralidad aparece exigido por el contexto, y no cabe equivalencia con el singular genérico. Cfr.: «La tu gente abrá gran sed, e quando llegaredes al río, pararás mientres *aquellos que* veben con... E acata *aquellos que* veben con sus manos: aquellos lieva contigo» (6/33).

Una variante del esquema de 6/33, en cuanto a construcción temporal, representa el 67/34.

Carácter especial, por su identificación con la 1.^a persona, ofrece el único caso de futuro de subjuntivo que encuentro en este apartado:

«*Aquellos que* en él oviéremos fee e fuéremos...» (33/29) ⁽¹⁰²⁾.

9) Lo mismo que vimos ocurría con el art. + rel., el matiz individualizador es mucho más frecuente con el plural que con el singular. Lo encontramos a veces con claras resonancias evocativas, de demostrativo «notissimus», pero, al mismo tiempo, con cierto matiz ponderativo, de exaltación de cualidades características del sujeto, que nos recuerda algunos de los empleos reseñados de *el que* y sobre todo los que veremos con el relativo *quien*. Así, refiriéndose a Salomón, cuya vida y hechos se acaban de nombrar, encontramos: «...e que la bondad de Dios no dexaría perder *aquel que* le fiço arca de santa saviduría, e que...» (13/4).

Sin este sentido de evocación histórica, tenemos el 148/16.

Es curioso que *aquel que* aparece al menos en dos ocasiones para referirse a Dios, y las dos veces dentro de los consejos del ayo: «Hijo, amad e tened *Aquel que* aquel ángel que...» (66/1), «Amad *Aquel que* tanto nos amó, que...» (66/8).

Dudamos entre la alusión y la frase generalizadora en 218/12 («...porque *Aquel que* faze las leyes las puede rebocar»). Todavía podemos añadir, aunque ya dentro de un texto narrativo, el 37/28 («...esperando que *Aquel que* la mandó abajar la mandase alçar»).

Con imperfecto reiterativo, tenemos el 3/5.

10) El uso de la fórmula en plural y con valor totalmente individualizado aparece sobre todo con tiempos de pretérito. Con presente, podemos citar un caso, el 326/1, que transcribimos al hablar del demostrativo de 2.^a persona.

Es notable la abundancia del empleo del perfecto absoluto. El hecho se explica fácilmente si tenemos en cuenta el matiz evocativo que casi siempre posee el demostrativo *aquel*. A este respecto es

(102) Vid. nota (50).

interesante que casi todos estos perfectos indican no una acción intimamente relacionada con la narración (tipo «los que fueron a la ysla pelearon vn rato con los que ende fallaron»), sino que se refieren a un pasado remoto, representando así lo que pudiéramos llamar «evocación histórica». El ejemplo característico sería el 125/18 («...bienen de linaje de *aquellos* que fueron señores de España»), esquema repetido en 28/4, 35/11, 6/8, 151/19, 44/11, 7/21, 2/15, 202/3, 58/3 116/22, 7/12⁽¹⁰³⁾. — Resulta curioso, que, mientras que en la oración de relativo, el pronombre actúa siempre como sujeto, en la principal sólo aparece una vez en esta función. En los demás casos se encuentra tras una preposición, que es *de*, en 7 ejemplos (pero sólo 1 con valor partitivo), y *a*, en 4 ocasiones⁽¹⁰⁴⁾.

Con imperfecto de indicativo, se documenta la fórmula plural en 11 ejemplos. La desproporción con el uso del perfecto -12- es, pues, de signo contrario a la que vimos con *los que*. Cabría observar también que el imperfecto no tiene un valor tan netamente narrativo-descriptivo como el que predominaba en el caso de art. + rel. Frente a los verbos de estado o situación concreta (tipo «el ynfante e los que con él estaban»), aquí representado por 346/1, 315/9, 97/1 (los dos últimos con «deixis narrativa»), parecen predominar los de acciones anímicas o de narración de tipo reiterativo. La razón

(103) El pronombre *aquellos*, al menos para nuestro sentido lingüístico, remite siempre a un pasado remoto. De ahí que su uso produzca siempre la sensación de que el narrador mira los hechos desde el momento presente, mientras que con el grupo art. + rel. parece sumergirse en el «tiempo» de la narración — cfr. S. Fernández, § 132 —. Esto, incluso en un caso como el 7/12, donde el pronombre *aquel*, o más propiamente el conjunto *aquellos* + or. de rel., se refiere a unos individuos identificados previamente por la narración — pero nótese en el contexto que los determina y que, por otra parte, se encuentra algo alejado, el empleo de *aquellos que* en estilo directo —. — Desde otro punto de vista, hay que destacar el empleo en 7/21 de un pronombre personal redundante antepuesto — vid. nota (39) — y el anacoluto de 28/4. También, la construcción de 6/8 («...hijos de aquel linaje bueno, *de aquellos que* siempre fueron buenos»), de tipo paralelistico-reiterativo, al parecer, — cfr. con 125/18 y con 157/2, citado en el núm. 4).

(104) Cifra dudosa, pues *a* sólo una vez aparece expresa. En los demás casos, supongo que está «embebida» en el pronombre, pero tal interpretación no es segura, especialmente para los casos de complemento directo — para el acusativo de persona con *a*, cfr. especialmente Reichenkron, *Das präpositionale Akkusativ-objekt im ältesten Spanisch*, RF, LXIII (1951), págs. 342-397.

puede ser también clara: cuando un individuo o grupo de individuos está colocado en una situación histórica concreta, no hace falta evocarle con un demostrativo, a menos que se quiera dar un especial énfasis a la narración o que existan motivos de tipo anafórico⁽¹⁰⁵⁾. — En cuanto al régimen sintáctico, cabe notar que todos los ejemplos actúan como sujeto de la oración de relativo — salvo en 2 casos, 1 complemento directo y otro complemento indirecto⁽¹⁰⁶⁾ —. Con respecto al verbo principal, *aquellos* hace oficio de sujeto (1 caso), complemento directo (2 casos; sin preposición expresa), complemento indirecto (2 veces; 1 con *a*, y otra sin preposición expresa) y complemento preposicional (1 vez tras *de*, con sentido partitivo; 1 con *ante*; 4 tras *con*, de las que 2 con sentido de compañía y 2 dependiendo de los verbos *consultar* y *auer consejo*). En una ocasión, como ya vimos, lo encontramos tras *todos*. — Los ejemplos en cuestión son: 6/18, 297/26, 305/33, 344/32, 325/15, 322/9, 248/23, 97/1, 315/9, 346/1 y 86/7⁽¹⁰⁷⁾.

⁽¹⁰⁵⁾ Empleo en este caso el término «anafórico» en el sentido de referencia a lo anteriormente narrado. Vid. nota (85). Tal vez haya alguna inexactitud en el empleo de los términos, pero no creo que afecte esencialmente a la claridad del texto. El valor anafórico, contrapuesto al de persona, tal como lo hemos venido empleando hasta aquí, se refiere a lo que S. Fernández, llama anáfora parcial — vid. especialmente p. 271, n. 1 y § 164 —. Por otra parte, la afirmación lanzada en el texto de que se emplea el demostrativo cuando existen razones de tipo anafórico, se justifica esencialmente para aquellos casos en que la oración de relativo posee valor más bien explicativo y sus datos no obran estrictamente en la misma dirección que la referencia del pronombre — vid. nota (76) —. En los otros casos, hay que contar más bien con las razones expuestas en la nota (103). — Para la preferencia de *aquel* por el perfecto, vid. S. Fernández, p. 256.

⁽¹⁰⁶⁾ Complemento directo en 297/26, indirecto en 344/32, pero en este último subordinado a un verbo de entendimiento, lo mismo que en 325/15 — vid. M. - L., § 641, *FAragón*, p. LVI, etc.

⁽¹⁰⁷⁾ El 86/7, con imperfecto perifrástico. — Entre los casos que presentan la preposición *con*, conviene destacar el 344/32, con repetición de la preposición y reiteración similar a la del 6/8 — vid. nota (104) —. El matiz de «retoque» que pueda presentar esta construcción queda eliminado por la presencia de la copulativa *e* en 325/16 — cfr. el tipo cidiano: *En cuenta de sus aueres, de los que auen ganados* (v. 101; vid. Pidal, § 121, 6.) y el § 9. — Finalmente, nótese los números 97/1 y 315/9 («...e delibró *aquellos* que estauan en grand peligro»), donde el empleo del demostrativo parece obedecer a una voluntad de «identificación», que faltaría con el artículo, más incoloro en este caso en su matiz de localización concreta en el tiempo — cfr. la analogía entre el 315/9 y el 296/9.

11) Al estudiar la fórmula art. + rel., vimos que aparecía en algunos casos de perífrasis con *ser*. Con *aquel que* también encontramos ejemplos. En una ocasión se trata de una perífrasis de tipo identificativo (260/14) ⁽¹⁰⁸⁾.

Pero lo más frecuente es su enlace, en esta clase de perífrasis, con el interrogativo *quién*, ya sea en un tipo de pregunta indirecta, referido a una persona concreta, como en 224/31, o en interrogaciones de tipo retórico (10/27, 69/6, 247/18 y 258/9 —en este último, como vimos, enlazado con *el que*—).

Como resumen, podemos decir que el empleo de *aquel que*, fuera de algunas estructuras típicas, alterna con el del art. + rel. pero siempre teniendo en cuenta su valor evocativo, más o menos acusado.—El plural no se suele emplear en la narración propiamente dicha, a menos que haya señalamientos de tipo anafórico.—Desempeña con mucha frecuencia el oficio de caso regido respecto al verbo de la oración principal.—No es frecuente su empleo como generalizador, pero aparece en singular precedido del indefinido *todo*.

§ 8.—*El relativo sintético quien, como alternante de la fórmula artículo sustantivo más oración de relativo* ⁽¹⁰⁹⁾.

El pronombre relativo *quien*, en sus usos con sentido general de persona, es decir, con antecedente implícito, se equivale con el grupo art. + rel., y por consiguiente, nos corresponde estudiarlo aquí.

He recogido un total aproximado de 54 ejemplos, que, aunque

⁽¹⁰⁸⁾ Para la concordancia, vid. nota (19).

⁽¹⁰⁹⁾ Utilizo por comodidad la designación de relativo «sintético» para el pronombre *quien* con antecedente implícito. Para el término «relativo sustantivo», vid. nota (9).—Sobre *quien*, cfr. la bibliografía en S. Fernández, p. 364, n. 1, a la que me remito—además, Gili-Gaya, §§ 230 y 235, Hanssen, § 544, etc.—. —Como es sabido, la forma *quien* terminó por ocupar en parte el papel que en la lengua primitiva representaba el nominativo *qui*. Sobre esta última forma—con o sin antecedente—y su lucha con *quien*, hasta desaparecer en castellano, vid. especialmente Par, RFE, XIII (1926), p. 348; también, el resumen bibliográfico de S. Fernández en p. 334, n. 2, *Orígenes*, § 69, 1., *FSepúlveda*, § 33, *FTeruel*, p. 61, *FNovenera*, p. 25, *FAragón*, págs. LIV-LV, González Llubera, HR, VIII (1940), p. 121, etc. Para los usos de *qui* y *quien* con *aquel* o *el* como antecedente y sin preposición intercalada, vid. la misma bibliografía y especialmente Pidal, § 141,2., *FSepúlveda*, § 33c. y d., *FJuzgo*, § 257, García de Diego, p. 298.

tal vez no correspondan a un recuento exhaustivo, creo que reflejan de modo bastante exacto el conjunto de las posibilidades.

1) Prescindo de los casos de *quién* interrogativo, no sólo de los que se encuentran en interrogación directa, sino también de los de pregunta indirecta, donde cabe la sustitución por el art. + rel. en algunos casos. Interesa, no obstante, señalar algún caso de uso simultáneo de *quién* y *los que*, como el que reseñamos en 164/33, citado en el § 5.^a_b. — Nos interesa únicamente destacar que, junto a los casos de pregunta puramente informativa, dentro del estilo indirecto (tipo «E vieron los cosarios, e aperçevieronse, non sabiendo *quién* heran» 106/29, 153/5, 95/21, 101/1, etc.), hay otros en que lo que se pone en juego no es una mera identificación, sino una valoración de cualidades («...que bien se mostró la mar a los marineros nuevos *quién* hera» 103/14), sobre todo referido a cualidades morales, especialmente al valor («...esperó cinco días a vn buen cavallero, por su cuerpo solamente, por qué savía *quién* hera» 41/31; 25/29, 73/7, 92/13, 42/3, 163/20, etc.)⁽¹¹⁰⁾. De aquí a casos como el 152/20 («...segund *quién* él es»). — El interés fundamental del hecho radica en aclararnos lo que creo es función característica de *quien*: señalar la existencia de un tipo -o incluso de un individuo-, en cuanto portador de unas determinadas cualidades. Según Keniston⁽¹¹¹⁾: «In general the forms composed of a demonstrative and a relative are regularly used to indicate specific, definite individuals, while *quien* regularly refers to indefinite individuals». S. Fernández⁽¹¹²⁾, por su parte, cree percibir en determinados usos de *quien* «la intención de aludir a una persona determinada, pero con elusión al mismo tiempo».

(110) Se trata de la acepción «cualitativa», distinta de la «determinativa», que también posee *quién*. Vid. B. Maler, *Synonymes romans de l'interrogatit qualis* (Estocolmo, 1949), especialmente p. 52. Löfstedt, *Syntactica*, II, p. 79, n. 1. Probablemente es la identidad de forma entre el *quién* interrogativo y el *quien* enunciativo la responsable de los valores que esta última palabra posee. — Para el sentido ponderativo de *quien*, vid., por ejemplo, Pidal, § 140,3.

(111) Keniston, 15.30. — Pero el ejemplo que cita en 15.311 y que considera «illustrating the contrast between *el que* and *quien*», presenta empleo de *quien* en una construcción — con el imp. *haber* — que, como veremos inmediatamente, es típica de este pronombre.

(112) S. Fernández, § 175, p. 363. Cfr. también p. 362, n. 2. y p. 363, n. 2.

2) Tanto S. Fernández como Keniston coinciden en afirmar que uno de los empleos característicos de *quien* es su uso con el impersonal *haber*. Para el primero de los dos autores citados, tal preferencia se debe a razones de tipo etimológico (*quien* < *quém*, y *haber* = 'tener') ⁽¹¹³⁾.

De hecho, en nuestro texto aparece en este uso sin alternancia posible con el grupo art. + rel. Dispongo de 10 casos, todos ellos con *quien*, y todos en singular (el plural no aparece en el texto). Pero no todos los ejemplos presentan el mismo carácter. En primer lugar, hay que tener en cuenta que el valor existencial de *haber* puede ir expresado también por *ser*. Encuentro entre mi material 2 ejemplos de este último empleo, los dos con sentido negativo: son los números 125/29 y 149/15. Nos interesa especialmente esta construcción, porque en ella no cabe pensar en un uso etimológico de *quien*, como complemento directo ⁽¹¹⁴⁾.

De los casos con *haber*, tampoco todos son igualmente claros. Frente a un evidente empleo con valor impersonal-existencial (en frase interrogativa, por añadidura), como el registrado en 241/8, ⁽¹¹⁵⁾ dudamos algo en: «...que así hera él,... que lo qué'l fíçiese *non abría quien* ge lo demandar» (245/22), y sobre todo en 57/14, 180/26, 303/13, 330/21, 210/7, donde, por existir un posible sujeto de *haber*, cabría pensar en una conservación del sentido primitivo, aunque sea mucho más probable la construcción impersonal. En cambio, encontramos la fórmula concertada plural, con sujeto expreso y sin posible vacilación, para 73/21 («...porque *no an las gentes de quien* ayan temor...») ⁽¹¹⁶⁾.

⁽¹¹³⁾ Vid. S. Fernández, § 175 y especialmente p. 363, n. 1, donde remite al testimonio de Pidal, § 141,1. También, Keniston, 15.693. — Pero cfr. *Cid*, v. 3455: *si ay qui responda* (Pidal, §§ 140,1., 159,5., 205,4 d), *FSepúlveda*, 46: «...ni ovier *quil* fiar» (ib., § 33 g.), etc.

⁽¹¹⁴⁾ Cfr. la nota anterior. — No he llevado a cabo una encuesta especial sobre los usos de *haber*, *ser* y *estar* con sentido existencial — impersonal en el texto.

⁽¹¹⁵⁾ Es dudosa la influencia que pueda ejercer el matiz interrogativo sobre el empleo de *quien* en este pasaje. — Habría que tener en cuenta también la fuente utilizada. Para el 149/15, la leyenda de Bruto, tomada probablemente de un original francés (vid. *Estudio Preliminar* de la edición de Carriazo, p. XXXIV); en 125/29, el bíblico «Si Deus pro nobis, quis contra nos?» (Rom. 8,31).

⁽¹¹⁶⁾ Coexistencia más o menos dudosa de las dos fórmulas, la concertada y la impersonal, encontramos en 3/4, 109/32, 219/19 y ss., 278/8-278/20, etc.

De los ejemplos citados, 5 presentan sentido negativo -incluidos los dos con *ser* y la construcción concertada-. Keniston⁽¹¹⁷⁾ presenta únicamente ejemplos de *quien* tras *haber* impersonal en frases negativas. El valor de nuestros cinco casos afirmativos, resulta así más complejo si tenemos en cuenta que pertenecen a una construcción interrogativa y cuatro más o menos dudosos en cuanto a su carácter impersonal.

Estas construcciones negativas alternan, dentro de ciertos límites, con la fórmula *ninguno que*. Cfr., p. ej., 87/21, 136/10, 158/22, 290/22, etc.

Pero las fórmulas no son totalmente equivalentes. Cabe pensar en motivos rítmicos, como la posibilidad de desmembrar el complejo *ninguno que*, según aparece en 87/21 y 74/26; en 158/22 se trata probablemente de un caso de anáfora. El indefinido negativo, naturalmente, da un mayor énfasis a la negación. Por otra parte los escasos ejemplos con *quien* aparecen en construcciones más o menos específicas.

También la construcción afirmativa alterna con la fórmula *alguno que*. Cfr. 80/8, 87/32, 139/11, 224/10, 311/20, etc.⁽¹¹⁸⁾.

3) Íntimamente relacionados con los casos anteriores están aquellos en que el relativo es objeto de un verbo del tipo de *buscar*, *encontrar*, etc.⁽¹¹⁹⁾, como el siguiente: «Cómo el rey don Pedro se fué del reyno, *buscando quien* le ayudase» (54/21), relacionable con los ejemplos de interrogación indirecta⁽¹²⁰⁾.

4) En el resto de los ejemplos no resulta tan fácil descubrir una razón para el empleo de *quien*. Sin embargo, creo que se pueden delimitar ciertos motivos. Uno sería ese matiz ya señalado de alusión a

(117) Keniston, 15.693; también, 15.732, 15.743, donde reproduce ejemplos con interrogación afirmativa. Vid. además 35.61, 40.65 (p. 618 final) y 37.485. También, S. Fernández, p. 362, n. 5.

(118) Una última posibilidad, naturalmente, consiste en el empleo de la frase llanamente negativa: «En las sillas de caualgar *non supo ninguno* en su tiempo tanto» (87/15; = 'no hubo quien supiera...'), 150/28, etc. — Cfr. Keniston, 35.61, que cita casos de *algunos son que*... — Para el matiz condicional de 311/20, 224/10, etc., vid. más adelante (127).

(119) S. Fernández, págs. 362-63, Keniston, 15.703; también, 15.964.

(120) Es posible que por este motivo haya desechado algún pasaje al hacer la encuesta. El citado en el texto se encuentra en un título de capítulo. También de la fórmula *según quien* puede faltar algún caso. — Vid. S. Fernández, p. 334, n. 3 y § 180.

las cualidades del sujeto; otro, su mayor agilidad fonética, como monosílabo: si en algunos casos la razón del empleo del demostrativo de 3.^a persona podía ser el ritmo, cabe pensar que son también motivos de esta índole los que llevan al empleo del ágil *quien* en lugar del bisílabo y a veces hasta cacofónico *el que*. Finalmente, conviene recordar que hay ciertas frases en que un resto de valor interrogativo o la simple variación estilística pueden haber movido al empleo de *quien*.

5) Ya citamos el número 40/8, como caso de coexistencia de ambas fórmulas. En dicho ejemplo podemos notar cómo el empleo de *quien* en la primera oración, favorecido probablemente por el ritmo de adagio, es sustituido inmediatamente por el de *el que*, para evitar una repetición enojosa -aunque, por supuesto, en otras muchas ocasiones no se hace recurso a esta variación estilística⁽¹²¹⁾. Igual alternancia encontramos en el también citado 31/21, aunque esta vez precedido el grupo art. + rel. y apoyada posiblemente en motivos rítmicos -nótese el efecto cacofónico que tendría un *«biendicho será *el que* le maldixere»; el *bien* de la primera oración se corresponde, rítmica y hasta fonéticamente, con el *quien* de la segunda-.

Una nueva prueba de identidad en el empleo de ambos pronombres, nos la ofrece la confrontación de estos dos ejemplos: «...e avn *el que* aquel día quiso e supo mirar, bien pudo entender que...» (246/3) — «...en tal manera, que *quien* mirar quiso, bien pudieron ber...» (292/12). Y todavía podríamos añadir otro caso coincidente, con artículo plural: «...bien podrían dezir la verdad *los que* le vieron...» (76/25).

La comparación con este último ejemplo resulta interesante desde otro punto de vista, pues, si nos fijamos en la construcción de 292/8, veremos que, aunque el pronombre y el verbo de la oración de relativo aparecen en singular, el de la oración principal tiene forma plural⁽¹²²⁾. — En los tres ejemplos, sobre todo en los dos primeros, hay matices alusivos e incluso afectivos.

6) Dentro del uso de *quien* en frases de tipo más o menos generalizador, conviene destacar la relativa abundancia de su empleo con el futuro de subjuntivo, tiempo que, como vimos, no era muy frecuente con las otras fórmulas. Nota S. Fernández que *quien*, a consecuencia precisamente de su matiz de velada alusión a alguien,

(121) Cfr., por ej., el 71/23.

(122) Vid. más adelante núm. 12).

se emplea en «enunciados de carácter sentencioso, muy frecuentemente con subjuntivo y futuro categórico o subjuntivo voluntativo en la cláusula subordinante» ⁽¹²³⁾. Dentro del empleo de esta fórmula, cabe destacar la presencia del verbo *querer* — nótese el *quiso* del 292/8 antes citado —. Frente a *oyeren* (150/34) ⁽¹²⁴⁾, *murieren* (228/14), *dixere* (31/21), *alçare-avaxare* (4/12), *oviéremos-fuéremos* (33/29), encontramos aquí no menos de 6 ejemplos con *quisiere* ⁽¹²⁵⁾. — La fórmula de este empleo podría ser representada por 291/29 («E sepa *quien* saberlo quisiere, que...»), con un esquema que nos recuerda inmediatamente las introducciones conminatorias de los documentos jurídicos ⁽¹²⁶⁾, pero que, al mismo tiempo, nos presenta el matiz alusivo de que habla S. Fernández, y que resulta más claro al compararlo con 292/8.

El esquema *quien* + *saber* + *quisiere* se repite en otras tres frases (26/6, 61/6, 287/10), con la particularidad de que aquí el pronombre va en cabeza y la frase, sin perder su sentido generalizador, adquiere un matiz condicional ⁽¹²⁷⁾.

Fuera de esta construcción típica, y con imperfecto de subjuntivo, por estar en estilo indirecto, aunque con un matiz condicional todavía más acusado, tenemos el 271/9.

En todos los casos examinados hasta aquí, el relativo actúa como sujeto del verbo de su oración (incluso en 287/10). Pero existen

(123) S. Fernández, p. 363. Para el sentido «generalizador» del pronombre, recuérdense los pasajes del mismo autor citados en la nota (113). Cfr. también p. 364 y compárese con la cita de Keniston reproducida en el núm. 1) — vid. también M.-L., § 637 —. Pero deslindar los diversos matices no es tarea fácil, como ya tuvimos ocasión de observar con *el que*.

(124) En 150/34 el ms. dice *oyeron. quisiere* aparece en 150/24 — con *el que* — y 153/18 — con *aquel que*.

(125) Cfr. *Cid*: *Temprano dat çeuada, si el Criador uos salue! / El qui quisiere comer: ¿ qui no, caualge* (vv. 420-21), frente a 2129 — con *qui* —, 1192-93, 1189, 3483 — con *quien* —, 3140 — con *el que* —, etc.

(126) Pero nótese la diferencia con un tipo «*Sepan todos cuantos esta carta vieren...*», etc. El matiz alusivo-elusivo de *quien* queda patente, al menos para el sentido lingüístico moderno.

(127) Cfr. Pidal, § 140,1., Keniston, 31.65, M.-L., § 637, etc. — El matiz condicional, que se da también con otras construcciones a base de *quien*, se extrema en un caso de anacoluto como el 271/9. — Recuérdense, con *el que*, fundamentalmente estructuras del tipo de las que aparecen en 249/32 — vid. nota (34) —, en 108/5, 221/19 y los otros casos citados en § 54 e y f. — Cfr. también Rohlf's (II, p. 235) «Das beziehungslose *chi* wird nicht selten im Sinne eines konditionalen 'se alguno' gebraucht».

ejemplos en que el relativo sirve de complemento de *querer*, o más propiamente, de complemento — o incluso sujeto — del verbo de la principal implícitamente subordinado a *querer*. Así: «...o morirá *quien* Dios quisiere» (255/4).

La misma construcción con *querer* en función de verbo vicario y *quien* complemento preposicional tenemos en 95/20 («Hera en su poder de casar *con quien* ella quisiere»), fórmula repetida, con variación al imperfecto de subjuntivo en otros tres casos (300/25, 303/9 (128), 310/28).

Lo característico de esta expresión resalta más si comparamos los ejemplos aquí transcritos con los equivalentes de *el que* o *aquel que*, como 81/21, 153/18 e incluso 270/22, y sobre todo si tenemos en cuenta que la misma construcción con verbo vicario se repite fuera de estos esquemas típicos. Así el 257/27 — pero: «...el buen avisamiento e la buena hordenanza e la bentura, *a quien* Dios la quiere» 185/10 —, o el 125/22; con otros verbos vicarios, 153/5 («...diré con grand reverencia vuestra e *de quien* devo...»), y más problemáticos los números 136/10 y 273/23. — De entre los ejemplos citados por Keniston al hablar de *quien*, extraigo 5 casos, todos con *querer* (3 fut.-subj. y 2 pres.-ind.) (129).

Un último ejemplo de fut.-subj., que no cabe en ninguno de los esquemas anteriores, encontramos en 187/25 («...porque el Papa los tiene asegurados, e descomulga *a quien* mal les ficiere»).

7) Nota también S. Fernández que *quien*, por su valor de indefinido reticente, se emplea en adagios, y Keniston cita algunos ejemplos (130). En rigor, el uso de tales fórmulas con *quien* no es excesivamente frecuente en nuestro texto, comparándolo con el uso abundante de *el que* para esquemas análogos. Pero conviene tener en cuenta que *quien*, ya sea por su carácter indeterminado, ya sea sobre todo por su brevedad fonética, se presta a ser empleado en construcciones de carácter breve, verdaderos refranes en el sentido más estricto de la palabra. Así, el 152/32 («*Quien* más tiene, más envidia le tienen»), ejemplo al que es difícil encontrar paralelos con otras fórmulas, si se exceptúa el 200/21, en un esquema típico de

(128) *Quisiese* actúa probablemente como verbo vicario. Pero cfr. 153/18, etc.

(129) Keniston, 15.721, 15.745, 15.761; vid. también 15.964. — Cfr. Bello, § 1041.

(130) S. Fernández, p. 363, Keniston, 15.696, 15.706, 15.733, 15.741, 15.761, etc.

aquel *que*. Menos característico ya el 256/32, pero siempre mas breve y sobre todo menos anecdótico que su análogo 257/30.— También parece prestarse *quien* a las construcciones en cadena, como ocurre en 152/29.

8) En otros casos, dentro aún de la frase tipo refrán, notamos como una velada alusión a alguien. Lo interesante es que esta alusión se hace ejemplificando sobre un ser que tiene las mismas cualidades que el aludido, y la frase adquiere un matiz ponderativo o incluso consecutivo. Cfr.: «*Quien* non puede añadir vn día de vida a sí, cómo dará a vosotros bida perpetua?» (319/6), o bien: «...ca *quien* mala quenta da de lo suyo, non la dará buena de lo ageno» (209/23).

9) Igual matiz alusivo-valorativo—que, por otra parte, como vimos, tan poco es exclusivo de *quien*—podemos rastrear en algunos ejemplos en que ya no queda intención generalizadora. Tal es el 50/16⁽¹³¹⁾, donde se reúnen los tres aspectos que creo son característicos de la mención con *quien*: alusión, valoración ponderativa y sentido voluntariamente indeterminado; la conjunción de los tres factores, sobre todo el último de ellos, hace que el pronombre resulte aquí insustituible por el grupo art. + rel.—Algo más atenuados estos caracteres en 221/5⁽¹³²⁾. Parece predominar la indeterminación en 41/33 («...e *quien* lo esperaba, visto lo avía ya...»). Este carácter de indeterminación alusiva puede explicarnos también el empleo del pronombre en otros varios ejemplos, tanto en casos de valor hasta cierto punto generalizador, equiparable al de los ejemplos con fut.-subj. («*Quien* leydo á lastorias, fallará que...» 234/32), de sentido más o menos iterativo («...nin se omillava sino a *quien* le dezía palabras blandas» 339/8), o relativamente individualizado—pero nunca identificado— («Tornadvos *para quien* vos enbió, e dezi-dles...» 273/5), sobre todo cuando no interesa determinar exactamente si se alude a un solo individuo o a varios. Pero casi siempre

(131) Cfr., por ej., el pasaje de las *Cartas del Gran Capitán* reproducido por Keniston (15.712). Pero el matiz alusivo es mayor en nuestro caso.—Cfr. también el 57/14, etc.—el sentido, por un lado, equivale a 'alguien (indefinido reticente) que fué capaz de (aspecto valorativo-ponderativo)...'; lo mismo más abajo «*Quien* leydo á lastorias...» = 'si alguien...' o 'uno que haya leído...'; la comparación con *uno que* es especialmente interesante; vid. *Cid*, v. 1767: *Que lo sepan en Castiella, a quien siruieron tanto* (Pidal, § 140.3).

(132) Cfr. especialmente con los ejemplos citados en § 54.

con un mínimo de matiz alusivo o valorativo⁽¹³³⁾. Así, en 127/25, 237/14, 338/21, 189/8, 22/5.

10) Queda por examinar un último esquema. Al hablar de los grupos art. + rel. y dem. + rel., estudiamos su empleo tras la partícula *como*. Con *quien*, en el material que tengo recogido, sólo encuentro 2 ejemplos, que coinciden con los citados por Keniston⁽¹³⁴⁾: la comparación se hace con un *tipo* indeterminado e ideal, que sirve de ejemplo, y sin intención valorativa ninguna; la comparación se realiza propiamente entre las acciones, y no entre individuos o clases; el pronombre, en consecuencia, adquiere un matiz indeterminado e impersonal que Keniston traduce por *one who*, y que ya hemos podido observar⁽¹³⁵⁾. Confróntense las tres fórmulas: «...e fizo tanto por sus manos *como el que* ende más fizo» (290/29) — «...*como aquel que* hera criado sienpre en gentileza» (218/24 — «Allí beyendo los de la villa el grand daño que façia, desarmaron en él muchas ballestas a par, *como quien* lanza a vn toro quando anda corrido en medio de la plaza» (83/3).

Lo único que resulta chocante con nuestros datos es la afirmación de Keniston: «After *como, quien* is far more frequently used»⁽¹³⁶⁾, ya que en nuestro material, aparte el ejemplo citado, sólo encontramos el 107/16, frente a 5 casos de art. + rel. y 8 de dem. + rel.

Pero existen fórmulas de tipo veladamente comparativo, fuera de la construcción con *como*, y con un matiz distinto al que acabamos de observar. Cfr.: «...que así cunplía a *quien* entraua en vn tan

(133) Aunque no sería difícil buscar paralelos con *el que* o *aquel que* (255/4, 270/22, etc.).

(134) Keniston, 15.771. — En 15.781 cita casos como «a facer lo que deben *como quien son*», los mandó tratar *como quien eran*», que se equivaldrían con el matiz que destacamos para la fórmula *como aquel que*, pero que, por otra parte, responden al matiz «valorativo» de *quien* (en 152/20, etc.).

(135) Esta equivalencia que señala Keniston con *uno que* creo que es esencial — vid. nota. (131) —. Cfr. también con la construcción *hombre que*: «...e avn entendió que *hombre que* por tantas abenturas abía pasado...» (94/1) — S. Fernández, p. 279 —, y nótese lo cerca que se encuentra esta expresión de las estructuras típicas de *quien* — cfr., en cambio lo que sería un *«...que *el que* por tantas...», al menos para nuestro sentido lingüístico; en el texto, hay que tener en cuenta casos como el 242/5, citado en § 541. — *Hombre que* aparece también en 40/6, 87/25, 87/34, 88/25, 108/5, 325/14, etc., y en plural, en 5/20, 115/15, 270/22, etc.

(136) Keniston, 15.33.

fermoso puerto como aquel» (114/24), ejemplo que entra más de lleno dentro de los matices que hemos considerado característicos del pronombre.

11) Todos los casos examinados presentan claramente al pronombre *quien* en su valor de persona, sin antecedente explícito. Más adelante estudiaremos algún caso de matiz dudoso, como el 221/26.

El mismo carácter de relativo sintético que posee *quien*, hace que los trastornos sintácticos que vimos surgían en *el que*, debidos a la íntima fusión de los dos elementos, se recrudezcan aquí. — Siguiendo el esquema de Keniston⁽¹³⁷⁾, trataré de agrupar los usos de *quien*, de acuerdo con la función sintáctica que desarrolla en las dos oraciones, principal y subordinada. Confróntese el siguiente esquema :

I. RELATIVO SUJETO DE SU ORACIÓN

- A) *Antec. suj. de su or.* — Es el apartado más abundante : 40/8, 31/21, 292/8, 291/29, 61/6, 26/6, 234/32, 255/4, 152/29 (dos ejem.), 256/32, 319/26, 209/23, 41/33, 221/5. — Podemos añadir aún los números 237/14, 83/3 y 107/16, así como el 271/4, que, como vimos, presenta un anacoluta⁽¹³⁸⁾.
- B) *Antec. suj. precedido de «a».* — Solamente el 287/10, equiparable a los 3 ejemplos de Sta. Teresa citados por Keniston⁽¹³⁹⁾.

(137) Keniston, 15.69-15.79. — Los ejemplos de *quien* con valor plural, los incluyo en la estadística general. — El carácter de relativo con antecedente implícito y las perturbaciones a que puede dar lugar han sido notados por los gramáticos. Vid. la bibliografía de la nota (109), y cfr. especialmente M.-L., § 629, Gili-Gaya, § 235, García de Diego, p. 297, Academia, §§ 366-68; Bello distingue entre casos de antecedente «callado» (§§ 1040, 1041) y «envuelto» (§§ 332, 1042 y ss.) — lo mismo, Academia (1. c.) y Gili-Gaya (§§ 230, 235) —. — En latín también podía faltar el correlativo de *qui*. Vid. Tovar, § 396. — En realidad, muchas de las anomalías en el uso de *el que* se deben a que ha sido tratado como una palabra simple. — Las construcciones con *haber* impersonal, que Keniston incluye entre los casos de antecedente complemento subjetivo, los asimilo yo a los de antec. c. dir., aunque ello obligue a separarlos de sus equivalentes con *ser*.

(138) No distingo entre sujeto agente y paciente.

(139) Vid. Keniston, 15.692, quien cita ejemplos de Sta. Teresa. La construcción nada tiene que ver, naturalmente, con los casos de *al que* citados

- C) *Antec. compl. subjetivo*.—Únicamente los 2 ejemplos citados para *quien* en frases existenciales con *ser*: 149/15 y 125/29.
- D) *Antec. compl. dir.*—Fundamentalmente, los ejemplos citados con *haber*: 241/8, 245/22, 57/14, 180/26, 330/21. Podemos añadir los casos tras *buscar*, como 54/21. Todos, sin preposición.—Con *a*, 22/6 y 187/25 ⁽¹⁴⁰⁾.
- E) *Antec. compl. ind.*—a) *La or. de rel. precede*: Sólo un ejemplo sin *a*, pero con pronombre pleonástico en la or. principal (152/32).
b) *La or. de rel. sigue*: 338/21, 189/8, 339/8, 114/24 ⁽¹⁴¹⁾.
- F) *Antec. objeto prep.*—Tres ejemplos: 127/25 (*para*), 50/16 (*por*), 273/5 (*para*).

II. RELATIVO COMPLEMENTO SUBJETIVO

- A) *Antec. compl. dir.*—Propiamente hablando, no hay ningún ejemplo, pero aquí podríamos citar los casos de interrog. ind., tales como 41/31, 42/4, 25/29, 92/13, 163/20, 103/14, 95/21, 73/7, 164/33, etc.
- B) *Antec. objeto prep.*—Tenemos el 152/20 («...según quien él es»).

en § 5. (269/5, 291/33, etc.), representados aquí por esquemas como *a quien amo no me ama* (citado por Keniston, 15.741), aunque su origen se deba probablemente al influjo de tales estructuras—Keniston, 15.692—. Lo interesante es que tal uso anómalo de *a* con el sujeto es antiguo en español (vid. FTeruel, p. 63, FAragón, p. L) y en otras lenguas romances.—En nuestro texto no faltan otros: 48/23, 302/7, etc.; pero algunos de ellos presentan problemas en que no nos podemos detener aquí.

⁽¹⁴⁰⁾ Para el no empleo de *a*, vid. Keniston, 15. 703, y su anotación: «The *a* is most often omitted after *tener*, *buscar*, and *hallar*».—Para el matiz interrogativo de 54/21, vid. notas (119) y (120). Cfr., por ej., con 101/1. Los casos con *a* aparecen tras *maldecir* y *decomulgár*, que considero, provisionalmente, como transitivos.—En todos los casos aquí citados la oración de relativo sigue al verbo de la principal—vid. la nota de Keniston al último ejemplo que transcribe en 15.711.

⁽¹⁴¹⁾ En 339/8 el pronombre depende de *se omillava*; en 114/24, de *cunplía*. Como en otras ocasiones, tampoco aquí entraré a fondo acerca del carácter estricto de c. dir. o ind.

III. RELATIVO COMPLEMENTO DIRECTO.

- A) *Antec. compl. dir.* — Sin prep., tenemos el 303/9. — Con *a*: 257/27 (dos ejem.), 125/22, 273/23, todos ellos con verbo vicario y no muy claros en su función⁽¹⁴²⁾. Con pronombre interrogativo, pudiéramos añadir el 153/5, etc.

IV. RELATIVO COMPLEMENTO INDIRECTO

- A) *Antec. compl. ind.* — El 136/10, con *a* y verbo vicario, aunque no muy claro⁽¹⁴³⁾.
 B) *Antec. objeto prep.* — Un solo ejemplo, en el que resulta difícil determinar cuál sería la preposición del antecedente, pues sólo aparece la del relativo: 185/10.

V. RELATIVO OBJETO DE PREPOSICIÓN

- A) *Antec. compl. dir.* — Tres ejemplos, dependiendo de *haber*: 73/21, 303/13, 210/7.
 B) *Antec. compl. ind.* — El único ejemplo sería el dudoso 221/26 («...dava paz madama al capitán, e cada vno a la suya, con quien avía danzado»).
 C) *Antec. objeto prep.* — Cuatro ejemplos, tres de ellos con verbo vicario y preposición, por consiguiente, idéntica a la del antecedente: 95/20, 300/25, 310/28; el otro aparece también con verbo vicario, pero en una construcción más compleja, pues falta propiamente el verbo de la principal: 153/5⁽¹⁴⁴⁾.

⁽¹⁴²⁾ Los verbos son *ayudar*, *servir*, *enriquecer-empobrecer*. Hanssen, § 461, considera *servir* y *asistir* como transitivos.

⁽¹⁴³⁾ El verbo es *hacer merced*. — Keniston (15.744) considera entre los casos de rel. c. ind. — antec. c. dir. el siguiente pasaje de *Sta. Teresa*: «...vi la gran merced que açe dios a *quien* pone en compañía de buenos», y como rel. c. dir. — antec. suj.: «a *quien* amo no me ama» (15.741) .

⁽¹⁴⁴⁾ Cfr.: «...diré con grand reverencia vuestra e *de quien devo*» (153/5), que he incluido en este apartado por interpretar '...con...reverencia vuestra (= de vos) y de aquel de quien debo (sc. tener reverencia)', pero que tal vez sería más exacto interpretar simplemente '...con...reverencia vuestra y de aquel

12) La confrontación de estas construcciones con las del art. + rel. resulta especialmente aleccionadora, sobre todo por lo que respecta a los esquemas preposicionales y a las fórmulas que, de un modo general, hemos llamado de anacoluto. La equivalencia nos muestra hasta qué punto el grupo art. + rel. se ha convertido en un complejo gramaticalizado, en vías de evolucionar a un verdadero «relativo sustantivo», como lo llama, por ejemplo, Keniston.

13) Nos quedan por hacer aún algunas anotaciones. En las estadísticas anteriores hemos incluido los ejemplos sin distinguir entre su carácter singular o plural.

No aparece la forma plural *quienæs*, que Keniston⁽¹⁴⁵⁾ documenta sólo una vez. La forma *quien* vale tanto para el plural como para el singular, y precisamente esta ambigüedad puede ser uno de los motivos para la preferencia por *quien* en determinadas clases. Pero lo interesante es que aparecen algunas construcciones donde si bien el relativo es sujeto de un verbo en singular, en la oración principal concierda con un verbo plural o se reproduce con un pronombre también plural. Así en los ya citados 292/8 — frente a su homólogo con art. + rel. 246/3 — y 273/5. En ambos casos precede la oración de relativo, mientras que de los dos ejemplos análogos citados por Keniston, en uno precede y en otro sigue⁽¹⁴⁶⁾.

14) Ya hemos hablado de la construcción tras *como*. — Tras *sino*, encontramos 5 ejemplos (310/28, 303/9, 300/25, 237/14, 339/8)⁽¹⁴⁷⁾.

15) Finalmente nos queda por reseñar el uso de *quien* con infinitivo. Los casos que tengo recogidos aparecen todos en la fórmula dependiente de *haber*: 180/26, 245/22, 330/21.

Con infinitivo elidido, tenemos el 210/7 («...ca bien auía con *quién*»). Las otras fórmulas análogas, presentan el verbo de la subor-

a quien debo (sc. reverencia)', dependiendo entonces la preposición del antecedente, mientras que la del relativo (c. ind.) no iría expresa; esquema este que se correspondería con el de Keniston, 15.749 — sobre todo con el pasaje de *Sña. Teresa* por él citado: «no era açer lo que era obligada *por quien* devia tanto» —; en pro de esta última hipótesis hablaría el 3/17 («...e señorío al que es devido señorío e tributo al que es devido tributo»).

⁽¹⁴⁵⁾ En el *Menosprecio de corte*. Vid. Keniston, 15.79.

⁽¹⁴⁶⁾ Keniston, 15.781. — Cfr. los pasajes del *Cid* citados en la nota (125).

⁽¹⁴⁷⁾ Vid. Keniston, 15.773. — Cfr. la nota (100).

dinada en tiempo finito — incluidos los dos casos con *ser*, 3 pres.-subj., 1 imp.-subj. y 2 perf.-ind. — Keniston⁽¹⁴⁸⁾ cita 2 ejemplos de *quien* con infinitivo, uno tras *tener* y otro con *quedar*: para la construcción de infinitivo elidido, cita un ejemplo y da como estadística 1-1.

16) En cuanto al empleo de los tiempos en la oración de relativo, podemos dar la siguiente estadística (prescindiendo del oficio del pronombre y también de que el verbo rija o no otro en infinitivo):

19 pres.-ind.	6 imp.-subj. (-se)
4 imp.-ind.	2 imp.-subj. (-ra)
5 perf.-ind.	8 fut.-subj.
1 perf.-ind. comp.	1 condic.
1 plusc.-ind. comp.	3 inf.
3 pres.-subj.	1 inf. elidido.

Lo mas interesante del cuadro anterior es la aparición del presente de subjuntivo y del infinitivo, siempre en construcciones típicas.

§ 9. — *Los grupos el que y aquel que, con valor evocativo.*

Bajo este título, agrupamos una serie de casos de artículo -o demostrativo- seguidos de oración de relativo, en los que el término primario actúa como demostrativo «notissimus».

1) En rigor, hemos estudiado ya varias fórmulas que encajan dentro de esta denominación. Así, algún caso de *el que* con valor de persona identificado y los que agrupamos en la fórmula plural en frases de tipo narrativo. Con mayor razón aún, los ejemplos equivalentes de demostrativo de 3.^a persona y los estudiados bajo el 4.^o esquema de artículo anafórico, con sus correspondientes de *aquel que*. En su lugar, hicimos hincapié sobre el diverso carácter deíctico o evocativo de todas estas construcciones.

2) Pero ahora nos interesa destacar otros esquemas más típicos, precisamente porque son los que se encuentran en un escalón inter-

(¹⁴⁸) Keniston, 15.783, 15.785 y 37.485. — La construcción se encuentra muy cerca de la del pronombre interrogativo. Vid. nota (120) y Keniston, 14.162, 14.163, Pidal, §§ 160.5., 205,4d.; también FTeruel, p. 63 y la bibliografía de la n. 5 de la misma página.

medio entre la fórmula con antecedente y relativo diferenciados y el puro relativo compuesto, del que sólo están separados por su voluntad de evocación ⁽¹⁴⁹⁾.

Estas estructuras responden siempre a esquemas con término primario anafórico, y además se construyen en aposición con el antecedente. El matiz del grupo así formado puede ser especificativo —es decir, inverso al esquema 4º de artículo anafórico— o meramente explicativo. En cuanto al carácter de lo que hemos llamado «demostrativo notissimus», es muy complejo. En los casos que pasamos a estudiar inmediatamente —los que no tienen por antecedente un personaje histórico—, propiamente no se puede hablar de un conocimiento previo. Unas veces se hace referencia a un concepto que efectivamente se supone debe identificar inmediatamente el lector, ayudado por los datos de la oración de relativo. Así, el ya citado 79/22 ⁽¹⁵⁰⁾.

3) En otras ocasiones, la aposición, frecuentemente partida en dos miembros, hace una como discriminación, basándose en un conocimiento previo suministrado por el propio contexto narrativo. Así, el 120/33, que citamos en el § 4.

4) Pero lo más frecuente es que, dentro de la misma narración, el objeto se nos dé a conocer exclusivamente por los datos contenidos en la oración de relativo. La evocación consiste entonces en un volver la atención hacia lo narrado para colocar ante los ojos, actualizándolos, los elementos que interesa destacar. Dentro de este grupo encajarían los dos casos citados de ese *que* (344/6 y 270/32), ambos con valor restrictivo. Ya subrayamos el empleo del demostrativo de 2.ª persona y lo que ello supone de estrategia verbal: suponer conocidos los datos que precisamente se están desarrollando

(149) Vid. S. Fernández, p. 335, n. 3. Cfr. la bibliografía que iremos citando en este apartado y en el siguiente.

(150) En 39/11, el texto presenta *la que*, pero el ms. sólo ofrece *que*: «Es otra batalla *que* se haze por Jesucristo», con lo que la voluntad de evocación, si es que existe, queda muy atenuada, y la construcción resulta equiparable a la de los ejemplos sin artículo que citaremos más adelante. — Utilizo la palabra «evocación» en un sentido algo más vago que el que le da S. Fernández en el § 131, pero que creo resulta fácilmente comprensible. Se trata del empleo de un pronombre como demostrativo «notissimus». — Cfr.: «la otra rueda, *la qui* es en media la casa», en un doc. de Burgos del a. 1211, citado por Par, RFE, XIII (1926), p. 340; también *FTeruel*, p. 61, *FAragón*, p. LV, *Pidal*, § 121,6.

por primera vez⁽¹⁵¹⁾. Con ellos podemos relacionar ejemplos como el 269/9 («...e llamó al buen caballero Étor de Ponbrianes, e algunos de sus hombres darmas, *los que* pudo conosçer, e los normanes, que siempre le aguardavan») y el 194/27, este último sin matiz restrictivo.

En cambio poseen un aspecto más propiamente evocativo — los datos de la oración subordinada se refieren a un momento anterior al de la narración — los números 154/18 («...fabló todo su fecho con sus barones, *los que* con él vinieran...») y 156/22.

5) De los ejemplos últimamente citados podemos pasar ya a un esquema que se ajusta exactamente al empleo del pronombre evocativo en sentido estricto. Se trata de personajes históricamente determinados, aunque se nombren de una manera general. Cfr.: «...quiero hazer mençión de algunos de los grandes príncipes que fueron en el mundo, especialmente de quatro que fallo grandes, *los que* mayores fueron en el mundo, cada vno en sus tienpos» (9/13). Y más aún en el siguiente ejemplo: «E cómo el rey don Enrrique ayuntó quantas gentes pudo aver en todas naçiones, *los que* se llamavan...» (56/6), donde puede apreciarse ya lo extraordinariamente cerca que nos encontramos del valor de puro relativo compuesto⁽¹⁵²⁾.

6) Y con esto entramos en el esquema más típico: aquel que tiene por antecedente un nombre propio, correspondiente a un personaje histórico. El ejemplo clave puede estar representado por 48/12: «El rey don Alfonso, *el que* bençió al rey Bohaçén el Salado...e deçercó a Tarifa, e ganó Algeçira, e...ovo...» (48/12).

Pero en esta clase de construcciones la duda no surge sólo con el valor de relativo compuesto, sino también con una posible fórmula gramaticalizada, tipo 'D. Fernando el de Antequera', de carácter estrictamente distintivo⁽¹⁵³⁾. Dentro de nuestro mismo texto, encon-

(151) Cfr. Spitzer, RFH, VII, p. 263, n. 1 — pero hay que tener en cuenta el empleo de la aclaración oracional relativa, lo que los hace esencialmente diferentes del tipo *cabo Burgos essa villa*, así como el posible valor atenuado del demostrativo (Pidal, § 139, 2., etc.) —. Se trata del movimiento del «retoque», al que alude Spitzer en el lugar citado — para la expresión «berichtigender Artikel», empleada por H. Winkler, vid. Spitzer, l. c., p. 265, n. 1.

(152) Vid. nota (149). — Cfr. S. Fernández, p. 334, n. 3, final. — Se trata de un título de capítulo.

(153) Spitzer, l. c., p. 267, nota que «dentro del tipo a. fr. con epíteto

tramos un ejemplo característico de esta última construcción, referido precisamente al mismo personaje histórico que acabamos de ver aludido, en 119/2.

Las interferencias de este tipo con el simple relativo, nos las muestra otro ejemplo referido también al mismo personaje histórico. Se trata del 275/10, donde *el que* deja paso a un simple *que* explicativo⁽¹⁵⁴⁾, y el sentido de evocación se centra más bien en el antecedente, lo que se ve de modo más claro en casos como 41/10, sobre los que volveremos más adelante.

Más claro valor evocativo — no hay posibilidad de confusión con otros homónimos ni se trata de un personaje tan conocido como para que su denominación se haya convertido en fórmula — parece tener el 300/3 («...e desposóla con el ynfante don Enrrique, su hijo, *el que* después fué maestre de...») — frente a casos como 49/15 («...Don Fadrique, *que* fué maestro de Santiago») y con otro ritmo oracional, 225/12, 10/1, 28/18, etc.

Para concluir, citaremos un último ejemplo en que dudamos si se trata de un mero relativo compuesto o, lo que es más probable, de una evocación retórica, como las que vimos anteriormente. El caso en cuestión es el siguiente: «La reyna Elisa Dido,... muger que fué de Açeba, obispo de los ydolos, el que mató el rey Pigmalión, con condicia de los algos que tenía. Ella...» (93/16).

Keniston⁽¹⁵⁵⁾ estudia los casos en que el grupo art. + rel. sigue, en aposición, a un nombre o pronombre, dando como estadística 6-9. Anota que «This usage of *el que*, which is most common after the proper names of persons⁽¹⁵⁶⁾, must be distinguished from that in which *el que* is a parenthetical relative».

pospuesto hay casos más intensamente afectivos..., otros más intelectuales, distintos, y finalmente casos en que las dos primeras categorías se confunden». Má adelante volveremos sobre estas cuestiones — vid. también Cuervo, *Nota* 54, II b final —. Notemos únicamente que el tipo con relativo es el precedente de la forma con adjetivo o con *de* (Spitzer, l. c., págs. 266, 265, n. 2 y 271, n. 1; Pidal, §§ 114,3-4, 118,7., 142,2).

⁽¹⁵⁴⁾ De *enxemplo* — vid. también 36/5, 36/14, 36/19, etc. —. — Cfr. para la diferencia entre la oposición con *el que* y con *que*, Spitzer, l. c., p. 265, 2. — Hay que tener en cuenta también la posibilidad de empleo de *que* = 'el que' — cfr. más adelante y también las notas (70), (73) final y (150).

⁽¹⁵⁵⁾ Keniston, 15.34. — Para la misma construcción con *aquel que*, vid. 15.534, donde reproduce cuatro ejemplos — tres con antecedente nombre de persona —, y da la cifra 3-4 — frente a 6-9 de *el que*.

⁽¹⁵⁶⁾ Lo son cuatro de los seis casos por él reproducidos.

7) Tampoco faltan en este tipo de construcciones ejemplos con *aquel* por término primario. Entre mi material sólo encuentro uno, cuyo interés resalta sin embargo al compararlo con ciertas construcciones de *aquel que* e incluso con algún ejemplo del *Cid*: «proveya los Dios, *aquel que* non desanpara los suyos» (134/48) — «Grado a Dios, a *quel que* esta en alto» (*Cid*, v. 792) ⁽¹⁵⁷⁾.

Como en los esquemas anteriormente citados, también aquí encontramos fórmulas paralelas con simple relativo explicativo. Así, en 95/24, 134/31, 267/24, 192/25 ⁽¹⁵⁸⁾, 135/9, etc.

8) Dentro de las variantes con relativo simple, cabría destacar las correspondientes a la fórmula «...don Gutierre, *eleyto que* fué de la yglesia de Toledo...» (214/29), repetida en 77/17 y 93/16 — frente al ya citado 49/15, por ejemplo — y para la que Keniston ⁽¹⁵⁹⁾ da como estadística 3-14.

9) No nos corresponde propiamente estudiar aquí las alternancias entre fórmulas como la contenida en 48/12 («...la rica-fenbra que llamaron doña Leonor de Guzmán»), en 183/18 y en algún otro ejemplo, y las mucho más abundantes con el antecedente precedido de *un* (232/7, 314/25, 97/19, etc.).

10) No encuentro entre mi material ejemplos en que *el que* siga a un nombre de lugar o asimilable, como el tipo cidiano «Castejón, *el que* es sobre Fenares» (v. 435) ⁽¹⁶⁰⁾. Los ejemplos con

⁽¹⁵⁷⁾ Pidal, § 139,3.; también § 121,5. — Cfr. § 7.

⁽¹⁵⁸⁾ Los números 134/31, 267/24 y 192/25, en estilo directo. En 192/25 y en 135/9, cabría pensar en un *que* explicativo-causal. — Cfr. también 180/31 — para la concordancia, vid. notas (19) y (50) —, etc.

⁽¹⁵⁹⁾ Vid. Keniston, 15.251. Keniston (15.25) — lo mismo que Bello, § 315, Gessner, ZRPh, XVIII, p. 475, Weigert, p. 98 — considera neutra la forma *que*: «...*que*, as a neuter parenthetical, performs a function precisely parallel to that of the object pronoun *lo* in summing up a preceding noun of class or an adjective with the verb *ser*, or its equivalent, and certain extensions of this construction to other uses». Hanssen señala (§ 543) que «parece... que sirvieron de modelo frases latinas como *Olympias, mater quae fuerat Alexandri*» — vid. nuestro 13/15 («...de la reyna Olipias, *que* fué de Greçia») —. No puedo detenerme en el examen de esta cuestión, pero me limitaré a reproducir un pasaje de un doc. de Burgos, a. 1235, que encuentro casualmente en Par (1. c., p. 340): «*donna marina obbatissa qui fo del Manasterio de Villa Mayor*». — Vid. también *FTeruel*, p. 64, Academia, § 359b. — Para el tipo *llegado que fué*, vid. Keniston, 15.255, M.-L., § 633, etc. — Compárese con 89/19, 29/26, etc.

⁽¹⁶⁰⁾ Para el tipo cidiano *O dizen Casteion, el que es sobre Fenares*

esta clase de nombres que podrían recordar los esquemas antes estudiados, aparecen con el relativo simple *que* (168/13, 251/4, 290/27, etc.).

11) Ya hicimos referencia en su lugar a los casos de fórmulas vocativas con art. o dem. + rel. ⁽¹⁶¹⁾.

12) En las estadísticas dadas para los usos de *quien* como relativo sintético, incluimos el número 221/26. Pero, como ya indicamos, este ejemplo presenta la característica de poseer un antecedente expreso. No obstante, el matiz especial de su significado no parece permitir que lo agrupemos con los casos de *quien* con valor de puro relativo adjetivo ⁽¹⁶²⁾. El ritmo de la frase recuerda ligeramente la construcción en dos tiempos que hemos podido percibir en los esquemas típicos de pronombre evocativo ⁽¹⁶³⁾.

§ 10.— En todas las construcciones hasta aquí examinadas nos hemos movido dentro del esquema art. + rel. o sus equivalentes dem. + rel. y relativo sintético *quien*. El estudio de las fórmulas que hemos llamado evocativas nos ha planteado ya interferencias con el relativo compuesto, es decir, con la meta final del proceso de gramaticalización que señalamos en la fórmula art. + rel. Sólo nos resta ya lanzar una rápida ojeada sobre los pocos casos de *el que* con valor de relativo compuesto y estudiar algunas de las fórmulas concurrentes ⁽¹⁶⁴⁾.

(v. 435), vid. notas (153) y (154). — Para «...hermano de la reyna de Castilla que llamaron doña Catalina» (183/18) y los otros citados en el núm. precedente, vid. Spitzer, p. 265, n. 2: «Falta, al parecer, el tipo **el caballero el que*.... lo mismo que el otro **la ciudad la grand*».

⁽¹⁶¹⁾ Vid. notas (50), (84), (102). Con *que* simple, 147/24, 227/21, 256/31, 258/26, 259/6, 263/33, etc.

⁽¹⁶²⁾ Por comodidad empleo aquí la denominación «relativo adjetivo», pese a lo dicho en las notas (9) y (109).

⁽¹⁶³⁾ Se trata, probablemente, de un caso más de «retoque». Desde este punto de vista, *quien* ocupa un lugar intermedio entre relativo «sustantivo» y «adjetivo», similar al de *el que* en los esquemas antes examinados. Tal vez no se pueda excluir la posibilidad de una explicación similar en un caso como 18/29 («...que si de Dios, en *quien* ellos creen...»), que estudiaremos entre los ejemplos de *quien* «adjetivo» — cfr. las construcciones examinadas en el núm. 7) de este apartado y en § 7. — Finalmente, tampoco sería imposible suponer un movimiento de «retoque» en pasajes como el 189/20.

⁽¹⁶⁴⁾ Prescindimos aquí de los usos del pronombre cuantos y de cualquiera *que*.

§ 11 — *El pronombre relativo compuesto el que.*

Después de lo dicho en el § 9, sólo nos quedan por reseñar algunos casos en que parece más claro el valor de puro relativo. En rigor, lo único que distingue ambos valores es la voluntad de evocación, algo, por consiguiente, totalmente subjetivo ⁽¹⁶⁵⁾.

1) Siguiendo el esquema normal en los relativos, señalaremos que todos nuestros ejemplos pertenecen al tipo de oración explicativa, y todos ellos, salvo uno, aparecen sin preposición — la única utilizada es *con* —. Entre los casos que a continuación citamos, no hay ninguno con antecedente de persona, pero en el apartado anterior vimos algunos de carácter fluctuante.

2) Es curiosa la existencia de 2 ejemplos en que el antecedente está constituido por la palabra *capítulo* implícita. Son los números 9/1 y 18/10. (Los demás capítulos emplean distinto encabezamiento: «Cómo...», «De...», «Aquí...», etc.).

En rigor, ninguno de los casos es muy claro. Si sustituímos la fórmula *el que* por un relativo como *que* o *el cual*, notaremos el posible valor expresivo que late en la forma del texto. Por otra parte, hay que tener en cuenta que probablemente no se trata de una anáfora total ⁽¹⁶⁶⁾, sino parcial: es decir, que lo reproducido tal vez no sea *capítulo primero*, sino el nombre genérico *capítulo*, con lo que entraríamos de lleno dentro del esquema art. sust. + rel.

⁽¹⁶⁵⁾ Vid. nota (149). — El mismo origen que S. Fernández (p. 335, n. 3), supone Cuervo, *Nota* 54, II b final y *Dicc.* 2c §§ 88 (p. 119). — *Pidal* (§ 142,2.) anota que: «Si *que* va con un antecedente expreso, tampoco lleva artículo». — Recuérdesse lo dicho en la nota (9). A la bibliografía allí reseñada hay que añadir especialmente para el relativo compuesto *el que*, Lenz, § 87, Hanssen, § 545, Keniston, 15.158, 15.219, 15.228, S. Fernández, §§ 165 y ss., Bello, §§ 1075 y ss., Academia, § 357. — Los dos valores de *el que* no siempre han sido bien distinguidos (S. Fernández, p. 338, n. 3). — Por lo demás, como indicamos en el texto, se trata de una diferencia puramente subjetiva, y temo no haber deslindado con exactitud los ejemplos — vid. S. Fernández, p. 335, n. 3 final —. — Para fórmulas similares en otras lenguas, vid. M.-L., § 622; especialmente interesante es el rumano *cela ce*, etc. — M.-L., 1. c., Pop. *Grammaire Roumaine* (Berná, 1948), p. 210.

⁽¹⁶⁶⁾ No puedo entrar a fondo en esta cuestión. Por lo demás, y como ya hemos indicado varias veces, parece claro que los encabezamientos de capítulo no son de la misma mano que el resto del libro.

3) Algo más convincentes parecen otros casos. Cfr.: «...començó a bentar el biento muy fuerte de las Aynas, por las proas de las galeras, *con el que* auía de venir la flota de Angliaterra» (185/34), y sobre todo: «...e diéronle el preçio del rescate, lo que abían quedado de las diez mill coronas; *las que* repartió él muy bien...» (277/1).

El empleo del relativo compuesto *el que* es muy poco frecuente en la lengua antigua. Las estadísticas de Keniston arrojan los siguientes datos:

el que en oraciones explic. (*parenthetical*), suj. u obj.: 2-2 (3 citados, todos con características especiales).

el que en oraciones explic., obj. prep.: 3-9 (5 citados, con la anotación: «The use of *el que* as a parenthetical relative is so rare in the sixteenth century, that it seems possible that some of the examples cited may be due to modern editors or typesetters»).

el que en oraciones especif. (*restrictive*): 1-1 (1 ejemplo transcrita) ⁽¹⁶⁷⁾.

En el *Rimado de Palacio* encuentra Kuersteiner ⁽¹⁶⁸⁾ solamente 5 casos.

§ 12 — *El relativo compuesto el cual.*

La fórmula *el cual* nos interesa fundamentalmente desde dos puntos de vista: como mera alternante con la construcción *el que*, en su valor de puro relativo compuesto, y por constituir el resultado final de una evolución en todo semejante a la que hemos reseñado en los apartados anteriores.

1) Para S. Fernández ⁽¹⁶⁹⁾ «De una correlación inmediata de pronombre demostrativo y relativo procede no sólo el grupo *el*

⁽¹⁶⁷⁾ Keniston, 15.219, 15.228, 15.158. — Vid. también los datos de S. Fernández, §§ 167-69.

⁽¹⁶⁸⁾ Kuersteiner, RH, XXIV (1911), págs. 101-103. S. Fernández, p. 344, n. 3, reduce a cuatro el número de casos.

⁽¹⁶⁹⁾ S. Fernández, p. 383. También p. 335, n. 2. — Vid. más adelante. — Para el relativo *el cual*, cfr. S. Fernández, §§ 167-69, Hanssen, § 545, Academia, §§ 361-63, Bello, §§ 343-47, 1054 y ss., 1076 y ss.,

que sin antecedente, con valor generalmente de persona (= *quien*), sino los relativos comunes *el que*, *el cual*. Más adelante veremos comprobada en alguno de nuestros ejemplos la realidad de este proceso de gramaticalización.

En todo caso, la aparición del artículo en la fórmula es relativamente tardía. En las *Glosas* y en el *Cid*, aparece la forma *cual* con el sentido de *el que*, y acompañando a un sustantivo, equivale a *el* + sust. + *que* o a *cualquier* + sust. + *que* ⁽¹⁷⁰⁾.

En nuestro texto encontramos usos de *cual* correlativo de *tal* o *tan*, llegando a tener valor adverbial (= 'como'). Cfr.: «Ansi se pasó aquel día todo, *tan* malo e pligroso *qual* creo que nunca...» (129/9). — «...que *qual* del vno se partiese, que *tal* tomase la vatalla con el otro» (311/25).

Pero interesan más otros casos sin correlación, del tipo de los siguientes: «...e te llegar a grande estado, *qual*, (= 'como el que') agora tienes» (24/3). — «...que se escogiesen dos dellos, *quales*

Gili-Gaya, § 234, M.-L., § 621, Keniston, 15.112, 15.122, 15.157, 15.162, 15.215, 15.221, etc. y la bibliografía que iremos citando. Especialmente, Cuervo, Dicc., II, s. v. *cual*.

⁽¹⁷⁰⁾ Vid. *Orígenes*, § 69,2, Pidal, §§ 143,1, 146,11, Bello, § 1055, Lapesa, p. 153, García de Diego, p. 298. — Para la forma *cual que*, vid. *FNovenara*, p. 25, *FTeruel*, p. 67, M.-L., §§ 630 y 640, Keniston, p. 269, *FEW*, s. v. *qualis*, 3. y págs. 1413-14, Godefroy, p. 499a. — También *que* solo puede equivaler a *el que*; vid. *Orígenes*, l. c., Pidal, § 142,1, *FJuzgo*, § 255 y nuestras notas (70), (73) final, (150), (153), (160), etc. — En cuanto a la aparición del artículo, vid. Bello: «La construcción de *cual* con el artículo, desconocida, si no me engaño, en castellano antes del siglo XIV...» (§ 347) y la *Nota* 70 de Cuervo, quien cita ejemplos anteriores, así como la bibliografía antes citada — cfr. también Lenz, p. 296, n. 1. — En los *Fueros* aparece ya el artículo — vid. *FTeruel*, p. 61, *FAragón*, p. LV. — Cfr. también Badía, § 137, IV, *FEW*, s. v. *qualis*, p. 1413: «*Qualis* lebt in der ganzen Romania weiter, überall als relativ — und interrogativpronomen ... In seiner pronominalen verwendung ist es sodann mit dem artikel verwachsen; dabei scheint das fragepronomen später entstanden zu sein als das relativpronomen. In den ersten jahrhunderten sind beide noch sehr selten». Vid. Bruneau-Brunot, §§ 603, 665-666; también *FEW*, l. c., p. 1414, n. 2, M.-L., § 621. Cfr. más adelante las notas (174) y (176). — Para la conservación de la forma *cual* (+ sust.) = 'el (+ sust.) + que', vid. Keniston, 24.11 y 15.82. Cfr. el siguiente pasaje de *Mariana*, citado por Bello (§ 1056) y reproducido por Cuervo (l. c., 2f z. p. 616) y Pidal (§ 143.1): *Los cuales* lugares y encomiendas se daban antes a los soldados viejos... al presente sirven» — vid. también *FTeruel*, p. 62.

(= 'los que') el ynfante quisiese...» (311/25).— «...que escogiese... vna çivdad en que vibiese *qual* (= 'la que') él quisiese...» (145/17) ⁽¹⁷¹⁾. — «...e pusolos en hordenança *qual* cumplía» (126/21).

En todos ellos, el sentido cualitativo está muy atenuado ⁽¹⁷²⁾. — Pero la fórmula puede adverbializarse por completo, equivaliendo entonces a 'como' ⁽¹⁷³⁾: «Mandóle aparejar en Sevilla galeras, e que escogiese él *qual* él quisiese» (99/13), donde, como vemos, no hay variación genérica.

Por otro lado, *cual* aparece sin artículo y con valor de puro relativo (= 'que', 'el cual'). Cfr. los siguientes ejemplos: «...las quales ni alguna a él nunca acaeció, por la gracia de Dios nuestro señor, *qual* siempre fué su abogado» (344/20).— «...éste hera el noble cavallero mosén Guillén del Chastel, a *qual* Dios faga merçed» (243/11).

Y podríamos añadir un ejemplo en que el relativo actúa como término secundario: «...por contar de los reyes, e de las grandes guerras e contiendas que en Castilla vbo en aquel tiempo, *por qual* razón muchos...» (48/1). (Cfr. con 225/6: «...por contar *por qual* razón...»).

Keniston cita un solo ejemplo más o menos similar a los nuestros, dando por estadística la cifra 1-1. Tal empleo era conocido en la lengua antigua ⁽¹⁷⁴⁾.

⁽¹⁷¹⁾ Cabría interpretar *qual* = 'como', referido, en función de adverbio modal, a *vibiese*. Pero me parece más verosímil la explicación dada en el texto.

⁽¹⁷²⁾ Cfr. el v. 2838 del *Cid*, según Pidal, § 143.1. Vid. Keniston, 15.114, 15.124; también 24.13 y 24.16. Por evaporación del sentido cualitativo en tales fórmulas surgieron las construcciones *cual* = 'el que' antes examinadas. Cuervo (1. c., I, y especialmente lf. y lg., págs. 610b-611a) ha trazado los diversos matices de este proceso.

⁽¹⁷³⁾ Vid. especialmente Cuervo, 1. c., le y (p. 610b).

⁽¹⁷⁴⁾ Cfr. S. Fernández, p. 335, n. 2 y la bibliografía por él citada. Además, Lapesa, p. 152, Id., *Favilés*, § 29, *FTeruel*, p. 62, *FNovenara*, p. 25, *FAragón*, p. LVI; también Cuervo, 1. c., lg. (p. 611a), págs. 621-622, etc. — La diferencia entre *cual* = 'el que' y *cual* = 'que' no siempre es fácil de trazar, sobre todo en esquemas similares a los que estudiamos en el § 9. Los ejemplos que cita Keniston en 15.82 pertenecen a la primera fórmula. En cambio, en 15.218 reproduce un pasaje con *cual*, incluido dentro de los relativos explicativos («parenthetical») en función de sujeto u objeto, y que es el siguiente: «...una muy fina y delgada cota, *qual* dizen jacarina», añadiendo la anotación: «It is possible that *qual* should be considered a restrictive relative

Cual aparece también sin artículo en la fórmula indefinida *cual...* *cual*. Así por ej. en 199/4 ⁽¹⁷⁵⁾.

2) La existencia de la forma *cual* con el valor de un simple relativo hace suponer que, de acuerdo con lo insinuado en la nota anteriormente transcrita de S. Fernández, haya existido un estadio intermedio en que la fórmula *el cual* funcionara con el valor de un grupo art. sust. + rel. (es decir, con el significado que hemos visto tenía en español antiguo el simple *cual*). Tal estadio parece estar representado por alguno de nuestros ejemplos. Anteriormente citamos el 120/23 («...sus naos, *la qué*l auía ganado e...»), aceptando la corrección del texto. Pero el manuscrito dice *la qual*, y esta forma se encuentra corroborada por un nuevo caso, esta vez con artículo neutro, en que se ha sustituido igualmente la forma *qual* por *quel*: es el 41/18, sobre el que volveremos más adelante. A vista de estos ejemplos cabe pensar si el 218/28 («...porque *aque*l viene de natura...»), que incluimos entre los casos de *el que*, sea un nuevo ejemplo de *qual*, sin artículo esta vez, y equivalente por tanto a los que aparecen en español antiguo ⁽¹⁷⁶⁾.

3) Nos resta ya estudiar los casos de *el cual* con valor de puro relativo compuesto.

with *tal* implied» — como estadística da 1-1 —. — Lógicamente, aquellas lenguas que como el rumano no poseen una forma con artículo, han de emplear el simple derivado de *qualis* con valor de relativo «sustantivo» y «adjetivo». Para el italiano, cfr. Rohlf s (II, p. 230): «...Auch *quale* kann beziehungslos verwendet werden, z. B. «qual più gente possiede, colui è dei suoi uomini avvolto» (Petrarca)» — vid. más adelante nota (177) —. Cfr. también FEW, I. c., I, 2. (p. 1412), M.-L., §§ 617 y 621, Pop, págs. 383 y 384, etc.

⁽¹⁷⁵⁾ Vid. Hanssen, § 564 y la bibliografía por él citada, García de Diego, págs. 297 y 299, Academia, §§ 76c y 339, Keniston, p. 129, S. Fernández, p. 452, n. 1.

⁽¹⁷⁶⁾ Nuestros ejemplos, por lo demás, se encuentran corroborados por otros que se documentan en diversos textos. Fernández Llera anota *FJuzgo*, § 259,2): «Su uso (de *qual*) sin antecedente expreso; v. gr.: M., 72, L. 18: «cuemo será contado en os bivos (aque)l *al qual* fué más allegada la muerte que la vida». Cfr. también *FAragón*, 218,6: «una heredad de las *quales* el padre o la madre auía» — vid. ib., p. LVI —, *FTeruel*, 60,2: «sobre *el qual* la suert cayere sea iúdez» — ib., p. 62 —. Cuervo (I. c., 2.ª, p. 616b) cita ejemplos como: «Este Señor fué *del cual* está escrito» (del *B. Avila*), etc. — Compárese con el uso de *cuyo* sin antecedente, que aparece también en varias obras — vid. *FJuzgo*, § 258, Keniston, 15.84, Academia, § 373b-c. Bello, § 1053, Cuervo, *Dicc.*, s. v. *cuyo*, 1c xxx, § (págs. 713b-714a) —. Vid. nota (170) final.

Sin preposición, tengo recogidos unos 34 ejemplos, es decir, algo menos de la mitad del total, formado por 72 casos. Generalmente con matiz explicativo ⁽¹⁷⁷⁾. De ellos, 16 con antecedente de persona y 18 con antecedente de cosa. La forma singular aparece en 19 ocasiones, frente a las 15 en que se documenta el plural.

En cuanto al oficio que desempeña el relativo, cabe decir que en la mayor parte de los casos es sujeto de su oración: 29 veces — 22 de un verbo en voz activa, aunque de éstos, 14 (incluidos un «hera y llegado» y un «las quales serían luengas de contar») son fórmulas copulativas, y 7 de un verbo pasivo (incluida una pasiva con *se*) —. Como complemento directo actúa en 5 ocasiones — 1 de ellas con antecedente de persona, y 2 pertenecientes a la fórmula «*la qual* él creía que non quebrantaría el rey su señor».

En un solo caso el antecedente está constituido por nombre propio, y aún aquí acompañado de un apelativo y separado del pronombre por varios adjuntos (290/1). En otro caso el antecedente es un demostrativo. Este caso, que estudiamos ya en el § 7, 1, es el 319/21 ⁽¹⁷⁸⁾. Por fin en un caso el antecedente está formado por un grupo *los que* (308/23).

Es interesante que en muchos casos el relativo no se une de modo directo a su antecedente, sino que está separado de él por la puntuación o por los adjuntos, que, en 6 casos (incluido el de *los que*), consisten en oraciones de relativo.

⁽¹⁷⁷⁾ La distinción entre sentido especificativo y explicativo no siempre es fácil. Me he inclinado, en general, por la interpretación como valor explicativo. Entre los casos dudosos, tenemos especialmente el número 241/25, en que tal vez cabría pensar incluso en un giro del tipo de los reseñados en la nota precedente. Nótese el 44/28, al que ya hicimos alusión en la nota (12). — Para las cifras de frecuencia de *el cual* explicativo y especificativo, tras preposición y sin ella, vid. especialmente S. Fernández y Keniston, l. c. en nota (169). Keniston da los siguientes datos: En oraciones especificativas («restrictive»). *Sujeto*: 1-1. *Objeto*: 1-1 *Objeto de prep.* (persona): 1-1. *Id.* (cosa): 4-5. — En oraciones explicativas («parenthetical»). *Sujeto u objeto*: 30-201. *Objeto de prep.*: 22-111. Vid. también Cuervo, l. c., 2b 3º y 4º (p. 615a).

⁽¹⁷⁸⁾ Ejemplos de *aquel...el cual* (tipo «...aquellos solamente llamarse incontinentes, los cuales...») cita Cuervo, l. c., 2f γ (p. 616b) — de *aquel el cual*, en p. 621b —. Cfr. *Ffuzgo*, § 256, *FTeruel*, p. 61, *FAragón*, p. LV — también con *el que* —. Vid. también S. Fernández, p. 383 y n. 2 de la misma página, Pidal, § 131, 4. Cfr. casos como 166/27, 191/7, etc.

Nota S. Fernández⁽¹⁷⁹⁾ que «...es notable la tendencia a emplear *el cual* en aquellos enunciados en que lo representado por el antecedente aparece en la oración de relativo como sujeto o bien objeto, podríamos decir, de una nueva peripecia o de una intención concreta y singular. Por consiguiente cuando la acción del verbo es puntual, cuando el verbo consiste en una perífrasis modal, muy frecuente con antecedente de persona». Esta norma se cumple de modo general en nuestros ejemplos, que casi siempre forman parte integrante de una nueva oración—nunca parentética o incidental⁽¹⁸⁰⁾—, que no se limita a terminar brevemente el período—oración conclusiva—, sino que expulsa la idea original añadiendo nuevas determinaciones, y con verbos que predominantemente—sobre todo con antecedente de persona—, se encuentran en tiempos pasados. Encontramos los siguientes datos:

Con antec. de pers.: 8 perf., 2 pluscuampt., 6 imp.-ind.

Con antec. de cosa: 7 pres.-ind., 2 fut.-ind., 3 condic., 3 imp.-ind., 3 perf.

Los ejemplos estudiados son: 10/22, 30/4, 34/31, 44/28, 61/23, 65/16, 95/28, 100/1, 100/18, 147/28, 169/10, 139/11, 224/9, 290/1 (2 ej.), 295/31, 253/16, 241/25, 281/13, 308/7, 310/6, 308/23, 308/27, 305/16, 319/21, 329/34, 332/25, 338/1, 338/21, 340/27, 344/16, 62/27, 44/10, 44/5.

4) Tras preposición, encontramos un total de 38 casos. La cuestión del carácter explicativo o especificativo del pronombre es aquí compleja⁽¹⁸¹⁾. Pero es una circunstancia que no nos interesa de modo esencial.

(179) Vid. S. Fernández, p. 343.

(180) Si se exceptúa algún caso como el 65/16, donde el editor, por la excesiva longitud de la frase, ha colocado punto.—Por supuesto, no faltan casos de empleo en oración conclusiva—cfr. 95/28, etc.—. Vid. nota (182).

(181) Vid. los números 300/21 («...con vn caballero con el qual la señora se tenía...») —nótese la ausencia de coma en la edición—, 310/34 («...que él hera tal cavallero e tan bueno, del qual sería bien servido») —compárese con 264/9 («por vos tomar tal empresa, a la qual nosotros vos ayudaremos»), donde *tal* es un simple demostrativo—. El sentido consecutivo establece un nexo entre ambas oraciones. Cfr. con *FTeruel*, 571,2: «si...alguno fuere en la uilla que sospecha oujere del qual periglo auenga» (ib., p. 64); vid. también ib., p. 62 y M.-L., §635.

El pronombre aparece en 17 casos en singular y en 21 en plural. El antecedente está formado por un nombre propio en 4 casos (243/17, 315/19, 45/23, 156/19), pero sólo en los dos últimos precede inmediatamente al relativo. En una sola ocasión se encuentra constituido por un pronombre (estos), pero muy alejado del relativo, y en otra ocasión (345/3) el antecedente es el grupo *aquellos que*. En general, ambos elementos se encuentran aquí más distanciados que en el apartado anterior.—En cuanto a la naturaleza del verbo, encontramos:

Con antec. de pers.: 5 perf., 7 imp.-ind., 1 condic., 3 pres.-ind.

Con antec. de cosa: 4 pres.-ind. (1 enlazado con perf.), 1 fut.-ind., 2 imp.-ind., 1 pluscuampt., 14 perf.

El régimen preposicional nos ofrece los siguientes datos:

a:	3 (1 pers. sing. y 2 cosa pl.)	en:	12 (2 p. pl., 4 c. s., 6 c. pl.).
para:	1 (pers. sing.).		
con:	5 (3 p. s., 1 c. s. y 1 c. pl.)	de:	5 (2 p. s., 2 c. pl. y 1 c. s.; en un caso
contra:	1 (pers. pl.).		dependiendo de un
sin:	2 (c. pl. y c. s.).		nombre = 'cuyo ;
sobre:	1 (pers. sing.).		en los demás, de
por:	1 (pers. sing.).		verbo o verbo + c.
entre:	7 (4 p. pl., 3 c. pl.).		dir.).

Los casos estudiados son: 50/16, 74/28, 76/25, 76/29, 77/3, 79/22, 25/18, 45/32, 31/34, 109/32, 112/17, 117/7, 128/16, 78/12, 148/2, 156/19, 198/3, 234/18, 243/17 (2 ej.), 248/13, 264/9, 268/7, 224/3, 300/21, 302/23, 286/33, 243/29, 305/29, 310/34, 305/17, 314/16, 317/7, 315/19, 328/33, 338/16, 345/3, 347/27.

5) Las razones que mueven a preferir la forma *el cual* en determinadas circunstancias han sido señaladas por Cuervo⁽¹⁸²⁾. Nos interesa destacar su alusión⁽¹⁸³⁾ al empleo de este pronombre en los casos ambiguos, debido a su capacidad de variar de acuerdo con el género y número del antecedente. Entre nuestros ejemplos, te-

(182) Cuervo, *I. c.*, 2, en general, y especialmente 2g (p. 616b), Belio, § 1075, Keniston, 15.215.

(183) Cuervo, *I. c.*, 2c (p. 615b).

nemos uno especialmente claro: se trata del 243/17 («Enviamos vos esta letra con Paris, rey darmas de nuestro señor el rey; *a la qual* e *con el qual* vos rogamos que...»). — El siguiente cuadro puede arrojar alguna luz sobre estos usos:

	<i>Sin prep.</i>			
	<i>Sing.</i>		<i>Plur.</i>	
	M.	F.	M.	F.
Antec. pers.	9	—	7	—
Antec. cosa	3	7	1	7

	<i>Con prep.</i>			
	<i>Sing.</i>		<i>Plur.</i>	
	M.	F.	M.	F.
Antec. pers.	5	3	8	—
Antec. cosa	2	7	5	8

Es decir, de un total de 72 casos, 32 son femeninos y 36 plural⁽¹⁸⁴⁾.

6) Nota Cuervo⁽¹⁸⁵⁾: «Pero no siempre basta a la claridad el uso de *el cual*, y es menester repetir el antecedente combinándolo con el relativo; modo de hablar más usado de los antiguos que de los modernos... Este giro es privativo de *el cual*, y puramente latino». En nuestro texto no faltan ejemplos. Podemos citar alguno como: «...e fice dél este libro, que fabla... *El qual* libro se parte...» (45/8), 199/21.

La misma construcción ofrece también el 243/3. Pero es más frecuente otro empleo que señala también Cuervo⁽¹⁸⁶⁾, es decir, aquél en que lo que se reproduce no es el antecedente ni sus adjuntos, sino un nombre que viene a ser el resumen de lo expresado en la oración anterior, y que se une a ella a modo de aposición, ha-

(184) Vid. también Keniston, 15.215, Bello, § 247, etc. — La distribución total de nuestros ejemplos es la siguiente: págs. 1-100, 22 casos; 101-200, 10 casos; 201-300, 17 casos; 301-348, 23 casos. Como puede observarse, es notable la abundancia en los últimos capítulos. En las 48 páginas finales aparece cerca de 1/3 del total de los ejemplos.

(185) Cuervo, 1. c., 2d. — Vid. también Bello, § 1057, Academia, § 363a y b, Hanssen, § 549, M.-L., § 621, Lenz, § 190, *Paragón*, p. LVI, *FTeruel*, p. 61.

(186) *Id.*, *ib.*, 2e (p. 616).

ciendo el oficio de un relativo neutro. El sustantivo-resumen unas veces viene suscitado anafóricamente, diríamos ⁽¹⁸⁷⁾, por una palabra o un verbo de la oración anterior que tiene la misma raíz. Cfr.: «E casó luego el rey... *sobre el qual casamiento...*» (299/13).

Podríamos añadir el 199/18, y con carácter más difuso el 302/23 y el 313/9. Sin embargo, abunda más aún la fórmula sin relación ninguna textual, lo que supone una mayor elaboración conceptual: «Cómo Pero Niño fué a Plaçencia...e sacó... *La qual enpresa...*» (314/20) ⁽¹⁸⁸⁾.

Existen una serie de nombres que por su generalización abstracta se prestan especialmente a estos usos, tales como *cosas*, *razón*, *fin*, etc. Así ocurre en 314/16, 85/23, 50/3, 224/3, 313/13, 49/9, 1/8; también el ya citado 48/1. La necesidad lógica de esta repetición, salta a la vista al considerar la ambigüedad de algún ejemplo como el 314/16.

Keniston ⁽¹⁸⁹⁾ da como estadística para la primera fórmula (con nombre repetido) 8-24, y para la segunda (con antecedente implícito), 15-28.

7) También estudia Keniston ⁽¹⁹⁰⁾ ciertos casos de relativo en comienzo de una oración, con fuerza «conjuntiva», es decir, equivalente a la partícula *y* seguida de un demostrativo. La preferencia para este uso del compuesto *el cual*, la explica el autor citado por la misma naturaleza de este pronombre («Because of its normal function of indicating an additional characterization of the antecedent, *el cual* (*lo cual*) is the relative used most frequently with conjunctive force»). S. Fernández ⁽¹⁹¹⁾, por su parte, califica estas construcciones como de «conexión paratáctica».

Entre nuestro material no faltan ejemplos. Así, los casos que se encuentran tras punto. Cfr.: «...fallé vn buen cavallero, natural del reyno de Castilla, el qual toda su vida fué... E avnque... *El qual* nunca...» (44/10).

Lo mismo ocurre con 308/27, 345/3, 224/9, 196/10, etc. El empleo llega a resultar verdaderamente innecesario en frases en que se han utilizado ya otros relativos; así, por ej., en 281/14, etc.—

⁽¹⁸⁷⁾ S. Fernández, § 133.—Recuérdese el zeugma del Siglo de Oro.

⁽¹⁸⁸⁾ Se trata de un título de capítulo, lo mismo que en 1/8.—En 313/9, la relación es muy vaga.

⁽¹⁸⁹⁾ Keniston, 24.2, 24.21, 24.22.

⁽¹⁹⁰⁾ Keniston, 15.27, 15.271, 15.277, García de Diego, p. 299.

⁽¹⁹¹⁾ S. Fernández, págs. 337, n. 1 y 341, n. 2, § 173.

—Sin embargo, el relativo compuesto no aparece todavía con la abundancia con que se muestra en textos del siglo siguiente ⁽¹⁹²⁾. En nuestro libro se ve sustituido con mucha frecuencia por el pronombre demostrativo. Así, en 143/5, 144/7, etc.

El uso adjetivo que examinamos en el apartado anterior no aparece nunca, al menos entre el material que tengo recogido, acompañando a un nombre propio. En su lugar se emplea el demostrativo o, como veremos más adelante, el pronombre *dicho*. Así, en 26/12 ⁽¹⁹³⁾. —También el pronombre personal puede alternar con el uso del relativo *el cual*, como en 321/29, o con cierto carácter de anacoluto, en 57/20 y en otras muchas construcciones, basadas en la enorme movilidad sintáctica de la partícula *que* («...Que perdieron a sus hijos, señaladamente a don Juan el Niño de Portugal, *que* mejor *que él* non avía...» 348/16, etc.) ⁽¹⁹⁴⁾. Pero todas estas consideraciones nos llevarían demasiado lejos y exigirían un estudio com-

⁽¹⁹²⁾ Cfr., por ejemplo, R. Menéndez Pidal, *Antología de Prosistas españoles* (Col. Austral, núm. 110, 4ª ed.), p. 103: «...y se muestra la inesperienza del que por primera vez intenta una reforma, en que esa adición está, las más veces, hecha por conjunciones meramente copulativas, y sobre todo por medio del relativo *el cual*» —vid. también p. 75, n. 4; cito por la 4ª edición de Austral—. —Cfr. Lida, págs. 190 y ss., 299,300; para la acumulación de relativos y el relativo en cabeza de oración, p. 454; también p. 137. Además, Bello, §§ 347 y 1075, Cuervo, 1. c. 2g (p. 616b), etc.

⁽¹⁹³⁾ Cortés, por ejemplo, multiplica los anexos *el cual*, *dicho*, etc. —sustantivos o adjetivos—, incluso acumulándolos —Keniston, 24.233. —Cfr.: «El Conde don Pero Niño avía vn bezino de la su villa de Çigales, *el qual* hera...» (340/27) —«...supo nuevas de vn corsario *que* desamaua mucho el rey su señor, *Este* hera...» (105/23). Como puede percibirse, la alternancia no es totalmente caprichosa. Por otro lado, en construcciones como la de 101/29 («...e dende a Málaga. *Esta* es vna fermosa çivdad de mirar»), creo que nos encontramos ante esquemas similares al tipo cidiano —condensado— *Atineza, una peña muy fuert* (v. 2691) —vid. Pidal, §§ 118, 7., 139,4—. Recordemos también la posibilidad de ausencia de todo nexos —Tovar, § 400, BrunEAU-Brunot, § 602, Wartburg, p. 98, Rohlfis, p. 230, etc.— Pero todo ello plantea problemas —de tipo estilístico, más que sintáctico— que nos alejan excesivamente de nuestro objeto inicial.

⁽¹⁹⁴⁾ Cfr. 169/23, 118/14 («...e curaron los feridos, *que* auía asaz *dellos*»), 280/32, 153/1, 295/6, 11/15, 114/16, 31/29, etc. —Vid. notas (38) y (39), Lenz, p. 298, n. 1 y § 207, Academia, §§ 352, 353, 405c, Kany, págs 373 y ss. y la bibliografía por él citada, etc.— Se trata de los diversos usos de *que* —vid. Bello, § 1005—, con valor más o menos adverbial y no siempre fáciles de distinguir de los de la simple conjunción —García de Diego, p. 297, etc.

pleto del estilo de la Crónica. Limitémonos a insistir sobre la afirmación anteriormente hecha de que el relativo *el cual*, pese al carácter de la obra, no aparece con la abrumadora abundancia que caracteriza al estilo de determinados autores del XVI, y que, por otra parte, se encuentra en minoría frente a los usos del simple *que* y de otros relativos ⁽¹⁹⁵⁾.

§ 13 — *El relativo cuyo*.

Por su relación con algunos usos de *el cual*, creo interesante dar unas notas sobre el empleo de la forma *cuyo*.

1) Tengo recogidos apenas una docena de casos, que, si no constituyen el total, creo suponen un número bastante aproximado ⁽¹⁹⁶⁾.

Dado este corto número de casos, es lógico que no cabe mucha variedad de usos, faltando, por consiguiente, la mayor parte de la larga serie de empleos recogidos por Cuervo ⁽¹⁹⁷⁾.

De los 10 ejemplos con que cuento, 4 responden más exactamente al concepto de «posesión», en sentido general ⁽¹⁹⁸⁾. Los cuatro presentan como carácter común el hecho de que *cuyo* actúa de predicado del verbo *ser*: 256/34 ⁽¹⁹⁹⁾, 302/23, 66/11, 54/2.

A ellos podríamos añadir aún un ejemplo con interrogativo, espijado al azar: el 48/23 ⁽²⁰⁰⁾.

⁽¹⁹⁵⁾ Nótese, por ej., el empleo del relativo *que* con preposición y antecedente de persona en 48/12, etc. — frente a 48/17, 183/20, 299/15, etc.: cfr.: «...un fijo..., a *que* llamaron despues Mudarra Gonçales» (*Infantes de Lara*, p. 262, 19-20), S. Fernández, p. 344, n. 4. Vid. más adelante nota (214).

⁽¹⁹⁶⁾ «El Cid no usa nunca «cuyo»» (Pidal, § 143,3).

⁽¹⁹⁷⁾ *Dicc.*, s. v. *cuyo* (II, págs. 707-716). — Para *cuyo*, vid. Lenz, §§ 167 y 190, Bello, §§ 334, 1048, 1049, 1050, 1051, 1053, 335-337, Cuervo, *Nota* 129, Academia, §§ 369-373, 307d, Suárez, *Estudios gramaticales* (Madrid, 1885), págs. 328 y ss., Hanssen, § 553, Gili-Gaya, § 236, García de Diego, págs. 299-300, Keniston, 15.55, 15.84, 22.52, 22.541, 24.4 y la bibliografía que citamos en las notas siguientes.

⁽¹⁹⁸⁾ S. Fernández §§ 78, 79, 170, 171, p. 353, n. 1 — también §§ 87, 152 —, Cuervo, 1. c., 1b: (p. 713a).

⁽¹⁹⁹⁾ Vid. nota (94). — Keniston, 15.55, transcribe dos pasajes con *ser*. Vid. para el uso con *ser*, S. Fernández, p. 353, Cuervo, 1. c., 1a (p. 707a), Keniston, 24.48, Academia, § 370, etc. — Para *aquel cuyo*, Cuervo, 1. c., 1c (p. 713a) — también cita ejemplos de *el... cuyo*.

⁽²⁰⁰⁾ S. Fernández, p. 336, n. 2, Cuervo, 1. c., 2., Keniston, 22.52, 22.541, Hanssen, 1. c., Academia, § 307d, etc.

2) En los otros casos, aunque siempre dentro de esta idea general de «posesión», varía el carácter. Así, en 317/10, donde el relativo no depende ya directamente del verbo — con el significado de 'pertenecer' —, sino del predicado nominal, al que va unido ⁽²⁰¹⁾. Algo parecido ocurre con 13/18. Parece más claro el matiz de genitivo subjetivo en 340/19, que nos presenta empleo de preposición con el sustantivo que rige a *cuyo*, como en los restantes ejemplos, y coordinación con la oración anterior — el antecedente sería propiamente *al* —. La relación parece más bien de genitivo objetivo en 223/15. En 32/34, el sentido es más bien de localización en el tiempo.

3) Dada la escasa documentación de *cuyo*, es lógico pensar que existan fórmulas alternantes. Una de ellas es el empleo de un relativo precedido de la preposición *de*, como tuvimos ocasión de observar en el 117/7, y veremos en algún caso más dudoso, como el 45/23; también hay ejemplos con el simple *que* (188/23, etc.) y con *donde* (143/2, etc.). Pero nos interesan más otras alternancias que suponen el empleo de un relativo (en anacoluto a veces) seguido de una relación de pertenencia, en forma de posesivo o genitivo con *de*. Así, y aunque se trate de un caso excepcional, por ser el poseedor un pronombre de 1.^a persona ⁽²⁰²⁾, el 242/25, y por otra parte, el 214/4 («Es ay luego... vna ysla que llaman ysla Duy, *que* es la tierra *della* cabe la mar...»). Ejemplos que cobran mayor interés si los comparamos con el citado por Pidal ⁽²⁰³⁾: «marauilla es del Çid que su ondra creçe tanto» (v. 1. 861).

⁽²⁰¹⁾ Cabría pensar tal vez en un matiz de genitivo subjetivo o de ablativo agente. *Criado* es sustantivo en el *Victorial*, pero quizá no sea equivocado suponer un resto del matiz verbal originario — cfr. 44/20, 186/21, 306/20, 323/18, 326/8, 315/26, etc.; vid. Cuervo, *l. c.*, 1b; (p. 708b) etc.

⁽²⁰²⁾ Vid. la nota siguiente. — El ejemplo aparece en una carta «tornada del francés en castellano».

⁽²⁰³⁾ Pidal, § 143,3. Cfr. el pasaje citado allí mismo del *Cab. Escud*: «ay otros arboles que la su fruta se come...» — vid. Keniston, 24.45 y ss. — En cuanto al 45/23, hay que tener en cuenta el valor de la palabra *henamorado* — vid. la nota (201). — En 143/2, no es claro el valor de *donde* — vid. *FTeruel* y *F Aragón*, s. v. *do, don, ont* —. — Cfr. S. Fernández, p. 351, n. 2. Kany, p. 133, etc. En *F Juzgo* existe *cuyo* (§ 258), pero el simple *qual* puede ocupar su puesto (§ 259,3^o) — vid. Badía, § 137, IV —; en *FTeruel*, *cuyo* aparece transcrito por *dél qual*, *qual su*, etc. (ib., p. 62); en *FSepúlveda* existe *cuyo*, pero también otras construcciones más o menos equivalentes con *que* y sin pronombre redundante (§ 32). Lida nota (p. 300): «No es raro en Mena el uso de 'cuyo' aun referido a la segunda persona».

§ 14 — *El relativo quien.*

Como complemento al § 8, y como alternante con los relativos *el que* y *el cual*, estudiaremos someramente los usos del relativo simple *quien*.

1) En el material recogido no abundan mucho los casos de *quien* con antecedente explícito (unos 30).

Para su estudio, divido los ejemplos entre los pertenecientes al relativo explicativo y los que presentan sentido especificativo, aunque en la mayor parte de los casos la distinción no sea fácil — siempre que no se trata propiamente de «especificar» a un individuo o serie de ellos dentro de una categoría general, sino más bien de expresar una íntima unión entre antecedente y relativo ⁽²⁰⁴⁾.

2) En líneas generales, podemos decir que predomina el empleo tras preposición — sólo un caso sin ella, el 63/1 —. El antecedente es de persona, salvo en 3 casos, y los tres ofrecen características especiales. En 95/27, la incongruencia de la frase no nos permite dilucidar claramente cuál es el antecedente, aunque con toda probabilidad es *casamiento*. En tal caso, sería el único ejemplo propiamente dicho, ya que los otros dos (87/32 y 259/17) ofrecen un carácter aún más dudoso: en el primero, predomina evidentemente el valor personal, como lo muestra el sentido activo de *fiçiese*, que constituye el verbo de la oración de relativo, aparte del sentido que como complejo pueda tener «cuerpo de hombre»; en el segundo, el antecedente lo constituirían las «cuatro naturas, que son el fuego, e el ayre, e...», que, como lo prueba el hecho de actuar como sujetos de acciones animadas, están usadas en sentido personificado ⁽²⁰⁵⁾.

⁽²⁰⁴⁾ Temo no haber acertado a distinguir satisfactoriamente los dos valores. La diferencia entre sentido especificativo y explicativo no siempre es fácil de precisar, como nota S. Fernández, (p. 341, n. 2) — vid. también M.-L., § 631, Bello, §§ 306, 307, 1073, Gili-Gaya, § 129, etc. —. En un texto como el nuestro, lógicamente, no cabe aplicar el criterio puramente ortográfico que usa el mismo S. Fernández. — Para *quien* con valor de relativo «adjetivo», en general, vid. la bibliografía de la nota (109), S. Fernández, §§ 167-169 y la bibliografía por él citada, Keniston, 15.151, 15.163, 15.182, 15.223, 15.275, 37.483, Hanssen, § 544, Gili-Gaya, § 235, Bello, §§ 328-331, 1039, Academia, §§ 364-365, etc.

⁽²⁰⁵⁾ Vid. el resumen de la cuestión en S. Fernández, p. 345, n. 3 y sobre todo p. 348, n. 1 — García de Diego, p. 298, etc. —. Keniston sólo cita pasajes de *quien* tras preposición — vid. 15.1, 15.2, 15.22, etc.; también S. Fernández, p. 344, n. 1 —. Por ello, nuestro 63/1 cobra especial

3) Ni una sola vez aparece la forma plural *quienes*, que Keniston⁽²⁰⁶⁾ documenta en un total de 3 ejemplos en tres obras — citados en el texto, 7, de los cuales recusa dos; según él, el único escritor de la primera mitad del XVI que emplea esta forma es Guevara⁽²⁰⁷⁾ —. Pero *quien* tiene sentido plural en 9 casos al menos (303/33, 122/33, 283/15, 303/23, 61/29, 283/25, 123/30, 158/12, 273/5), a los que todavía podríamos añadir algún otro más dudoso como el 221/7 y el 282/26. — Keniston⁽²⁰⁸⁾ da un total de 40 casos en 26 obras — 14 citados en texto.

4) Es evidente que un nombre propio, en cuanto designación de un ser único, no puede ser «especificado»⁽²⁰⁹⁾. De aquí que los casos de relativo tras nombre propio constituyan tal vez los más claros ejemplos del empleo del relativo explicativo. Así ocurre en 90/19, 322/9, 18/29. El 61/3 («...por mostrar el linaje de Pero Niño, *de quien* este libro fizo...») nos plantea el caso de su análogo, el 61/12 («Este noble caballero, *de quien* este libro fize...»), donde se plantea un problema similar al que vimos en el § 7.1, y que se ve más claramente al comparar con algún otro caso, también con demostrativo en el antecedente, pero que no ofrece duda acerca de su matiz explicativo; así, el 310/31 («...le abrían traydo aquel cavallero, *con quien* ella hera desposada...»).

Tampoco parecen ofrecer vacilación ciertos ejemplos en que se ve con claridad la voluntad de referir el relativo a todo el antecedente como conjunto, y no a una parte de él. Así, en 221/7⁽²¹⁰⁾, 158/12, 273/5, 122/33. Pero en los dos últimos casos citados, la situación varía: la indeterminación del antecedente permitiría que el relativo se le uniera estrechamente para «especificarlo», no cuan-

interés, sobre todo si se tiene en cuenta que aparece en una construcción típicamente especificativa — Bello, § 331, Academia § 365, García de Diego, p. 298, etc.; para los usos tras *aquel* y *el*, vid. la nota (109) final —. Pero hay que destacar también en nuestro caso el alejamiento del antecedente, que permitiría interpretar incluso como una construcción de *quien* «sustantivo».

(206) Keniston, 15.154 y 15.227.

(207) Keniston, 15.154. — Vid. también S. Fernández, p. 334, n. 4.

(208) Keniston, 15.153, 15.175, 15.225, 15.185. En 15.185 (con infinitivo), cita dos casos, pero la estadística va unida a la de *que* en la misma posición. El uso no ha desaparecido en español moderno, como notan S. Fernández, p. 334, García de Diego, p. 170, etc.

(209) S. Fernández, p. 341, n. 2.

(210) Cabe dudar si el relativo se refiere únicamente a *Pero Niño* o al conjunto *Pero Niño con sus gentiles honbres*.

titativa sino cualitativamente; en 273/5 hay un verdadero nexo de sentido (valor final de la oración subordinada) entre antecedente y relativo, del mismo modo que en 283/15, donde el simple cambio de indicativo a subjuntivo obligaría —por el matiz consecutivo resultante— a considerarlo como especificativo. —Especialmente interesantes resultan unos cuantos casos en que el antecedente va precedido por el indefinido *un*, y que nos ofrecen la misma vacilación (el editor sólo ha puesto coma en uno de ellos). Son el 45/23, 51/19, 145/10, 167/1, 179/10, y aun podríamos añadir el 303/33 ⁽²¹¹⁾.

Como resumen de los 17 casos citados, podemos decir que el antecedente —nombre de persona en todos ellos— está constituido por un nombre propio en 4. En un total de 6 ejemplos, el pronombre tiene sentido plural. Las preposiciones empleadas son: *a* (4 casos, todos con sentido plural), *de* (8 ejemplos, en 5 dependiente de *fiar* y en 2 de la fórmula «hacer un libro»), *con* (3 ejemplos), *en* (2 veces).

A este grupo cabría añadir aún el ya citado 221/26.

5) Frente a los casos estudiados de relativo con carácter más o menos dudosamente explicativo, tenemos unos 13 que he clasificado como especificativos. El antecedente puede ser de carácter pronominal (*aquel* o *el*), como ocurre en 259/17, 88/24, 123/30, 283/25, 61/29, todos ellos citados anteriormente, y a los que podríamos añadir aún el 303/23 ⁽²¹²⁾.

Los demás ejemplos aquí agrupados se relacionan estrechamente con el último tipo examinado en el número anterior —antecedente singular indeterminado—, del que sólo se separan por su valor más claramente consecutivo —verbo en imperfecto de subjuntivo—. Así, en 87/32, 305/27, 63/1, 95/24 ⁽²¹³⁾, 282/26. Más atenuado el sentido «consecutivo», en 304/1 y en 324/16.

⁽²¹¹⁾ El indefinido *uno* puede formar parte de la secuencia consecutiva (S. Fernández, págs. 277 y 407, n. 1). Sin embargo, la confrontación con 303/33 parece alejar la idea de un nexo de sentido de ese tipo. Cfr. más adelante el 304/1. Vid. nota (135). Hay que tener en cuenta también el ritmo oracional —especialmente para 61/12, etc.

⁽²¹²⁾ Cfr. con el antes citado 310/31. — Vid. las notas (76) y (90).

⁽²¹³⁾ Tal vez no fuera imposible la interpretación de *tal* como simple demostrativo, con sentido consecutivo atenuado, que es lo que parece hacer el editor al colocar coma. Pero cfr. nota (181), 239/33, etc. — El segundo caso de 95/24 no lo cuento en la estadística por la incongruencia de su construcción.

Tenemos, pues, antecedente de persona en todos los casos — salvo los que discutimos al principio —, en 5 de ellos pronominal — 3 veces *aquel* y 2 *el* —, y en 5 (²¹⁴) plural. Las preposiciones empleadas son: *a* (2 ejemplos), *con* (8 casos), *en* (2 casos); en 1 caso aparece empleo sin preposición.

Con esto podemos dar por terminado el estudio de los diferentes usos de la fórmula art. + rel. y los sintagmas que con ellos alternan.

(Continúa)

ANTONIO TORRES FERNÁNDEZ

(²¹⁴) Incluyendo el 282/26. — Los tiempos que aparecen en la oración de relativo son: 3 pres.-ind., 15 imp.-ind., 5 perf., 1 plusc.-ind., 1 fut.-ind., 1 pres.-subj., 4 imp.-subj. — Nótese el 18/29, considerado como pres.-ind. y cfr. con 6/8. También la construcción de 303/23 (con verbo de entendimiento; vid. la nota [106]) y 305/27 («...a quien esta empresa perteneciese tomar»). — A continuación damos un breve cuadro del uso de los distintos relativos en diferentes partes del texto:

Págs.		Persona			Cosa		
		que	quien	el cual	que	quien	el cual
1-10	Suj.	13	—	—	12	—	—
	Obj. v.	1	—	1	8	—	—
	Obj. prep.	—	—	—	1 (de)	—	—
125-34	Suj.	14	—	—	11	—	—
	Obj. v.	1	—	—	17	—	—
	Obj. prep.	—	—	1 (entre)	2 (con) 7 (en)	—	—
339-48	Suj.	14	—	1	6	—	1
	Obj. v.	3	—	—	9	—	—
	Obj. prep.	—	—	1 (entre)	2 (en)	—	1 (en)

He prescindido de la diferencia entre valor explicativo y especificativo, así como de la distinción entre antecedente masculino o femenino y singular o

plural. También he suprimido todos los casos de (*aqu*)*el que*, *quien* con antecedente implícito, etc. También de los usos más o menos adverbializados, tipo *el día que*, etc. — pero no de construcciones como la de 134/11 («...*que* criauan allí muchas dellas») —, 348/17 («...*que* mejor *que* él...»), etc. Además, de los usos con superlativo («...el más hermoso mançebo, e más fuerte, *que* avía...» 339/30, etc.). Han quedado incluídas, en cambio, construcciones con prolepsis del relativo («...por la noche *que* los ataxó» 343/18, etc.) y también determinados casos en que cabe dudar sobre el sentido neutro del relativo o incluso sobre su empleo como simple conjunción («...*que* lanzavan muchas dellas» 131/34, 133/15, etc.). Además, esquemas de carácter especial, como los que aparecen en 132/3 («...por muchos *que* cayan»), 133/27 y 134/9 («...tan solamente *con que* pudiesen pasar»), 341/15 («...tomó la manera *que* su padre tenía...»), etc. — Vid. más adelante §§ 77,4. y 6., 89., etc. — En los pasajes examinados encuentro una vez *al qual* fin (1/8), una vez *qual* = 'el cual' (344/22) y algún caso como 126/23 («...en hordenança *qual* cunplía»); una vez *quyo* (340/19). *Donde* aparece una vez entre las págs. 1-10, y 5 entre 125-34; *do*, una vez entre 339-48. — Entre los casos de *que* con valor de persona y objeto de verbo, incluyo el 348/9 («...*que* Dios haya»). Las construcciones con *haber* impersonal se han asimilado a los casos de objeto de verbo, pero no, naturalmente, las que presentan el verbo *ser* con el mismo valor.

* ESSERE, SEDERE e STARE nas línguas românicas

ABREVIATURAS USADAS

- Bourciez = J. Bourciez, *Eléments de linguistique romane*, 4.^a ed., Paris, 1946.
- Bouzet = J. Bouzet, *Orígenes del empleo de estar*, in *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, tomo IV, Madrid, 1935, pg. 47.
- Brunot-Bruneau, *Précis* = Brunot-Bruneau, *Précis de grammaire historique de la langue française*, 1937.
- Clédat, *Gramm. élém.* = L. Clédat, *Grammaire élémentaire de la vieille langue française*, Paris, 1885.
- Dauzat, *Hist. l. fr.* = A. Dauzat, *Histoire de la langue française*, Paris, 1930.
- Densusianu = O. Densusianu, *Histoire de la langue roumaine*, I, Paris, 1901.
- Du Cange, *Glossarium* = Du Cange, *Glossarium mediae et infimae latinitatis*
- Fouché = P. Fouché, *Le verbe français, étude morphologique*, Paris 1931.
- Gartner = Th. Gartner, *Rätoromanische Grammatik*, Heilbronn, 1883.
- Grundriss = G. Gröber, *Grundriss der romanischen Sprachen*, *Romanische Syntax*, Leipzig, 1899.
- Jordan = L. Jordan, *Altfranzösisches Elementarbuch*, Leipzig, 1923.
- Pidal, *Cid*, *Gramática* = Menéndez Pidal, *Cantar de Mio Cid*, Texto, Gramática y Vocabulario, Madrid, 1944.
- Meyer-Lübke, *Gramm. stor.-comp.* = W. Meyer-Lübke, *Grammatica storico-comparata della lingua e dei dialetti toscani*, Turim, 1914.
- Meyer-Lübke (ou M.-L.), *G. R. S.* = W. Meyer-Lübke, *Grammatik der romanischen Sprachen*, 3 vols., 1890-99.
- Meyer-Lübke, *H. G. F. S.* = W. Meyer-Lübke, *Historische Grammatik der französischen Sprache*, 4.^a e 5.^a ed., Heidelberg, 1934.
- Meyer-Lübke (ou M.-L.), *REW* = *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 3.^a ed., Heidelberg, 1935.
- Nunes, J. J. = José Joaquim Nunes, *Chrestomatia Archaica*, Lisboa, 1906.
- Nunes, J. J. = José Joaquim Nunes, *Gramática histórica da língua portuguesa*, Lisboa, 1930, 2.^a ed.
- Nyrop = Kr. Nyrop, *Grammaire historique de la langue française*, Copenhague, 6 vols., 1899-1930.
- Orígenes* = Menéndez Pidal, *Orígenes del Español*, 2.^a ed., Madrid, 1929.
- Ronjat = J. Ronjat, *Grammaire istorique des parlers provençaux modernes*, Montpellier, 4 vols., 1930-41.

I

Stare, sedere e esse no latim. Modificação dos sentidos e preferência pelas formas perifrásticas

1. O problema dos verbos **essere*, *sedere* e *stare* é curioso sob mais de um aspecto: os dois últimos, perdendo os significados concretos primitivos — «estar sentado» e «estar de pé», respectivamente —, passam a simples auxiliares em algumas línguas românicas; e este novo emprego vem a resultar para duas delas, o português e o espanhol, numa distribuição notável entre as funções de «ser» e «estar», estranha, pelo menos em parte, aos restantes territórios da România. Tal emprego identifica as duas línguas peninsulares como as principais conservadoras de um fenómeno já manifestado no latim e igualmente não desconhecido na literatura clássica. Encontram-se, com efeito, passos de Virgílio e Lucrecio, entre outros, onde *stare* é sentido como sinónimo de *esse*, um pouco mais forte, mais preciso do que este último, mas em que o conceito inicial já não transparece.

Esta penetração de *sedere* e *stare* no âmbito de *esse* reflecte igualmente a tendência geral para a concretização; sabemos como a declinação perdeu terreno em favor do uso mais cómodo e eficiente das preposições; como certas formas verbais sintéticas desapareceram para dar lugar a outras perifrásticas mais expressivas; como se criou um artigo definido, etc. Variados termos da língua clássica são substituídos por outros mais sonoros e correntes; nomes de certos objectos passam a aplicar-se a outros de categoria semântica diferente, por analogia, relegando termos menos descritivos para um plano inferior ou fazendo-os desaparecer. Isto quanto à morfologia e léxico. Também na sintaxe, renunciando-se à minúcia exigida pela subordinação, se prefere a frase coordenada, pois as relações de um facto com outro interessam menos do que o facto em si, e são mais difíceis de determinar. Em suma, nota-se em todas estas transformações morfológicas, sintácticas e semânticas a mesma preocupação de concretizar e a importância menor da frase subordinada, reflexo do abandono de um esforço mental aliás desnecessário na língua cotidiana.

2. O interesse pelo tema levou-me a atentar num dos seus aspectos: também *stare* e *sedere* são termos que indicam posições, situações determinadas, e pertencem à mesma categoria que *iacere*

e *cubare*, «estar deitado», *manere*, «ficar», etc., e opõem-se aos verbos de movimento como *ire*, *venire*, *exire*, e aos factitivos e causativos do tipo *sedare*, *sidere*, *sisto*, *statuto*, e outros. *Esse* é, pois, o termo geral e, embora possa indicar uma situação ou um movimento (cf. *Romae* ou *Romam fui*), não especifica um estado. *Ê* essencialmente o verbo da existência e o atributivo; ligado a diferentes casos pode marcar a origem, a posse, o destino, o lugar *onde* ou *para onde*, etc., (vindo mais tarde a influir, devido à sua frequência, na morfologia de outros verbos); mas não tem um significado limitado, concreto.

Ora, de acordo com a tendência acima esboçada, assistimos a um uso cada vez mais frequente de *stare* por *esse*, o qual é substituído pelo primeiro, já como atributivo, já para marcar a localização. *Stare* sofre assim um tratamento interessante: é trazido para o âmbito de *esse*, justamente por ser mais preciso e rigoroso; mas, porque o seu uso se intensifica, perde a pouco e pouco o valor concreto primário. Vemos, desta maneira, que adquiriu com o tempo uma importância maior como elemento gramatical, à custa, porém, do atenuamento e perda do seu valor lexical.

A evolução de *sedere* é um pouco diferente. Se, por um lado, vem a perder a sua significação concreta e entra igualmente nas funções de simples auxiliar, por outra parte, tal fenómeno restringe-se só ao português e espanhol. Há, além disto, outra diferença: enquanto *stare* vem a conhecer alguns usos especiais e passa a constituir um problema sintáctico, *sedere* não faz mais do que integrar certas formas em *esse*, nada afectando da sua sintaxe.

Esta transformação de conceitos surge mais tarde como um enriquecimento gramatical, porquanto concede aos idiomas românicos — particularmente aos da Península Ibérica — a possibilidade de exprimir determinados matizes que o latim clássico, em geral, como a maior parte das línguas europeias, não logra alcançar.

3. Foi a partir do seu sentido figurado, «persistir», «ficar», que *stare* se aproximou de *esse*, podendo substituí-lo com vantagem para denotar não só a permanência mas ainda a simples existência. Em Virgílio há exemplos como:

dum stabat regno incolumis (En., II, 88)

quot prius aetatae steterant ad littora prorae (En., IX, 121),
onde *stare* tem já um significado semelhante a *esse*.

Outros exemplos no mesmo autor :

quum placidum ventis staret mare (Buc., II, 26)
Strophades Graio stant nomine dictae (En., III, 210)
iam pulvere coelum stare vident (En., XII, 407)
omnis in Ascanio cari stat cura parentis (En., I, 646)

Bourciez (§ 233) cita passos de autores africanos dos séculos V e VI:

placidissimus exstas
monstraque quae variis exstant conflata metallis

Este emprego intensificou-se no latim medieval, traduzindo a frequência do verbo em romance :

sicut vestra stiterit voluntas (Esp. Sagr., XXXVI, p. I, a. 994, cit. de Bourciez, § 233).

Cf. igualmente Du Cange (Glossarium, *stare*) :

Fuer vero ab infantia ecclesiasticis ministeriis deditus usque ad vigesimum aetatis suae annum lector sive exorcista stet iuraverunt stare de guerra et pace
Bernardus comes Convenarum...stabat male et guerriabat cum dom. Iordano de Insula

Vemos, em resumo, que na linguagem poética, de que apresentei exemplos, ou na popular, de que as línguas modernas dão abundantes testemunhos, assim como nos documentos latinos da Idade Média, o uso de *stare* por *esse* vai ganhando importância e complexidade, mercê do seu conceito inicial bem definido, que o tornava apto a substituir o verbo da existência quando era conveniente precisar certas expressões, particularmente a localização.

4. *Sedere* tem, como já foi assinalado, uma importância menor, pois só nas línguas ibéricas se encontra com *esse* no plano gramatical, mais precisamente, morfológico. *Sedere*, embora oposto a *stare* enquanto verbo de posição, exprime em comum com ele a imobilidade, e daí poder também admitir o sentido figurado de «permanecer quieto», «ficar», aproximando-se assim de *esse*. Convém notar,

entretanto, que é muito menos usual, e que é mais difícil encontrar exemplos deste valor. (Cf. no entanto Virgílio, Eneida, IV, 15: *si mihi non animo fixum immotumque sederet*). E justamente por ser menos utilizado não só mantém ainda hoje no italiano e no romeno, pelo menos, o seu significado primitivo, como também o conservou por muito tempo no português e no espanhol arcaicos, quando *stare* já se reduzira a simples auxiliar.

5. Cabe agora considerar outro aspecto da tendência para a concretização a que tenho aludido. Em consequência da preocupação pela frase objectiva, foi o latim vulgar criando variadas formas verbais perifrásticas, capazes de descrever com maior clareza acções, movimentos e perspectivas: são, com efeito, mais vivas formas analíticas do tipo *habeo cultellum comparatum* ou *habeo epistulam scriptam* do que *cultellum emi* ou *epistulam scripsi*. Em César encontramos (Bell. Gall., 5, 6, 4): *stationes dispositas habeo* e ainda (Bell. Hisp., 8, 6): *ibi...castellum Caesar habuit constitutum*. Estes exemplos ilustram o desejo de animar o relato dos acontecimentos por meio de um processo que está na base da criação dos tempos compostos românicos, e já corrente em escritores clássicos, nomeadamente Cícero. *Stationes dispositas habeo*, tal como *rationes cognitatas habeo* (Cic. Att. 15, 20, 4), marcam com nitidez o termo da acção, mas trazendo-o para o momento em que se fala, isto é, relacionando-o com o presente, o que não acontece se se usar o perfeito. Este novo sistema de concretizar o verbo patenteia-se igualmente na criação de fórmulas que traduzem a acção no seu desenvolvimento, tipo *est cantans*, *stat cantando*, *it cantando*, *venit cantando* (Cf. Meyer-Lübke, G. R. S., *Rom. Synt.*, § 313, ss.), de importância fundamental na conjugação românica. A construção gerundiva, assinalando o aspecto durativo, dirige-se à sensibilidade torna o facto mais palpável, ao passo que a forma sintética é fria e indica, de preferência, uma acção momentânea. Ovídio tem a perífrase *Nox erat incipiens* (Her. 18, 55), onde o fenómeno está, por assim dizer, mais dramatizado do que se a frase fosse simplesmente «*nox incipiebat*». Densusianu, (Cap. III, § 87, pg. 181), cita de autores cristãos: *fuertis laborans*, *fuit serviens*, *eris ardens* (Lucifer de Cagliari, 9, 16; 139, 26; 188, 17) e Bourciez (§ 246) extrai das *Formulae Senonenses*, ed. Zeumer (438) *errando vadit quasi caecus*, e ainda de São Fortunato (séc. VI), Carmina, Livro V, 17,5: *stat spargendo medelas* e Livro V, 5, 118: *stellas ir etrahendo comas*.

Os exemplos destas formas perifrásticas são, pois, numerosos já nos escritores clássicos, e vão sendo sempre mais frequentes nos post-clássicos, o que evidencia o emprego usual de tais construções no latim vulgar. Se exceptuarmos o francês moderno e o romeno, em parte, verificamos que nas outras línguas se conserva este tipo de forma analítica, particularmente no português, espanhol e italiano. Meyer-Lübke apresenta exemplos do seu uso na fase arcaica, entre os quais ant. it. «io sono saccente», «sono temente» e ant. prov. «totz lo mons n'era tostemps lauzans» (Provenz. Chrestomathie v. K. Appel, 58, 15). O francês arcaico conhece a perífrase com «estre», por ex., na Ch. Roll., 1702-03 «Cornerai l'olifant, Si l'orrat Carles, ki est as porz passant», ou 1073-75 «Ne placet Deu, ço li respunt Rollant, Que ço seit dit de nul huma vivant, Que pur paien, que ia seie cornant!», e a perífrase com «aller», ib., 2460 «El Val Tenebre là les vunt ateignant», 2463, «A colps pleners les en vunt ociant», etc.

É natural que na poesia clássica o efeito destas construções fosse mais intenso do que na linguagem corrente ou nas actuais línguas modernas, visto ser o tipo *erat incipiens* ou *stabat cantando* tão raro que conservava toda a sua força perante as formas sintéticas.

6. Se a perífrase de *stare* + gerúndio é rara em provençal e inexistente em francês (Bourciez, § 319), torna-se, pelo contrário, excepcionalmente importante em it., esp. e ptg., a partir da época arcaica. Exemplos como it. «stava scorrendo», «che cosa sta cercando?», «a chi sta scrivendo?», esp. «estavanle esperando» (Conde Lucanor), «estaba yendo», ptg. «estive conversando», são de todos os períodos destes idiomas, exprimindo sempre, é claro, o sentido durativo. O «Poema do Cid» tem, por ex.:

- 1-2 Delos sos oios tan fuerte mientre lorando,
Tornaua la cabeça e estaua los catando
154 Sonrrisós mio Çid, estaualos fablando
1058 Pagado es myo Çid, que lo esta aguardando
1243 Myo Çid don Rodrigo en Valencia esta folgando

Não é difícil encontrar mais exemplos deste tipo na literatura portuguesa, espanhola e italiana, antiga e moderna.

Observamos, pois, uma vez mais que o que principiou por ser um meio lexical de intensificação no latim vulgar, resulta já a partir

da fase românica primitiva num meio gramatical mais eficaz do que as formas simples, típicas da língua clássica.

7. Mas *stare* como auxiliar aparece ainda noutra expressão *stare per* (ao lado de *essere per*) para marcar um futuro muito próximo, como que um «quase-presente»: it. «L'ora sta per sonare», «stavo quasi per mandar la merce indietro», «stiamo per cominciare», é tipo correntíssimo, que encontra o seu paralelo no esp. e ptg. «estoy para hacer», «estamos para empezar», «está para vir». Como é uma expressão comum pelo menos a estas três línguas, deve ter existido no latim vulgar. O italiano usa tanto *essere per* como *stare per*; o português e o espanhol só conhecem *stare per*. Exemplos no esp. e ptg. actuais é desnecessário dar, tão usuais eles são, quer no estilo literário, quer na linguagem corrente. Farei notar ainda que o italiano moderno também usa numerosas vezes esta construção, e isto é importante porque, embora em muitos outros casos o italiano não coincida com as línguas ibéricas no emprego de *stare*, aqui, no uso deste verbo como auxiliar de formas perifrásticas, concorda absolutamente; voltarei ao mesmo ponto mais adiante, ao marcar estas diferenças.

8. Resumindo: *stare* + gerúndio é mais eficiente do que *essere* + gerúndio, para significar o aspecto durativo, devido ao seu sentido de «permanecer», de que *essere* dá uma ideia mais pálida. Vindo a resultar num simples instrumento gramatical, *stare* não deixa de ser tomado sempre como verbo mais expressivo, pois, apesar das suas conquistas no domínio de *essere*, nunca o poderá vencer por completo como verbo atributivo.

II

Morfologia de *stare* e **essere*

9. Cingindo-nos ao aspecto morfológico, notamos que a influência de *stare* sobre **essere* sobressai na criação do participio passado deste último verbo a partir de *statu*. Quando o latim vulgar de uma parte da România teve necessidade de criar o participio passado do verbo **essere*, recorreu de preferência ao de *stare*, como o mais apropriado a desempenhar tal função; dada a semelhança

de sentidos, *sum status* (*habeo statum*) foi geralmente adoptado na România central para pretérito perfeito composto de **essere*. Assim fr. *été*; prov. e cat. *estat*; it. *stato*; os idiomas réticos têm formas variadas: *štaus*, *štat*, etc. (Gartner).

As formas apontadas são as predominantes; o italiano antigo criou também *essuto* (formado da raiz de *ess-ere*, segundo o modelo de *av-ere*: *av-uto*), forma abreviada *suto*. Meyer-Lübke (*Gramm. stor.-comp.*, pg. 221) dá exemplos deste participio em Brunetto Latini, Villani e Maquiavel, e aponta ainda uma forma dialectal de Lucca: *statuto*. Da mesma maneira, conhece o catalão popular moderno a forma de participio *sigut*, análogica do Conj. Pres. *sigá*. A forma prevalecente, porém, é a derivada de *statu*.

Esta coincidência de formas em, pelo menos, cinco línguas reflecte por certo um uso bastante antigo e enraizado de modo a não deixar vingar formas análogicas. *Essuto*, por exemplo, criado regularmente, podia ter prevalecido no italiano; contudo o uso de *stato* já estava consagrado e generalizado desde época remota.

10. Outra falha era a de um gerúndio em **essere*, já que, como vimos, as formas compostas que indicavam duração passaram a ter importância fundamental. Aqui seguiram estas mesmas línguas outro caminho, isto é, recorreram de preferência à raiz do verbo (*ess-*), apresentando o italiano *essendo*, o catalão *essent*, o provençal *essènt*, os idiomas réticos *essend*, *essind*, *siand*, etc. Seria de esperar, talvez, que o gerúndio de *stare* viesse suprir a falta da mesma forma em **essere*, e é essa a opinião de alguns gramáticos acerca de *étant* em francês. Quanto a mim, *stando* não se generalizou como gerúndio de **essere* pela simples razão de que *sum statum* (*habeo statum*) foi desde cedo muito frequente por causa da analogia com os outros tempos compostos, ao passo que o gerúndio de *essere* (*sum essendo*?) raramente se tornaria necessário, e foi, quase com certeza, criado muito mais tarde, quiçá independentemente em cada um dos idiomas românicos. Por isso se recorreu à raiz *ess-*, quando a tradição já estabelecera com alguma segurança a repartição mais clara entre as funções de *stare* e **essere*. *Statu* deve ter vindo para o domínio de **essere* na România Central durante um período de relativa confusão entre os conceitos dos dois verbos. O gerúndio, menos usual, teria surgido numa época posterior, quando já não havia possibilidade de empregar *stare* por **essere*, e então serviu a raiz *ess-* (*essendo*, *essent*), muito naturalmente.

O gerúndio francês constitui uma dificuldade; *étant* (estant) pode foneticamente ter duas explicações. Clédât (*Gramm. élém.*, pg. 154) não hesita em afirmar que esta forma, como a do participio passado, se explica pelo verbo *stare*, cujo participio presente é *stantem*; de facto, se aceitamos sem esforço a etimologia de *été*, nada parece opor-se à de *étant*. A semelhança de condições justificaria um caso pelo outro. Em Brunot-Bruneau (*Précis*, § 746) encontramos a mesma opinião: «les participes *estant* et *esté* sont empruntés au verbe *stare*», assim como em Dauzat (*Hist.* 1. fr., pg. 332) «le verbe, qui n'avait pas de participes, les a empruntés au verbe *ester*...dont le sens (se tenir debout) s'est de bonne heure affaibli».

Ora, encarando a morfologia histórica francesa sem ter em conta a das línguas irmãs, parece natural e convincente a explicação de *étant* por *stantem* (*stando*). Mas se compararmos *estant* com as formas de gerúndio nas outras línguas acima apontadas — e a comparação deve ser aqui instrutiva —, temos motivo para duvidar de explicação. Seria um pouco estranho adoptar o francês *statu* em comum com o catalão, provençal, italiano e rético, e procurar um meio diferente do destas línguas para exprimir o gerúndio. Por isso, citarei P. Fouché (*Le verbe français*, pg. 413), que admite também a hipótese de *estant* poder ser uma recomposição a partir do radical *est-(re)*. É também a opinião de Meyer-Lübke (*H. G. F. S.* § 324): «Eine Neubildung von Infin. *estre* aus ist das Ger. *estant*».

É de facto o mais provável, e o testemunho do provençal deve ajudar-nos a aceitar esta opinião. No provençal moderno existe para alguns dialectos o infinito *éssere*, o mais usual, a que corresponde um gerúndio *essent*, formado da mesma raiz; mas noutros dialectos o infinito é *estre*, como no francês arcaico, com um gerúndio *estent*, criado claramente a partir da raiz *est-*. Ora este gerúndio é independente do de *estar*, *estant*, e paralelo, por exemplo, ao de *metre*, *metent* (Ronjat, pg. 281). Talvez a solução em francês tenha sido a mesma, apenas com a particularidade de que a terfinação *-ant* é comum a todos os gerúndios, tendo vindo assim *estant*, de *estre*, a coincidir com *estant* de *ester* ⁽¹⁾. E até uma das razões do desaparecimento deste último verbo deve residir exactamente na coincidência de algumas formas com as de *estre*, já que não era, ao con-

(1) Verbo arcaico, derivado de *stare*, que significa «se tenir debout», «laisser tranquille» e se usava em certas expressões, como «laisser ester», «abandonner ou «ester à droit», *se présenter en justice* (Cf. Huguet).

trário do sucedido nos restantes territórios da România, de uma importância fundamental. Claro que a coincidência com *estant* de *ester* deve ter influído às vezes em certas frases, e fica sempre motivo para dúvidas, mas parecem-me quase decisivos três factores: 1) O provençal ter *éssen-essent, estre-estent, estar-estant*; 2) as outras línguas do grupo central, catalão, provençal, dialectos italianos, não usarem *stando* por *essendo*; 3) a pouca vitalidade de *ester* no francês arcaico, que não tornava natural o empréstimo de formas a *estre*.

11. Outra forma digna de atenção em francês é a do imperfeito, que se afasta da base geral. O francês arcaico tinha para este tempo as formas proclíticas *ere, eres, eret, eriens (erions), eriez, erant*, e as plenas *iere, ieres*, etc., derivadas regularmente de *eram, eras*, etc. (Fouché, pg. 413). Mas a língua conservava igualmente o futuro sintético *(i)er, (i)ers, (i)ert*, etc., de *ero, eris*, etc., cujas formas soavam aproximadamente como as do imperfeito (Dauzat, pg. 332); tal convergência, assim como o monossilabismo, que prejudicavam a clareza, foram evitados, recorrendo-se para o futuro às formas *serai, seras*, etc. (*essere habeo*); para o imperfeito serviu, como mais sonoro, o tipo *esteie, esteies*, etc. A origem deste tempo também é discutida, pois foneticamente duas explicações são possíveis. Bourciez (*Elém.*, § 289) diz que esta forma «semble se rattacher à *ester* = *stare*»; Dauzat (pg. 332) participa da mesma opinião. Clédât hesita entre as duas explicações geralmente propostas (pg. 156, § 354): «En même temps que *j'ière*,..., on disait aussi *j'esteie (estoie)*,... Ce sont les formes d'où dérive notre imparfait actuel. Elles ont été empruntées à l'imparfait du verbe *ester*, ou bien elles ont été créées d'après le radical *est-* de l'infinitif *est-re*, auquel on a ajouté les flexions ordinaires de l'imparfait.

Também hesitam Brunot-Bruneau (§ 744). Depois de se referirem à confusão das formas arcaicas do futuro e do imperfeito, que acabaram por desaparecer devido a essa confusão (fins do século XIII), acrescentam: «L'imparfait actuel, *esteie*, a pu être refait sur *estre*...; il a pu être emprunté au verbe *ester*».

Fouché (pg. 413 ss.) trata a questão mais pormenorizadamente: — diz que as formas quase exclusivas do século XIV em diante são *esteie, esteis*, etc. «qui apparaissent d'ailleurs dès les premiers textes; cf. *estei* Alexis L 405».

Contra a hipótese de *esteie* derivado de *stabam* objecta que nos antigos textos, em que *cantaban* está representado por *chanto(u)e* ou *chanteve*, aparece sempre *esteie* ou *estoie*, com uma terminação não correspondente a *-abam*; mas faz a seguir uma observação de valor: «L'opposition que présentent *esteie* et *estoie* avec *chanto(u)e* et *chanteve* peut d'ailleurs s'expliquer. A l'origine on aurait eu *estoe* ou *esteve*, et bien avant la généralisation de *-eie* dans les imparfaits de classe I, ces formes auraient passé à *esteie*, puis *estoie*, sur le modèle de *metre*: *meteie*, ou plutôt par analogie avec *aveie*».

Apesar desta nota lúcida e engenhosa, opto pela primeira hipótese, isto é, a de que o imperfeito constitui uma formação a partir do radical *est(-re)*, tal como o gerúndio, e lembrarei aqui novamente a analogia com outros verbos, *mettre*, por exemplo. Teríamos assim uma correspondência bastante aceitável: *mettre* — *metteie*, *estre* — *esteie*, (Nyrop, § 162). O testemunho do provençal não cabe invocá-lo neste caso, porque o imperfeito deriva nesta língua de *eram*, *eras*, etc. (Jordan, pg. 232, 268). Parece-me mais natural a explicação de *esteie* por *est-eie*, pois o verbo *ester*, como disse, não devia ser suficientemente forte para emprestar as suas formas a *estre*. O caso de *été*, como vimos, é diverso, pois remonta à fase românica primitiva.

Será interessante lembrar mais uma vez que na Gália e na Itália a influência de *stare* sobre **essere* manifestada no participio passado em época remota, se apaga em seguida, de modo a não se darem empréstimo mais tarde, já na fase românica. Não vejo, pois, razão para admitir, salvo melhor juízo, as etimologias *stabam* e *stendo* para *étais* e *étant*, e, pelo contrário, ousa sugerir que foi o imperfeito *esteie* de *est-re* que substituiu *esteve* (*estoe*) de *ester*. Quero dizer, não foi *ester* que deu o seu imperfeito a *estre*, mas teria sido o imperfeito deste que influíu no de *ester*.

12. Com segurança, sabemos, portanto, que *stare* forneceu o participio passado a **essere* em francês, italiano, provençal, catalão e rético. Casos discutidos são o gerúndio e o imperfeito de *être*.

13. Numa posição à parte, neste como noutros casos, estão o espanhol e o português, porquanto não conservaram algumas das formas essenciais de *esse*; o gerúndio, o infinitivo, o imperativo não derivam deste verbo, mas sim de *sedere*. Da mesma maneira, o presente do conjuntivo tem por base o presente do conjuntivo de

sedere, **sediam*, se bem que em documentos antigos (*Orígenes*, Documentos de tierra de León, pg. 27; cf. também pg. 376), e ainda hoje no dialecto aragonês (*Bouzet*, pg. 38), apareça *siam*. J. Joaquim Nunes (pg. 308), referindo-se ao português, escreve: «Decerto em virtude da sinonímia de significação, que na língua vulgar existiu entre os verbos *esse* e *sedere*, resultou que o primeiro tomou do segundo, que tinha conjugação completa, formas que não possuía ou perdera no território galécio-português». O que o facto tem de curioso é *sedere* ter permanecido na acepção de «*ser*» só na Península Ibérica; é de supor que a forma **essere* nunca tenha tido grande vitalidade nesta região, destronada rapidamente por *sederæ* (*seer*), e, com efeito, nas glosas de Silos, *sedere* aparece muitas vezes a esclarecer o sentido de *esse*; se ainda existisse **essere*, a glosa não teria razão de ser. Isto indica, é claro, o uso típico de *sedere* no latim da Península, com uma perda considerável do seu valor semântico primitivo, de modo a poder substituir algumas formas de *esse*.

Lê-se no *Grundriss* de Gröber (I, 3.^a parte, pg. 914): «Das altspan. in allen Zeiten auftretende SEDERE überwiegt, wo es den Formen von *ESSERE ähnlich ist», observação importante nesta questão morfológica — *sederæ* teria vindo para o terreno de **essere* não só por os dois conceitos se terem aproximado, mas também por algumas das suas formas serem foneticamente semelhantes. J. Bouzet sugere a mesma ideia: «...*sedere* presentaba con **essere* um vago parecido fonético...; en el subjuntivo, por ejemplo, la forma *sia* (de *esse*), conservada en aragonés, no distaba mucho de *seya* o *sea* < *sedeam*». Esta sugestão é valiosa: assim, *sedeam* ter-se-ia substituído a *siam*, *sedendo* a *essendo*, *sedere* a **essere*. Talvez tenha mesmo o latim vulgar da Península (excepto na parte oriental) conhecido desde muito cedo apenas as formas acima apontadas, derivadas de *sedere*.

Pode ver-se, portanto, que o português e o espanhol se destacam por recorrerem numa proporção notável a formas de *sedere*. Em nenhuma outra língua românica se verificou substituição semelhante. Ocorre, a propósito, falar na hipótese de Cornu (*Romania* VII, 367) e G. Paris (*Romania* IX, 174 ss.), segundo a qual o futuro de *esse* em francês e italiano derivaria também, como em português e espanhol, de *sedere* + *habeo*. Este ponto de vista não é, porém, defensável, como acentua Meyer-Lübke (*G. R. S.* II, § 317). *Sedere* + *habeo* teria dado em italiano *sedrò* e não *sarò* (*esser habeo*), e em

francês *serrai*. Só o português e o espanhol recorrem a *sedere* como supletivo de **essere*.

14. O romeno serve-se de formas do verbo *fieri* para suprir tempos de *esse*, a começar pelo próprio infinitivo (*a fi*). É uma especialização notável, desconhecida da România Ocidental, que não guarda vestígios de *fieri*. Só em antigos dialectos italianos ela existiu também; assim, o antigo veneziano, lombardo e genovês tinham *fir*, e o antigo italiano servia-se de *fia* como futuro de *essere*; no logudorês havi *afire* (M.-L., *REW*; cf. G. R. S., § 216, 236). Mas só o romeno, certamente por se encontrar isolado, conservou até hoje o uso típico de *fieri*. Esta evolução é curiosa, comparada com a de *stare* e *sedere*, pois se em todos os três verbos se trata de uma perda do valor concreto inicial, na evolução dos dois últimos o ponto de vista é estático, e na de *fieri* dinâmico. Parece, por isso, um pouco mais estranho o segundo caso, no qual um conceito de movimento ou de transformação se atenua em outro de permanência, de modo a que de «tornar-se, ser feito» se passe a «existir, ser», muito simplesmente. *Fieri* fornece ao romeno o infinitivo (*a fi*), o gerúndio (*fiind*), o pres. conj. (*fiu* < *fiam*); o particípio é *fost*, análogo de *post* (*positum*).

III

Convivência de *esse* e *stare* com funções do latim *esse*

15. Vimos que *stare* cedo penetra no âmbito de *esse*, primeiro como seu sinónimo forte, conforme se depreende do emprego que dele fazem os poetas clássicos; no latim vulgar, começou *stare* certamente por se tornar mais comum como verbo de localização, próximo de *manere* pelo sentido, e como atributivo junto a certos adjectivos e particípios. Numa segunda fase é tomado para auxiliar dos tempos perifrásticos, no mesmo plano que *esse*, *ire*, *venire* (cf. M.-L., G. R. S., III, § 313 ss.), *sedere*, e alguns outros, o que demonstra que o seu valor durativo se vai tornando mais claro e mais sentido na fase românica primitiva, enquanto o conceito primário se apaga. Mais tarde, já em documentos românicos, surge-nos *stare* confirmado ora no seu emprego de copulativo, ora nas funções de auxiliar.

16. Vejamos alguns exemplos. No italiano, *stare* aparece em textos antigos ou na linguagem moderna, literária ou corrente, com o significado de «ficar, permanecer»; nas «Novelas» de Sacchetti, séc. XIV, encontramos:

«E così sta per spazio d'uno mese»
 «Se ci volete venire, ci venite, e se no, sì vi state»
 «il piovano stava tristo e afflitto»
 «Stando di fuori assai nascosi»
 «gli altri se ne stanno cheti»
 «lo trovò stare malinconoso e pensoso»
 «stavano tutti smemorati»
 «e i parenti stavano dolorosi», etc.

Da mesma maneira, lemos em Dante:

«e quei fe' segno ch'io stessi cheto» (Inf., IX, 86-87)
 «Io stava sopra il ponte...» (ib., XXVI, 43)
 «Sempre mi stanno innanzi...» (ib., XXX, 67)
 «Lasciamlo stare e non partiamo a voto» (XXXI, 79)
 «Lo duca stette...» (ib., XXXII, 85)
 «Là dove i peccatori stanno freschi» (ib., XXXII, 117)

Em todos estes casos, já podemos observar o mesmo que no italiano moderno, a saber: pode empregar-se *stare* com um sentido de *permanecer*; não existe contudo uma lei segura, e há uma relativa liberdade de escolha entre este verbo e *essere*. Cf. ainda nas «Novelle» de Sacchetti:

«Disse a un contadino che era con lui» mas
 «Venuta a star con lui»;
 «stava tristo e afflitto» mas «io sono contento»;
 «io sono or qui» mas «in quel tempo che stette in Caffa».

Não são propriamente hesitações, pois quase sempre é possível empregar *essere*; mas com *stare* pretende-se exprimir mais eficazmente um aspecto durativo. *Stare* em frases correntes da língua moderna temos em:

Da quanto tempo stanno qui?
 Nell'ultima lettera, mi scrisse che stanno tutti bene.

Dica loro di star più attenti.
Quanto tempo stette a Venezia?
Vi stetti tre anni.

Com gerúndios :

Che cosa sta lei cercando?
A chi sta scrivendo?
Stanno aspettando ancora.

Também a expressão com *per* para indicar un futuro muito próximo está largamente representada :

L'ora sta per suonare.
Stavo per mandar la merce indietro.
Stiamo per cominciare.
Mi dica ciò che stanno per fare.

Conquanto este verbo seja usadíssimo em italiano, é relativamente fácil estabelecer em que condições se pode usar *stare*, se abstrairmos por agora dos empregos especiais que dele fazem os dialectos do Sul, nomeadamente o napolitano (Vd. adiante, 29) ; vemos que *stare* aparece :

- a) com gerúndios, para indicar o aspecto durativo (*sto cantando*) ;
- b) com a preposição *per* expressando um futuro imediato (*sto per cantare*) ;
- c) com um certo número de adjectivos e advérbios, quando se pretende marcar de preferência um estado passageiro, exactamente como no espanhol e português ; cf. «Come sta?», «Diciamo che la faccenda sta così», ou ainda : «Stia zitto, per carità!»..

Por vezes não se poderia dizer se é o perfeito composto de *stare* ou de *essere* (*sono stato*) o que aparece em determinada frase. Segundo quero crer, esta coincidência de forma no pretérito perfeito composto em nada contribui para a confusão dos dois verbos. *Stare* tem o seu campo determinado, e se, às vezes, é possível usá-lo por *essere*, isso não significa hesitação na escolha, quer antes dizer que se pretende marcar o aspecto transitório. Em «Sono stata ammalata», por exemplo, é *stare* e não *essere* o verbo em questão, não só porque «*ammalata*» (= adoentada) é um estado passageiro, mas

também porque esta frase pode ser a resposta à pergunta: «Come sta?». Vemos isso ao comparar, entre outras, as expressões «stava triste e afflitto» com «sono contento».

17. É de notar que *stare*, fora dos casos indicados, não se usa, e que é, por isso mesmo, menos extenso e complicado na sua sintaxe do que o correspondente *estar* ibérico. No tipo de frases consideradas a seguir, todas da língua corrente, não seria possível, ou, pelo menos, tornar-se-ia muito deselegante, empregar *stare* em vez de *essere*, embora o contrário se observe no espanhol e no português. Trata-se de uma observação que ajuda a sentir mais uma vez como nestas duas últimas línguas o verbo *estar* adquiriu uma importância desconhecida nos outros territórios românicos. Em «Son certo, siamo sicuri, son pronto, era soddisfatta (=...satisfeita), siamo intesi (=...entendidos), sono stanco (=...cansado)», *essere* não é substituível por *stare*, pois a língua não procura, com a subtilidade dos idiomas ibéricos, nem com o mesmo empenho, chamar a atenção para o aspecto transitório que de facto transparece nas expressões acima, nomeadamente em «sono pronto, sono stanco». Pode-se afirmar, em suma, que o italiano prefere *essere*, reservando *stare* para auxiliar da conjugação perifrástica, ou então dando-lhe a acepção que o português traduzirá por «ficar». Se, em vez de «Queste bottiglie son piene di vino», fosse possível dizer «...*stanno* piene di vino» tal construção quererá significar que «as garrafas *ficam*, *permanecem* cheias de vinho», expressão evidentemente forçada.

18. Suponho que na evolução das acepções de *stare* a partir do latim vulgar há a considerar um primeiro período, durante o qual foi possível este verbo aproximar-se bastante de *esse*, de modo a poder emprestar-lhe o particípio passado; num segundo período ter-se-ia especializado como auxiliar da conjugação perifrástica, e, com certos adjectivos e advérbios, para marcar a permanência num lugar, afastando-se de *esse* o suficiente para não lhe poder emprestar mais formas (cf. *essendo* e não *stando*, etc.) e para ficar limitado só a alguns casos.

19. Nestas referências ao italiano, é a língua padrão do Centro e do Norte que tenho considerado, pois os factos nos dialectos meridionais são diversos e aproximam-se, por vezes, mais do português e do espanhol quanto ao uso dos dois verbos de que vimos tratando.

Por este motivo, será interessante uma nota a respeito do emprego de *stare* no dialecto napolitano, resultado de um questionário posto a dois professores de Nápoles. As coincidências com as línguas ibéricas são quase todas bastante claras.

Exemplos :

- 1) a. Italiano — Sta per piovere
Napolit. — Sta pe chiovere
- b. It. — Sta per venire
Nap. — Sta pe venì
- c. It. — Stanno per sonare le due e mezza
Nap. — Stanno pe sonà 'e doie e meza

Este primeiro caso nada revela ainda de especial, pois o uso de *stare* + *per* é fenómeno já assinalado, comum a todos os dialectos italianos. Mas nas frases seguintes pode-se observar como o emprego napolitano, ou melhor, meridional, se afasta do da língua oficial, aproximando-se do uso ibérico, porquanto é *stare* que substitui *essere*, normal na construção italiana :

- 2) a. It. — Era tutta nuda
Nap. — Steva a 'nnura
- b. It. — L'ho cercato ma non era a casa
Nap. — L'aggio cercato ma non steva a casa
- c. It. — Dov'è il nostro amico?
Nap. — Addò sta 'o nostro amico?
- d. It. — Sono a Roma ; era a Milano
Nap. — Sto a Roma ; steva a Milano
- e. It. — La montagna che è dietro alla città
Nap. — 'A montagna che sta addereto 'a cità
- f. It. — Io sono qui
Nap. — I'stongo ccà
- g. It. — Io sono affamato, stanco
Nap. — I'sto " "
- (Cf. It. — I soldati erano stanchi
(Napol. — I surdati stevano stanchi)
- h. It. — Sono con te
Nap. — Stongo co ttico.
- i. It. — Chi non è per me, è contro di me
Nap. — Chi no' sta co me, sta contra a me

Nesta segunda série observa-se a preferência do napolitano por *stare* para, ligado a adjectivos, indicar situação passageira (a., g.): para significar o «encontrar-se» em determinado lugar (b., c., e.), ou, com uma «nuance» mais leve, simplesmente o «lugar onde» (d., f.); marca, finalmente, a correspondência com o latim *stare ab*, «ser por alguém» (h., i.).

Convém fazer ressaltar que estamos em presença de um facto comum aos idiomas ibéricos, e desconhecido, salvo erro, das outras regiões românicas. Que espécie de condições relaciona este uso de *stare* na Itália do Sul com o mesmo uso na Península Ibérica, não poderei por agora estudar. Nos seguintes exemplos quero mostrar que há hesitação entre os dois verbos, semelhante à existente no espanhol e português arcaicos. Esta hesitação constitui porventura influência da língua oficial:

- 3) a. It. — Il sentiero è umido
 Nap. — 'O tratturo è 'mfusso, mas também:
 » — Le vie stanno tutte 'mfosse
 » — Chill'omo sta tutt' 'mfusso
- b. It. — Il piatto è fesso
 Nap. — 'O piatto è (sta) sengato
- c. It. — La bottiglia è piena
 Nap. — 'A botteglia è chiena , mas:
 » — 'A botteglia sta chiena 'e vino
- d. It. — La camicia è sudicia
 Nap. — 'A camisa è lorcìa , mas:
 » — 'A casa sta tutta lorcìa
- e. It. — La porta è aperta
 Nap. — 'A porta è (sta) aperta

Como tentativa de explicação destas diferenças notarei que, além de uma possível influência do italiano literário, os adjectivos das frases acima se podem assimilar a participios (alguns são-no, com efeito), os quais dificilmente consentem *stare*. Por isso, nos dois exemplos abaixo, só esser convém, num caso onde o português empregaria *estar*:

- 4) a. It. — Vostra figlia è già battezzata?
 Nap. — » » è stata vattiata?
- b. It. — La vacca è munta , «A vaca (já) está mungida»
 Nap. — 'A vacca è mognuta

Há, finalmente, ainda outra diferença: a expressão italiana corrente para a forma impessoal *há* é *c'è*, exemplo: «*c'è poco pane*»; o napolitano tem para este caso *ce sta*, «*ce sta poco pane*», isto é, mais uma vez prefere *stare* a *essere*.

Observemos, para terminar este aspecto do assunto, que os exemplos acima necessitariam de maior atenção; de forma alguma pretendi tirar conclusões definitivas acerca das relações do emprego de *stare* em napolitano com o de estar ibérico⁽¹⁾. Pareceu-me, contudo, interessante sugerir como que uma aproximação deste género, sem esquecer que o italiano literário apresenta às vezes casos difíceis. Se dei o exemplo *sono qui* (napol. *stongo ccà*), quis mostrar que esta é a construção normal, embora seja possível *sto qui*, se se prefere especificar a permanência. Cf. Sacchetti: «*Se ci volete, ci venite, e se no, sì vi state*».

IV

Línguas em que as formas de **stare** se repartem com as formas de ***essere**

20. Se todas as línguas românicas, excepto o francês, conservaram, numa proporção mais ou menos larga, *stare* para designar uma situação durativa, nenhuma como o português e o espanhol deu a este verbo uma latitude tão vasta e complexa, produto de uma lenta evolução que, tendo começado por simples tendência, chegou a facto sintáctico especialmente importante. Enquanto o uso de *stare* representa em italiano uma questão de estilo, pois especifica essencialmente o «encontrar-se», o «permanecer» em qualquer lugar ou em qualquer estado — e daí o poder preferir-se a *essere* —, *estar*, reparando as suas funções com as de *ser*, constitui antes de tudo um problema de semântica e de construção. Pode-se hoje estabelecer, com relativa precisão, quando se deve empregar um ou outro verbo, porquanto parece que *estar* conquistou já todo o terreno que se «propunha», quero dizer, limitou-se a condições determinadas, sistematizáveis, o que não acontecia no período arcaico, durante o qual se davam hesitações. Estas eram complicadas pelo facto de

(1) Meier, H., *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa, 1948, p. 11 e ss.; e *A génese do infinito-flexionado*, in *Boletim de Filologia*, t. XI, 1950 (Miscelânea à memória de F. A. Coelho).

existirem três verbos em vez dos dois da língua moderna. (Refiro-me a alguns dos tempos de *sedere*, *seer*, como o imperfeito *siia*, que se podiam usar no sentido de «encontrar-se». Cf. F. Lopes, Crón. de D. João I, Cap. XLIV: «Martim Affonso Arnalho mercador, ...siia casado com hũa domzella da Rainha dona Lionor»).

Há, com efeito, tempos de *esse*, de *sedere* e de *stare* que se fazem mútua concorrência, e de claro pouco se pode verificar. As citadas hesitações manifestam-se até bastante tarde. Em F. Lopes, loc. cit., a par de «esses fidalgos e outros que presentes *eram*» (Cap. XXV), encontramos «na çidade avia muitos homrados cidadãos, que alli nom *estavom* presentes» (Cap. XXVI), exemplos que se multiplicam neste e noutros autores mais antigos e posteriores. A complicação é aumentada ainda pelo significado primitivo de «estar sentado» que *seer* às vezes conserva. Na «Visão de Tundalo», Rev. Lus., VIII, pg. 260, texto provavelmente do séc. XIV, lê-se: «...E so aquella arvore estavã mujtas cõpanhas aseentadas ã cadeiras douro e de marfil em que *sijam* louvãdo ao senhor deus»; *sijam* pode interpretar-se aqui, praticamente, segundo o seu sentido original. Tal estado de coisas é ainda mais patente no espanhol arcaico. No Poema do Cid, séc. XII, há versos onde *seer* só tem o seu valor original, sem a alternativa de ser tomado no sentido de «permanecer»: 3114, «El Rey dixo al Çid: venid aca ser, Campeador, En aqueste escano»; 3118, «Sed en uestro ascaño commo Rey e señor».

Exactamente como os de *stare*, podiam os tempos de *sedere* auxiliar a conjugação perifrástica para indicar que a acção se prolonga: «E em lhe seendo assi fallamdo...» (F. Lopes, loc. cit., Cap. IX); no entanto, a construção com *estar* é já a mais usada.

No Poema do Cid: 1840, «El Rey don Alfonsso seyse santi guando»; 2059, «Catandol sedie la barba, que tan aynal creçiera», etc. Observa M. Pidal (Cid, Gramática, § 172) que neste caso só os tempos de *sedere*, e não os de *esse*, eram possíveis, isto é, aparece *sedie* com gerúndios, mas *era* não podia servir para este uso. Tal facto é digno de nota. *Sedere* aparece ao lado de *stare* na conjugação perifrástica; mas os tempos de *esse* reservam-se para a cópula e não se empregam como auxiliares desta conjugação. Torna-se assim ainda mais evidente a importância, desconhecida nas outras línguas, que o português e o espanhol concederam a *sedere*, e pela qual este verbo, conservando o conceito original mais ou menos obscurecido, faz concorrência a *stare*, já como auxiliar do sentido durativo, já como verbo de localização.

Mas a posição de *esse*, apesar do seu paradigma incompleto e irregular, persistia tenazmente, e assim foi que *seer* perdeu o pres. ind. *sajo*, *sees*, *see*, etc., o imperf. *seie*, *sia*, e o perf. *sive seveste*, etc., com vantagem para *sou*, *era*, *fui*.

21. A irregularidade na escolha entre os verbos é, como já disse, bastante grande, tanto em português como em espanhol, e não é tarefa fácil estabelecer princípios a tal respeito. Pode-se apenas conjecturar.

Alguns exemplos em português — Da «Batalha do Salado», (Crest. Arc., de J. J. Nunes):

«mandou dizer a Albofacen que os cristãos eran «partidos em duas partes» (pg. 137);

«e os cavaleiros que eran en terra» (pg. 137);

«os cristãos eran tan fóra de força...» (pg. 140);

«...u queriam chegar e ferir, logo i eran» (pg. 147).

Construções deste tipo, repetidíssimas, encontram-se em toda a literatura arcaica; e se pretendêssemos fixar que aqui o escritor preferiu esse porque se aproximava do uso latino, logo mudaríamos de parecer em presença de:

«Estavan tan fremosamente ordinhados...» (135);

«...posto que todos ali esteuessen» (pg. 135);

«Senhor, os que aqui estan oge este dia...» (136).

Contudo, ousa lembrar que na expressão de um estado, do modo como alguém se encontra, de uma posição especialmente marcada, é preferido *estar*:

«Estavan os campos e vales e montanhas cobertas de mouros» (pg. 134);

«Aquela ora foi irada de coita e de pressa aos que estavam en tal batalha...» (pg. 138);

«estan en gran coita» (pg. 139);

«os cristãos estan en perdiçon» (pg. 139);

«estavan já muito esmaiados por a força que perderon» (pg. 141);

«estando en esto...» (pg. 149).

Com lugares bem determinados, ou com objectos por sua natureza imóveis, é quase sempre *estar* também o verbo usado :

- «eno cabeça que estava acima donde lidávades» (Salado, pg. 147) ;
 «...mas vivo o lancemos en cizterna velha, que está eno ermo» (José do Egito, Crest. Arc. pg. 85), etc. as como nunca há segurança, surge igualmente esse para marcar «lugar onde» :
 «...a ribeira do Salado, que era en riba do mar» ;
 «a cidade de Lixboa em que vos estaaes» (Fernão Lopes, Crónica de D. João I, Cap. XXII) ;
 «..., ca mui poucos eram em Lixboa aaquella sazom que sse ell finou (Cap. VII) ; e em
 «Foi acordado per a Rainha e per todollos que hi eram» (Cap. VII) ;
 «..., e nehuñ estava hi quando morreo» (Cap. IX).

Às vezes o autor pretende acentuar a posição relativa das pessoas ; usa então *estar*, pois os tempos de *esse* eram verosimilmente menos concretos ; não é só por acaso que no exemplo seguinte se repete tantas vezes o mesmo verbo :

- «A Rainha estava em sua camara e... outros estavom em hũu banco ; e o Conde Joham Fernamdez que deante estava em cabeça de elles, estava estomçe antella» (Cap. IX).

O escritor podia ter variado na escolha dos verbos. Não o fez, talvez propositadamente. É legítimo inferir, por isso, outro princípio, segundo o qual *estar* era mais concreto do que *seer*, embora a luta entre os dois tivesse perdurado sensivelmente até ao séc. XVI. Se assim é, inclino-me a crer que na frase abaixo F. Lopes não pretendeu dar relevo especial ao facto de Rui Pereira «estar» mais próximo :

- «..., e Rui Pereira que era mais açerca, meteo huñ estoque darmas per elle» (Cap. IX).

Mas um pouco acima lemos : «Os outros que estavom darredor» (Cap. IX), e isto deixa-nos lugar mais para fazer conjecturas do que para fixar usos.

Estar preserva muito do sentido original em «... e deziã huñs contra os outros : Que fazemos *estando* ? Tomemos este homem por senhor, e alçemollo por rei» ; mas construções deste tipo são raras,

e não encontrei nenhuma outra semelhante nos restantes textos consultados.

Observarei que os adjectivos se ligam mais frequentemente a ser do que a *estar* :

«E nós deste dito nom somos contente» (Cap. I)

«e o Conde bem entendia que de tais pessoas nom era mui seguro» (Cap. I) ;

«... per neũa guisa faria cousa em que fizesse desprazer aa Rainha, moormente tal como esta, de que era certo que ela haveria asiinado nojo» (Cap. II) ;

«... como soubera que el Rei dom Fernando era morto» (Cap. IV) ;

«Rui Pereira... foi muito ledo do que lhe NunAlvarez dissera» (Cap. IV) ;

«Amigos apacificaae vos ca eu vivo e saão som a Deus graças» (Cap. XI) ;

Há muitos outros exemplos deste tipo, o que prova não ter ainda a língua arcaica a preocupação de distinguir entre as qualidades permanentes e as acidentais. Porém, se há que denotar com energia a entrada na posição de imobilidade é outra vez *estar* o termo escolhido :

«... sentirom os seus que o Meestre lhe começava de fallar passo, e esteverom todos quedos» (Cap. IX) ;

«e o Meestre disse que estevessem quedos...» (Cap. IX) ; julgo que seria impossível ter escrito aqui «... disse que fossem quedos...».

Um exemplo semelhante a outro de Fernão Lopes, atrás citado (pg. 35, linha 2), é

«Este don Egas Gomez siia casado con dona Gontinha Gonsalvez» (Morte do Lidador), em que aparece *sedere*.

Da mesma maneira (Foral da Guarda) :

«Aquel que casa fazer ou vinha ou sa erdade onrar e per I ano en ela sever» ;

«... e non sérvian outro omen, senon a seus senhores en cujos solares severen».

Como aqui se procura expressar um espaço de tempo considerável, é *sedere* o termo escolhido, tanto mais que o conceito original ainda era sentido; acentua D. Carolina Mich. (Glossário do Cancioneiro da Ajuda, Rev. Lusit., XXIII) que o significado duplo de *seer* originava até anfibologias como

«ben sej'acá, non quero ser melhor» (D. Afonso Sanches, séc. XIV; Canc. Vatic. 365, 7);

ora os dois exemplos acima, indicando permanência prolongada, estabilidade, não estão longe da primeira significação.

Outros dois exemplos interessantes são

«o qual a algũus non muito praz, por seer escrito na maneira latinada» (D. Duarte, Leal Conselheiro, Cap. XCVIII);

«... ãas leteras falsas..., u sia ante os omens bõos de Logres, que fezessen Morderet rei...» (Hist. do Rei Artur).

Trata-se nos dois casos de textos; no primeiro diz o autor que o livro está escrito «na maneira latinada» e se não emprega *estar* é porque *seer* correspondia bem à ideia desejada, com determinado matiz que porventura faltaria ao outro verbo. O segundo exemplo é mais curioso: o autor tinha à sua disposição *era* e *estava*, mas *sia* talvez fosse o mais apropriado para fixar a constância com que «os omens de Logres» deviam obedecer a uma ordem.

Em «...e pose-o ante si, u sia comendo con sa molher e con seus filhos,...» temos mais uma vez o aspecto durativo; como já disse para o espanhol (pg. 36), os tempos de *esse* não podiam servir nesta construção, isto é, «*sia* comendo» não é substituível por «*era* comendo», e este é, parece-me, o único princípio seguro sobre a distribuição dos tempos de *esse*, *sedere* e *stare* na língua antiga. Outro caso do uso de *seer* na forma perifrástica temos em «e seendo eles comendo» (Hist. José do Egito).

Finalmente, vejamos:

«... e que ante noite seria en sa terra con seu padre...» (A Dama Pé de Cabra);

«rogaron-no que estevesse con eles ataa dez dias».

Podem-se aproximar os dois casos pelo motivo de que em ambos se exprime companhia, mas o segundo tem *estar* exactamente porque

interessa vincar a permanência, o «ficar». Porém quando basta o facto em si, é *seer* que aparece na maioria dos exemplos (Fernão Lopes, Crón. D. João I):

«... e que pois todos alli eram juntos, que hordenassem logo as frontarias» (Cap. VII);

«viir ao saimento onde forcm juntos muitos mais senhores e fidallgos dos que erã presentes quando el Rei morreo» (Cap. VII);

«... os quaaes lhe çertificaron que seeriã prestes com elle» (Cap. VII).

22. Resumindo: 1) *estar* aparenta ser preferido para expressar a posição física ou moral em que alguém se encontra num dado momento:

«... esteve so ùa arvor, até que se fosse a chuva,...»;

«Quando Giflet, que estava no outeiro, ...» (Hist. Rei Artur);

«... pela qual razon o lobo estava en ponto de morte» (Fabulário português do séc. XV).

2) Mas se não importa frisar o facto, basta esse, verbo, por assim dizer, incolor:

«Aquela molher publica era i enton»;

«os bispos e todos os clerigos que presentes eramos fomos muito maravilhados» (Conversão de Santa Pelágia).

3) *Sedere* aparece quer no sentido de estadia prolongada, quer no seu conceito original, ou quase:

«E seve Joseph apartado, como omen doutra terra, e os do Egito que i comian severon en outra parte»;

«... e asseentou Joseph seus irmãos...assi como soiam seer en casa de seu padre» (Hist. José do Egito).

4) Com adjectivos e advérbios não há ainda o propósito definido de distinguir o permanente do transitório e, por isso, usa-se normalmente esse:

«certos eran, era seguro, som são e salvo, som contente», etc.; «cobiço seer fóra deste corpo e seer con Christo»;

«Senhor, tu sei sobre o que desfalece» (Santa Pelágia).

5) *Stare*, todavia, aparece de quando em vez com adjectivos ou participípios, se é necessário descrever com vigor :

« todos estiverom quedos... » (já citado) ;
 « E, estando assi a lide muito aficada... » ;
 « E, porque ele estava mal chagado... » (Morte do Lidador) ;
 « ... ca eles refrescavan... dos mogotes que estavan folgados » ;
 « ... os bõos daquela terra que estavan del manzelados, ... » (Salado), etc.

Não são conclusões as observações acima ; são antes conjecturas que precisam de ser confirmadas. Notarei só que a escolha entre um ou outro verbo parece assemelhar-se em diversos casos à observada no italiano actual ; mas as hesitações são em muito maior número.

23. Tudo o que observei para o português se aplica ao espanhol arcaico, pois que seguiu praticamente a mesma evolução, com as mesmas hesitações, conforme alguns exemplos já registados atrás. Desejava aqui apresentar mais alguns passos do Cid. *Sedere* aparece ao lado de *stare* na conjugação perifrástica :

1566, El sedie en Valencia curiando e guardando ;

122, Rachel e Vidas seyen se conseiando ;

154, Sonrrisos myo Çid, estaualos fablando ; etc.

e aparece também para indicar situação temporária (mas diferente de esse) em :

2278, En Valencia seye Myo Cid ;

2502, En Valença sere yo ;

2162, Seremos a las bodas, etc.

É notável a observação de Ford (*Mod. Lang. Notes*), segundo a qual *stare* aparece muito frequentemente marcando a residência num dado lugar, preterindo esse ou *sedere* ; este uso vê-se principalmente quando se trata de uma invocação a Deus :

8, Sennor padre que estas en alto ;

330, Padre que en cielo estas ;

1297, Por aquel que esta en alto :

Estes exemplos são numerosos, ao passo que só uma vez surge esse no mesmo sentido :

1094, Aiudol el Criador el Senhor que es en çielo.

Ford diz ainda que, se o lugar é bem determinado, nomeado, em especial uma cidade, é *stare* que aparece sempre :

294, Vansse para San Pedro do esta el que en buen punto naçio
485. Fellos en Casteion o el Campeador estaua,

e só duas vezes se emprega *esse* :

1559, Apres son de Valençia ;

2947, Afelas sus fijas en Valençia do son ;

Mas se o lugar não é bem determinado, então aparece indiferentemente um dos dois ; assim temos, por um lado :

722, Todos fieren en el az do esta Pero Vermuez

1672, Por las huertas adentro estan sin pavor

2512, Aqui (= en la corte) esta con Myo Çid el obispo don Iheronimo ; e por outro :

61, Assi poso Myo Çid commo si fuesse en Montanna

1103, En sus tierras somos

2003, Dentro es su mugier,

construções onde a incerteza no emprego dos dois verbos se patenteia como em português.

Quanto a *stare* no seu sentido original, não acho provável que ainda perdurasse traço do facto, mesmo atenuado. Exemplos como

3629, Ffirmo estido Pero Vermuez ;

1655, Que fagan esta lid delant estando yo, (Cf. portug. «... eis Rebeca ante ti está», Crest. Arc., pg. 83),

não demonstram preservação do conceito primitivo ; *stare* deve ser tomado aqui apenas como sinónimo forte de *sedere* ou de *esse*.

Com *stare* se prefere marcar um estado mais ou menos transitório, e a posse de qualidades igualmente mais ou menos acidentais :

1618, Myo Çid e sus compañas tan a grand sabor estan

1601, Todas las sus mesnadas en grant deleit estauan

2311, Ellos en esto estando don auien grant pesar.

A mesma preferência por *stare* nestas condições se verifica no Libro de Buen Amor, do Arcipreste de Hita, séc. XIV :

«Estava en mesa buen gesto e buena cara» ;
 «Está en mesa rica mucha buena vyanda» ;
 «estava el aldeano con miedo e con tremor», etc.

Também no Conde Lucanor, de D. Juan Manuel, séc. XIV :

«Et yo agora estó en muy grand duda de este fecho» ;
 «Et esto me faze estar en grand rrecelo», etc.

V

Diferenças do emprego de **ser** e **estar** entre o português e o espanhol moderno

24. Temos pois que o latim da Península Ibérica, mais do que o dos restantes territórios, favoreceu notavelmente *stare* e *sedere*, como concorrentes de *esse* : «Dès l'époque latine, on semble s'être servi en Espagne de *stare* à côté de *esse* ; les chartes et les textes du moyen âge dénotent un grand flottement dans l'usage de ces verbes» (Bourciez, § 386). A este flutuamento tenho aludido muitas vezes.

Ora, na transição para a língua moderna, assistimos a uma limitação do âmbito de *estar* ; é este o traço mais original do problema : «El valor que tiende a hacerse normal para *estar* y *sear* se nos presenta, pues, como una restricción, una limitación de sus posibilidades anteriores con objeto de adaptarse a la expresión de un aspecto particular, que es el de la mera duración exenta de toda consideración ajena» (Jean Bouzet).

É, pois, lícito estabelecer duas etapas na história de *stare* : na primeira, do latim ao português e espanhol até ao século XV, aproximadamente, o verbo é sinónimo forte de *esse* e *sedere* ; pelo seu conteúdo, presta-se a exprimir o sentido durativo quando ligado a gerúndios, e um estado accidental quando junto a adjectivos ou advérbios.

Na segunda etapa vemos que *estar* conquista novas posições no terreno antes ocupado por *ser* no que se refere à distinção entre qualidades inerentes e estados transitórios. Assim, o aspecto dura-

tivo, expresso primeiro no processo da acção (*estou fazendo*), e alargado depois à situação das coisas e pessoas (*estou em tal parte*), acaba por se estender ainda à noção de estado (*estou doente*) e à de resultado da acção ou movimento, mormente com participípios (*a porta está aberta, estamos bem colocados*).

25. Embora *ser* e *estar* tenham seguido uma evolução paralela em ambas as línguas, algumas diferenças há em que convém atentar. Julgo poder dizer que estas diferenças não são fortemente marcadas, tampouco chegam a constituir oposições; trata-se às vezes de tendências semelhantes, embora em grau diferente de intensidade, reveladoras de uma maior energia e precisão no espanhol, que usa mais frequentemente o verbo *estar*, nomeadamente com participípios. Empreguei o termo «tendências» porque em muitas circunstâncias também o português utilizaria o mesmo verbo, ainda que com menos espontaneidade. É sintomático que o tradutor português de «Pepita Ximenes», de Juan Valera, tenha escrito:

«É claro que para aquele que tem na alma o gérmen dos pensamentos levianos...»

correspondentemente a esta frase do texto espanhol:

«Claro está que para el que lleve en su alma el germen de los pensamientos livianos...».

Creio ver nisto menor expressividade do português, porquanto «ser claro» denota um aspecto imperfeito, incolor, perante «estar claro», perfeito, mais preciso e enérgico. É certo que o português também poderia usar *estar* neste exemplo, mas quanto a mim de maneira pouco espontânea. A nossa língua caracteriza as qualidades inerentes mais consequentemente com *ser* do que a língua irmã. Sentiremos isso melhor no seguinte exemplo. Valera escreveu:

«No sé qué libros habrá leído Pepita Jiménez, ni qué instrucción tendrá; pero de lo que cuenta el señor Vicario se colige que *está dotada* de un espíritu inquieto e investigador».

O tradutor, e muito bem, preferiu

«... mas do que o senhor vigário conta, colige-se que *é dotada* de um espírito irrequieto».

É flagrante. Se em português tivéssemos neste caso «está dotada» soaria tal expressão a qualquer coisa de accidental e passageiro que em espanhol não se sente (Cf. ainda este exemplo avulso ouvido a um aragonês: «Los castellanos están todos locos!», no qual a forma *están* não se deve traduzir por *estão*, resultado de um *tornar-se*, mas sim por *são*); «está dotada» despertaria em português o sentimento de que Pepita *recebeu* certas qualidades, ao passo que em «é dotada» não se pensa nesta possibilidade; creio que *estar*, conquanto possa exprimir o transitório nos dois idiomas, é de uso mais extenso em espanhol e por vezes ambíguo, mormente quando usado com participípios ou com adjectivos assimilados a participípios (Vd. acima o exemplo entre parêntesis). A frase «Sus ojos están llenos de caridad y de dulzura» (em cuja tradução encontrei igualmente *estar*) poderia perfeitamente verter-se por «são», que se sentiria mesmo como mais natural. Com *estar* em português, repito, a sensação tem algo de passageiro, quase momentâneo; ora Valera pretende exactamente o contrário: os olhos de Pepita caracterizam-se pela caridade e doçura, qualidades nela constantes e definitivas, que exigem realmente *ser* na nossa língua.

Pretendi neste trabalho focar alguns aspectos de um problema interessante, que é merecedor de estudo mais atento e prolongado; convirá não só aprofundar os capítulos aqui tratados como também partir de outros pontos de vista; na morfologia haverá a considerar mais detidamente a influência mútua entre as formas de *essere* e *stare*; o caso especial do romeno é digno de melhor atenção; as diferenças entre os usos espanhol e português precisam de ser examinadas muito mais profundamente, etc. Voltarei, por isso, ao assunto, para o tratar mais pormenorizada e extensamente.

JOSÉ A. PERAL RIBEIRO

Miscelânea

Olarias de Bisalhães

Em Abril de 1957 visitei Bisalhães, aglomerado de algumas casas modestas de oleiros, a seis quilómetros de Vila Real de Trás-os-Montes. Não sei ao certo quantos oleiros exercem ainda a sua profissão, porque, curiosamente, fazem segredo do seu número; mas vi quatro oleiros no trabalho e existem também quatro covas para a cocção, de maneira que são ao menos quatro oficinas.

Sem poder entrar em todos os pormenores, darei aqui algumas notas sobre a elaboração e a diferença de tipos da vasilha produzida.

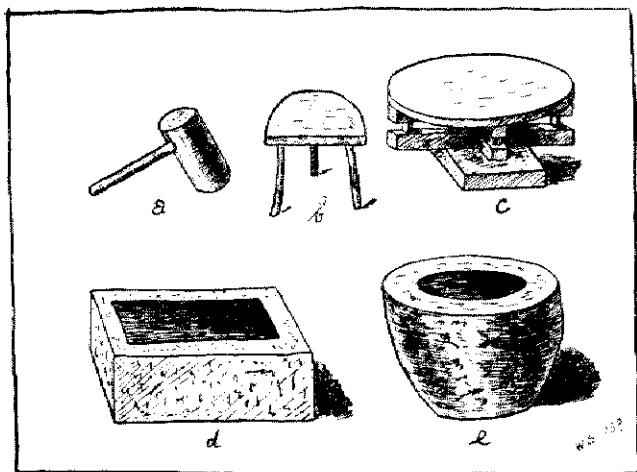


Fig. 1

A matéria prima é a argila, chamada *bã'u* ou *areja* ⁽¹⁾, de cor cinzenta, que se emprega sem mistura de qualquer outro material. A vasilha cozida apresenta um tom prateado. O barro tritura-se num pio de pedra de forma redonda, *píu* (fig. 1 e), de diâmetro superior

(1) Na transcrição: s = fricativa dental alveolar surda (como em todo o Norte da Península, «s castellano»); z = fricativa dental alveolar sonora.

a 74 centímetros, com o auxílio dum maço de madeira, *píku* (fig. 1 a), composto do maço cilíndrico, de 39 centímetros de longo, e do mango, de 47 centímetros de longo. A cavidade do *píu* é a *kpha*.

Para *píu* cf. Guimarães *píu* 'tanque de pedra onde os oleiros de Guimarães amassam o barro' (Ribeiro⁽²⁾ p. 59); port. *píu* 'pia grande', *pia* 'vaso de pedra, para líquidos'. *Pílar* REW 6496.

O barro triturado passa por um crivo, *kribu*, e mete-se na *gamela* (fig. 1 d), uma amassadeira de pedra, quadrangular, que mede 85 a 70 centímetros. Na *gamela* junta-se água ao barro, que se amassa até ter a consistência devida.

Cf. port. *gamela* 'grande vasilha de madeira, em forma de tijela' (Figueiredo); alent. *gamela* 'alguidar fundo' (Serpa *A Tradição* II, 165). *Camella* 'tigela para líquidos' REW 1543. A cavidade no interior chama-se *kpha*.

O aparelho para formar os vasos é um torno de forma baixa (fig. 1 c), que se põe diante da casa numas pedras. Um disco de madeira, de 56 centímetros de diâmetro, está junto a uma cruz de madeira. Afasta-se desta cruz outra igual ligada à primeira por quatro curtas espiguetas de madeira. A parte até agora descrita chama-se *ṛpda*, que é também o nome de todo o aparelho. Pelo centro das cruzes passa um eixo vertical, o *kísu*, que se ergue ao centro dum estrado rectangular de madeira.

O nome de *roda* para o torno baixo repete-se nos concelhos de Amarante e Baião (*Portugalia* II, 75), em Pinela (Ribeira p. 60) e em Guimarães (*Portugalia* II, 270)⁽³⁾. 'Cruzes': *krúz*š. 'Eixo', também 'eixo com pé': *kísu*. Cf. port. *quiço*, *quício* 'gonzo' (Fig.), segundo REW 6967 a, onomatopoético.

O torno de forma baixa é um resíduo de cultura antiga conservado no Norte de Portugal, onde existem porém também tornos de forma alta⁽⁴⁾ em alguns lugares leoneses, na Bretanha⁽⁵⁾,

(²) E. Ribeiro, *Água fresca*, Porto s. a. (deve ser 1928).

(³) Em Guimarães também *rodalho* (Ribeiro p. 60).

(⁴) Por exemplo em São Tiago de Francelos (Prado) (*Portugalia* I, 237 e 239, figuras); em Vilar de Nantes (Chaves); na região de Barcelos (F. de Matos Cunha, *Notas etnográficas sobre Barcelos*, Porto 1939, figura p. 58); em Telhado, perto do Fundão (Beira Baixa) (figura de H. Messerschmidt, *VKR* IV, 257).

(⁵) G. Euschan, *Illustrierte Völkerkunde* II, 2.^a parte, Stuttgart 1926, p. 507. No Museu de Quimper vi também a forma alta e uma forma baixa com roda

Bósnia⁽⁶⁾, Albânia⁽⁷⁾ e Rússia⁽⁸⁾. Temos notícias do torno baixo com duas cruzes, como em Bisalhães, de Cantalapiedra (Salamanca), onde serve para o fim especial da elaboração de tinalhas («rueda de tinajas»). A distância entre as duas cruzes é maior que em Bisalhães, a saber, 60 centímetros.⁽⁹⁾ Tornos baixos com uma cruz só, que é naturalmente a cruz inferior, conhecem-se dos concelhos de Amarante (Vila Seca, Corujeira) e Baião (Lordelo, Paredes) (*Portugalia* II, 74-75, com um desenho de Vila Seca e foto de Lordelo na p. 76), e de Ossela, no distrito de Aveiro (*Portugalia* II, 653). Deve ser da mesma construção o torno de Pinela (cf. Ribeiro p. 58-60, sub *cepo*, *machinhos*⁽¹⁰⁾ e *roda*). Na Província de Zamora empregam as mulheres de Pereruela de Sayago tornos baixos com uma cruz (*cruceta*)⁽¹¹⁾.

A cruz superior de Bisalhães é sem dúvida uma introdução bastante moderna, que permite fazer o disco mais delgado. Dantes havia também em Bisalhães uma cruz só⁽¹²⁾. Onde existe só uma cruz o disco é mais comprido.

O oleiro encontra-se em face da roda, sentado num escabelo, *banka*, de madeira, com três pés (fig. 1 b), e forma no disco, com as mãos, o vaso do barro preparado, dando de vez em quando com a mão direita o movimento necessário à roda.

Socorre-se apenas de alguns poucos instrumentos primitivos: dum pedaço de madeira, algo chato, *páu fanadojiru*, e dum trapo molhado, *trápu* (gálico *drappu* REW 2765), para alisar, e duma corda de guitarra, *uma sega*, para cortar o vaso feito do disco.

páu, : port. *pau*, *pau fanadojiru*: concelhos de Amarante e Baião.

de impulsão (cf. as fotografias em Ph. de las Casas, *L'art rustique en France: La Bretagne*, Paris 1926, p. 51 resp. 52).

(6) G. Buschan, 1. c.

(7) F. Nopcsa, *Albanien*, Berlim-Leipzig 1925, p. 128, fig. 93.

(8) D. Zelenin, *Russische (Ostslavische) Volkskunde*, Berlim-Leipzig 1927, p. 102, fig. 59.

(9) L. L. Cortés Vázquez, *La alfarería popular salmantina*, Salamanca 1953, fig. 9.

(10) Os *machinhos* são as espiguetas curtas que ligam os quatro braços da cruz ao disco. Em Pereruela de Sayago (Zamora) chamam-se *machos* (L. L. Cortés em *Zephyrus* V, Salamanca 1954, p. 150).

(11) L. L. Cortés em *Zephyrus* V, 149-151 (figura p. 150 e 14 fotos).

(12) Vendem-se em Vila Real alguns postais de oleiros de Bisalhães que mostram ainda o torno baixo com uma cruz só.

fanadoiro 'espátula grosseira com que alisam as superfícies ou gravam os ornamentos' (*Portugalia* II, 76), Ossela *fanadouro* (*Portugalia* II, 653). Do port. *fanar* 'amputar, circuncidar' com o sufixo *-doiro* (toriu). Port. *fanar* deve provir do francês antigo *fenier*, *faner* 'couper, faucher, (de *fenare 'segar o feno' REW 3241). Cf. *Les faings faner*, Froissart; *faner le tain*, 1400 (Godefroy). *sega* de 'cortar', cf. *sega do arado* 'ferro que se põe adiante da relha do arado' (Fig.).

Ainda no distrito de Coimbra, também em Miranda do Corvo, o oleiro serve-se apenas dum pedaço de pano molhado em água e dum bocado de cana rachada ao meio (*Portugalia*, I, 822). O mesmo em Guimarães (*Portugalia* II, 270). Cf. *canas* em Muge (Ribatejo) ⁽¹³⁾, cana e um pedaço de coiro em Telhado, perto do Fundão, na Beira Baixa (*VKR* IV, 259).

A vasilha elaborada é exposta ao sol para secar. Para cozê-la serve uma cova um pouco mais oval que redonda, *fórnu*. Rodeia-se de pedras uma abertura rectangular para introduzir a matéria combustível e cuidar do fogo. A ambos os lados deste pequeno muro juntam-se em forma de círculo os primeiros cântaros, com a boca para dentro. Vão-se juntando mais vasos, deixando espaço no meio. Finalmente cobre-se toda a vasilha com musgo (*múžgu*) e com a terra negra. Como matéria combustível servem ramos secos de sarças e arbustos, *šamíšu*, port. *chamiço*.

Também estas covas ou *soengas* são um elemento de cultura muito antigo, anterior aos fornos propriamente ditos. Existem, segundo Rocha Peixoto, em Baião, Gondar, Vila Seca (fig. *Portugalia* II, 77), Lordelo, Bisalhães, Chaves, nas proximidades de Bragança, em Lamego, Coimbrões (Gaia), Tábua (Coimbra), etc. (*Portugalia* II, 76). Veja-se, para os arredores do Porto e Vila Nova de Gaia, Ribeiro p. 60 (sub *soenga*), para os distritos de Coimbra e Aveiro, P. Fernandes Thomás em *Portugalia* I, 822, e especialmente para Ossela *Portugalia* II, 653. Segundo F. Krüger ⁽¹⁴⁾ existem também covas para cozer a vasilha no Oeste das Astúrias.

⁽¹³⁾ J. R. dos Santos Júnior, *Olarias de Muge*, Porto 1932, p. 10.

⁽¹⁴⁾ Comunicação a W. Bierhenke (W. Bierhenke, *Ländliche Gewerbe der Sierra de Gata*, Hamburgo 1932, P. 124).

A louça, *loça*, fabricada em Bisalhães⁽¹⁵⁾ é principalmente a seguinte⁽¹⁶⁾:

bázu: jarra para flores. Port. *vaso*.

prátu: prato que serve para fundo do *bázu*. Port. *prato*.

aljidár (fig. 2 i). Port. *alguidar* 'vaso de barro, em forma de cone invertido, e cuja boca tem diâmetro maior que o da altura' (Fig.). Do árabe *al-ghidār* (Steiger p. 163, 241; Lokotsch 717), árabe granadino *guidār* 'escudilla grande' (P. de Alcalá 242).

aljidár de furnu ou *aljidár de furnálu* (fig. 2 g): alguidar oblongo, com os bordos nos lados mais longos e mais chatos voltados um pouco para dentro. Para cozinhar o arroz.

tášu (fig. 2 k): espécie de terrina com duas asas pequenas. Port. *tacho* 'vaso largo e pouco fundo, geralmente com asas, e destinado especialmente a usos culinários'. Cf. árabe vulgar *tešt* 'bacia de metal' (Marcel), árabe vulgar *tušt* 'bacia de metal para lavar-se' (Harder), árabe egípcio *fišt* 'basin for washing' (Spiro).

pota (fig. 2 e): vaso com corpo em forma de bola, três *pernas* e duas *ázúš*⁽¹⁷⁾. Oferece uma ornamentação interessante: no colo linhas verticais, no corpo arco em ziguezague, espirais.

gāḡḡāḡ (fig. 2 d): grande garrafa com asa. Port. *garrafão*.

kanḡku (fig. 2 f) com ornamentação de linhas verticais e laços, (fig. 2 d). Port. *caneco* 'caneca alta e estreita' (Fig.). *Canna* (FEW II, 204) e -eccu. Comp. Ribeiro, foto 14 depois da p. 16, primeiro vaso (Bisalhães).

kanḡka (fig. 2 a): cântaro com uma asa, pé e bico⁽¹⁸⁾. Port. *caneca* significa em oposição a este vaso um 'pequeno vaso cilíndrico com asa' (Fig.). Cf. o *kanḡku* de Bisalhães fig. 2 f. Para a *kanḡka*

⁽¹⁵⁾ Fotos de cerâmica de Bisalhães vêem-se na obra citada de Ribeiro, fotos 12-15 depois da p. 16. Há formas idênticas às que encontrei, outras que em 1957 não vi e outras que encontrei e não vão reproduzidas no livro de Ribeiro.

⁽¹⁶⁾ O tamanho dos vasos representados nas figuras 2 e 3 varia muito, especialmente nos vasos fig. 2 c, e, g; fig. 3 a. Os vasos fabricam-se também em tamanho de brinquedos.

⁽¹⁷⁾ O *pote* do conelho de Fafe, com três pernas, é de arame (RPF V, 258, fig. 131).

⁽¹⁸⁾ Esta forma de bico aparece já na cerâmica celtibérica de Numância. Há muitos exemplos no Museu Numantino e alguns no Museu Celtibérico de Sória.

fig. 2 a cf. Ribeiro, foto 12 depois da p. 16, primeiro vaso (Bisalhães). De forma muito parecida é o vaso de Prado, *Portugália* I, 241, fig. 9.

pançula, também *panála* (fig. 2 c e 3 a): cântaro para água, com uma asa; de tamanho muito variado. Port. *panela* 'vaso, mais

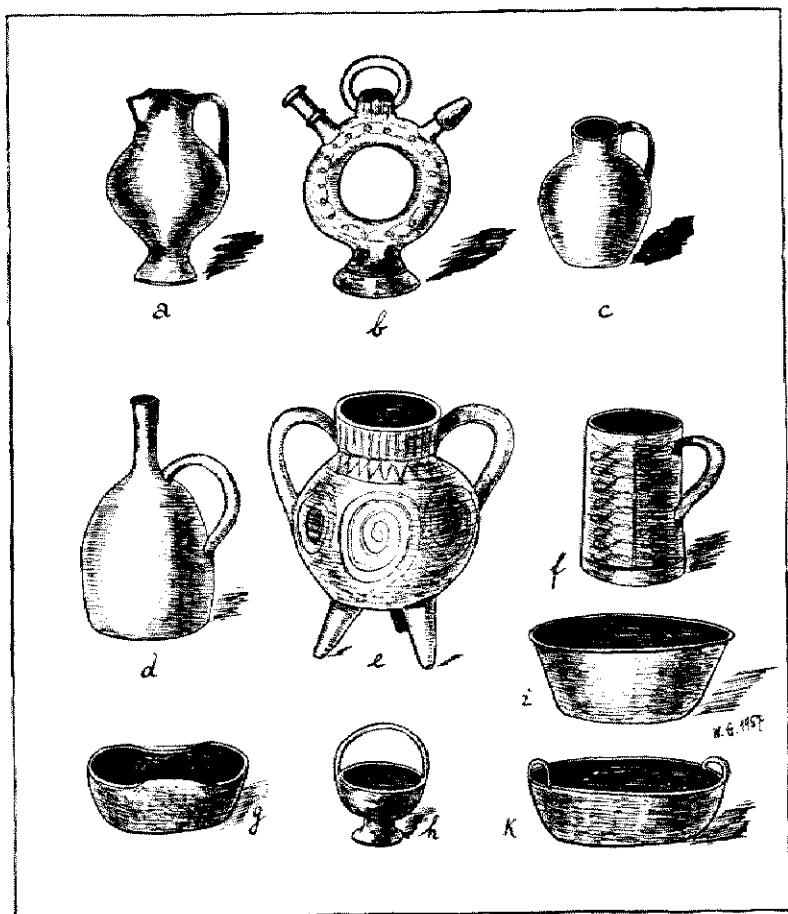


Fig. 2

ou menos fundo, de barro, para serviço culinário' (Fig.). Derivado de *panna* 'sartã' REW 6199; compara-se *Portugália* I, 244, fig. 28 (Prado) e o *panelo* do Concelho de Fafe (*RPF* V, 149, fig. 126) não tem asa.

bí/a. (fig. 2 b): vaso em forma de aro, com pé, um aro superior e dois pequenos tubos, um para encher o vaso com água, outro, que termina em forma de bolota, para deixá-la sair para beber. O

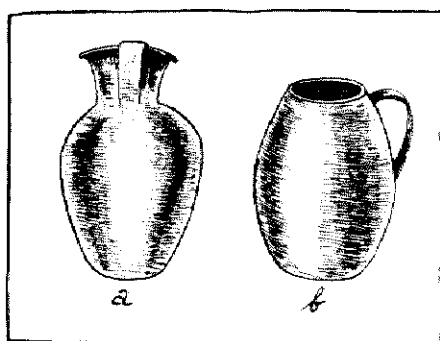


Fig. 3

aro superior serve para transportar o vaso, que oferece bela ornamentação. É sem dúvida um objecto de valor artístico (como o são também os vasos fig. 2 a, e). Do francês *bille* 'bola' (origem também do esp. *billa* 'pela', 'bola'), do alto alemão antigo *bikkil 'dado', REW 1101, FEW I, 360. Port. *bilha* é em geral um 'vaso bojudo e de gargalo estreito' (Fig. cf.

VKR IV, 262 fig. 24 g, de Telhado, Beira Baixa). Com a *bí/a* de Bisalhães fig. 2 b comp. Ribeiro, foto 15 depois da p. 16, primeiro vaso (Bisalhães).

seštu (fig. 2 h): escudela com asa superior, para transportar frutas ou doces. Port. *cesta* 'corbelha'. À forma pode comparar-se o «púcaro brinquinho» de Vila Real reproduzido por C. Michaélis de Vasconcelos⁽¹⁹⁾; cf. a figura em Ribeiro, p. 32, em baixo, à esquerda.

tēštu: tampa de barro para vasilha da mesma matéria. Port. *testo*. (< *testa*).

Universidade de Hamburgo, Julho de 1957.

WILHELM GIESE.

(19) *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, Coimbra 1921, p. 16.

Filólogos luso-árabes

A cultura arábico-lusitana manifestou-se nos mais diversos sectores, da poética à oratória e à epistolografia, da crítica literária à história, da jurisprudência à ciência das tradições, da teologia à filosofia. No campo da filologia surgiram também nela homens que se distinguiram pelo seu saber ou pelas suas obras.

No quadro geral da cultura arábico-lusitana apontam-se os seguintes filólogos: Abu'l-Hajjaj Yussuf Al-A'alam, de Santa Maria do Algarve (Faro), 'Abd Allah Ibn Moh:âmed Ibn As-Sîd, de Silves, e 'Abd Al-Mâlik Ibn As-Sarraç, de Santarém. Deles tratamos nas breves notas que se seguem, nas quais procuramos sintetizar quanto se sabe sobre a sua vida e obras.

ABU'L-HAJJAJ YUSSUF AL-A'ALAM, DE SANTA MARIA DO ALGARVE (FARO)

Abu'l-Hajjaj Yussuf Ibn Soleiman Ibn Issa, conhecido por Al-Nahûi (o gramático) e por Al-A'alam (o do lábio superior fendido), nasceu em 410 da Hégira (1019/20 C.), em Santa Maria do Algarve (Faro), pelo que também é conhecido por Ax-Xantamari. Governava já então em Santa Maria do Algarve, como vali, Abu 'Uthman 'Ali Ibn Moh:âmed Ibn Sa'id Ibn Hârun que, por 1026, se havia de proclamar senhor independente da sua cidade e lhe havia de dar o seu próprio nome. De Faro, Al-A'alam dirigiu-se para Silves onde, com outros, foi mestre de Ibne Ammar, quando este tinha apenas 9 anos de idade.

Em 433 H. (1041/42 C.) por alturas da morte de Ibn Hârun a quem sucedeu, no governo de Santa Maria, seu filho Al-Mu'tâsim, Al-A'alam foi para Córdova a fim de aprofundar os seus conhecimentos. Estudou aí com Abu'l-Kassim Ibrahim Ibn Moh:âmed Ibn Zakaria Al-Ifilili, com Abu Sahal Al-Harafi e com Bekr Muslim Ibn Ah:med.

Distinguiu-se pelo seu saber em matérias como a gramática, a lexicografia e a filologia árabes e ainda pela inteligência com que sabia interpretar as poesias antigas e modernas. Tornou-se famoso pela sua memória. Sabia de cor a maior parte dos passos poéticos ou interpretativos que precisava de citar e ditava-os, de cor, com a maior correcção. Muito se aprendia com ele. Como Mestre, o seu renome atraía discípulos de terras longínquas. Entre os seus discípulos figura Abu 'Ali Al-H:ussain Ibn Moh:âmed Ibn Ah:med Al-Gassâni Al-Jaiyâni.

Esteve, mais tarde, em várias capitais do Andaluz entre as quais Sevilha, aonde o chamou o príncipe Moh:âmed Ibn 'Abad Al-Mu'tad:îd. Foi então mestre de Ibn Abdun, o poeta de Évora, e do Príncipe Al-Mu'tamid, filho de Al-Mu'tad:îd. Para o fim da vida, Al-A'alam perdeu a vista e ficou completamente cego. Morreu em Sevilha, em 476 H. (1083/84 C.), com 64 anos de idade.

Abu'l-H:assan Xuraih Ibn Moh:âmed Ibn Xuraih Al-Ro'aini, natural de Sevilha e pregador da sua mesquita maior, conta que, um mês antes, (sexta-feira, 15 de Xawwal de 476) morreu seu pai, Abu 'Abd Allah Moh:âmed Ibn Xuraih e que ele foi informar disso Al-A'alam, pois sabia que ambos se amavam como irmãos.

Ao ter conhecimento da morte do amigo, Al-A'alam ter-se-ia impressionado muito e teria exclamado: «Pertencemos a Alá e a Ele voltaremos», acrescentando depois: «Não lhe sobreviverei mais do que um mês»,

E diz Abu'l-H:assan Al-Ro'aini que assim sucedeu, isto é, que Al-A'alam veio a morrer precisamente um mês depois.

Abu'l-Hajjaj Al-A'alam Ax-Xantamari deixou um filho, Abu Bekr Moh:âmed Ibn Yussuf Al-A'alam, que foi vizir na corte de Sevilha. Um filho deste, Abu Fadl Ja'afar Ibn Moh:âmed Ibn Yussuf Al-A'alam que também viveu em Sevilha, distinguiu-se como poeta. Há dele versos que foram incluídos no «Simt:» e transcritos no «Kitab Al-Mubarrizin» de Ibn Sa'îd Al-Magribi, ultimamente traduzido pelo eminente arabista E. García Gomez.

A obra literária e científica de Abu'l-Hajjaj Yussuf Ibn Soleiman Ibn Issa Al-A'alam foi muito vasta. Indicaremos os trabalhos conhecidos:

- 1) *Ma'aruf h:uruf al-ma'ajam* (Conhecimento das Letras do Alfabeto), Ibn Khayr, pág. 422.
- 2) *Al-Mahfara fi'l nahui* (O Inventor sobre Gramática), Ibn Khayr, pág. 314.

- 3) *Kitab an-nakati li kitab Sibawaih* (Livro de crítica sobre o Livro de Sibawaih), Ibn Khayr, pág. 314.
- 4) *Xarh: abyât kitab Sibawaih* (Comentário aos versos do Livro de Sibawaih), Ibn Khayr, pág. 314.
- 5) *Xarh: al-Jumal* («Comentário ao Jumal», livro de gramática de Ibn Az-Zajjâ), Ibn Khalikan, Trad. de Slane, Vol. IV pág. 415.
- 6) *Xarh: abyât Al-Jumal* (Comentário aos versos do Al-Jumal), Ibn Khalikan, Vol. IV, pág. 415.
- 7) *Al-faraq bayn al-mushib wa al-mushab* (Diferença entre «Al-Mushib» e «Al-Mushab»), Ibn Khayr, pág. 315.
- 8) *Kitab al-ix'ari as-sita al-Jahiliya* (Livro dos seis poemas do tempo da ignorância e do paganismo), Ibn Khayr, pág. 318.
- 9) *Kitab xarh: ix'ari al-hamâssa* (Livro de comentário aos poemas do Al-Hamassa, de Abu Tamam), Ibn Khayr, pág. 388; Ibn Khalikan. Vol. IV, pág. 416; Al-Maqqari-Analectes, Vol. II, 12,4; 'Abd al-Kader al-Bagdadi-Khizanat al-Adab, Vol. I, pág. 563, Vol. III, págs. 165, 330.
- 10) *Xarh: Diwan al-Mutanabbi* (Comentário ao Divan de Al-Mutanabbi), Ibn Khalikan, 46; Al-Maqqari, Vol. II, pág. 124.
- 11) *Mukhtas:ar al- anwâ* (Compêndio do livro intitulado «Al-Anwâ»), Ibn Khayr, pág. 315.
- 12) *Ma'arafa al-Anhiâ'* (Livro Astronómico ou Metereológico), Ibn Khayr pág. 422.
- 13) *Fihrist ax-xiâkhi* (Catálogo dos Mestres), Ibn Khayr, pág. 432.

De todas estas obras sem dúvida, uma, das mais antigas é o comentário aos poemas de Al-Mutanabbi pois foi redigida ainda em Córdoba, em colaboração com seu mestre Al-Ifili e muito naturalmente sob a sua direcção. Como Al-Ifili morreu em 433 H. (1049 C.) não pode deixar de ser anterior a esta data.

Os «Comentários aos poemas do tempo da ignorância e do paganismo» e à «Hamâssa» de Abu Tamam foram compostos já em Sevilha, a pedido de Al-Mu'tad'id, para servir de base a estudos literários e linguísticos. Foi também na corte de Sevilha e para responder a uma pergunta de Al-Mu'tad'id que Al-A'alam apresentou a sua opinião sobre a diferença entre «Al-Mushib» e «Al-Mushab». Tratava-se de saber como se devia ler este nome, se «Al-Mushib» com casra, se «Al-Mushab» com fatha. Al-A'alam apresenta várias opiniões; umas que dizem que os dois termos têm o mesmo significado, como a do gramático oriental Ibn Sikkit, da escola de Cufa, e outras que distinguem os significados. Acaba distinguindo entre os dois termos. «Al-Mushib» significa o eloquente, bem falante; «Al-Mushab» o loquaz, palrador, que cai em faltas de linguagem. Esta opinião baseia-se no parecer de Abu 'Ali de Bagdade, segundo o qual

«Al-Mushib» é o «correcto no falar» e «Al-Mushab» o «de falar incorrecto».

Al-A'alam refere-se, também, a propósito, à opinião do gramático oriental Ibn Qutaiba no seu «Adab Al-Kâtib» e à do filólogo andaluz Az-Zubaidi, mestre do seu mestre Al-Iflili, no seu «Muk-tas:ar al-ain», segundo as quais «Al-Mushab» é um termo com sentido próprio. E confirma este parecer com um verso de Ibn Sawada em que «Mushab» é tomado como equivalente a «pessoa que erra no falar». O parecer de Al-A'alam ficou sintetizado pelo autor numa poesia, considerada, mais tarde, como modelo da poesia gramatical, género que os árabes muito apreciavam.

Do Comentário de Al-A'alam ao Livro de Sibawaih que terminou em 457, (1064) há manuscritos em Oxford — Nicol. Bibl. Bodleianae-Cod. Man. Cat., II, n.º 243; no Escorial, Derembourg, *Mans. Arabes de l'Escorial*, n.º 310; e em Constatina, na Argélia.

Do seu Comentário sobre a Poesia de Al-Mutanabbi há, provavelmente, no parecer de Brockelmann, um manuscrito em Berlim. V. Ahlwardt-Verz. d. arab. Hss. d. Kgl. Bibl. n.º 7509.

Dos seus Comentários aos Seis Diwans do tempo da ignorância e do paganismo há manuscritos em Paris, Viena e Londres. Em Paris, na Bibl. Nacional, Fundo Árabe, *Mans.* n.º 3273, 3274 e 5322; em Viena, na Bibl. Imperial, Man. n.º 781, oferecido pelo Conde de Landberg; em Londres, no Museu Britânico, *Mans.* n.º 3155 e 3157.

Publicados, encontram-se já destes comentários de Al-A'alam:

- 1) Comentário ao Diwan de Zuhair: em *Primeurs Arabes*, II, 1889, Leide, pelo Conde de Landberg.
- 2) Comentário ao Diwan de Tarafa, em *Diwan de Tarafa Ibn Al-'Abd al-Bakri* Paris, 1901, por Seligsohn.
- 3) Comentário ao Diwan de 'Alqama em *'Alqama ben 'Abada-Diwan*, Leide, Brill, 1925, por Ben Cheneb.

Desta maneira, de tudo quanto Al-A'alam escreveu só se encontram publicados os seus Comentários aos Diwans de Zuhair, Tarafa e 'Alqama ben 'Abada.

A pergunta, muito natural, sobre o valor e a importância que devemos atribuir a Al-A'alam, dentro da filologia árabe, com os elementos que neste momento possuímos, há que responder: Al-A'alam foi um dos grandes filólogos árabes de todos os tempos e

um dos maiores do Andaluz. Dominava, completamente, não só a gramática árabe como a literatura árabe antiga e do seu tempo. As suas obras, quer de interpretação poética, quer de explicação linguística, gozaram sempre de muito prestígio. Conhecia bem todo o saber linguístico oriental. Citava com frequência os melhores mestres da língua árabe que para ele se haviam tornado familiares. As suas interpretações dos Seis Poemas da época da ignorância e do paganismo, dos poemas de Abu Tamam e dos de Al-Mutanabbi não ficaram atrás das mais autorizadas. Contribuiu, como poucos, para a divulgação da cultura árabe oriental no Andaluz, levantando muito alto o prestígio da cultura filológica e literária ocidental.⁽¹⁾

(1) Os dados utilizados nesta notícia foram colhidos nas obras seguintes: Ibn Khayr, *Fihrist al-Kutub*, Bibliotheca Arabico-Hispana, ed. de Codera e Ribera, vols. IX e X, Madrid e Saragoça, 1895, págs. 314, 315, 377, 342, 332; Ibn Baxkuwal, *As-Sila*, Bibliotheca Arabico-Hispana, ed. de Codera e Ribera, vols. I e II, Madrid e Saragoça, 1883, n.º 1391; Al-Himari, *Kitab Ar-Raud al-Mi'tar*, La Peninsule Ibérique au Moyen Age, ed. e trad. francesa de Levi Provençal, Leide, Brill, 1938, Terto árabe pág. 115, trad. francesa pág. 141; 'Abd al-Wáhid Al-Marracuxi, *Kitab al-mujib fi talkhix akhbar al-Magrib*, trad. espanhola de Huici Miranda, vol. IV da Col. «Crónicas Árabes de la Reconquista», Tetuão, Marroqui, 1955, pág. 88; Ibn Idhari Al-Marracuxi, *Bayan al-Mugrib*, vol. III, ed. de Levi Provençal, Paris 1930, pág. 284; Ibn Sa'id Al-Magribi, *Kitab Râyât al-mubarrizin*, Libro de las banderas de los campeones, ed. e trad. espanhola de E. Garcia Gómez, Madrid 1942, Instituto de Valencia de D. Juan, texto árabe pág. 34, trad. espanhola pág. 169; Ibn Khalikan, *Wafayat al-a'yân*, Biographical Dictionary, trad. inglesa de Slane, Paris-Londres 1843/71, vol. IV, págs. 415-17; Al-Maqqari, *Nafh: at-T:rib*, Analectes sur l'histoire et la littérature des Arabes de l'Espagne, ed. de Dozy, Dugat, Krehl e Wright, Leide 1855/61, vol. II, págs. 124, 404, 437, 471, 473-75; Zuhair, *Le Diwân de Zuhair, Accompagné du commentaire de Al-A'alam As-Santamari* «Primeurs Arabes», ed. de C. Landberg, Leide 1886/89, fasc. II; T:arafa Ibn Al-'Abd al-Bakri, *Diwân de Tarafa Ibn 'Abd al-Bakri, Accompagné du commentaire de Al-A'alam de Santa Maria*, ed. de M. Soligsohn, Paris 1901, Libr. E. Bouillon; 'Alqama ben 'Abada, *Diwân de 'Alqama ben 'Abada, Accompagné du commentaire de Al-A'alam As-Santamari*, ed. de Ben Cheneb, Leide, Brill, 1925; Pons Boigues, *Ensayo biobibliografico sobre los historiadores e geógrafos arabigo-españoles*, Madrid 1898, pág. 157; C. Brockelmann, *Geschichte der Arabischen Litteratur*, Weimar, 1898, vol. I, pág. 309; *Encyclopédie de l'Islam*, Paris, Leide 1908, vol. I, pág. 252; Henri Pérès, *La Poésie andalouse en arabe classique au XI^{ème} siècle*, Paris, 1937, págs. 29 e 35; A. R. Nykl, *Hispano-Arabic Poetry*, Baltimore 1946, págs. 167-68.

'ABD ALLAH IBN MOH:ÂMED IBN AS-SID DE SILVES

Abu Moh:âmed 'Abd Allah Ibn Moh:âmed Ibn As-Sid nasceu em Silves. É essa a opinião de Ibn Sa'id Al-Magribi que acrescenta que ficou conhecido por Al-Bat:alyaussi pelo facto de ter vivido depois, durante muito tempo, em Badajoz. Al-Maqqari dá-o também como de Silves. Todos os autores estão de acordo em marcar a data do seu nascimento em 444 H. (1052 C.).

De Badajoz, Ibn As-Sid passou a Santa Maria do Oriente onde reinava 'Abd al-Mâlik Ibn Razin (o que havia de dar à sua terra o nome de Albaracin). Daqui dirigiu-se a Toledo onde frequentou a corte de Al-Ma'mun. Esteve, depois, Ibn As-Sid, em Saragoça na corte de Al-Musta'in Ibn Hud a quem dedicou um notável poema de louvor. Nesse tempo, sustentou com Ibn Bajja (Avenpace) uma discussão filosófica que ficou relatada no seu livro «Kitab al-Masâ'il» (Livro das Questões).

A morte de Al-Musta'in Ibn Hud (1110), Ibn As-Sid dirigiu-se para Valência, já em poder dos almorávidas. Aí veio a morrer em 521 H. (1127 C.)

Segundo Ibn Baskuwai, Ibn As-Sid teve como mestres: 'Ali Ibn Moh:âmed, Abu Bekr Assim Ibn Ayub, Abu Sa'id Al-Urâq e Abu 'Ali Al-Gassâni. 'Abd Allah Ibn As-Sid foi elogiado por todos os seus biógrafos como bom poeta e excelente filólogo o que está abundantemente provado pelo valor da sua obra numerosa. A descoberta recente de um novo trabalho seu, o «Kitab al-H:adâ'iq» (Livro dos Círculos) veio pôr em evidência a sua faceta de filósofo que, de resto, não era completamente desconhecida, pois tratara matérias filosóficas no «Livro das Questões» e no «Livro sobre as origens das divergências de opinião entre os mulçumanos». Além destes trabalhos escreveu Ibn As-Sid um Comentário à «Al-Muwata» de Mâlik que lhe dá também carácter de jurista.

A obra filológica de Ibn As-Sid está consignada em sete trabalhos, a saber:

- 1) *Kitab al-Muthallath* (Ternário) (Livro dos nomes que têm significações diferentes conforme a primeira sílaba é pronunciada com a ou i ou u, fa'l, fi'l, fu'l). Segundo Ibn Khalikan esta obra é mais valiosa do que a do oriental Qut:rub (m. 821) sobre o mesmo assunto, pois não só apresenta maior extensão, (dois volumes em vez de 20 páginas) como se mostra mais segura nas suas afirmações.
- 2) *Kitab fi 'l-h:uruf al-Khamsa* (Livro sobre as cinco letras do alfabeto: sin, siâd, diâd, tiâ e dhâl e o seu uso correcto).

- 3) *Kitab al-iqtidâb fi xarh. adab al-kuttâb* (Livro da improvisação sobre o comentário do Livro dos Secretários, de Ibn Qutaiba).
- 4) *Al-H:ulal* (Livro dos Mantos) Comentário à gramática de Az-Zajjaji em que se corrigem os seus erros.
- 5) *Kitab al- h:ulal fi xarh: abyât al-Jumal* (Livro dos Mantos com o comentário dos versos do Jumal, gramática do oriental Az-Zajjaji).
- 6) *Xarh: Diwan Al-Mutanabbi* (Comentário ao Diwan de Al-Mutanabbi).
- 7) *Xarh: Siqt: az-zand* (Comentário à «Chama do ramo ardente», poesias juvenis de Abu'l-Alâ Al-Ma'arri) (m. 1057). Segundo Ibn Khalikan, este comentário era muito mais perfeito e completo do que o do próprio autor, intitulado *D:aw as-siqt:.* (O brilho das chamas).

De todas estas obras filológicas a única que hoje existe é o «Comentário ao «Livro dos Secretários» de Ibn Qutaiba, editado em Beirute em 1901. Nele o autor explica o sentido dos termos empregados na introdução da obra de Ibn Qutaiba, tais como substância e acidente, linha, ponto e superfície e instante e tempo; depois comenta os versos da mesma obra. Como se verifica, Ibn As-Sid teve entre os seus mestres, Al-Gassâni que havia sido aluno de Al-A'alam, o que estabelece entre ele e o sábio de Faro uma certa relação. Essa relação aumenta se nos lembrarmos de que seu mestre Ibn Ayub tinha comentado, como Al-A'alam, a *Hamâssa* de Abu Tamam.

Como Al-A'alam, Ibn As-Sid interessou-se pela gramática de Az-Zajjaji e pela poesia de Al-Mutanabbi que comentou. Mais moderno do que o mestre de Faro, Ibn As-Sid comentou também a gramática de Ibn Qutaiba e os versos de Al-Ma'arri. Como Al-A'alam, interessou-se pelo estudo das letras do alfabeto. Há portanto muitos temas filológicos e literários que interessaram, igualmente, o erudito de Faro e o de Silves ⁽²⁾.

(2) Esta breve notícia baseia-se nas informações fornecidas pelas obras seguintes: Ibn Baxkuwal, *As: Siila*, Bibliotheca Arabico-Hispana, ed. de Codera e Ribera, vol. II, Madrid e Saragoça 1883, n.º 639; Adh-Dhabbi, *Bujyat al-mul-tamis*, Bibliotheca Arabico-Hispana, ed. de Codera e Ribera, vol. III, 1883, n.º 892; Ibn Khaqan, *Qala'id al-'Iqyan*, ed. Marselha, Paris 1277 H., págs. 221-31; Ibn Sa'îd Al-Magribi, *Kitab al-Mugrib fi h:ula al-Magrib*, ed. de Xau-qui Dayf, Cairo 1953, Dar al-Ma'araf, vol. I, págs. 385-86; Ibn Khalikan, *Wa-fayat al-ayân*, Biographical Dictionary, trad. inglesa de Slane, vol. II, págs. 61-63. Al-Maqqari, *Nafh: at-T:ib*, Analectes sur l'histoire et la littérature des Arabes de l'Espagne, ed. de Dozy, Dugat, Krehl e Wright, Leide 1855-61, vol. I, pág. 113; The History of Mohammedans Dynasties in Spain, trad. inglesa de Gayangos, Londres 1840-43, vol. I, pág. 62; Pons Boigues, *Ensayo biobibliografico sobre los historiadores e geógrafos arabico-españoles*, Madrid 1898,

IBN AS-SARRAJ DE SANTARÉM

Pelos autores árabes, tanto ocidentais como orientais, sabe-se que Abu Bekr Moh:âmed Ibn 'Abd al-Mâlik Ibn As-Sarraj nasceu em Santarém. Fixou, mais tarde, residência em Sevilha. Estudou gramática com Ibn Al-'Afia e Ibn Akhdar e tradições e a «Al-Muwata» de Mâlik com Abu-'l-Kassim Al-Nafti. Em 1121 passou ao Egipto onde ensinou a leitura do Alcorão e tradições na Mesquita Maior

Falaram dele Abu H:afs 'Umar Ibn Ismail, Abu'l-H:assan Ali Ibn 'Abd Allah Al-Nablissi conhecido por Ibn Al-'At:ar e outros. Foi seu discípulo, no Cairo, Abu Mohâmed 'Abd Allah Ibn Bari que teria mais tarde como discípulo Abu Muça Issa Al-Juzuli. Ibn Alabar, Ibn Khalikan e Al-Maqqari atribuem a Ibn As-Sarraj os seguintes livros.

- 1) *Tanbia al-albâb 'ala fad:â'il al- i'rab* (Informação aos sábios sobre as virtudes do i'rab). Deve entender-se por i'rab a língua antiga dos árabes do deserto com o emprego das desinências casuais, a preferência pelos plurais fractos, etc.
- 2) *Kitab fi'l-'arud*: (Livro da medida da sílaba).
- 3) *Ikhtis:âr fi kitab al-'umda li Ibn Raxiq wa tanbia 'ala iglât:ahu fihi* (Comentário ao Livro da Coluna de Ibn Raxiq e informação sobre os seus erros nesta obra.).

Estes trabalhos de Ibn As-Sarraj ainda hoje existem. Dos dois primeiros, como informa Brockelmann, há manuscritos em Berlim respectivamente com os títulos:

- 1) *Kitab tanbia al-albâb fi fad:â'il al- i'rab*: (Livro de informação aos sábios sobre as virtudes do i'rab) Berlim 6522.
- 2) *Kitab talquih: al-albâb fi 'awâmil al-i'rab* (Livro que se dirige aos sábios sobre a medida das sílabas do i'rab) Berlim 6524.

pág. 184; C. Brockelmann, *Geschichte der Arabischen Litteratur*, Weimar 1898, vol. I, pág. 427; Asin Palacios, *La tesis de la necesidad de la Revelación en el Islam y en la Escolastica*, Al-Andalus, vol. III, fasc. II, págs. 345-349, 1935; Asin Palacios, *Ibn Al-Sid de Badajoz y su Libro de los Cercos (Kitab al-H:ada'iq)*, Al-Andalus, vol. V, fasc. I, pás. 45-154, 1940; Henri Pères, *La poésie andalouse en arabe classique au XI^{ème} siècle*, Paris 1937, citações em 17 págs. da 30.^a à 456.^a; A. R. Nykl, *Hispano-Arabic Poetry*, Baltimore 1946, pág. 234-237.

Do terceiro, como informa Derenbourg, há um manuscrito na Biblioteca do Escorial, o número 352, sob o título: *Kitab jawâhir al-adab wa dhakhâ'r ax-xu'arâ' w'al-kuttâb* (Livro das pérolas da Literatura e dos tesouros dos poetas e dos escritores ⁽³⁾).

Lisboa, Dezembro de 1959

JOSÉ D. GARCIA DOMINGUES

⁽³⁾ Os dados com que se elaborou esta notícia provêm das seguintes obras: Ibn Alabar, *Tecmilâ As-Siila*, Bibliotheca Arabico-Hispana, ed. de Codera e Ribera, vols. VI e VII, Madrid e Saragoça 1887-89, n.º 660; Ibn Khalikan, *Wafayat al- a'yân*, Biographical Dictionary, trad. inglesa de Slane, Paris-Londres 1843-71, vol. II, pág. 72; Al-Maqqari, *Nafh: at-Tiib*, Analectes sur l'histoire et la littérature des Arabes de l'Espagne, ed. de Dozy, Dugat, Krehl e Wright, Leide 1855-61, vol. I, pág. 619; Haji Khalifa, *Kats az-Zunun*, *Lexicon bibliographicum et encyclopedicum*, ed. de Flügel, Leipzig-Londres 1935-58, vol. II, pág. 416, vol. V, pág. 116; H. Derenbourg, *Les Manuscrits Arabes de l'Escorial*, Paris, 1884-Man, n.º 352; Pons Boigues, *Ensayo biobibliografico sobre los historiadores e geógrafos arabigo-españoles*, Madrid 1898, pág. 515; C. Brockelmann, *Geschichte der Arabischen Litteratur*, Weimar, 1898, vol. I, pág. 309.

Recensões Críticas

James L. Taylor, **A Portuguese-English Dictionary**, Stanford University Press, Stanford, California, 1958, pp. XX + 662.

Além do *Dicionário* propriamente dito (650 pp.), a obra contém uma *Introdução* (onde se trata da organização e dos fins do Dicionário, da ortografia e da pronúncia do português, da Bibliografia, etc.) e um *Apêndice* sobre a conjugação dos verbos portugueses (este organizado por James S. Holton). Numa espécie de prefácio (*Acknowledgments*) o autor refere-se à colaboração que lhe foi prestada por diversas pessoas.

Este *Dicionário Português-Inglês* apresenta cerca de 60.000 palavras (ou artigos), sendo 9.345 baseadas num *Graded Word Book* (espécie de português básico do Brasil), publicado em Nova Iorque por C. B. Brown, W. M. Carr e M. L. Shane, e as outras 50.000 e tal escolhidas pelo autor, «but not altogether without some aid from informants».

Como se compreende, a obra foi organizada com certo cuidado e, por isso, representa uma boa actualização lexicográfica. Tem ainda a qualidade de apresentar sinónimos portugueses no corpo dos artigos ou no fim (embora falem muitas vezes) e de registar grande número de locuções e frases idiomáticas. Os verbos (portugueses) que possam oferecer qualquer dificuldade de flexão vêm remetidos para o bem organizado *Apêndice* final.

Nem tudo, porém, na obra são qualidades. No breve exame que lhe fizemos encontrámos também alguns defeitos mais ou menos importantes. Por exemplo, algumas palavras escolhidas não têm existência real: «*ababone*» é falsa adaptação de *ababoni* ou *ababony*, certamente forma errónea relacionada com o fr. *ababouy* (v. A. Magne, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1950. Corresponde-lhe *ababuí* ou *ambuí* [= *ameixeira-do-brasil*, *a-da-baia*, etc.]); «*agalançaia*» deve ser outra falsa palavra talvez relacionada com o fr. *églantier* (= *rosa-de-cão* ou *silva-macha*); «*aurónia*» é falsa adaptação do fr. *aurone* (com o ditongo *au-* e o suf. culto *-ia*) feita por quem não soube traduzi-la [o fr. corresponde semântica e etimologicamente ao port. *abrótano* (= *erva-lombrigueira*, etc.)]. Entre outras, «*airela*», «*ancólia*» e «*baciano*» também são falsas adaptações respectivamente do fr. *airelle*, *ancolie* e *baccien*. Em português, correspondem-lhes, propriamente e pela mesma ordem, *arando* (ou *erva-do-monte*), *aquilégia* (ou *erva-pombinha*) e *bacáceo*. *Aloja* é palavra espanhola (que passou também para a Argentina, etc.), a qual designa uma *bebida* — e não uma «planta» como indevida e erradamente se indica e vários dicionários registam. «*Muliado*» é outra palavra sem verdadeiro fundamento. Resultou

simplesmente da má leitura dum original por *inculcado* (cfr. *Boletim de Filologia*, Lisboa, XII [1951], pp. 360-362 n.). Muitas outras palavras, certas ou erradas, deviam também ser omitidas por não terem interesse compatível com a natureza da obra. Estão neste caso *abeliana*, *abumom*, *acadiro*, «*acaina*» (por *aquénio*), *acandes*, *acantia* (aliás *acántia*) e «*acántidas*» ou «*acántides*» ou (aliás *acantiídes*—*cimicidas*—cp. inglês), *acantolimo*, *acantopana* (aliás *acantopánace*), *aceteno* (por *etano* ou *ctana*), *acetolar*, *achoar*, *acipitrídeos* (por *falcónidas*, melhor que *falconídeos*—cp. inglês), *aclise*, *acridia* (por *acridio*), «*acrobrioso*» (aliás *acróbrio*), *ada*, *adianto* (pelo menos devia-se lembrar *avcnca*), *adina*, *ado reto*, *agatis* (aliás *agátide*, s. f.), *agonis*, *aira*, *alcedídeos* ou *alcedonídeos* (por *alcedinídas*, melhor que *alcedinídeos*—cp. inglês), «*alcoilizar*» (aliás *alquilizar*), *amiris*, *anatídeo* e *anátides* (este por *anátidas*, s. m. pl.—cp. inglês), *angiop-teris*, *antólisa* (aliás *antoliza* ou *antolissa*), *ápio*, *apis* (aliás *ape* ou *ápis*), *arsenido* (por *arsenieto*?), *aselho* (por *aselo*), *assidente*, *astilbe*, *atrágena*, *axenus*, etc., etc. Outras são erradas na terminação, embora principalmente por culpa dos dicionários consultados: «*abronemose*» (por *habronemiase*—cp. inglês), *acarídeos* (por *acáridos* ou *acarinos*), *acíneto* (cp. lat. cient.), *acroblasta* (m.—cp. *actinoblasto*, etc.), *acróceros* (aliás *acrócera*—cp. lat. cient.), *acroconidia* (cp. *conídio* e inglês), *acrodáctila* (cp. inglês), *acróporo* (cp. lat. cient.), *acrotarso*, *actinosférico*, *adenantero*, *actita*, *afanita*, *aiquinito*, *albita* (cp. *alocroíte*, *ambrite*, *arsenopirite*, *estalactite*, etc. e v. *Bol. de Fil.* [Lisboa], XIV, pp. 191-92), *agaloche* (por *agáloco*), *alcoila* (por *alquílio* [ou *alquilo*], melhor que *alcoílio*), *alénio*, *alofânio*, *alopectura*, *aluato*, *amiántia*, *amódite* ou *-to*, *anáfalo* (m., aliás *anáfale*, *anafale* ou *anafálide*, s. f.), *anamirto*, *andaluzita*, *anidrita*, *anordita*, *androsfório*, *antibólio*, *anfispório*, *anisospório* (cp. *ascósporo*, etc.), *aródio* (ao lado de *ánodo*), *anodal* (cp. *catódico*), *anticatódio*, *antócera*, *aragonita*, *ardenita*, *argentita*, *arila* (por *arílio* [ou *arilo*]), *arquégono* (por *arquegónio*), *arquentério* (por *arquéntero*), *asélidos* (por *asélidas*), *autunita*, *bauxita*, *basidiosfório*, *bulbilho* (por *bulbilo*—cp. *arilo*), *espório*, etc., etc. *Acrogénias* não corresponde ao ingl. (ou ao lat. cient.) *Agrogynae* ⁽¹⁾ e *apoginia* também não corresponde bem a *apogeny*. Outro defeito, que não podemos deixar sem reparo, é o que resulta do facto de o *Dicionário* se dizer *Português-Inglês* (em geral) e de se destinar expressamente aos Brasileiros e aos Portugueses (*Introd.*) e só incluir verdadeiramente o português do Brasil. Não se fez qualquer esforço (ao menos com remissões, etc.) para ter em conta o português de Portugal, que, em rigor, devia ser mesmo o fundamental.

J. I. LOURO

⁽¹⁾ Nesta página e coluna (15b) houve deslocação na ordem alfabética de parte do texto.

Bengt Hasselrot, *Études sur la formation diminutive dans les langues romanes*, Upsala, 1957, pp. 344.

O livro representa principalmente a reunião em volume de artigos publicados isoladamente e agora mais ou menos refundidos. Distribuem-se por nove capítulos (precedidos de um *Prefácio* e seguidos de alguns *Indices*):

- I. L'origine des suffixes romans en -tt-;
- II. Le chassé-croisé phonétique des suffixes en -tt- dans le nord-est de la France;
- III. Ethniques et noms de métiers formés à l'aide des suffixes en -tt-;
- IV. Les suffixes en -tt- et la formation de verbes fréquentatifs;
- V. Les suffixes -ottu et -attu [Em apêndice: Les suffixes -ittu, -ottu, etc.];
- VI. Du changement de genre comme moyen d'indiquer une relation de grandeur;
- VII. Le rôle de la formation diminutive en français;
- VIII. La formation diminutive dans les autres langues romanes;
- IX. Vue-perspective de la formation diminutive dans le monde.

A obra, assim como está, como foi agora publicada, apresenta um carácter bastante desconexo, fragmentário (conforme o próprio A. confessa), mas lê-se com todo o interesse e proveito, em virtude de os estudos estarem feitos geralmente com notável profundidade, bem documentados e servidos por bibliografias cuidadosamente actualizadas. Cremos, porém, que ganharia em interesse e valor científico se fosse refundida no conjunto, de maneira a constituir um estudo mais sequente, mais sistematizado, em relação ao assunto principal (*Formação dos Diminutivos nas línguas românicas*), embora com alguns capítulos acessórios sobre assuntos conexos. Evidentemente, a refundição não deveria deixar de ser acompanhada, aqui ou além, de alguns esclarecimentos ou de retoques nas doutrinas expostas. Por exemplo: Em princípio, a opinião de Hasselrot sobre a origem dos sufixos hipocorísticos-diminutivos em -tt- (a céltica) pode considerar-se aceitável, mas parece-nos demasiado rígida e pouco clara em algumas das suas generalizações. São, pois, razoáveis estas palavras (p. 41): «je crois avoir accumulé des preuves ou, en tout cas, de fortes présomptions en faveur de l'origine celtique des suffixes en -tt-. Au début, ils ont dû être seulement des suffixes onomastiques, hypocoristiques, et c'est comme tels qu'ils ont été empruntés par le latin et certains dialectes germaniques. Mais c'est dans des noms gaulois que sont d'abord attestées les trois variantes (en *i*, *a*, et *o*) de notre suffixe et c'est sur le sol gaulois, en langue gauloise, qu'il a franchi le pas, petit mais décisif, qui sépare un suffixe hypocoristique d'un suffixe diminutif. Et, en dépit du grand avenir qui s'ouvrait à ce suffixe, on remarque sans peine qu'il n'a vraiment prospéré que dans les domaines linguistiques caractérisés par un substrat celtique ou celtibérien — et aussi dans la moitié nord de l'Italie péninsulaire». Parece-nos, porém, pouco convincente (insuficiente, pouco claro), quando (no cap. III) pretende identificar os sufixos diminutivos com os que designam naturalidade (étnicos), profissão ou qualquer particularidade

(geralmente defeito). Pelo menos em português [e em espanhol], o sufixo diminutivo vernáculo *-ito*, *-ita* (com *i* tónico e uma terminação para cada género) não se pode confundir inteiramente com o sufixo *-eta* de *lisboeta*, *caçarreta*, *cambeta*, *cegueta*, *chalreta* ou *chiireta*, *forreta*, *jarreta*, *maneta*, *narigueta*, *perneta*, *rabeta* [*caleta*, *pateta*, *servileta*, *sopleta*, *veleta*], etc., bem diferente na vogal tónica⁽¹⁾, na terminação uniforme, masculina ou comum-de-dois e no emprego ou significado⁽²⁾.

Quanto à vogal tónica, o sufixo *-eta*, para ter possibilidade de se identificar com o suf. *-ito*, talvez fosse conveniente mostrar primeiro que tinha cronologia diferente ou que era de importação galo-românica (incluindo o catalão e o italiano do norte), mas nada se disse a tal respeito. E quanto ao significado, o facto de terem ambos muitas vezes sentido pejorativo pode representar simples coincidência fortuita (isto é, certo grau de sinonímia) e não unicidade de origem. A relação entre os dois sufixos não ficou, portanto, ainda devidamente esclarecida...

Pelo que respeita especialmente ao português, queremos observar que o suf. *-ito* não é tão raro como a estatística da p. 274 e as palavras da p. 276 («La rareté de *-ito* est peu faite pour étonner quand on se rappelle son rôle modeste dans l'ouest de l'Espagne.») podem fazer crer. Com efeito, embora *-inho* (ou *-zinho*) seja o principal sufixo português nos domínios pertinentes (o mais frequente e o de maior extensão de emprego), o suf. *-ito* (ou *-zito*) não deixa de o seguir muito de perto, visto que alterna ou pode alternar quase sempre com ele⁽³⁾. O bem documentado trabalho de Silvia Skorge — *Os Sufixos diminutivos em Português* —, publicado neste Boletim (tomos XVI e XVII — v. principalmente o tomo XVI), pode servir de prova⁽⁴⁾. A possibilidade de os dois sufixos conviverem e alternarem deve estar principalmente no facto de poderem apresentar certas diferenças semânticas e afectivas. Nos *substantivos*, o suf. *-inho* (ou *-zinho*), embora possa ser simplesmente *diminutivo*, é geralmente *diminutivo carinhoso*, *diminutivo de modéstia*, *hipocorístico afectivo* ou simplesmente *carinhoso*, *pejorativo*, etc., ao passo que o suf. *-ito* (ou *-zito*) é geralmente *diminutivo* (em regra mais nítida e acentuadamente diminutivo do que *-inho*), *diminutivo pejorativo*, *diminutivo de modéstia* ou simplesmente *hipocorístico*. Vejam-se, por exemplo, *pinheirinho* / *pinheirito*, *rapazinho* / *rapazito*, *gatinho* / *gatito*, *caixinha* / *caixita*, *corpinho* / *corpito*, *irmãozinho* / *irmãozito*, *cafêzinho* / *cafêzito*, *Antoninho* / *Antonito*, *Joãozinho* / *Joãozito*,

(1) As palavras portuguesas com suf. *-eta* têm *e* tónico fechado, salvo talvez *pateta* (< esp.?).

(2) Por exemplo, *lisboeta* é *adj. uniforme* ('pertencente ou relativo a Lisboa', 'de Lisboa', 'natural de Lisboa') e *subst. comum de dois* ('aquele ou aquela que é natural de Lisboa', 'pessoa natural de Lisboa'); *forreta* é *s. m. e f.* ('aquele ou aquela que só pensa em forrar dinheiro', 'avarento', 'sovina'); etc.

(3) Normalmente só não alterna com *-inho* quando este é necessariamente apenas carinhoso ou se emprega em palavras (*adj.*, *pron.*, *adv.* ou *interj.*) que, por natureza, também só podem admitir uma variação de grau intensivo, como *mãezinha*, *paizinho*, *Sr. Antoninho*, *ambinhos*, *certinho*, *direitinho*, *igualzinho*, *inteirinho*, *obrigadinho*, *quietinho*, *redondinho*, *sereninho*, sejam *amiguinhos*, *devagarinho*, *pianinho*, *sózinho*, *cuidadinho*!, *saudinha*!, etc.

(4) B. Hasselrot cita já a primeira parte deste trabalho em nota final do cap. X (p. 282), mas ainda de maneira muito incompleta.

Joaninha / Joanita, (comprei uma) *casinha / casita*, (um) *quintalzinho / quintal-zito*, *continha / contita*, *triguinho / triguito*, *Belinha / Belita*, *Toninho / Tonito*, *Zezinho / Zézito*, *mãezinha*, *paizinho*, *solzinho*, Sr. *Antorinho*, D. *Emilinha*, *gentinha / gentita*, *homenzinho / homenzito*, *santinho* (de pau carunchoso!), etc., etc. Nos adjectivos e nos advérbios, o suf. *-inho* é geralmente (mas não sempre) de valor *intensivo*, mais ou menos *superlativante* (podendo, no entanto, as palavras ser precedidas de *muito...*, além de *mais* ou *tão*), enquanto o suf. *-ito* (ou *-zito*) tem sempre valor *atenuativo* e só raras vezes pode ser precedido de *muito*⁽⁵⁾: *amarelinho / amarelito*, *baixinho / baixito*, *brandinho / brandito*, *branquinho / branquito*, *coradinho / coradito*, *delgadinho / delgadito*, *docinho / docito*, *estreitinho / estreitito*, *fraquinho / fraquito*, *fresquinho / fresquito*, *levezinho / levezito*, *mauzinho / mauzito*, *miudinho / miudito*, *pequenino (-ino, por -inho) / pequenito* ou *pequerruchinho / pequerruchito*, *quentinho / quantito*, *rarinho / rarito*, *salgadinho / salgadito*, *tenrinho / tenrito*, *tristinho / tristito*; *cedinho / cedito*, *malzinho / malzito*, *pertinho / pertito*, *pouquinho / pouquito* ou *poucochinho / poucochito*, etc., etc.

Estas observações podem estender-se ao mapa da pág. 264, onde, na parte portuguesa, deveriam figurar os dois sufixos, *-inho* (ou *-zinho*) e *-ito* (ou *-zito*), objectivados talvez por duplo tracejado (por exemplo, o agora adoptado para o suf. *-ito*).

Como nota final, podemos dar uma explicação do reforço do suf. *-inho* pela «locução da Silva (eventualmente da Silva e Meio)», citada na nota 3 da p. 277 e baseada em Sidónio Leite (*A Língua Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, p. 72).

Em povoações da beira-mar costumam as peixeiras apregoar (o peixe, especialmente a sardinha) «*vivinho* (ou *vivinha*) da costa!», querendo significar que, mais do que fresco, ainda está bem vivo (*vivinho!*) por ser acabado de pescar na costa. Algum tempo depois ou em lugares mais afastados do mar o pregão converte-se (ou pode converter-se) em «*fresquinho* (*fresquinha*) da costa!». Principalmente longe da beira-mar, o determinativo *da costa* foi tomado como simples expressão de reforço e por vezes julgado de origem antroponímica (*da Costa*), podendo acrescentar-se a outros adjectivos com o suf. *-inho* (ou mesmo *-íssimo*) em certas frases enfáticas: *certinho* (ou *certíssimo*) *da costa* (ou *da Costa*)!; *novinho* (ou *novíssimo*) *da Costa*!; *solteirinho* (ou *solteiríssimo*) *da Costa*, etc.

Este modo de emprego, embora talvez pouco corrente, é do nosso conhecimento directo. Não conhecemos pessoalmente o emprego de *da Silva* com

(5) Nem sempre na verdade, o suf. *-inho* ou *-zinho* apresenta valor intensivo nos adjectivos (e nos advérbios). Especialmente quando estes já designam qualidades ou estados extensos ou intensos, o suf. *-inho* ou *-zinho* apresenta em regra valor *atenuativo*, embora geralmente em menor grau do que o suf. *-ito* ou *-zito*: *altinho / altito*, *bonzinho / bonzito*, *compridinho / compridito*, *crescidinho / crescidito*, *decentezinho / decentezito*, *engraçadinho / engraçadito*, *fácilzinho / fácilzito*, *fortinho / fortito*, *fundinho / fundito*, *grandinho / grandito*, *gravezinho / gravezito*, *grossinho / grossito*, *interessantezinho / interessantezito*, *larguinho / larguito*, *maiorzinho / maiorzito*, *melhorzinho / melhorzito*, *sério-zinho / sério-zito*, *simpáticazinha / simpaticazita*, *tamanhinho, têpidazinha / têpidazita*, *vistosinho / vistoso*, etc.

idêntica função, documentada no Brasil («*pintadinho da Silva*», «*raladinho da Silva*»), mas a explicação parece intuitiva: o elemento antroponímico *da Costa* foi naturalmente substituído por *da Silva* em virtude de ser este o mais corrente nos nomes portugueses (e brasileiros, evidentemente). O reforço do *e Melo* (*da Silva e Melo*) resulta igualmente do emprego enfático dum modo de formação dos nomes de categoria.

J. I. LOURO

von Essen, Prof. Otto — **Allgemeine und angewandte Phonetik**, Akademie-Verlag, Berlim, 1957, 2.^o ed., 183 pgs., 35 gravuras.

Apareceu em 1957 a segunda edição da obra do Prof. Otto von Essen *Allgemeine und angewandte Phonetik* (*Fonética Geral e Aplicada*). A primeira edição é de 1953.

O Prof. von Essen é já há alguns anos director do Laboratório Fonético da Universidade de Hamburgo e um dos mais conhecidos foneticistas alemães da actualidade; tem-se ocupado, em numerosas monografias, de temas como: a entoação frásica em alemão, o conceito de sílaba, o ritmo da locução como expressão de um estado de espírito, o fenómeno da assimilação, etc.

Com este trabalho, o de maior fôlego de quantos tem publicado até aqui, teve o autor em vista proporcionar aos estudiosos uma perspectiva dos resultados alcançados nas mais modernas investigações fonéticas. A exposição distingue-se pela grande clareza e sobriedade, aliadas a uma agradável vivacidade de estilo, sempre difíceis em livros desta natureza. Abundam os exemplos da maneira sugestiva de como são apresentados os problemas. Recordarei as linhas sobre von Kempelen e Manuel Garcia, pgs. 2 e 34, o parágrafo sobre a assimilação, pg. 83, etc.

Mas o mérito maior da obra de von Essen reside no facto de constituir igualmente um excelente manual para o estudante universitário, pois nela se encontram todas as noções fonéticas e fonológicas elementares, indispensáveis a uma boa preparação linguística; o autor conseguiu — se exceptuarmos alguns poucos parágrafos mais complexos — reduzir a matéria de cada capítulo àquele mínimo essencial que o principiante deve conhecer.

No início do manual diz o autor: «A fonética estuda a respiração, a voz e a formação dos sons, factores estes considerados na sua actuação comum para a produção da fala e do canto;... deve explicar também os fenómenos físico-acústicos com ela relacionados e a audição; observar os processos linguísticos, tanto do ponto de vista sincrónico como do diacrónico; e ocupar-se de diversos problemas cuja solução interessa não só à linguística propriamente dita mas também ao ensino das línguas e do canto, à musicologia, à psicologia, ao ensino de anormais, etc.». Defende, como vemos, um ponto de vista muito amplo.

A matéria do manual está distribuída por nove capítulos, de desigual extensão, cujo conteúdo resumirei rapidamente para dar uma ideia dos assuntos

versados e da orientação seguida. A uma breve exposição acerca da natureza, finalidade e história dos estudos fonéticos, seguem-se os capítulos sobre a respiração e a voz, nos quais se estudam (citarei apenas alguns dos parágrafos mais interessantes): o aparelho respiratório e seu funcionamento; tipos de respiração e capacidade vital; conclusões tiradas das experiências de Roudet feitas para determinar o consumo médio de ar durante a fonação; influência da acentuação no grau de sonoridade; etc. Como exemplos, já nos primeiros capítulos, da apresentação de pontos de vista baseados nas mais recentes investigações, nomearei a referência à teoria de Husson sobre o funcionamento das cordas vocais (pg. 29) e o parágrafo acerca da altura ou tom (pg. 43).

Vem depois uma descrição muito bem elaborada e pormenorizada da formação dos sons (Cap. IV), na qual se destacam, pela sua importância: voz e som; anatomia do aparelho fonador; a articulação; transcrição fonética (sistema da API); métodos e instrumentos auxiliares da investigação; vogal e consoante (com uma nova definição de «vogal»); vogais, semivogais, ditongos e consoantes mais comuns às línguas europeias; a assimilação; a sílaba, etc. Nesta parte da obra salienta-se particularmente a discussão dos problemas do ditongo e da sílaba. Depois de criticar, rejeitando-as por incorrectas ou deficientes, as definições fonéticas propostas e adoptadas por diversos tratadistas, nomeadamente Jespersen e Dieth, apresenta o autor os princípios fonológicos que, na sua opinião, devem ser tomados em conta no estudo deste problema. É conhecida a posição da Escola de Hamburgo, e especialmente a do seu mais ilustre representante, o Prof. Panconcelli-Calzia, segundo a qual a sílaba, como unidade fonética, não passa duma ficção. Ora como adepto de tal teoria, compreende-se perfeitamente que von Essen escreva: «Justamente a incerteza do conceito de sílaba, e a imprecisão dos respectivos limites, variáveis de uma língua para outra, já indicam que ela não constitui em si um fenómeno fonético, mas sim linguístico-fonológico...». Quer dizer, só depois de conhecidas numa determinada língua as respectivas leis fonológicas combinatórias e os sinais delimitativos, é que é possível determinar a que sílabas ou ditongos pertencem os fonemas estudados, e em seguida analisá-los foneticamente. Assim considerados, já a sílaba e o ditongo não serão uma ficção, constituindo, pelo contrário, dados reais com que a linguística terá de contar.

Outra parte fundamental é o capítulo intitulado «A palavra falada», no qual se faz a análise dos factores fonéticos que, independentemente do timbre e sequência dos sons, nos dão, actuando separados ou em conjunto, as características constitutivas e diferenciadoras dos vocábulos. Esses factores são: a duração dos sons (p. ex.: *it. eco*, diferente de *ecco*); a gradação dinâmica (ptg. *andara*, diferente de *andará*); e as diferenças de entoação em certas línguas (em chinês, por exemplo), nas quais o mesmo grupo fónico assume significados diversos conforme a entoação com que se profira. Neste capítulo, um dos mais interessantes, são tratados, entre outros, os seguintes assuntos: intensidade e duração dos sons, duração e «quantidade», esta última apresentada sob o aspecto linguístico-fonológico e não fonético, tipos de acento tónico (etimológico, rítmico e gramatical), etc.

É no capítulo VII, intitulado «Die Rede» («O Discurso»), que nos surge a fonética considerada nas suas relações com a psicologia. «...O que o ouvinte apreende não é simplesmente uma sucessão de termos isolados, mas sim a frase

inteira como uma unidade. As diversas ideias suscitadas pelo sinal da palavra são por sua vez integradas, mediante novo acto psíquico criador, numa ideia única, total» (pg. 131). Ora para possibilitar e facilitar ao interlocutor a apreensão dessa totalidade, são-lhe fornecidos com a frase, e dentro desta, determinados sinais orientadores. Esses sinais, enumerados e estudados nos parágrafos seguintes com a objectividade e sobriedade habituais, são: a gradação dinâmica (metro e ritmo, ritmo e acento, etc.), a melodia, a rapidez do discurso, as pausas e cesuras, o tom e o timbre da voz. Quanto ao segundo factor apontado, convém acentuar que a melodia é *forma*, quer dizer, não é simplesmente uma sequência indefinida de tons, mas sim uma determinada série de tons que constitui uma unidade lógica e expressiva. É necessário haver uma motivação espiritual e uma força ordenadora e coordenadora para que a melodia se torne realmente expressão de um estado de alma. O autor investiga neste capítulo diversos aspectos da melodia (o canto, motivos melódicos e sua estruturação, ritmo e melodia do verso, etc.). A respeito da rapidez do discurso opina von Essen que esta é também um factor tão importante e digno de atenção como o dinâmico e o melódico, embora ainda esteja pouco explorado em trabalhos de fonética.

Dois capítulos são dedicados à parte acústica e auditiva: o quinto, que se ocupa do som como fenómeno físico-acústico — notável o parágrafo sobre as teorias a respeito da estrutura física das vogais —, e o oitavo, que descreve o aparelho auditivo e se refere à audiometria.

O nono e último capítulo dá, em oito páginas, uma primeira orientação, curta mas actualizada, sobre os conceitos fundamentais da fonologia, e articula-se do seguinte modo: fonética e fonologia, oposição fonológica, o fonema, conteúdo fonemático, variantes fonéticas, inventário fonemático, sistemas e combinações fonemáticas, meios não fonemáticos de diferenciação, sinais delimitativos e estatística fonológica.

Aqui fica uma breve indicação do conteúdo deste manual, que já dá uma ideia da variedade e do valor dos temas tratados.

O autor utiliza largamente não só os resultados das próprias investigações (Exemplos: pg. 59 — definição de vogal; pg. 97 — duração específica das consoantes; pg. 111 — análise da estrutura sonora das vogais; pg. 160 e ss. — o capítulo da fonologia; etc.), mas também os obtidos por outros investigadores em estudos e experiências recentes; verifica-se isto nas referências aos trabalhos de Husson (pg. 29) e à teoria da consonância-dissonância, de Husmann (pg. 104). Aliás, a apresentação das novas concepções limita-se prudentemente aos factos já bem determinados, com exclusão, na medida do razoável, dos resultados provisórios.

A obra de von Essen é, pois, pela clareza e sobriedade da exposição e também pela sua actualização, um guia indispensável para todos os que desejarem uma orientação concisa e segura neste domínio, além de ser um excelente manual para o estudante e de conter muitas sugestões úteis a linguistas, musicólogos, etc.

Esta segunda edição aparece melhorada e actualizada em alguns capítulos, nomeadamente nos dedicados à melodia e à fonologia.

São de extrema utilidade a extensa bibliografia — enriquecida com os tra-

balhos mais importantes publicados nos últimos anos em diversos países — e o índice analítico, que muito facilita a busca dos assuntos a consultar.

Aspecto gráfico excelente.

JOSÉ A. PERAL RIBEIRO

Goethe, *Werke*, herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin: **Götz von Berlichingen**. 1. **Die Geschichte Gottfriedens von Berlichingen**, Götz von Berlichingen, 1958, 293 + 293 pp. — **Egmont**. 1. **Text**, 1957, 159 pp. — **Wilhelm Meister**. Band I, **Wilhelm Meisters theatralische Sendung**, 1957, 380 pp. — **Dramen und dramatische Szenen vor der Jahrhundertwende (1788-1799)**, 1. **Text**, Teil 1-2, 1958, 658 pp. — **Faust**. 2. **Faust**. **Der Tragödie Erster Teil**, 1958, 242 pp. — **Urfaust — Faust**. **Ein Fragment — Faust**. **Der Tragödie Erster Teil**, 1958, 261 pp. — Akademie-Verlag, Berlin.

Num ritmo apreciável, a Academia Alemã das Ciências em Berlim prossegue na sua edição crítica das *Obras* de Goethe, a cujo plano, organização, valor particular, e realização, mais extensamente nos referimos no *BF*, XIII, 171 e segs., XIV, 361, e XVI, 147 e segs.

O drama de *Götz von Berlichingen*, ponto culminante da corrente do titanismo ou impetuoso alemão, e que em 1773 grangeou ao seu autor a fama de ser o mais excitante e o mais discutido poeta dramático da sua época, aparece na presente edição, organizada por Jutta Neuendorff-Fürstenau, publicado numa impressão sinóptica dos textos da versão original de *Die Geschichte Gottfriedens von Berlichingen* e da adaptação cénica de *Götz von Berlichingen*. — O texto de *Egmont*, na edição de Elisabeth Völker, reproduz pela primeira vez o da cópia que o próprio poeta fez da versão redigida em Roma e remetida a Weimar em 6-9-1787, enquanto que todas as edições anteriores à presente seguiram a edição príncipe, por sua vez baseada, ao que parece, numa cópia que o secretário Vogel transcreveu sob os auspícios de Herder que, ao proceder à sua revisão e correcção, interveio na própria redacção do texto. A adaptação cénica será publicada no vol. destinado ao aparato crítico. — A edição de *Wilhelm Meisters theatralische Sendung*, a primeira versão, ainda toda orientada no sentido dum romance representativo do ambiente e da actividade teatral, foi organizada por Renate Fischer-Lamberg. — Os dois vols. de *Dramen und dramatische Szenen vor der Jahrhundertwende (1788-1799)*, editados por Ilse-Marie Kümmel, inserem na 1.^a parte os textos de *Künstlers Apotheose*, *Der Gross-Cophta*, da comédia *Der Bürgergeneral*, da comédia fragmentária *Die Aufgeregten*, de *Das Mädchen von Oberkirch*, *Der gelöste Prometheus* e para a mascarada de 30-1-1798 (aniversário da duquesa Luísa de Weimar), e, na 2.^a, além dos libretos do *Cophta*, adaptado para o teatro musical, e da segunda parte da *Flauta Mágica*, os das traduções e adaptações de Coros da *Athalie*, de Racine, das *Aventuras teatrais* e das *Intrigas frustradas*, de Cimarosa, e da *Circe*, de Anforisi, as traduções de versos do *Hamlet* e a tradução integral do

Maomé, de Voltaire. São particularmente importantes os exemplos do domínio do estilo específico dos libretos, com as suas variações de ritmos vivos e retardados, seus lirismos exclamativos, suas repetições e intensificações expressivas. Os elementos estilísticos da segunda parte da *Flauta Mágica* são assás elucidativos para o estilo da segunda parte do *Fausto*. (A p. 516, linha 129, haverá um erro: deve ler-se Papagena em vez de Papageno). — Em colaboração com Inge Jensen, Ernst Grumach publica, no 2.º vol. do *Fausto*, a *Primeira Parte da Tragédia*, e, noutro vol., reproduz, em impressão sinóptica, as três versões do *Urfaust*, do *Fragmento do Fausto*, e da *Primeira Parte da Tragédia*. Os textos do *Urfaust* e do *Fragmento* correspondem ao da edição sinóptica de 1954 (v. BF XVI, 147 e sgs.), o da *Primeira Parte da Tragédia* ao 2.º vol. do *Fausto* (atrás mencionado), mas com as seguintes modificações: enquanto que nesta os erros da edição príncipe de 1808 foram eliminados e introduzidas as correcções a que o próprio Goethe procedeu nas impressões posteriores, a presente edição sinóptica conserva as concordâncias da versão com os textos do *Urfaust* e do *Fragmento*, e que derivam de originais comuns. As variantes são registadas a pp. 260 e sgs., e a tabela anexa informa sobre a distribuição das cenas. A grande utilidade desta edição sinóptica que tanto facilita qualquer estudo comparativo, quer genético, quer estilístico da obra, é evidente.

A. E. BEAU

Hans Ruppert, **Goethes Bibliothek. Katalog** (Goethes Sammlungen zur Kunst, Literatur und Naturwissenschaft. Herausgegeben von den Nationalen Forschungs und Gedenkstätten der klassischen deutschen Literatur in Weimar). — Arion Verlag, Weimar, 1958. — 825 pp.

Depois da publicação dos livros de Keudell-Deetjen, *Goethe als Benutzer der Weimarer Bibliothek* (Weimar, 1931), que contém o registo das 2276 obras requisitadas por Goethe entre 1787 e 1832 na biblioteca de Weimar, e de K. Bulling, *Goethe als Erneuerer und Benutzer der Jenaischen Bibliotheken* (Jena, 1932), com o registo de 177 requisições efectuadas por Goethe entre 1810 e 1831, a publicação — finalmente! — do catálogo da biblioteca particular do poeta vem preencher uma lacuna há muito sentida.

Não é a primeira tentativa de catalogar os livros que Goethe possuía, mas é a primeira que foi levada a termo. O primeiro catálogo manuscrito foi de 1788, contendo 317 títulos. Além de ser naturalmente incompleto, a sua própria organização é insuficiente. Em 1822, o bibliotecário Kreuter, que serviu de secretário a Goethe, começou a organizar um catálogo alfabético, também incompleto, como não pode deixar de ser, mas que regista, além dos livros e escritos impressos, alguns manuscritos na posse de Goethe (entre estes o da tradução de dois cantos dos *Lusíadas* de Camões, por Donner). A catalogação da biblioteca de Goethe, iniciada por Carl Schüddekopf em 1907, ficou suspensa em virtude da guerra de 1914-18 e da morte do catalogador, falecido em 1917, não chegando o seu trabalho a ser publicado. Só em 1953 é que começaram os

trabalhos da organização do catálogo segundo os modernos princípios biblioteconômicos. É o resultado deste trabalho exaustivo e minucioso que o volume presente oferece.

O catálogo dos 5424 livros, escritos, folhetos, revistas, separatas e manuscritos que Goethe possuiu, abrange biografias, revistas literárias (alemãs e estrangeiras) e almanaques, publicações referentes a universidades, academias e sociedades científicas, obras enciclopédicas e de consulta, tratados sobre a história da escrita e imprensa, sobre actividades editoriais e bibliotecas, catálogos, dicionários e estudos filológicos, obras das literaturas alemã, grega, latina, inglesa, francesa, italiana, espanhola e portuguesa, nórdicas, eslavas, orientais, indiana, ou a elas referentes, obras do próprio Goethe e estudos sobre ele; livros sobre mitologia e arqueologia, artes plásticas, numismática, teatro e música, teologia, jurisprudência, ciências políticas, económicas, agrárias e florestais, filosofia e psicologia, sociedades secretas e cultos, estética e pedagogia, história universal, nacional, regional e local, geografia e etnografia, matemática, ciências naturais e medicina, balneologia, técnica, etc. As secções mais numerosas são as das literaturas, nomeadamente da alemã, das artes plásticas, das ciências naturais e da geografia.

Dentro de cada um dos 38 grupos mantém-se a ordem alfabética dos autores ou, nas obras anónimas, dos títulos. Os elementos bibliográficos, o registo de autores, títulos, lugar e ano da impressão, formato e encadernação, são completados pela indicação da origem dos livros (compra ou oferta), das dedicatórias, marginais e notas manuscritas que contêm — como p. ex. o verso de Camões, (Lus. IV, 52) *A vida, de senhora feita escrava*, transcrito no frontispício da biografia do Infante Santo D. Fernando de Portugal, de J. F. M. von Offers —, informações sobre a consulta e utilização, referências à sua leitura em cartas e diários.

Embora nem todos os livros tenham sido lidos por Goethe — ou não tenham sido lidos nos exemplares que possuiu —, o seu catálogo não deixa de nos dar uma ideia impressionante dos interesses e das actividades universais do poeta, complemento indispensável da investigação da sua obra, como facilmente se compreenderá em face do facto de que entre as obras desta biblioteca figuram os *Emblemata* de Alciato e de Sambuco.

A. E. BEAU

M o m m e M o m m s e n (unter Mitwirkung von Katharina Mommsen), **Die Entstehung von Goethes Werken in Dokumenten**, Band I : Abaldemus — Byron, Band II : Cäcilie — Dichtung und Wahrheit. Akademie-Verlag, Berlin, 1958. — XLIX, 562 pp ; XV, 529 pp.

Parece que estamos em plena época da produção de volumosas obras de consulta em matéria de ciência e história da literatura. Depois dos excessos do positivismo biográfico e filológico e da interpretação estética, a revisão crítica, reunião criteriosa, coordenação metódica e integração complementar

dos elementos investigados, da documentação desenterrada e dos resultados apresentados impõe-se, quer para oferecer à investigação futura fundamentos sólidos, quer para facilitar a sua continuidade progressiva. Devem-se à consciência desta situação os numerosos dicionários e manuais de literatura que por toda a parte se estão a publicar, dedicados até a um único autor, como é o caso do dicionário de Machado de Assis, e, na Alemanha, das obras de consulta que se referem à vida e obra de Goethe. A reedição completamente refundida do *Goethe-Handbuch*, que sob a direcção de A. Zastrau está em vias de publicação, a *Goethe-Bibliographie*, iniciada pelo malogrado H. Pyritz, e o *Goethe-Wörterbuch*, sugerido por W. Schadewaldt, juntam-se agora os dois primeiros vols. da génese cronológica das obras de Goethe.

O objectivo desta publicação é coordenar, por ordem cronológica, toda a documentação relevante e acessível que diz respeito ao ambiente histórico e mental da génese de cada uma das obras de Goethe, por sua vez referidas na ordem alfabética. Recorre, para o efeito, aos diários, às cartas, a escritos do poeta, elementos por ele reunidos para contribuir para a história das suas realizações literárias, e afirmações em conversa por outros relatadas. Para a sua melhor compreensão e para indicar a sua repercussão, as referências assim recolhidas são completadas por outras, na correspondência, nos apontamentos ou nas recordações de pessoas com Goethe relacionadas, incluindo vasto material inédito de manuscritos arquivados. Acompanhada por numerosas anotações, toda esta documentação tem o valor de um pormenorizado comentário à actividade literária goethiana e ao teor das suas obras. O material apresentado é particularmente propício para orientar a investigação no sentido do método morfológico, advogado pelo próprio Goethe.

Grças aos documentos aqui reproduzidos, o investigador chega a ter a noção directa do momento histórico em que uma obra foi concebida, e, integradas nesse mesmo momento, apresentam-se a ocasião que a provocou, e as sugestões que recebeu, ambas significativas, dado o facto de quase toda a produção do escritor ter a feição de acções ou reacções. Dado o eminente valor filológico de todos os elementos coevos, actuais, que influenciaram os textos, o conhecimento do momento histórico das inspirações e influências sofridas revela-se particularmente elucidativo para o aspecto retórico da sua prosa, cuja importância M. Mommsen é o primeiro a salientar. Além disto, em face desta documentação, é possível ter-se uma noção concreta das relações humanas ou do clima humano que concorreram nomeadamente para a concepção e orientação dos escritos eruditos, históricos e críticos, quer pelo interesse que Goethe tomou nos trabalhos alheios, quer pelo acolhimento por outros dispensado aos seus.

São igualmente consideradas as obras concluídas e as fragmentárias, os projectos não realizados. A multiplicidade de elementos valorizados permite por vezes reconstituir obras perdidas e penetrar nos motivos e no âmbito da intervenção de Goethe em processos que só indirectamente lhe diziam respeito, ou a favor das realizações de outros autores.

Ficam, porém, excluídas da presente publicação, todas as referências à poesia lírica. Para justificar a omissão, alega-se o facto de H. G. Gräf, no livro *Goethe über seine Dichtungen* (1910-1914) já ter reunido e explorado toda a documentação respectiva. Entretanto, dada a diferente orientação metó-

dica seguida na coordenação do material, não teria sido inoportuno, para a homogeneidade do processo da consulta, integrá-lo na *Entstehung von Goethes Werken*. Não sendo já possível, seria de ponderar a reedição daquela parte da obra de Gräf que diz respeito à lírica goethiana, porventura em vol. suplementar do trabalho de Mommsen.

A. E. BEAU

Friedrich Schlegel, *Wissenschaft der europäischen Literatur, Aufsätze und Fragmente aus den Jahren von 1795-1804*. Mit Einleitung und Kommentar herausgegeben von Ernst Behler (= Kritische Friedrich-Schlegel-Ausgabe, herausgegeben von Ernst Behler unter Mitwirkung von Hans Eichner und Jean-Jacques Anstett, XI. Band. 2. Abteilung: Schriften aus dem Nachlass). Verlag Ferdinand Schöningh, Munique — Paderborn — Viena/Thomas Verlag, Zurich, 1958. — LIII, 390 pp.

A edição crítica das *Obras* de Friedrich Schlegel, iniciada agora sob a direcção de Ernst Behler, e que compreenderá 17 vols., não só será mais completa do que a edição de 1822/46 por reimprimir textos nela não incluídos, mas ainda por inserir o vasto espólio, só recentemente descoberto, do famoso crítico romântico alemão. Da presente edição, os primeiros 10 vols. devem reproduzir as publicações sobre assuntos de história e crítica literária, as observações estéticas, os estudos históricos e políticos, filosóficos e políticos, sobre a filosofia da história, da vida e da língua, e as obras poéticas, enquanto que os vols. 11-17 serão reservados para as lições filosóficas e históricas, opúsculos que tratam de literatura e poesia, filosofia e teologia, história e política, e fragmentos referentes à poesia e à literatura, do volumoso espólio schlegeliano.

Não constituindo *obras* no sentido rigoroso do termo, mas antes e em grande parte estudos preparatórios, apontamentos e rascunhos, a edição deste material fragmentário e rudimentar não pode limitar-se à mera reprodução dos textos segundo os princípios positivistas. Só posteriormente desenvolvidas e intensificadas, nas obras publicadas, algumas das ideias aqui esboçadas, abandonadas ou até renegadas e contrariadas outras, a valorização adequada dos textos do espólio impõe a sua integração na obra schlegeliana e na continuidade evolutiva do pensamento nela manifesta, indicando-se as correspondências e concordâncias respectivas, para elucidar e completar os elementos rudimentares através da sua mais extensa expressão posterior.

O presente vol. XI, que é o primeiro a aparecer, inaugura precisamente esta publicação do material inédito do espólio, inserindo na primeira parte o texto das lições proferidas por F. Schlegel em 1803-4 em Paris perante um auditório muito reduzido de curiosos — coincidindo com os estudos a que procedeu na Biblioteca Nacional — e repetidas, como curso público, em Colónia, em 1804, perante uma assistência maior, reproduzido agora segundo cópias — na tese fundada do organizador desta edição — do próprio original. A sua importância não reside em completar quantitativamente o material já conhecido das publi-

cações de Schlegel. Mais significativos são os elementos característicos da concepção romântica da poesia, da língua, da cultura e da política, que nestes textos se exprimem, afirmados como critérios da valorização histórica, estendendo-se à da Antiguidade clássica e baseando-se até nela.

É uma tentativa de compreender e apresentar a unidade espiritual da Europa sob o aspecto da coesão das línguas e culturas românicas e germânicas baseada na cultura espiritual grega. Enquanto que mais tarde, no curso de literatura realizado em Viena de Áustria, e que igualmente e até mais acentuadamente incide sobre a literatura universal, os critérios adoptados são os da diferenciação nacional, as presentes lições parisienses propõem-se esboçar as expressões e realizações poéticas e literárias, francesas, italianas, espanholas, portuguesas, inglesas, nórdicas e alemãs, sob o aspecto cosmopolita da sua integração europeia.

Determinado, na introdução, o estudo da literatura — poética, filosófica, histórica — como elemento da «*verdadeira cultura intelectual*», principalmente preocupada com desenvolver as qualidades superiores da razão, da imaginação e do sentimento», e caracterizada a literatura como a manifestação do génio, da mentalidade, do pensamento, da cultura e da índole específica dos povos, Schlegel dedica-se ao estudo da literatura europeia no seu conjunto e nas suas ramificações. «A literatura europeia constitui uma totalidade coerente em todas as suas ramificações e correlacionada em todos os seus elementos que reciprocamente se explicam e completam, através de todas as épocas e de todas as nações até aos nossos dias».

Começando por tratar da literatura grega, refere-se primeiro à mitologia, apresenta uma cronologia das várias épocas e salienta as características da língua grega, historiando a seguir particularmente os períodos épico, lírico-dramático — com um estudo pormenorizado da tragédia e da comédia dos gregos — e filosófico — relacionado com a origem da prosa e terminando por um capítulo dedicado a Platão.

A literatura latina merece-lhe apenas uma crítica sumária. Em contrapartida, vota um interesse mais intenso às literaturas da era cristã, nomeadamente às neo-latinas, francesa medieval, italiana, hispano-portuguesa — salientando a poesia dramática e analisando a métrica italiana e espanhola —, inglesa, nórdica e alemã, anteriores ao período moderno.

O método seguido por Schlegel em todos estes capítulos é o histórico-genético, combinado com a caracterização das nações, dos autores e das obras, e com a sua integração cronológica e geográfica. O ponto de partida preferido é a apreciação das línguas respectivas e das suas qualidades características. Deixando de observar na sua valorização das obras literárias das diversas épocas tratadas as normas rígidas do classicismo, procura compreendê-las e avaliá-las no âmbito das suas condições originais e individuais, sem contudo abandonar na sua apreciação os critérios estéticos.

Os suplementos que constituem a segunda parte do vol. são notas redigidas em 1795, acerca da origem e da poesia lírica e trágica grega e das condições do drama grego, de épocas, escolas e estilos da poesia grega dividida em dórica, eólica e ática, — todas elas destinadas a contribuir para a história da cultura clássica por Schlegel projectada, e que na sua qualidade de estética filosófica seria ao mesmo tempo a primeira manifestação do pensamento romântico.

Há neste vol. observações que não podem deixar de ser sugestivas pela sua elegância, como p. ex. esta: «Pode dizer-se que a poesia grega é, na sua generalidade, caracterizada pela representação do humano, enquanto que na nórdica predomina a da natureza, e na índia, a do divino.»

Quanto à sua apreciação da poesia peninsular, nota-se um progresso significativo em relação às opiniões anteriormente expressas, sobretudo no que diz respeito ao valor atribuído a Camões (1).

A profusão de conhecimentos, inteligência das observações, audácia crítica e o espírito de síntese que em todas estas páginas se afirmam, são impressionantes. É certo que há muito de rapsódico nelas, e que muitas das afirmações são meramente intuitivas ou especulativas, baseadas numa abundância invulgar de conhecimentos linguísticos e literários, mas não alicerçadas por investigações propriamente filológicas, histórico-analíticas. Contudo, ainda assim, aparecem intuições surpreendentes e que antecipam os resultados de estudos científicos mais recentes. É este o caso, p. ex. da aproximação do português e do siciliano (p. 143) (2).

Na sua Introdução, o organizador do volume informa pormenorizadamente sobre o espólio literário de F. Schlegel, a integração cronológica e histórica dos textos, a génese dos cursos, o carácter e estado dos manuscritos, e a técnica seguida na sua edição. É de particular importância o vasto comentário que a acompanha, quase 100 pp. com 772 anotações: variantes das versões dos manuscritos disponíveis, notas enciclopédicas referentes a autores e factos, citações de passos paralelos ou idênticos noutros escritos de Schlegel, referências às obras principais que tratam de assuntos iguais aos estudados no Curso parisiense, demonstrando assim a génese e a evolução dos conceitos principais do romantismo de Schlegel, através de toda a sua obra, tais como as suas noções de enciclopédia, religião, mitologia, Europa, epopeia, lírica, drama, romance, romântico, etc.

Sem dúvida, levada ao seu termo, esta edição crítica das *Obras* de Friedrich Schlegel constituirá uma autêntica enciclopédia do pensamento romântico.

A. E. BEAU

Erich Auerbach. *Literatursprache und Publikum in der lateinischen Spätantike und im Mittelalter.* — Francke Verlag, Berna, 1958. — 264 pp.

Esta última publicação do malogrado romanista trata de aprofundar, limitando-se a uma época de transição e progressiva diferenciação, a história do realismo literário europeu, exemplificado com interpretações de textos que

(1) Cf. Hans Flasche, *Friedrich Schlegel und die Romania. I. Friedrich Schlegel und Portugal*, na *Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte*, XXXII (1958), pp. 417 e sgs.

(2) Cf. Harri Meier, *A formação da língua portuguesa*, nos *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa s. d., pp. 11 e sgs.

vão desde a Odisseia e a Bíblia até à prosa de Virgínia Woolf, em *Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur* (1946).

Reúne, no presente vol., quatro estudos especiais, tratando cada um de problemas de precisa definição, examinados sob o aspecto da sua evolução e correlação e considerados como problemas-chaves cuja penetração é susceptível de abrir perspectivas para o complexo da situação com que se relacionam. Nesta ordem de ideias, o ponto de partida, em cada um destes estudos, é indicado por textos submetidos a análises interpretativas. Na época a que se referem, o A. procura demonstrar principalmente a penetração da literatura por elementos do estilo cristão e o advento das literaturas nacionais.

O primeiro estudo trata do estilo do *Sermo humilis*, da sua penetração em todas as formas da literatura cristã dos fins da Antiguidade, de tratados teóricos e filosóficos e de relatos realísticos, afirmando-se contra a resistência e com a decadência da concepção clássica do estilo literário, e acabando por ser aceite, na sua expressão bíblica, como a expressão específica e legítima de um conceito novo, aprofundado e interiorizado do sublime. Exemplifica a evolução esboçada com passos de textos tirados da prosa latina dos princípios da Idade Média. Partindo de um Sermão de S. Agostinho, passa a apontar a penetração do *Sermo humilis* na literatura teórica, num trecho do *De Trinitate* do mesmo S. Agostinho, característico pela simplicidade da expressão do pensamento neoplatónico e cristão, e acaba por analisar uma parte da *Passio SS. Felicitatis et Perpetuae*, documento do vigor narrativo e realístico do *Sermo humilis* ao revelar os elementos trágicos e sublimes numa vida relatada na sua simplicidade vulgar, segundo o modelo da *Paixão dos Evangelhos*. O estudo é completado por um excurso que trata da *Gloria passionis*, expressão do amor místico e da perfeição cristã demonstrando como esta nos autores cristãos do fim da Antiguidade (S. Agostinho, S. Ambrósio) se sobrepõe às concepções aristotélica e estoicista da paixão.

No estudo seguinte, dedicado à *Prosa latina dos princípios da Idade Média*, o A. começa por analisar a situação caracterizada pelo declínio do carácter clássico da literatura latina com o fim do domínio ostrogodo na Itália, na primeira metade do sexto século, e pela sobrevivência do próprio latim como língua literária usada por autores que não sabem escrever o idioma que *falam*. Perdida a antiga universalidade do latim, condicionada pelo centro comum de Roma, acabam por acentuar-se nele as feições regionais, correspondentes às das antigas províncias romanas. A Igreja, que do latim se serve, ao enfrentar problemas particulares, morais e sociais, da civilização, educação, organização e assimilação dos povos cristianizados, vê-se na necessidade de recorrer, para conseguir os seus fins nas diferentes regiões, a uma simplicidade de pensamento e expressão que está longe das subtilidades das discussões dogmáticas e exposições exegeticas. Continuando a ser a língua literária da época, graças ao estado rudimentar da expressão literária dos idiomas nacionais, a nova situação do latim e as suas funções particulares neste período dão origem a novos elementos estilísticos. A prosa latina, utilitária, que das novas condições resulta, distingue-se do estilo amaneirado dos tradicionalistas Cassiodoro, Avito, Enódio, Arator, Venâncio Fortunato, ao assimilar-se, na sintaxe, no teor e na expressão, à linguagem corrente. Interpretando os seus exemplos, o A. não os considera sob o aspecto da decadência do estilo clássico, mas valoriza-os pelos elementos

de um estilo novo que lhes são inerentes. Para os exemplificar, apresenta análises da estrutura estilística de textos extraídos da literatura homilética, anedótica, historiográfica, tratadista, hagiográfica, fazendo citações nomeadamente dum *Sermão* de Cesário, dos *Diálogos* anedóticos e populares de Gregório Magno, e da prosa de Gregório de Tours, iniciadores do novo estilo latino, examinando depois trechos da *Vita Karoli* do cronista Eginardo, comparado com o seu modelo suetónico, da carta-relatório do abade Lupus de Ferrières, duma epístola do bispo Rather, anexa ao tratado moral, autobiográfico e apologético de *Praeloquia*, dum passo da introdução à *Phrenesis* e de *Qualitatis Conjectura cuiusdem*, do mesmo autor, apresentados como exemplos de um talento literário em que os elementos tradicionais do estilo clássico se confundem com os do *Sermo humilis*, completados pela escurrilidade particularmente característica da prosa de Rather. A prosa do bispo Liutprando de Cremona é, na opinião de E. A., a mais vigorosa e ao mesmo tempo a mais superficial da época, expressão de um autor por ele caracterizado de vaidoso, rancoroso e indiscreto. Acentuando a sua propensão para o elemento anedótico e jornalístico e para a plasticidade viva, amplitude e variedade dos ambientes por ele evocados, demonstra as qualidades do seu estilo numa transcrição da *Antapodosis*. Outro aspecto do estilo amaneirado praticado por estes dois autores, oferece-o a historiografia de estilização hagiográfica nas *Vidas* de membros da dinastia dos Otões, a *Vita Mathildis*, mosaico composto de elementos das obras de Sulpício Severo, Venâncio Fortunato, Boécio, Terêncio, Virgílio e Prudêncio, e a *Vita Brunonis*, com reminiscências de Claudiano, Sulpício Severo e Prudêncio e da regra dos Beneditinos, às quais junta uma análise de parte da *Vita* do Beato João de Gorze como exemplo da própria hagiografia coeva. Finalmente, examina extractos da correspondência de Gerberto de Aurillac, mais tarde papa Silvestre II que, exprimindo-se a princípio com a simplicidade de um estilo claro e suave, acaba por adoptar as características do estilo hierático e faustoso no qual se manifesta a elevada consciência histórica dos Otões. — Heterogênea, esta literatura latina da Europa na época carolingia não deixa de apresentar aspectos de afinidade de situação, determinada pela preocupação com questões e assuntos actuais, quer se trate de polémicas militantes ou satíricas dirigidas contra a corrupção dos costumes, quer se trate da panegírica dos que a venceram, e pela consciência crítica, cada vez mais acentuada, da discrepância que existe entre a realidade social e moral e o ideal da sociedade cristã.

No terceiro estudo, que trata do conceito novo do sublime, a afirmar-se na poesia medieval — *Camilla oder über die Wiedergeburt des Erhabenen* —, o A. parte dos versos finais (803-17) do L. VII da *Enéida*, referentes à chegada e apresentação da rainha Camila, e citados como exemplo do estilo sublime da Antiguidade clássica. Comparando com eles a versão correspondente da *Enéida* do autor anónimo normando do séc. XIII, demonstra a evolução que se operou na concepção do sublime desde o fim da Antiguidade, acompanhando a da retórica, da vida literária e da situação social da literatura: o declínio da concepção clássica do estilo elevado caracterizado como grandiloquente, a sua identificação posterior com o estilo ornamental, por sua vez contrário à concepção cristã exemplificada na Paixão, e a elaboração dum estilo novo da expressão elevada e épica com as *chansons de geste*. Transformado em elegante com os romances de cavalaria que, na apresentação dos seus heróis, recorrem

às características do estilo médio, inspirando-se principalmente em Ovídio, na obra de Dante, e sob a acção da poesia do amor espiritualizado, volta a reafirmar-se uma concepção do estilo sublime cuja realização medieval se eleva à altura e dignidade dos exemplos clássicos.

O último destes estudos, incidindo sobre o *Público ocidental* e a sua *linguagem*, começa por esboçar a estrutura da vida literária romana, do público culto, da estratificação estilística e do conservantismo da sua linguagem, o seu cultivo depois da desintegração da sociedade antiga e do império romano, na Igreja, nos mosteiros e nas chancelarias com as funções de linguagem especializada, litúrgica, burocrática, erudita, historiográfica, que implica seu isolamento progressivo, deixando de se dirigir a um público de cultura homogénea, nomeadamente entre 600 e 1100, a não ser o constituído por alguns centros eclesiásticos ou áulicos, as Letras recebem novos impulsos com o movimento intelectual polémico, escolástico e poético da Europa do séc. XIV. A amplificação social do público, porém, leva à evolução e protecção cada vez mais acentuada das literaturas nacionais europeias, contribuindo o Cristianismo ao mesmo tempo para a valorização dos elementos nacionais e para a tradição dos antigos e universais que continuam a ser os elos da união das culturas ocidentais e os agentes da sua unidade intrínseca.

Obra exemplar da história literária comparativa como o foi o *Mimesis*, o presente volume também se distingue por nele a história literária se combinar com a minuciosa interpretação estilística e a integração dos autores e dos seus textos na situação sociológica que determina os objectivos da sua actividade literária, e na evolução do pensamento que as ideias e realização estéticas traduzem.

A. E. BEAU

Wolfgang Kayser, *Die Vortragsreise. Studien zur Literatur*. Francke Verlag, Berna (1958). — 306 pp.

O título um tanto insólito sob o qual estes 16 estudos literários são reunidos, explica-se e justifica-se por se tratar, na sua maioria, de conferências e lições que o A. deu perante grêmios académicos e literários, em universidades, associações e congressos na Alemanha, Inglaterra, Holanda, Portugal e América do Norte.

Metade destes estudos incidem sobre assuntos da língua e literatura alemã, historiando a evolução do emprego dos sufixos verbais no Alemão do séc. XVIII, analisando as concepções estéticas e a arte poética de Goethe, as formas típicas do drama alemão por volta de 1800, e a arte narrativa de Kleist, interpretando baladas de Uhland e C. F. Meyer, e apreciando a dramaturgia do drama na época do naturalismo.

A estes, juntam-se outros quatro dedicados a aspectos da literatura espanhola, portuguesa, brasileira e europeia, nomeadamente à estrutura e análise do Príncipe Constante, de Calderón, à situação actual da literatura portuguesa,

à personalidade literária de Machado de Assis, e ao movimento do simbolismo europeu (francês, inglês, holandês, italiano, português e espanhol).

Preocupado principalmente com as questões da valorização e interpretação crítica de obras poéticas e literárias, com a teoria e os problemas da ciência da literatura, e com o carácter específico dos géneros, é natural que o A. do já famoso livro *Das Sprachliche Kunstwerk* (*Análise e interpretação da obra literária. Introdução à ciência da literatura*, 2.^a ed. portuguesa totalmente revista pela 4.^a alemã por Paulo Quintela, 2 vols., Coimbra, 1958) não deixe de abordar e discutir os elementos, princípios e aspectos com estes complexos relacionados, — quer nos próprios estudos histórico-literários, quer numa série de outros, particularmente dedicados a eles, tais como *Literarische Wertung und Interpretation. Vom Werten der Dichtung, Der Stilbegriff der Literaturwissenschaft, e Wer erzählt den Roman?*

Outra característica do presente vol. e que se acentua tanto nos estudos que tratam de assuntos da história literária ou dos géneros literários, como naqueles que se referem à ciência da literatura, é a sua orientação comparativa. Assim, as concepções estéticas de Goethe, a métrica do Divã, e o drama alemão no princípio do século XIX são relacionados com Calderón, a análise da estrutura do Príncipe Constante é completada pela história da sua projecção nas letras alemãs, o panorama da literatura portuguesa contemporânea abrange as suas relações com as correntes intelectuais e literárias europeias, etc. Por outro lado, nos estudos teórico-críticos, os exemplares alegados para ilustrar as ideias e para corroborar as teses formuladas pelo A. são tirados de várias literaturas e épocas.

Assim, todos estes trabalhos se distinguem por neles se interpenetrarem a precisão do estudo de determinados fenómenos e característicos aspectos literários, e a tendência para a sua integração histórica e genérica, a exemplificação das considerações teóricas por interpretações concretas, e a fundamentação dos métodos interpretativos pela crítica dos princípios da ciência da literatura.

A. E. BEAU

Gero von Wilpert, Deutsche Literatur in Bildern, Mit 861 Abbildungen. — Alfred Kröner Verlag, Estugarda (1957). — VIII, 316 pp.

Na expressão despretensiosa do A., mero suplemento ilustrado para qualquer história da literatura alemã, o valor deste vol. excelentemente apresentado transcende na realidade o do seu propósito modesto. Sendo mais do que uma espécie de Literatura pela imagem, o livro corresponde antes a uma ilustração exaustiva dos vários aspectos concretos da vida, publicidade e cultura literária na Alemanha, apresentando retratos dos autores e quadros da sua vida e actividade, exemplos da produção literária, reproduzindo partes de códices, manuscritos, impressos, frontispícios, gravuras, programas e estampas dos ambientes característicos da sua origem, elaboração, conservação, divulgação e — nos

casos de obras teatrais — da sua representação e do seu cenário, através das épocas do período germânico e medieval, do Humanismo e da Reforma, do Barroco, do Racionalismo iluminista e do Irracionalismo sentimental, do Titanismo ou Impetuosismo, do Classicismo e Romantismo e seus epígonos, do Realismo e Naturalismo e das reacções a estes, do Expressionismo e da actualidade, começando pela reprodução do Padre-Nosso do códice argentino da tradução gótica da Bíblia, pelo bispo Ulfilas (c.^a de 500 D. C.), e terminando pela fotografia do escritor contemporâneo H. Kasack.

O valor desta obra não reside, porém, exclusivamente na riqueza, multiplicidade e nitidez do material ilustrativo, mas igualmente nos substanciosos e elucidativos textos explicativos que o acompanham: descrições de códices e resumos da sua história, indicações de fontes, relatos de processos da escrita e impressão, interpretações de gravuras e emblemas, características dos autores perfilados pelos seus contemporâneos, tiradas de memórias, biografias, cartas ou apreciações críticas, comentários históricos e topográficos, etc., etc., e que todos contribuem particularmente para valorizar o livro.

Quanto à parte referente à época contemporânea, o próprio A. admite o subjectivismo da sua selecção do material que de facto assinala algumas omissões e que nos parece menos interessante por não completar suficientemente a abundância de retratos com ilustrações que reproduzem os ambientes, por vezes mais instrutivos e característicos do que as fisionomias.

A. E. BEAU

Ibn Sa'îd Al-Magribi, Kitab al-Mugrib fi h:ula al-Magrib, ed. preparada por Xauqui Dhaif, Dar al-Ma'araf, Cairo, 1953.

Esta obra tem um grande interesse para portugueses, porquanto encerra numerosas composições poéticas de autores luso-árabes, da zona de Santa Maria de Faro a Santarém, abrangendo, portanto, o Algarve, o Alentejo, a Extremadura e o Ribatejo dos nossos dias.

O que dela conhecíamos era apenas o que figura no manuscrito da Real Academia de História de Madrid, manifestamente incompleto. Embora este manuscrito seja cópia do do Cairo, oferta de Zeki Paxá, no tempo em que essa cópia foi feita ainda o do Cairo não estava nem ordenado nem completo. Da cópia de Madrid há uma tradução espanhola devida ao notável arabista Elias Teres.

O «Kitab al-Mugrib fi h:ula al-Magrib», agora publicado no Cairo, não contém ainda tudo quanto sob este título se podia designar, visto que tal livro abrange o Andaluz e o Magrebe, e a parte ora saída a lume diz respeito apenas ao Andaluz. Por sua vez o «Kitab al-Mugrib fi h:ula al-Magrib» é apenas uma parte da grande obra intitulada «Kitab falak al-adab al-muhrit: fi h:ula lisan al-'Arab» que se divide em duas: além do «Kitab al-Mugrib fi h:ula al-Magrib» o «Kitab al-Muxriq fi h:ula al-Maxriq».

Trata o «Kitab al-‘Arab» das poesias árabes célebres, não só no Oriente como no Ocidente. É uma obra colectiva que se deve a vários príncipes dos Banu Sa‘id de Qal‘at Yas:ub ou Qal‘at Bani Sa‘id, hoje Alcalá la Real. Foram seus autores o príncipe ‘Abd al-Mâlik, seus filhos Ahmed e Moh:amed Ibn ‘Abd al-Mâlik, o filho deste, Muça ben Moh:amed e Ali ben Muça filho deste último. A obra tinha sido começada com o «Mushib» de al-Hijari (o de Guadalajara) feito por ordem de ‘Abd al-Mâlik.

De certo modo esta obra está ligada à tradição poética de Silves, pois ninguém ignora as circunstâncias em que Al-Hijari foi recebido na corte de Alcalá. Sabendo do apreço em que eram tidos na época os poetas de Silves, Al-Hijari, que vinha de Silves, para onde fugira de Guadalajara quando da tomada desta localidade por Afonso VI de Leão e Castela, para maior garantia de ser bem recebido, fez-se anunciar como poeta de Silves. Dizem os autores árabes que logo Al-Hijari foi magnificamente acolhido na corte de ‘Abd Al-Mâlik.

Hoje a obra é conhecida pelo nome do seu último autor Abu-l-H:assan Ali Ibn Sa‘id Al-Magribi que lhe deu a redacção definitiva. Começada em 1132 no Ocidente, foi concluída em 1247/8, ou seja, 115 anos depois, no Oriente.

Dozy afirmou que se conhecem dezenas de manuscritos do «Kitab Al-Mugrib». A verdade, porém, é que o único de que hoje dispomos é o do Cairo. Do «Kitab al-Mugrib» existe um resumo feito em 1243, pelo próprio Abu-l-H:assan Ali Ibn Sa‘id Al-Magribi, no Egipto, sob o título de «Rayat al-Mubarrizîn» e dedicado ao famoso chefe militar Muça Ibn Yagmur, publicado com tradução espanhola por Emilio Garcia Gómez em «El libro de las Banderas de los Campeones». Esse manuscrito foi encontrado no mesmo códice em que figura o compêndio da Adh- Dhakhira de Ibn Bassam de Santarém, da autoria de Ibn Mammati.

O estudo comparativo das fotocópias do manuscrito de Madrid com o texto integral do manuscrito do Cairo, agora publicado, permite-nos verificar que o actual manuscrito do Cairo completa, em muitos pontos, deficiências do de Madrid. Assim, no de Madrid, a notícia sobre Al-Mar:uani de Sintra é bruscamente interrompida logo de início. No do Cairo prolonga-se até ao fim. Nas fotocópias do de Madrid não encontramos referência a gente da Jeromenha, referência que surge no do Cairo. Além disso, no do Cairo fala-se de Ibne Darraj de Cacula e de Abu ‘Uthman de Tavira, o que não sabemos se sucede no de Madrid.

Comparando o resumo «Rayat al-Mubarrizîn» com o «Kitab al-Mugrib» encontramos diferenças. Assim, Ibn Bassam que no resumo é dado como de Sevilha, no «Kitab al-Mugrib» é colocado, justamente, entre os autores de Santarém. Num como noutro trabalho Ibn Darraj é erradamente considerado como natural de uma Castala na província de Jaen. Hoje, pelo estudo de R. Blachère *La vie et l'oeuvre du poète epistolier andalou Ibn Darraj. al-Kast:ali*, publicado em 1933, na revista «Hespéris» sabe-se que ele era da Cacula algarvia, portuguesa.

Noutros pontos do «Kitab al-Mugrib» surgem afirmações duvidosas como quando diz que Ar-Ramadi era natural de uma aldeia de Ramada, na região de Silves. Garcia Gomes procurou provar que o nome de Ar-Ramadi lhe veio de ter andado muito tempo coberto de cinzas. Não há nenhuma aldeia, na re-

gião de Silves, com o nome de Ramada. Isso, porém, por si, não constitui contra-argumento, pois ainda ninguém sabe onde ficava Xannabus, aldeia natal de Ibne Ammar e ninguém duvida que ele tivesse sido da região de Silves. A propósito, anotemos que existe um sítio com o nome de Ramada, entre Odivelas e Caneças.

Também merece dúvidas a afirmação de Ibn Sa'íd Al-Magribi de que Ibn As-Sid era de Silves e não de Badajoz como afirmaram outros autores. No entanto, devemos ter em consideração que Al-Maqqari, o notável historiador marroquino do século XVI, é da mesma opinião.

O «Kitab Al-Mugrib» é um dos grandes cancioneiros que ilustram e divulgam a poesia árabe do Andaluz. Foi elaborado depois das obras de Al-Faradi, de Ibn Khaqan, de Ibn Bassam de Santarém — «Adh-Dhakira fi mah:assan ahli al-andalusi», de Ibn Al-Imam de Silves — «Simt: al-juman», de Sa'afuan Ibn Edriz, etc.

Estas obras servem-lhe muitas vezes de fontes. Atravez dele se poderia reconstituir parte do «Simt:» de Ibn Al-Imam de Silves, cancioneiro desaparecido mas que um dia poderá ser reconstituído em vasta proporção pelas numerosas citações que dele existem em obras de outros autores. Os autores lusó-árabes de que Ibn Sa'íd nos fala no seu «Kitab al-Mugrib» agora publicado no Cairo, são os seguintes, segundo a ordem geográfica das suas terras de origem.

De Cacela: Abu 'Umar Ah:med Ibn Moh:âmed Ibn Darraj, o grande poeta da corte de Almansor Ibn Abi 'Amir.

Abu 'Ali Edriz Ibn Al-Yaman Al-Abdari, da época das 3.^{as} taifas.

De Tavira: Abu 'Uthman Sa'íd Ibn Hâkim, sábio notável que veio a ser Rei da Minorca, nas Baleares.

De Santa Maria do Ocidente (Faro): Abu-l-H:assan Ibn Hârun, da família dos Banu Hârun, cujo chefe deu nome a Faro.

Abu-l-H:assan Salih: Ibn Salih:, poeta erótico.

Abu-l-Fadl Ja'afar Ibn Moh:âmed Ibn Al-A'alam, neto, por seu pai, o visir Abu Becre Moh:âmed, do ilustre filólogo árabe de Santa Maria, Al-A'alam.

De Loulé: Kuthair Al-Uliaui.

Da cidade de Silves: Abu Becre Moh:âmed Ibn Al-Milh:

Abu-l-Walid H:assan Ibn Al-Mississi

Abu-l-Qassim Ah:med Ibn Al-Milh:

Abu-l-Walid Ibn Abi Habid

Abu Moh:âmed 'Abd Allah Ibn As-Sîd

Abu Bekr Moh:âmed Ibn Ibrahim Ibn Munkil Ax-Xilbi

Abu Bekr Moh:âmed Ibn Ruh:

Ibn Abi Habib

Abu Bekr Moh:âmed Ibn Wazir, que foi governador de Beja

Ah:med Ibn Wazir.

Da aldeia de Ramada: (?) Yussuf Ibn Hârun Ar-Ramadi Al-Kundi.

Da aldeia de Xannabus: Abu Bekre Moh:âmed Ibn Ammar, o notável poeta e aventureiro de Silves.

De Beja: Abu'l-Walid Al-Baji Suleiman Ibn Khalaf, famoso jurista e teólogo que discutiu com Ibn Hazm.

Abu 'Umar Yussuf Ibn Ja'afar Al-Baji

Abu 'Umar Ibn Taifur Al-Baji, dos Banu Taifur, senhores de Mértola, na época das taifas.

De Mértola : Abu 'Umar Muça Ibn Imran, notável alfaqui e asceta.

De Évora : Abu Mohâmmed Ibn Abdun, o mais famoso poeta do Alentejo na época árabe.

Da Jeromenha : Abu Zakaria Mohâmmed Ibn Zaki, citado no «Mushib», elogiou em verso o príncipe Ma'mun ben Dhy Nun de Toledo.

Da cidade de Lisboa : Mohâmmed Ibn Sauar.

De Alcabideche : Abu Zaid 'Abd Ar-Rahman Ibn Mucana que cantou em verso Edriz II, Rei de Málaga.

De Sintra : Bekr Ibn Dawud Al-Maruani, morreu em guerra contra os portugueses.

De Santarém : Abu Mohâmmed 'Abd Allah Ibn Sara, poeta distinto da época das 1.^{as} taifas.

Abu 'Abd Allah Ibn 'Abd Al-Barr.

Abu Hassam Ibn Bassam Al-Tujibi, o notável autor do grande cancionero crítico da «Adh-Dhakhira».

Na primeira oportunidade pensamos apresentar uma tradução portuguesa completa de todos os poemas destes autores insertos no «Kitab Al-Mugrib», com o devido comentário histórico e crítico.

JOSÉ D. GARCIA DOMINGUES

TOHO XVII - Fascículos 3/4

1989

Leito

Los usos del artículo en «El Victorial» de Gutierre Díez de Games (Contribución al estudio de la sintaxis del castellano en el siglo XV)

El artículo concordante en función de término primario

(Conclusão deste tomo, pgs. 66-145)

II

Artículo en función de término primario, acompañado de un complemento preposicional

§ 15.— *Artículo seguido de complemento preposicional con de.*

El empleo del artículo seguido de un complemento introducido por la preposición *de* constituye, como es sabido, una construcción típica, en todo asimilable a la del empleo del artículo con oración de relativo.

De acuerdo con el esquema seguido para el sintagma art. + rel., distribuiremos el material en dos grupos fundamentales: artículo con valor anafórico y artículo con valor de persona (¹).

(¹) Para las construcciones con art. + c. prep., vid. la bibliografía general de la nota (¹) del Capítulo I. Los esquemas con *ille* y complemento en genitivo constituyen, como es sabido, uno de los tipos de «Gelenkspartikel» de Gamillscheg—vid. el resumen en Lerch, ZRPh, LX (1940), especialmente págs. 163 y 166—. Cfr. el pasaje «de vinea S. Eulaliae et de illa de S. Justi» (Esp. sagr., a. 916), citado por Diez, p. 819—vid. Lerch, l. c., p. 115, n. 1.

1) Resulta difícil dar una estadística completa de los usos del grupo *el de* con valor anafórico, ya que con bastante frecuencia aparecen fórmulas sin artículo, que entran plenamente dentro del esquema.

a) Siguiendo el esquema trazado para el relativo, consideraremos un primer grupo constituido por aquellos casos en que el término de referencia lleva también complemento preposicional. El esquema será, pues: «el + sust. + de e el (art. anaf.) + de». Así: «El capitán contentó a la galera de Aragón e a la de Cartajena» (137/16), 333/31.

La fórmula representada por ambos ejemplos, la que más exactamente se ajusta al esquema, no es la que aparece con mayor frecuencia. La vemos sustituida inmediatamente por construcciones sin artículo. Cfr. 334/3 ⁽²⁾, 86/5, 37/7, 108/11, 18/26, etc. El hecho se relaciona con el empleo del artículo en series coordinadas.

También son asimilables a este esquema aquellos otros casos en que el nexo de unión no está constituido por una conjunción copulativa, sino por otras fórmulas. Así, los casos de repetición (199/9), (117/21), esquemas correlativos (25/13), o relaciones de otro tipo, dentro de la misma oración (107/22).

En este último tipo encontramos igualmente, ejemplos sin artículo, tales como el 263/25 («...yo he corrido e andado toda la su costa, también la costa de Cornualla como parte de Bernalnorte»), 304/4 ⁽³⁾, etc.

Dada la equivalencia general entre posesivo y complemento adnominal con *de*, podemos considerar incluidos dentro de este mismo grupo casos como el 340/9, 220/12. — Con elisión del artículo, 150/20 («La yntención suya, e de los nobles duques, e...»), 26/31.

⁽²⁾ La construcción del ejemplo es dudosa, ya que *de* puede depender directamente de *tenía cargo*, y no de un elidido *las (guardas)*. Cfr. a continuación: «Otro sí, de las guardas del real, e del quierpo del rey mesmo».

⁽³⁾ Díez, l. c., Keniston, 1137. La elipsis del artículo es especialmente frecuente cuando debería ir precedido de la preposición *de* — vid. García de Diego, págs. 311-312, aunque los ejemplos que allí examina no se corresponden exactamente con los esquemas que reseñamos —; así, en algunos de los pasajes ya aducidos, y posiblemente en casos como 336/4 («...non paresçia ninguno de la hueste de los xpianos; e de los moros, muy mucha gente»). Cfr. también 33/16 («... que todas las almas de los malos yban al

Keniston⁽⁴⁾ cita 3 ejemplos, todos ellos pertenecientes a lo que hemos llamado fórmula pura, con conjunción copulativa o disyuntiva. Para la fórmula sin artículo, cita 4 casos (todos con posesivo) y da como estadística 4-4⁽⁵⁾. Pidal⁽⁶⁾ cita algún caso del *Cid*, con elisión de artículo («besaron las manos del rey e despues de myo Çid» v. 3423).

No puedo citar ningún ejemplo del grupo *el de* en predicado de tipo identificativo, fórmula que Keniston⁽⁷⁾ recoge al menos para un caso. Pero encuentro documentada la fórmula sin artículo en este tipo de construcciones. Cfr., p. ej., 41/22⁽⁸⁾.

Algo parecido ocurre en 329/33 y 26/22.

Todavía podríamos añadir algunas notas a este número. Como es lógico, el empleo del artículo anafórico presupone la existencia del artículo adjetivo en el término de referencia⁽⁹⁾. Así, no puede

ynfierno; e aún *de* los buenos, si los ende auía»). Pero para estas omisiones, hay que tener en cuenta el empleo del artículo con lo que, de un modo amplio, pudiéramos llamar «series coordinadas» —cfr. M.-L., § 228, etc.—. En 33/16, el segundo complemento se encuentra separado del primero por una serie de elementos oracionales; pero se trata de una construcción frecuente en nuestro texto, y que podríamos asimilar a los esquemas adj. + sust. + adj., que se dan con cierta frecuencia en el texto; en definitiva, se trata de la misma técnica del «retoque», ya varias veces reseñada. La similitud entre atributo adjetivo y complemento adnominal —M.-L., §§ 9 y 212, etc.— es causa de que en 33/34 («...vno de los más honrrados e *de* mayor trauajo que...») haya bastado el empleo de un solo determinante. — Para el empleo en español de la llamada «comparatio compendiaria», vid. Cuervo, 1d *ibid.* (p. 103); también S. Fernández, p. 280, Keniston, 26.631, etc. A este tipo de construcción obedece probablemente la aparente hipérbole de Corfés: «Tiene otra plaza tan grande como dos veces la ciudad de Salamanca» (p. 86; en cambio, p. 198: «...que es una plaza harto mayor que *la de* Salamanca»).

(4) Keniston, 11.33. Incluye también los casos de dos fórmulas *el de* contrapuestas.

(5) Keniston, 11.331.

(6) Pidal, § 117, 1. — Vid. también M.-L., § 228.

(7) Keniston, 11.35. Cfr. su anotación: «The demonstrative is not expressed if the distinction is only between possessors».

(8) Resulta, por otra parte, dudoso si en el ejemplo en cuestión se trata de una fórmula realmente «identificativa» o simplemente «adscriptiva». — Cfr. también con *llamar* o *decir*: «...de vna delas doze casas de Franzia, las quales dicen de la Flor de Franzia» (241/28), y compárese con 78/18 («...contra la torre que llaman de Villaviçiosa»), 104/7, 75/16, etc.

(9) Exige, al menos, que esté determinado. — Para el caso del posesivo, vid. los ejemplos citados más arriba.

extrañarnos la ausencia del artículo en casos como 89/25 («...e viniendo por consejo de su padre e de sus parientes...»), 341/6, 321/29, etc. ⁽¹⁰⁾, y por otro lado 41/33, etc.—Otra variación posible es la repetición del sustantivo que actúa como término de referencia, cosa que ocurre con relativa abundancia en nuestro texto. Cfr., p. ej., los números 278/7, 166/25, 22/15, 71/31, 202/11, 263/25, etc. Este tipo de construcciones abunda especialmente en el caso de títulos jerárquicos seguidos de nombre propio, como en 53/8, 332/4, 333/3, 245/13, 245/34, etc. ⁽¹¹⁾.

b) Lo que consideramos como tipo 2º de art. anaf. + rel. no está representado aquí propiamente. Podríamos incorporar a él algún caso de los que en el § 4º examinamos como intermedios entre este tipo y el siguiente, es decir, los ejemplos con determinante, de los que citaremos los números 32/5, 67/7.

c) El tercer grupo lo podemos iniciar con el 68/7. Dentro de este esquema cabría señalar otros casos que, aunque en rigor pertenecen al tipo 1º, por la distancia existente entre el término de referencia y el artículo, parece como si tuvieran debilitada la fuerza contrapositiva, que suelen presentar los ejemplos allí citados. Tales son los números 188/19 y 17/7.

Es interesante la relativa abundancia—para el grupo art. + rel. sólo pudimos citar algún caso en el § 4º—de las fórmulas con aposición aclaratoria ⁽¹²⁾, en que dos o más complejos de art. + prep. especifican lo representado por el término de referencia. Cfr.: «...donde estauan dos árboles, *el del sol* e *el de la luna*» (17/1).

Algo parecido es el esquema de 106/25.—En fórmulas mixtas, tenemos el 255/12, y por otro lado, los números 279/10, 335/12. Empleo sin artículo en los dos miembros encontramos en 334/34, al que podemos añadir una serie de ejemplos en que la ausencia

⁽¹⁰⁾ Vid. también el 154/3 («...a honrra e pró mía e de mis reynos»), etc.

⁽¹¹⁾ Cfr. además 202/18 («...vna puente... como *la puente de Sevilla*»), etc.—Por otra parte, 249/17, 159/25, etc. Podría hablarse de una «tendencia antizeugmática»—. Compárese, por ej., con el siguiente pasaje de la *Guerra de Granada*: «Era el Marqués [de Vélez] ... y entre él y el marqués de Mondéjar hubo siempre... *El de Vélez* sirvió al emperador... *el de Mondéjar*...» (reproducido por Cuervo, p. 102)—vid. S. Fernández, p. 298.

⁽¹²⁾ Vid. más abajo, para las fórmulas con *el de* en aposición a nombres propios.

del artículo deja un matiz de equivocidad para el lector moderno Cfr. 39/21, 92/17, etc. ⁽¹³⁾ :

«...A este tal llaman bençedor, porque no quedó benzido para la primera muerte *del ynfierno*» (39/21, construcción repetida en 92/17, etc.).

Cabría notar que los ejemplos citados no parecen presentar la misma fuerza evocativa que sus equivalentes con art. + rel., lo que se ve de modo más claro confrontando con algún ejemplo en que el grupo art. + prep. actúa al mismo tiempo como antecedente de un relativo; así, el 336/15, y sin artículo, el 157/2 ⁽¹⁴⁾.

En cambio, no encuentro ninguna fórmula con nombre propio, del tipo 'D. Alfonso el de las Navas'. En la larga lista de «Alfonsos» citada en 118/25 encontramos construcciones con relativo y adjetivo o sustantivo, pero nunca el esquema *el de*. En el resto de la obra, tampoco los encuentro, ni en la fórmula que pudiéramos llamar «caracterizadora» ('D. Alfonso el de las Navas') ni en la «adscriptiva» ('D. Alfonso el de Aragón') ⁽¹⁵⁾.

Keniston ⁽¹⁶⁾ reproduce dos ejemplos del tipo de «D. Juan

⁽¹³⁾ Parece evidente que en 92/17 hay que suponer una pausa melódica antes de la preposición *de*, correspondiente al movimiento de «retoque». Vid. también 326/33 («...como el otro trato *de Montalbán*»), y cfr. con 250/18.

⁽¹⁴⁾ En 157/2, naturalmente, *donde* no especifica al grupo (*el*) *de*, sino sólo a *aquellos*. Pero, en todo caso, la fuerza «evocativa» de la fórmula se debe en gran parte a la presencia de dicho relativo. Cfr. con 147/24, y vid. también la nota ⁽¹⁰³⁾ del capítulo precedente.

⁽¹⁵⁾ En realidad, la diferencia entre los dos matices es casi nula, al menos para nuestro sentido lingüístico. La voluntad de contraposición a otros posibles 'don Alfonso' queda patente en las dos ocasiones. — Para la distinción entre fórmulas discriminantes y afectivas, vid. la cita de Spitzer, en la nota ⁽¹⁰³⁾ del capítulo precedente — vid. también M.-L., § 252, etc. — La diferencia entre *...el de* y *...de* es equiparable a la que se produce entre *...el que* y *...que*. Vid. Spitzer, RFH, VII, p. 265, n. 2 y la nota ⁽¹⁵⁴⁾ del capítulo anterior. Cfr. también Diez, p. 819, M.-L., § 158, etc. — Compárese con los siguientes pasajes del *Alexandre*: «Con él yxió don Paris *de* la grant fermosura» (v. 460a; traducción del latino: «Hunc sequitur *forma melior*, non fortis in armis Belli causa Paris, patriae funesta ruina»; vid. Alarcos Llorach, *Investigaciones sobre el Libro de Alexandre* [Madrid, 1948], p. 127), «Su hermano con él, Paris *de* la montaña» (v. 576c; en O., «*el de la montaña*»; vid. *ib.*, p. 150).

⁽¹⁶⁾ Keniston, 11.34. — Keniston incluye también las construcciones del tipo de «!O piedad *la de* Dios!» — vid. S. Fernández, p. 272 — y «ella, *la de* las buenas vezes». La estadística total es 3-4.

de Benavides, el de Baeza» o «Dido la de Carthago». Para el *Cid* basta citar la fórmula acuñada «myo Çid el de Biuar» (17).

Falta igualmente la construcción tras nombres geográficos, que encontramos en el *Cid* («en su mano tenie a Çelfa la del Canal» v. 869 (18). La fórmula sin artículo y con *de*, representada por 312/33 («...Vayona de Gascueña»), 55/13 — con nombre de persona, «...del rey don Fernando de Aragón» (324/5), «...madama de Xirafontayna» (244/30), etc. — alterna con otras construcciones en que la preposición es *en*, tales como las que aparecen en 77/18, 215/24, 176/14, etc. (19).

d) Para el cuarto tipo, el constituido por una fórmula de art. + + prep. precedida de la preposición *de* y con valor partitivo, podemos citar algún ejemplo, como 220/9, 294/31, 301/18. Pero parecen ocupar un lugar intermedio entre el valor anafórico y el puro sentido de persona algunos casos en que el término de referencia es el sustantivo genérico *hombres*, lo que ocurre en 59/32 y 162/14. También creo que es claro el valor de persona en 143/2 (20).

e) La misma fluctuación entre los dos valores ofrecen, fuera ya del esquema partitivo, algunos otros casos. Así, el 334/14, 43/22, 78/3.

f) Son escasos los ejemplos de dem. + prep. Un ejemplo puede bastarnos para percibir el acusado matiz deictico del pronombre; es el 104/4.

g) También en un lugar intermedio podemos colocar ciertos casos en que no hay anáfora propiamente dicha, sino elisión de un sustantivo conocido. Así, los ejemplos en que aparece omitida la

(17) Pidal, § 117, 1. — También *myo Çid el de la luenga barba* (v. 1226), *Alfonso el de Leon* (vv. 1927, etc.) — pero *Alfonso el castellano* (vv. 495, etc.) —, etc. Vid. Pidal, §§ 113, 1., 121, 2., Hanssen, § 535.

(18) *Çelfa la del Canal* — también *Canal de Çelfa* (v. 1194); vid. Pidal, II, p. 571 —, alterna con *Çelfa, la que dizen de Canal* (vv. 649, 1630, etc.) — Pidal, § 142, 2. — Vid. la nota (8) y la (160) del capítulo precedente. También más adelante, nota (21). Además, Spitzer, RFH, VII, págs. 262, n. 1 y 266.

(19) No interesan los casos en que el autor ha tratado de reproducir literalmente un nombre extranjero tipo *Vuyvilla en Pontiau* (249/16), *Bollonia sa-la-mer* (248/34), etc.

(20) Para *el de* con valor partitivo, vid. Keniston, 11.36. — En cuanto al 143/2, cfr. con 93/29 («Acaeciō en ellas vno de los grandes príncipes de

palabra 'batalla' o 'jornada'. Cfr. 119/1, 229/32, 233/25 ⁽²¹⁾. A estos ejemplos citados cabría añadir el 30/16 («E sienpre fué guardada aquella horden, hasta el del rey don Rodrigo, que fué...») ⁽²²⁾.

2) La fórmula *el de* con valor de persona no parece tan abundante como su equivalente con el grupo *art. + rel.*

a) Escasean mucho los casos con artículo singular. Sólo puedo citar el 257/8.

b) Respecto a la forma plural, no interesa aquí la distinción entre el carácter generalizador o identificador del sintagma. Cabría en todo caso hacer una diferencia entre los casos que se refieren a una *clase*, como el 2/32 ó 42/17, y aquellos otros en que la mención va dirigida a un *grupo* históricamente determinado, como ocurre en 59/34 y en la mayor parte de los ejemplos recogidos.

Es frecuente que el sintagma aparezca repetido en dos fórmulas coordinadas o relacionadas de algún otro modo. Es lo que ocurre en 344/3, 334/10, 325/3, 102/4, 2/32, 60/7; con variación a esquemas equivalentes, el 99/9. Por otro lado, aparece la coexistencia de los grupos *el de* y *aquel que* en algún caso, como el 325/15, al que cabría añadir algún otro ejemplo con *el que* (269/28).

En cuanto al oficio del sintagma, podemos dar los siguientes datos aproximados:

Sujeto: 32 ⁽²³⁾.

C. directo. — *Sin «a»*: 2.

Con «a»: 6 ⁽²⁴⁾

Troya) y con *Cortés* (p. 16): «...hasta ciento y cincuenta personas *de los indios del pueblo*».

⁽²¹⁾ Antes se ha hablado de *vatalia*, reproducido aquí por *la*. Pero, con todo, no creo que pueda interpretarse como empleo anafórico en sentido estricto. — En rigor, y como indicamos en la nota ⁽²⁶⁾ del capítulo precedente, los ejemplos citados en § 4.ª se reducen a esta misma fórmula — vid. también nota ⁽¹⁸⁾, etc. —. — Para la construcción cfr. Pidal, §§ 117, 1., 127, 4., Cuervo, *Id. 233* (p. 102), Academia, § 195c 5º, Keniston, 11.39, etc.

⁽²²⁾ Sería uno de los pocos casos de zeugma avanzado en nuestro texto, ya que el antecedente 'tiempo' está contenido en la palabra *sienpre*. Pero cfr. el 79/15, citado en § 4.ª.

⁽²³⁾ No distingo entre sujeto de verbo activo o pasivo, como tampoco otros detalles que no nos interesan directamente. En las dos documentaciones de 334/10, falta propiamente el verbo concertado.

⁽²⁴⁾ El 180/3, que hemos incluido entre los casos de *c. dir. sin prep.*

C. *indirecto* : — 1.

C. *preposicional* : — Con : 10 ⁽²⁵⁾

Contra : 1

De : 9 ⁽²⁶⁾

En : 2

Entre : 1

Para : 1

Sólo en dos de los ejemplos citados aparece la fórmula precedida de *todos*. Son los números 32/8 y 57/14.

c) El complemento de la preposición es siempre un nombre o pronombre, salvo en 5 casos aproximadamente (52/31, 59/29, 347/9, 205/24, 326/9) en que está constituido por un adverbio, y a ellos podemos añadir aún el anafórico 25/13. — Keniston ⁽²⁷⁾ da para el primer caso la cifra de 30-272, y para el segundo la de 4-5. Además, reproduce un caso con infinitivo, fórmula que no aparece en nuestro material.

d) Quedan únicamente por hacer algunas observaciones. En algunos casos de los estudiados el sintagma está constituido por la expresión *los de caballo*. Con ellos podríamos comparar los números 102/33 («...con treientos *de a cavallo*...») y 345/21 («...con quanta gente pudo aber *de cauallo e de pie*») ⁽²⁸⁾, y todavía sería asimilable el 343/13 («E la gente de pie del adelantado...e los

aparece en una construcción con infinitivo («...mandó llamar *los del* su consejo»). Vid. notas ⁽³³⁾ y ⁽⁵⁵⁾ del capítulo anterior. — Por lo demás tampoco aquí he llevado con mucho rigor la separación entre c. dir. y c. ind. Los casos sin *a* dependen de *recoger* y *llamar*; los que presentan *a*, de *ver*, *amar* (dos), *prender*, *requerir* y *robar*. El único ejemplo con c. ind., de *dar* (*que hacer*).

⁽²⁵⁾ En 78/3, 93/2, 97/26, 117/15, 265/1, 324/13, 325/15 y 347/7 la fórmula depende directamente del verbo. En 325/3, presenta más estrictamente sentido de «compañía».

⁽²⁶⁾ Números 56/13, 60/7, 90/3, 172/1, 172/34, 208/11, 162/30, 52/31, 27/1, todos ellos con diversos matices — he incluido los casos de preposición compuesta, como *con ayuda de*, etc. —, pero sólo los tres últimos presentan sentido más o menos claramente «partitivo». — Vid. Keniston 1136.

⁽²⁷⁾ Keniston, 11.30, 11.32, S. Fernández, p. 273. — En 11.31, cita Keniston, algún caso con infinitivo. — Para *todo el de*, da un total — entre singular y plural — de 6-6 con nombre o pronombre, y 1-1 con adverbio.

⁽²⁸⁾ Naturalmente, un hipotético *«con treientos de *los de a cavallo*» supondría una actualización de la «clase» existente por sí, o de un «grupo» determinado por las circunstancias. Cfr. con 208/11 («...por miedo de *los de las*

*suyos de cavallo...»), que citaremos mas adelante. La misma equivalencia la gente de = 'los de' encontramos, por ejemplo, en el antes citado 78/3.—Con el varias veces documentado «los de la villa» cabría comparar otros casos como el 202/23 («Lanzaron tantas lonvardas e truenos de la villa, que los de las galeras quidaron ser anegados»), donde la contraposición existente movería a pensar en un empleo sin artículo, como los que hemos podido comprobar para el esquema anafórico⁽²⁹⁾. Más clara parece esta interpretación en aquellos casos en que el artículo iría precedido de la preposición *de*, como en 24/1 («...matando e prendiendo quantos pudiere aber de la çidad»), y lo mismo en 155/33, 304/4, etc.—Nos limitaremos a enunciar, aunque no pertenezca a este número, sino al anterior, la alternancia del tipo 4º anafórico con la construcción participativa que aparece, por ejemplo, en 53/18 («...porque savia que muchos de los cavalleros de su reyno...»).—Una última alternancia: *los suyos* = 'los de él' no se da propiamente en nuestro texto, ya que no aparecen en las construcciones con *el de* seguido de un pronombre personal.*

e) Algún ejemplo de *aquel de*, que hemos podido examinar, ofrece características especiales, por encontrarse en una oración de relativo. Así, el ya citado 147/9 («*Aquellos de Troya* donde tú bienas») ⁽³⁰⁾.

§ 16.— *Artículo seguido de otros complementos preposicionales.*

No son muy numerosos los casos de artículo término primario seguido de una preposición que no sea *de*.

Son especialmente interesantes los casos en que un infinitivo se enlaza con el artículo por medio de la preposición *por*. Entre los ejemplos, podemos citar alguno asimilable a lo que hasta aquí hemos considerado como tipo tercero de artículo anafórico, y que presenta, además, la peculiaridad de contraponerse a otro esquema

ballestas»), 334/14 («...e los de caballo e los de pie, todos puestos en batalla»), etc.

⁽²⁹⁾ Pero, lógicamente, la interpretación más natural es suponer un sentido *de* = 'desde', y *lanzaron* sin sujeto expreso. Cfr. con 254/32 («...que non lo beyan en la galera del capitán, e beyanlo todos los otros»).

⁽³⁰⁾ S. Fernández, p. 239, Keniston, 11.29.

de artículo anafórico seguido de adjunto nominal. Así, el 68/17 («*Ansí dixerón de los pasados, e dirán de los por venir*»). Algo parecido ocurre, pero esta vez dentro del esquema del tipo cuarto, en 305/16 («...e fablaron en muchas cosas de las antepasadas e presentes, e *por benir*»), donde la voluntad de contraposición dejó paso al empleo en serie coordinada con artículo único. Mas claro resulta, en cuanto a su adscripción al grupo cuarto, el 168/3.

Keniston⁽³¹⁾ da para la fórmula *el por* la estadística de frecuencia 2-2.

También cabe el empleo del artículo sustantivo seguido de la preposición *sin*⁽³²⁾. Así, en 6/29 («...los *sin berguença*...»).

A los ejemplos anteriormente citados de preposición *de* tras nombre propio, podemos añadir aquí el 26/28 («...hasta el tiempo del rey don Juan el Católico *sin bentura*...»).

Por último, tenemos algún caso de la fórmula *el sobre dicho*, en que resulta difícil dilucidar si la preposición se ha soldado totalmente al participio. Así, en 44/8.

III

Artículo en función de término primario, acompañado de adjunto nominal o pronominal

§ 17. — A diferencia de los esquemas hasta aquí estudiados, en que el artículo posee un claro valor sustantivo⁽¹⁾, los que pasamos a examinar ofrecen un carácter más complejo y, por regla general, presentan también más debilitado su valor deíctico. El hecho re-

(31) Keniston, 11.393 y 37.785 final.

(32) Vid. S. Fernández, p. 275, n. 1, Keniston, 26.981. Cuervo. Nota 54, IIa.

(1) Vid., sin embargo, la nota (9) del C. I. — Siguiendo el esquema trazado, nos corresponde tratar aquí de estas agrupaciones del artículo con nombre o pronombre. — El criterio de la clasificación, en todo caso, es más bien formal, y por ello procuro esquivar en lo posible las cuestiones de interpretación teó-

salta de modo especialmente claro en los casos que en los capítulos anteriores consideramos como de sentido general de persona, y también por la circunstancia de que otras lenguas romances, como el francés o el italiano, incapaces, al menos en su estadio actual, de agrupar el artículo con oración de relativo o complemento preposicional, lo usan, en cambio, acompañado de adjetivo o pronombre.

§ 18.— *Artículo acompañado de posesivo.*

Por su íntima relación con las fórmulas de art. + prep. *de*, que estudiamos en el § 15, examinaremos en primer lugar las agrupaciones de artículo y pronombre posesivo.

1) Siguiendo el esquema trazado en páginas anteriores, consideraremos en primer lugar los casos de valor anafórico, que además, son los que ofrecen más claramente destacado el valor independiente del artículo.

a) Al primer grupo pertenecen, de acuerdo con lo establecido para otras fórmulas, aquellos casos en que el antecedente o término de referencia se encuentra también acompañado del posesivo. Cfr.: «...que él ge lo faría conosçer de su querpo *al suyo*» (80/13). Idéntico, el 224/10. La misma fórmula presenta también el 331/4. Con distintos posesivos, tenemos el 70/12, 71/18.

A este grupo podemos incorporar también ciertos casos en que el término de referencia no va acompañado de posesivo, pero el artículo adjetivo hace el oficio de éste. Así, en 237/17, 28/15. — También, los casos en que el antecedente va seguido de un complemento adnominal con *de*, de matiz «posesivo». Así, el 26/9 («Las señales de Ponpeo e *las suyas*...») y el 340/29.

Pero también aquí el empleo del artículo depende del tipo de mención de la frase. No extraña, pues, que no aparezca en un caso como el 154/3 («...e faga todo este fecho con deliberación, e vuestro aquerdo e *suyo*, a honrra e pró mía e de mis reynos») ⁽²⁾.

rica. — Vid., para este capítulo en general, S. Fernández, § 141 y págs. 328-29.

⁽²⁾ Cfr. S. Fernández, p. 235 y la bibliografía de la n. 1 de la misma página.

b) Lo que consideramos como tipo 2º de art. + rel. no se encuentra representado en esta fórmula. A él pudiéramos asimilar algún caso como 255/19 y quizás el 285/22 que, juntamente con 121/1, por presentar muy debilitada la voluntad de contraste, encargarían dentro del tipo 3º.

c) Del 4º esquema sólo dispongo de dos ejemplos — uno de ellos doble —: 43/33 y 291/19⁽³⁾.

d) Con posesivos de otras personas, la documentación es, lógicamente, mucho menor. Podemos citar, no obstante, algún caso, como 255/12, 282/31 («...e fallamos esta tierra, e poblamos en ella, desterrados de *la nuestra*»), 161/12 («...E si *el tuyo* bençiere...e si *el nuestro* bençiere...»; el antecedente se ha citado en 161/10).

e) Prescindimos de otras fórmulas que alternan con las estudiadas, especialmente, con la construcción de tipo partitivo.

f) No tengo documentada en mi material la construcción de art. + pos. como predicado de actos identificativos, que Keniston⁽⁴⁾ recoge con la frecuencia 1-1. La mayor parte de los casos de posesivo sin artículo en fórmulas predicativas que encuentro carecen de voluntad de identificación. Así, en 212/19, 231/22, 260/23, etc. Pero queda alguno en que, al menos, cabe dudar, como en 147/17 («...que te partas desta conquista que non es *tuya*») y sobre todo, en 22/21 («...e que auía vsado de ofiçio que no hera *suyo*») y 198/22 («...que *suya* hera la mayor deshonorra»).

2) La construcción con valor de persona ofrece ciertas dificultades, por el carácter ambiguo del artículo. Cfr. las observaciones de Keniston⁽⁵⁾, que agrupa, a la manera tradicional los casos de posesivo con artículo bajo el nombre de «possessive pronouns». S. Fernández, por su parte, parece asimilar a los usos «del adjetivo con el artículo sustantivo anafórico» los casos «sin antecedente con el valor general de persona»⁽⁶⁾.

⁽³⁾ Keniston, 12.16, da como estadística 1-1, pero su recuento se refiere a todos los pronombres posesivos.

⁽⁴⁾ S. Fernández, págs. 230-231 y la bibliografía por él citada. Keniston, 12.12 y 19.88, M.-L., § 177 final. — Para el tipo con exclamación y sin verbo, vid. S. Fernández, l. c., Keniston, 12.13. — Cfr. § 15, 1a. y la nota ⁽¹⁶⁾ del capítulo precedente.

⁽⁵⁾ Keniston, 12.

⁽⁶⁾ S. Fernández, p. 231. — Antes, p. 227, ha dicho que «los posesivos... son exclusivamente adjetivos... aunque se someten, en general a la

El problema del art. + pos. con valor de persona está en relación, por consiguiente, con el de las sustantivaciones. Admitiendo, provisionalmente, la equivalencia entre el carácter del artículo en estos empleos y en los hasta aquí reseñados, daremos una breve nota sobre ellos.

a) La forma singular se documenta también aquí con muy poca frecuencia. Sólo puedo citar un ejemplo, en que, por añadidura, el pronombre es femenino. Se trata del ya varias veces aludido 221/26. El valor anafórico no es claro.

b) Los demás casos se encuentran en plural, y con el sentido específico de 'sus seguidores', 'sus partidarios' ⁽⁷⁾. Solamente dispongo de un caso con posesivo de 1ª persona («...porque beo *los míos* morir...» 283/23). Los restantes, todos con posesivo de 3ª persona, y distribuidos, en cuanto a su función sintáctica, del siguiente modo ⁽⁸⁾:

Sujeto: 23 ⁽⁹⁾

C. directo.—Sin «a»: 1 ⁽¹⁰⁾

Con «a»: 4 ⁽¹¹⁾

C. indirecto: 1

misma clase de sustantivaciones que los nombres adjetivos» — vid. también p. 227, n. 1: «La sustantivación del posesivo no presenta caracteres diferentes de la del nombre adjetivo».

⁽⁷⁾ Vid. la cita de Keniston que acabamos de transcribir y 12.15, *Cid*, v. 2278, etc.

⁽⁸⁾ No creo necesario insistir en que los datos son sólo aproximados.

⁽⁹⁾ El pronombre aparece frecuentemente coordinado con el nombre del «poseedor», tipo «...el príncipe e *los suyos*» (212/8), 44/32, 165/11, 227/4, 230/30, 255/32. Algo parecido ocurría con la fórmula *los que* — vid. § 5_h.

⁽¹⁰⁾ Se trata del 134/8 («...Dios, aquel que non desanpara *los suyos*»). La a, por lo demás, puede estar enmascarada en la final de *desanpara*.

⁽¹¹⁾ Los verbos son *acorrer*, *mandar* (dos) y *vencer*. Nótese la construcción de 5/8 («...ansí que aquellos façían bençer a *los suyos*»), en que el complemento con a no depende de *façían*, sino de *bençer*, y la de 209/25 («...manda a *los suyos* aguardar aquel pendón») — compárese con 108/29 («...mandó a *los suyos* que dixesen...») y, por otro lado, con 283/23 («...porque beo a *los míos* morir e non los puedo baler»). — Considero, provisionalmente, todos estos casos como transitivos, sin entrar a fondo en el estudio de la cuestión. Para las construcciones con infinitivo, vid. especialmente el resumen de Reichenkron RF. LXII (1951), págs. 392 y ss.

<i>C. preposicional.</i> —A	: 1 ⁽¹¹⁾
Con	: 3
De	: 9 ⁽¹³⁾
En	: 1
Entre	: 1

c) De los casos citados, unos cuatro (175/21, 101/15, 227/16, 345/3) van precedidos del pronombre *todos*.

§ 19.—*Artículo acompañado de un adjetivo.*

Los inconvenientes a que hicimos alusión en el apartado anterior se agravan aquí, ya que es precisamente el artículo uno de los procedimientos que posee la lengua para sustantivar adjetivos u otras partes de la oración. Keniston⁽¹⁴⁾ distingue también aquí entre dos tipos de empleo.

Según puede verse en el lugar referido⁽¹⁵⁾, el tipo que Keniston llama «específico» incluye los casos de anáfora.—Creo que, en estas construcciones al menos, el artículo actúa como término primario⁽¹⁶⁾.

1) No son muy numerosos los ejemplos que paso a examinar, pero creo que son suficientes para dar una idea de la situación.

a) Encontramos testimoniado el primer esquema de artículo anafórico en algunos casos que parecen presentar de modo más per-

(12) Se trata del 227/16 («E cómo á puesto estatuto a sí e a todos los suyos»).

(13) Incluyo los casos de preposición compuesta (*detrás de*, etc.). Unos cinco poseen valor partitivo—vid. Keniston, 12.16—. Para el uso con *todo*, vid. Keniston, 12.21.

(14) Keniston, 25.422.

(15) Y por los ejemplos transcritos en 25.425.

(16) Cfr. S. Fernández, § 141 y p. 101, donde anota: «La referencia a la persona, realizada en casos especiales... por el campo de sentido del contexto, pero también sin él por el artículo que lleva asociada como todos los pronombres, especialmente en plural, la idea de persona, o suscitada sin otros auxilios por esta idea que es dominante siempre en el discurso, facilita estas sustantivaciones, menos frecuentes sin ninguna clase de términos secundarios pronominales. En algunos casos la sustantivación es dudosa y parece actuar la referencia anafórica del artículo o del pronombre en función de término

ceptible la voluntad de contraposición⁽¹⁷⁾. Así ocurre en las series coordinadas: «... ynquerir + acatar la causa material, + *la hefetiva*, + *la formal*, e *la final*» (1/19).

También, en fórmulas comparativas o correlativas: «...que se ponga el honbre a las cosas ardeñas como a *las muebles*» (3/27), 77/7.

Y en esquemas más o menos simétricos: «...que durante el buen tiempo se apareja para *el malo*; e durante el tiempo malo se apareja e está en esperança *del bueno*» (69/20).

En otros casos parece más dudosa la anáfora. Así, en 21/18.

b) Como pertenecientes al segundo tipo podemos considerar el 4/4 y, por otro lado, el 2/32.

c) Es curiosa la construcción que aparece en 131/24 («Mayor peligro es *el cierto* que *el dubdoso*»), donde la construcción normal pertenecería al tipo 1º (*«mayor es el peligro cierto que el dudoso»)⁽¹⁸⁾.

d) Para el tercer esquema tenemos el 68/17 («Ansí dixerón de *los pasados* e dirán de los por venir»), que citamos en § 16. El antecedente es la palabra *rey*, que aparece en la frase anterior.

e) El tipo en aposición y sin artículo, que tuvimos ocasión de reseñar en el § 15, c, se encuentra representado aquí por ejemplos como 1/10 («...governador de todas las cosas *besibles* e *no besibles*»).—Los casos de nombre propio seguido de art.+ adj. los estudiaremos aparte.

f) Por último, el cuarto grupo de artículo anafórico cuenta en este apartado con ejemplos como el 305/16, que tuvimos ocasión de examinar en el § 16, y también con el 346/34 («...que otros caballeros *de los pasados* e *presentes* que...»)⁽¹⁹⁾.

primario». S. Fernández distingue dos tipos de sustantivación —cfr. especialmente § 67, p. 113, n. 1, p. 117, etc. Lenz también distingue entre sustantivación absoluta y relativa §§ 73 y ss.; vid. también la bibliografía que cita en la p. 117, n. 1. Para la crítica de algunos de los ejemplos considerados por Spranger como casos de sustantivación relativa, vid. S. Fernández, RFE, XXII (1935), págs. 73-74.

(17) Recuérdese el pasaje de *Anthimus* que reproducimos en el § 1.

(18) Se trata hasta cierto punto de un caso de prolepsis. Cuando el adjetivo que acompaña al sustantivo no lleva artículo, tampoco lo presenta el segundo; así, en 260/16 («...e do lluvia temporánea e *serotina*»)—cfr. con 260/14,—, etc.

(19) Keniston, 25.437, reproduce cuatro ejemplos. En 25.439, cita dos de la forma predicativa.

2) Del examen anterior he excluido los casos de adjetivo en grado comparativo o superlativo relativo ⁽²⁰⁾.— Como señalamos en el § 1, las fórmulas con comparativo y superlativo entran dentro de los esquemas considerados por Löfstedt ⁽²¹⁾, como primeros ejemplos de demostrativo *ille* debilitado. Löfstedt rechaza la interpretación de Wolterstorff ⁽²²⁾, quien trataba de interpretar el empleo de *ille* con valor demostrativo debilitado ante comparativos y superlativos como una consecuencia del valor singular, casi de nombre propio, de los objetos por ellos mentados, y propone una explicación de acuerdo con su teoría general sobre la prehistoria del artículo («jedem Vergleich liegt ja gedanklich eine Gegenüberstellung zugrunde») ⁽²³⁾.

a) Tal vez uno de los ejemplos más cercanos, dentro de los nuestros, al citado por Wolterstorff y reproducido por Löfstedt («*qui, minorem illam Italiam captam atque in ditionibus regis antedicti redactam, maiorem petiit*») ⁽²⁴⁾, sea el contenido en 16/27 («E conosció los pescados. Vió cómo comían *los mayores a los menores*»).

b) Es interesante también la relativa abundancia de las construcciones con art. + superl. en aposición con su antecedente y seguido de una ampliación, generalmente formada por un relativo Cfr. 171/4, 220/31.

La fórmula se repite, con ligeras variantes, en 140/15, 66/17, 118/9, 52/33, 271/6—en los dos últimos casos, la ampliación relativa es sustituida por un genitivo partitivo—. Una leve diferencia de matiz parece presentar el 29/26 («...que el rey don Rodrigo, que fue rey de España, *el postrimero* de los godos...») ⁽²⁵⁾, asimilable, por otro lado, a los casos de art. + ordinal que veremos más

⁽²⁰⁾ S. Fernández, p. 100, nota la frecuencia del empleo de los adjetivos plurales en forma superlativa, pero refiriéndose a los casos de sustantivación. Vid. Keniston, 25.432, 25.441, 25.443, 25.444, Cuervo, le págs. 103-104), etc.

⁽²¹⁾ Vid. Löfstedt, *Syntactica*, I, págs. 369 y ss.

⁽²²⁾ Wolterstorff, Gl, X, p. 69. Cfr. Löfstedt, p. 369.

⁽²³⁾ Löfstedt, l. c., págs. 369-70. Para el tipo *ille opulentissimus*, vid. la nota ⁽⁸⁾ del C. I.

⁽²⁴⁾ Löfstedt, l. c., p. 369, Wolterstorff, *Hist. pron. illc*, p. 69. El ejemplo es de la *Historia Francorum*. Vid. también Keniston, 26.591.

⁽²⁵⁾ Cfr. con 30/16 («...hasta el del rey don Rodrigo, que fué *el postrimero* rey del...»)—vid. Lenz, § 122—. Para todas estas construcciones, vid.

adelante. Es curiosa la construcción aposicional con la conjunción e intercalada, tal como aparece en 186/28 («...e fizo fazer dos galeras muy buenas a su costa, e armólas muy ricamente de gentiles hombres e ballesteros escogidos, e *las mejor guarnidas e fermosas* que nunca en nuestro tiempo hombre vió») donde en la edición se ha creído necesario introducir un «eran» tras la conjunción e, y también en 276/15 ⁽²⁶⁾.

c) Fuera de estos esquemas aposicionales, el complejo art. + + superl. aparece de modo preponderante como predicado del verbo *ser* o en funciones análogas.

En realidad, la fórmula aposicional no es sino una condensación de una frase copulativa. Tal vez represente una transición entre ambos esquemas el que encontramos en 99/17 («E otrosí, alieles e espaldeles, peles e corulleles, buscados por todas las marismas de Sevilla, *los mejores*, e que fuesen vezinos de aquella tierra...») ⁽²⁷⁾.

Son interesantes algunas construcciones en que el superlativo *mayor* se emplea, precedido del artículo, y contrapuesto a sintagmas como *el otro*, en enumeraciones de carácter apositivo. El antecedente constituye la clase con referencia a la cual actúa el superlativo. Así, en 225/27, 225/11, 299/21.

Pero son más típicos otros casos en que se destaca más el carácter identificativo del predicado. El antecedente puede estar incluido en el sujeto. Cfr.: «El rey Aduarte fue *el más* mejor que ovo en Yngalaterra, desde Artur acá» (225/17), 120/6.

El 120/6 nos muestra una serie coordinada de dos miembros en que sólo el primero va precedido del artículo, aunque el adverbio

S. Fernández, págs. 127-28 — en la p. 128, n. 1 dice que el artículo es en estos casos «un demostrativo anafórico» —, Keniston, 26.65. Ninguno de los ejemplos citados en el texto presenta empleo del artículo con el antecedente —Keniston 26.64—. Para el tipo francés *le remède le plus prompt*, vid. Lerch, ZRPh, LX, especialmente p. 130, etc., Spitzer, RFH, VII, p. 266, n. 1, Bruneau-Brunot, §§ 286, 309 4º, M.-L., § 162, etc. En cambio, en 220/31 tenemos un caso de uso tras un nombre acompañado de posesivo: para la explicación, vid. Spitzer, l. c., p. 268 y n. 2 de la misma página.

⁽²⁶⁾ Cfr. Spitzer, l. c., p. 266, n. 1, donde explica la formación de este superlativo por condensación de frases verbales.

⁽²⁷⁾ Cfr. inmediatamente antes: «E otrosí fuertes remeros, criados de mar, e que fues[en] bien animalados; e otrosí que fuesen buscados *los mejores vallesteros...*».

acompaña a los dos⁽²⁸⁾. Aparece, en cambio, con empleo repetido del artículo un caso en que el antecedente se halla situado entre los dos sintagmas superlativos; es el 146/3.

También puede ocurrir que la palabra término de referencia se una al grupo art. + superl. en forma de complemento partitivo. Es lo que podemos documentar en 161/2 («...que así como él hera *el mejor* de los príncipes...»). A este tipo pertenecen, ya sin anáfora verbal en sentido estricto, los números 61/29 y 209/7.

Carácter especial presenta la construcción documentada en 201/14 («...que la gloria que algunos an de las vatallas, que éste hera *el mayor*»), ya que el antecedente, *bien*, se encuentra fuera de la frase, bajo la forma «...que éste es *el mayor bien*» (201/10, 201/11, 201/17, etc.).

d) Al esquema que en apartados anteriores consideramos como modelo 4.º de artículo anafórico, es decir, la fórmula inversa a la contenida en 161/2, se ajustan los números 20/27 («Tomaron de cada linaxe *de los mayores* de Roma vno»), 301/25, 78/12, 333/34 y 273/5 («...que me enbén quatro o çinco honbres *de los mejores dellos*»).

e) A las construcciones reseñadas en c), podemos añadir un caso de complemento subjetivo⁽²⁹⁾ precedido de la preposición *por*. Es el 206/19 («...e llevó el cruzefijo de Santa María de Finesterra, que hera nonbrado *por el más devoto* de todas las partidas»).

3) Como complemento a los números 1) y 2), que acabamos de examinar, reseñaremos someramente algunas fórmulas que altemian con las estudiadas en ellos.

Una de ellas es, como ya señalamos en apartados anteriores, la repetición del término de referencia. Así, frente a lo citado en 1/19

(28) Vid. Keniston, 26.66, Lenz, § 77. — Para *más mejor*, García de Diego, p. 295, Hanssen, § 479, M.-L., § 47. — También Pidal, § 124,4-5, Spitzer, l. c., p. 266, n. 1 final. Vid. también 303/16 («...porque ella hera tan generosa como ninguna de las reynas de toda España, e donzella mejor enfamada e de *tan alto linaxe*») y compárese con las construcciones que cita Pidal en § 125.3. — aunque aquí la partícula parece tener simplemente valor comparativo.

(29) Utilizo frecuentemente la denominación «complemento subjetivo» para el predicado, siguiendo la nomenclatura utilizada por Keniston (1-22, etc.). Naturalmente, no creo que exista peligro de confusión con el llamado «genitivo subjetivo».

(vid. 1a. de este mismo apartado), encontramos reproducida la palabra *causa* en 2/1, 2/2, 2/3. Algo parecido ocurre en 16/30, 29/17, 332/34, 4/2, 30/16, etc. También, en 174/14 («Ella traya muy buenos maestros de piedra, e de madera, e de fierro *los mejores mecánicos* que podrian ser fallados»), ejemplo que alterna con los citados en el número 2b.

Ya hicimos alusión (vid. el número 1e.) a la existencia de ejemplos en que el adjetivo aparece en aposición con un nombre sin ir precedido del artículo. Al caso allí citado cabe añadir los números 72/15, 220/2, 288/29 (con la forma comparativa), etc. Con carácter algo distinto (la presencia del artículo matizaría la expresión con un tono parecido al de los ejemplos reseñados en el § 9.), tenemos 39/23, 135/22, 100/11, 189/12. etc.

Es evidente que frente al esquema estudiado en 2b., que podríamos representar por «un + sust., el más... que», existe la posibilidad de emplear el adjetivo, precedido del artículo, en posición atributiva: «el más... + sust. + que». Es lo que encontramos en 29/29, 239/26, etc. En forma partitiva («uno de los más... + sust., + que»), cabe citar los números 304/18, 16/12, 21/17, 161/19, etc. (30).

Al 146/3 se contraponen aquellos ejemplos en que la segunda fórmula superlativa, pospuesta al sustantivo, aparece sin artículo. Véase, por no citar sino un caso, el correspondiente a 100/11 («...e a Juan Bueno, cómitre de Sevilla, el mejor marinero de galeras e *más cierto* de toda España»); con la forma positiva, 196/22 etc. — También alterna, como es lógico, con estas dos variantes, aquella en que los dos esquemas superlativos preceden, con un sólo artículo, al sustantivo; así, en 41/24 («...Andrés Boca de Medina, *el más fuerte e más rico* villano que avía en Castilla»), y, con repetición del artículo, en 92/11.

En ocasiones, encontramos formas superlativas sin artículo como predicado del verbo *ser*. La dificultad consiste precisamente en rastrear el significado propiamente superlativo de la expresión. Pero éste parece claro en casos como el 283/25 («...doze caballeros de

(30) Es interesante el empleo de la forma positiva donde esperaríamos un superlativo en 93/33 («...savía ya cómo él hera hombre de grand guisa, e vno de *los generosos hombres* del mundo»). Vid. Keniston, 26.68, Hanssen § 482 y la bibliografía por él citada.

los en quien él fiaua, e los quél sabía que *mejores* serían para...»). La construcción se encuentra atestiguada para la forma con término de comparación expreso, en que no cabe duda acerca del valor del superlativo; así, en 38/3 («...tú serás *más honrrada* entre todos los otros árboles») ⁽³¹⁾.

Reseñemos por último las fórmulas del tipo de la contenida en 153/7 («Bruto es *el más generoso* hombre de quantos oy sabemos en el mundo»), que alternan con 161/2 y similares.

4) Mención aparte merecen los casos de nombre propio seguido de un adjunto nominal precedido del artículo.

Frente a la ausencia de la fórmula para las construcciones de art. + prep., encontramos aquí algunos ejemplos, que pudiéramos comparar a los estudiados en el § 9 ⁽³²⁾.

a) Tenemos, en primer lugar, casos de carácter preferentemente distintivo ⁽³³⁾. Se trata de expresiones acuñadas para designar a un monarca. Junto a «don Alfonso *el que* bençió la de Venamarín», aparecen, dentro de la misma serie (vid. § 9₆): «don Alfonso *el Casto*, e don Alfonso *el Católico*, e don Alfonso *el Magno*». El carácter preferentemente distintivo que poseen estos ejemplos queda patentizado por su coordinación con otro caso como «...e don Alfonso, *hijo* de don Pedro, señor de Cantabria», en que la construcción se sale de la fórmula acuñada, para dejar paso a una mera aposición caracterizadora sin artículo, como las que vemos más adelante. Al mismo tipo pertenecen los números 36/19 y el ya antes citado 26/28.

b) No difieren esencialmente del tipo anterior ciertos ejemplos

⁽³¹⁾ Vid. Keniston, 26.671. Cfr. también el 308/31 («...que heran a la sazón principales de su consejo»).

⁽³²⁾ Vid. para todo este número especialmente los trabajos ya citados de Spitzer, RFH, VII (1945), págs. 259-276, Lerch, ZRPh, LIX (1939), págs. 90-101, LX (1940), 113-190, Gamillscheg, *Zum romanischen Artikel und Possessivpronomen*, Furman Sas, RFH, IV (1942), págs. 100-103, M.-L., §§ 157 y ss. y 164 — también § 129, para la diferencia entre yuxtaposición atributiva y apositiva —, Hanssen, § 526, Academia, § 77c, S. Fernández, págs. 273, 297-98 y la bibliografía por él citada — también § 157 —, Keniston, 18.415 y 26.591, García de Diego, p. 304, Pidal, § 113, l., etc. Lida (p. 291) incluye dentro de las formas «grosseras» de Juan de Mena el sintagma «Fenicia *la bella*» — vid. también págs. 188-9.

⁽³³⁾ Vid. nota ⁽¹⁵³⁾ del C. I. — También Lerch, ZRPh, LX, p. 131, etc., Spitzer, l. c., págs. 272 y ss.

en que no se trata ya de la fórmula acuñada para personajes reales. Se ve claramente la voluntad de diferenciación en casos como 59/11 («Yban con él los dos Pero Gómez de Porras, *el moço e el viexo*») (35). Es curioso lo que ocurre con una serie de ejemplos en que aparece el apellido *Niño*. En el capítulo IX se nos habla de los dos «hijos pequeñeruelos» dejados por un duque de Francia, que vivió en Castilla, y de cómo el rey los llamaba *los niños* (47/17). Los antecesores de Pero Niño se llaman *Pero Fernández Niño* (61/13) y *Juan Niño* (55/17, 57/17, etc.). Aparecen también en el texto *Fernando Niño* (100/2, 107/31, etc.) y *Alfonso Niño* (342/22, 342/27, 343/10), sobrino y primo, respectivamente, del protagonista, quien por su parte, siempre es nombrado como *Pero Niño*. En cambio, su hijo D. Juan es *don Juan el Niño* (335/12), *don Juan el Niño de Portugal* (340/9), *don Juan de Portugal el Niño* (340/19). El otro hijo, *Fedro*, fruto del primer matrimonio del caballero, aparece una sola vez y sin apelativo (89/29).—Fuera de estos casos, el esquema abunda poco. Sólo puedo añadir algún

(34) El editor ha colocado minúscula, frente a los otros nombres que entran más directamente en la categoría de los apodos.—Vid. Lerch, 1. c., págs. 152, 155, etc.—El tipo *abbate Macario illo maiore* era uno de los que Gamillscheg consideraba como uso de *ille* en función de «Gelenkspartikel». Lerch (ZRPh, LIX, p. 92 y LX, p. 172, etc.) considera, por el contrario, el uso de *ille* en tales fórmulas como empleo del demostrativo o, en todo caso, del artículo—Spitzer, 1. c., p. 266.—Se trata de una «unterscheidende Apposition». A este respecto es interesante la comparación con el tipo *Marcus Flavonius ille magister*, que Lerch (1. c.) interpreta como un demostrativo «notissimus» ('der bekannte')—lo mismo Löfstedt, *Syntactica*, I, p. 376, n. 1.—Pero lo interesante es que en este último caso la aposición va seguida de una aclaración oracional de relativo (*annos qui centum vixit bene semper*); ya que tal ampliación no parece referirse al complejo *M. F. ille m.*, sino sólo al elemento aposicional; de ser así, *ille* tendría una función estrictamente adjetiva, mientras que en las otras construcciones actúa más bien como pronombre sustantivo reproductor del nombre precedente—vid., S. Fernández, p. 128, n. 1 y p. 273, donde, como ya indicamos, califica tales esquemas de intermedios entre anáfora y referencia al concepto general de persona—; si, como insinúa Spitzer (1. c., p. 276), la aposición es el resultado de una frase condensada, el artículo en todos estos pasajes sería el antecedente de un relativo implícito y presentaría, en consecuencia, al menos en origen, función de término primario—otra parece ser, sin embargo, la explicación del mismo Spitzer (1. c.)—. —Cfr. finalmente, Keniston, 26.591, Löfstedt, págs. 365 y ss., 377, etc. y la nota (5) del C. I.

ejemplo como el contenido en 291/9 («Rui Díez de Mendoza el Calvo») ⁽³⁵⁾. Pero son mas frecuentes los usos de adjetivo sin artículo, del tipo de *Juan Bueno* (136/20, 100/11, 135/26), nombre de uno de los cómitres que acompañaban a Pero Niño en sus expediciones por el Mediterráneo.

c) Examen especial merecen los nombres de personajes de la Antigüedad. Interesa especialmente la alternancia entre las construcciones n. propio + art. + adj. y art. + adj. + n. propio, estudiadas detenidamente por Lerch y Spitzer ⁽³⁶⁾. Así, en 24/26 se nos narra cómo Pompeyo, tras regresar victorioso a Roma, «fue llamado de allí adelante el *gran Pompeo*», expresión que reaparece en 26/1, 20/19, 25/5, 276/2, frente a *Ponpeo el Grande*, documentado en 201/27. Sólo encuentro atestiguada la primera forma para *Ercoles* (29/27, 43/30) y *Alixandre* (43/30) ⁽³⁷⁾. Respecto a este último personaje, lo único digno de destacar es la documentación de la fórmula *Alixandre Almacedón* (13/11, 13/14, 9/21).

⁽³⁵⁾ Spitzer habla (l. c., p. 274) de «apodos rústicos del tipo *Juan el Haldudo*»; vid. también la n. 2 de la misma página y las págs. 272-73; en la n. 1 de la p. 273 se refiere a la coexistencia en el s. XVI —según Keniston, 18.415-18.417— de los tipos *Catón el Censorino* y *Catón Censorino*, considerándola «como una lucha entre el sistema medieval y el latinismo renacentista» —vid. también la cita de Lida que reproducimos en la nota ⁽³²⁾—. Pero hay que tener en cuenta los casos del tipo *Juan Bueno*, en que no cabe pensar en latinismo, sino en un simple proceso de «apellidización» —cfr., sin embargo, los apellidos del tipo francés *Legrand*, *Leroux*, etc. (M.-L., § 159, Vendryes, *Le langage*, p. 156, Spitzer, p. 274, etc.)—. —Prescindo aquí de los pasajes en que se pretende copiar literalmente un nombre extranjero, tipo *Xaque Libuxieres* (262/29; identificado por el Sr. Carriazo como Jacques Bouxieres; vid. p. 371 de su edición, s. v.), etc.

⁽³⁶⁾ Vid. Lerch, l. c., especialmente págs. 141-143, Spitzer, l. c., especialmente págs. 269 y ss. —Nótese la observación de Lerch (p. 131): «...Denn nachgestellt werden nicht affektisch-attribuierende, sondern logisch-distinguierende Adjektiva» —vid. S. Fernández, p. 143, Hanssen § 472 y su bibliografía, etc.

⁽³⁷⁾ En 43/30, *el gran Alixandre* y *el grand Ercoles* aparecen coordinados a *el rey Atila*, pero no parece que el título *rey* se haya convertido en apodo. Para el empleo de títulos sin artículo, convertidos en partes constitutivas de un nombre propio y el mismo uso con adjetivos encomiásticos, vid. Spitzer, págs. 270 y ss. y la bibliografía por él aducida, Pidal, § 115, 2., etc. —Con Alejandro aparece la forma *el rey Alixandre* (52/30, 92/9), pero nunca el latinismo *Alejandro Magno* —sí, en cambio, *Carlomagno* (36/10); cfr. la forma *don Alfonso el Magno*, citada en a) —; vid. M.-L., § 159 final, Keniston,

d) Otros casos, en que el apelativo aparece solo o acompañando únicamente al título jerárquico, y no al nombre propio — tipo «al rey Vermejo» (57/24) ⁽³⁸⁾ —, los estudiaremos más adelante. Tampoco nos interesan aquí las fórmulas con artículo y adjetivo antepuestos, cuando el adjetivo no constituye un apodo propiamente dicho (tipo «el buen rey don Alfonso» 296/3, 275/10), ya que las construcciones equivalentes con adjetivo pospuesto (según el modelo «el ynfante don Fernando, *leal e noble e muy católico*» 290/1) aparecen siempre sin artículo ⁽³⁹⁾.

e) Cabe considerar todavía ciertos casos en que no se trata propiamente de un adjetivo, sino de un apelativo o nombre generico ⁽⁴⁰⁾. Frente al tipo art. + apelativo + n. propio, que estudiaremos más adelante, encontramos ejemplos como 20/18 («*Daniel, profeta*»), 38/28 («*San Miguel arcángel*»), 109/19 («*San Juan Bautista*»). Pero no entran en esta clasificación casos como el contenido en 149/31 («Después que Dorotea su razón ovo acauada, respondió Panteo, *el ovispo*, e dixo»), donde el apelativo se encuentra más desligado del nombre propio que en los ejemplos que acabamos de

18.417, Spitzer, l. c., p. 279, Hanssen, § 526, etc. — En cuanto a la forma *Almacedón*, cfr. con 19/24 («...en el almanto»), en un pasaje tomado de la historia de Judith.

⁽³⁸⁾ En estos casos, el apodo se hace independiente — vid. S. Fernández, p. 297 —. Una construcción **el rey el vermejo* sería imposible en español. Vid. Lerch, l. c., págs. 143 y ss., Spitzer, págs. 260 y ss. y la nota ⁽¹⁶⁰⁾ del C. I.

⁽³⁹⁾ Para la colocación del adjetivo, vid. S. Fernández, §§ 82 y ss. — Es dudoso el carácter del adjetivo *bueno* en *el buen rey don Alfonso*, pero, en todo caso, no creo que equivalga a un **el rey don Alfonso el Bueno*. Hay que tener en cuenta el empleo de *bueno* como parte integrante de un nombre propio — vid. nota ⁽³⁷⁾ —. También presenta interés la clase de fuente de donde ha sido tomada la expresión. En el 296/3, el Sr. Carriazo (vid. págs. XXXV-XXXVI del *Estudio Preliminar* a su edición) piensa que se ha prosificado un romance. — Para el tipo *Orlando innamorato*, vid. Spitzer, p. 275.

⁽⁴⁰⁾ Para la distinción entre el empleo del nombre propio con adjuntos y la serie nombre + denominación, vid. S. Fernández, p. 315, n. 1. Nótese el valor evocativo de *el buen rey don Alfonso*, que es probablemente la causa del empleo del artículo, como nota S. Fernández, (p. 314, nn. 1 y 2). — Los casos con *Niño* los asimilamos al empleo con adjetivo, por tratarse de una palabra que funciona con ambos valores — vid. S. Fernández, § 66 y la bibliografía allí citada —. Por lo demás, todo sustantivo en aposición adquiere un matiz más o menos estrictamente adjetival.

citar⁽⁴¹⁾. Es dudoso un caso como *Golias el gigante* (35/23), en cuando al carácter de apodo adjetival o nombre generico que posee la palabra *gigante*. En 20/2 («...por oraçiones que fize Ysays, el *hijo del fidalgo* que estaua dentro»), en cambio, la aposición *hijo del fidalgo* actúa con la misma fuerza que los apodos adjetivales estudiados en los números anteriores⁽⁴²⁾. También funciona con valor de apodo, a pesar de tratarse de un título jerárquico y de ir antepuesta a la denominación, la palabra 'emperador' en el ya varias veces citado 119/1 («...e el *emperador* don Alfonso»), como lo prueba el hecho de ir asociado a esquemas del tipo *don Alfonso el Casto*.

Matiz especial adquiere la construcción cuando el apelativo, antepuesto al nombre propio, va a su vez acompañado de un adjetivo encomiástico, como ocurre en 13/15 («Fué dado a enseñar al *gran filósofo* Aristóteles») o en 153/7 («...nieto del *gran príncipe* Eneas e del rey Latino»); en ambos ejemplos el artículo parece actuar

(41) Existe aquí el mismo peligro de confusión a que aludíamos en la nota anterior entre las construcciones con n. propio + adjunto y la serie nombre + denominación. En *Panteo, el obispo*, lo mismo que en *Dorotea la reyna* y otros, la construcción es totalmente idéntica a la de *el obispo Panteo»; falta la voluntad de distinción, y en consecuencia, el artículo nunca puede obrar independientemente del apelativo al que acompaña; no se trata de un 'Panteo, el (que era) obispo', sino más bien de 'P., (que era) el obispo'. De ahí la poca frecuencia del empleo del artículo en este tipo de construcciones. En rigor, el estudio de estos usos corresponde al de los nombres en aposición, que se reduce, a su vez, al del nombre en función de predicado; la presencia del artículo obedece, en general, a las mismas razones que provocan su uso en el predicado. Pero tal explicación, por otra parte, no parece que se pueda aplicar a *Dorotea la reyna*, fórmula que tampoco presenta carácter distintivo — recuérdese también la clasificación entre epítetos «afectivos» y «distintivos» de Spitzer, a la que ya hemos aludido varias veces —. — Por lo demás, nótese que no todos los ejemplos citados en el texto soportarían el empleo de la fórmula nombre + denominación; así, *San Juan Bautista*, que sólo por su carácter de término eclesiástico hemos asimilado a *San Miguel arcángel*. Compárese, finalmente, el 36/14 («E tomen enxenplo del conde Fernán González, *amigo de Dios*, que, peleando...»).

(42) Cfr. con el ejemplo citado en a) («...e don Alfonso, *hijo de...*»), donde la aposición desempeña un claro papel diferenciador, no obstante carecer de artículo. En cuanto al empleo del determinante, hay que tener en cuenta el tipo de construcción con complemento adnominal acompañado del artículo. — Para el 119/1, compárese con lo dicho en la nota (37). — En 35/23, conviene notar la ambigüedad que presentaría también el uso antepuesto (*el *gigante*

como demostrativo evocativo⁽⁴³⁾, aspecto que aparece más destacado cuando el complejo art. + adj. + apel. sigue al nombre propio («...por contar cómo murió allí mosén Guillén del Castel, *el noble e muy baliente caballero*» 195/23) (44).

f) Son ligeramente divergentes las circunstancias en el empleo de la fórmula art. + adj. con nombres propios geográficos. Parece clara la simple voluntad de caracterización, pero sin que el adjetivo adquiera valor de apodo, es decir, sin que forme parte integrante del topónimo (vid. el antes citado 59/11), en 297/4 («...donde se parten tres caminos: el vno va a Ronda *la nueva*, e el otro a Ronda *la vieja*, e el otro a Montecorto»), 295/5 (45). Más dudosa es la situación con topónimos extranjeros del tipo de *Arçeo el Belli* (125/11) y *Arçeo el Nuevo* (128/33). En todo caso, entre estas formas y la totalmente gramaticalizada, tipo *Alcalá la Real* (333/23), parecen situarse otras como las documentadas en 214/19 («Son quatro yslas, las dos son fuertes e grandes, e las dos pequeñas, e llámanlas Jesuy e Renuy e Garnasuy e Xarasui *la grande*») y en 262/32 («...aquí cerca de nos está vna ysla de Angliaterra, muy rica, que llaman Jarrasuy *la Grande*»), dada su alternancia con esquemas del tipo de los que aparecen en 264/24 («...*la ysla grande*

Goliat), aunque fuera más verosímil la interpretación como fórmula nombre + denominación. — Cfr., finalmente, un caso como 21/30 («...*el ditador Cate-lín*») — el origen del título ha sido aclarado en 21/15 —, y compárese con 151/27 («...*el conde Piro*»), 164/22 («...*el governador Apiro...el governador Panteo*»), 165/11, etc. — En 66/27 («...*de Santiago el cauallero, que fué taxado...*»), tal vez habría que cambiar de sitio la coma, interpretando 'Santiago aquel caballero que...'. »

(43) Compárese con lo que sería la construcción sin el adjetivo encomiástico. Pero el matiz no es idéntico en todos los casos citados. Cfr. con 150/19 («...del buen cavallero e leal Panteo, e otrosí del sabio e discreto Papiria»), en que no existe «evocación histórica».

(44) Cfr. con «...el noble (buen) caballero mosén Guillén del Chastel» (196/26, 243/11, 244/7) — pero 195/10 («En aquel lugar mataron los yngleses a mosén Guillén del Chastel») —; también 101/14, 293/27, 319/22, 296/34... — «El buen cavallero» (116/34), «...el buen conde» (335/33) —, etc.

(45) En la edición se ha empleado minúscula en todos estos casos. Pero la similitud con 59/11 no es total. — Vid. Spitzer, 1. c. — especialmente, p. 272, n. 1 —, Lerch, 1. c., especialmente págs. 136-140 y el cuadro de la p. 137 — también ZRPh, LXI, p. 252 y n. 2 de la misma página —. *Mena* (Lab., 5a) emplea «La grand Babilonia». Vid. también Keniston, 18.432-18.433.

de Jarrasui») y en 265/21 («Açerca de la *grand ysla de Rasui* está otra pequeña ysla...»). También nos muestra oposición diferencial el 282/14 («...aquella tierra que llaman agora Bretania la menor... E puso nonbre aquella tierra Bretania la menor, porque fuera poblada de Bretania la mayor») (46).

No interesan, naturalmente, aquellos casos en que el autor reproduce, o intenta reproducir, literalmente el término extranjero («la Petita Breaña» 237/24, «Maçalquevir» 131/8, etc.).

En cuanto a nombres de ciudades antiguas, encontramos el esquema con art. + adj. + apel., pospuesto al nombre propio, en 18/10 («...e de Nínibe, la *gran çidad*»), frente a 18/17 («...de la *grand çidad de Nínibe*»), 93/22 («...la *grand çivdad de Cartago*»), 147/10 («...aquellos de Troya donde tú bienes, que fiçieron la *grand çivdad de Troya*...»). Otros nombres, como *Babilonia* (10/9, 17/26, 18/12, 18/13, 147/32) aparecen sin adjuntos.

Tampoco con otros nombres geográficos aparece la fórmula n. propio + art. + adj. Así, con los nombres de ríos («...al *grand Trive*» 144/7, «...el *grand río de Danubio*» 32/26) (47).

§ 20. — Artículo seguido de un ordinal.

A pesar de su carácter preponderantemente adjetivo, hacemos grupo aparte con los casos de art. + ordinal, ya que su categoría de numerales da un sentido especial a las menciones de esta clase de palabras. Esta circunstancia favorece el empleo en series (48).

(46) *Bretaigne la Menur* es considerado por Spitzer (págs. 267-68) como uno de los tipos más claramente «distintivos».

(47) Compárese con el *grand río de Danubio* (32/26). En cuanto a la diferencia entre 18/10 y 18/17, se explica teniendo en cuenta que el primer ejemplo forma parte de un encabezamiento de capítulo. Cfr. Lerch, ZRPh, LX, p. 137. Son curiosas las formas *la gran ciudad de Temixtitlán* (págs. 67, 79), *esta gran ciudad de Temixtitlán* (págs. 84, 85...), *la gran ciudad* (págs. 80, 108, etc.), empleadas por Cortés para referirse a Méjico. — Existe en nuestro texto el esquema «...que auía fecho nuebamente la çidad de Vatanis, *muy fuerte e muy poblada e rica*» (18/16), equivalente a «el ynfante don Fernando, *leal e noble e muy católico*» (290/1), etc. También *la çidad de Vays* (19/24), etc., pero no **Vays la ciudad* — Pidal, § 121, 4., Spitzer, págs. 262-63 —. — Finalmente, tenemos el tipo «Londres paresçia, en vn llano, *vna grand çivdad*» (214/1).

(48) Vid. S. Fernández, págs. 463-64; también 328-29.

1) Encontramos la simple contraposición de dos ordinales, el primero con sustantivo y el segundo precedido del artículo anafórico, en casos como 98/9 («Aquí acaba el primero libro, y comienza el segundo») y 230/8.

2) Una segunda variante es la representada por aquellos casos en que lo que acompaña al término de referencia no es un numeral, sino un determinativo⁽⁴⁹⁾, como ocurre en 102/18 ó en 182/3.

3) Otra construcción es la que coloca los dos numerales, ambos con artículo anafórico, en aposición bimebre, que especifica lo designado por el antecedente. Citemos el 68/18⁽⁵⁰⁾.

4) Con series de más de dos miembros tenemos los números 329/1 y 334/30. En régimen más o menos abiertamente aposicional, 91/23, 9/22 — la serie enunciada en 9/22 se desarrolla en 9/1, 13/11, 13/14, 18/13, 20/19, 20/23; algo parecido ocurre en 215/1, 215/2, 215/7, 215/16 —. En otras ocasiones no se cumple la serie íntegra prevista por el antecedente; es el caso de 38/18. Lo mismo ocurre con 309/26, aunque aquí el sentido es más cortado aún.

5) Por último, anotemos ciertas fórmulas en que alguno de los ordinales es sustituido por otro término, bien un cardinal⁽⁵¹⁾ (159/2), o bien el indefinido *otro* (142/18).

§ 21. — *Artículo acompañado de un adjetivo, en casos de anáfora implícita.*

Hasta aquí el carácter más o menos acusadamente anafórico del artículo nos ha dado cierta seguridad sobre su valor como término primario. La ausencia de esta voluntad de reproducción verbal nos quita todo punto de apoyo para tal interpretación, y nos lanza de lleno en el campo de las sustantivaciones. Pero creo que se podrían señalar toda una gama de matizaciones, existiendo una serie

(49) S. Fernández, p. 264.

(50) Cfr. con el 29/26, citado en § 19^{ra}.

(51) Para el uso de los cardinales por los ordinales, en general, vid. S. Fernández, § 211, Hanssen, § 568 y la bibliografía por él citada, etc. — Nunca encuentro documentada la construcción del ordinal con artículo pospuesto a un nombre de rey o similar — M.-L., § 163, Hanssen, § 526, Keniston, 18.63, etc. —

de grados intermedios en que el adjetivo no ha perdido totalmente su valor como tal, y en consecuencia, el artículo no ha pasado de lleno a la categoría de término secundario. Ante la imposibilidad de llevar a cabo un estudio completo de este complicado problema, me limitaré a dar algunas notas⁽⁵²⁾.

1) En un primer grado, podríamos colocar ciertos casos en que cabe hablar de una anáfora más o menos difusa. Ello ocurre fundamentalmente con adjetivos comparativos, cuando se refieren a un individuo especificado por el contexto. Cfr.: «Tomaron de cada linaxe de los mayores de Roma vno, *el más sesudo*, e por esto llamaron tributos» (20/27), donde, evidentemente, *el* no reproduce a *linaxe*, sino al concepto general de persona evocado por *vno*. — Más clara aparece esta anáfora implícita con los adjetivos femeninos, más reacios siempre a la sustantivación; así, en 322/9⁽⁵³⁾. Más discutible el 133/28 («En esta regla entraron todos, *del mayor* fasta *el menor*») y también el 16/2 («...que lidiassen ellos solos, e que *el bençedor* quedase señor del otro»), lo mismo que el 66/25⁽⁵⁴⁾. — En todos estos casos el grupo de individuos, dentro de los cuales se produce la especificación, va implícito en el contexto. Pero puede ocurrir que se encuentre expresado en forma de complemento partitivo, como en 61/29 («Peleó con ellos, e mató él por su mano dél a el Juan González de Valdolmos, vn reño cavallero, e muy enparentado, que hera *el más prencipal* de los con quien él avía la hene-mistad») o en 55/33 («...pero que feron presos *los mayores* dellos»).

(52) Recojo aquí una serie de construcciones de carácter especial, pero sin tratar de entrar a fondo en la cuestión del distinto grado de sustantivación del adjetivo en ellas. Vid. la nota (10).

(53) Cfr. Keniston, 26.591. — En el ejemplo en cuestión podría tratarse de anáfora de *hermana*, pero es más lógico suponer sentido general de persona.

(54) Compárese con casos de sustantivación indudable de la misma fórmula, como 35/1 («...que *los vencedores* de las batallas...»), etc. También con esquemas del tipo de 152/6 («...porque en tales tiempos *el más sufrido* lieua lo mejor»), 209/11, etc. — Por otra parte, resulta difícil separar de las construcciones reseñadas en § 20₂, casos como 54/4 («...e mató nueve *de los mejores* de la villa»). — El adjetivo sustantivado puede llevar modificantes adverbiales: — Cuervo, 1d zzz (p. 101) —, Cfr., por ej., el 260/15 («...*del muy alto*»), etc. — también 218/11 («...de *los justos*, y avn de *los non justos*») —. Recuérdese el esquema plautino ya varias veces citado *ille opulentissimus*.

2) Fuera de estas construcciones de tipo veladamente anafórico, podemos considerar como situados también dentro de un estadio intermedio entre artículo término primario y secundario a los que acompañan a ciertos adjetivos desusados en su empleo sustantivo. Así, y aunque se podría interpretar como estrictamente anafórico, el contenido en 258/22 («Las obras que los grandes hombres fabricaron, e *los sesudos* fizieron...») y sobre todo algunos participios que no parecen haber perdido totalmente su carácter de adjetivos verbales, tipo al que se asimilan ejemplos como 267/6 (E puso los pillartes e *los mal armados* con ellos»), 107/6 («...e que mal pueden pelear *los desarmados* con *los armados*») ⁽⁵⁵⁾, 276/4 («...porque el suel[t]o tornar puede») y 5/19 («E quedauan otros, que no heran de *los escogidos*...») ⁽⁵⁶⁾.

3) Una construcción de tipo especial encontramos en una serie de ejemplos, a los que pertenecen los números 34/1 («Estos fueron *los malabenturados*, duros de carnes, pueblos perdidos, *de los ju-díos*»), 65/28, 189/3 ⁽⁵⁷⁾.

4) Son interesantes también aquellos casos en que el art. + adj. aparece coordinado a otra fórmula de las anteriormente estudiadas. Cfr. los ya citados 99/9, 169/29, 209/3, 257/8.

5) Mención aparte merecen ciertos casos con numerales, dada la posibilidad de alternancia entre construcciones del tipo de 330/21

⁽⁵⁵⁾ Vid. la nota anterior. Compárese con 172/6 — Keniston, 25.45, etc.; S. Fernández, p. 328 —. También con 107/12.

⁽⁵⁶⁾ Cfr. con 6/12 («E porque *en aquellos escogidos* heran pocos...»). Los *escogidos* no son una clase consabida, sino un grupo de individuos previamente identificado por la narración. Lo mismo 6/18, etc. Por otro lado, 68/19 («...a *los sus escogidos*»), etc.

⁽⁵⁷⁾ Vid. Spitzer, l. c., págs. 263, n. 1 final y 270 y su bibliografía, Hanssen, § 473, M.-L., §§ 234, 240, Cuervo, *Dicc.*, II, s. v. *de*, 16d (págs. 794-95), Keniston, 3.521, 25.446, 26.982, S. Fernández, p. 315, n. 2, etc. — Cfr. 68/19 («Lo que Dios non quiso mostrar a los *sus escogidos*, enfingen de saver *los pecadores*»), en que queda duda sobre la mención a una «clase» objetiva o la alusión cargada de afectividad, con equivalencia *los* = «esos» o «los pecadores de...» — cfr. 151/30, etc. —, y compárese con el siguiente pasaje de *Cieza de León*: «...y con gran voluntad entendió en castigar *los bárbaros* de tal manera que...» (p. 168 de la edic. de Austral). — Cfr., finalmente, casos como 192/30 («Bed cómo Dios ayuda a *esta mala gente de los yngleses*»), 50/1, etc. — En 248/12 falta el artículo por tratarse de una fórmula en vocativo. — Cfr. S. Fernández, p. 99, n. 1.

(«...e fue a ellos, e firió e derribó *el primero que falló*») y 340/9, por un lado, y la contenida en 340/19 («...ca él entró firiendo e matando por las tiendas *primero* que otro ninguno») (58). — Aparece omitido el sustantivo *día* en 18/29, frente a la sustantivación normal del mismo término en 216/28 («*Al quarto del alva...*») (59).

6) Por último, cabe considerar también en un lugar aparte los casos en que el art. + adj. forma parte de un predicado de tipo más o menos marcadamente identificador. Así, los números 133/29 (60) y 232/17.

En contraposición con los ejemplos anteriores están aquellos que representan tipos clásicos de sustantivación, en una gran parte, adjetivos que indican cualidades morales o incluso físicas, y que, en algunos casos, han llegado a convertirse en nombres de clase. Los encontramos en plural o singular genérico, designando personas («Non puede entre *los buenos* mucho durar la discordia; porque *el bueno*, pasada la yra...» 197/3), como sustantivos concretos («...salía él e pasava las Marcas *al llano...*» 212/13) o de matiz abstracto («...e poder dezir él al rey *el contrario*» 324/17); también, los casos de femeninos sin referencia («...traýnlo a *la luenga*» 223/27), etc.

(58) Cfr. 196/16, 335/6, 340/8, etc., donde cabe dudar entre el empleo de *primero* con sentido adverbial o como adjetivo predicativo. Vid. Pidal, § 123. 3., *FTeruel*, s. v. *primero* (p. 606), etc.

(59) Vid. S. Fernández, págs. 329 y 464. — La omisión de *día* podría compararse con la de *tiempo* en 30/16. Pero lo que predomina, ya hemos tenido ocasión de señalar, es la repetición del sustantivo.

(60) En el último ejemplo podría pensarse en anáfora de *rey*. Cfr. para esta construcción Keniston, 18.736, Weigert, págs. 67 y ss., S. Fernández, RFE, XXII, págs. 73-74; también S. Fernández, págs. 323-24 y, por otra parte, p. 273. Compárese con la nota (57). En español se encuentra limitada la sustantivación de nombres de persona en singular — S. Fernández, p. 99, n. 2; vid. construcciones como *el caboso* (Pidal, § 122, I. y II, s. v. *caboso*, págs. 521-22). Falta la voluntad de delimitación por medio del artículo en casos como 153/21 («O él sería *venzado* o *bençedor*»), 108/8 («...ca ellos son *robadores* e *malhechores*»), 192/32 («...ca nos somos *pecadores* e ellos son *malos*»), etc. Con la forma comparativa, 23/11 («...cómo cada vno punaua por ser *mayor*»), 1/2, 9/2, etc. y los citados en § 193. final, frente al 322/9. reseñado en el núm. 1).

§ 22. — *Artículo acompañado de adjunto pronominal.*

Estudiados en páginas anteriores los usos del artículo seguido de un nombre adjetivo, reseñaremos aquí someramente las construcciones principales en que aparece unido a un pronombre⁽⁶¹⁾.

1) Una de las más interesantes entre estas fórmulas es aquélla en que el artículo precede al pronombre cuantitativo *más*.

a) El complejo *el más* se encuentra acompañado de un complemento partitivo, y funcionando con valor anafórico o catafórico. En el primer caso, el antecedente ha sido nombrado anteriormente, y se reproduce en forma de un pronombre personal, que es el que constituye precisamente el complemento partitivo⁽⁶²⁾. Así, en 33/14 («...bibían las gentes *las más* dellas...») o en 192/12. En el resto de los ejemplos, el término de referencia se encuentra mucho más alejado, y a veces bastante difuso, creándose así un sentido vago de alusión al concepto general de persona; es la situación que encontramos en 303/30, 161/30, 160/26, 127/13, 86/14, 62/5, 182/12. Aparece unido a *todos* y sin complemento partitivo en 214/11, y con *todos*, sin término de referencia y complemento partitivo enmascarado, en 49/9⁽⁶³⁾.

b) De la construcción que hemos llamado catafórica o anticipadora tenemos ejemplo en 188/29 («...que *las más* de las veces que...»), lo mismo que en 176/22, 152/1, 301/15, 92/21. Precedido de *todos*, encontramos la fórmula *todos los más de los días* en

⁽⁶¹⁾ Los ordinales los hemos colocado aparte por su especial naturaleza. — El carácter del artículo en estas combinaciones es aún más difícil de precisar. S. Fernández (p. 329) anota que: «Son raros...los casos en que el artículo actúa en función de término secundario, pero subordinado a un pronombre». sin embargo, en muchas ocasiones la situación es confusa. La clasificación la llevamos a cabo guiados por un criterio principalmente formal.

⁽⁶²⁾ En los dos ejemplos inmediatamente citados se trata de un esquema en anacoluto, similar a alguno de los reseñados en la nota ⁽¹²⁾ del C. I. — Para las construcciones del pronombre *más* con el artículo, vid. especialmente S. Fernández, págs. 328-29, 445, Keniston, págs. 132 y 270.

⁽⁶³⁾ *Todos los más de su reyno* se equivalen a 'todos los más de los (hombres) de su reino', con lo que la construcción entra ya dentro de las examinadas en b).

235/17, 157/21, 56/10 — alternando con la expresión simple *los más de los días* (301/15) —; además, 44/15, 302/22, y en singular, el 205/1 ⁽⁶⁴⁾.

2) No presentan especial interés los usos del artículo con otros pronombres, como *tal*, *mucho*, etc. ⁽⁶⁵⁾.

§ 23. — *Los usos del artículo con los indefinidos uno y otro.*

Estudiaremos en primer lugar las fórmulas en que ambos indefinidos aparecen dentro de la misma construcción, asociados de acuerdo con diversos esquemas ⁽⁶⁶⁾. Desde el punto de vista genético, conviene recordar los ejemplos citados por Löfstedt ⁽⁶⁷⁾.

1) Interesan, pues, primordialmente, aquellos casos en que el artículo acompaña a uno de los indefinidos contrapuestos, o a ambos, pero reseñaremos también los usos en que ambos pronombres aparecen desprovistos de artículo. Los pronombres pueden presentarse independientes o asociados a un sustantivo; sólo haremos aquí una breve alusión a las construcciones en que ambos pronombres van acompañados de un nombre. Trataremos de distribuir en las líneas

⁽⁶⁴⁾ Con las expresiones *las más de las veces*, *los más de los días*, etc. alternan *todos los más días* (315/22), *las más veces que...* (301/19), etc. — No puedo citar ningún ejemplo en que la construcción tenga el sentido de 'los demás' — Keniston, l. c. — Tampoco encuentro esta última fórmula — Keniston, págs. 130 y 269, S. Fernández, págs. 328-29, 451, etc. —; pero sí la partícula *demás* con valor conjuntivo — 123/22, etc. —.

⁽⁶⁵⁾ Cfr. los números 21/3 («...e llaman oy por honrra a *los tales* señor...»), 39/20 («A *este tal* llaman...»), 200/14, el ya citado 4/28, etc. — Por otro lado, 35/29 («Non bengen *los muchos* porque son muchos, ni cada vez vencidos *los pocos* porque son pocos»), 283/2 — pero 228/7 («...ca el comenzar de *todos* es, mas afinar en bien es de *pocos*»), 124/19, 265/28, etc. — Son escasos los usos de *dicho* precedido del artículo y sin término primario sustantivo. Cfr. 347/3 («E *los dichos* conde de Buelna, e don...e don...»), que posiblemente presenta una construcción en dos miembros (= 'los dichos, es decir,...'). Cfr. también 55/17 («...éstos que *dichos* son» = 'los dichos') — vid. § 6. —, etc. — Vid. S. Fernández, §§ 137, 138, 163, Keniston, págs. 133, 138, 141, 26.847, Hanssen, § 540, FTeruel, p. 58, Lida, p. 235.

⁽⁶⁶⁾ Es dudoso el carácter del artículo en estas construcciones. Vid. S. Fernández, p. 328, §§ 137, 192, 206.

⁽⁶⁷⁾ Löfstedt, *Syntactica*, cap. XIX, S. Fernández, p. 408. — Vid. § 1.

que siguen el material recogido de acuerdo con el empleo del artículo y la presencia del sustantivo ⁽⁶⁸⁾. He aquí los esquemas principales:

- I) *el uno + sust. — el otro*: 19 ⁽⁶⁹⁾.
- II) *uno + sust. — otro*: 16 ⁽⁷⁰⁾.
- III) *unos + sust. — otros*: 3 ⁽⁷¹⁾.
- IV) *uno + sust. — el otro*: 1 ⁽⁷²⁾.
- V) *el uno — el otro*: 24 ⁽⁷³⁾.
- VI) *los unos — los otros*: 12 ⁽⁷⁴⁾.
- VII) *el uno — los otros*: 2 ⁽⁷⁵⁾.
- VIII) *uno — otro*: 13 ⁽⁷⁶⁾.
- IX) *unos — otros*: 25 ⁽⁷⁷⁾.

⁽⁶⁸⁾ Los números que siguen son sólo aproximados, especialmente para los diversos esquemas con sustantivo. — Prescindo, por lo demás, de otros detalles de la fórmula, como el empleo de preposición o conjunción, etc., así como de la relación existente entre los dos miembros, aunque, naturalmente, esta relación influya directamente sobre el empleo del artículo. Quedan incluidos los casos de simple enumeración. Vid. S. Fernández, §§ 137, 192, 207, p. 451.

⁽⁶⁹⁾ Son los números 80/18, 102/4, 117/18, 171/3, 186/8, 194/24, 203/1, 203/9, 220/13, 223/15, 237/15, 326/29, 326/31, 332/15, 334/10, 334/19, 336/18, 344/3, 345/15.

⁽⁷⁰⁾ Números 4/28, 56/10, 62/22, 107/23, 116/3, 130/13, 175/7, 180/26, 210/8, 237/7, 241/17, 249/10, 250/31, 280/17, 335/8, 342/7. — Como indiqué, no me detengo en un estudio de las diferentes construcciones, aunque las fórmulas son totalmente heterogéneas.

⁽⁷¹⁾ 123/10, 142/27 y 85/11.

⁽⁷²⁾ 112/21 («...lançaron planchas de vna nao a la otra»).

⁽⁷³⁾ Números 3/25, 11/29, 39/6, 85/8, 101/34, 140/20, 174/11, 186/33, 187/1, 191/1, 201/27, 227/27, 239/8, 245/10, 248/5, 259/21, 280/23, 311/25. Puede ocurrir que los dos miembros se encuentren muy separados entre sí, que es el caso de 233/33-234/2 y 304/5-304/10. Por último, cabe también la correlación con más de dos miembros, apareciendo *el otro* en los últimos términos: 30/30, 225/11, 297/5, 316/16-18.

⁽⁷⁴⁾ Números 2/12, 2/30, 127/18, 129/7, 131/25, 197/23, 204/24, 204/32, 205/15, 259/24, 326/15, 342/27.

⁽⁷⁵⁾ Los dos ejemplos se salen, en realidad, de las fórmulas más o menos características de la correlación. Son 40/23 y 165/4; el último, por añadidura, presenta un esquema al que aludiremos en el número siguiente.

⁽⁷⁶⁾ Números 4/7, 35/5, 91/22, 125/18, 134/3, 161/22, 165/2, 190/32, 197/8, 218/24, 237/14, 248/1. Con más de dos miembros, 198/34.

⁽⁷⁷⁾ Números 60/12, 82/7, 84/10, 85/11, 87/32 (dos), 123/10, 142/27,

- X) *uno* — *el otro*: 2⁽⁷⁸⁾.
 XI) *unos* — *los otros*: 1⁽⁷⁹⁾.
 XII) *el uno* — *otro*: 1⁽⁸⁰⁾.
 XIII) *el uno* + *sust.* — *el otro* + *sust.*: 2⁽⁸¹⁾.

2) Menos interés ofrecen otras fórmulas en que *uno* u *otro* han sido reemplazados por diversas expresiones. Cfr.: «E mientras que los vnos defendían las peñas, yban los otros a comer; e venían aquellos e yban los otros» (129/7).

Por otra parte, las series anafóricas en aposición o en fórmulas similares alternan, como ya vimos, el uso de los ordinales con el de la sucesión *el uno...el otro* y también con construcciones en que intervienen adjetivos superlativos⁽⁸²⁾. — Son curiosos algunos ejemplos en que se contrapone el artículo al pronombre (*el*) *otro*, refiriéndose a objetos de los que sólo existen dos individuos («...e la

194/11, 205/26, 211/24, 212/3, 225/2, 227/4, 238/34, 268/34, 269/6, 282/1, 286/27, 306/12. Con separación entre los dos miembros, 135/32-34. Con correlación trimembre, 84/2, 122/31, 247/11, 279/13. Nótese la construcción de 87/32 («...algunos...que especialmente hiziesen bien algunas de aquellas cosas, vnos vnas e otros otras») y de 82/7.

(78) Números 197/5 («...que cada vno dellos auía menester *al otro*») y 237/17 («En tomando vno la bara, ya *el otro* tiene la suya»).

(79) Número 207/8 («Saldremos en los copanos pocos a pocos, e mientras vnos pelean saldrán los otros»).

(80) Se trata del 106/24 («...e tiene dos velas vaxas, la vna de nao e otra de galera»).

(81) Estos usos con repetición del sustantivo han sido posiblemente los más descuidados en la encuesta. Cfr. 164/20 («...del vn cabo... e del otro cabo»), 174/11 («...la vna del vn cavo de la marca e la otra del otro cavo»). — También se documentan las fórmulas *uno* + *sust.* — *otro* + *sust.* (125/15) y *unos* + *sust.* — *otros* + *sust.* (29/19). — Por otra parte, tenemos el 239/19 y, finalmente, 148/33 («...e a cada vnos de los otros enbajadores»), etc. — Para las diversas construcciones con *uno* y *otro*, vid., además de la bibliografía citada en la nota (74), García de Diego, p. 307, Hanssen, § 554, Academia, § 339a, Bello, §§ 1169, 1172, M.-L., § 156. Pidal, § 146, 1., Keniston, págs. 144-45 y 279, 27.7, etc.

(82) Vid. §§ 20, 19_{2c}. También en las notas anteriores hemos citado algún ejemplo. Especialmente interesante es la alternancia entre el ya reseñado 225/11 («...el vno e mayor dellos...el otro... el otro...etc.») y su inmediato el 225/27 («...el mayor...el otro...el otro...etc.»). A veces se produce cambio en la fórmula — vid. § 20, —; así, en 39/7-11; cfr. también 85/9, 330/21, 199/7, 280/14-15, 201/7 y ss., 234/5-7, 201/33, 192/21, 48/4, etc. — Correlación *al-*

berga real en *la mano* e en *la otra la pella*» 183/8) o bien a series indefinidas («...que fizo *el viento* para llover, avstro, e *otro* para senrenar...e *otro...e otro*» 85/4) ⁽⁸³⁾.

3) En ocasiones, aparece también la fórmula *el uno* sin correlación ⁽⁸⁴⁾. El hecho puede deberse a simple cambio de estilo en la narración; así, en el 39/7. Pero existen también casos en que no parece que haya voluntad de continuar la serie, aunque se anticipara la plurimembración; es lo que ocurre en 50/26 y también en 310/22, 321/29.

Aparece también la forma con artículo en la construcción *el uno dellos* ⁽⁸⁵⁾. Cfr. 10/9, 106/21, 316/16 ⁽⁸⁶⁾.

El segundo de los ejemplos citados no es sino una variante de la fórmula en que el pronombre forma parte de un total numérico anteriormente expresado, sin que sea preciso que ese total sea reproducido por el complemento partitivo. Cfr. los números 172/14, 16/19, 107/32, 237/7, 243/8, 212/19 ⁽⁸⁷⁾. Tales usos se explican, como veremos, por el carácter de numeral que posee el indefinido *uno*.

Keniston ⁽⁸⁸⁾ cita para *el uno* 2 ejemplos, añadiendo que «*El uno* is regularly used when a definite number of antecedents is indicated»; como estadística da la cifra 5-10. Para *el uno* de reproduce otros 2 ejemplos, con la frecuencia 8-10, y con la misma anotación; para *uno de* transcribe también 2 casos—uno plural—sin dar estadística.

gunos — *otros* aparece en 29/19-20-24, 302/10, etc. — Vid. también 164/33, etc. — Con *algunos* — *otros* alterna *algunos* — *dellos*, y con esta fórmula, a su vez, *dellos* — *dellos*, etc. — vid. S. Fernández, p. 284, n. 1 y la bibliografía por él citada, García de Diego, p. 318, Pidal, § 146, 4., M.-L., §§ 81, 223 final, Hanssen, § 538, etc.

⁽⁸³⁾ Vid. la nota anterior. En 183/8 ha influido sin duda la analogía con los frecuentes ejemplos que presentan la expresión *en la mano*.

⁽⁸⁴⁾ Para el 39/7, vid. la nota ⁽⁸²⁾. — Cfr. S. Fernández, págs. 410 y notas 2-3 de la misma página, así como la bibliografía que damos a continuación.

⁽⁸⁵⁾ Vid. S. Fernández, p. 410, n. 3, *FTeruel*, p. 66, etc.

⁽⁸⁶⁾ Pero 255/29 («*E vno dellos*, que yba...»), etc.

⁽⁸⁷⁾ Compárese el 172/14 con su inmediato el 172/13 («...que non quedasen *siquiera vno* que después...»). La fórmula puede llevar *de* ante el número total (212/19, 243/8); en 237/7 el total está representado por el contexto precedente. — Vid. la bibliografía que citamos más adelante en la nota ⁽¹⁰⁴⁾.

⁽⁸⁸⁾ Keniston, págs. 143-144.

4) Nos quedan por reseñar algunos casos de *el otro* que aparecen fuera de la correlación *el uno — el otro* o similares.

a) Los ejemplos son relativamente numerosos. Cabría distinguir entre unos casos de anáfora textual⁽⁸⁹⁾ y otros de carácter más o menos parecido a lo que hasta aquí hemos considerado como valor general de persona⁽⁹⁰⁾. — El primer valor resalta de modo especialmente claro en casos como 152/17 («E avn la razón del noble duque no es apartada de *las otras*»). En realidad, nos encontramos ante un esquema muy parecido a los que hasta aquí hemos considerado como pertenecientes al tipo 2.º: contraposición de dos miembros, cada uno de ellos con una determinación de tipo distinto, y el segundo con artículo anafórico; pero el tipo especial de mención realizado por el indefinido *otro* distancia esencialmente los ejemplos aquí contenidos de los anteriormente estudiados⁽⁹¹⁾. Algo parecido ocurre en 85/23, 116/16, 265/24, 278/1, 255/19, 276/14, 120/23, etc.; el término de referencia se encuentra más alejado en casos como 115/9 ó 115/24; finalmente, aparece ya algo diluido el sentido anafórico en 338/32 y 63/21, mientras que en 279/22 encontramos un ejemplo de catáfora. En cuanto al 11/29, por la confusión del texto resulta difícil determinar su carácter, pero creo más bien que se trata de una correlación *el uno — el otro*. También parece presentar matiz catafórico, como el 279/22, aunque más difuso, el contenido en 250/18⁽⁹²⁾.

b) Cabría distinguir también, dentro de los mismos ejemplos citados, un doble tipo de anáfora: aparte de la puramente verbal,

(89) Pero aquí la anáfora la realiza el complejo art. + indef. Cfr. S. Fernández, págs. 409, n. 1, 463, n. 1. — Vid. también S. Fernández, p. 328 y § 206.

(90) En cuanto al carácter del artículo, ya hemos indicado cómo nos guiamos fundamentalmente para la clasificación en criterios puramente formales. *Los otros* ocupa en ocasiones el lugar que modernamente ha invadido *los demás*. Vid. S. Fernández, p. 450, n. 2 y § 206 en general; también págs. 329 y 451.

(91) Vid. nota (95).

(92) Anteriormente se ha citado ya la palabra *costa*. Compárese para la construcción con 34/24 («Los hijos de la tiniebla non le conoscieron: *los otros estraños* le conoscieron»), en que posiblemente hay que suponer un esquema 'los otros (es decir, los) extraños'. Cfr. con los casos citados en la nota (13) del capítulo precedente. Tal vez haya que asimilar 196/11 («...e *los otros contrarios* heran yngleses»).

otra referencia textual también, pero más lejana, a lo narrado, semejante a la que realizan algunos demostrativos⁽⁹³⁾. La intensidad de una y otra referencia es variable, pues mientras un ejemplo como el 152/17 muestra muy atenuado el segundo tipo de señalamiento, marcando más bien el sentido de contraposición, en 115/24 aparece aquél destacado al máximo. Únicamente nos interesa destacar que mientras el segundo señalamiento anafórico es realizado más directamente por el indefinido, el primero corresponde fundamentalmente al artículo, como los otros tipos hasta aquí examinados.

c) Todos los casos hasta aquí citados presentaban el pronombre en forma femenina. La masculina casi nunca ofrece con tanta claridad el valor de pura anáfora verbal. Si encontramos, por ejemplo en 256/15, un caso relativamente claro, no conviene olvidar que en la página anterior nos encontramos con 255/25, donde *los otros* no se refiere a *balleneres*, sino a *las naoes gruesas*, siendo preciso interpretar el género masculino como una referencia al concepto general de 'navío' — también citado, pero más lejos —, que aparece implícito en todos estos nombres de embarcaciones⁽⁹⁴⁾. Interpretación tanto más lógica, cuando el pronombre tiene sentido de persona, como en 31/30, 106/22, 120/29, 105/9, y especialmente 284/23, 20/3, 128/25, donde el antecedente, en todo caso, sería la palabra *hombre*.

d) Dentro de los casos con valor más o menos claro de «persona», cabría distinguir entre la forma singular y la plural. Y dentro de la singular, entre los casos en que *el otro* posee una clara voluntad de contraposición, marcando una dualidad anteriormente enunciada⁽⁹⁵⁾, tales como 80/17, 291/13, 291/14, 16/2, 16/10, 236/20, 236/22, 198/3, 199/19, y los casos en que la fórmula tiene un valor que pudiéramos calificar de ejemplificador o reiterativo, aplicable a varios individuos; esto último es lo que ocurre en 200/19, 319/13; en ocasiones, se trata de una verdadera relación de reciprocidad,

⁽⁹³⁾ S. Fernández, p. 463, n. 1, etc. Empleo la palabra «referencia» sin ningún matiz especial — vid. S. Fernández, § 164. — En cuanto a «anáfora», ya hemos hecho alusión a su empleo algo ambiguo.

⁽⁹⁴⁾ Vid. la nota ⁽¹⁵⁾ del C. I.

⁽⁹⁵⁾ Para los diversos valores de *otro*, vid. S. Fernández, l. c. Hanssen, § 555 y su bibliografía, García de Diego, p. 301, etc.

totalmente asimilable a la fórmula *el uno — el otro* («...por quanto aquí *ninguno* non quiere fazer ynjuria *al otro*» 318/8) ⁽⁹⁶⁾.

e) Los casos en plural son bastante más numerosos. Sin penetrar en diferencias semánticas, señalaremos algunas peculiaridades.

z) Encontramos el grupo asociado a oraciones de relativo. Así, en 316/12, 86/17, 280/15 ⁽⁹⁷⁾; más dudoso, el 207/18; mientras que en 153/13 encontramos al indefinido agrupado con el demostrativo *estos*.—También aparece la fórmula seguida de complemento preposicional con *de* (52/15, 211/17, 328/24), e incluso de adjunto nominal adjetivo (34/24).

β) Cabe notar, por otro lado, que, aparte de no existir anáfora verbal directa, falta también aquel segundo tipo de referencia a que hicimos alusión anteriormente. Incluso en un caso como 153/16, no parece totalmente claro si con *los otros* se quiere hacer referencia a lo antes citado; y lo mismo, en 199/11.

γ) Para terminar, haremos una breve reseña de los usos sintácticos en que aparece la forma plural *los otros*. Los datos son, por supuesto, sólo aproximados. Encontramos:

Sujeto: 25 ⁽⁹⁸⁾

C. indirecto: 2.

Con «a»: 3 ⁽⁹⁹⁾

C. directo.—Sin «a»: 2

⁽⁹⁶⁾ Cfr. con el 164/33, citado en la nota ⁽⁸²⁾; vid. también sin artículo 201/33, etc.

⁽⁹⁷⁾ El 280/15 lo citamos ya en la nota ⁽⁸²⁾, por la correlación que encierra: «E *el que* á bentura de... E *los otros* que...». Cfr. sin artículo 298/13 («...e en los de su casa, e non en *otros*»), 305/25 («...segúnd el consejo a ella dado por su hermano e *por otros* que...»), etc. No he realizado una especial encuesta sobre las frecuencias respectivas de las formas con y sin artículo.

⁽⁹⁸⁾ Las cifras, por supuesto, son sólo aproximadas. Quedan excluidos, en general, los casos ya reseñados en números anteriores. Los que aquí corresponden son 6/12, 20/4, 34/24, 59/32, 60/28, 61/26, 71/18, 86/14, 105/9, 136/26, 147/19, 153/15, 185/10, 185/12, 196/10, 199/11, 200/10, 207/18, 209/13, 211/17, 231/18, 231/21, 254/28, 280/15, 325/3. En 185/10 y 185/12, la oposoción se marca entre *hombre(s)* con sentido más o menos pronominal y *los otros*. Ya hicimos alusión anteriormente al 280/15. También, desde otro punto de vista, a 34/24 y 196/10. *Los otros* en ocasiones equivale a 'los contrarios' (59/32, etc.), contraponiéndose así a *los suyos*. Tal sentido aparece destacado al máximo en 196/10 (...*los otros contrarios*).

⁽⁹⁹⁾ Sin *a*, 153/5 y 189/4. Con *a*, 64/27, 128/2 y 300/32, dependiendo de

C. *preposicional*. — A : 1

Con : 1

De : 9 ⁽¹⁰⁰⁾

¿) De los casos incluidos en el cuadro anterior, unos 6 (86/14, 231/18, 200/10, 254/28, 153/5, 336/20) presentan la fórmula precedida de *todos*.

§ 24. — *Artículo acompañado de un número cardinal.*

No son muy numerosos los casos que podemos citar de empleo del artículo seguido de un cardinal y sin acompañar a un nombre ⁽¹⁰¹⁾.

1) Encontramos empleado el demostrativo de 3ª persona en una frase de relativo y con valor anafórico ⁽¹⁰²⁾ en un ejemplo: «¿De qué virtudes? De *aquellas cuatro que suso dixe*» (40/23).

2) Otros usos anafóricos son raros. En las expresiones para designar la edad, como veremos, se suele repetir la palabra *año*. Cfr. 73/19, 339/18 ⁽¹⁰³⁾.

3) Algo más numerosos son, en cambio, aquellos casos en que el numeral representa una parte de un conjunto anteriormente expresado o que se supone conocido. Como indicamos en el § 23, ciertos

conocer, fazer y cargar. Para 128/2 («...fijeron a los otros descargar la presa»), ya indicamos en notas anteriores que incluimos provisionalmente tales construcciones entre las de c. dir., sin profundizar en detalles.

⁽¹⁰⁰⁾ Con a, 253/24 («E fué a los otros»). — Tras *con*, 52/15. — Tras *de*, 74/26, 325/8, 340/29, 332/19, 327/10, 316/12 y 9/18. Los cuatro últimos, con sentido partitivo. Además, 336/19, con dos documentaciones, una con sentido partitivo y otra con *todos*. — Vid. las estadísticas de Keniston en págs. 134 y ss.

⁽¹⁰¹⁾ Por razones fáciles de comprender estudiamos los usos del artículo con los numerales cardinales a continuación de sus empleos con los pronombres. Para la naturaleza del artículo, vid. S. Fernández, págs. 328-29 — pero cfr. también p. 463, n. 1 —.

⁽¹⁰²⁾ Aquí, como en la correlación *uno — otro*, la anáfora es realizada por el complejo. Vid. S. Fernández, p. 463, n. 1. Cfr. también, y con otro tipo de construcciones, el 298/29.

⁽¹⁰³⁾ Compárese con otros casos análogos de repetición, como el 332/34, ya citado — § 19. — Se trata del mismo fenómeno que en páginas anteriores designamos como «tendencia antizeugmática».

usos de *el uno* no son sino un caso particular de esta regla ⁽¹⁰⁴⁾. Cfr. 16/20, 214/19.— Con complemento partitivo pronominal, encontramos el 55/13.— Con el número total implícito, 12/30.

Pero no pertenecen a este tipo, sino que presentan una mera repetición de un número antes nombrado ⁽¹⁰⁵⁾ los números 107/32 y 255/29.

4) Un caso aparte, probablemente forzado para explicar una etimología, representa el 233/19 («Fallaron que con los que murieran en la vatalla heran muertos entonze *las tres* de gente, que es el lastre») ⁽¹⁰⁶⁾.

Granada

A. TORRES FERNÁNDEZ

⁽¹⁰⁴⁾ Vid. S. Fernández, p. 410, n. 2. Para esta clase de usos, así como para otros de art. + numeral, vid. S. Fernández, p. 328 y la bibliografía de la n. 2 de la misma página, Keniston, p. 130, Löfstedt, págs. 371 y ss., etc.

⁽¹⁰⁵⁾ Vid. nota anterior. Cfr. 243/4 («...*los quales siete*...»).

⁽¹⁰⁶⁾ Tal vez haya que suponer elisión de la palabra *partes* o similar.

Hacia un atlas toponímico del diminutivo (-inu en la toponimia hispano-románica)

I — PROPÓSITO

Este artículo ha sido desgajado de un trabajo general sobre la sufijación diminutiva en la toponimia de la península hispánica. En ese trabajo, que se publicará en la «Colección filológica» de la Universidad de Granada, vol. XX, he clasificado estadísticamente la totalidad de las entidades de población con sufijo diminutivo que figuran en el *Nomenclator de España* del Instituto geográfico y estadístico, año 1888 y en la *Chorographia moderna do reino de Portugal* de J. M. Baptista, vol. VI, Lisboa 1878. El número de topónimos manejados en total se cuenta, claro está, por millares (para dar una idea diré que sólo de Portugal he anotado 4.734 topónimos -inho y -elo, y 2.152, también de -iño y -elo, en Galicia). Sobre esas estadísticas he elaborado una serie de mapas para sistematizar la compleja geografía de los sufijos diminutivos en la toponimia. Tales mapas constituyen de por sí las conclusiones de mi trabajo. Adicionalmente, pero no en la totalidad de los casos, he podido extraer, a partir de esas conclusiones geográficas, conclusiones históricas.

II — MÉTODO

En una investigación como la presente no interesan las diferencias en el número total de topónimos de tal o cual sufijación en esta o aquella área, pues los números absolutos dependen más bien de las diversas formas de poblamiento dentro de la Península; lo importante es la proporción en que cada sufijo aparece. Por ello, he tomado com base de comparación el sufijo -ellu, el más exten-

dido dentro del conjunto hispánico, y en relación a él he estudiado las varias proporciones en que se hallan los demás sufijos: así cuando hablo, por ejemplo, de que *-inho* alcanza en cierta parte de Portugal una proporción de 80 por ciento, quiere decir que el 20 por ciento restante es *-elo*; o si en el oriente de Asturias *-in* no llega más que al 47 por ciento, el otro 53 por ciento es *-iello* etc.

III — CRÍTICA

Errores

Ante la imposibilidad material de papeletizar todos los topónimos (con o sin diminutivo) del *Nomenclator* y la *Chorographia*, para luego seleccionar las voces con sufijo diminutivo por un procedimiento mecánico, he optado por el método primitivo de levantar los topónimos que me interesaban al ojeo. La pesca o caza, que de las dos cosas tiene, de topónimos con sufijo *-illo*, *-iello*, *-ello*, *-elo*, *-ell*, *-iel*, *-ino*, *-in*, *-iño*, *-inho*, *-ico*, *-ich*, *-ete*, *-et*, etc. y sus correspondientes femeninos y plurales en las listas de los Nomenclatores (trabajo mecánico y cansado cuando ya se han recorrido millares y millares de topónimos con la vista) entraña un error básico evidente: Nada vale que haya comprobado las papeletas una y otra vez; aunque, con la práctica, las dotes de ojeador se van afinado cada vez más y en cada repaso salta siempre algún nuevo topónimo que había pasado la vez anterior inadvertido, quedará siempre algún otro que se resista a pasar de las listas impresas a las papeletas. Este error, que hay en la base de todo el trabajo, es por tanto indudable, pero, también sin duda, se trata de un error mínimo que en nada modifica las conclusiones obtenidas: Si el topónimo que pasó inadvertido está aislado, su interés es muy relativo dándose como se dan topónimos sueltos de todas las sufijaciones por todas partes; si se trata, por el contrario, de un topónimo situado en zona en que el sufijo abunda, vendrá tan solo a subrayar un hecho ya notado, y en cuanto a la alteración que introduzca en las proporciones obtenidas nunca será demasiado grande (el cálculo comparativo lo he hecho siempre sobre un número bastante abundante de topónimos) y desde luego nunca significativa, ya que nunca he valorado como diferenciales más que las grandes variaciones. El caso en que más topónimos se han debido resistir a la búsqueda es el de las grandes listas de *-iño* (*-inho*) y *-elo* en Galicia y Portugal, pero aquí, dados los miles de topónimos manejados, la ley providente de la probabilidad asegura la exactitud de las proporciones, aunque estén faltos los totales de un pequeño número de *-iños* y *-elos*.

Problema más importante que la de estos errores en las listas manejadas, es el de las grandes diferencias de poblamiento en las distintas zonas de la Península. En efecto, la especial forma de poblamiento de cada región impone al *Nomenclator* un tipo de encuestación diferente, haciendo imposible la uniformidad de criterio; y esto puede ser grave para nuestro estudio: al diferir la forma de encuestación difiere necesariamente la categoría de los topónimos

admitidos en el *Nomenclator* y por tanto, los resultados de las varias regiones no son enteramente equiparables. Así la dispersión de la población típica de Galicia y Asturias, por ejemplo, significará la presencia en el *Nomenclator* de una ingente cantidad de toponimia menor, la de los incontables caseríos que se reparten el terreno en fracciones mínimas; en cambio en gran parte de León y Extremadura la población se concentra en núcleos distantes entre sí, y no hay la posibilidad de que el *Nomenclator* acoja ejemplo alguno de toponimia menor, pues el pequeño caserío o la alquería no existe. Esta desigualdad tan manifiesta es el peor enemigo de nuestras conclusiones. Junto a ella hemos de considerar la diferencia indudable de criterio del *Nomenclator* español y la *Chorographia* portuguesa. Pero en ambos casos debemos conformarnos con una realidad inevitable.

Crítica del material

La necesidad de una crítica de los materiales reunidos constituye la parte más erizada de problemas del trabajo: Determinar en cada caso si el topónimo contiene o no el sufijo diminutivo que aparenta, requeriría el desentrañamiento de la etimología de todos los miles de topónimos considerados. Naturalmente he tenido que obrar con cierta despreocupación cuando se trataba de nombres de etimología incierta: he preferido aceptar los dudosos, porque en muchos casos estos topónimos ininteligibles son formaciones petrificadas que conservan las muestras más antiguas y preciosas de los sufijos. Con todo hay una serie de topónimos que he decidido eliminar.

El principal problema que atañe al NO de España y a Portugal es el de los antro-topónimos, bien estudiado por Piel⁽¹⁾: *Villasandino* (Sendinus) *Villamartino* (Martinus), *Villarrín* (Reginus) *Villaventín* (Ventinius) *Villarrubín* (Rubinus), *Villalebrín* (Leporinus) *Villamanín* (Maninus) *Villalain*, *Lavin* (Flavinus, Flainus) *Foncastín*, *Villacastín* (Castinus) *Valsadornín* (Saturninus) *Buspoulín*, *Bospolín*, (Paulinus) *Zarracín*, *Cerracín*, *Serracinho* (Sarracinus) *Balbín* (Balbinus) *Medellín* (Metellinus) *Villamarín* (Marin(i)us), *Paladín* (Palatinus) y los numerosos *-in* o *-im* de la toponimia gallego-portuguesa (*Aboim*, *Abuín*, *Agodim*, *Alvim*, *Albín*, *Mandim*, *Mandín*, *Lalim*, *Lalín*, *Amorim*, *Aguim*, *Arentim*, *Atim*, *Vilacacín*, *Mercurín*, *Mourín*, *Puertomarin*, *Leborim*, *Leborín*, etc), derivados del genitivo *-ini* *-ini(i)* (de *-inus* e *-inius*). La gran abundancia de los latinos *-inus* e *-inius* hizo que se asimilase a ellos el sufijo gótico *-eins* y así vemos múltiples antropónimos germánicos provistos del sufijo *-inus*: *Alvarim*, *Badim*, *Badín*, *Brandín*, *Gudín*, *Vilagudín*, *Gudino*, etc.

De otra parte tenemos ciertos casos aislados de topónimos eliminables: *Niño*, gallego < *nidu*; *Camino*, *Camiño*, *Mulino*, *Muiño*, *Raiña*, *Sardiñas*,

(1) Joseph M. Piel, «Nomes de possessores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa» en *Biblos* XXIII (1948), pp. 143-202 y 283-407; «Os nomes germánicos na toponímia portuguesa» Lisboa 1936, separata de *Boletim de Filologia*, II y ss. Véase además Luis López Santos, «Toponímia de la diócesis de León» en *Archivos Leoneses* I (1947), separata.

Valdoviño, Viñas, Espino, Espiño, Mariña, Liño, etc.; a los que debemos asimilar, aún siendo el sufijo claro, el de los innumerables *Castillo, Castelo* que no reflejan, en modo alguno, una vitalidad antigua o moderna del sufijo en la región.

IV — MAPAS N^{os} 1, 2, 3 Y 4: -iño Y -elo EN GALICIA

El típico diminutivo gallego *-iño* abunda en toda Galicia, en competencia con *-elo*, pero siempre en desventaja: Orense 34 %, Pontevedra 43 %, Lugo 30 %, Coruña 46 %. Total 39 %. Según claramente dejan ver estas proporciones *-iño* abunda más en las provincias occidentales que en las orientales. Estas varias densidades de *-iño* se aprecian mejor descomponiendo la unidad provincia en las unidades menores de los partidos judiciales. El número de topónimos que manejamos (654 en Coruña, 650 en Pontevedra, 575 en Lugo, 373 en Orense. Total: 2.252) permite estudiar con base bastante firme las distintas proporciones en que *-iño* se halla en los cuarenta y seis partidos judiciales de las provincias gallegas. En cambio la unidad concejo resulta ya demasiado pequeña para tratar de apreciar matices diferenciales en el uso de ambos diminutivos. Por tanto, a pesar de haber distribuido en mis papeletas los topónimos por ayuntamientos, prescindiré casi por entero de esta división en las estadísticas, a pesar de que la he tenido en cuenta al elaborar el mapa n.º 1 para así lograr una mayor exactitud en la representación gráfica. Veamos los resultados de este análisis:

-iño en Orense.

	-iño	-elo	Tanto %	
Valdeorras :	1	12	7 %	} 13 %
Viana del Bollo :	3	13	19 %	
Verín	7	11	39 %	} 24 %
Ginzo de Limia :	6	19	24 %	
Bande :	3	19	13 %	
Puebla de Trives	12	31	28 %	} 29 %
Allariz	11	26	30 %	
Orense	27	46	37 %	} 37 %
Carballino	18	30	37 %	
Ribadavia	9	15	38 %	
Celanova	31	23	57 %	

-iño en Lugo.

	<i>-iño</i>	<i>-elo</i>	<i>Tanto %</i>	
Quiroga	7	17	29 %	19 %
Monforte	7	42	14 %	
Becerreá	5	19	21 %	
Sarriá	6	30	17 %	
...	...	...	...	...
Ribadeo	2	15	12 %	
...	...	...	...	...
Fonsagrada	12	28	30 %	30 %
Lugo	26	61	30 %	
Villalba	26	62	30 %	
...	...	...	...	...
Mondoñedo	33	56	37 %	38 %
Vivero	19	28	40 %	
...	...	...	...	...
Chantada	29	45	39 %	

-iño en Coruña.

	<i>-iño</i>	<i>-elo</i>	<i>Tanto %</i>	
Arzúa	24	64	27 %	28 %
Betanzos	19	41	32 %	
Ortigueira	21	51	29 %	
Ferrol	12	41	23 %	
...	...	...	...	...
Puentedeume	13	17	43 %	44 %
Coruña	11	13	46 %	
Ordenes	26	33	44 %	
Carballo	27	36	43 %	
Corcubión	15	18	45 %	
...	...	...	...	47 %
Santiago	19	19	50 %	51 %
Padrón	18	21	46 %	
Negreira	15	13	54 %	
Muros	8	7	53 %	
Noya	28	24	54 %	

-iño en Pontevedra.

	<i>-iño</i>	<i>-elo</i>	<i>Tanto %</i>	
Lalín	30	65	31 %	30 %
La Estrada	15	39	28 %	

La Cañiza	31	34	47 %	} 43 %	} 47 %	
Puenteáreas	34	46	42 %			
Tuy	31	35	47 %			
Redondela	9	14	39 %			
Vigo	13	22	37 %			
.....						
Puente Caldelas	36	36	50 %	} 50 %		
Pontevedra	29	26	52 %			
Cambados	31	30	50 %			
Caldas de Reyes	19	25	43 %			

Al tanto por ciento de cada uno de los partidos judiciales, aisladamente considerado, no puede concedérsele un gran valor, toda vez que el número de topónimos *-iño* y *-elo* de muchos partidos resulta demasiado pequeño. Pero, en cambio, convenientemente agrupados atendiendo a su posición geográfica, nos revelan la existencia de zonas varias en que la densidad de *-iño* es muy diversa; las proporciones obtenidas después de realizar estas agrupaciones son ya firmes y resultan muy significativas (Véase mapa n.º 2).

-iño equiparado a *-elo* en el occidente, y escaso en el oriente de Galicia.

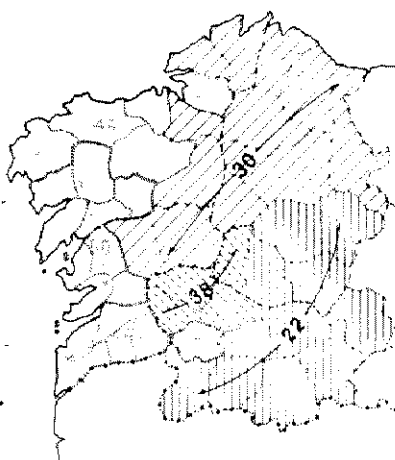
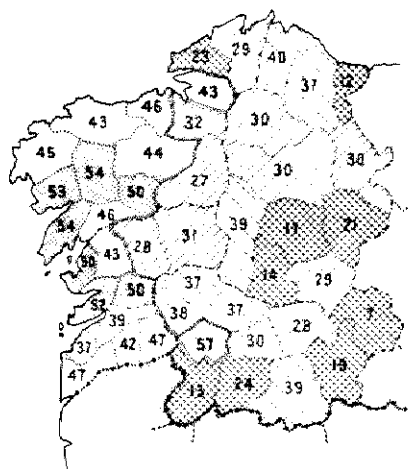
En primer lugar vemos dividirse Galicia en 2 grandes zonas: Una occidental en que *-iño* tiende a equipararse a *-elo* (47 % de proporción media) y otra oriental en que *-iño* está en muy notoria desventaja (27 % de proporción media). Esta área oriental abarca la totalidad de la provincia de Lugo más los partidos judiciales de Ortigueira, Ferrol, Betanzos y Arzúa (Coruña); los 2/3 orientales de la provincia de Orense y los dos partidos del extremo NE de Pontevedra: La Estrada y Lalín.

El área occidental comprende 2/3 de la provincia de Coruña, otros 2/3 de la de Pontevedra y el partido de Celanova (Orense).

Pueden considerarse intermedios entre las 2 zonas tres partidos del NO de Orense: Ribadavia, Carballino, Orense, y uno de Lugo: Chantada, con una proporción de *-iño* de 38 %. En este partido de Chantada, dada su configuración geográfica, considero necesario distinguir entre la mitad norte y la mitad sur, distribuyendo los topónimos por ayuntamientos: los tres concejos (Antas, Monterroso y Palas) de más al Norte, situados aguas vertientes del Ulla,

MAPA 1

MAPA 2



Más del 49 % = equiparado

del 42-47 % = abunda mucho

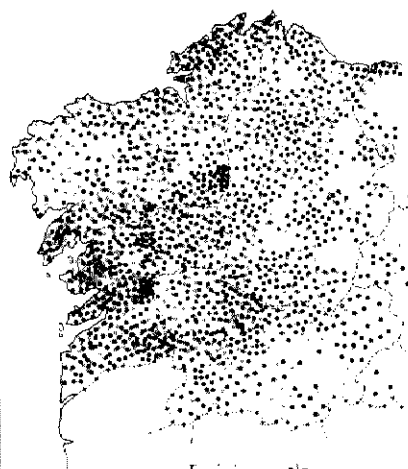
del 37-40 % = abundante

del 27-32 % = escaso

menor del 25 % = muy escasa

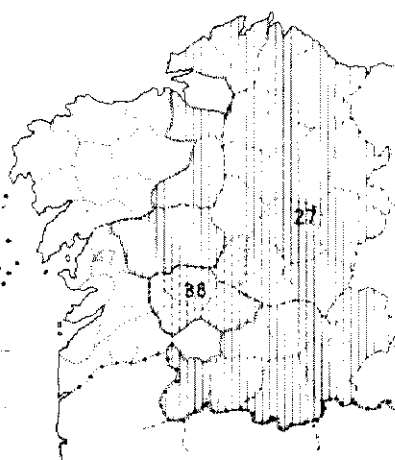
-iño y -elo

EN GALICIA



•• Topónimos -elo

••• Topónimos -iño



MAPA 3

MAPA 4

reunen 28 *-elo* frente a 9 *-iño* (24 %) mientras los restantes, a orillas del Miño, nos dan 25 *-elo* frente a 21 *-iño* (46 %). Estos tres partidos y medio, en que la proporción de *-iño* resulta intermedia entre las 2 grandes zonas en que Galicia se divide, se nos aparecen por su situación geográfica, como una cuña de *-iño* penetrando en el territorio de máximo predominio de *-elo*. Esta cuña (de la que forma también parte Celanova) tiene su punto de apoyo y su razón de ser, según me parece, en el valle del Miño⁽²⁾. Véase para todo lo anterior el mapa n.º 4.

Densidades diversas de *-iño* en el conjunto gallego.

Dentro de las dos zonas, occidental y oriental, podemos distinguir (mapa n.º 3) varias subáreas con proporciones diversas de *-iño* y *-elo*: La mayor densidad de *-iño* (50 %) se da en las rías bajas de Galicia, desde los partidos de Muros, Negreira y Santiago hasta los de Pontevedra y Puente Caldelas. Al norte y al sur de esta área la proporción de *-iño* desciende: las rías altas ofrecen un 44 %, y la región entre las bocas del Miño y la ría de Vigo un 46 %. La zona occidental se divide en dos grandes subáreas situadas al norte y al sur de la cuña del Miño (con 38 %) de que ya hemos hablado: Una, abarca el oriente de la provincia de Coruña y mitad norte de Lugo (hasta los partidos de Fonsagrada y Lugo) y tiene aún cierta abundancia de *-iño* (30 %); la otra, en que *-iño* es muy escaso (22 % de proporción media) comprende el Sur de Lugo y el E. de Orense. Dentro de esta última subárea se destacan los partidos de Valdeorras y Viana del Bollo que reunidos sólo tienen 4 topónimos *-iño*.

V — MAPAS N.º 5 Y 6: *-INHO* Y *-ELO* EN PORTUGAL

El total de topónimos de *-inho* y *-elo* tenidos en cuenta⁽³⁾ es de 4.734, que se reparten así: *Trás os Montes*, 283: A = Bragança: 80; B = Vila Real 203. *Entre Douro e Minho* 1.839: C = Viana 359; D = Braga 807: E = Porto 673. *Beira* 959: F = Aveiro 231:

(2) Aguas arriba de la zona que señalamos en el mapa, el concejo de Lugo, a orillas también del Miño, ofrece 8 *-iño* frente a 8 *-elo*, contrastando con la proporción del resto del partido judicial: 30 % (26 *-iño* : 61 *-elo*).

(3) Cuando un topónimo se repite unas 30 ó 40 veces en una misma pro-

G = Coimbra 171; H = Viseu 376; I = Guarda 99; J = Castelo Branco 92. *Estremadura* 583; K = Leiria 97; L = Santarém 142; M = Lisboa (más Setúbal, perteneciente a Lisboa según la antigua división de provincias aún vigente al elaborarse la *Chorographia*) 344. *Alentejo* 945; N = Portalegre 179; O = Évora 405; P = Beja 366. *Algarve* 110; Q = Faro 110.

Considerando Portugal en su conjunto, *-inho* predomina en proporción de 67 %, frente a Galicia que en conjunto da solo 37 %. Hay que observar, sin embargo, que la *Chorographia* de Baptista, donde se incluyen nombres (aunque no muchos) de «Casais», «Quintas», «Herdades», «Fazendas», «Hortas», «Courelas», «Ruas», «Sítios», «Habitações isoladas», «Azenhas» y «Moinhos», debe abarcar sin duda toponimia menor que el *Nomenclator* de las provincias gallegas, donde sólo hallamos «Caserío», «Casas de Labor», y muy rara vez «Casetas de labor», «Molinos harineros» y «Fábricas». Los datos manejados no son portanto enteramente equiparables, pues es un hecho que muchas veces la toponimia menor ofrece proporciones muy diversas a las de la toponimia mediana o mayor.

Las diversas densidades de *-inho* y la repoblación de Portugal.

Prescindiendo por el momento de esta comparación y refiriéndonos a los topónimos de Portugal, vemos que no todas las provincias dan una proporción semejante, sino que tienden a agruparse siguiendo una gradación muy clara:

	<i>-inho</i>	<i>-elo</i>	Tanto %
A = Bragança	40	40	50 %
B = Vila Real	95	108	47 %
C = Viana	182	177	51 %
D = Braga	419	344	52 %
E = Porto	344	329	51 %
...	...	...	...
F = Aveiro	125	106	54 %
H = Viseu	224	152	60 %

vincia he aplicado una curva de reducción, a fin de que el estudio de la frecuencia de los sufijos *-inho* o *-elo* no degenerase en el de la frecuencia de ciertos topónimos muy comunes.

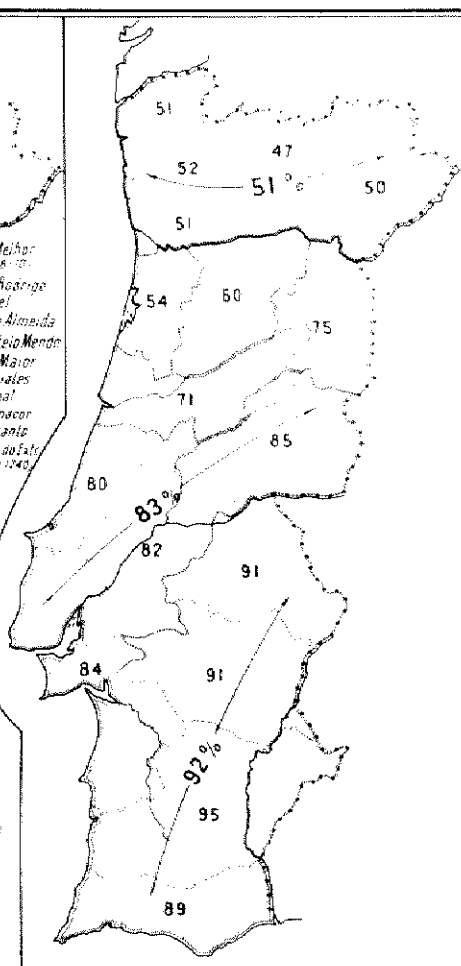
LA REPOBLACION DE PORTUGAL Y EL DIMINUTIVO -INHO.



REPOBLACION AL SUR DEL DUERO

- Zona de antigüedad
- Poblado en la 1ª mitad del s. XI
- Poblado en la 2ª mitad del s. XI
- Congestas de Fernando I de León
- x Castillos de la 1ª mitad del s. XII, varias veces asolados y reconstruidos antes de 1147
- + Puntos fuertes y castillos incorporados definitivamente en el 2º tercio del s. XII (1147-1164) por Alfonso I
- Δ Poblado a fines del s. XII y comienzos del XIII (1165-1211) por Sancho I o por Alfonso IX
- Poblado en la 1ª mitad del s. XIII (Alfonso II, Sancho II)
- Congestas en la 1ª mitad del s. XIII
- Poblado después de 1250 (Alfonso III)

MAPA 5



TANTO POR CIENTO DE -INHO EN LA TOPONIMIA

- Alrededor del 50%
- Alrededor del 55%
- Alrededor del 60%
- Del 70% - 75%
- Del 80% - 85%
- Alrededor del 90%

MAPA 6

G =	Coimbra	122	49	71 %
I =	Guarda	74	25	75 %

J =	Castelo Branco	79	13	85 %
K =	Leiria	78	19	80 %
L =	Santarém	117	25	82 %
M =	Lisboa	288	56	84 %

N =	Portalegre	164	15	91 %
O =	Évora	372	33	91 %
P =	Beja	346	20	95 %
Q =	Faro	98	12	89 %

Al norte se agrupan Bragança, Vila Real, Viana, Braga, Porto, (*Trás-os-Montes y Entre Douro e Minho*) con una proporción de 51 %. Las dos provincias de la *Beira* al norte del Mondego, Aveiro y Viseu, dan una proporción bastante semejante, aunque ya algo más elevada: 57 %. Siguen inmediatamente Coimbra y Guarda con 73 %. La última provincia de la *Beira*, Castelo Branco, junto con las tres de *Estremadura* Leiria, Santarém, Lisboa, forman ya un área de completo dominio de *-inho*: 83 %. Finalmente en *Alentejo* y *Algarve* la proporción de *-elo* es mínima, frente a un *-inho* triunfante: 92 %. Es de notar que de la vieja provincia de Lisboa se separa, con una proporción superior de *-inho*, su extremo sur, constituido por la actual provincia de Setúbal.

El número de topónimos estudiados, al ser muy abundante, nos permite considerar significativas diferencias incluso de sólo un 3 ó 4 % y dar por segura, en todos sus detalles⁽⁴⁾, esta división interna de Portugal. Nótese, por otra parte, cómo la proporción de *-inho* aumenta gradualmente conforme vamos hacia el Sur, a despecho de la variable densidad de topónimos que hallamos en las diversas provincias: cfr. 807 en Braga (con 52 %) — 99 en Guarda (con 75 %) — 344 en Lisboa (con 84 %) — 179 en Portalegre (con 91 %); y cómo varias provincias con muy distinto número de topónimos se agrupan en la proporción de *-inho*: : *-elo* por estar dentro de la misma franja geográfica: Viana, con 359 top. y 51 %; Braga,

(4) Cuando llevaba contados sólo una décima parte de los topónimos se daban ya prácticamente las mismas proporciones.

con 807 top. y 52 % ; Porto con 673 top. y 51 % ; o, de otra parte, Castelo Branco, con 92 top. y 85 % ; Leiria, con 97 top. y 80 % ; Santarém, con 142 top. y 82 % ; Lisboa, con 344 top. y 84 % ; o, en fin, Portalegre, con 178 top. y 91 % ; Évora, con 405 top. y 91 % ; Beja, con 366 top. y 95 % ; Faro, con 110 top. y 89 %. Esta perfecta graduación que observamos desde el Norte al Sur de Portugal no está, por tanto, determinada por diferencias en el «habitat» de esas varias zonas; su distribución en franjas a todo lo ancho del país (abarcando provincias costeras y del interior) nos indica claramente que obedece a causas históricas: esto es, que está relacionada con la cronología de la reconquista y repoblación.

Interesado por la posible conexión entre las varias proporciones de *-inho* y las varias épocas, durante los siglos XI, XII y XIII en que fueron repoblándose los territorios al Sur del Duero, traté de sistematizar el avance repoblador, dándole expresión gráfica en un mapa, el n.º 5 (Naturalmente tuve bien en cuenta que las fechas de repoblación de una comarca no coinciden, las más de las veces, con los años en que fueron expugnadas las plazas fuertes o castillos de la región, que son los datos que más interesan de ordinario a los cronistas e historiadores).

La conquista de la Beira Alta y el diminutivo.

El más viejo Portugal, el país entre el Miño (o el Limia) y el Duero, y, por extensión, hasta el Mondego, que pugnaba por adquirir personalidad durante el s. X⁽⁵⁾, nacía en la Edad Media sobre una de las regiones, en tiempos suevos y visigodos, más poblada de España. Así lo indica la acumulación de ciudades episcopales: Auriense (Orense), Tude (Tuy), Dumio, Bracara (Braga), Portucale (Porto), Lameco (Lamego), Beseo (Viseu), Conimbria (Coimbra), Caliabria; densidad sólo comparable a las de la Bética y Cataluña. Sin duda, la región entre Tuy y Porto, corazón de la *provincia portugalensis* del s. X, tenía, al tiempo de la invasión árabe, la máxima densidad de población del NO. de España, conforme lo denota la

(5) Véase Paulo Merêa, «De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique», *Bíblis*, XIX (1943), pp. 45-62 y Pierre David, «Annales Portugaleses Veteres» en *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, 1957, pp. 331-332.

organización parroquial sueva del s. VI, muy superior a la del resto del noroeste peninsular (a las diócesis de Braga, Porto y Tuy corresponden 72 parroquias); durante la Edad Media la región entre el Duero y el Miño guardaría el mismo carácter: sólo la diócesis de Braga llegó a comprender 1400 parroquias, la mayor parte conservando desde un pasado remoto los titulares tradicionales basados en el santoral hispánico⁽⁶⁾.

La continuidad de la vida románica y cristiana al Norte del Duero durante los siglos VIII y IX, antes de la repoblación oficial de los territorios al Sur del Miño, está fuera de toda duda. También parece segura la pervivencia de alguna población romance entre el Duero y el Mondego, aunque la región quedase a veces bajo señorío musulmán⁽⁷⁾. A finales del s. IX y primeros años del X, Alfonso III restaura la administración regia entre el Limia y el Duero, y coloca bajo la autoridad del reino asturiano al triángulo de tierras protegido por la sierra de Estrela. La organización eclesiástica del reino asturiano nos revela entonces los progresos en la reorganización cristiana: Junto a los obispos de Lugo (que lleva el título de Braga), Mondoñedo (que se titula de Dumio), Iria y Oviedo, aparecen los de Orense, Astorga, Porto, Lamego, Coimbra, Tuy, Viseu, Zamora

(6) Según Pierre David, *Études*, pp. 80, 82 y 255. Véase nuestra n. (8).

(7) Véase, sobre todo, el antiguo razonamiento de H. de Gama Barros, *História da administração pública em Portugal* (1896), libro III, y modernamente Alberto Sampaio, «As villas do Norte de Portugal» en *Estudos históricos e económicos*, I, Porto, 1923, pp. 54, 55. Frente a las exageradas manifestaciones de las crónicas de Alfonso III relativas a las tierras desiertas, incultas o yermas de la frontera, pueden aducirse testimonios documentales auténticos que nos aseguran la persistencia y continuidad de la vida rural en las tierras en que faltaban los cuadros administrativos y militares. No menos interés que el de esos documentos, tiene el testimonio de la hagiotoponimia: Pierre David ha mostrado que la permanencia de los metropolitanos de Braga y Dumio exilados en Lugo y Mondoñedo o el abandono de otras sedes episcopales *in barbarico positae*, no significa que el cuadro diocesano hubiese desaparecido por completo con la invasión árabe: «la persistance du cadre paroissial est démontrée par l'étude des saints patrons d'églises dans la région qui nous intéresse; aux X^e et XI^e siècles les églises anciennes ou reconstruites ont pour saints titulaires ceux là même qui étaient traditionnellement vénéérés sous les rois wisigoths. Il n'y a pas eu rupture de continuité; la tradition religieuse n'a pas été interrompue». *Études*, pp. 169-179 y 252-256. Sobre la falta de una solución de continuidad en la vida cristiana de las tierras entre el Duero y el Mondego, véase el texto citado en la nota siguiente.

y Salamanca. Pero las ciudades reconquistadas en el Sur, Coimbra, Viseu y Lamego, fueron perdiéndose como resultado de las campañas de Almanzor entre los años de 987 y 997; el reino cristiano se tuvo que retraer casi a sus límites de 750. Salvo para Lugo, Oviedo, Mondoñedo e Iria, las listas episcopales se interrumpen.

Muerto Almanzor, pronto los cristianos repasaron el Duero estableciéndose en la región de Aveiro: el monasterio de Sever era libre en 1005, Águeda con anterioridad a 1017, año en que Alfonso V se halla sobre Montemor; sitiando Viseu muere este rey (1028); en 1932 es reconquistado Montemor. Sin duda bajo la ocupación musulmana existía ya en esta región un notable número de pobladores cristianos; lo cierto es que cuando Fernando I llevó de nuevo la frontera hasta el Mondego, encontró importante apoyo en la población cristiana: en Sisenando, el rico mozárabe señor de Tentúgal, y en los monjes del monasterio de Lorvão. La hagiotoponimia nos asegura por su parte la persistencia ininterrumpida de los centros parroquiales anteriores a la dominación musulmana, no sólo en las diócesis de Braga y de Porto, sino también en la de Viseu, en la parte occidental de la de Lamego y en la parte septentrional de la de Coimbra; mientras, en llamativo contraste, las iglesias del Oriente de Lamego, las de Coimbra al Sur del Mondego y las pertenecientes a las diócesis de Leiria, y Guarda, tienen ya en su mayor parte advocaciones de origen tardío, igual que las diócesis de la región del Tajo⁽⁸⁾. En fin, con las conquistas de Fernando I, el triángulo de tierras con base en el Duero y vértice en Coimbra quedó unido definitivamente al condado portugués: Seia, Lamego, Tarouca, Viseu (1057) y Coimbra (1064).

(8) «Le diocèse de Braga, avant la création des diocèses qui en ont été démembrés, mais en y comprenant la partie portugaise de celui de Tuy, comprenait environ mille quatre cents paroisses. Or ces paroisses conservent pour la plupart les titulaires d'avant le XII^e siècle, d'où l'on peut conclure qu'elles sont anciennes... L'organisation religieuse du diocèse de Porto a le même caractère traditionnel; on en peut dire autant de celui de Viseu... Traditionnels aussi sont les vocables des églises du diocèse de Coimbra dans sa partie septentrionale; mais dans sa partie méridionale, au sud du Mondego, et dans le diocèse de Leiria, ces vocables attestent la fondation de paroisses nouvelles; le diocèse de Guarda a été aussi terre de nouvelle colonisation», e incluso «la partie orientale de ceuli de Lamego manifeste aussi les traces d'une colonisation plus récente» P. David, *Études*, pp. 255-256.

En la toponimia del diminutivo las provincias al Norte del Duero ofrecen hoy día muy ligero predominio de *-inho* sobre *-elo* (Viana : 51 % ; Braga : 52 % ; Porto : 51 %) ; al Sur del Duero, Aveiro, aunque tuvo también cierta continuidad en la vida románica, fué repoblado en la primera mitad del s. XI, lo que explica el que nos de ya una proporción de *-inho* ligeramente incrementada (54 %) ; Viseu, conquistado en la segunda mitad del siglo, denota un mayor avance de *-inho* (60 %).

El diminutivo y la repoblación de la Estremadura y la Beira Baixa

Coimbra, conquistada por Fernando I en 1064, con Montemor, formaron durante mucho tiempo la punta más avanzada en el Occidente de los dominios cristianos. La ocupación en 1093 de Santarém, Sintra y Lisboa, por Alfonso VI, ya derrotado en Sagrajas, sólo sirvió para atraer a los almorávides sobre aquella frontera : en 1095 se perdían Lisboa y Sintra, en 1111 Santarém. La frontera por los años de 1116-1117 estaba en Coimbra de nuevo : los almorávides derrocaban los castillos de Soure y Miranda, que protegían la ciudad por el Sur, y aún cruzaban el Mondego destruyendo el de St^a Eulalia.

En los primeros años del gobierno de Alfonso Enriquez la situación de la frontera seguía siendo aún semejante : el castillo de Soure fundado poco antes de 1115 y dado a los templarios en 1128-29 constituía la punta más avanzada ; no mucho después se fundaba el castillo de Leiria (1135). Pero en ninguna de estas tierras podían poblar tranquilos los cristianos, pues eran teatro de continuas depredaciones por parte de los musulmanes de Santarém : En 1140 Leiria era arrasada, en 1144 Soure... Claro que poco después volvían a ser restaurados los castillos (Fuero a Leiria en 1142). Más al Este, Coja era castillo fronterizo, y la mayor parte de la actual provincia de Guarda seguía desierta : Seia, conquistada por Fernando I, continuaba aún siendo el último bastión en 1131, pero más al NE. Trancoso era fortaleza fronteriza (Guarda no existía) y sufría la devastación en 1140.

En 1147 Alfonso I inicia sus grandes conquistas en Estremadura ; Santarém, Sintra, Lisboa, Palmela ; seguidas del asalto a las principales plazas del Alentejo : Alcácer (1158), Beja (1162), Évora (1166), Moura (1166), Serpa (1166)... La conquista de las tierras del Norte del Tajo fué firme, pero en el Sur no pasaron de ser grandes hazañas a lo Giraldo Sempavor ; sólo Évora quedaría siem-

pre como islote avanzado en tierras desiertas u hostiles. Era difícil absorber tantos territorios, sólo la repoblación de la Estremadura requeriría el esfuerzo de muchos años; por lo pronto se poseían las plazas fuertes: Lisboa, Sintra, Santarém, Alenquer; al Sur de Leiria se fundaba el monasterio de Alcobaça 1153; se poblaba Tomar 1162, Torres Novas y Abrantes, como puntos clave para el dominio del país. Al sur del Tajo seguían de avanzada, Palmela, Alcácer y Évora, a las que se añadió el castillo de Coruche, edificado en 1166 y repoblado en 1182, después de arrasado en 1180; pero la frontera seguía siendo el Tajo: En 1171, en 1174, en 1179 los almohades atacaban Santarém y Abrantes.

El mismo carácter transitorio que las grandes conquistas de Alfonso I en el Alentejo reviste la ocupación de Silves y demás poblaciones del Algarve por Sancho I y los cruzados en 1189. En los dos años que siguen (1190 y 1191), los almohades destruían Torres Novas, Alcobaça e incluso Leiria y cercaban Tomar (1190) y, tras conquistar Silves, recobraban Alcácer, Palmela y Almada, frente a Lisboa, demostrando a las claras que la frontera permanente seguía estando constituida por las fortalezas al norte del Tajo.

La ocupación de Elvas por los cristianos y las transitorias conquistas portuguesas en el Alentejo durante el siglo XII nada indican en cuanto al avance de la repoblación; éste, lento, metódico y continuo se realizaba mucho más al Norte, en los recientemente conquistados territorios de Estremadura, y hasta en las propias Beiras. Entre 1185 y el fin de siglo las concesiones de territorios para poblar, tanto a las órdenes militares como a colonos francos, nos delimitan el área de la ocupación efectiva cristiana: Por el oriente la repoblación pasa ahora al sur de la Sierra de Estrela con la fundación de Covilhã (1186) y Guarda (1190). Desde el Zêzere al Tajo no había por entonces población alguna⁽⁹⁾. Estas tierras fueron dadas al Temple y al Hospital para que las repoblasen (el castillo de Belver fué fundado por los hospitalarios en 1194; Idanha-a-Velha fué comenzada a repoblar en 1194, y cedida a los templarios en 1197; las tierras de Açafa, en Ródão, fueron encomendadas al Temple en 1198); pero al finalizar el siglo todavía se había hecho poco.

(9) Al poblarse Guarda recibió teóricamente como términos todas las tierras al Sur hasta el Tajo. Tales límites indican claramente que no había población alguna al Sur de Guarda.

Más al Oeste, los territorios entre el Tajo y el mar se poblaban más rápidamente en torno a las grandes villas de Santarém, Alenquer, Sintra y Lisboa. La labor tuvo que comenzar por el propio castillo de Leiria (1195) asolado en 1190. La orden de Calatrava repoblaba Mafra (1193) y los francos Pontével (1195) y Azambuja (1198). La repoblación alcanzó en breve a la orilla sur del Tajo: los francos se sentían seguros ya en 1198 en Sesimbra y en «as Lezinhas» y la orden de Calatrava poblaba en 1200 Benavente, entre la fortaleza de Coruche y el Tajo.

Pero la labor de poblar la Estremadura sigue aún siendo la principal tarea en el primer decenio del siglo XIII, antes de la batalla de las Navas, durante los últimos años del reinado de Sancho I: Alhandra (1203) y Aveiras (1207) a la derecha del Tajo; fuero a Sesimbra en 1201, restauración de Palmela por la orden de Santiago (120-) entre las fauces del Tajo y el Sado.

Más al E. se sigue trabajando por la repoblación de las tierras del Zêzere y el Tajo: El extremo NE. de la actual provincia de Leiria (Arega, Figueiró, Pedrógão) no se puebla hasta ahora en 1201, 1204, 1206. En la Beira los templarios fundan Idanha-a-Nova (1205-6). Castelo Branco no se creará hasta 1211-14, fecha esta última en que los templarios se hacen cargo de la población.

La política antileonesa lleva a la fortificación, por los años de 1208-10, desde el Duero a Idanha, de toda la cadena de nuevos castillos, que consolidan la repoblación de la Beira Baixa (Pinhel, Almeida, Castelo Mendo, Vilar Maior, Sortelha, Penamacor, Monsanto). Por el mismo tiempo, León fortifica la región de Riba Coa (probablemente en buena parte con gallegos) ⁽¹⁰⁾, que luego anexionaría a Portugal D. Dinis (Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Castelo Bom, Alfaiates, Sabugal) en 1296-97.

El Alentejo sigue siendo o musulmán o desierto. Únicamente la fundación de Montemor-o-Novo (1203) viene a establecer un punto de unión de la aislada Évora con la Estremadura cristiana.

Todas estas noticias nos explican perfectamente la actual distribución de las diferentes bandas de densidad que claramente apreciamos en la toponimia del diminutivo portugués: Frente a la Beira Alta (Viseu), cristiana desde mediados del s. XI, con proporción de -inho de un 60 %; la Beira Baixa, a medio poblar aún a fines del

⁽¹⁰⁾ Luís F. L. Cintra. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa 1959, pp 530-537; cfr. pp. XXIII-LXXIII.

s. XII, nos ofrece proporciones mucho más altas: Dentro de ella la actual provincia de Castelo Branco, totalmente despoblada hasta los últimos años del s. XII, nos da una proporción de un 85 %; la de Guarda, en cambio, ofrece resultados intermedios (75 % de *-inho*) de acuerdo con las fechas de repoblación, pues si en su mitad E. (desde la villa de Guarda) no se repobló hasta fines del XII, la parte O. (Seia, Trancoso) se halla incluida en las tierras incorporadas a la cristiandad desde mediados del s. XI.

Más al occidente la actual provincia de Coimbra con 71 %, frente a Aveiro y Viseu con 54-60 %, muestra haber sido durante casi un siglo la punta avanzada de los territorios cristianos: Conquistada la ciudad en 1064, siete años después que Viseu, estuvo siempre amenazada por los musulmanes hasta la conquista de Santarém en 1147; los castillos que la rodeaban: Coja sobre el Alva, Miranda, Soure y Santa Eulalia fueron arrasados repetidamente durante la primera mitad del siglo XII.

Si Coimbra se muestra en la proporción de diminutivos intermedia entre Viseu y Estremadura, Leiria con un 80 % se halla ya íntimamente ligada con Santarém (82 %). El castillo de Leiria, fundado en 1135, arrasado en 1140, restaurado en el 42, vuelto a destruir en 1190, se repuebla definitivamente en 1195; y la parte oriental de la provincia no comienza a poblarse sino en los primeros años del s. XIII.

La repoblación del resto de Estremadura se lleva a cabo, igualmente, años después de su conquista en 1147, principalmente durante el último decenio del siglo XII y primeros del XIII.

En resumen: Frente a las provincias del Norte del Mondego, pobladas a lo largo del s. XI, con una proporción de *-inho* entre el 54 % y el 60 %, se opone la Estremadura portuguesa y la provincia de Castelo Branco en la Beira, pobladas a fines del XII (y primer decenio del XIII), con proporciones superiores al 80 %. Las dos provincias de Guarda (75 %) y Coimbra (71 %) ofrecen el tránsito de una a otra proporción, pues la historia de su repoblación puede considerarse repartida entre los siglos XI y XII.

La repoblación del Alentejo y el diminutivo.

La repoblación del Alentejo comienza lentamente después de abatido el poderío almohade en la batalla de las Navas: Hacia 1214 la orden de Calatrava se establece en Avis como punto avan-

zados; hacia 1217 se empieza a repoblar Marvão, al que no se da fuero sino en 1226. La conquista de Alcácer 1217 abre el camino del Sur. Pero aún por entonces la labor repobladora no conseguía fácilmente avanzar hacia tierras meridionales: Ya vimos que, en la Beira, Castelo Branco no se poblaba por los templarios hasta 1214. Idanha-a-Velha seguía siendo objeto de planes de restauración en 1229 y Salvaterra do Extremo empezaba entonces (1229) a repoblarse, con tan poco éxito, que en 1240 ambas villas pasaban a manos del Temple para que se encargase de su población.

En 1229 comienza el derrumbamiento de la España musulmana, que se venía desintegrando desde el desastre de las Navas. Al tiempo que León se apodera de la Estremadura española (1229 Cáceres, 1230 Montánchez, Mérida, Badajoz), Portugal, con Sancho II, somete rápidamente el Alentejo: 1229 Elvas⁽¹¹⁾, 1230 Juromenha, 1232 Moura y Serpa, 1234 Aljustrel, 1238 Mértola; y llega al mar en el Algarve: 1238 Ayamonte, 1238-39 Tavira y Cacela. Las órdenes del Hospital (Moura, Serpa) y Santiago (Aljustrel, Mértola, Ayamonte, Cacela y Tavira) se encargan de la custodia de las nuevas plazas conquistadas.

La repoblación había seguido entre tanto su curso lento: la orden del Hospital fundaba en 1232, bien al norte todavía del Alentejo, Crato; en el mismo año se poblaban Castelo de Vide y Alter. Elvas más al sur tenía ya fuero desde el mismo año de su conquista (1229). La efectiva repoblación de los territorios tan rápidamente liberados en el Alentejo tardaría muchos años aún; la guerra civil que terminó con el destronamiento del conquistador del Alentejo debió retardar el curso normal de los acontecimientos. Los territorios recién adquiridos quedaron casi todos en manos de las ordenes militares, lo cual no favorecía su población. No es de chocar por tanto que en 1254 se empiece a pensar en la puebla de Beja y que en ese año se reorganice el municipio de Mértola y se trate de poblar Aroche (en la actual provincia de Huelva). Posteriores aún son las fundaciones de Portel y Alvito, por ejemplo, en el corazón del Alentejo.

En fin, las provincias de Portalegre, Évora, Beja, a las que se une Setúbal (extremo sur de la de Lisboa en la *Chorographia*), con

(11) Elvas había sido conquistada por vez primera en 1226 y perdida al poco tiempo.

su máxima proporción de *-inho* (91 %, 91 %, 95 %) muestran en la toponimia una etapa aún más avanzada que la de Estremadura (donde la proporción media era de un 83 %), correspondiendo a su más tardía repoblación, mediado ya el s. XIII.

El Algarve nos da una proporción algo más baja de *-inho* (89 %) que quizá tenga algo que ver con la mediatización de la región por Castilla y León durante el reinado de Alfonso X. Pero conviene notar que de esta provincia sólo da la *Chorographia* 110 topónimos *-inho* y *-elo*, cifra bastante reducida para considerar firmes unas diferencias del 3 ó 5 %.

VI — *-iño* Y *-elo* GALLEGO-PORTUGUÉS FUERA DE GALICIA Y PORTUGAL

-iño (*u io*) en la zona gallega de Asturias y León.

En la región asturiana de habla gallega, que comprende el partido judicial de Castropol, más algunos concejos y parroquias de los partidos de Luarca y Cangas de Tineo, hallamos varios casos de *-iño*: *Barreiriñas* y *Mundiña* (Vega de Ribadeo), *Cabaniñas* (Taramundi), *Menciñas* (Santo Tirso de Abrés), todos situados en los tres concejos más occidentales del partido judicial de Castropol.

La ausencia de topónimos *-iño* en el resto del área no se debe a escasez de *-inu*, sino al especial tratamiento fonético de este sufijo en el dialecto gallego fronterizo. Estas hablas gallegas orientales ofrecen la alternancia *-ín*, *-ía* *u* *-ia*, *-ios* *u* *-ios*, tanto en el diminutivo como en otros casos de la terminación *-inu*. De ahí que en la toponimia hallemos (en virtud de la grafía oficial) *-ín*, *-ina*, *-inos*. El total de estos topónimos *-ín* es 31 en el partido judicial de Castropol y 3 y 1 en los ayuntamientos gallegos de los partidos judiciales de Luarca y Cangas de Tineo respectivamente.

Frente a los 39 topónimos en *-iño* *u* *-ín* figuran en el *Nomenclator* 21 *-elo* en los ayuntamientos del partido de Castropol, 1 en Villayón (Luarca) y otro en Ibias (C. de Tineo). A estos casos en *-elo* hay que sumar alguno de los varios topónimos *-ello* de la región (p. ej. *Cotarelo*, *Grandella*, *Cabanella*) ⁽¹²⁾ pues en una zona orien-

(12) Cfr. *Castello*, caso evidente de *-ellu* > *-ello*; y, de otra parte, *Grandeia*, *Cabanela* y *Cotariello*.

tal del gallego fronterizo *-ëllu > -ello* (∞-eyo) ⁽¹³⁾, confundiéndose con *-eyo < -ic(u)lu* ortografiado oficialmente como *-ello* (topón.: *Calella*). Falta, claro está, la forma asturiana *-iello* en el partido de Castropol; en el concejo de Navia (p. j. de Lueca) hallamos el último topónimo *-iello* (*Llamiella*) en Villapedre, última parroquia que habla asturiano; en cambio, algo más al sur, en el concejo de Villayón, la parroquia de *Ponticiella*, a pesar de su nombre, habla gallego, desconociendo la diptongación ⁽¹⁴⁾, pero los naturales la llaman *Ponticella*.

En la provincia de León, la región de habla gallega en el Bierzo nos da tres ejemplos de *-iño*: *Valiña* (Corullón), *Vilarinos* (Balboa) y *Paradiña* (Paradaseca) todos en el p. j. de Villafranca del Bierzo. Frente a estos 3 topónimos en *-iño* figuran en el *Nomenclator* 20 *-elo* en el partido de Villafranca del Bierzo y 1 en el de Ponferrada.

La proporción de *-iño* (12 %) liga perfectamente esta región gallega del Bierzo a la de Valdeorras y el Bollo (Orense) con quien limita. A diferencia de lo que ocurre en Asturias el límite de *-iño* coincide con el del gallego y el *-ino* leonés no aparece sino en un aislado *Veguellina* (Paradaseca), producto probablemente de la disimilación *ll... ñ*. En cambio *-in*, extraño a León, abunda: *Candín* (id), *Fumarín* (Balboa), *Molino de los Molanchines* (Fabero) y *M. de Molacines* (Vega de Espinareda), todos en el partido judicial de Villafranca (en el resto de León sólo hallo *Paladín*, *Felmin*, *Garfin*) ⁽¹⁵⁾. Este *-in* no es rasgo del leonés, sino que hay que estudiarlo con el *-in ∞ -im* gallego-portugués.

⁽¹³⁾ Por ejemplo: *escudella*, *costella* en Bustantigo (Pola de Ayande o Allande), *porteyo*, *costeya* en Anleo (Navia), *nubello* 'ovillo' en Pontic(i)ella (Villayón) según materiales inéditos de R. Menéndez Pidal.

⁽¹⁴⁾ *Nubella* 'ovillo', *ferro*, «a roda» carros. El límite de la diptongación se halla en la parroquia de Parlero, que toda habla asturiano, salvo la aldea de Lendequintana (lindante con Ponticiella). Véase D. Catalán, «El asturiano occidental. Examen sincrónico y explicación diacrónica de sus fronteras fonológicas» *RPh*, X (1956), mapa de la p. 86. Cfr. M. Menéndez García «Algunos límites dialectales en el Occidente de Asturias» en *BIEA* XIV (1951) *separata* y R. Rodríguez Castellano, *Aspectos del bable occidental*, Oviedo, 1954, pp. 77-78.

⁽¹⁵⁾ Excluyo los topónimos del tipo *Villarrubín*, *Villarmarín* (en Villafranca del Bierzo); *Villamanín*, *Villarrabines*, *Villalebrín*, *Villabardín* (Véase atrás: *Crítica del material*).

En la provincia de Zamora la parte gallega de Sanabria no da ejemplo ninguno de *-iño* frente a 2 *-elo*: *Padornelo* (Lubián) y *Castrelos* (Hermisende).

-iño portugués en la Extremadura española y Huelva fronterizas.

El *Nomenclator* no incluye ningún topónimo en *-iño* (ni tampoco en *-ino*, *-illo* o *-elo*) de Eljas ó Valverde, donde el *-iño* portugués vive todavía ⁽¹⁶⁾. En cambio, más al Sur, en Valencia de Alcántara, hallamos *Casiñas de Arriba* y *Casiñas de Abajo* de acuerdo con la lengua actual de varios pueblos fronterizos que aun hablan un peculiar portugués extremeñizado (cfr.: *galiña*, «carro de liña» «carrete de hilo»).

En la provincia de Badajoz, Olivenza nos da un topónimo *-iño*: *Montiño de Nuestra Señora*, frente a un *-elo*: *Huertas de Arbelos*, de acuerdo con su habla portuguesa, aún perfectamente viva.

Por último, en la provincia de Huelva, hallamos *Cefiñas* en término de Aroche, resto de la repoblación portuguesa de la villa, hecha en 1255.

VII — MAPAS N^{os} 7 Y 8: *-ín* Y *-iello* ASTURIANOS

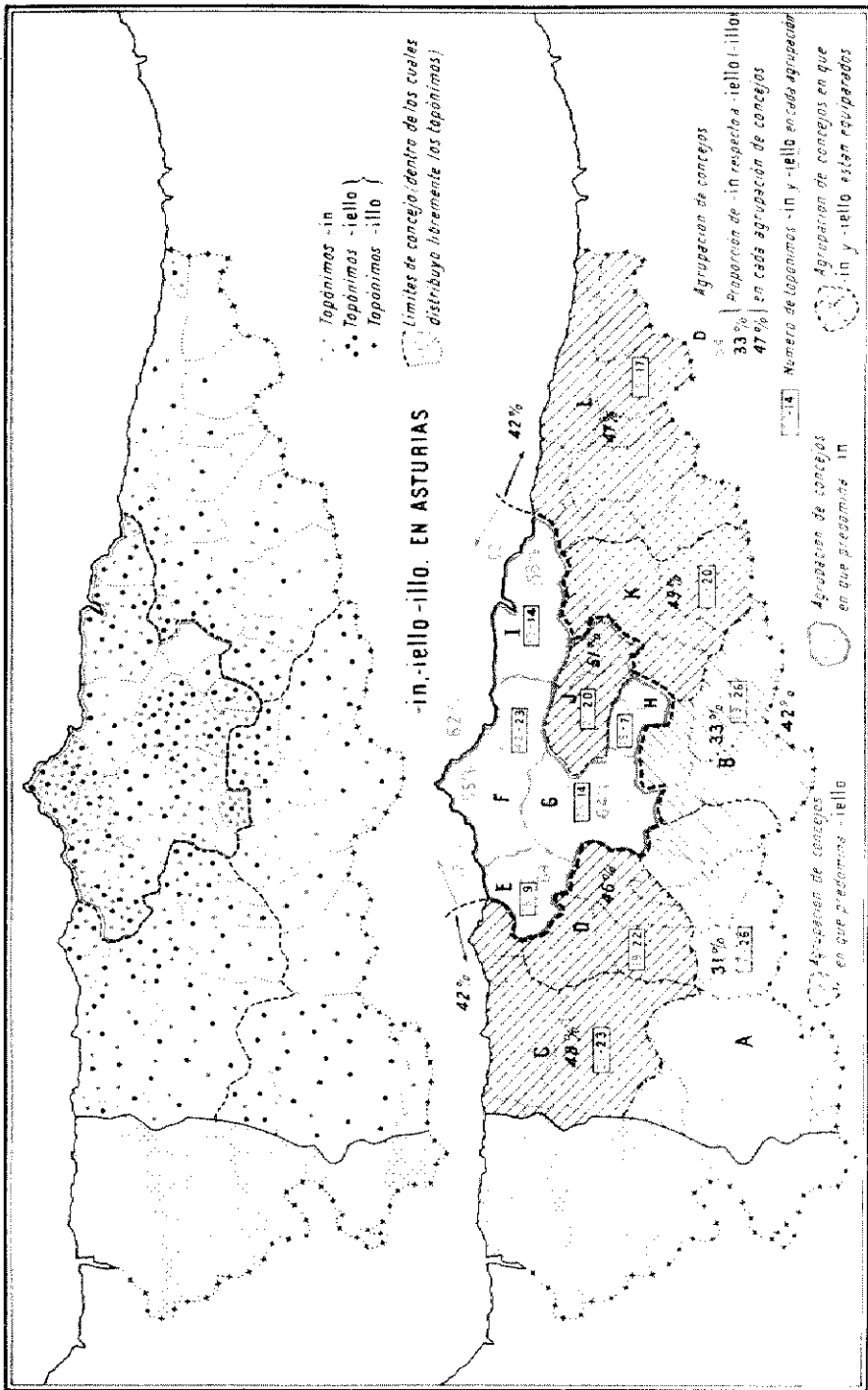
El sufijo *-inu* en Asturias.

El *Nomenclator* nos da 170 *-ín*, 58 *-ina*, 8 *-inos*, 8 *-ines*, 15 *-inas* ⁽¹⁷⁾. Junto a los 170 *-ín*, sólo 6 *-ino*: *Agüino* (Somiedo) y *Mourino* (Salas) en Belmonte; 2 *Villarino* en Cangas de Tineo y 2 *Villerino* en Tineo. Hay 5 *-iño* (*-os*, *-a*, *-as*), pero están en la zona de habla gallega. Frente a estas cifras hallamos 227 *-iello* (*-os*, *-a*, *-as*, *-es*); más 8 *-illo* (*-os*, *-a*, *-as*). Además 23 *-elo* (*-os*, *-a*, *-as*), que se hallan en la franja de habla gallega.

Los 23 *-elo* y los 5 *-iño* los hemos estudiado ya, y también los numerosos *-ín* de la franja asturiana de habla gallega. Nos limitare-

⁽¹⁶⁾ O Fink, *Studien über die Mundarten der Sierra de Gata*, Hamburg, 1929, pp. 46, 99 y 116, cita, por ejemplo: *tuciño*, *siñuriña*, *calisiña*, *toiziño*, *donaciña*, *peciños*, *probiciño*.

⁽¹⁷⁾ Excluyo los antrotopónimos como *Aboín*, *Abín*, *Bospolín*, *Buspaulín*, *Buslabín*, *Llain*, *Malain*, *Gudín*, *Godina*, *Fongavín*, *Villarmerín*, *Zanzabornín*,



mos, pues, ahora a estudiar el sufijo dentro del área asturiano-hablante, excluyendo el partido judicial de Castropol, más algunas parroquias de los concejos de Navia, Villayón, Allande e Ibias que hablan gallego.

Quedan así para el asturiano (occidental, central y oriental) 240 *-ín* (*-ino*) frente a 223 *-iello* y 10 *-illo*; esto es 51 % (sin contar los casos de *-illo*: 53 %).

Diversas proporciones de *-ín* en Asturias.

Distribuidos los topónimos por concejos resulta evidente la existencia de muy varias proporciones de *-ín* respecto a *-iello*; pero no es fácil sintetizar estas diferencias: La unidad partido judicial es extremadamente artificial, extraña a la fragmentación lingüística del asturiano; la unidad concejo es tan desigual en amplitud geográfica y en densidad de topónimos (desde 0 a 36), que no puede tomarse como base para calcular proporciones. Por ello me he visto obligado a agrupar varios concejos de un modo un tanto arbitrario, a fin de hallar los tanto por cientos sobre cifras de topónimos no excesivamente pequeñas. Desde luego, al realizar esas agrupaciones he procurado atenerme a las grandes divisiones lingüísticas (límite *ou*: : *o*; *f*:- : *h*-; áreas de *l*-, *-ll*- > *ʎs*, *n*-, *-nn*- > *n*, *ly*, *k'l* > *ch*; plurales en *-es* etc.) para no agrupar en uno concejos muy dispares; pero, con todo, podrían hacerse las agrupaciones de forma muy distinta y fácilmente los límites variarían bastante, puesto que hay algunas zonas donde la escasez de topónimos es grande. No contamos, por lo tanto, en Asturias con elementos de juicio suficientes para establecer divisiones firmes, análogamente a como pudimos hacer en el caso de Portugal y Galicia (Véanse los mapas n.º 7 y 8).

En la estadística que sigue destaco en *cursiva* los concejos que, por tener un número menos escaso de topónimos, constituyen la base de las comparaciones. Los números entre paréntesis, que siguen a los nombres de concejo, representan la cifra total de topónimos *-ín*, *-iello* e *-illo*.

Zarrazina, Sardin, etc. (Véase atrás: *Crítica del material*). Elimino también otros casos como: *Llendeín* (de *pino*), *Andrín* (de *endrino*), *Riomolín* (de *molino*) etc.

	-ín	-iello	-illo.	Tanto por % de -ín
A) <i>Cangas de Tineo</i> (21), Allande (zona asturiana) (5), Degaña (1), Somiedo (3), Teverga (3), Proaza (3) y Quirós (2).	12	26	—	31 %
B) <i>Aller</i> (13) y <i>Mieres</i> (17), Lena (8) y <i>Riosa</i> (1)	13	26	—	33 %
C) <i>Tineo</i> (16) y <i>Valdés</i> (16), Cudillero (9), Villayón (Zona asturiana) (1) y <i>Navia</i> (Zona asturiana) (2)	21	23	—	48 %
D) <i>Salas</i> (16) y <i>Grado</i> (19), Miranda (6)	19	22	—	46 %
E) <i>Pravia</i> (16), Muros (1), Soto del Barco (2) y Candamo (6)	16	9	—	64 %
F) <i>Gozón</i> (18) y <i>Carreño</i> (14) Avilés (5), Gijón (9), Corvera (7), Castrillón (7) e Illas (5)	42	21	2	65 %
G) <i>Oviedo</i> (20) y <i>Morcín</i> (11), Llanera (6), Las Regueras (2)	25	14	—	64 %
H) <i>Langreo</i> (14) y <i>S. Martín del Rey Aurelio</i> (11)	18	7	—	72 %
I) <i>Villaviciosa</i> (25), Colunga (6) y Caravia (2)	19	13	1	58 %
J) <i>Siero</i> (36), Noreña (1) y Bimenes (4)	21	18	2	51 %
K) <i>Piloña</i> (16) y <i>Laviana</i> (10), Cabranes (4), Sobrescobio (3) y Caso (6)	19	19	1	49 %
L) <i>Parres</i> (8), <i>Ponga</i> (6), <i>Cangas de Onís</i> (5), <i>Ribadesella</i> (3), <i>Onís</i> (1), <i>Llanes</i> (5), <i>Cabrales</i> (1) y <i>Ribadeva</i> (3)	15	15	2	47 %

-ín predomina en el centro de Asturias.

Sumando los topónimos de nuestras agrupaciones de concejos E, F, G, H, I, J, -ín predomina en proporción del 62 %, mientras en el resto, sólo llega al 42 %. Se concreta así la zona de predominio de -ín al centro de Asturias, al triángulo Pravia-Sama de Langreo-Villaviciosa; en las Asturias occidental o oriental, en cambio, -iello predomina ligeramente sobre -ín y en los concejos de la montaña del

Sur y SO. *-iello* domina ampliamente, en proporción de 2 es a 1. Para la unión de Aller, Mieres, Lena y Riosa (=B) con el occidente de Asturias (A, C), frente a Morcín, Oviedo y Langreo, recuérdese el área de *l-*, *-ll-* > *ts* y *n-*, *-nn-* > *n* frente a *l-*, *-ll-* > *ll* y *n-*, *-nn-* > *ñ* ⁽¹⁸⁾.

VIII—MAPA Nº 9: *-IN(O)* Y *-ILLO* EN LEÓN Y EXTREMADURA

-ino en León.

Mientras en Asturias predomina la variante apocopada *-in*, siendo *-ino* casi desconocido, en León la toponimia nos da, salvo muy pocas excepciones, únicamente *-ino*: *Fresnellino*, *Villarino*, *Robledino*, *Riosequino*, *Castrillino*, *Toralino*, *Getino*, *Ardoncino* etc.

El total de topónimos *-ino* *-ina* es de 37 (5 de ellos *Veguellina*) frente a 82 *-illo* (15 son *Quintanilla*, 10 *Castrillo*, 9 *Velilla*) = 31 %.

Si dejamos a un lado la zona de habla gallega (con 3 *-iño* y 4 *-ín*: :21 *-elo*), que ya hemos estudiado, los topónimos *-ino* tienden a repartirse con bastante uniformidad por toda la provincia: Murias 3; Ponferrada 5 (+ 1 en Villafranca del Bierzo); Astorga 7; La Vecilla 2; León 5; La Bañeza 5; Valencia de Don Juan 3; Riaño 3; Sahagún 1 (véase el mapa n.º 9).

Ante esta distribución de los topónimos es evidente que ninguna diferencia se percibe entre el leonés occidental y leonés central. En cambio parece significativa la ausencia de *-ino* en Sahagún (el único ejemplo es muy del NO.): Los documentos del siglo XII y principios del XIII de Sahagún sitúan aún el habla de la región dentro de la lengua leonesa oriental, pero sus rasgos no castellanos son escasos. Frente a este leonesismo en la lengua de los documentos, vemos que Alfonso VII partió los reinos de Castilla y León dejando Sahagún dentro de Castilla, incorporado a las tierras de entre el Pisuerga y el Cea; y, mientras la partición dura, «regnante... in Sancto Facundo et in Castella» se titulan Sancho II y Alfonso VIII en sus privilegios ⁽¹⁹⁾. Más adelante veremos cómo la frontera de *-ino*, tanto en León como en Zamora, coincide perfectamente con los límites del reino leonés.

⁽¹⁸⁾ D. Catalán, «Resultados áptico-palatales y dorso-palatales de *-ll-* y de *-nn-* y de *ll-(l-)*, *nn-(n-)*» en *RFE XXXVIII* (1954), mapa n. 2.

⁽¹⁹⁾ R. Menéndez Pidal, «El dialecto leonés» *RABM*, X (1906), p. 130, n. 1.

En cuanto al carácter diminutivo del sufijo hay que observar la frecuente relación entre el topónimo en *-ino* y otro inmediato en que el nombre tiene su forma plena: *Anllarinos* — *Anllares* (Páramo del Sil), *Ardoncino* (Chozas de Abajo) — *Ardón* (id.), situados en dos ayuntamientos limítrofes; *Getino* — *Gete* (Cármenes); *Tejadinos* — *Tejados* (Valderrey); *Toralino de Fondo* — *Toral de Fondo* (Riego de la Vega); *Molinos de Robledino* — *Molinos de Robledo* (Destriana); *Molinos de la Reguerina* (Val de S. Lorenzo) y *Molinos de la Reguera* (Castrillo de Polvazares) en dos ayuntamientos inmediatos; *Cubillinos* — *Cubillos* (Cubillos); *Azadinos* (Sariegos) — *Azadón* (Cimanes del Tejar) en dos ayuntamientos limítrofes.

-ino en Zamora.

Como en León, es *-ino* (y no *-ín*) la forma normal del sufijo en Zamora: *Carbellino*, *Bretocino*, *Villarino*, *Granatino*, *Argusino*, *Losacino*... etc.

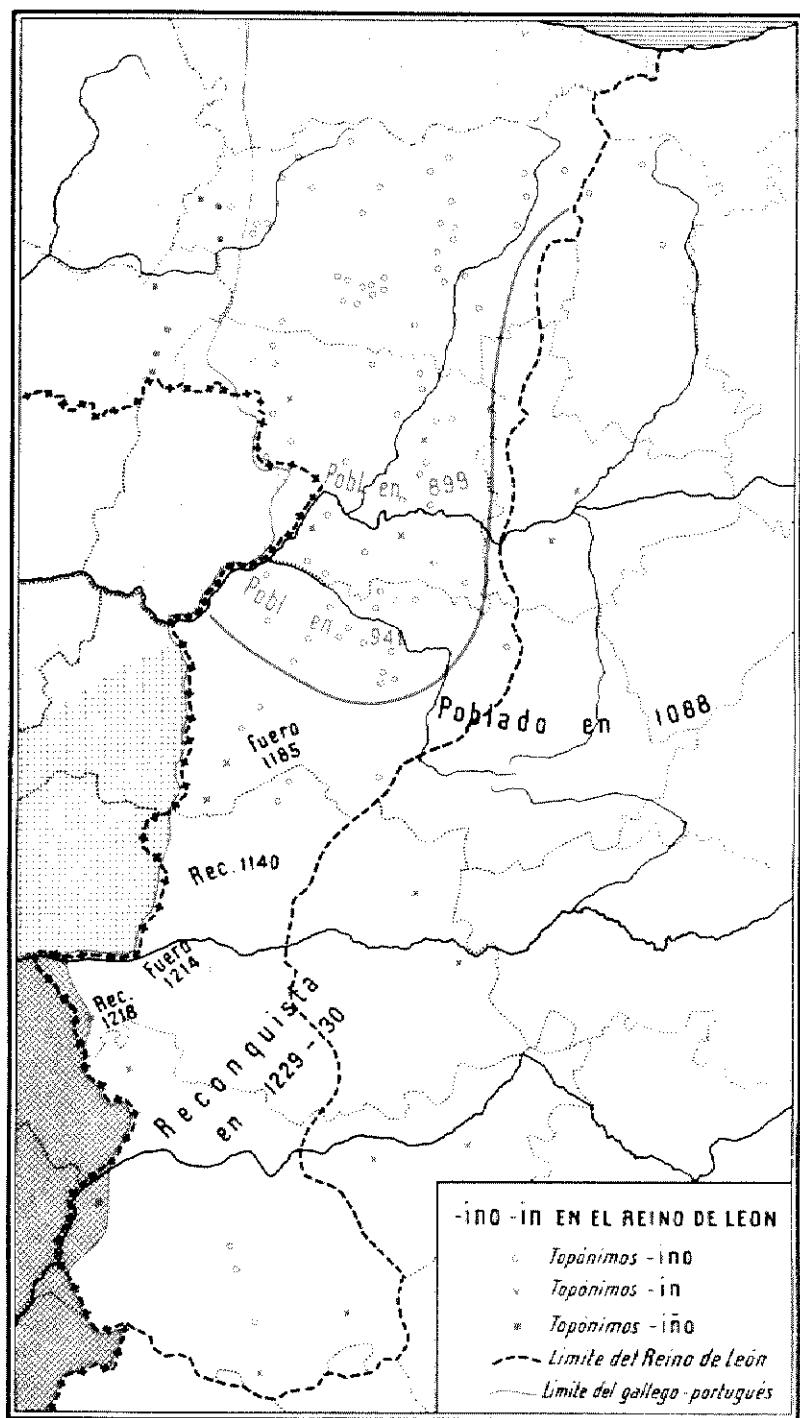
El total de topónimos *-ino*, *-ina* es de 23 frente a 58 *-illo -illa* = 28 % (6 son *Quintanilla*, 2 *Castrillo*).

Se hallan repartidos uniformemente por toda la provincia, excluida en Sanabria la pequeña zona de habla gallega: Sanabria 3; Alcañices 4; Bermillo de Sayago 4; Benavente 4; Villalpando 2; Zamora 4; Toro 1; Fuentesauco 1 (véase el mapa).

Al igual que en León, varios de los topónimos en *-ino* son diminutivos de otros inmediatos: *Bretocino* (id.) confina con *Bretó* (id.); *Guarratino* (Fuentesauco) con *Guarrate* (id.); *Valcabadino* (Zamora) con *Valcabado* (id.); *Losacino* (id.) con *Losacio* (id.).

-ino en el NO. de Salamanca.

La distribución del sufijo *-ino* en Salamanca no tiene la regularidad que veíamos en Zamora, sino que tiende a concentrarse en el NO. de la provincia: Los partidos judiciales de Ledesma con 11 *-ino* frente a 8 *-illo*; Salamanca con 5 *-ino* contra 16 *-illo*; y Vitigudino con 2 *-ino* y 4 *-illo* forman un área en que el sufijo alcanza una fuerte proporción, casi un 40 %. En contraste, los partidos del SE., Peñaranda, Alba, Ciudad Rodrigo, Sequeros y Béjar, es decir más de dos tercios de la provincia, reúnen sólo 6 topónimos *-ín -ino* frente a 57 *-illo*.



MAPA 9

Vemos así delinearse con toda claridad una importante división en la toponimia de *-ino*: desde aquí para el Norte, hasta la montaña leonesa, *-ino* es en la toponimia un sufijo abundante, aunque en desventaja respecto a *-illo*; hacia el Sur, no lo hallaremos ya sino en ejemplos aislados y cada vez más distantes entre sí.

Como en León y Zamora, en el NO. de Salamanca es frecuente que el topónimo en *-ino* sea diminutivo de uno próximo: *Izcalina* (Valdelosa) al lado de *Izcaía* (Topas); *Barceino* — *Barceo* (Barceo); *Ituerino* (Pozos de Hinojo) en las inmediaciones de *Ituero de Huebra* (El Cubo de don Sancho); *Valmucina* (San Pedro de Rozados) situado junto a *Valverde de Valmuza* (Barbadillo), *Calzadilla de Valmuza*, *Alberguería de Valmuza*, etc; *Zafroncino* (Ledesma y Villarmayor) al lado de *Zafrón* (Doñinos de Ledesma); *Palacinos* (Añoover de Tormes) inmediato a *Palacios del Arzobispo* (id.). Es la existencia de estas parejas de topónimos uno de los rasgos más expresivos de la división que hemos señalado dentro de la provincia de Salamanca: En el SE, de acuerdo con Extremadura, faltan totalmente; mientras en el NO. abundan tanto, o aún más, que en Zamora y León. Al estudiar los topónimos *-ín -ino* de Extremadura tendremos ocasión de anotar otras diferencias entre las dos áreas.

La variante apocopada *-ín* escasa en la toponimia y abundante en el habla actual.

Al lado de los numerosos topónimos *-ino* que venimos estudiando hallamos en León, Zamora y NO. de Salamanca algunos casos de la forma apocopada *-ín* ⁽²⁰⁾:

En León hay que excluir los de la zona de habla gallega (Villafranca del Bierzo) que deben ser estudiados con el *-ín* de Galicia. Fuera de esta zona están: *Paladín* (Las Omañas) en Murias, cfr.: *Paladinos* en Zamora; *Felmín* (Cármenes) en la Vecilla; *Garfín* (Gradefes) en León ⁽²¹⁾ y numerosos compuestos de Villa, Villar y uno de Vega, que parecen envolver nombre propio: *Villarmarín*, *Villabandín*, *Villalebrín*, *Villamanín*, *Villamondrín*, *Villarrubín*, Vi-

(20) No incluí en la estadística de *-ino* ninguno de estos casos en *-ín*.

(21) Rechazo *Caín*, *Tonín*, *Manjarín* 2.

Ilarrabines, *Vegapujín* (frente a ellos tan solo *Villasecino*, *Villamartino*, *Villablino*) ⁽²²⁾.

En Zamora no hay mejores muestras de *-ín* que en León: *Villarrín de Campos* (id.) en Villalpando, cfr.: «*Villarino de Manzanas*» ∪ «tras la Sierra» ∪ «de Sanabria», en Alcañices y Sanabria; *Argañín* (id.) en Sayago; *Sandín* (Folgozo de la C.) en Sanabria ⁽²³⁾ (compárese además: *Valcamín* en Tordobispo, p. j. de Zamora).

En el NO. de Salamanca no hay *-ín* (fuera de *Peñaserracín*); todos están en la parte SE. de la provincia.

Frente a este claro predominio de la forma plena *-ino*, respecto, a la apocopada en *ín*, que vemos en la toponimia, el habla actual prefiere en León decididamente las formas en *-ín* ⁽²⁴⁾, y en el NO.

(22) Posiblemente todos estos topónimos en *-ín* derivan de genitivos en *-i*, y no del acusativo con pérdida de la *-o* final. (Véase atrás el apartado *Crítica del material*).

(23) Se trata también de un antrotopónimo.

(24) Los datos en torno al diminutivo que nos proporciona la dialectología moderna coinciden en señalar para León el uso exclusivo de *-ín*, plural masc. *-ines* (frente a *-ín*, plural *-inos*, de Asturias): Así en Babia y Laciana (*branín*, *sapín*, *paxiarín*, *diviachín*, *caleichín*, etc.) según G. Alvarez (*El habla de Babia y Laciana*, Madrid 1949, p. 241); en el Bierzo leonés (*hermanín*, *quietín*, *pequeñín*, «espera un momentín» *pajarin*, *tocín*, *cochín*) según V. García Rey (*Vocabulario del Bierzo*, Madrid 1934). en Maragatería, tierra de Astorga y Ribera del Órbigo (*pajarin*, *niñín*, *guapín*, *cuitadín*, *santín*, *bobín*, *pouquitín*, *despacín* ∪ *aspacín*, *prontín*, *Juanín*, *Pedrin*, *Quiquín*, etc. — «en cuerines», *musquines*, diminutivo de *muscos* 'muslos', etc.) según S. Alonso Garrote (*El Dialecto Vulgar Leonés*, 2.^a ed., Madrid 1947, pp. 72. Los ejemplos en plural los tomo de un cuento de Rabanal Viejo, Maragatería Alta, recogido por Valentín Cabrera y Fernández incluido en la p. 110 de la obra de Alonso Garrote); en la Ribera del Órbigo (*cachín*, *pratín*, *cicarín*, *rapacines*, *perrines*, *escanines*, *pucherines*, etc.) según R. M. Farish («Notas lingüísticas sobre el habla de la Ribera del Órbigo» en *Trabajos sobre el Dominio Románico Leonés I*, Madrid 1957, p. 76, que estudia la obra dialectal de Cayetano Alvarez Bardón, *De la Ribera del Órbigo. Cuentos en dialecto leonés*, 1907; los dos últimos ejemplos los tomo de un cuento, también de Bardón, incluido en la p. 110 de la obra arriba citada de Alonso Garrote); en la Cabrera Alta (*pequeñín*, *guapín*, *rapacín*, etc.) según C. Casado (*El habla de la Cabrera Alta*, Madrid 1948, p. 69); en la Cabrera Baja (*tocín*, *tocín* o *toucino*, *obispines*, dim. plural humorístico de *obispo*) según J. García del Castillo, C. Torres, H. Sánchez y P. Rubina («Sobre el habla de la Cabrera Baja» en *Trabajos sobre el Dominio Románico Leonés I*, Madrid 1957, pp. 93, 94, 111).

de Salamanca vacila entre ambas formas⁽²⁵⁾. Ante esta falta de acuerdo entre la toponimia del *Nomenclator* y el uso actual, sería de gran interés un estudio detenido de la toponimia menor⁽²⁶⁾.

-ín -ino en el Sur de Salamanca, Cáceres y Badajoz.

Paradinas (id.) en Peñaranda; *Paradinas* (Castillejo de Martín Viejo), *Canterina* (Ciudad Rodrigo), *Perosín* (Peñaparda), *Collado de Malvarín* (El Bodón) en Ciudad Rodrigo; y *El Merino* (Navalmoral) en Bejar, son los ejemplos del sufijo en el Sur de Salamanca. En contraste con los del NO. de la provincia vemos en estos escasos ejemplos la presencia de -ín en vez de -ino⁽²⁷⁾.

En Cáceres aparte del *Casiñas* de Valencia de Alcántara, que ya estudiamos relacionándolo con Portugal, hallamos: *Cambroncinos* (junto a *Cambrón* ambos en Caminomorisco) y *Carabocino* (Casares) en el partido de Hervás; *Caracinos* (Navas del Morón) en Garrovillas; *Colorín* (Talayuela) y *Garrín* (id.) en Navalmoral de la Mata⁽²⁸⁾.

En Badajoz considero aparte *Montiño* en Olivenza ya estudiado en conexión con Portugal; por lo demás -ín predomina sobre -ino⁽²⁹⁾: *Volantín* (Alburq.) en Alburquerque; *Saetín* (Magacela) en Villanueva de la Serena; *Terrines* (Esparragosa de Lara) en Puebla de

(25) En el NO. de Salamanca conviven en el habla actual las dos variantes del sufijo: -ino e -ín. En La Ribera: lo corriente es -ino (*corderino*, *guapino*, *tontino*, *ternerino*, *chiquinino* -*irrinino*, *delgainino*, etc.), siendo -ín casi desconocido. En cambio en Salamanca capital -ín se oye ya mucho más que -ino (A. Llorente Maldonado de Guevara, *Estudio sobre el habla de la Ribera*, Salamanca 1947, pp. 124-126).

(26) La de Babia y Laciana, recogida en gran abundancia por Guzmán Álvarez (*obra citada*, p. 241), coincide con los usos conversacionales: *El Va'sín* 'Vallín', *Pumarín*, *Caba'surín*, *Los Prade sines*, *Valcalentín*, *Lus Uteirines*, *El Navarín*, *El Piornalín*, *El Prau Bianquín*, *El Feixiulín*, *El TSagunín*, *Los Amanelines*, etc. Pero nos faltan datos de las regiones más meridionales, que serían de mayor interés.

(27) Cfr. además los topónimos *Chinín* (Machacón) en Alba y *Ledín* (Saellies el Chico) en Ciudad Rodrigo.

(28) Desecho naturalmente *Ceclavín* ('esclavos'), *Almoharín* y *Alcollarín*, por reputarlos de origen árabe.

(29) Los topónimos desechados *Entrín* y *Los Entrines*, *Montemolín*, nos confirman la vigencia de la apócope.

Alcocer; *Irines* (Hornachos) en Almendralejo⁽³⁰⁾; *Gorrina* (Los Santos) y *La Granadina* (Fuente del Maestre) en Zafra; *El Bailín* (Berlanga) en Llerena; *Culebrín* (Monesterio) y *Palomino* (F. de C.) en Fuente de Cantos.

La escasez de topónimos *-ín -ino*, la abundancia de los ejemplos en *-ín -ines*, (frente a *-ino -inos*), así como el carácter dudoso de los más de los casos aducidos, son tres notas que contraponen esta región extremeña a la leonesa y nos marcan la clara división del reino de León, por mitad de la provincia de Salamanca, en dos áreas distintas.

En esta área meridional, que ahora estudiamos, *-ín(o)* está en desventaja, no sólo en proporción abrumadora respecto a *-illo*, sino aún respecto a *-ito*, que conforme avanzamos hacia el Sur va ganando en popularidad. La escasez de *-ín -ino* en la toponimia y el carácter problemático de muchos de sus ejemplos nos llevaría casi a negar la existencia de esta área extremeña si no contásemos con el apoyo del habla actual, tanto para el Sur de Salamanca⁽³¹⁾, como para Cáceres y Badajoz⁽³²⁾. La toponimia menor en el extremo meridional de esta área de *ino*, está, lo mismo que en el extremo norte,

(30) Con *Irines*, cfr. *Iruelos* (en Salamanca) *Iruela*, *Hiruela*, *Iruelas* (León, Jaén, Madrid, Guadalajara, Ávila).

(31) En el Sur de Salamanca tenemos noticias precisas y abundantes de Cespadosa de Tormes. Allí *-ín -ino* es el sufijo diminutivo más usual (*muchachín*, *librín* o *librino*, *churrín* o *churrino*, *pajarín* o *pajarino*, *esquilín*, *cestina*, *cucharina*, *navajina*, *tierrina*, *casina*). Acompañando a los adjetivos que expresan la idea de pequeñez suele reduplicarse (*chiquinino*, *bajinino*, *cortinino*, *delgainino* o *-ininino* o *-irrinino*) y también con adverbios (*cerquinina*, *poquinino*, *pisquinina* 'momentito') o en «un *puñainín*», «unos *cuantininos*». Aplicado a apodos, el sufijo *-ín -ina* tiene valor de patronímico o matronímico: «el *Mellición*» 'el hijo del Mellizo', «el *Tuertín*», «el *Garrobín*», «el *Calabacín*», «el *Pitín*», «el *Vidina*», «el *Castillina*», «el *Penusinas*»; «la *Carrasquina*», «la *Che-relina*», etc. La apócope se da también en voces que carecen hoy del sentido diminutivo: *porrín* 'forraje', *tostín*, *bilardín* un juego de niños, *berretín* 'persona de mal genio', *zajín* y *guarín* 'cerdo pequeño', *caucín* 'cordero de un año', *chín* 'china'; frente a tanto caso de *-ín* sólo se halla *hocino* (F. Sánchez Sevilla «El habla de Cespadosa de Tormes», en *RFE*, XV, 1928, pp. 164-166).

(32) De Cáceres tenemos poca información: El habla de Guijo de Granadilla usada por Gabriel y Galán nos da abundantes ejemplos de *-ino* junto a escasísimos de *-ín* (cfr. A. Zamora Vicente, «El dialectalismo de José María Gabriel y Galán» en *Filología*, II, 1950, pp. 149-150). Pero ni F. Krüger (*Studien zur Lautgeschichte westspanischer Mundarten*, Hamburg, 1914) ni O. Fink

de perfecto acuerdo con la mayor, y no con los testimonios anotados por los dialectólogos respecto al habla actual: Así, en Cespadosa de Tormes (Salamanca), a pesar de lo vivo que está hoy en el habla, el sufijo *-ín -ino*, falta casi por completo en la toponimia menor (*El Hocino*), abundando, en cambio, *-illo*: *Las Santanillas* (< *Hontanillas*), *El Hocinillo*, *Llanillo*, *El Ancinillo* (< *Encinillo*), *Saleguillas*, *El Retortillo*, *Rondillo*, *Las Jarrancillas* (F. Sánchez Sevilla, *RFE* XV, 1928, p. 166). En Burguillos (p. j. de Fregenal de la Sierra, Badajoz) entre los términos y calles solo hay 3 casos de *-inos*. (*Hermaninos*, *Las Vellerinas*, *Ceberinas*) frente a 14 *-itos*, otros 14 *-illos*, 1 *-ico* y 2 *ete* ⁽³³⁾.

IX — *-IN(O)* EN CANTABRIA

-ín en Santander.

Vallines (Valle de Valdáliga) en San Vicente de la Barquera; *Portoín* (Molledo), *Reocín* (id.) y *Peña Londina* (Villa y valle de San Felices) en Torrelavega; *Reocín* (Valdeprado) en Reinosa; *Bustalegín* (San Pedro del Romeral) en Villacarriedo; *Vallina* (Arredondo) y *Rasines* (id.) en Ramales; *Angustina* (Riotuerto) en Santoña; *Ocina* (Voto) y *Mendina* (Liendo) en Laredo; *Angostina*, *Nocina* y *Adino* (V. de Guriezo) en Castro Urdiales ⁽³⁴⁾ (frente a 84 *-illo*) forman un área indudable de *-ín* que abarca toda la provincia de Santander.

(*Studien über die Mundarten der Sierra de Gata*, Hamburg, 1929) estudian en la morfología el diminutivo. (De la obra de Fink cabe reunir algún dato suelto, pp. 59, 60 y 116: Ejemplos de *-ito* en Gata, S. Martín de Navasfrías, pueblo del Sur de Salamanca, y hasta en Cambroncinos; pero *poyinu*, de 'pollo', en Aldehuela). En Cáceres capital: *hermanino*, *chiquinino* (oídos por Jimena Menéndez Pidal).

De Badajoz tenemos noticias abundantes sobre Mérida, donde *-inu*, *-ina* es el sufijo típico (A. Zamora Vicente *El habla de Mérida y sus cercanías*, Madrid, 1943, p. 38; cfr.: *perrina*, *arbolino*, *delgano*, *gurrumino* oídos por Jimena Menéndez Pidal); como forma enquistada: *cagachín*, *habines* 'habas pequeñas y de mala calidad'. En Badajoz capital es también usual *-ino*.

⁽³³⁾ M. R. Martínez, *Apuntes para un mapa topográfico tradicional de la villa de Burguillos*, «Biblioteca de las tradiciones populares españolas», VI, 1884.

⁽³⁴⁾ Elimino Lavín (Valle de Soba) como derivado de Flavini.

Area de -ino en el Norte de Burgos.

Aunque son varios los topónimos burgaleses en *-ín* que debemos desechar ⁽³⁵⁾, podemos afirmar la existencia de un área castellana de *-ino* en Burgos, formada por los topónimos siguientes: *Tobalina* y *Barcina del Barco* (Valle de Tobalina) *Angostina* (Valle de Mena) *Andino* y *Hocina* (Merindad de Castilla la Vieja) en el p. j. de Villarcayo; *Campino* (Alfoz de Bricia) en el de Sedano; *Barcina de los Montes* (id.) en el de Briviesca; *Coculina* en el de Villadiago; *Susinos* del Páramo (id.) en el de Burgos.

Junto a los varios *-ino* citados sólo pueden colocarse los problemáticos: *S. Martín de Galvarín* (C. de Treviño) p. j. de Miranda y *Los Ausines* (id.) en el de Burgos, que debe confrontarse con *Carbonero de Ausín* (Segovia).

Los topónimos se concentran, como puede verse, en el Norte de la provincia, en la región que originariamente se llamó Castilla Vieja, en Amaya y en la Bureba.

La vieja Cantabria y el sufijo -inu

Unidos estos topónimos burgaleses a los de la Montaña resulta evidente la existencia de un área de *-ino* (*-ín*) en la toponimia, que coincide con los límites de la vieja Cantabria; región claramente individualizada en los primeros siglos de la formación del romance castellano, que hasta el siglo XI y aún el XII difiere en múltiples rasgos lingüísticos respecto a Burgos (persistencia de *-eiro* no monoptongado; asimilación del artículo a la preposición, *ennos*, *conna* etc.: *-u* final; grafía *gg* por *j*; pérdida de la *f* antes que en Burgos, etc.) y aún hoy día conserva notables dialectalismos, incluso en su parte burgalesa ⁽³⁶⁾. En la parte montañesa de esta área, cuando menos, *-ín* pervive hasta hoy como diminutivo usual ⁽³⁷⁾.

⁽³⁵⁾ Como en León, hallamos unos cuantos casos de nombres compuestos de *Villa* (*Villamagrín*, *Villalaín*, *Villarentín*), todos en el p. j. de Villarcayo, que debemos desechar. Igualmente rechazamos *Villasandino* (p. j. de Cartrogeriz), *Hontorrín* (p. j. de Burgos) y el tan común *Sarracín*.

⁽³⁶⁾ Véase R. Menéndez Pidal, *Orígenes del español*, 3.^a ed., Madrid 1950 § 99 y V. García de Diego *Manual de dialectología española*, 1946, p. 305 («Dialectos españoles del castellano»).

⁽³⁷⁾ Se considera a *-uco* como el diminutivo propio de Santander por ser «el que más carácter da a la fonética montañesa»; pero a su lado vive también,

X — RECAPITULACIÓN

-iño (-inho) y la expansión del gallego-portugués.

En los dos tercios meridionales de la Península, desde las sierras de Montserrat y Guara, en el Oriente de España, y desde el Duero y el bajo Tormes, en el centro y Occidente, los primitivos dialectos mozárabes perecieron al avanzar las lenguas del Norte, sin apenas influir en ellas. El área toponímica de los varios sufijos, como la de tantos otros rasgos lingüísticos, depende así aquí en su mayor parte de la expansión medieval hacia el Sur de los dialectos del Norte, llevados por el empuje reconquistador.

Un caso típico de esta expansión es la del sufijo *-iño (-inho)* gallego-portugués: su distribución geográfica Norte-Sur, desde la costa cantábrica de Galicia hasta el Algarve, muestra bien a las claras que esta área toponímica tuvo como causa histórica el avance de la Reconquista. La presencia del sufijo al Sur del Duero y aún del Tajo se debe pues esencialmente al avance de la lengua portuguesa por las tierras que repoblaron los conquistadores venidos del condado portugalense.

Es más, las varias densidades en que aparece *-inho* en Portugal se hallan también íntimamente ligadas a la historia de la repoblación: El viejo Portugal, el del Norte del Duero, siempre libre, amparado por el río de los ataques musulmanes, nos da una densidad de *-inho* de 51 % (oscila entre 47-52 %). En la primera mitad del XI se incorpora definitivamente la región de Aveiro: 54 % de *-inho*.

aunque más desconocido, *-ín* (*poquetín, pejín, gañín, pinturín, poquellín, chafandín* 'chisgarabis', *raitín* 'pelirrojo' y *raitinuco*) según G. A. García-Lomas, *Estudio del dialecto popular montañés*, San Sebastián, 1922, p. 31 (Esta noticia sobre las «terminaciones dialectales más características» desaparece en *El lenguaje popular de las montañas de Santander*, San Sebastián, 1949, que pretende ser una versión más científica de la obra de 1922). Datos sueltos de Liébana: «dos *gatinés chiquitines*», «el *perrín* pequeño», *gatuco* o *gatin*, *cortuco*, *La Santuca* (top.) en Potes; *chiquitucos*, *perrín* o *perruco*, *chonuco* 'lechoncito' en Mieses; *pajarines* en Santo Toribio de Liébana: «Joraco de *Cachopedrina*» (top. en Lebeña. Idéntico uso alternante de *-uco* e *-ín* en Sotres (conc. de Cabranes), último pueblo asturiano, encaramado en los Picos de Europa. Testimonio suelto de Polaciones: *-ín* y *-uco* en Uznayo (Según encuesta de A. Galmés y D. Catalán).

Con las conquistas de Fernando I de León pudo ser poblada en la 2ª mitad del XI la región de Viseo: 60 %. Coimbra, reconquistada entonces, fué mucho tiempo avanzada fronteriza y la parte sur de la provincia sólo se fué asegurando a lo largo de la primera mitad del XII: 71 %. El NO. de Guarda fué conquistado por Fernando I, pero la parte SE. de la provincia no se repobló hasta fines del XII: 75 %. Las provincias de Leiria (= 80 %), Santarém (= 82 %), Lisboa (= 84 %) y Castelo Branco (= 85 %) fueron pobladas a fines del XII y primeros años del XIII = 83 % de proporción media. El resto: Setúbal, Portalegre (= 91 %), Évora (= 91 %), Beja (= 95 %) y Algarve (= 89 %) no lo fué sino en pleno s. XIII: 92 % de media.

La correspondencia entre las fechas de repoblación y la densidad creciente de *-inho* es tan perfecta que incluso nos permite sacar firmes conclusiones cronológicas acerca de la historia del sufijo en la lengua portuguesa: Cuando se repuebla, en la primera mitad del XI, la región de Aveiro, *-inho* aún no había triunfado sobre *-elo* en la sufijación diminutiva, pues aunque en el 46 % de *-elo* haya que descontar bastantes topónimos procedentes de la continuidad de una toponimia anterior a la repoblación, en el 54 % de *-inho* habrá a su vez que descontar una buena proporción de topónimos de fecha más reciente. A lo largo del siglo, el uso de *-inho* va en aumento, pero aún está muy igualado a *-elo*. Es durante el siglo XII, más bien en la segunda mitad, cuando *-inho* afirma su triunfo, arrinconando al latino *-elo*, hasta el punto de que, a comienzos del siglo siguiente, *-elo* puede darse por muerto.

-in(o) y la expansión y decadencia del leonés.

Paralela al área de *-inu* > *-iño* (*-inho*) gallego-portugués, se da en la toponimia otra franja de *-inu* > *-in(o)* desde el Cantábrico en Asturias a Sierra Morena al Sur de Badajoz. Por su disposición Norte-Sur no cabe duda que se trata de otra área dependiente de la reconquista: Del mismo modo que el *-inho* del Alentejo fué implantado por los conquistadores portugueses, el *-in(o)* de la Extremadura española llegó a orillas del Guadiana como uno de tantos rasgos de la lengua leonesa de los conquistadores y colonos del s. XIII, pues el leonés, lo mismo que el gallego, había adoptado desde antiguo el sufijo *-inu* como diminutivo típico, en oposición al general del latín vulgar *-ellu*.

Pero entre el área gallego-portuguesa de *-iño (-inho)* y la leonesa de *-ino (o -ín)* hay una gran diferencia, a pesar de su paralela expansión durante los siglos de reconquista: Si en Portugal conforme avanzábamos hacia el Sur iba aumentando la proporción del sufijo hasta excluir casi a *-eio*, en el antiguo reino de León sucede todo lo contrario: desde el mar en Asturias hasta Sierra Morena la densidad de *-ino, -ín*, va disminuyendo, de tal modo que llega casi a desaparecer todo rastro del sufijo en la Extremadura leonesa. Mientras al Norte del bajo Tormes *-inu* se da en una notable proporción, 51 % en Asturias, 31 % en León, 28 % en Zamora, 40 % en el Norte de Salamanca; en el Sur de Salamanca, Cáceres y Badajoz no llega siquiera al 10 %. Esta división tan tajante, que se da en medio de Salamanca, se fundamenta sin duda en causas históricas: La región del Duero se puebla oficialmente al finalizar el s. IX y en los comienzos del X; la del bajo Tormes a mediados del s. X; pero en ambos casos puede hablarse de una cierta continuidad de población románica pese a la «despoblación» de las tierras entre la Cordillera Cantábrica y el Taio, ya que hasta el Duero y el Tormes se mantuvo la primitiva fragmentación dialectal. Frente a estas regiones, el SE. de Salamanca pertenece ya a la tardía repoblación de Alfonso VI, a fines del XI, que abarcó buena parte de las provincias de Segovia y Avila (nótese el predominio de los antrotopónimos del tipo: *Garcihernandez, Martinamor, Galisancho, Galinduste, Larrodrigo, Chagarcía* en la región de Alba de Tormes; similares a los de Avila: *Diego Alvaro, Hurtumpascual, Blascomillán, Chamartín, Muñogalindo* etc. y Segovia: *Muñopedro, Jemenuño, Garcillán*, etc.); en cuanto a la comarca de Ciudad Rodrigo, sólo se pobló sistemáticamente cara a Portugal, a fines del s. XII (fuero de Ciudad Rodrigo: año 1185), después de la definitiva conquista de la región de Coria (1140). Podemos, por tanto, afirmar que el leonés de los s. XII y XIII, cuando fué implantado en la Extremadura leonesa (muy debilitado en sus rasgos dialectales respecto al que vivía en las montañas del Cantábrico), rechazaba ya casi por completo *-inu* como sufijación diminutiva aplicable a nombres de aldeas y heredades. Sin embargo ello no significa que *-inu* hubiese sido desterrado del habla familiar: Frente a su tímida representación en la toponimia extremeña, el sufijo diminutivo *-in(o)* se mantiene vivo en el habla actual de toda esta región como rasgo dialectal típico; más resistente que la mayor parte de los fenómenos fonéticos o morfológicos del leonés,

-in(o) ha permanecido como reliquia lingüística del pasado leonés de Extremadura, cuando ya esta lengua, reducida a dialecto, se ha retirado totalmente ante la predominante lengua oficial.

También creo ha de explicarse en relación con la labor repobladora el contraste ofrecido por Asturias, de una parte, con un 51 % de *-inu*, y de otra León, Zamora y el Norte de Salamanca, con un 32 % de proporción media. Aunque debamos admitir, conforme ya hemos dicho, una cierta continuidad desde el latín al romance en la región leonesa situada entre el bajo Tormes y la cordillera Cantábrica, parece evidente que la acción repobladora de mediados del s. IX a mediados del s. X hubo de modificar en forma importante al naciente romance «leonés». Sólo así se explica, creo, el marcado contraste entre el leonés asturiano o cantábrico, mucho más rico en fenómenos divergentes respecto al castellano y mucho más fragmentado en variantes dialectales, y el leonés de la llanura o duriense, menos diferenciado desde un principio y más uniformemente ajustado al patrón del leonés común u oficial. La menor densidad de *-in(o)* en la cuenca del Duero representa probablemente un paso intermedio entre la abundancia asturiana y la escasez extremeña y podría considerarse como un temprano signo de debilitación, anterior a la decadencia notada a fines del s. XI, de ese carácter morfológico del leonés.

Es de notar que, mientras en la toponimia asturiana el resultado de *-inu* es la forma apocopada *-ín*, en la toponimia leonesa de las regiones repobladas en los siglos X y XI (León—Zamora—N. de Salamanca) aparece únicamente el resultado *-ino*, a pesar de que en el habla actual casi sólo existe hoy la forma con pérdida de *-o* final. León, Zamora y Salamanca hasta el Tormes, forman, por lo demás, un área de *-ino* muy uniforme; en esta área abundan los diminutivos de un topónimo cercano (Anllares—Anllarinos, Gete—Getino, Tejada—Tejadina, Breto—Bretocino, Valcabado—Valcabadino, Izcala—Izcalina, Ituero—Ituerino, etc.).

-inu en la Gallaecia y la Cantabria.

Si los territorios al Sur de las Sierras de Montserrat, Monsech y Guara y al Sur del Duero y el Tormes hemos de considerarlos en general como re-romanizados con la reconquista, al Norte de esas defensas naturales podemos afirmar que persistió en parte la vieja geografía lingüística. Esa cierta continuidad parece atestiguada por

la diversa extensión que hoy allí tienen los varios rasgos lingüísticos distintivos de cada lengua, contrastando tal dispersión de límites, con la coincidencia que existe desde esas barreras hacia el Sur. Es por tanto en esa franja septentrional donde únicamente podemos hallar más o menos inalterada la primitiva geografía del diminutivo.

El sufijo *-inu* debió entrar en competencia, desde muy antiguo, con *-ëllu* en toda la antigua Gallaecia, tanto en los conventos de Lucus y Bracara como en el de Asturica, llegando con el tiempo a triunfar en toda esa área. Pero este triunfo no lo logró por igual en todas las regiones; la toponimia nos revela diferencias muy marcadas:

En Galicia *-inu* se concentra en las rías de Pontevedra y en la mitad O. de la Coruña (50 %); en el resto se halla ya en proporción bastante escasa, sobre todo en la región al SE. del Miño (22 %). El límite Norte-Sur, que separa claramente las 2 zonas (Oeste, de *-inu* abundante 47 %; Este, de *-inu* escaso 27 %) es en todo paralelo a otras divisiones dialectales de Galicia. Obsérvese que en nuestro caso, el valle del Miño sirve como vía de penetración de *-inu* formando una cuña con densidad intermedia (38 %) en medio de un área de gran escasez (al Norte 30 %; al Sur 22 %).

Esta división tan clara y terminante de Galicia en 2 zonas de muy distinta densidad desaparece prácticamente en cuanto transponemos la frontera portuguesa: 51 %, 52 % y 51 % son las proporciones de *-inu* en las 3 provincias de Occidente, 47 % y 50 % en las de Oriente. Resulta así que frente al centro y Este de Orense con 22 % se opone Trás-os-Montes con un 48 %. Esta mayor proporción del sufijo *-inu* en Portugal se debe, es de suponer, al prestigio posterior de la lengua nacional que lo eligió como sufijación diminutiva propia, frente al carácter de sufijo meramente dialectal que en el área española acabaría por tener *-inu*. En la alta proporción de *-inho* que presentan Vila Real y, sobre todo, Bragança tuvo que influir muy en especial la colonización interna realizada tardíamente en esas tierras por la corona portuguesa⁽³⁸⁾.

(38) Pierre David destaca el carácter tardío de la hagi-toponimia de esta región: «Les vocables correspondant à des cultes plus récents sont plus nombreux dans la région orientale et montagneuse, dans les diocèses actuels de Vila Real et surtout de Bragança; ces régions ont donc été colonisées sous les rois portugais, depuis le XIII^e siècle; des paroisses nouvelles y ont été fondées», *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, 1947, p. 255.

Asturias nos da una mayor densidad de -inu que Galicia, sobre todo en su parte central, dentro del triángulo Pravia—Sama de Langreo—Villaviciosa (62 %). Se opone principalmente a esta área la zona SO. desde Cangas de Tineo a Lena, Mieres y Aller donde -inu escasea bastante (32 %). La unión de Aller, Mieres, Lena y Riosa con el occidente de Asturias, frente a Morcín, Oviedo y Langreo, recuerda el área de -ll-, l- > řs.

Muy notable es la presencia de -inu en la toponimia de Santander y el N. de Burgos hasta el país vasco, que nos revela una unidad en el uso del diminutivo entre la antigua Cantabria y la Gallaecia.

X — FIN

Creo haber mostrado con este trabajo, que preludia la publicación de un pequeño atlas toponímico del diminutivo, la posibilidad y conveniencia de llevar a cabo estudios geográfico-estadísticos de la toponimia. La elaboración de una serie de conclusiones cartográficas ayuda a decantar, como en dialectología, conclusiones históricas.

Universidad de la Laguna.

DIEGO CATALÁN

Livros de Sinais dos Cistercienses Portugueses

Ao falar-nos da linguagem por sinais, o malogrado cisterciense G. Van Rijnberk abre-nos vastos horizontes em breves palavras⁽¹⁾. Entre os peles-vermelhas das pradarias norte-americanas, nos surdos-mudos de todos os tempos e, até, na antiguidade greco-romana, a linguagem mímica guia os homens pela sua estrada compreensiva e silenciosa. Em Roma, o povo assistia gostosamente a peças teatrais que a palavra sonora jamais perturbava. E a plebe apaixonava-se por estas difíceis representações, levadas a cabo por hábeis *pantomimos*⁽²⁾.

Uma certa dúvida paira, hesitantemente, sobre a introdução da linguagem por sinais na vida monacal. Já existiria no mosteiro de Baume, quando lá governava o abade Bernon? No tempo do seu sucessor S. Odon († 943), certamente; por sinal perfeitamente sistematizada. No séc. XI, o monge Bernardo transcreveu uma destas listas de sinais para os *Costumes Cluniacenses*. Surge, igualmente, a longa série de sinais que o bem-aventurado Guilherme introduziu na abadia reformada de Hirsau, à base da antiga série inventariada por Bernardo, mas mais extensa. Nas *Constitutiones Hirsaugienses*, podemos ler estes capítulos atochados de gestos significativos, dando a impressão dum silencioso claustro monacal, cheio de mudos a falar⁽³⁾. Enfim, entre os cluniacenses temos, ainda, o monge Udalrico, do séc. XI, que recolhe novamente os costumes de Clúnia e insere, nas suas páginas, outra lista de sinais, embora pequena⁽⁴⁾. É uma linguagem concisa e a repetir, constantemente, os mesmos quadros rítmicos:

Pro signo lactis, minimum digitum labii impinge, pro eo quod ita sugit infans.

(1) G. Van Rijnberk, *Le langage par signes chez les moines*, Amsterdam, 1954

(2) *Ib.*, pp. 7-8.

(3) *PL.*, t. 150, cols. 941-957.

(4) *PL.*, t. 149, cols. 703-705.

Pro signo mellis, paulisper linguam fac apparere et digitos applica, quasi lambere velis.

Pro signo pomorum maxime piri vel mali, pollicem cum aliis digitis concludere.

Pro signo cerasorum, hoc adde ut digitum subtus oculum ponas.

Pro signo porri crudi, pollicem et digitum ei proximum conjunctos extendere.

Pro signo ali vel rafe, extende digitum contra buccam paululum apertam, propter id genus odoris quod sentitur ex illis.

Pro signo aquae, omnes digitos conjunge et per obliquum move.

Pro signo vini, digitum inflecte et ita labiis adjuge⁽⁵⁾.

Pois bem, são exactamente estes esquemas rítmicos que vamos encontrar nos *Livros de Sinais*, em português, duas línguas diferentes em moldes iguais:

Por signal de pam, faze signal cõ anbolos dedos polegares e com anbolos demostradores.

Por signal de metade de pam, fecto o signal do pam todolos dedos da mão deestra põe en cõtraíro, antre quatro de seestra.

Por signal de bolo, faze signal de pam e ajunta as mãos e asi ajudadas volveas.

Por signal de queijada, faze signal de pam e dobra os dedos de hũa mão e asi a mão cava põe sobre a outra mão, fazêdo signal de queijo.

Por signal de enpada, faze ese mesmo signal, adendo o signal do peze.

Por signal de vinho, poem o dedo demonstrador nos beiços.

Por signal de auga, move os dedos ajuntados⁽⁶⁾.

Não era somente entre os monges cluniacenses ou nos mosteiros da Ordem de Cister que floresciam estas colecções de sinais, para os religiosos não quebrarem facilmente o silêncio. Du Cange publicou uma lista semelhante, em uso no mosteiro de S. Vitor de Paris, por sinal mais próxima das listas cistercienses portuguesas do que as que já vimos da Ordem de Clúnia⁽⁷⁾. E a estrutura da frase é sempre a mesma:

Pro signo nesciendi, cum digito terge labia.

Pro signo osculandi, indicem labiis appone.

Pro signo vestiendi, cum pollice et digito sequente vestem in pectore apprehendens trahere deorsum.

Pro signo exeundi, trahere sursum⁽⁸⁾.

(5) *Ib.*, col. 704.

(6) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 165.

(7) Du Cange, *Glossarium*, em *Signum* (t. 7 da ed. de Paris, 1938, pp. 484-485).

(8) *Ib.*, p. 485.

Esta linguagem visual talvez nos pareça menos propícia ao silêncio interior do que a linguagem sonora, em razão do distraimento causado por uma mímica um tanto divertida, para nós. E de facto, podia haver abusos. No ano de 1180, Geraldo de Cambrai foi jantar a um mosteiro cluniacense de Cantuária. Com espanto seu, viu os monges a trocar sinais animados, numa conversação pegada, como numa peça teatral de *pantomimos* da velha Roma. O seu bom senso indignou-se. Falar com a língua e os lábios dados por Deus, não seria melhor do que aquela comédia? E Coulton, pouco amigo da vida monástica, colecciona alegremente outros testemunhos do mesmo género ⁽⁹⁾.

Ora, o bom Geraldo de Cambrai tinha a sua razão, mas não toda. Abusavam dos sinais, mas também abusariam da língua. Era uma questão de querer ou não querer viver recolhidamente. Um sinal de longe em longe chegava para o estritamente necessário. E acrescentemos, ainda, que o hábito criava nos monges um certo desinteresse pelo que tal mímica encerrava de teatro (o que não acontecia à gente estranha).

Graças aos sinais, os mosteiros podiam viver libertos da voz humana, a não ser nos louvores de Deus, e os monges sentiam, à sua volta, um pouco mais dessa zona de silêncio em que habita o espírito da contemplação. Era, além disso, uma linguagem sem fronteiras. Para onde quer que fossem, podiam os monges fazer-se entender dos seus irmãos e até da gente laica, pois a mímica de muitos sinais nada tinha de esotérico, como vamos ver ⁽¹⁰⁾.

Sinal de enguia? Apertar ambas as mãos, como quem agarra alguma coisa prestes a escapar-se. Arenque? Fazer o sinal de peixe e ajuntar o de sal, por se venderem os arenques nas lojas, salgados até à medula. E peixe, um peixe qualquer? Imitar-lhe o movimento da cauda, e pronto! Sinal de queijo? Apertar ambas as mãos obliquamente, como quem espreme ⁽¹¹⁾.

Que vasta colecção de sinais, a destas *Constituições de Hirsau*! Naturais, muitos deles. Outros, mais complicados. Outros, obscuros

⁽⁹⁾ G. G. Coulton, *Five centuries of religion*, t. 1, Cambridge, 1929, pp. 86-87.

⁽¹⁰⁾ Sobre uma disputa por sinais, entre gregos e romanos, cf. o *Libro de Cantares del Arçipreste de Fita*, nn. 34-48 (*Biblioteca de Autores Españoles*, t. 57, Madrid, 1864, p. 228).

⁽¹¹⁾ *PL.*, t. 150, col. 942.

e a pedir uma explicação, pois nem sempre enxergamos claramente a sua razão de ser. Felizmente, o abade Guilherme explica-nos o porquê de alguns deles. Mulher: passar o dedo de sobancelha a sobancelha, *propter ligaturas quae in tali loco habentur a feminis* ⁽¹²⁾. Isto é: por causa das fitas que as mulheres usavam naquele sítio. As modas evoluíram, mas o certo é que, nos *Livros de Sinais* em português, encontramos novamente o curioso gesto (embora sem explicação): *Por signal de truta, fecto o signal do pexe traz o dedo demonstrador de sobrancelha a sobrancelha, que he signal de temea* ⁽¹³⁾.

Alguns sinais coincidem, no tempo e no espaço. Outros divergem. Porém, o fundo geral vem das listas antigas, com as variações características de tudo o que vive e tem de adaptar-se. Porém, não nos antecipemos.

Grande é a floresta dos *Livros de Sinais* — grande e mal desbastada. Não queremos repetir a bela aventura de G. Van Rijnberk que fez, com muitos deles, um pequeno dicionário, a começar por *abbas* e a terminar em *zona* ⁽¹⁴⁾. Antes de entrarmos no português, recordamos somente um códice latino da primeira metade de quinhentos, mandado copiar por um filho de D. Manuel I, entre 1519 e 1540: «Este livro mandou fazer o cardeal dom Affonço, Iffante de Portugal, pera uzo da livraria deste mosteiro de nossa senhora d'Alcobaça. E achando ho sonogado, frei Guilherme da Paixão, sendo prior em este mosteiro, o meteu em o cartorio, pollo não furta-rem» ⁽¹⁵⁾.

Os sinais não passam de 76. Mas a obra tem isto de raro: dois versos rítmicos no começo e, frequentemente, um resumo de cada sinal, em forma de apotegma, a que o anónimo autor chama *versus*. Por exemplo:

PANIS

Pro signo panis, fac unum circulum cum utroque pollice et duobus digitis qui indices appellantur. Unde versus: *Cum pollex duplex seu circuli associantur indice cum duplici, sic panis significatur.*

(12) *Ibidem*.

(13) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 165 v.

(14) G. Van Rijnberk, *Le langage par signes chez les moines*, Amsterdam, 1954, p. 11, onde o autor aponta a série das listas de sinais utilizadas.

(15) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 76, fl. 1.

OVA

Signum ovorum est cum uno digito, videlicet indice manus dextre, fingere et simulare in altero indice testem ovi.

PISCIS

Signum generale piscium est: simulamus manu caudam piscis in aqua commotam. Unde versus: *Si digitis simulas motum piscis, dabo pisces.*

ALEC

Pro signo alecis, addes predicto signo generali quod indice fingas perforare nasum, in parte posteriori. Unde versus: *Alec significabis si nasum perforat index.*

CARNES

Signum carniū est aprehendere, pollice et indice manus dextre, illud quod est magis carnosum in manu sinistra, prope pugnum. Unde versus: *Tenta caro leve digitis, carnes tibi signat.*

CASEUS

Signum casei est complodere palmas manuum ad invicem ac si caseum premere velles. Unde versus: *Complosis manibus monstratur caseus esse.*

BUTIRUM

Signum butiri est ungere dextram manum sinistra manu. Versus: *Intus uncta manus signat me velle butirum* ⁽¹⁶⁾.

O resto vai seguindo mais ou menos pelo mesmo caminho. Mulher? O tal gesto de sobancelha a sobancelha. Ébrio? «Signum ebrii est cum indice tangere frontem ac si vellet quis perforare dolium vini. Unde versus: *Ebrius est totus qui perforat indice frontem*» ⁽¹⁷⁾. Rei? «Signum regis est tangere caput quinque digitis, per modum corone imperialis. Unde versus: *Quinque caput tangens digitis signas michi regem*» ⁽¹⁸⁾. Criança? «Signum pueri est adjungere parvum digitum ori. Unde versus: *Si minimum jungas ori, puerum michi signas*» ⁽¹⁹⁾.

Que relação existe entre este *Livro de Sinais* e os seus irmãos

⁽¹⁶⁾ *Ib.*, fls. 14 v. - 15. Na transcrição, corrigimos os erros principais do latim. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

⁽¹⁷⁾ *Ib.*, fl. 11 v.

⁽¹⁸⁾ *Ib.*, fl. 12.

⁽¹⁹⁾ *Ib.*, fl. 12 v.

em português? Só relação de origem. São, todos eles, rios da mesma vasta nascente que é a tradição cluniacense e vitorina, reforçada pela de Cister, para não falarmos doutras ordens religiosas.

Bruno Griesser⁽²⁰⁾ publicou uma lista de sinais cistercienses, em versos latinos. O *Livro de Sinais* mandado copiar pelo Infante D. Afonso não vai tão longe. Limita-se, na parte poética, a dois versos sintónicos, logo no começo. Põem eles em relevo a finalidade ascética da linguagem por gestos:

*Artem signorum discant cetus monachorum
ut caveant linguis a vulneribus vitiorum* ⁽²¹⁾.

«As comunidades dos monges aprendam a arte dos sinais,
para se precaverem das chagas dos vícios da língua».

Evidentemente, muitos *Livros de Sinais* passaram às línguas vivas, porque nem todos os monges de coro leriam cómodamente o latim e os irmãos leigos ainda menos. No século passado, F. Kluge publicou uma lista de sinais dum mosteiro inglês, em anglo-saxão, aí do ano 1050, e descobriu outra, no mesmo idioma, num apógrafo do séc. XV e claramente tributária da primeira⁽²²⁾. Em Portugal, a lista mais antiga que nós conhecemos vem no cód. alc. 218. É um volume de pergaminho, a duas colunas, em letra gótica de duas mãos (pelo menos) e dos meados de quatrocentos, com o *Livro de Sinais* a preencher as últimas folhas⁽²³⁾. Quem o pôs em português? Vejamos.

O *mare magnum* das coisas que alagam o pergaminho deste códice foi mandado traduzir pelo abade alcobacense D. Estêvão de Aguiar, de latim em *lingoagem*. Esta empresa (pelo menos na sua quase totalidade), confiou-a ele a *Stevam Vaasquez, natural de Cooz, entre os mais pequenos bacharel em lex* ⁽²⁴⁾. E mais adiante, insiste-se no mesmo facto: «Forom acabadas de traladar de latim em

⁽²⁰⁾ Cf. *Analecta S. O. Cisterciensium*, t. 2 (1947, mas publicado sòmente em 1949) pp. 111-137. No mesmo sentido: A. Dimier, *Ars Signorum Cisterciensium*, em *Collectanea Ordinis Cisterciensium reformatorem*, ano 5, n. 3 (Outubro, 1938) pp. 161-186.

⁽²¹⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 76, fl. 10 v.

⁽²²⁾ F. Kluge, *Zur Geschichte der Zeichensprache Angelsächsische Indicia Monasterialia*, em *Internationale Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, t. 2 (1885) pp. 110-140.

⁽²³⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fls. 163-168 v.

⁽²⁴⁾ *Id.*, fl. 109.

lingoagem todas as cousas acima scriptas per o dicto Stevam Vaasquez ouvidor, a XXVI dias de março do nascimento de nosso senhor Ihesu Christo, mil IIII^c e quorenta» (25).

Temos, assim, a data da versão contida no códice. Não, porém, a data da cópia. Esta pertence a dois monges cistercienses, contemporâneos de Estêvão Vasques e provavelmente seus amigos: Frei Nicolau Vieira (26) e Frei Bernardo: *Qui scripsit scribat, senper cum domino vivat, amen; fr̃y Bernardo me fez* (27). Depois disto, surge ainda um privilégio da Ordem de Calatrava, além doutras coisas, aliás escassas. E novamente o nome do segundo escriba: *frey Bernardo me fez* (28). Só no fim aparece o *Livro de Sinais*, sem nome de copista — mas a letra continua a ser de Frei Bernardo.

E a tradução? Aqui, apalpamos, hesitantemente, numa noite carregada de dúvidas. Estêvão Vasques teria vertido do latim este *Livro de Sinais*, como fez ao que vem em quase todo o códice? É possível, mas não certo. Aliás podia correr alguma tradução anterior e o escriba limitar-se-ia, nesta hipótese, a modernizar a grafia ou a substituir, aqui e além, qualquer vocábulo mais arcaico. Seja como for, quando lemos que tais e tais coisas foram *acabadas de traladar de latim em lingoagem*, por Estêvão Vasques, esta frase refere-se a tudo o que vem desde o começo do códice até à fl. 152 v. O que vem a seguir pode ser água doutra corrente: qualquer tradutor antigo, Frei Bernardo ou, mesmo, Frei Nicolau Vieira, pois nenhum deles era novo no ofício.

Esta versão (não dizemos este apógrafo) serviu de base a mais duas cópias, mas estas mais tardias, da primeira metade de quinhentos: a do ms. 132 da Biblioteca Pública de Braga, em letra gótico-humanística, e a do cód. alc. 223 (29).

A versão do manuscrito bracarense caracteriza-se por um gosto pronunciado pelo uso do *y* e do *l* dobrado no fim das palavras (*synall*, *geerall*, etc.). Além disso, mantém certa inclinação para escrever *poem* ou *põem*, em vez de *põe*.

Colocamos este apógrafo em segundo lugar, não por motivos de

(25) *Ib.*, fl. 152 v.

(26) *Ib.*, fl. 109.

(27) *Ib.*, fl. 152 v.

(28) *Ib.*, fl. 162 v.

(29) Bibl. Públ. de Braga, ms. 132, fls. 115-132 v.; Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 223, fls. 291-298 v.

ordem filológica mas, sim, por o seu conteúdo estar mais perto do que vem no *Livro de Sinais* do cód. alc. 218.

Quanto ao *Livro de Sinais* do cód. alc. 223 (*Livro de sinaes segundo a ordem de sant Bento*), se olharmos unicamente para o seu conteúdo, apresenta já um afastamento sensível do *Livro de Sinais* do cód. alc. 218, pois termina no sinal de *mentir*, ao contrário dos outros dois apógrafos.

Designaremos respectivamente estes *Livros de Sinais* por A (cód. alc. 218), B (ms. bracarense 132) e C (cód. alc. 223). Publicaremos o primeiro, com as variantes substanciais dos outros dois, embora estas sejam poucas. Por exemplo, falta o sinal de *arenque* em B e C. Teriam os copistas julgado inútil escrever um sinal para um peixe que os monges portugueses não comiam? Talvez, à maneira dum órgão que não funcionasse, durante gerações sem conto, e acabasse por desaparecer.

Na obra de Rijnberk, em vão procuramos um sinal de pobreza igual ao deste *Livro de Sinais*, com o realismo brutal das pulgas e piolhos⁽³⁰⁾. O sinal mais vulgar era estender a mão, como quem pede esmola. Também o sinal de calar difere dos coligidos pelo mesmo autor⁽³¹⁾, em que entra constantemente o dedo indicador encostado aos lábios, como que a selar um segredo. Quanto a falar, vem lá, mesmo à letra, embora em latim⁽³²⁾, acontecendo coisa igual aos sinais de ouvir e *não saber*⁽³³⁾. É estranho pensar que isto de agitar o dedo indicador da mão direita, diante do nariz, para significar *não sei*, falta nas listas cluniacenses do monge Bernardo, de Udalrico e das *Constituições de Hirsau*.

Em compensação, basta consultar a lista dos sinais de peixes desta última obra, para verificarmos a coincidência entre eles e muitos que vêm em A, B e C:

CÓD. ALC. 218

Por signal de pexe geeral, faze semelhança cõ a mão de movimento de rabo de pexe.

[.....]

CONSTITUTIONES HIRSAUGIENSES

Pro signo generali piscium, cum manu simula caudae piscis in aqua commotionem.

(30) G. Van Rijnberk, *Le langage par signes chez les moines*, Amsterdam, 1954, em *Paupertas*.

(31) *Ib.*, em *Tacere*.

(32) *Ib.*, em *Loqui*.

(33) *Ib.*, em *Nescire*.

Por signal de angia, aperta anballas mãaos asy como qué a tem e scorrega.

Por signal de lanprea, fecto o signal do peixe fazze semelhança cõ o dedo na queixada dos pontos que a lãprea tem sob os olhos.

Por signal de truta, fecto o signal do peixe trazze o dedo demonstrador de sobrácelha a sobrácelha que he signal de femea.

Por signal d'arenque, fecto o signal do peixe fazze que tâgas cõ os artelhos das mãaos o beijo de fundo, começãdo cõ o mais pequeno.

Por signal de barbo, fecto o signal do peixe tange os cabellos da barba e tira per eles ⁽³⁴⁾.

Pro signo anguillae, concludit utramque manum, quasi ita tenens et premens anguillam.

Pro signo lampredae, in maxilla cum digito simula punctos tres vel quatuor.

Pro signo truitae, generali signo praemisso, hoc adde ut digitum de supercilio ad supercilium trahas. Dicitur etiam signum feminae, propter ligaturas quae in tali loco habentur a feminis.

Pro signo halecis, generali signo praemisso, signum salis adde.

Pro signo piscis qui barbo vocatur, generali signo praemisso, hoc adde ut cum duobus digitis simules componentem grenones ⁽³⁵⁾.

Coincidência total? Longe disso. Na lista portuguesa, há peixes ausentes da lista latina. Por exemplo: a *cebola*, a *sardinha* e o *congro*, para não falarmos da *pixota*. Em paga, as *Constituições de Hirsau* falam-nos de muitos outros habitantes das águas completamente alheios ao *Livro de Sinais* em português. Finalmente, o sinal de arenque difere num ou noutro lugar. Simples, nas *Constitutiones Hirsau-gienses*, um tudo nada cómico na lista em português, quase a imitar a gaita dum capador: passar as articulações das mãos pelo lábio inferior.

Até aqui, estudámos o primeiro tipo de *Livro de Sinais*, em português. Passemos agora ao segundo, apenas com um apógrafo. É o mais vasto, nada menos de 226 sinais, enquanto o *Livro de Sinais* do cód. alc. 218, quando completo, não devia passar de 198.

A cópia deste segundo tipo de *Livro de Sinais* tem a data de

(34) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 165 v.

(35) *PL.*, t. 150, cols. 941-942. Isolamos os sinais e pomo-los em ordem diferente, para estarem lado a lado com os sinais em português.

1547⁽³⁶⁾ e designá-la-emos pela letra Z. Abre com um pequenino prólogo, a justificar a linguagem mímica, como *freyo da lingoa*, e divide-se em *títulos* ou capítulos: sinais de *cousas da igreja*, de *viandas*, de *pescados*, de *ortaliza*, de *alimarias*, de *aves*, de *instrumêtos*, de *vestiduras* e, finalmente, de *offiçiaes*.

Que o leitor não se assuste ao verificar que alguns destes *títulos* não exprimem bem o mundo heterogêneo de coisas que lá descobrimos. Entre as frutas, vamos encontrar a mostarda, a pera, os *cermenhos*, as cerejas, as ginjas, a *amexea*, *alcorques*, uvas, figos, o *pessego durazio*, *pessego molar*, o marmelo, a maçã, a romã, a laranja, a cidra e o limão. Mas, nos sinais de *instrumêtos*, depois da enxada, do relógio, da caldeira, da colher, do pichel, do cântaro, da candeia e outras coisas familiares, saem-nos ao encontro o trigo, a cevada, ler, cantar, aprender, *sinal de não sey*, de *oração*, de *mentir*, etc.

Quem poderá orientar-se nestas veredas abertas um pouco à toa? Por isso mesmo, depois de publicarmos A e Z, organizaremos, no fim, um pequeno índice alfabético dos sinais, ao modo dum dicionário liliputeano por assuntos.

Como enraíza esta obra nas antigas listas cluniacenses — por exemplo, na da abadia de Hirsau? Limitamo-nos aos sinais da missa e das horas canônicas⁽³⁷⁾, fixando unicamente os que vêm simultaneamente no latim e em português:

«Pro signo missae, signum crucis extenta manu facias».

.....assinate cô o sinal da cruz, que sinifica missa⁽³⁸⁾.

«Pro signo primae, praemisso crucis signo, hoc adde ut policis ac indicis summitates conjungas».

Por sinal de prima, toca cô o dedo segúdo da mão dereyta em a cabeça do dedo segúdo da outra mão⁽³⁹⁾.

«Pro signo tertiae, signo crucis praemisso, hoc adde ut extenta manu sinistra cum duobus digitis per medium indicis sibique proximi, id est, medii tractum facias».

Por sinal de terça, toca cô o dicto dedo ätre o segúdo e o terçeyro da mão ezquerda⁽⁴⁰⁾.

«Pro signo sextae, signum in proxima junctura facias».

⁽³⁶⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fl. 21.

⁽³⁷⁾ PL., t. 150, cols. 949-950 (Cap. 18: *De signis missarum et horarum*). Deste pequeno capítulo tiramos todos os sinais em latim acima transcritos.

⁽³⁸⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fl. 2.

⁽³⁹⁾ *Ib.*, fl. 5 v.

⁽⁴⁰⁾ *Ibidem*.

Por sinal de sexta, toca cô o dicto dedo âtre o terçeyro e o quarto dedo da mão ezquerda ⁽⁴¹⁾.

«Pro signo nonae, idipsum in sequenti facias».

Por sinal de noa, toca cô o dicto dedo em a cabeça do quarto dedo da mão ezquerda ⁽⁴²⁾.

«Pro signo vesperae, praemisso crucis et magnae rei signo, contra digitum sufflare debes, quod non tantum calorem sed et diem significat, deinde manum parumper inflexam celeriter evolve, quod rem factam significat, vel finitam, ideoque huic horae adjungitur ut diem jam finitam demonstret».

Por sinal de vespervas, toca cô o dicto dedo antre o quarto e quinto dedo da mão ezquerda ⁽⁴³⁾.

«Pro signo completorii, praemisso crucis signo, dormiendi signum adjungito».

Por sinal de cõpletas, faze o mesmo sinal em a cabeça do quinto dedo da mão ezquerda ⁽⁴⁴⁾.

Verificamos a coincidência dalguns sinais (o da missa, por exemplo). Mas, outros divergem completamente, como os sinais de vésperas e completas, com uma tendência para a simplificação, no *Livro de Sinais* em português.

Nesta língua, por *sinal de escudela, estende a mão dereyta e encurva o dedo polegar* ⁽⁴⁵⁾. Isto nos meados do séc. XVI. Uma centúria antes, assim rezava o *Livro de Sinais* já analisado por nós: *Por signal de scudella, extende a mǎao mais largamête e o polegar algũu tanto nobremête* ⁽⁴⁶⁾. O que o tradutor entendia aqui por *nobremête*, não o enxergamos com clareza.

E as *Constitutiones Hirsaugienses*? «Pro signo scutellae, manum eleva digitosque non conjunctos aliquantulum inflecte, eo quod ipsa concava sit» ⁽⁴⁷⁾. Quer dizer: *Por sinal de escudela, levanta a mão e dobra um pouco os dedos separados, pois ela é cóncava*. Vejamos agora os *Costumes Cluniacenses*: «Pro signo scutellae, manum latius extende» ⁽⁴⁸⁾. Isto é: *Por sinal de escudela, estende a mão um pouco mais*. Nada de encurvar os dedos, nem ao menos o

⁽⁴¹⁾ *Ibidem*.

⁽⁴²⁾ *Ib.*, fl. 6.

⁽⁴³⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁴⁾ *Ibidem*.

⁽⁴⁵⁾ *Ib.*, fl. 13 v.

⁽⁴⁶⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 164 v.

⁽⁴⁷⁾ *PL.*, t. 150, col. 946.

⁽⁴⁸⁾ *PL.*, t. 149, col. 704.

polegar, E assim reza, também, o *Livro da Ordem de S. Vítor de Paris* ⁽⁴⁹⁾.

Quanto ao sinal de leite, tão complicado nas *Constituições de Hirsau* ⁽⁵⁰⁾, surge com inocência columbina nos *Costumes Cluniacenses*: «Pro signo lactis, minimum digitum labiis impinge, pro eo quod ita sugit infans» ⁽⁵¹⁾. Quer dizer: *Por sinal de leite, mete o dedo mendinho na boca, pois assim mama o menino*.

E em português? Pelos meados de quatrocentos, era desta maneira o seu sinal, entre os monges de Alcobaça: *Por signal de lecta, poem o dedo mais pequeno nos beiços e fazo o signal do queijo* ⁽⁵²⁾. Ora, o sinal de queijo era *bater com tres dedos da mão dextra na palma de dêtro* ⁽⁵³⁾. Porém, cem anos mais tarde, lemos algo diferente, num regresso à simplicidade primitiva dos cluniacenses. Nenhum sinal de queijo, neste lugar, mas, sim, a tal referência ao menino a mamar: *Por sinal de leyte, põe a cabeça do dedo pequeno na boca, a semelhaça do menyno que mãma* ⁽⁵⁴⁾.

Não pensemos que todos os *Livros de Sinais* rezam sempre pela mesma cartilha, ainda quando eram do mesmo país ou usados em época igual. Noutros casos, coincidem, embora distanciados no tempo e no espaço. Por exemplo: No *Livro de Sinais* em latim, do cód. alc. 76, os monges, para designar leite, imitam o mungir duma vaca e o chuchar dum menino: «Signum lactis est pollice et indice trahere minimum digitum alterius manus, sicut vaca trahi solet» ⁽⁵⁵⁾. Ora, a imitação do bebé aparece também nas listas antigas do monge Bernardo, de Udalrico e do Mosteiro de S. Vítor de Paris. E a mímica de mungir a vaca vemo-la num convento do sul da Inglaterra, à volta do ano 1050, num manuscrito quatrocentista dumas freiras inglesas, na abadia de Hirsau, num códice de Namur e ainda noutros lugares ⁽⁵⁶⁾.

⁽⁴⁹⁾ Du Cange, *Glossarium*, em *Signum* (t. 7 da ed. de Paris, 1938, p. 485).

⁽⁵⁰⁾ *PL*, t. 150, col. 943.

⁽⁵¹⁾ *PL*, t. 149, col. 704.

⁽⁵²⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 165 v.

⁽⁵³⁾ *Ibidem*.

⁽⁵⁴⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fl. 7 v.

⁽⁵⁵⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 76, fl. 15 v.

⁽⁵⁶⁾ G. Van Rijnberk, *Le langage par signes chez les moines*, Amsterdam, 1954, em Lac.

Conclusão: algumas vezes os sinais fixavam-se definitivamente e vemo-los passar de códice para códice. Noutros casos, iam variando, ao gosto dos seleccionadores. Esperamos que o leitor não nos obrigue a descrever os quatro costados de cada um dos nossos *Livros de Sinais* nem a traçar a sua árvore genealógica. Seria mesmo impossível, por agora. Além disso, o resultado não compensaria o esforço dispendido, para o fim que temos em vista.

Como já vimos, o que unia estes gestos era, frequentemente, a mímica, filha engraçada dum deus mudo. Permita-nos o leitor que voltemos a malhar na mesma bigorna. Mas, os exemplos tiramo-los, agora, dos *Livros de Sinais* em português:

Para dizer livro, agitava-se a mão, como uma folha de árvore batida pelo vento⁽⁵⁷⁾. Missal? O monge fazia o sinal de livro e benzia-se — pois assim começava a missa⁽⁵⁸⁾. Decorar equivalia a *enpectorar*, isto é, meter dentro de si. Por conseguinte, movia-se a mão *ante o ventre*⁽⁵⁹⁾. Hóstia? Imitava-se a sua forma circular — e pronto⁽⁶⁰⁾. Para hóstia grande, era só acrescentar o sinal de grandeza — o gordo dedo polegar⁽⁶¹⁾. As brasas uniam-se à ideia de frio. Para as designar, bastava soprar e esfregar as mãos⁽⁶²⁾. Todos conheciam as figuras aladas dos anjos. Pois bem, agitamos as pontas dos dedos, *como quê quer voar*, e temos o sinal de anjo⁽⁶³⁾.

E a mímica continua. Quantos mártires tinham ganhado o céu com a cabeça cortada!? Por conseguinte, para significar mártir, os monges punham a mão na base da cabeça, à maneira dum cutelo, como se a fossem decepar⁽⁶⁴⁾. Quem não viu bater ovos? Era imitando esta alegre função culinária que eles se nomeavam⁽⁶⁵⁾. E o boi de *retorcidos cornos*, como dizia Homero? Não podia haver dúvidas: com gesto fácil, imitavam-se estes belos ornamentos na cabeça paciente dos monges⁽⁶⁶⁾. E eles compreendiam logo: boi!

Para comer, existia o gesto ecuménico e milenário de quem mete

(57) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 163.

(58) *Ib.*, fl. 163.

(59) *Ib.*, fl. 163 v.

(60) *Ibidem*.

(61) *Ibidem*.

(62) *Ibidem*.

(63) *Ib.*, fl. 164.

(64) *Ibidem*.

(65) *Ib.*, fl. 165 v.

(66) *Ib.*, fl. 166 v.

qualquer coisa na boca faminta e os cistercienses não se esqueciam disto⁽⁶⁷⁾. Para significar vergonha, outro gesto milenário: cobrir a cara com as mãos⁽⁶⁸⁾.

Não andavam os mendigos cheios de bichos? Deste decadente fenómeno social, nasceu o sinal de pobreza: *jūta as unhas dos dedos polegares e fazê asi como quem mata pulgas ou piolhos* (69). E quando duvidamos do que nos estão a dizer, quantas vezes esfregamos o queixo, com ar hesitante de quem pergunta: não estarás para aí a intrujar-me? Também os monges de Alcobaça faziam coisa parecida, para designar mentira: *Por mētir, cō o dedo demonstrador esfrega a barba de soo o beijo, asi como quē ūta* (70).

Quem não andou atrás das enguias fugitivas, capazes de escapar às mãos mais obstinadas? É a imitar estes pescadores improvisados e aflitos que tanto os cluniacenses como os monges de Cister nos convidam: *Por signal de antiga, aperta anballas mãaos asy como quē a tem e scorrega* (71). Para designar enxada, também era simples: *faze cō as mãos curvas como quem cava* (72).

Claro que fazemos vista grossa sobre muitos sinais em que vãmente procuramos vestígios duma mímica inicial. Para significar responso, os alcobacenses do séc. XV fazem *bolir* o dedo polegar sob o indicador, (73). Para dizer livro da regra, depois do sinal de livro tomavam, com dois dedos, *o cabelo que pende sobre a orelha* (74). Porquê? Quanto ao responso, não enxergamos claramente a razão. Porém, no caso da regra, explicam as *Constituições de Hirsau* (75), os dois dedos lembram duas coisas: que o autor da regra, S. Bento, era *abbas e domnus* (abade e senhor). Complicado? Talvez. Mas, servia de mnemónica.

Há casos aonde a mímica falha aparentemente. Ainda assim, vamos desencantá-la, apesar de escondida, à maneira dos caracteres recessivos da hereditariedade. Para saltério, os monges colocavam

(67) *Ib.*, fl. 167.

(68) *Ib.*, fl. 167 v.

(69) *Ib.*, fl. 168 v.

(70) *Ibidem*.

(71) *Ib.*, fl. 165 v.

(72) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fl. 13.

(73) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 163 v.

(74) *Ib.*, fl. 163.

(75) *PL.* t. 150 col. 952

os cinco dedos da mão d'ereyta jutos sobre a cabeça, cõ as pontas pera bayxo⁽⁷⁶⁾. Porquê? Porque tal gesto acrescenta o códice, *sinifica rey*. E de facto, imita as linhas esquemáticas duma coroa real (embora só compreendamos isto depois da explicação). E que relação existe entre rei e saltério? Esta: os salmos andavam sob o nome do rei David. Por isso, trazem as *Constitutiones Hirsaugienses* estas palavras aclarativas: *quia David, auctor psalmorum, rex erat*⁽⁷⁷⁾.

Outra mímica recessiva era o sinal de mulher, com o tal gesto de sobranceira a sobranceira⁽⁷⁸⁾. E já vimos que se tratava de recordar (e imitar) a moda antiga de trazer uma fita a circundar a cabeça, à altura da testa⁽⁷⁹⁾. E mais casos assim.

Os *Livros de Sinais* valem também como documento da vida monacal. Vemos falar os monges. E a gesticular, eles são capazes de nomear muitas coisas, por exemplo, os livros do convento: o *livro misal*, o *livro da epistola*, o *livro do evãgelho*, o *livro colectar*, o *livro* *ẽ que se lee aos nocturnos*, o *livro das antifãs*, o *livro do respõso*, o *livro da regra*, o *livro dos usos* (e há muitos, entre os códices de Alcobaça), o *livro psalteiro*—enfim, quase uma pequena biblioteca⁽⁸⁰⁾. Ou então, como reza o segundo *Livro de Sinais*: o *liçoeiro*, o *responsorio*, o *antiphoneyro*, o *hymnorio*, o *collectaneo*, o *psalteyro*, a *brivia*, o *missal*, o *pistoleyro* e *evangeliorum*⁽⁸¹⁾.

Graças a estes sinais, a vida monacal vai decorrendo diante de nós, como um rio lento e manso, na familiaridade dos gestos caseiros: os porteiros dão a volta à chave⁽⁸²⁾, os monges esfregam as mãos com frio⁽⁸³⁾, vestem corajosamente as *bragas*⁽⁸⁴⁾, apertam o cinto e sabem perfeitamente o que é um graal⁽⁸⁵⁾ e um saleiro⁽⁸⁶⁾. De noite, levantam-se e rezam os salmos, à luz duma lanterna furta-fogo, chamada *abscõsa*⁽⁸⁷⁾.

(76) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fl. 2.

(77) *PL.*, t. 150, col. 952.

(78) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 164.

(79) *PL.*, t. 150, col. 942.

(80) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 163.

(81) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fis. 1 v.-2 v.

(82) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 164.

(83) *Ib.*, fl. 163 v.

(84) *Ib.*, fl. 164 v.

(85) *Ibidem*.

(86) *Ib.*, fl. 165

(87) *Ibidem*.

Nos horizontes gastronómicos da cozinha e despensa, nas mesas amplas do refeitório, repoisavam serenamente as comidas simples: pão, queijada, empada, vinho, vinagre, azeite, queijo, leite, mel, ovos e tudo o que servia de *pulmêto* para os monges comerem com pão⁽⁸⁸⁾. Vasto era o mundo das frutas e das hortaliças pois os cistercienses amanhavam terras amplas e férteis: maçãs, cerejas, peras, laranjas, *porros*, alhos, rábanos, favas, nozes, amêndoas, avelãs e pepinos. E para tudo havia sinais⁽⁸⁹⁾.

Quanto à lista dos instrumentos, como eles diziam, aparece o *saleyro*, seguido por uma *salseyra*, vemos um *relogio* (não de sol, mas com *rodas*) e desfila, perante nós, uma pequena procissão de objectos familiares, desde a *enxada*, a *colher*, o *pichel*, o *cântaro* e a *talha bojuda* até às *linhas* e à *chave humilde e poderosa*⁽⁹⁰⁾.

Desenha-se, lentamente, a geografia interna dos mosteiros: uma igreja com a respectiva sacristia, o coro para os monges cantadores, se nos permitem o adjectivo, o claustro para eles passearem, um dormitório (e vemo-los fazer o gesto de dormir, pondo *a palma na queixada*), uma austera sala capitular, um refeitório, um celeiro, um *aquentadoiro*, para os religiosos se aquecerem nas horas geladas do inverno, uma livraria para os códices, um *cubeiro* para o vinho, uma enfermaria e (santo Deus!) umas *privadas*. O abade e o prior atendiam os monges na sua câmara, o ecónomo ou *borseiro* fazia as contas na *borsaria* e, pelas oficinas, trabalhava-se deveras⁽⁹¹⁾.

Era uma sociedade hierarquizada, com o abade no vértice da pirâmide, abaixo dele o prior e, inferior a este, o *soprior*. O monge sacristão governava a vasta igreja e o mundo complexo dos códices litúrgicos. O *cantor* tinha às suas ordens o *socâtor*, o mestre dos noviços olhava pelo seu dócil rebanho de monges em botão, enquanto o *celareiro* e o *socelareiro* constituíam uma espécie de ministério da agricultura⁽⁹²⁾.

Tudo isto formava uma pequena república monacal, de tendência autárquica, com enfermeiros, *esmoleres*, cozinheiros, *vestiarios*, simples monges sem ofício especial, a não ser cantar as horas canó-

(88) *Ib.*, fl. 165 - 165 v.

(89) *Ib.*, fl. 166.

(90) Bibl. Nac. de Lisboa, fls. 13-15 v.

(91) Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fls. 167 v.-168

(92) *Ib.*, fl. 166 v.

nicas e trabalhar nos campos, e frades conversos de barba comprida ⁽⁹³⁾, por isso mesmo chamados *barbatos* ⁽⁹⁴⁾.

Não queremos meter-nos pelas misteriosas pistas da filologia (deixamos isso a pessoa mais competente), nem perder-nos em estudos de estética literária. Quanto a esta última, os *Livros de Sinais* eram simples colecções em estilo preceptivo e ósseo, a repetir, com pequenas variantes, os mesmos quadros rítmicos. A estética nada tinha que fazer ali. Pragmatismo puro.

Lembramos sòmente que repoisam, nestas páginas, algumas palavras raramente registadas pelos lexicólogos (pelo menos com a significação que elas aqui têm): *enpectorar* ⁽⁹⁵⁾, no sentido de 'decorar'; *avanpees* ⁽⁹⁶⁾, tradução do latim *pedules* ⁽⁹⁷⁾, julgamos nós que através do francês arcaico *avantpiés* ⁽⁹⁸⁾; *pulmêto* ⁽⁹⁹⁾, do velho *pulmentum* tão vulgar nas regras monásticas ⁽¹⁰⁰⁾; *artelhos* ⁽¹⁰¹⁾, não para dizer 'tornozelos' mas, sim, para sinificar 'articulações das mãos'; um peixe chamado *cebola* ⁽¹⁰²⁾ — a *cépola* dos nossos dias ou, como dizem os pescadores da Póvoa, *peixe-cor-de-rosa*; etc.

Enfim, um vocábulo de sabor esotérico, escrito da mesma maneira em A, B e C: *barine*. O melhor é transcrever a frase completa: *Por verdura, cõ o demonstrador faze signal barine cõtra o outro demonstrador* ⁽¹⁰³⁾. Trata-se de cores, pois a lista, nesta altura, traz o sinal de *negro*, depois o de *alvo*, a seguir o de *verdura* e, finalmente, o de *ruivo*. Em vão procurámos descortinar a origem e o significado exacto deste velho termo. Será *barine* a corrupção de *borin*? Também neste caso se trata de cor: *Colorem, qui vocatur borin, jure dare debent omnes servientes illic habitantes* ⁽¹⁰⁴⁾, assim diz um documento medieval do norte da Europa, aduzido por Du Cange.

⁽⁹³⁾ *Ib.*, fl. 168.

⁽⁹⁴⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 91, fl. 20 v.

⁽⁹⁵⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 163 v.

⁽⁹⁶⁾ *Ib.*, fl. 164 v.

⁽⁹⁷⁾ *PL.*, t. 150, col. 947: *Pro signo pedulium, fac idem signum quod est pro calceis et hoc adde ut cum digitis teneas manicam locci.*

⁽⁹⁸⁾ Du Cange, *Glossarium*, em *Pedules*.

⁽⁹⁹⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 165 v.

⁽¹⁰⁰⁾ Du Cange, *Glossarium*, em *Pulmentum*.

⁽¹⁰¹⁾ Bibl. Nac. de Lisboa, cód. alc. 218, fl. 165 v.

⁽¹⁰²⁾ *Ibidem*.

⁽¹⁰³⁾ *Ib.*, fl. 167 v.

⁽¹⁰⁴⁾ Du Cange, *Glossarium*, em *Borin*.

Porém, estamos já no reino alado das hipóteses. Deus entregou o mundo à curiosidade dos homens e as palavras duvidosas à discussão dos filólogos. Só teríamos gosto em vê-los desvendar o segredo fechado deste vocábulo único.

Quanto à edição dos dois *Livros de Sinais* que seguem, adoptámos as seguintes normas :

Respeitámos a ortografia dos manuscritos, até quando o mesmo copista empregava formas diferentes para um vocábulo igual.

Mantivemos o *c* cedilhado antes de *e* e *i*.

Substituímos *u* e *i* por *v* e *j*, quando tinham valor consonântico.

Mantivemos, sempre que ele se encontrava nos códices, o til sobre a vogal, como sinal de nasalidade.

Quando apareciam vogais nasais duplas com o til sobre ambas as vogais, por dificuldades tipográficas collocámos o til só sobre a primeira das vogais.

Introduzimos alguns acentos, para evitar confusões, e apóstrofos para separar palavras, quando houve elisão que não se mantém na língua escrita moderna. Ex. : *d'altar*.

Alterámos um pouco a pontuação (o menos possível), desdobrámos as abreviaturas e, na edição de A, assinalámos, ao fundo da página, as variantes principais de B e C (ms. 132 da Bibl. Públ. de Braga e cód. alc. 223).

MÁRIO MARTINS

Cód. Alc. 218

(A)

* SIGNAES QUE PERTEECEM AA EGREJA

fl. 163

1. Por signal do livro geeral, extende toda a mão e movea ⁽¹⁰⁵⁾, asi como folha d'arvor ou como a folha do livro se sooe de mover.

2. Por signal do livro misal, fecto o signal do livro faze o signal da cruz, signādote ⁽¹⁰⁶⁾, que he signal da missa.

3. Por signal do livro da epistola, fecto o signal do livro, faze hũa cruz no pecto cõ o dedo polegar, que he signal de epistola.

4. Por signal do livro do evāgelho, fecto o signal do livro, faze o signal da cruz na testa cõ o dedo polegar ⁽¹⁰⁷⁾, que he signal de evāgelho.

5. Por signal do livro colectar ⁽¹⁰⁸⁾, fecto o signal do livro faze que movas toda a mão ⁽¹⁰⁹⁾ com todollos dedos juntos e circuitu, na parte seestra, e directo do coração, que he signal de colecta.

6. Por signal do livro e que se lee aos nocturnos, fecto o signal do livro e da liçom, poem a mão cõ todollos dedos jutos sobre a sobancelha destra.

7. Por signal do livro das antifāns, fecto o signal do livro, faze o signal da antifaa.

8. Por signal do livro do respōso ⁽¹¹⁰⁾, fecto o signal do livro, faze o signal do responso.

9. Por signal do livro da regra, fecto o signal do livro, toma cõ dous dedos o cabelo que pende sobre a orelha.

⁽¹⁰⁵⁾ e move] C movēdoa.

⁽¹⁰⁶⁾ C asinādote.

⁽¹⁰⁷⁾ C omite cõ o dedo polegar.

⁽¹⁰⁸⁾ C colheitanho.

⁽¹⁰⁹⁾ mão] C mão direita.

⁽¹¹⁰⁾ do respōso] C dos resposos.

10. Por signal do livro dos usos, fecto o signal do livro, faze signal asi como quẽ screpve⁽¹¹¹⁾ com tres dedos.

11. Por signal do livro psalteiro⁽¹¹²⁾, fecto o signal do livro, põe a mão com os dedos jutos na cabeça, antre a testa e a orelha.

12. Por hymno, jutar os bicos dos dedos polegar e demonstrador das partes de dentro, abrindoos e çarãdoos⁽¹¹³⁾.

13. Signal de responso he este⁽¹¹⁴⁾: poer o dedo polegar so o de*mostrador e fazelo bolir.

14. Signal da antifãa, fazer scoregar o dedo polegar pelo dedo demonstrador aa de fora. E polo signal do versiculo, per esa guisa⁽¹¹⁵⁾ aa de dentro.

15. Por signal da aleluya, poer dous dedos juntos, a saber, o demonstrador e o meãao em fim da barba, tirando pera fundo.

16. Por signal de enpectorar ou de⁽¹¹⁶⁾ decorar, move a mão ante o ventre cõ todolos dedos jutos ã circuito.

17. Por signal de tracto, tira a mão de fundo pello vètre, que significa longura, e chega a mão aa boca, que significa canto⁽¹¹⁷⁾.

18. Por signal de hostia, com o dedo polegar e o demonstrador faze circulo⁽¹¹⁸⁾.

19. Por signal de hostia grãde, faze ese mesmo signal e mostra o dedo polegar.

20. Por signal de hostia pequena, faze ese mesmo signal e mostra o dedo mais pequeno⁽¹¹⁹⁾.

21. Por signal de encẽço, faze signal de terra e poem os dedos nos narizes.

22. Por signal de tribulo⁽¹²⁰⁾, move todo o braço⁽¹²¹⁾, asi como quem encẽça.

(111) asi como quẽ screpve] C como que escreves.

(112) do livro psalteiro] C do livro do salteiro.

(113) abrindoos e çarãdoos] C abrindo e çarrando.

(114) No ms., heste.

(115) esa guisa] C esa mesma guisa.

(116) C omite de

(117) C corrimento.

(118) circulo] C hũ çircuito.

(119) mais pequeno] B e C mais pequeno da mão. Quando transcrevemos qualquer passagem, atribuíndo-a simultâneamente a B e C, seguimos a ortografia de B.

(120) C trybalo.

(121) todo o braço] B e C toda a mão.

23. Por signal de brasas, sopra o dedo demonstrador e faze asi como quẽ sfrega ⁽¹²²⁾ as mãaos, quando ⁽¹²³⁾ ha frio.

24. Por signal de calez, faze signal de vaso e tange o dête, que he signal de prata.

25. Por signal de patena, levãta a mão stendida, cõ a palma pera cima, e faze o signal da prata.

26. Por signal d'altar ⁽¹²⁴⁾, extêdidas as mãaos e volvidas ⁽¹²⁵⁾ as palmas pera fundo, faze como quem nada em agoa.

27. Por signal de corporaaes, fecto o signal do pão, faze ⁽¹²⁶⁾ signal de sancto.

28. Por signal de alanpada, *juntadas as mãaos e ⁽¹²⁷⁾ levantadas, abriir hũ pouco os dedos da parte de cima e abaixalos. fl. 164

SIGNAAES DOS SANCTOS

29. Por sinal de ango ⁽¹²⁸⁾, poem levantada ⁽¹²⁹⁾ a mão no costado e move os bicos dos dedos, asi como quẽ quer voar.

30. Por signal d'apostolo, traz a mão deestra de fundo do costado deestro e no sestro e do seestro no deestro ⁽¹³⁰⁾.

31. Por signal de martir ⁽¹³¹⁾, poem a mão deestra na cabeça, asi como se quiseses matar alguẽ, fecto primeiro o signal do sancto.

32. Por signal de confessor bispo, fecto o signal do sancto, põe a mão levãtada aberta ⁽¹³²⁾ sobre a testa.

33. Por signal de abbade, poem o dedo demonstrador e o meã em hũa parte da testa ⁽¹³³⁾.

34. Por signal de virgem, fecto o signal do sancto, faze signal

(122) B e C esfrega.

(123) quando] C como quando.

(124) C d'altares.

(125) extêdidas as mãaos e volvidas] C estende as mãos êvoltas.

(126) faze] C faze ho.

(127) C omite e.

(128) B amjo; C anjo.

(129) B levanta.

(130) B e C sestro no destro.

(131) B e C martire.

(132) B e C omite aberta,

(133) C omite o sinal de abade.

de femea, que he trazer o dedo demonstrador pella testa, de sobrance-lha a sobrancelha ⁽¹³⁴⁾.

35. Por signal geeral de cõfessor, fecto o signal do sancto, faze o signal de confesar, movêdo a mão da boca ao stamago ⁽¹³⁵⁾.

36. Por signal de sam ⁽¹³⁶⁾ Pedro, fecto o signal do sancto, faze o signal da chave, poêdo o dedo polegar sobre o dedo demonstrador ⁽¹³⁷⁾ e movêdoo.

37. Por signal de sam Joham Baptista ⁽¹³⁸⁾, fecto o signal do sancto faze o signal da agua cõ os dedos juntos, movêdoos.

38. Por signal de sam Paulo, fecto o signal do sancto, faze o signal da spada ⁽¹³⁹⁾, asi como quem tem spada ⁽¹⁴⁰⁾.

39. Por signal de evãgelista, fecto o signal do sancto, faze o

fl. 164 v.

*signal do evãgelho ⁽¹⁴¹⁾.

SIGNAAES DAS VISTIMENTAS ⁽¹⁴²⁾

40. Por signal de cugula, apreende ⁽¹⁴³⁾ a mão no pecto.

41. Por signal de scapulaíro, tira com os primeiros dous dedos hũu pouco a veestadura do pecto.

42. Por signal de saia ⁽¹⁴⁴⁾, apreende os bycos das mãagas, cõ os bicos dos dedos.

43. Por signal de saya pequena, faze ese mesmo sygnal, demons-trando ⁽¹⁴⁵⁾ o dedo pequeno ⁽¹⁴⁶⁾.

44. Por signal de bragas, poem a mão ⁽¹⁴⁷⁾ nas coxas afundo, asi como quem veste bragas.

⁽¹³⁴⁾ sobranceilha a sobrancelha] C sombrancelha a sonbrancelha.

⁽¹³⁵⁾ B estamago ; C estãomago.

⁽¹³⁶⁾ C sant.

⁽¹³⁷⁾ dedo polegar sobre o dedo demonstrador] B e C poendo o polegar soo ho demonstrador.

⁽¹³⁸⁾ B Bautista.

⁽¹³⁹⁾ e ⁽¹⁴⁰⁾ B e C espada.

⁽¹⁴¹⁾ C evangelista.

⁽¹⁴²⁾ B e C vestimentas.

⁽¹⁴³⁾ C prende.

⁽¹⁴⁴⁾ saia] C saya longa.

⁽¹⁴⁵⁾ B amostrando ; C e mostra.

⁽¹⁴⁶⁾ pequeno] C mais pequeno.

⁽¹⁴⁷⁾ B e C as mãos.

45. Por signal de calças, toma as pernas e faze o signal das bragas.

46. Por signal de avanpees⁽¹⁴⁸⁾, faze o signal dos çapatos, fecto o signal do pano.

47. Por signal de çapatos, move o dedo demonstrador em circo cõtra o pee.

48. Por signal de cinta, faze o dedo em circuito e, de hũu e do outro costado, traz⁽¹⁴⁹⁾ os dedos de hũa e da outra mão, asi como quem se cinge.

49. Por capa, toma cõ tres dedos da mão directa a boca do capello.

50. Por signal de mâtã, faze o signal do pano e põe a palma na queixada.

SIGNAAES D'ESTORMÊTOS⁽¹⁵⁰⁾

51. Por signal de vaso, eclina algũu tanto tres dedos e levanta-

51. Por signal de vaso, eclina algũu tanto tres dedos e levantaos pera cima.

52. Por signal de scudella⁽¹⁵¹⁾, extende a mão mais largamête e o polegar algũu tanto nobremête.

53. Por signal de talhador⁽¹⁵²⁾, poem estendida a mão directa da parte de fora, sobre a palma da mão seestra, e anda arredor.

54. Por signal de gral pequeno, faze o signal da scudela e mostra o dedo pequeno.

55. *Por signal de caldeira, çarra os dedos da mão directa, asi fl. 165 como por salteiro, e poinos⁽¹⁵³⁾ de soo a mão seestra⁽¹⁵⁴⁾ e faze signal de negro.

56. Por signal de abscõsa⁽¹⁵⁵⁾, alça la⁽¹⁵⁶⁾ mão directa aberta pera cima e abaixa los⁽¹⁵⁷⁾ bicos dos dedos hũu pouco.

(148) C vanpees.

(149) C faze.

(150) B stormentos ; C estromentos.

(151) B e C escudella.

(152) C telhador.

(153) C põe os.

(154) B omite seestra.

(155) B e C asconssa.

(156) C põe os.

(157) abaixa los] C abaixar os.

57. Por signal de saleiro, fecto o signal do vaso, faze signal de sal.

SIGNAAES DE VIADA

58. Por signal de pam, faze signal cõ anbolos dedos polegares e com anbolos demostradores.

59. Por signal de metade de pam, fecto o signal do pam, todos dedos da mão deestra põe en cõtraíro, antre quatro de seestra.

60. Por signal de bolo, faze signal de pam e ajunta as mãos e, asi ajütadas, volveas ⁽¹⁵⁸⁾.

61. Por signal de queijada, faze signal de pam ⁽¹⁵⁹⁾ e dobra os dedos de hũa mão e asi a mão cava ⁽¹⁶⁰⁾ põe sobre a outra mão, fazêdo signal de queijo.

62. Por signal de enpada, faze ese mesmo signal, adendo ⁽¹⁶¹⁾ o signal do pexe.

63. Por signal de vinho, poem o dedo demostrador nos beiços.

64. Por signal de auga ⁽¹⁶²⁾, move os dedos ajuntados ⁽¹⁶³⁾.

65. Por signal de vinagre, faze o signal do vinho e esfrega ⁽¹⁶⁴⁾ cõ o dedo demostrador o papo.

66. Por signal d'azeite, poem o dedo demostrador e ho meam sobre a mão ⁽¹⁶⁵⁾ da parte de fora, asi ⁽¹⁶⁶⁾ como quem sfrega.

67. Por signal de pulmêto, faze signal d'escudela.

68. Por signal de pitãça, esfrega o dedo demostrador cõ o polegar.

fl. 165 v.

69. Por signal de sal, põe *o bico do dedo demostrador e do meão no polegar e fazeos bulir ⁽¹⁶⁷⁾.

⁽¹⁵⁸⁾ e asi ajütadas volveas] C e juntas volveas.

⁽¹⁵⁹⁾ B pão.

⁽¹⁶⁰⁾ B e C cova.

⁽¹⁶¹⁾ B e C fazendo.

⁽¹⁶²⁾ B aguoá ; C agoa.

⁽¹⁶³⁾ move os dedos ajuntados] B e C ajunta os dedos da mão dyreyta e abreos e çarraos, tendo a mão levåtada pera çima.

⁽¹⁶⁴⁾ B e C resfregua.

⁽¹⁶⁵⁾ B e C mão esquerda.

⁽¹⁶⁶⁾ B assy.

⁽¹⁶⁷⁾ B bolir.

70. Por signal de queixo (¹⁶⁸), fire (¹⁶⁹) com tres dedos da mão direita na palma de dētro (¹⁷⁰).

71. Por signal de lecte (¹⁷¹), poem o dedo mais pequeno nos beiços e faz o signal do queijo.

72. Por signal de mel, poem o dedo demonstrador nos beiços, como quem lanbe.

73. Por signal d'ovos, faz cō o dedo demonstrador da mão direita, antre os dedos polegar e demonstrador extēdidos da mão esquerda, asi como quē revolve.

74. Por signal de peixe geeral, faz semelhança cō a mão de movimento de rabo de peixe.

75. Por signal de cebola, sparte (¹⁷²) todollos dedos e moveos.

76. Por signal de angia (¹⁷³), aperta anballas mãos, asy como quē a (¹⁷⁴) tem e scorrega (¹⁷⁵).

77. Por signal de lanprea, fecto o signal do peixe, faz semelhança, cō o dedo na queixada, dos pontos (¹⁷⁶) que a lâprea tem sob (¹⁷⁷) os olhos.

78. Por signal de truta, fecto (¹⁷⁸) o signal do peixe traz o dedo demonstrador de sobrácelha a sobrácelha, que he signal de femea.

79. Por signal d'arenque, fecto o signal do peixe, faz que tãgas cō os artelhos das mãos o beijo de fundo, começado cō o mais pequeno (¹⁷⁹).

80. Por signal de barbo, fecto o signal do peixe tange os cabellos da barba e tira per eles.

81. Por signal de sardinha, fecto o signal do peixe, mostra o dedo mais pequeno.

(168) *B* queyjo.

(169) *C* faz.

(170) de dētro] *B* e *C* de dentro da mão esquerda.

(171) *B* leyte; *C* leite.

(172) *B* e *C* esperta.

(173) *B* emguya; *C* anguya.

(174) *C* omite a.

(175) *B* escorregua.

(176) *B* das pontas.

(177) *B* e *C* sobre.

(178) *C* faz.

(179) *B* e *C* omitem o sinal de arenque.

82. Por signal de pixota ⁽¹⁸⁰⁾, fecto o signal do sal e do peixe, çara as mãas e abreas.

n. 168 83. *Por signal de congro, fecto o signal do peixe, toma com dous dedos de hũa mão pelo coiro da outra, asi como quẽ ale-vãta ⁽¹⁸¹⁾.

84. Por signal de maçãa, çarra o dedo polegar cõ os outros dedos e poynos aos narizes, asi como quẽ cheira.

85. Por signal de cereija, cõ os bicos dos dedos polegar e demonstrador faze signal asi como quem tem ravam pindurado ⁽¹⁸²⁾.

86. Por signal de pera, fecto signal de maaçã, faze signal de duro, esfregãdo a testa cõ o dedo demonstrador.

87. Por signal de larãja, fecto o signal de maçãa, esfrega a queyjada ⁽¹⁸³⁾ cõ o dedo demonstrador, que he signal de vermelho.

88. Por signal de porro, mostra juntos o dedo polegar e o demonstrador ⁽¹⁸⁴⁾.

89. Por signal de ravõ, fecto o signal da verdura, faze asi como quẽ talha o dedo polegar da mão.

90. Por signal de alho, fecto signal de verdura, sopra o dedo demonstrador.

91. Por signal de favas, põe o dedo polegar so o ⁽¹⁸⁵⁾ demonstrador.

92. Por signal de nozes, murde o dedo polegar.

93. Por signal de amendoa, murde o dedo demonstrador.

94. Por signal de avelãa, murde o dedo mais pequeno.

95. Por signal de pepino, põe o bico do dedo mais pequeno so o ⁽¹⁸⁶⁾ dedo polegar.

96. Por signal de carne, cõ o polegar e o demonstrador de hũa mão toma a outra mão pera çerca ⁽¹⁸⁷⁾ do dedo mais pequeno, asi como quem de hi ⁽¹⁸⁸⁾ quer tirar pedaço de carne.

⁽¹⁸⁰⁾ B e C pexota.

⁽¹⁸¹⁾ À margem, em letra diferente, o título: Signaes de frutas.

⁽¹⁸²⁾ B pemdurado; C pêdurado.

⁽¹⁸³⁾ B queyxada; C queixada.

⁽¹⁸⁴⁾ mostra juntos o dedo palegar e o demonstrador] C mostra os dedos demonstrador e polegar.

⁽¹⁸⁵⁾ so o] B e C debayxo de .

⁽¹⁸⁶⁾ so o] B e C debaixo do.

⁽¹⁸⁷⁾ cõ o polegar e o demonstrador de hũa mão toma a outra mão pera çerca] C toma cõ ho polegar ho demonstrador de hũa mão pera outra mão pera açerqua.

⁽¹⁸⁸⁾ de hi] B e C dahi.

97. Por signal de cam, fire a orelha directa ⁽¹⁸⁹⁾ cõ o dedo demonstrador.

98. Por signal de boy, *faze na testa semelhãça de corno.

fl. 166 v.

99. Por signal de carneiro, põe o dedo demonstrador iclinado ⁽¹⁹⁰⁾ no bico da queixada.

100. Por signal de cabrito, o dedo demonstrador e o meãao extendidos ⁽¹⁹¹⁾ move ameude ante a boca.

SIGNAAES DOS OFICIOS

101. Por signal d'abbade, poem o dedo demonstrador e o meã na cabeça, sobre a sobrâcelha ⁽¹⁹²⁾.

102. Por signal de prior, levãta o dedo demonstrador cõjunto ⁽¹⁹³⁾ cõ o dedo polegar e todollos outros dedos çarãdo ⁽¹⁹⁴⁾.

103. Por signal de soprior ⁽¹⁹⁵⁾, faze o signal do prior e alça o dedo mais pequeno.

104. Por signal de sancristam, faze semelhãça cõ a mãao çarada, como quẽ tãge canpa ⁽¹⁹⁶⁾.

105. Por signal de cantor, fecto o signal do monje, põe a mãao na boca e tira pera fundo e pera cima ⁽¹⁹⁷⁾.

106. Por signal de socãtor, faze ese mesmo signal, demonstrãdo ⁽¹⁹⁸⁾ o dedo mais pequeno.

107. Por signal do mestre dos noviços, a mãao abaixada pera fundo, stende o dedo demonstrador e o mais pequeno e todollos outros dedos çarrados e ade ⁽¹⁹⁹⁾ que tãgas, cõ o dedo demonstrador e o meãao, a testa, asi como quẽ afagaa, que he signal de cousa ⁽²⁰⁰⁾ nova.

⁽¹⁸⁹⁾ C destra.

⁽¹⁹⁰⁾ B e C omitem inclinado.

⁽¹⁹¹⁾ B e C omitem extendidos.

⁽¹⁹²⁾ Emendado para orelha B e C orelha.

⁽¹⁹³⁾ B e C jumto.

⁽¹⁹⁴⁾ B e C çarrados.

⁽¹⁹⁵⁾ C superior.

⁽¹⁹⁶⁾ C campana.

⁽¹⁹⁷⁾ pera fundo e pera cima] B e C pera çima e pera fundo. Depois do signal de pepino, à margem, em letra diferente: Signaes de carne.

⁽¹⁹⁸⁾ C mostrando.

⁽¹⁹⁹⁾ B e C faze.

⁽²⁰⁰⁾ B e C casa.

108. Por signal de borseiro ⁽²⁰¹⁾, jûta as mãaos stendidas e faze mão, asi como se lançasses dinheiros ⁽²⁰²⁾ em borsa.

109. Por signal de soborseiro, faze ese mesmo signal e mostra o dedo pequeno.

110. Por signal de celareiro ⁽²⁰³⁾, levanta o dedo polegar, to-dollos ⁽²⁰⁴⁾ outros dedos çarados.

111. Por signal de socelareiro, faze ese mesmo signal, demostrando o mais pequeno dedo ⁽²⁰⁵⁾.

fl. 167 112. Por signal de hospital, fecto *... trador e o meãao ambos juntos nos beijos ⁽²⁰⁶⁾.

113. Por dormir, põe a palma na queixada e emclina a cabeça sobre ella.

114. Por vestir ⁽²⁰⁷⁾, faze cõ as mãaos asi como quẽ se veste.

115. Por despir, trae as mãaos asi como quem se des-veste ⁽²⁰⁸⁾.

116. Por comer, cõ o dedo polegar e demostrador faze seme-lhança de ⁽²⁰⁹⁾ quem come.

117. Por beber, põe o dedo directo so os beijos.

118. Por veer ⁽²¹⁰⁾, põe o demostrador so [o] olho.

119. Por lavar, põe a mão directa sobre a seestra, da parte de cima e de fundo, asi como quẽ lava.

120. Por bõo ⁽²¹¹⁾, põe o demostrador e o polegar stendidos ante a boca e moveos.

⁽²⁰¹⁾ B bolseyro.

⁽²⁰²⁾ B e C dinheiro.

⁽²⁰³⁾ B çalareiro.

⁽²⁰⁴⁾ B e C todos os

⁽²⁰⁵⁾ demonstrando o mais pequeno dedo] B e mostra ho dedo pequeno; C e mostra ho dedo mais pequeno. *Antes do sinal de hospital, em A, este título em letra doutra mão, à margem: Signaes de cousas diferentes.*

⁽²⁰⁶⁾ hospital, fecto... trador] B espiritall, feyrã ho dedo demostrador; C espiritall, fire ho dedo demostrador. *Em A, no lugar das reticências, algumas poucas palavras que o escriba se esqueceu de copiar.*

⁽²⁰⁷⁾ Por vestir] B e C Por synnall de vestir.

⁽²⁰⁸⁾ C despe.

⁽²⁰⁹⁾ B e C como.

⁽²¹⁰⁾ Por veer] C Por synal de veer.

⁽²¹¹⁾ B e C beyço.

121. Por maa⁽²¹²⁾, põe os dedos na face spargidos [e] faze semelhaça de hunha⁽²¹³⁾ d'ave que tira per algũa cousa.

122. Por signal de⁽²¹⁴⁾ qual quer cousa ja fecta, tẽ a mãao igual dos pectos, e a parte de dentro stẽ tornada pera cima e asy a chega oos⁽²¹⁵⁾ pectos.

123. Por porta, levãta o braço hũu pouco e, a mãao stẽdida, moveo⁽²¹⁶⁾ asi.

124. Por frio, faze semelhaça, cõ os dedos, de hunha d'ave⁽²¹⁷⁾ que quer levar algũa cousa.

125. Por quẽtura, faze⁽²¹⁸⁾ ese mesmo signal pello cõtrairo.

126. Por villa, faze hũ circu, cõ o polegar e demonstrador, e põeno asi na boca.

127. Por scomũgado, fire a orelha cõ o demonstrador.

128. Por granja, põe o demonstrador stendido na testa.

129. Por fermoso, põe o demonstrador nos geolhos, asi⁽²¹⁹⁾ como quẽ unta.

130. Por leve, sopra na palma stendida, asi como quem dela *lança algua cousa leve.

fl. 167 v.

131. Por negro, põe a mãao, cõ todollos dedos jũtos, sobre o olho directo, que he signal de nocte.

132. Por alvo⁽²²⁰⁾, põe o demonstrador soo no⁽²²¹⁾ olho, que he signal de manhãa.

133. Por verdura⁽²²²⁾, cõ o demonstrador faze signal barine cõtra o outro demonstrador.

134. Por ruivo, esfrega a queixada cõ o demonstrador.

135. Por vergonha, cobre⁽²²³⁾ cõ a mãao a face.

(212) Por maa] *B* Por mãao ; *C* Por a mão.

(213) *B* hũa.

(214) *No ms.*, da.

(215) *B* aos.

(216) moveo] *B* em meo ; *C* ẽ mea.

(217) de hunha d'ave] *B* da ave ; *C* d'ave.

(218) *B* e *C* omitem faze.

(219) *B* e *C* omitem asi.

(220) Por alvo] *B* e *C* synall de alvo.

(221) soo no] *B* soo ho ; *C* sobre ho.

(222) Por verdura] *B* e *C* Por synal de verdura.

(223) *B* cubre.

136. Por signal d'agora ou tam cedo, fire o polegar e o meão juntados ⁽²²⁴⁾ o demonstrador.

SIGNAAES DAS CASAS

137. Por casa, junta os bicos das mãaos e abreas ⁽²²⁵⁾ fundo.

138. Por egreja, fecto o signal da casa ⁽²²⁶⁾, faze o signal da cruz.

139. Por sancristia, fecto o signal da casa, ade ⁽²²⁷⁾ o signal do sancristão ⁽²²⁸⁾.

140. Por choro ⁽²²⁹⁾, junta os dedos demostradores e os mais pequenos d'anbalas mãaos, çarado ⁽²³⁰⁾ todollos outros.

141. Por clastra, faze cõ o demonstrador ⁽²³¹⁾ hũu circo na terra.

142. Por dormitorio, fecto o signal da casa, põe a palma na queixada, que he signal de dormir.

143. Por cabidoo, fire cõ a parte ⁽²³²⁾ de fora de hũa mão a parte de dentro ⁽²³³⁾ da outra.

144. Por aquentadoiro, fecto o signal da casa, esfrega as mãaos, asi como q[u]em se aquenta.

145. Por refectoiro ⁽²³⁴⁾, fecto o signal da casa, faze signal de comer ⁽²³⁵⁾.

146. Por celeiro, fecto o signal da casa, faze signal do vinho ⁽²³⁶⁾.

(224) juntados *ê*] *B* juntados cõ; *C* juncos com.

(225) *ê*] *B* e *C* por de.

(226) fecto o signal da casa] *C* ho sinal feito da casa.

(227) *B* faze.

(228) *C omite o sinal de sacristia.*

(229) Por choro] *B* e *C* Por synnall de choro.

(230) dedos demostradores e os mais pequenos d'anbalas mãaos, çarado] *B* e *C* dedos d'ambalas mãaos, a saber, os demostradores e os mais pequenos, çarando.

(231) o demonstrador] *B* e *C* ho dedo demonstrador.

(232) *B* e *C omitem* cõ a parte.

(233) de dentro] *B* de demtro.

(234) *B* reffertoyro.

(235) fecto o signal da casa, faze o signal de comer] *B* feyto ho synnall da casa e do comer; *C* faze ho sinal da casa e do comer. *Como se vê, a frase em B está imperfeita.*

(236) fecto o signal da casa, faze signal do vinho] *B* e *C* feyto ho synnal da casa e do vinho. *Em vez de feyto devemos ler faze, tanto em B como em C.*

147. Por cubeiro, fecto o signal da casa, dá cõ hũu punho no outro.
148. Por camara do abbade, fecto o signal da casa, faze o signal do abbade ⁽²³⁷⁾.
149. Por camara do prior, fecto o signal da casa, faze o signal do prior ⁽²³⁸⁾.
150. Por livraria, fecto o signal da casa, faze signal de livro.
151. Por borsaria, fecto o signal da casa, faze ⁽²³⁹⁾ signal de borseiro.
152. Por privadas, fire com o costado de hũa mão aberta na cabeça.
153. Por enfermaria, fecto *o signal do mõe, faze signal ⁽²⁴⁰⁾ n. 168 do hospicio ⁽²⁴¹⁾.
154. Por signal de porteiro, fecto o signal do monje, faze signal de porta.
155. Por signal de vestiairo, fecto signal de monje, faze signal de tisoira.
156. Por signal de efermeiro, fecto signal do mõe, faze signal de enfermo.
157. Por signal de ⁽²⁴²⁾ enfermo, põe a mão sobre os pectos.
158. Por signal de ⁽²⁴³⁾ servidor do efermo, fecto o signal do servidor, faze signal d'efermo.
159. Por signal de mõe, tem ⁽²⁴⁴⁾ a mão no capelo da cugula pelos pectos ⁽²⁴⁵⁾.
160. Por signal de clérigo, ãda cõ o dedo d'orelha.
161. Por signal de ⁽²⁴⁶⁾ frade cõverso, toma a barba cõ o polegar e o demonstrador.

⁽²³⁷⁾ fecto o signal da casa, faze o signal do abbade] *B* faze ho synnall da casa e o sinall do abbade ; *C* faze ho sinal da casa e do abbade.

⁽²³⁸⁾ fecto o signal da casa, faze o signal do prior] *B* faze ho synnall da casa e o sinall do prior ; *C* faze ho sinal da casa e do prior.

⁽²³⁹⁾ *B* e *C* faze o.

⁽²⁴⁰⁾ fecto o signal do mõe, faze signal] *C* faze ho sinal de mõe e ho sinal.

⁽²⁴¹⁾ *B* espício.

⁽²⁴²⁾ *B* e *C* omitem signal de.

⁽²⁴³⁾ *B* e *C* omitem signal de.

⁽²⁴⁴⁾ *B* e *C* põe.

⁽²⁴⁵⁾ *B* e *C* omitem da cugula pelos pectos.

⁽²⁴⁶⁾ *B* e *C* omitem signal de.

162. Por signal de ⁽²⁴⁷⁾ leigo, poem a parte de fora dos dedos da mão sobre a queixada, asi como quẽ afaaga.

163. Por signal de cozinha, fecto signal da casa, sopra o dedo demonstrador.

164. Por signal de cozinheiro, fecto o signal do mõe ou de cõverso ou de sagral ⁽²⁴⁸⁾, faze o signal da cozinha.

165. Por servidor da cozinha, fecto o signal do servidor, faze signal da cozinha ⁽²⁴⁹⁾.

166. Por servidor d'abbade, fecto o signal do servidor, faze signal d'abbade ⁽²⁵⁰⁾.

167. Por signal geeral de servidor, extẽde o demonstrador, movẽdo, e todollos outros dedos çarrados.

168. Por signal de copeiro, fecto o signal do mõe ou do frade ⁽²⁵¹⁾, faze signal de vinho.

169. Por ortelão, eclina o dedo, asi como ⁽²⁵²⁾ quem tira cõ ⁽²⁵³⁾ ancinho da terra.

170. Por esmoler, trae a mão do onbro directo no seestro, asi como sooẽ de trazer os proves ⁽²⁵⁴⁾ o sacco ao pescoço.

fl. 168 v. 171. *Por velho, põe a mão levantada cõtra a orelha.

172. Por moço, põe o dedo mais pequeno nos beiços.

173. Por pae, poem o dedo polegar sobre o outro dedo polegar ã travês.

174. Por madre, fecto o signal do padre, faze signal de femea.

175. Por irmãao, junta hũ dedo demonstrador cõ o outro ã longo.

176. Por irmãa, fecto o signal do irmãao, faze signal de femea.

177. Por parête, jũta o dedo meãao cõ o meãao ⁽²⁵⁵⁾ da parte de cima da mão.

⁽²⁴⁷⁾ B e C omitem signal de.

⁽²⁴⁸⁾ B e C omitem ou de sagral.

⁽²⁴⁹⁾ B e C omitem o sinal de servidor de cozinha.

⁽²⁵⁰⁾ fecto o signal do servidor, faze signal d'abbade] C ho sinal faze de abbade e ho sinal de servidor.

⁽²⁵¹⁾ B e C omitem ou do frade.

⁽²⁵²⁾ dedo asi como] B e C dedo da mão dereyta como.

⁽²⁵³⁾ B e C ho.

⁽²⁵⁴⁾ B e C pobres.

⁽²⁵⁵⁾ com o meãao] B e C com ho outro dedo meão.

SIGNAAES DIFFERENTES

178. Por proveza, jûta as unhas dos dedos polegares e fazê asi como quem mata pulgas e ⁽²⁵⁶⁾ piolhos.

179. Por preegar, fazê com o dedo hûa cruz nos beiços.

180. Por diaboo, fazê cõ os dedos da mão seestra spargidos ⁽²⁵⁷⁾ semelhãça de hunha d'ave e poynos ⁽²⁵⁸⁾ asi na barba, como quẽ a ⁽²⁵⁹⁾ quer spedaçar ⁽²⁶⁰⁾.

181. Por grãao, jûta anbalas mãaos, asi como quem quer a alguẽ lançar grãao.

182. Por falar, teem a mão cõtra a boca e movea asi.

183. Por calar, põe a mão sobre o dedo demonstrador.

184. Por ouvir, move o dedo cõtra a orelha ou tãge o furo della.

185. Por nõ saber, traze o dedo demonstrador ante o nariz de-recto, movêdoo.

186. Por negar, põe o bico de ⁽²⁶¹⁾ o dedo demonstrador so o polegar e fazeo saltar.

187. Por mêtir, cõ o dedo demonstrador esfrega a barba de soo o beiço, asi como quẽ ûta ⁽²⁶²⁾.

188. Por beigar ⁽²⁶³⁾, põe o dedo demo... ⁽²⁶⁴⁾.

189. *[Por sinall de fim, alevãta ho dedo polegar e ho demon-
trador abertos nos olhos abayxados pera baixo, atee a barba, trazen-
doos pellos cabos dos beiços. fl. 123
(B)

190. Por sinall geeral de fruta, çarra a mão e mete ho dedo polegar antre os dedos çarrados e fazê como quẽ cheyra.

191. Por hyr, çarra a mão direita e estende ho dedo mostra-
dor pera fûdo e fazê assy como quẽ vay.

⁽²⁵⁶⁾ B e C ou.

⁽²⁵⁷⁾ da mão seestra spargidos] B e C de hûa mão spargidos.

⁽²⁵⁸⁾ B e C põe.

⁽²⁵⁹⁾ B e C omitem a.

⁽²⁶⁰⁾ C espadar.

⁽²⁶¹⁾ No ms., do.

⁽²⁶²⁾ C termina com o sinal de mentir, acrescentando Finis, depois da lista de sinais.

⁽²⁶³⁾ Por beigar] B Por sinall de beijar.

⁽²⁶⁴⁾ A termina com esta palavra mutilada (certamente demonstrador), por faltar a folha seguinte do cód. alc. 218. Completamos o que falta com o apó-grafo B, mas continuamos a numeração dos sinais, como se não houvesse interrupção alguma. Neste apógráfico, o sinal de beijar é como segue: Por sinall de beijar, põe a mão da parte de fora nos beiços.

fl. 123 v.
(B)

192. *Por sinall de vinr, faze esse mesmo sinall pello contrayro, assy como quem tira pera ssy.

193. Por sinal de estaar queedo, estende o braço direyto com a mão e a palma pera baixo, movêdoo hũa ou duas vezes.

194. Por sinall de cõvemto, estende a mão e a palma vira pera cima e movea assy pera hũa parte e pera outra, que he sinall de cousa manssa.

195. Por sinal de vir presto, estende a mão, a palma pera baixo, e enclina os dedos juntos pera baixo, hũa ou duas vezes.

196. Por sinall de sinall, faze hũa cruz com o demonstrador no meo da palma, que quer dizer que faças sinal a outrẽ do que ha de dizer.

197. Por sinal de guardar, põe a palma da mão direyta polla parte de fora da ezquerda dos dedos e os dedos pera cima ãclinados.

198. Por sinall de cousa baixa em terra, poem ho dedo meam da mão direyta cõ ho bico pera baixo e os outros estendidos.]

Cód. Alc. 91

(Z)

*Como o silêncio seja chave da Religião e da sancta escriptura fl. 1
seja tanto louvado e o muyto falar seja tanto vituperado e por nossos
padres são Bento e são Bernardo e outros sanctos sejamos per
exemplos [e] escripturas ensinados, dina cousa he, pera noos dina-
mête o guardar, que ordenemos algũs sinaes, os quaes usados serão
freyo da lingoa. Porẽ, porque Salamõ diz ser dom de Deus a lingoa
bem regida, roguemos a nosso senhor cõ o propheta dizendo: *Pone
domine custodiam ori meo et ostium circumstantie labiis meis.*

TITOLO PRIMEYRO, DAS COUSAS DA IGREJA

Primeyramente da casa

1. Por sinal de casa, ajũta as mãos estendidas pera çima, cõ as
cabeças dos dedos jũtos, abrido per bayxo as mãos.

Igreja

2. Por sinal de igreja, faze sinal de casa. E assinate cõ o sinal
da cruz.

Livro

3. Por sinal de livro, estende a mão direyta, canteãdoa como
folha que se volve.

Liçoeyro

4. *Por sinal de liçoeyro das noctes, fecto sinal de livro, faze fl. 1 v.
sinal de lição, que he poer o segũdo dedo da mão dereyta êcurvado
em os peytos, trazendo o de hũa parte a outra, como quẽ tira çera
e logo põe os quatro dedos da dicta mão sobre a sobrãçelha do olho
dereyto, os dedos êcolhidos, que senifica nocte.

Responsorio

5. Por sinal de responsorio, faze sinal de livro e de responso, que he poer a cabeça do dedo polegar da mão dereyta debayxo do dedo segúdo da dita mão, correndo cõ elle por çima do dedo polegar, de bayxo pera çima, duas ou tres vezes.

Antiphoneyro

6. Por sinal de livro de antiphonas, feyto sinal de livro, faze sinal de antiphona, que he trazer o dedo polegar da mão dereyta sobre o segúdo dedo da dita mão, de bayxo pera çima, duas vezes. E trazendoo ao contrayro sinifica verso.

Hymnorio

7. Por sinal de hymnorio, fecto o sinal de livro, faze o sinal de hymno, que he estender o dedo polegar jũto cõ o segúdo dedo e abrillos e çarrallos pera çima, duas vezes. E fazêdo pollo contrayro
n. 2 *sinifica gloria.

Collectaneo

8. Por collectaneo, fecto o sinal de livro, traze os çinco dedos da mão dereyta sobre o coração darredor, duas ou tres vezes.

Psalteyro

9. Por salteyro, fecto sinal de livro, põe os çico dedos da mão dereyta jũtos sobre a cabeça, cõ as pontas pera bayxo, que sinifica rey.

Brivia

10. Por brivya, fecto sinal de livro, faze o sinall da cruz em a boca, que sinifica preegar.

Missal

11. Por missal, fecto sinal de livro, assinate cõ o sinal da cruz, que sinifica missa.

Pistoleyro

12. Por pistoleyro, fecto sinal de livro, faze o sinal da cruz em os peytos.

Evangeliorum

13. *Por evangeliorû, feyto o sinal de livro, faze o sinal da fl. 2 v.
cruz na fronte ou testa.

Alleluya

14. Por alleluya, levanta a mão dereyta e, cõ os dedos abertos, faze sinal de voar e logo de cantar, que he trazer a mão êcurvada diante da boca, duas ou tres vezes.

Verso

15. Por sinal de verso, faze sinal de antiphona ao contrayro.

Trato

16. Por sinal de tracto, traze a mão dereyta pollo ventre de bayxo pera çima, e faze sinal de câtar.

Regra

17. Por regra, fecto sinal de livro, põe os dedos segundo e terçeyro da mão dereyta em çima da orelha dereyta, que senifica abbade.

Ordem

18. Por sinal de ordem, leva o dedo polegar pollas cabeças dos dedos da mão ezquerda do dedo pequeno atee o primeyro.

*** Desordem**fl. 3

19. Por sinal de desordẽ, faze pollo contrayro de ordem, começando no primeyro e acabar no derradeyro.

Definções

20. Por definções, faze o sinal sobre dicto sobre o dedo do meo e o segũdo da mão ezquerda.

Usos

21. Por usos, faze sinal de livro e de ordem.

Coro

22. Por coro, ajûta os dedos segûdos e os pequenos de ambas as mãos e alevâtaos pera çima e os outros dedos êcolhydos pera bayxo, antre as mãos.

Estante

23. Por estante, faze sinal de pao, que he dar cõ a mão de canto, a dereyta na ezquerda.

Esconsa

fl. 3 v. 24. Por sinal de esconsa, põe as mãos juntas *alevâtadas pera çima, debayxo çerradas e de çima abertas, fazendo coro cõ todos os dedos.

Lampada

25. Por lampada, faze sinal de esconsa e despoys de azeyte, que he poer os dedos segûdo e terçeyro da mão dereyta nas costas da mão ezquerda, esfregando duas ou tres vezes.

Castiçal

26. Por sinal de castiçal, alça a mão pera çima, estendêdo o dedo do meo e os outros êcolhidos.

Çiryo

27. Por sinal de çiryo, ajunta todos os dedos da mão dereyta e assi alevantaos pera çima.

Calez

28. Por sinal de calez, faze sinal de vaso, que he leuantar os tres dedos primeyros da mão dereyta abertos pera çima e os outros dous êcolhidos e faze sinal de prata, que he tocar cõ o dedo segûdo e os dentes duas vezes.

Patena

fl. 4 29. *Por sinal de patena, estende as mãos trazêdo a dereyta sobre a ezquerda, a palma pera ryba, trazendoa darredor, e despoys faze sinal de prata.

Corporaes

30. Por corporaes, faze sinal de pano, que he trazer os dedos hũs sobre os outros duas ou tres vezes, e faze sinal de sancto, que he juntar os dedos da mão dereyta e pollos sobre o hõbro dereyto.

Pedra d'ara

31. Por pedra d'ara, faze sinal de pedra, que he dar cõ tres dedos da mão dereyta jũtos em a testa e faze sinal de sancto.

Galhetas

32. Por ampolas ou galhetas, ajũta os dous dedos primeyro e segũdo e os outros estendeos, tẽdo a mão de canto.

Ostia

33. Por sinal de ostia, faze cõ o dedo polegar e cõ o segũdo dedo hũ cerco e assi o mostra, cõ os outros dedos levantados pera çima.

* Ostia pequena

fl. 4 v.

34. Por ostia pequena, faze sinal de ostia e despoys amostra o dedo pequeno.

Sacrario

35. Por sacrario, faze sinal de ostia e de casa.

Comunhão

36. Por sinal de comũgar, ajũtarás a cabeça do dedo polegar cõ a do segũdo dedo e os outros tres dedos alevantados pera çima e assi os levarás à boca atravees, abayxãdo os dedos pera fundo.

Toribolo

37. Por sinal de toribolo, faze como quẽ eçensa com o braço.

Naveta

38. Por sinal de naveta, estende a mão e aperta os dedos ã longo e levaos ao nariz, como quẽ cheyra.

Ençeso

- fl. 5 39. *Por sinal de êçenso, faze primeyro sinal de terra, que he ajûtar os primeyros dedos pera bayxo, como quẽ moe algũa cousa antre os dedos, e despoys trazeos aos narizes, como quẽ cheira.

Brasas

40. Por sinal de brasas, estende a mão curva e aberta pera çima e sopra sobre ella.

Servir a missa

41. Por sinal de servir a missa, estende o primeiro dedo e o segûdo da mão dereyta jûtos e os outros tres êcolhidos e assi manea a mão duas ou tres vezes pera bayxo e assinate despoys cõ o sinal da cruz.

Ajudar a missa

42. Por sinal de ajudar a missa, ajûta os dedos segûdos de ambas as mãos, estendêdoos pera bayxo. E por sinal de missa, assinate cõ o sinal da cruz.

Augoa benta

43. Por augoa benta, faze sinal de augoa, que he ajûtar todos os dedos da mão dereyta pera çima, e abreos e çarraos duas vezes
fl. 5 v. e* faze sinal de sancto, que he poer todos os çinco dedos da mão dereyta sobre o ombro direito.

Altar

44. Por sinal de altar, ajûta as mãos de câto abertas e apartaas hûa ou duas vezes.

Porta paz

45. Por sinal de porta paz, põe os dedos segûdo e terçeyro sobre os beyços.

TITOLO DAS ORAS DO DIA

Prima

46. Por sinal de prima, toca cõ o dedo segûdo da mão dereyta em a cabeça do dedo segûdo da outra mão.

Terça

47. Por sinal de terça, toca cõ o dicto dedo âtre o segũdo e o terçeyro da mão ezquerda.

Sexta

48. Por sinal de sexta, toca cõ o dicto dedo âtre o terçeyro e o quarto dedo da mão ezquerda.

*** Noa**

fl. 6

49. Por sinal de noa, toca cõ o dicto dedo em a cabeça do quarto dedo da mão ezquerda.

Vesperas

50. Por sinal de vesperas, toca cõ o dicto dedo antre o quarto e quinto dedo da mão ezquerda.

Cõpletas

51. Por sinal de cõpletas, faze o mesmo sinal em a cabeça do quinto dedo da mão ezquerda.

Sancto

52. Por sinal de sancto, ajũta todos os çinco dedos da mão dereyta e põenos em çima do ôbro dereyto.

Anjo

53. Por sinal de anjo, levâta a mão estendida e faze sinal de voar, maneãdo os dedos, e faze sinal de sancto.

Apostolo

54. Por sinal de apostolo, traze a mão dereyta *des o ombro dereyto pera bayxo, atee o ombro ezquerdo, e tornaa ao cõtrayro e faze sinal de sancto.

fl. 6 v.

Evāgelista

55. Por sinal de evāgelista, faze sinal de sancto e de evangelho.

Bispo sancto

56. Por sinal de bispo, faze sinal de sancto e despoys põe a mão dereyta estendida sobre a testa o de dentro pera fora, que senifica mitra.

Martire

57. Por sinal de martire, feyto o sinal de sãcto, põe a mão dereyta sobre o pescoço e faze como quem corta.

Confessor

58. Por sinal de confessor, faze sinal de sancto e de confissão, que he poer os dedos següdo e terçeyro jûtos sobre o coração e despoys levas a boca.

Abbate sancto

- fl. 7 59. Por sinal de abbade, fecto sinal de sancto, *faze sinal de abbade, que he levar dous dedos a cabeça sobre a orelha dereyta.

Por virgê sancta

60. Por sinal de virgê, faze sinal de sancto e de molher, que he trazer o següdo dedo da mão dereyta polla testa através contra a parte dereyta.

TITOLO DAS VIANDAS**Primeyramente do pão**

61. Por sinal de pão, traze as mãos hũa sobre a outra, duas ou tres vezes, como quẽ tẽde pão.

Meo pão

62. Por sinal de meo pão, põe os quatro dedos da mão dereyta jûtos, antre os quatro dedos da mão ezquerda, e faze sinal de pão.

Torta ou bolla

63. Por sinal de torta, feyto sinal de pão, faze hũa cruz no meo da pallma da mão ezquerda.

Empada

64. Por sinal de empada, feyto sinal de pão, encurva os dedos da mão esquerda pera çima e *cô a outra mão cava em ella, como fl. 7 v. quẽ tira massa.

Pitança

65. Por sinal de pitança, põe o dedo polegar da mão dereyta sobre o segũdo dedo da dicta mão e fazê como quem conta dinheyro.

Carne

66. Por sinal de carne, toma cô [o] dedo polegar e o dedo segũdo da mão dereyta da pollpa da outra mão esquerda.

Ovo

67. Por sinal de ovo, traze o segũdo dedo da mão dereyta da-redor da pallma da mão esquerda, como quem bate oovos.

Leyte

68. Por sinal de leyte, põe a cabeça do dedo pequeno na boca, à semelhaça de menyno que mãma.

Queijo

69. Por sinal de queijo, bate cô os tres dedos da mão dereyta em a palma da mão esquerda, *duas ou tres vezes. fl. 8

Queyjo fresco

70. Por sinal de queyjo fresco cu requeyjão, feyto sinal de queyjo, fazê sinal de cousa nova, que he por dous dedos em a testa.

Mel

71. Por sinal de mel, tira hũ pouco a lingoa e toca cô o segũdo e terçeyro dedos, como quem lambe.

Manteyga

72. Por sinal de manteyga e nata, fazê sinal de queyjo e acreçetalhe sinal de cousa brãca, que he tocar cô o dedo abayxo da maçaã do rosto.

Azeyte

73. Por sinal de azeyte, põe o següdo e terçeyro dedos da mão dereyta nas costas da mão ezquerda, esfregãdo duas ou tres vezes.

Vinho

74. Por sinal de vinho, põe o dedo següdo sobre os beyços, que toque a cabeça do dedo na ponta do nariz.

fl. 8 v.

*** Vinho brãco**

75. Por sinal de vinho brãco, feyto o sinal de vinho, põe o dedo atravessado sobre a sobrançelha, que senifica branco.

Vinagre

76. Por vinagre, feyto o sinal de vinho, põe o dedo següdo a parte dereyta da gargãta e faze como quem rasca.

Sal

77. Por sinal de sal, faze cõ o següdo e terçeyro dedos da mão dereyta poendoos sobre o dedo polegar da dicta mão e esfregaos como quem deyta sal em algũa cousa.

Pimëta

78. Por sinal de pimëta, toca cõ os dedos da mão dereyta na palma da mão ezquerda.

Augoa

79. Por sinal de augoa, ajüta todos os dedos da mão dereyta pera çima e abreos e çarraos duas vezes.

Verdura

fl. 9

80. *Por sinal de verdura, põe a ponta do ⁽²⁶⁵⁾ dedo segundo da mão dereyta sobre a cabeça do outro següdo dedo da mão ezquerda e faze como quem fura.

(265) *No ms., de.*

Caldo de verdura

81. Por caldo de verdura, faze sinal de escudela, que he a mão curva, a palma pera çima, e faze sinal de verdura.

Caldo de legumes

82. Por sinal de caldo de legumes ou de outra cousa, estende a mão dereyta, a palma pera çima, e encurva o dedo polegar.

TITOLO DOS PESCADOS**Pescado**

83. Por sinal geral de pescado, faze cõ a mão dereyta a hũa parte e a outra, como faz o peyxe na agoa.

Pescada

84. Por sinal de pescada, feyto sinal de sal e de pescado, çarra as mãos ã longo e abreas.

Mostarda

85. *Por sinal de mostarda, põe o punho da mão dereyta sobre a palma da mão ezquerda e faze como quẽ moe algũa cousa e aperta os narizes cõ dous dedos. fl. 9 v.

Congro

86. Por sinal de congro, feyto o sinal de pescado, toma cõ dous dedos de hũa mão pello couro da outra, assi como quem alevanta.

Enguya

87. Por sinal de enguya, çarra ambas as mãos e põe hũa sobre a outra e faze como se te quisesse fugir e a retens.

Barbo

88. Por sinal de barbo, feyto sinal de pescado, toca cõ a mão na barba de hũa parte e da outra.

Truyta

89. Por sinal de tuyta, feyto sinal de pescado faze sinal de mulher, que he ter o dedo segundo da mão dereyta de hũa sobraçelha a outra.

Sardinha

- fl. 10 90. *Por sinal de sardinha, feyto sinal de pescado amostra o dedo pequeno.

Lamprea

91. Por lamprea, feyto sinal de pescado, faze semelhãça de pontos cõ o dedo no rosto debayxo dos olhos, que senificão os buracos que ellas tõe.

Polvo

92. Por polvo, feyto sinal de pescado, estende os dedos abertos pera bayxo e bule cõ elles.

Salsa

93. Por sinal de salsa, faze como quẽ pisa cõ o punho da mão dereyta ẽ a palma da mão ezquerda.

TITOLO DAS FRUYTAS**Pera**

94. Por sinal de pera, çarra todos os dedos da mão dereyta juntos e despoys cõ o primeyro e segũdo dedos faze que a tens dependurada.

Cermenhos

- fl. 10 v. 95. Por çermenho, faze sinal de pera e de cou*sa pequena.

Cereyjas

96. Por sinal de çereyjas, faze cõ os dedos como quem as tem pollos pees.

Ginjas

97. Por ginjas, faze sinal de cereyjas e põe o segũdo dedo em a maçãa do rosto.

Amexea

98. Por amexea, faze sinal de durazio e amostra o dedo pequeno.

Alcorques

99. Por alcorques, faze sinal de amexea e acreçenta sinal de vermelho, que he poer o dedo na maçãa do rosto.

Uvas

100. Por sinal de uvas, traze os dedos da mão dereyta ao redor dos dedos da mão ezquerda per fora e despoys faze como quẽ as come.

Figos

101. *Por sinal de figos, ajunta os dedos da mão ezquerda pera cima e, cõ os dedos da outra mão, faze como quẽ lhe tira a casqua.

Pessego durazio

102. Por sinal de pessego durazio, çarra o punho e faze sinal de cousa dura, que he dar cõ o segũdo dedo da mão dereyta na testa.

Pessego molar

103. Por pessego molar, faze sinal de pessego durazio e despoys faze como quẽ o parte cõ a mão.

Marmelo

104. Por sinal de marmelo, çarra o punho da mão dereyta e cubrio cõ a mão ezquerda.

Maçãa

105. Por sinal de maçãa, çarra o punho e levao ao nariz, como quẽ cheyra, e faze sinal de cousa vermelha.

Romãa

106. Por romãa, faze sinal de marmelo e despoys de cousa vermelha, que he por o segũdo dedo na maçãa do rosto.

fl. 11 v.

*** Laranja**

107. Por sinal de laranja, çarra todos os dedos e assi jûtos chegaos ao nariz, como quẽ cheira.

Cidra

108. Por çidra, faze sinal de larãja e sinal de grande ⁽²⁶⁶⁾, que he mostrar o dedo polegar.

Limão

109. Por sinal de limão, çarra todos os dedos e amostra o pequeno.

TITOLO DA ORTALIÇA**Couves**

110. Por sinal de couves, estende a mão ezquerda e, com a outra mão, toma os dedos e faze como quẽ as parte pera as meter na panela.

Alfaçe

111. Por sinal de alfaçe, ou cousa verde, põe a cabeça do dedo segûdo da mão dereyta sobre a cabeça do dedo segûdo da mão ezquerda e faze como quẽ fura.

Cebola

fl. 12 112. *Por sinal de çebola, çarra o punho e põeno diante da boca e sopra sobre elle.

Alho

113. Por sinal de alho, põe a cabeça do dedo polegar diante dos beyços e sopra sobre elle.

Porro

114. Por sinal de porro, ajûta a ponta do dedo polegar e do segundo e amostraos e estêde o braço ezquerdo e, cõ a outra mão, faze como quem alimpa porretas.

(266) *No ms., grandre.*

Espinafres

115. Por sinal de espinafres ou çelgas, faze sinal de couves e estende o dedo pequeno.

Abobora

116. Por sinal de abobora, çarra o punho e tẽno dependurado pera bayxo, andãdo cõ elle darredor.

Melão

117. Por sinal de melão, alevanta o punho dereyto pera çima e moveo darredor.

*** Pepino**

fl. 12 v.

118. Por sinal de pepino, ajũta todos os dedos da mão dereyta, estendẽdoos, e alevanta o braço pera çima.

Cogombro

119. Por sinal de cogombro, alevãta o braço e estende o dedo segũdo hũ pouco encurvado.

TITOLO DAS ALIMARIAS**Animal**

120. Por sinal geral de animal, toma cõ o primeyro e segũdo dedos da mão dereyta os cabellos da testa.

Boy

121. Por sinal de boy, faze sinal de animal e despoys de coornos em a testa.

Carneyro

122. Por carneyro, faze sinal de animal e despoys põe o dedo segũdo da mão dereyta ẽ çima da orelha ẽrodilhado, que senifica corno torçido.

Porco

123. *Por sinal de porco, feyto sinal de animal, põe o dedo segũdo emcurvado na testa. fl. 13

Cão

124. Por sinal de cão, fazê sinal de animal e despoys, cõ o dedo segûdo, secude a orelha.

TITOLO DAS AVES

125. Por sinal de ave, fazê cõ as mãos como quẽ voa.

Galinha

126. Por galinha, fazê sinal de voar e de comer.

TITOLO DOS INSTRUMÊTOS**Enxada**

127. Por sinal de enxada, fazê cõ as mãos curvas como quem cava.

Relógio

128. Por sinal de relógio, traze a mão dereyta darredor da esquerda, como rodas.

Caldeyra

fl. 13 v. 129. *Por sinal de caldeyra, estende a mão dereyta, a palma pera cima, e cõ todos os dedos jûtos da mão esquerda dá nas costas da mão dereyta e fazê sinal de cousa negra.

Escudela

130. Por sinal de escudela, estende a mão dereyta e encurva o dedo polegar.

Salseyro

131. Por sinal de salseyro, encurva a mão esquerda hũ pouco e, cõ os tres dedos primeyros da mão dereyta, fazê como quem pisa.

Salseyra

132. Por salseyra, fazê sinal de escudela e amostra o dedo pequeno.

Culher

133. Por sinal de colher, leva os dedos primeyro e segũdo da mão dereyta à boca, como quẽ come com colher.

Baço

134. Por sinal de baço, estende a mão dereyta *da parte de fl. 14 fora sobre a palma da mão ezquerda e anda darredor com ella.

Copa

135. Por sinal de copa, alça tres dedos da mão dereyta pera çima.

Rodoma

136. Por rodoma de vidro, faze sinal de copa pera bayxo.

Pichel

137. Por sinal de pichel, encurva o dedo segundo pera çima, a mão çarrada.

Cantaro

138. Por cantaro, faze o sinal sobre dicto com dous dedos.

Talha

139. Por talha, faze o sinal sobre dicto cõ tres dedos.

Cutelo ou faca

140. Por sinal de faca, traz o dedo segundo da mão dereyta sobre o segũdo da mão ezquerda, como quem corta.

*** Baynha**

fl. 14 v.

141. Por sinal de baynha, çarra os punhos de ambas as mãos e põe o dereyto sobre o ezquerdo, como quẽ mete cutelo na baynha.

Prego

142. Por sinal de prego, estende o dedo segũdo da mão ezquerda e dalhe cõ o punho da mão dereyta, como faz o ferreyro cõ o martelo.

Lume

143. Por sinal de lume, sopra em o dedo segundo.

Candea

144. Por sinal de candea, esfrega as mãos hũa com outra e faze sinal de lume.

Cera

145. Por sinal de çera, põe a palma da mão dereyta sobre a palma da mão esquerda e faze como quem faz candeas.

Trigo

- fl. 15 146. Por sinal de trigo, traze a cabeça do dedo *polegar da mão dereyta sobre a cabeça do dedo polegar da mão esquerda, ambos canteados.

Cevada

147. Por çevada, faze sinal de trigo e acreçenta sinal de animal.

Tinteyro

148. Por sinal de tinteyro, çarra o punho esquerdo e, cõ o dedo segũdo da mão dereyta, faze como quem toma tinta.

Papel

149. Por papel, faze sinal de pano, que he trazer os dedos de ambas as mãos hũs sobre os outros, e faze sinal de escrever.

Escrever

150. Por sinal de escrever, faze como quẽ escreve sobre o dedo segũdo da mão esquerda.

Tisouras

151. Por sinal de tisouras, estende os dedos segũdo e terceyro e çarraos e abreos, como quẽ corta, tendo os outros çarrados.

*** Agulha**

152. Por sinal de agulha, faze como quẽ a tõe na mão e a enfia.

Linhas

153. Por sinal de linhas, ajûta os dedos de ambas as mãos e despoys apartaos.

Chave

154. Por chave, faze como quem desfecha.

Abrir

155. Por sinal de abrir, ajûta as mãos estendidas e despoys tor-naas a abrir, apartandoas.

Çarrar

156. Por sinal de çarrar, fecha os dedos segundos de ambas as mãos.

Varrer

157. Por sinal de varrer, traze a palma da mão dereyta sobre a palma da mão ezqueda atravessada, maneandoa duas vezes pera fora.

Leer

158. *Por sinal de ler, põe o dedo segûdo nos peytos estendi-do, com a ponta nos peytos. ff. 16

Cantar

159. Por sinal de cantar, traze a mão encurvada diante da boca, duas ou tres vezes.

Aprender

160. Por sinal de aprender, põe a mão dereyta estendida e en-curvada diante ⁽²⁶⁷⁾ do coração, assi como quẽ deseja algũa cousa.

Não sey

161. Por sinal de não sey, traze o dedo segûdo da mão dereyta diante do rosto duas ou tres vezes.

(267) *no ms., dianta.*

Venia

162. Por sinal de venia, põe as ⁽²⁶⁸⁾ mãos ambas encurvadas e o chão, sobre a borda da saya ou cogula.

Oração

163. Por sinal de oração, leva as mãos juntas ao çeo duas vezes.

Contar

164. Por sinal de cōtar, faz como quē cōta pollos dedos.

fl. 16 v.

*** Liçêça**

165. Por sinal de liçença, leva a mão dereyta pollos peytos, começãdo da parte ezquerda pera a dereyta.

Falar

166. Por sinal de falar, põe os dedos segũdo e terçeyro sobre os beyços e tiraos loogo.

Ouvir

167. Por sinal de ouvir, põe o dedo segũdo na orelha.

Calar

168. Por sinal de calar, põe o segũdo dedo sobre os beyços, tendo a boca çarrada.

Mentir

169. Por sinal de mentir, traze o segũdo dedo através, debayxo do beyço.

Comer

170. Por sinal de comer, ajunta a cabeça do dedo polegar cō a do segũdo e assi os levarás a boca.

Beber

fl. 17 171. *Por sinal de beber, põe o dedo segũdo encurvado sobre os beyços.

(268) *No ms., a.*

Sangria

172. Por sinal de sangria, toca cõ os dedos primeyro e segũdo ã o braço ezquerdo, como quẽ sangra.

Ver

173. Por sinal de ver, põe o segũdo dedo debayxo do olho.

Lavar

174. Por sinal de lavar, traze a mão dereyta sobre a ezquerda, sobre a façe da mão.

Toalha

175. Por sinal de toalha, põe ambas as mãos estẽdidas diante dos peytos e faze cõ hũa pera dẽtro e outra pera fora duas ou tres vezes.

Cousa fermosa

176. Por sinal de cousa fermosa, toca cõ a ponta do ⁽²⁶⁹⁾ segũdo dedo ã a maxilha do rosto.

Cousa negra

177. Por sinal de cousa negra, põe a mão de canto so*bre a fl. 17 v. sobrançelha.

Vergonha

178. Por sinal de vergonha, põe a mão dereyta no rosto cõ os dedos abertos e assi os tira.

Fryo

179. Por sinal de frio, tem os dedos abertos pera bayxo, maneãdo a mão duas vezes.

Quẽtura

180. Por sinal de quẽtura, faze o dicto de frio ao contrayro, pera çima.

(269) *No ms., de.*

TITOLO DAS VESTIDURAS

Cogula

181. Por sinal de cogula, toma cõ a mão a vestidura dos pectos.

Saya mayor

182. Por sinal de saya ou abito, toma o canto da manga dereyta cõ a mesma mão.

Saya pequena

- fl. 18 183. Por sinal de saya pequena, faze o mesmo sinal e *amoos-
tra o dedo pequeno.

Bentinho

184. Por sinal de bẽtinho ou breve, toma cõ tres dedos a vesti-
dura dos pectos.

Escapulayro

185. Por sinal de escapulayro, toma o capelo por diante polla
borda de bayxo, cõ dous dedos.

Capa

186. Por sinal de capa, toma cõ tres dedos a boca do capelo.

Calças

187. Por sinal de calças, tẽe a perna cõ a mão e faze como quẽ
calça.

Çapatos

188. Por sinal de çapatos, moostra o pee e, com os dous dedos
primeyros da mão dereyta, faze duas vooltas darredor do pee.

Cinta

189. Por sinal de çinta, faze como quẽ se çinge cõ ella.

fl. 18 v.

* Barrete

190. Por sinal de barrete, faze como quẽ o põe na cabeça e des-
poys faze sinal de pano.

Colchão

191. Por sinal de colchão, estende os dedos da mão dereyta jûtos e acreçêta sinal de dormir, que he poer a mão aberta nas queyxadas, e abayxa a cabeça, como quẽ dorme.

Manta

192. Por sinal de manta, estende os dedos de ambas as mãos e bẽe abertas moveas, como quẽ faz sinal de pano.

Cabeçal

193. Por sinal de cabeçal, põe o punho sobre a queyxada e faze como quem dorme.

TITOLO DOS OFFIÇIAES**Abbade**

194. Por sinal de abbade, põe o segûdo e terçeyro dedos sobre a orelha dereyta.

Prior

195. *Por sinal de prior, juntos o primeiro e segûndo dedos, fl. 19 levâtaos pera çima e os outros tres encolhidos.

Soprior

196. Por soprior, faze sinal de prior e amostra o dedo pequeno.

Mestre dos noviços

197. Por sinal de mestre dos noviços, faze sinal de soprior, volta a mão pera bayxo e acreçenta o sinal de noviço, que he por o segûdo e terçeyro dedos na orelha dereyta.

Sancristão

198. Por sancristão, faze sinal de monge e despoys faze como quẽ tange sino e como quẽ çarra e abre cõ chave.

Sosancristão

199. Por sosancristão, faze sinal de sancristão e amostra o dedo pequeno.

Cantor

200. Por cantor, faze sinal de monge e logo de câtor, que he trazer a mão curva diante da boca.

Socantor

fl. 19 v. 201. Por socantor, faze sinal de cantor e amostra *o dedo pequeno.

Monge

202. Por sinal de monge, toma cõ a mão toda a borda da boca do capelo.

Celareyro

203. Por sinal de çelareyro, moostra o dedo polegar, çarrando todos os outros dedos, e faze sinal de monge.

Soçelareyro

204. Por sinal de soçelareyro, faze o mesmo sinal e amostra o dedo pequeno.

Estaleyro

205. Por estaleyro, faze sinal de monge e de ospede, que he amostrar no chão algũa cousa de hũa parte a outra.

Porteyro

206. Por porteyro, feyto sinal de monge, faze sinal de porta, que he estender a mão dereyta, trazendoa a hũa parte e a outra, como quando se abre.

Enfermeyro

fl. 20 207. Por enfermeyro, faze sinal de mestre, que he por o dedo polegar ençima do nariz, e despoys faze sinal de enfermo, que he poer os dedos apar*tados sobre os peytos.

Barbeyro

208. Por barbeyro, faze sinal de mestre e despoys traze o dedo segũdo polla queyxada, como quẽ rapa barba.

Ortelão

209. Por sinal de ortelão, traze o segũdo dedo encurvado, como quẽ faz rasto.

Cozinheyro

210. Por cozinheyro, faze sinal de monge e despoys ajunta as mãos pera çima e mete os dedos polegares dentro e sopra sobre elles que senifica cozinha.

Refeytoreyro

211. Por refeytoreyro, faze sinal de servir e de comer.

Bolseyro

212. Por sinal de bolseyro, daa cõ o dedo polegar da mão de-reyta na palma da mão ezquerda.

Clerigo

213. Por sinal de clerigo, traze o dedo segũdo apar*tado da orelha, fazendo roda cõ elle. fl. 20 v.

Pobre

214. Por sinal de prove, da cõ a unha do dedo polegar da mão direita ençima da unha do dedo polegar da mão ezquerda, duas ou tres vezes.

Frade barbato

215. Por sinal de frade barbato, pega na barba cõ o primeyro e segũdo dedos.

Velho

216. Por sinal de velho, traze a mão estendida por diante da orelha.

Moço

217. Por sinal de moço, toca cõ o dedo pequeno duas vezes no beyço pera bayxo.

Pay ou mãy

218. Por sinal de pay ou mãy, põe o segũdo e terçeyro dedos da mão dereyta em a parte dereyta do nariz.

Filho

219. Por sinal de filho, põe o dedo pequeno no dicto lugar.

fl. 21

*** Claustra**

220. Por sinal de claustra, faze com a mão hũ grãde circo (270) darredor.

Granja

221. Por sinal de granja, põe o segũdo dedo da mão dereyta ã a fronte.

Sabedor

222. Por sinal de sabedor, toca cõ o dedo segũdo em çima do nariz.

Humilde

223. Por sinal de humylde, põe o dedo polegar debayxo da barba.

Soberbo

224. Por sinal de soberbo, põe o dedo polegar eçima da barba.

Papa

225. Por sinal de papa, traze a mão dereyta de ambos os ombros pera bayxo, atee fundo dos peytos, e faze o sinal da cruz.

Jesu Christo

226. Por sinal de Jesu Christo, alevãta o dedo segundo pera o çeeo, amostrãdo pera çima.

1547

(270) *Leitura duvidosa, por o código estar aqui roído pela traça.*

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS SINAIS

- Abade : A, 101 ; Z, 194.
 Abade santo : A, 33 ; Z, 59.
 Abóbora : Z, 116.
 Abrir : Z, 155.
 Absconsa : A, 56 ; Z, 24.
 Agora : A, 136.
 Água : A, 64 ; Z, 79.
 Água benta : Z, 43.
 Agulha : Z, 152.
 Ajudar à missa : Z, 42.
 Alâmpada : A, 28. Cf. Lâmpada.
 Alcorques : Z, 99.
 Aleluia : A, 15 ; Z, 14.
 Alface : Z, 111.
 Alho : A, 90 ; Z, 113.
 Altar : A, 26 ; Z, 44.
 Alvo : A, 132. Cf. Branco.
 Ameixa : Z, 98.
 Amêndoa : A, 93.
 Animal : Z, 120.
 Anjo : A, 29 ; Z, 53.
 Antífona : A, 14 ; Z, 6.
 Antifonário : Cf. Antifoneiro.
 Antifoneiro ou Livro das antífonas : A, 7 ; Z, 6.
 Apóstolo : A, 30 ; Z, 54.
 Aprender : Z, 160.
 Aquecidoiro : A, 144.
 Arenque : A, 79.
 Avampés : A, 46.
 Ave : Z, 125.
 Avelã : A, 94.
 Azeite : A, 66 ; Z, 25, 73.
 Bacio : Z, 134.
 Bainha : Z, 141.
 Baixo : A, 198.
 Barbeiro : Z, 208.
 Barbo : A, 80 ; Z, 88.
 Barine : A, 133.
 Barrete : Z, 190.
 Beber : A, 117 ; Z, 171.
 Beijar : A, 188.
 Bentinho : Z, 184.
 Bíblia : Z, 10.
 Bispo santo : Z, 56. Cf. Confessor bispo.
 Boi : A, 98 ; Z, 121.
 Bola : Z, 63.
 Bolo : A, 60.
 Bolsaria : A, 151.
 Bolseiro : A, 108 ; Z, 212.
 Bom : A, 120.
 Bragas : A, 44.
 Branco : Z, 72, 75. Cf. Alvo.
 Brases : A, 23 ; Z, 40.
 Cabeçal : Z, 193.
 Cabido : A, 143.
 Cabrito : A, 100.
 Calar : A, 183 ; Z, 168.
 Calças : A, 45 ; Z, 187.
 Caldeira : A, 55 ; Z, 129.
 Caldo de legumes : Z, 82.
 Caldo de verdura : Z, 81.
 Cálix : A, 24 ; Z, 28.
 Câmara do abade : A, 148.
 Câmara do prior : A, 149.
 Candeia : Z, 144.
 Cantar : Z, 159, 200.
 Cântaro : Z, 138.
 Canto : A, 17.
 Cantor : A, 105 ; Z, 200.
 Cão : A, 97 ; Z, 124.
 Capa : A, 49 ; Z, 186.
 Carne : A, 96 ; Z, 66.
 Carneiro : A, 99 ; Z, 122.
 Casa : A, 137 ; Z, 1.

- Castiçal : Z, 26.
 Cebola : Z, 112.
 Cebola (peixe) : A, 75.
 Celeireiro ou Celareiro : A, 110 ; Z, 203.
 Celeiro : A, 146.
 Cera : Z, 145.
 Cereja : A, 85 ; Z, 96.
 Cermenhos. Cf. Soromenhos.
 Cerrar : Z, 156.
 Cevada : Z, 147.
 Chave : A, 36 ; Z, 154.
 Cidra : Z, 108.
 Cinta : A, 48 ; Z, 189.
 Círio : Z, 27.
 Clastra : A, 141 ; Z, 220.
 Clérigo : A, 160 ; Z, 213.
 Cogombro : Z, 119.
 Cogula : A, 40 ; Z, 181.
 Coisa já feita : A, 122.
 Colchão : Z, 191.
 Colecta : A, 5.
 Colectâneo : Z, 8. Cf. Livro colectar.
 Colher : Z, 133.
 Comer : A, 116 ; Z, 170.
 Completas : Z, 51.
 Comunhão : Z, 36.
 Confessor : A, 35 ; Z, 58.
 Confessor bispo : A, 32. Cf. Bispo santo.
 Confissão : Z, 58.
 Congro : A, 83 ; Z, 86.
 Contar : Z, 164.
 Convento : A, 194.
 Copa : Z, 135.
 Copeiro : A, 168.
 Corno : Z, 122.
 Coro : A, 140 ; Z, 22.
 Corporais : A, 27 ; Z, 30.
 Couves : Z, 110.
 Cozinha : A, 163 ; Z, 210.
 Cozinheiro : A, 164 ; Z, 210.
 Cubeiro : A, 147.
 Cutelo : Z, 140.
 Decorar : A, 16.
 Definições : Z, 20.
 Desordem : Z, 19.
 Despir : A, 115.
 Diabo : A, 180.
 Dormir : A, 113 ; Z, 191.
 Dormitório : A, 142.
 Duro : Z, 102.
 Empada : A, 62 ; Z, 64.
 Enfermaria : A, 153 ; Z, 207.
 Enfermeiro : A, 156 ; Z, 207.
 Enfermo : A, 157.
 Enguia : A, 76 ; Z, 87.
 Enxada : Z, 127.
 Epístola : A, 3.
 Epistoleiro ou Pistoleiro : Z, 12. Cf. Livro da epístola.
 Escapulário : A, 41 ; Z, 185.
 Esconsa : Cf. Absconsa.
 Escrever : Z, 150.
 Escudela : A, 52 ; Z, 130.
 Esmoler : A, 170.
 Espada : A, 38.
 Espinafres : Z, 115.
 Estaleiro : Z, 205.
 Estante : Z, 23.
 Estar quedo : A, 193.
 Evangeliorum : Z, 13. Cf. Livro do evangelho.
 Evangelista : A, 39 ; Z, 55.
 Excomungado : A, 127.
 Faca : Z, 140.
 Falar : A, 182 ; Z, 166.
 Favas : A, 91.
 Fêmea : A, 34, 78 ; Z, 89. Cf. Mulher.
 Figos : Z, 101.
 Filho : Z, 219.
 Fim : A, 189.
 Formoso : A, 129 ; Z, 176.
 Frade barbato : Z, 215. Cf. Frade converso.
 Frade converso : A, 161.
 Frio : A, 124 ; Z, 179.
 Fruta : A, 190.
 Galhetas : Z, 32.
 Galinha : Z, 126.
 Ginjas : Z, 97.
 Glória : Z, 7.
 Graal pequeno : A, 54.
 Grande : Z, 103.

- Granja : A, 128 ; Z, 221.
 Grão : A, 181.
 Guardar : A, 197.
 Hábito : Z, 182.
 Hinário ou Hinório : Z, 7.
 Hino : A, 12 ; Z, 7.
 Hortelão : A, 169 ; Z, 209.
 Hospital : A, 112.
 Hóstia : A, 18 ; Z, 33.
 Hóstia grande : A, 19.
 Hóstia pequena : A, 20 ; Z, 34.
 Humilde : Z, 223.
 Igreja : A, 138 ; Z, 2.
 Incenso : A, 21 ; Z, 39.
 Ir : A, 191.
 Irmã : A, 176.
 Irmão : A, 175.
 Jesus Cristo : Z, 226.
 João Baptista (S.) : A, 37.
 Lâmpada : Z, 25. Cf. Alâmpada.
 Lampreia : A, 77 ; Z, 91.
 Laranja : A, 87 ; Z, 107.
 Lavar : A, 119 ; Z, 174.
 Leigo : A, 162.
 Leite : A, 71 ; Z, 68.
 Ler : Z, 158.
 Leve : A, 130.
 Lição : Z, 4.
 Licença : Z, 165.
 Liçoeiro : Z, 4.
 Limão : Z, 109.
 Linhas : Z, 153.
 Livraria : A, 150.
 Livro : A, 1 ; Z, 3.
 Livro das antifonas. Cf. Antifoneiro.
 Livro colectar : A, 5. Cf. Colectâneo.
 Livro da epístola : A, 3. Cf. Epistoleiro.
 Livro do evangelho : A, 4. Cf. Evangeliorum.
 Livro missal : A, 2. Cf. Missal.
 Livro dos nocturnos : A, 6. Cf. Liçoeiro.
 Livro da regra : A, 9. Cf. Regra.
 Livro do responso : A, 8. Cf. Respon-sório.
 Livro saltério : A, 11. Cf. Saltério.
 Livro dos usos : A, 10. Cf. Usos.
 Longura : A, 17.
 Lume : Z, 143.
 Maçã : A, 84 ; Z, 105.
 Mãe : A, 174 ; Z, 218.
 Manhã : A, 132.
 Manso : A, 194.
 Manta : A, 50 ; Z, 192.
 Manteiga : Z, 72.
 Marmelo : Z, 104.
 Mártir : A, 31 ; Z, 57.
 Mau : A, 121.
 Mel : Z, 117.
 Melão : Z, 117.
 Mentir : A, 187 ; Z, 169.
 Mestre : Z, 207.
 Mestre de noviços : A, 107 ; Z, 197.
 Metade de pão : A, 59 ; Z, 62.
 Missa : A, 2 ; Z, 11.
 Missal : Z, 11. Cf. Livro missal.
 Mitra : Z, 56.
 Moço : A, 172 ; Z, 217.
 Monge : A, 159 ; Z, 202.
 Mostarda : Z, 85.
 Mulher : A, 34 ; Z, 60, 89. Cf. Fêmea.
 Não saber : A, 185 ; Z, 161.
 Naveta : Z, 38.
 Negar : A, 186.
 Negro : A, 131 ; Z, 177.
 Noa : Z, 49.
 Noite : Z, 4.
 Noviço : Z, 197.
 Novo : A, 107 ; Z, 70.
 Nozes : A, 92.
 Oração : Z, 163.
 Ordem : Z, 18.
 Ouvir : A, 184 ; Z, 167.
 Ovos : A, 73 ; Z, 67.
 Pai : A, 173 ; Z, 218.
 Pano : Z, 30, 192.
 Pão : A, 58 ; Z, 61.
 Papa : Z, 225.
 Papel : Z, 149.
 Parente : A, 177.
 Patena : A, 25 ; Z, 29.
 Paulo (S.) : A, 38.
 Pedra : Z, 31.

- Pedra de ara : Z, 31.
 Pedro (S.) : A, 36.
 Peixe : A, 74.
 Peixota : A, 82.
 Pepino : A, 95 ; Z, 118.
 Pera : A, 86 ; Z, 94.
 Pescada : Z, 84.
 Pescado : Z, 83.
 Pêssego durázio : Z, 102.
 Pêssego molar : Z, 103.
 Pichel : Z, 137.
 Pimenta : Z, 78.
 Pitança : A, 68 ; Z, 65.
 Pobre : Z, 214.
 Pobreza : A, 178.
 Polvo : Z, 92.
 Porco : Z, 123.
 Porro : A, 88 ; Z, 114.
 Porta : A, 123 ; Z, 206.
 Porta-paz : Z, 45.
 Porteiro : A, 154 ; Z, 206.
 Prata : A, 24 ; Z, 28.
 Pregar : A, 179 ; Z, 10.
 Prego : Z, 142.
 Prima : Z, 46.
 Prior : A, 102 ; Z, 195.
 Privadas : A, 152.
 Pulmento : A, 67.
 Queijada : A, 61.
 Queijo : A, 70 ; Z, 69.
 Queijo fresco : Z, 70.
 Quentura : A, 125 ; Z, 180.
 Rábão ou rábano : A, 89.
 Refeitoreiro : Z, 211.
 Refeitório : A, 145.
 Regra : Z, 17. Cf. Livro da regra.
 Rei : Z, 9.
 Relógio : Z, 128.
 Responso : A, 13 ; Z, 5.
 Responsório : Z, 5. Cf. Livro do responso.
 Rodoma : Z, 136.
 Romã : Z, 106.
 Ruivo : A, 134.
 Sabedor : Z, 222.
 Sacrário : Z, 35.
 Sacristão : A, 104 ; Z, 198.
 Sacristia : A, 139.
 Saia : A, 42.
 Saia maior : Z, 182.
 Saia pequena : A, 43 ; Z, 183.
 Sal : A, 69 ; Z, 77.
 Saleiro : A, 57.
 Salsa : Z, 93.
 Salseira : Z, 132.
 Salseiro : Z, 131.
 Saltério : Z, 9. Cf. Livro saltério.
 Sangria : Z, 172.
 Santo : Z, 30, 43, 52.
 Sapatos : A, 47 ; Z, 188.
 Sardinha : A, 81 ; Z, 90.
 Servidor : A, 167.
 Servidor do abade : A, 166.
 Servidor da cozinha : A, 165.
 Servidor do enfermo : A, 158.
 Servir à missa : Z, 41.
 Sexta : Z, 48.
 Sinal : A, 196.
 Soberbo : Z, 224.
 Soromenhos : Z, 95.
 Sub-bolseiro ou sobolseiro : A, 109.
 Subcantor ou socantor : A, 106 ; Z, 201.
 Subceleireiro ou socelheiro : A, 111 ; Z, 204.
 Subprior ou soprior : A, 103 ; Z, 196.
 Subsacristão ou *sosancristão* : Z, 199.
 Talha : Z, 139.
 Talhador : A, 53.
 Terça : Z, 47.
 Terra : Z, 39.
 Tesouras : Z, 151.
 Tinteiro : Z, 148.
 Toalha : Z, 175.
 Torta : Z, 63.
 Tracto : A, 17 ; Z, 16.
 Trigo : Z, 146.
 Truta : A, 78 ; Z, 89.
 Turíbulo : A, 22 ; Z, 37.
 Usos : Z, 21. Cf. Livro dos usos.
 Uvas : Z, 100.
 Varrer : Z, 157.
 Vaso : A, 51 ; Z, 28.
 Velho : A, 171 ; Z, 216.

Vénia : Z, 162.

Ver : A, 118 ; Z, 173.

Verde : Z, 111.

Verdura : A, 133 ; Z, 80.

Vergonha : A, 135 ; Z, 178.

Vermelho : A, 87 ; Z, 106.

Verso : Z, 6, 15.

Vésperas : Z, 50.

Vestiário : A, 155.

Vestir : A, 114.

Vila : A, 126.

Vinagre : A, 65 ; ~ 76.

Vinho : A, 63 ; Z, 74.

Vinho branco : Z, 75.

Vir : A, 192.

Vir presto : A, 195.

Virgem santa : A, 34 ; Z, 60.

Miscelânea

Nota toponímica

Etimologia de Gouveia

O Prof. José M. Piel tentou esclarecer a origem do topónimo *Gouveia* ⁽¹⁾, mas reconheceu logo que nenhuma das hipóteses por ele sugeridas satisfazia verdadeiramente.

Para facilidade de confrontos, lembremos aqui as suas palavras, que não são muitas: «A vila de Gouveia — escreve ele ⁽²⁾ — aparece no foral de Linhares, de 1169, com a forma *Gaudela*, no de Gouveia, 1186, com a de *Goudela*, cf. *Leges* 395, 453 e 454. O nome aparenta-se manifestamente com *Gouvães*, mas como? Se partirmos de *Gaudila* não se explica a pronúncia actual com o acento no -e-, se por outro lado admitirmos uma base *Gaud-ella*, com sufixo românico, nada justifica a supressão do -l- que deverá resultar de -ll-. A evolução normal de *Gaudila* está em *Goiva*».

Acrescentemos que a palavra *Gáudila*, documentada como antroponónimo em 944 ⁽³⁾, na impossibilidade de derivar dum elemento germânico *gaud-, vem explicada pelo lat. *gaudium* ou pelo antrop. *Gaudius* com o suf. germânico hipocorístico -ila [genit. -ilans ou -ilānis].

Na verdade, nenhuma das hipóteses apresentadas serve para explicar devidamente a origem de *Gouveia*. A primeira (*Gáudila*), que teria de ser pela forma do nom. com a sua acentuação proparo-

(1) V. este *Boletim*, IV, p. 39, ou a separata *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*, Lisboa, 1936, s. v. V. também *Goiva*.

(2) No texto refere-se apenas à vila de Gouveia (Guarda), de que há documentação antiga, mas no título do artigo cita outros exemplos, faltando, porém, *Gouveia*, Amarante (Porto), antiga *Gouveia-de-Riba-Tâmega*.

(3) A. Cortesão, *Onom. Med.*

xítona, não satisfaz realmente à pronúncia *Gouvea* / *Gouveia* (cfr. *Gôuvia* / *Goiva*). A segunda (**gaudella*), não só não satisfaz foneticamente, como até seria de formação destituída de verdadeiro fundamento. Com efeito, baseada implicitamente no lat. *gaudium* ⁽⁴⁾, o derivado latino-românico que naturalmente se devia esperar era **gaudiolum* e não **gaudella*, visto a base ter a sua vogal temática precedida doutra vogal. Compare-se com *monasteriolum* [> *mosteirô* / *mosteiró*], de *monasterium*, **palatiolu-* [> *Paçô*], de *palatium*, **eclesiola* [> *igrejô* / *Grijô*], de *ecclesia*, *nucleolus* [> *nucleôlo*] de *nucleus*, *vineola* [> *Vinhô*], de *vinēa*, **vacuōlu-* [> *vacúolo*], de *vacuum*, etc.

Postas, assim, de parte as duas hipóteses acima, é ocasião de dizermos já que a documentada forma medieval *Gaudela* (com *l* simples precedido de *e* longo) pode constituir precisamente o verdadeiro protótipo latino de *Gouveia*. A sua evolução seria perfeitamente normal, tanto assim que vários autores (A. Cortesão, A. Nascentes, J. Cornu, etc.) a dão como paradigmática.

Antes, porém, de prosseguirmos neste caminho notemos que a forma medieval *Gaudela* se documenta bastantes vezes, muito mais vezes do que a citação do Prof. Piel deixa perceber.

Sem dúvida muito mais antiga que as documentações conhecidas, encontramos *Gaudela* pela primeira vez numa bula do papa Inocêncio II, de 1135 ⁽⁵⁾, surge depois no foral de Linhares outorgado por D. Afonso Henriques em 1169 ⁽⁶⁾, embora actualmente se encontre principalmente em cópias com a confirmação de D. Afonso II, de 1217, vem a seguir o foral de Gouveia, de D. Sancho I (1186), onde, diferentemente do que se indica na citação supra, a palavra *Gaudela*, com esta forma, aparece dezenas de vezes (no texto de *Leges* precisamente 31 vezes e 1 na confirmação de D. Afonso II [1217], em que se encontra incluído) e somente uma vez a forma *Goudela*, por sinal corrigida em notas para *Gaudela*, segundo outras cópias, e finalmente encontramos mais uma vez a forma *Gau-*

⁽⁴⁾ V. também A. Nascentes, *Dicion. Etimológico*, II, s. v. *Gouveia*.

⁽⁵⁾ Apud J. S. R. de Viterbo, *Elucidário*, s. v. *Garda* / *Guarda*.

⁽⁶⁾ Nas confirmações (de D. Afonso Henriques) dos forais de Ansiães, Penela, Parede, etc. alude-se também à confirmação dum foral de Linhares outorgado uns 100 anos antes por D. Fernando Magno, bisavô de D. Afonso Henriques, onde a palavra *Gaudela* talvez já aparecesse (cfr. *Leges*, p. 343, e *Doc. Med. Port., Doc. Régios*, I, pp. 187, 395 e 399).

dela no foral de Folgosinho, de 1187 (D. Sancho I), também em cópia incluída na confirmação de D. Afonso II (7).

A evolução desta bem documentada forma *Gaudêla* para *Gouvea* / *Gouveia* é, pois, perfeitamente normal. O protótipo latino corresponde rigorosamente à forma evolutiva portuguesa. A queda do *d* nestas condições, a síncope do *l* simples e intervocálico, a evolução do ditongo *au* para *ou*, o desenvolvimento, já muito antigo, dum *v* entre o ditongo *ou* e a vogal seguinte, dando a forma antiga *Gouvea* (8), e o mais recente desenvolvimento dum *i* entre o e tónico e a vogal final, para se chegar à forma oficial moderna (*Gouveia*), são fenómenos inteiramente idênticos aos que se verificaram na evolução de *laudare* para *louvar*, de *gaudēre* para *gouvir* ou de *audire* para *ouvir* (9) e de *candēla* para *candeia* ou de *tēla* para *teia*, etc.

E será possível justificar a formação de *Gaudêla* (ou **gaudêla*), assim, com *l* simples e *e* longo?...

Creemos que sim. Será um derivado latino-românico, não do subst. *gaudium* ('contentamento', 'alegria', 'prazer', 'gozo'...), mas do verbo *gaudēre* ('estar contente', 'alegrar-se', 'regozijar-se', 'comprazer-se'...) com o suf. *-ēla* designativo de 'acto, efeito, meio ou instrumento da acção'... Teria, portanto, o significado implícito de 'contentamento', 'regozijo', 'aprazimento'... e, como topónimo, 'lugar de aprazimento', 'meio aprazível', qualidade esta devida a várias circunstâncias inerentes à respectiva situação. Quanto à formação, compare-se com *candēla* (< *candēre*), *loquēla* (< *loqui*) *medēla* (< *medēri*), *querēla* (< *quēri*), *sequēla* (< *sequi*), *tēla* (< *texēre*), *tutēla* (< *tuēri* [*tutus*] ou *tutari*?), etc. (10).

O Visconde Sanches de Baena (11) teve a intuição desta etimologia, embora em termos filológicamente inaceitáveis, pois pretendeu

(7) *Port. Mon. Hist., Leges*, pp. 395, 453-456 e 465. Em documento de 1161 (?) (J. P. Ribeiro, *Dissertações*, III, parte II, p. 54), aparece a forma *Gouvelia*, que deve ser falsa reconstituição (latinização) baseada na forma antiga *Gouvea*, documentada pouco antes, em 1156 (*idem, ibidem*, p. 53).

(8) Forma muito antiga, documentada desde 1156, conforme já notámos, e muito frequente nas *Inquirições* de 1258. É a base do adj. e subst. *gouveense*.

(9) V. também J. G. C. Herculano de Carvalho, *Boletim de Filologia*, XIV, p. 218.

(10) *Tuteia* parece ser a origem do ant. top. *Todea* / *Todeia*, hoje *Parada de Todeia* ou *Parada-Todeia*.

(11) *Arquivo Heráld. Geneal.*, Lisboa, 1872.

derivar o topónimo *Gouveia* directamente do ant. verbo port. *gouvir*, com desconhecimento da documentada forma latino-românica *Gaudela*, cremos que justamente derivada do lat. *gaudēre*. Eis os seus próprios dizeres :

«Gouvea é palavra antiga, substantivo do verbo *gouvir*, que na língua antiga significa gozar, e assim Gouvea é o mesmo que Gozo».

JOSÉ I. LOURO

P. S. Estava já a nossa *Nota Toponímica* a compor quando tivemos conhecimento, por uma separata da *Rev. Port. de Filologia*, X (ainda no prelo), de que o Dr. Joaquim da Silveira também já se tinha ocupado da origem do nome de *Gouveia*, num livro de Carlos Sombrio (*Beldemónio*, Figueira-da-Foz, 1942). Verificámos tratar-se duma nota às pp. 13/14 do 1.º vol., onde se exprime idêntica opinião : «O vocábulo *Gaudela* tem, para mim [escreve o Dr. Joaquim da Silveira], todo o ar dum substantivo verbal, próximo parente de *gaudium* (formado dentro do lat. vulgar sobre o verbo *gaudere*, como *suadela* e *candela* sobre *suadere* e *candere*), com o sentido decerto de 'recreação, recreio'».

Etimologias portuguesas e espanholas, I

«Os problemas etimológicos da língua portuguesa são [...] muitas vezes problemas inter-românicos»
(M.-L. Wagner, *RPF* VI, 2).

1. Port., esp. *acordar* / *recordar*

Os dicionários portugueses e espanhóis⁽¹⁾ registam os verbos *acordar* e *recordar* não só com o significado de 1º 'conciliar', 'concordar' e 2º 'lembrar', mas também o de 3º 'despertar' (do sono), radicando-os no lat. *cor*, *cordis* 'coração'. Ora, a nosso ver, trata-se de dois homónimos que, pelas suas origens diferentes, deverão ser dicionarizados separadamente. O novo étimo de *acordar* / *recordar* 'despertar' parece-nos revelado pelo representante mais conservador da România: o romeno.

(1) Abreviaturas: *FAC* = F(rancisco) Adolpho Coelho, *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza*, Lisboa, Plantier, s. d. < 1890 >, 1248 pp. — *AN* = Antenor Nascentes, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Fr. Alves, etc., 1932, XLVIII + 829 pp. — *JPM* = José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados: Lisboa, Ed. Confluência, 1952-1959, 2 vol., 1-1248 + 1249-2380 pp. — *AC* = A. A. Cortesão, *Subsídios para um dicionário completo (histórico-etimológico) da língua portuguesa*, Coimbra, Fr. Amado, t. I, 1900, VII + 123 pp.; t. II, 1901, 158 + 52 pp. — *CF* = Cândido de Figueiredo, *Novo dicionário da língua portuguesa*, 6-a ed.: Lisboa, Bertrand, s. d., 2 vol., XIX + 1230 + 1348 pp. — *MS* = António de Moraes Silva, *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10ª ed., por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado: Lisboa, Ed. Confluência, 1948-1959, 12 vol. — *PM* = Pedro Felipe Monlau, *Diccionario etimológico de la lengua castellana*, 3ª ed.: Buenos Aires, J. Gil, 1946, 1245 pp. — *GD* = Vicente García de Diego, *Diccionario etimológico español e hispánico*: Madrid,

O conceito de 'despertar' ⁽²⁾, já antigo no port. *recordar* e no esp. *acordar*, só se encontra nestes dois idiomas peninsulares, ao passo que os significados 'conciliar' (*acordar*) e 'lembrar' (*recordar*), com as inevitáveis interpenetrações de sentido, conhecem uma lata extensão em toda a România, menos em romeno ⁽³⁾. Apesar da distinção etimológica feita por Meyer-Lübke, que preferiu tirar *acordar* de *chorda*, nós consideramos, com a maioria dos tratadistas inclusive J. Corominas, que *recordar* 'lembrar' e *acordar* 'conciliar' provêm de *cor*, *cordis*: o primeiro de *recordari*, o segundo de um **accordare* = *concordare*, com troca de prefixo ⁽⁴⁾.

O problema, quanto a nós, é outro: qual será o étimo de *acordar* / *recordar* 'despertar', já que a semântica não nos pode explicar a relação que existirá entre esta noção e as de 'lembrar' e 'conciliar'?

Em português, o problema não chegou a ser posto: *FAC* s. v. *acordar* limitou-se a intercalar o significado de 'despertar' entre os restantes; *JPM* s. v. mencionou-o, mas sem o documentar; e *AN*

Ed. S. A. E. T. A., < 1954 >, XIV + 1069 pp. — *JC* = J. Corominas, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, 4 vol.: Madrid, Ed. Gredos, 1954-1957; I, 1954, A-C, pp. LXVIII + 993 pp.; II, 1955, CH-K, 1081 pp.; III, 1956, L-RE, 1117 pp.; IV, 1957, RI-Z, 1224 pp. — *DAE* = *Diccionario de la lengua española*, 17ª ed.: Madrid, Real Academia Española, 1947, XXV + 1345 pp. — *REW* = W. Meyer-Lübke, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 3ª ed.: Heidelberg, C. Winters, 1935, XXXIII + 1204 pp. — *EM* = A. Ernout et A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 3ª éd.: Paris, Klincksieck, 1951, XXIV + 1385 pp.; 4ª d., *A-Met*, XVIII + 400 pp.: ibid., 1959.

⁽²⁾ Sobre o qual q. v. a monografia de J. Jud, *Revue de Ling. Romane*, I, 1925, pág. 184 e seg.

⁽³⁾ *REW* 71ª s. v. **acchordare* e 7129 s. v. *recórdare*.

⁽⁴⁾ Assim, do lado português, em *FAC*, *AN* e *JPM*, embora os dois últimos não expliquem a base do hipotético **accordare* (*cor?* *chorda?*), estropiado pelo último em **acor-*; assim também, do lado espanhol, em *PM*, *DAE* e *JC*, ao passo que *GD* reflete a doutrina do *REW*³, pois ao lado de *acordar* 'despertar' < *cor* distingue um *acordar*² 'concertar' < **acchordare* 'templar las cuerdas'. Mas já Diez tem demonstrado, e «com toda a razão» (*FAC*, s. v.), que fr. *accorder* não deriva de *chorda*. Cf. Bloch-Wartburg, s. v.: «Lat. pop. **accordare*, issu, par substitution de préfix., du class. *concordare* 'être d'accord', qui a pris à basse époque le sens de 'mettre d'accord'. Le sens musical n'est attesté que depuis le XIV^e s.; il est probabl. né sous l'influence du subst. *corde* (d'un instrument de musique)». Cf. ainda, para o it. *accordare*, Br. Migliorini-A. Duro, *Prontuario etimológico*, 2ª ed., 1953, s. v.: «fatto su *concordare* per mutamento di prefisso».

s. v. notou, laconicamente: «...Significou 'recordar', e hoje significa 'concordar', 'despertar'». Quanto ao cultismo português⁽⁵⁾ *re-cordar*, nem *FAC*, nem *AN*, nem *JPM* lhe conhecem o significado secundário de 'despertar', que deve, pois, ser um castelhanismo; só *CF* o menciona como antiquado⁽⁶⁾, sob o étimo ambíguo *re-cordari*, o que nada adianta. Convém notar a existência de *recordar* 'despertar' em certos cantares (mas não na linguagem corrente) da região fronteiriça de Monsanto, na Beira-Baixa⁽⁷⁾.

Do lado espanhol, onde *recordar* 'despertar' é muito vivo (ao contrário de *acordar*, que parece aí um lusismo já obsoleto), *GD* e *JC* sentiram ultimamente a necessidade de proceder a uma destrição entre os dois homónimos: *GD* tira *acordar* 'despertar' de **ac-cordare* 'volver en sí' < *cor*; e *JC* deriva *acordar* II 'despertar' de *cordatus* < *cor*. Mas é óbvio que 'volver en sí' não passa de uma evolução semântica ligada a *recordar* 'traer a la memoria' *re-cordari*, portanto nada elucida quanto ao semantismo de 'despertar'. Por outro lado, o *cordatus* invocado por Corominas é um termo arcaico, talvez forjado por Ênio e utilizado só pelos escritores arcaizantes ou de baixa época (Plauto, Apuleio, Lactâncio); o facto de ter apenas sobrevivido em esp. *cuerdo* 'prudente' (e talvez no arcaísmo port. *cordo*: q. v. *REW* 2228) e de se encontrar uma única vez em Sêneca⁽⁸⁾, não nos autoriza nem a ver nesta criação culta o vigoroso ascendente popular de *acordar* / *recordar* 'despertar', nem a concluir que «se trata, pues, de uno de tantos arcaísmos del latín hispánico»⁽⁹⁾. Eis porque nos parece que o conceito de 'despertar' não deve ter nada de comum com o de 'coração'.

A chave do enigma é-nos fornecida pelo romeno, onde, ao lado do verbo *deșteptă(re)* 'despertar' de-excitare, existe *urcă(re)* 'levantar(-se)', do lat. **ōricāre*⁽¹⁰⁾, formação vulgar do clássico

(5) A primeira abonação é do séc. XVI (*MS²*, in *JPM*).

(6) Afonso Alvares, *Auto de S. António*, 10 (séc. XVI); *JC* s. v. *recordar* documenta-o em port. no séc. XVI, «pero ha caído en desuso».

(7) Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Monsanto, etnografia e linguagem* (no prelo); cf. *Orbis* VIII 2, 1959, pp. 540-544.

(8) *Apoc.* 12.

(9) *JC*. s. v.

(10) Conjectura de I.-A. Candrea, admitida por S. Puscariu (*Etymologisches Wörterbuch der rumänischen Sprache*, Heidelberg, 1905), W. Meyer-Lübke *REW* 6098, Alf Lombard (*Le verbe roumain*, I, 1954, pp. 151 e 357) e pelo *Dictionarul limbii romine moderne* (Bucuresti, 1958).

örior, öriri 'levantar-se', 'saltar fora de', 'surgir'. Assim como o latim da Dácia criou, a partir de öriri, um *öricäre por meio do sufixo verbal -icäre⁽¹¹⁾, da mesma maneira o latim da Hispânia construiu, com o sufixo alternante -(i)täre, um *öritäre 'levantar(-se)', para chegar aos compostos ad-*coöritäre > *acordar* e re-*coöritäre > esp. *recordar*.⁽¹²⁾

A evolução semântica 'levantar(-se)' → 'despertar' é evidente, e esta nova criação paralela do latim daco-ibérico vem confirmar uma vez mais a teoria bartoliana das áreas laterais da România.

Quanto à formação intensiva do étimo proposto, compare-se o instructivo paralelismo do sinónimo *despertar*, com idêntica acumulação de prefixos (de+ex) e o mesmo sufixo frequentativo -itäre: de-ex-*pergitäre < *pergére*⁽¹³⁾.

Em conclusão, quer-nos parecer que o novo étimo ad-(re)-*coöritäre:

1.º Conferirá, nos dicionários das línguas portuguesa e espanhola, plena independência aos verbos *acordar* e *recordar* 'despertar', que nada têm que ver com os seus homónimos à base de cor 'coração', de mais lata expansão românica.

2.º Levará os historiadores da língua latina a reverem a doutrina que pretendia que *orior*, apesar de «ancien, usuel et classique» (*EM*, s. v.), não teria deixado vestígio algum nas línguas românicas⁽¹⁴⁾.

3.º Depois de *REW*⁸³ ter vacilado ao atribuir *acordar/rec-* à família cor, e de *REW*^{71a} os ter ligado à chorda⁽¹⁵⁾, o futuro *REW*⁴ deverá distinguir nitidamente entre os homeótipos *acordar/rec-* 'conciliar, lembrar' (a figurar s. v. cor) e 'despertar' (a inserir um n.º 6098^a *öritäre, depois do actual 6098 *öricäre).

(11) Cf. em port. *escorregar* ex-*cürricäre < *cürre* (*FAC*; *JPM* s. v. *eis*), *madrugar* *matüricare < *matüräre*, etc.; em rom. *sâncă(re)* *sânicäre < *sânäre* (q. v. V. Buescu, *Revue des Etudes Roumaines*, Paris, I, 1953, pp. 112-113); cf. C. H. Grandgent-Fr. Moll, *Introd. al latin vulgar*, § 35; O. Densusianu, *Hist. de la langue roum.*, I, p. 166.

(12) O composto *coorior* é não só atestado, mas bastante frequente: *EM* s. v. *orior*.

(13) Q. v. *AN* e *JPM*, s. v.

(14) *EM* s. v.: «A subi toutefois la concurrence de *surgo* qui seul a survécu dans les l. romanes».

(15) Para a admiração de *AN*, s. v.: «M. Lübke, *REW* 83, rejeita a filiação a cor, cordis — simplesmente».

2. Port., esp. *argadilho* / -illo, rom. *argeá*

Últimamente dois estudiosos se têm debruçado sobre a origem deste vocábulo regional, sinónimo de *dobadoira*: J. M. Piel⁽¹⁶⁾ rebateu a sua possível origem espanhola, invocando a evolução normal do sufixo -icũlu > port. -ilho posposto ao lat. *ergāta* < ἔργατης ou ἔργατα (REW 2894); pelo contrário, Maria Helena Nogueira de Moraes defendeu-a⁽¹⁷⁾, com base na carta referente a Portugal, refutando ao mesmo tempo o étimo **arcularius* < *arcus* e retocando, não sem dúvidas, o *ergāta* de Meyer-Lübke em **ergātēllu*, —o que nos parece acertado.

Com *AN* e *JPM*, consideramos que *argadilho* é, com efeito, um castelhanismo, dada a extensão geográfica do termo. A objecção do prof. J. Piel⁽¹⁸⁾ não nos parece pertinente, pois não fora posta em dúvida a existência do próprio objecto (*Sache*), mas apenas a sua denominação (*Wort*), que, em Portugal, é comumente *dobadoira*.

Quanto ao étimo, nenhuma dúvida subsiste ao interrogarmos os *realia* da România oriental: em romeno o n. f. *argeá* 'tear primitivo' (antigamente em cabana subterrânea) provém, quanto a nós, de **ergēlla* < **erga* < n. pl. ἔργα < sg. ἔργον, em que se radica ἔργατα, ἔργατης > *ergāta* > **ergātēllu* > esp. *argadillo*. Dos dois lados da România, trata-se de nomes de utensílios domésticos primitivos, literalmente «máquinazinhas», «engenhos», fr. «métier» (à tisser, etc.)⁽¹⁹⁾.

(16) J. M. Piel, *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*, Coimbra, Acta Univ. Conimbr., 1953, pp. 138-139.

(17) Maria Helena Nogueira de Moraes, *A dobadoira; estudo linguístico, etnográfico e folclórico*, na *Rev. Port. de Filol.*, VII, 1956, pp. 129-249; mais espec. pp. 104-107.

(18) *Art. cit.*, pp. 138-139: «Custa admitir uma influência estrangeira na denominação de um dos utensílios rústicos mais primitivos e antigos que se conhecem.»

(19) Já em 1943 o notável filólogo da Univ. de Cluj, Gh. Giuglea, pensara (*Dacoromania*, X 2, 1943, pp. 409-412) em deduzir rom. *argeá* do gr. ἔργον, mas à hipótese **ergēlla* < ἔργα (*art. cit.*, p. 410) preferiu a impossível metátese **art(e)geá* **ert[a]gella* < **ergatella*, a fim de melhor ligar o termo romeno aos seus congêneres românicos. Mas, como é óbvio por insuperáveis razões fonéticas, rom. *argeá* representa um derivado directo de ἔργον (**erga*), ao passo que o resto da România atesta um derivado *ergata*, com vários descendentes.

Esta nossa etimologia, que devíamos encontrar parcialmente «farejada»

3. Port., esp. *baril*(l)

O encarregado da rubrica «Ler e escrever» do «Diário de Notícias» respondia em 30.IX.1956 a um consulente: «A palavra *baril* é um adjectivo de formação popular, cuja origem se desconhece e em gíria se emprega na acepção de 'bom': *Foi um espectáculo baril*. É também utilizado com sentido adverbial de 'bem': *jantei baril*.»

Esta palavra supostamente popular falta em *FAC*, *AN* e *CF*; apenas recentemente *MS* a menciona como termo de gíria, figurando também no último *Dicionário de calão* ⁽²⁰⁾. Apesar de «registado tarde, no séc. XX» ⁽²¹⁾, este vocábulo foi explicado por *JPM* s. v. «do árabe *bari* 'excelente, distinto'» ⁽²²⁾, com remissão a *REW* 958^a.

Ora, *REW* 958^a diz respeito a *bari* 'excelente', que em termo de gíria significa 'juiz' ⁽²³⁾. Ele deve ser encarado como variante de *baril* e estudado conjuntamente com os seus congêneres espanhóis.

por Gh. Giuglea (mas não nos revelou Leite de Vasconcellos *Opusc.* III 249 um Joaquim Nunes a propor de boa fé um étimo já duas vezes proposto por outros?), pretende resolver, embora sumariamente, um velho e muito debatido problema da lexicologia romena. Ainda ultimamente (Alejandro Cioranescu, *Diccionario etimológico rumano*, I, 1958, s. v.) o vocábulo romeno foi tirado do... turco *arca* (pron. *ardjá*), aliás forma dialectal «*djagatai*»; opinião essa já rebatida por Giuglea (*art. cit.*, p. 411, n. 1): «...Mas, que vem fazer este turquismo na terminologia da tecelagem, e no norte da Transilvânia?». É verdade que, lamentavelmente, Cioranescu desconhece a conjectura de Giuglea, apesar de se embrenhar nas hipóteses orientais (turca, cumana, târtara), dácica (**argilla*, *Hasdeu*), grega (ἀργιλία 'casa subterrânea', *Hasdeu*; ngr. ἀργαλειός, Grégoire), macedónica (ἀργελλια 'casa de banho', *Hasdeu*, seguido por Densusianu, Philippide, Iordan), cimeriana (Jokl, Puscariu, Rosetti), pre-indoeuropeia (Lahovary). *Tantae molis erat...*

⁽²⁰⁾ Albino Lapa, *Dicionário de calão*, 1959, s. v.: «*baril* — bom, coisa boa, sossegada, pacífica»; *fazer baril* — acolher, agasalhar, defender, proteger».

⁽²¹⁾ *JPM*, s. v.

⁽²²⁾ Já *MS*¹⁰, que reflete a doutrina etimológica de *JPM*, tirava *baril* «do árabe», mas seguido de um ponto de interrogação. A mesma dúvida persiste ainda no *Dicionário da língua portuguesa* coordenado por J. P. Machado, em curso de publicação pela «Sociedade de Língua Portuguesa», 1958 e seg., mas sem a indicação «*gír.*», — como se o vocábulo pertencesse (já...) à linguagem geral.

⁽²³⁾ Assim em *CF*, *MS*¹⁰ e Antenor Nascentes, *A gíria brasileira*, 1953, que acrescenta: «Na gíria espanhola, 'excelente', segundo Elísio de Carvalho (ladr.)».

DAE, que atesta pela primeira vez a palavra em 1884, afirma na sua 17ª ed. que o andaluz *bari*(1) 'excelente' vem do ár. *bari* 'superior, excelente'. Tal não é a doutrina de *JC* que, adoptando a justa opinião de M.-L. Wagner (24), considera os dois termos como nitidamente de gíria e radica-os no adj. cigano (de origem sânscrita) *baré* 'grande, excelente'. A sua semelhança com o ár. *bâri*, participio activo de *bára* 'ser excelente' não passa de um mero acaso, que logrou tanto os arabistas Dozy e Eguílaz como *REW* 958ª.

Que assim é, prova-o a abundante família vocabular do calão romeno a partir do cigano *baré/baró* 'grande': *baró(i)* 'grande'; *baraón* 'cigano', por um cruzamento com *faraón* 'faraó'; *ciorobără* 'cigano' (alcunha) < cig. *čoro baró* 'grande ladrão' (cig. *čor-* 'roubar'); *barós* 'grande martelo' (os ferreiros sendo geralmente ciganos); *barosán* 'ricaço, possante' (25). A esta lista podemos acrescentar ainda *baraglădină* 'cigano', por um cruzamento com búlg. *glăden* 'faminto' (26).

4. Port. *besuntar* / esp. *bisunto*

O port. *besuntar* 'untar muito', 'sujar com substância untuosa' (*CF*), com o posverbal *besunto* e seus derivados *besuntadela*, *besuntão*, *besuntona* e *besuntura* (27), tem em espanhol só o paralelo *bisunto* 'muy untado', 'mal untado', 'sucio' (*PM*), pelo que nos parece neste idioma um lusismo. Com efeito, o verbo português é popular (28) e, como veremos, podemos documentá-lo já no séc. XIV, se o analisarmos nos seus elementos componentes à luz da nossa etimologia.

Em português foi radicado em «bis? + untar» por *FAC* s. v., portanto tratar-se-ia de um verbo criado em português do simples *untar* *unctare* = *ungere*, mais o duvidoso elemento *bis*. Assim foi interpretado por *CF*, ao passo que *MS*¹⁰ tira *besuntar*

(24) Max-Leopold Wagner, *Notes linguistiques sur l'argot barcelonais* (Barcelona, 1924) s. v. *bari* e *baré*. — Não nos foi possível consultar esta obra.

(25) Cf. A. Graur, *Les mots tsiganes en roumain*, Bull. Ling., II, 1935, pp. 108-195; s. v.

(26) *Dictionarul Academiei Române*, s. v.

(27) Este, de Ricardo Jorge in *MS*¹⁰ s. v.

(28) Cf., p. ex., «um cavalo que está *bezuuntado* (sic) de breu», L. da Câmara Cascudo, *Os melhores contos populares de Portugal*, Rio de Janeiro, 1944, p. 250.

directamente do latim *bis* + *unctare*. Ora, este étimo concederia muitos séculos mais de vida ao vocábulo, se não proviesse de um erro de interpretação do texto de *FAC* da parte de *AN*, que resume: «Do lat. *bis* 'duas vezes' e *unctare* 'untar' (A. Coelho)», — o que é outra coisa, cronologicamente. É também do port. *untar* que *JPM* (s. v. *ungir*) tira *besuntar*, não fazendo todavia referência alguma ao elemento *bes-* e ao seu possível étimo *bis*, que *FAC* deixara em dúvida.

Quanto ao termo espanhol, os etimologistas não ficaram menos embaraçados com o *bis-*, como se vê pela arbitrária explicação dada por Diez⁽²⁹⁾ ao atribuir a este prefixo o sentido pejorativo de 'mal' (30). Teoria inconsistente, logo adoptada pelo «much derided etymological dictionary» (31) *PM*: «*bisunto* vale *bis-unctus* 'muy untado', o, tomado el *bis* en sentido peyorativo, 'mal untado', 'sucio'. Mais prudentes se mostram *GD* e *JC*: «*bisunto* 'sucio' de *bis* y *unto*» (*GD*, s. v.); «... Deriv. *unto*; *bisunto*...» (*JC*, s. v. *untar*). Notável é sobretudo o laconismo do volumoso *JC*, que se limita a registar o vocábulo, sem nenhum aditamento quanto à sua origem, significado e respectiva documentação.

Em nosso entender, o port. *besuntar* é cacografia por *bezuntar* (32), e esta alteração fónica de **pezuntar* 'untar com pez', cujos elementos componentes podemos documentar já no século XIV, reunidos na mesma frase: «... e untou-a toda com betume e com pez, e ela era teçuda com vimem, e pose dentro aquel menino em aquela cesta...» (33). Os *membra disiecta* de **pezuntar* assim documentados conjuntamente provam, pois, que a formação do vocábulo (dentro do português) estava iminente a partir do séc. XIV.

Foneticamente, em **pezuntar* > *bezuntar* teríamos uma assimilação regressiva de sonoridade: a sibilante sonora interior -z- mudou a labial surda p- em b-. Cf. também *bESCOÇO* < *peESCOÇO* (*CF*), etc.

Esp. *bisunto* relaciona-se, como étimo e formação, com *pegunto*: aqui *pega pica*, ali *bis-* < *pez pïcem*, por intermédio a identifi-

(29) Fr. Diez, *Grammaire des langues romanes*, 3^e éd., Paris, 1874-1876; II, p. 403.

(30) Hipótese lembrada em *AN*, s. v.

(31) Y. Malkiel, *Philol. Quart.*, XXIV, 1945, p. 244.

(32) Bem grafado na citação de Câmara Cascudo, *supra*, n. 28.

(33) *Inéd. de Alcob.*, II p. 89 apud *JPM* s. v. *menino*.

car. O elemento *bz-* do piacentino *bzont* 'untura' (REW 9057) deve explicar-se também por *pîx*, *pîcem*.

O novo **pezuntar* é sinónimo de (em)*pezgar* ⁽³⁴⁾ in-**pîcîcâre*, e dos descendentes românicos de in-**pîcâre* ⁽³⁵⁾: v. fr. *poier*, logud. *impigare*, prov., cat. *empegar* ⁽³⁶⁾. A sua formação é similar ao cat. (> esp.) *preguntar* < *pega* + *untar* ⁽³⁷⁾ e reforça o étimo do port. *pespegar* < *pez* + *pegar* *pîcem* + *pîcâre*, como nos propomos demonstrar *infra*, § 10.

5. Port. *chaco*

Um dos curiosos vocábulos inéditos da região de Monsanto (Beira-Baixa) que revelará a publicação da monografia acima citada ⁽³⁸⁾, é o adjectivo substantivado *chaco* que significa o 'último', o 'vencido', nos jogos das crianças ⁽³⁹⁾. A autora informa-nos numa nota recente que *chaco* transcende a linguagem infantil e que «embora de emprego quase limitado aos jogos recreativos, também aparece em certos trabalhos agrícolas, como a apanha da azeitona, para designar o último, ou seja, o de mais fraco rendimento.» ⁽⁴⁰⁾

⁽³⁴⁾ JPM grafa *pesgar*, apesar da advertência de CF s. v. *pesga*: «A rigorosa ortografia seria *pezga*».

⁽³⁵⁾ REW 6477 e 4308.

⁽³⁶⁾ Em port. há o homógrafo *empegar* 'engolfar' < *pego* *pôlăgu*, o que deve explicar por que razão o português divergiu para *empezgar*.

⁽³⁷⁾ Preferível ao étimo *pegar* + *untar* (JC s. v. *pez*); *pega* 'pez' vem da variante *pîca*, documentada nas glossas (CGL II 150:26), que substituiu em cat. *pîx*, *pîcem*, devido à confusão homonímica *pez* < *pîcem* e *pîscem*.—Não confundir este cat. *pega* *pîca* com o esp. *pega* posverbal de *pegar* (JC, ib.).—Em romeno, às formações aglutinadas **pezuntar* / *peguntar* corresponde a circumlocução *a ûnge cu păcură* ungere cum *pîcûla*.

⁽³⁸⁾ *Supra*, n. 7.

⁽³⁹⁾ *Op. supra cit.*, p. 44: «A designação de *chaco*, que se encontra, como vimos, em diversos jogos < = *jogo da piola*, p. 41; *jogo do éxo*, pp. 41-42; *monta-a-cavalo*, p. 42 >, significa o último. Em todos os jogos em que se *tira a reis*, quer dizer, em que se sorteia o lugar que cada um vai ocupar no jogo, aparece o *chaco* em último lugar. O *rei*, pelo contrário, é o primeiro, isto é, o vencedor do sorteio». É instructivo notar que a «dinastia» dos *reis* infantis montantinos ascende directamente aos reyes da antiga Roma (cf., p. ex., Hor., *Epist.* I 1, 59-60 *At pueri ludentes: «Rex eris» aiunt, Si recte facies...*),—o que não deixa de corroborar a genuinidade latina dos seus súbditos *chacos* < *flacci*.

⁽⁴⁰⁾ *Op. cit.*, p. 44, n. 1.

Assim como ficou sumariamente enunciado no início da referida nota, nós propusemos para o regionalismo inédito *chaco* o étimo *flaccus*, constituindo *chaco* um alótopo de port. *fraco* e esp. (semiculto) *flaco*, do tipo *frama/chama* *flamma*, *choucho/irouxo* *fluxus*, *praga/chaga* *plaga*, *chão/porão* *planus*, etc. A rica família românica⁽⁴¹⁾ deste epíteto popular nobilitado por Horácio conta, pois, com um novo representante, graças à linguagem infantil, sobejamente conhecida como das mais conservadoras.

6. Port. *esmourcar*

Em 1927, J. Leite de Vasconcellos assinalou a existência, em Castro-Laboreiro, do verbo *esmourcar* 'espevitir'⁽⁴²⁾, 'apapar o morrão' (do candeeiro, da vela, etc.), que não sem hesitação tirou de um ex-**malchare*, a corroborar destarte o pertinente étimo *mouco* *malchus* de Carolina Michaëlis⁽⁴³⁾. No entanto, em nosso entender, nenhuma relação há entre *mouco* 'surdo' e o novo⁽⁴⁴⁾ *esmourcar* 'espevitir'.

A base deste verbo está no lat. *mucus*/*muccus*, que do significado clássico de 'muco', 'monco', desenvolveu nas línguas românicas o segundo sentido de 'morrão', fr. 'champignon de la mèche d'une lampe'⁽⁴⁵⁾: cf. fr. *moucher la chandelle* **muccare cande-*

(41) It. *fiacco*, esp. *flaco*, v. fr. *flac(he)*, rom. *fleac* (?), etc.: q. v. REW 3343.

(42) J. Leite de Vasconcellos, *De terra em terra*, I, 1927, pp. 25-26 («Excursão a Castro-Laboreiro»): «Para iluminação das casas, os mais pobres fazem uso de guiços, que são pedaços de urzes secas (gândaros), de queirogas secas e de tojos secos, descascados do tempo, e que se acendem à maneira de velas: sustentam-nos na mão, ou espetam-nos num buraco da parede; de vez em quando *esmourcam-nos*, quebrando no chão a parte carbonizada, para os reacenderem».

(43) *Op. cit.*, pp. 29-30 («Vocabulário»): «*esmourcar* (corresponde a 'espevitir'): vid. p. 26. — De boa vontade explicaria eu *esmourcar* por *es-mourcar*, trazendo assim mais uma justificação da explicação que de *mouco*, por *Malchus*, deu a S^{ra} D. Carolina Michaëlis nas suas *Studien zur hispan. Wortdeutung*, Florença, 1885, § 28: como *esmourcar*, na língua comum, significa 'esboicelar', conteria esse verbo a idéa primitiva que depois nos aparece modificada em *mouco*. Propriamente ex-**malchare* 'tornar Malco', 'desorelhar', 'esboicelar'».

(44) Ao lado do homógrafo já dicionarizado significando 'danificar', 'esboicelar' (CF, MS), ligado a *esmocar* < *mcca* — que, aliás, segundo JC, seria também um derivado de *mcco* *muccus*.

(45) EM s. v. *mucc-*/*mucc-*. Mas estes ilustres autores podiam lembrar que o duplo sentido existia já em grego: *μύξα* n. f. 1º 'morve' e 2º 'champignon à la mèche d'une lampe' (A. Bailly, *Dict. grec-français*, s. v.).

lam⁽⁴⁶⁾, esp. *moco de candela*⁽⁴⁷⁾ *muccus candelae*, rom. *a lua mucul candelei* sau *lumânării*⁽⁴⁸⁾ *levare muccum candelae* siue **luminariae*. etc. Trata-se, pois, de uma evidente evolução semântica: 1º 'mucos do nariz' → 'muco da vela'. No domínio verbal, essa evolução traduziu-se no duplo significado: 1º 'assoar(-se)' e 2º 'espevitir'. Ora, o primeiro era já conhecido em português pelo verbo *esmoncar* < *monco* ⁽⁴⁹⁾, cf. *esmocar-se* ⁽⁵⁰⁾ e *esmoucar* ⁽⁵¹⁾; o segundo fica pois patenteado no *esmoucar* de Castro-Laboreiro, correspondente do fr. *moucher* (la chandelle), it. *smocc(o)lare* 'die Lichtschnuppen abschneiden', 'eine Kerze putzen' ⁽⁵²⁾.

Contrariamente ao simples **mūccāre* que, embora tenha vigorosamente sobrevivido nas línguas românicas ⁽⁵³⁾, não passa de uma forma hipotética, o seu composto *ex mūccāre* é bem atestado numa inscrição de Pompeia do Iº século: *ex mvccavt*, indicativo perfeito do hapax *exmuccavit* em vez do clássico *emunxit* ⁽⁵⁴⁾.

(46) A significar, pois, «ôter le bout du lumignon qui empêche une chandelle de bien éclairer» (*Petit Littré*, 1959, s. v. *moucher*).

(47) Cerca de 1400, no Glossário de Toledo (ap. *JC*, s. v. *mcco*).

(48) *O țigăncă frumuseală lua din când în când mucul lumânărilor, ca să dea mai multă lumină*... (= «Uma cigana bonitinha aparava de quando em quando o morrão das velas (= *esmoucava* as velas), a fim de darem mais luz»): N. Filimon, *Ciocolii vechi și noi*, apud I. A. Candrea, *Dictionar enciclopedic*..., s. d. < 1931 >, s. v. *muc*.

(49) Sobre a nasalização assimilatória, ocorrida já em latim, do port. *monco* < **muncu* = *muccu*, veja-se S. da Silva Neto, *App. Probi*, 1946, p. 210. Mas, não terá havido também cruzamento com **munctu* do verbo aparentado (v) *mungere* 'assoar-se'?

(50) *REW* 5706 (mal grafado *esmocarse*). *FAC* ignora o termo, ao passo que *CF*, *MS*, *AN* e *JPM* só lhe conhecem o sentido 'bater' (com a moca); cf. *supra*, n. 44.

(51) *REW* 5706, onde se regista o vocábulo no Minho. Termo estranhamente ignorado pelos etimologistas *FAC*, *AN* e *JPM*; sentido desconhecido em *CF* e *MS* (q. v. *supra*, n. 44).

(52) *REW* 5706. Segundo *DEI*, *smocolare* 'levare il móccolo' (séc. XV) é anterior a *smoccare* 'id.' (s. XVII).

(53) *REW* ib.

(54) *Veneria* / *Maximo* / *mentia* / *exmvccavt* // *per vindemia* / *tota* / *et relinque(t)* / *putr. ventre* / *mucei* // *os plenu* / *cs* (?), CIL IV 1391 = Ernst Diehl, *Pompeianische Wandinschriften*, Berlin, 1930, p. 37, n.º 625. — Cf. V. Väänänen, *Le latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*, Helsinki, 1937, p. 183. Idênticas formas vulgares de indicativo perfeito sem *v* aparecem também nas

O fonetismo *ex mũccãre* > port. *esmoucar* é regular, partindo de *esmocar* ⁽⁵⁵⁾ cujo *-o-* fechado se ditongou ulteriormente em *esmoucar* segundo uma tendência manifestada em português pelos casos de *mocho* / *moucho* mũtilu, *popa* / *poupa* ũpũpa, etc.

Para concluirmos: port. *esmoucar* continua directamente o lat. *ex mũccãre*, atestado desde o I^o século. No significado clássico de 'assar(-se)', já tinha sido assinalado, no Minho ⁽⁵⁶⁾; o seu segundo sentido, românico com ascendência grega, de 'espevitir', viria a ser descoberto pelo patriarca da filologia portuguesa no sítio «arcaico» ⁽⁵⁷⁾ de Castro-Laboreiro da mesma região conservadora do Minho.

7. Port. *fintar*

Ouvimos várias vezes este provincianismo, no sentido de 'levar o pão' e verificámos, não sem admiração, que o étimo que se nos impôs logo, e que não oferece dúvidas, não figurava nos lexicógrafos portugueses: *CF* explica-o de *finto* *finitus* e *MS* ⁽⁵⁸⁾ parece seguir na mesma esteira ao explicar *finto* por *findo* *finitus*. Quanto aos etimologistas, *FAC* não indica étimo algum, mas inclina-se para *finitus*, ao definir *fintar* por «acabar de levar o pão»; quanto a *AN* e *JFM*, ignoram-no completamente.

Ora, *fintar* nada tem que ver, parece-nos, com *finire*; o seu étimo deve ser procurado em *fingere*, por intermédio de uma variante nasalada **finctu*, do participio *fictu* -: assim havíamos de deparar com ela, obscura e anónima, num dicionário escolar que J. Inês Louro reviu ultimamente ⁽⁵⁸⁾, e assim explicam *DEA*, *GD*

provincias danubianas e em África: *curaut* = *curavit*, *renovait* = *renovavit*, *militait* = *militavit*, etc.: q. v. H. Mihăescu, *Limba latină în provinciile dunărene ale Imperiului roman*, Bucuresti, 1960, pp. 143-144 e 272.

⁽⁵⁵⁾ Atestado como 'assar': *REW* 5706. — O dr. Inês Louro lembra que a grafia com *-ou-* talvez não seja verdadeiramente etimológica nem fonética, mas apenas uma influência do étimo *mouco* *malchus*, que Leite de Vasconcelos pretendia atribuir-lhe. No entanto, uma forma *esmoucar* só se poderia admitir em definitivo, com o conhecimento do fonetismo local.

⁽⁵⁶⁾ *REW* ib.

⁽⁵⁷⁾ «Castro Laboreiro est une bourgade aux mœurs archaïques, dans un recoin perdu, sur une éminence rocailleuse; les huttes sont couvertes de chaume ou de genêts. La population porte encore ses costumes primitifs...» (*Portugal*, Coll. «Les Guides Bleus», Paris, Hachette, 1935, p. 229).

⁽⁵⁸⁾ «*fintar* 'levar' < lat. **finctu* = *fictu* < *fingere*»: J. Almeida Costa — A. Sampaio e Melo, *Dicionário de português*, 3^a ed., Porto Editora, s. d. < 1957 >.

e JC o esp. *hintero* *finctoriu < *finctu = fictu < fîngĕre (sem se lembrarem do port. *fintar*) ⁽⁵⁹⁾.

O étimo é certo: a formação participial intensiva do port. *fintar*, claramente corroborada pelos sinónimos esp. *lingir* e *heñir*, tem o seu representante simples no port. regional (trasm.) *lingir* «remexer e trabalhar novamente com as mãos a massa do pão, depois de levedada» (CF). E, como se isto não bastasse, a România oriental confirma o étimo pelos verbos macedo-romenos ⁽⁶⁰⁾ *asfîngu* 'levedar' (do fermento) e *disfîngu* 'descer' (da massa levedada), 'cortar a massa em forma de pãesinhos' ⁽⁶¹⁾.

Assim verificado nos dois extremos da România o significado já clássico de fîngĕre ⁽⁶²⁾, não é de estranhar em português, ao lado de *lingir* 'levedar', um intensivo *fintar*, do tipo *frigir* / *fritar*, *cingir* / *cintar*, *torrar* / *tostar*, *jungir* / *juntar*, *segar* *sĕcāre* / (as)seitar *sĕctāre, ⁽⁶³⁾ *receber* *re-cĭpĕre* / *aceitar* *ad-cĕptāre*, etc. — O mesmo fenómeno bivalente verifica-se, embora com menos frequência, também em romeno: *drĕge(re)* *dĕrĭgĕre* = *dirĭgĕre* / *indreptă(re)* *in-*dĕrĕctāre*; *incinde(re)* *incĕndĕre* / *incintă(re)* **incĭnctāre* = **incensare*; etc.

Por outro lado, além do já citado par m. -rom. *asfîngu* / port. *fintar*, o daco-romeno apresenta ele também vários exemplos originados pelo radical latino (tipo fîngĕre), enquanto o português prefere a respectiva derivação frequentativa (tipo *fi(n)ctare): rom. *unge(re)* *üngĕre* / port. *untar* **unctāre*; rom. *drĕge(re)* *dĕrĭgĕre* / port. (en)*direitar* (in) **dirĕctāre*; rom. *incĕpe(re)* *incĭpĕre* / port. *encetar* *incĕptāre*; rom. *tunde(ră)* *tōndĕre* / port. *tosar* (cf. *tosquiar*) **tō(n)sāre*; etc.

⁽⁵⁹⁾ Assim também acaba de explicar o esp. arc. *fintera* 'hornera', 'panadera' J.-L. Pensado, *Vox Rom.*, XVIII, 1959, pp. 369-373.

⁽⁶⁰⁾ Pois falta em daco-, megleno- e istro-romeno.

⁽⁶¹⁾ P. Papahagi, *Jahresbericht des Instituts für rumänische Sprache*, Leipzig, XII, p. 102; cf. Al. Philippide, *Originea Romînilor*, II, 1927, p. 448; Al. Rosetti, *Istoria limbii române*, IV, 1941, pp. 71-72.

⁽⁶²⁾ EM s. v.: «*fingere*, proprement 'modeler dans l'argile', [...] puis 'façonner la pâte', cf. *fictor* 'pâtissier et 'sculpteur'...».

⁽⁶³⁾ Conforme o certo étimo do prof. J. M. Piel, *Miscelânea*.... p. 48, aceite por JPM s. v¹

8. Port. *ichó*

Este nome significando 'armadilha para coelhos ou perdizes', atestado desde o séc. XV, proviria de *ustiolu* 'portinhola', segundo *CF*, *MS*¹⁰, *AN* e *JPM* (*FAC* não indica étimo). Na realidade, deve corrigir-se em *östiölu* (ou, **üstiölu* = *östiölu*), pois doutra maneira infere-se que port. *ichó* não pertence à família *östium* 'porta', mas a *üstum* < *ürere* 'queimar'! Mais atento, *REW* 6116 apresenta correctamente o hipotético **üstiölu*, étimo do port. *ichó* e do rom. *ușór*.

Esta inadvertência remonta a Gonçalves Viana que, depois de referir⁽⁶⁴⁾ a etimologia de Carolina Michaëlis⁽⁶⁵⁾, escreve noutro verbete⁽⁶⁶⁾ *ustiolum*, criando ao mesmo tempo uma confusão entre dois homónimos: *ichó* 'armadilha', do lat. vulg. **üstiölu*⁽⁶⁷⁾, e *ichó* 'arca do pão e da farinha' do port. *ucha*, e este do b. lat. de origem germânica **hūtīca*⁽⁶⁸⁾: com efeito, tanto *AN* como *JPM* s. v. *ichó*¹ se referem à pág. 516 das *Apostilas* II, onde na realidade se trata de *ichó*² e (nova complicação!) de um segundo *ucha* 'fogueira' **üstia* < *ürere*.

Quandoque bonus dormitat Homerus...

9. Port., gal. *moela*, rom. *múra*

Ao lado do port. *moela*¹ 'o terceiro estômago das aves', existe um homeótrofo *moela*² 'miolo' que, embora antigo⁽⁶⁹⁾, foi geralmente explicado pelo fr. *moelle*⁽⁷⁰⁾, apesar de *REW* 5463 o ter derivado directamente do lat. *medulla*. É esta a opinião recente de Coro-

(64) *Apostilas...*, II, 1906, p. 7, s. v. *ilhó(s)*.

(65) *Rev. Lusit.*, I, 1887, p. 305.

(66) *Apost.*, II, p. 1, s. v. *ichó*.

(67) *Ibid.*, II, p. 1 e 7.

(68) *Ib.*, II, p. 1 s. v. *ichão* e 515-516 s. v. *ucha*.

(69) *AC* s. v. *muela* refere uma abonação do séc. XIV ou XV nos *Inéd. de Alcob.*, III, p. 101: «Que tomasse o fel dele < = peixe > e o coração, e a *muela*».

(70) Assim *CF*, *MS* e *JPM* s. v. *miolo*. *FAC* e *AN* não distinguem entre os dois homónimos, embora, pelo étimo único, pareçam considerar somente *moela*¹. — *AC* faz a discriminação e aprova *REW* quanto a *moela*¹, mas sem apontar étimo para *moela*².

minas⁽⁷¹⁾, que não hesitamos em adoptar, por óbvios motivos de cronologia, de fonética e de semântica.

Quanto à *moela*¹, de que nos propomos tratar nesta nota, foi considerado também um vocábulo criado dentro do português, como derivado do verbo *moer*⁽⁷²⁾ *mōlĕre*. Mas as recentes conclusões da lexicografia espanhola infirmam esta etimologia popular e tangencialmente concedem ao port. *moela*¹ uma ascendência latina directa, que nós pensamos poder confirmar com alguns argumentos romenos, preteridos pelos colegas ibéricos.

Ao negar a tradicional etimologia do esp. *mollejo* *mollis*, García de Diego lembrou⁽⁷³⁾ o sinónimo galego (esquecendo-se do português) *moela*, que sagazmente derivou de um **molella* < *mola* 'carnosidade interior', cf. *μῶλη*, fr. *môle* 'avorton'. Ao esp. *molleja* **mōlĭcŭla* corresponde, nos dialectos nortenhos, *mo-leja*⁽⁷⁴⁾ **mōlĭcŭla* e *molilla* **mōlēlla*.

Esta doutrina ficou ulteriormente exarada no GD 4401-4405 e encontrou o apoio de J. Corominas⁽⁷⁵⁾, que não deixou de ligar o galego *moela* ao homófono português, a quem reconheceu foros de antiguidade. Passamos a transcrever o final da sua longa e erudita discussão, dadas as contingências que apresenta em relação ao português: «En definitiva podemos aceptar esta conclusión⁽⁷⁶⁾, pues la base diminutiva que hemos supuesto para el port. *moela*, a saber **molella*, está confirmada por el cat. <alán> o, más estrictamente, val. <enciano> *morella* 'molleja' [...], que todavía se conserva en su variante no disimilada *moella* [...]. Me inclino a creer que todas las variantes castellanas parten de *moliella* [...], que pasando a **mollella* se disimiló en *molleja*...».

(71) JC s. v. *molleja*: «... En portugués antiguo existió *moela* en el sentido de 'meollo, médula', que representa evidentemente *medulla* con transposición *meola* > *moela* (comp. fr. *moelle*)...». A transposição invocada lembra a do port. *joelho* < arc. *geolho* **genucliu*.

(72) FAC, AN, JPM, assim como CF e MS.

(73) V. García de Diego, *Contribución al diccionario hispánico etimológico*, Madrid, 1943, s. n. 406.

(74) Note-se a existência de uma forma portuguesa *moleja* 'glândula carnosa' (CF), sem dúvida um castelhanismo. Em montanês apresenta a variante inédita *molareja*.

(75) Loc. cit.

(76) Quer dizer: *μῶλη* > *mola* (ou **mŭla* > **mŭlla*).

Ora, às variadas formas criteriosamente tomadas em consideração por J. Corominas, podemos acrescentar, do outro extremo da România, o sinónimo *mură*, recentemente revelado⁽⁷⁷⁾, que entronca perfeitamente⁽⁷⁸⁾ em *mŭla (*mŭla) < mola < μῶλα. O termo paralelo daco-romeno é genuíno, dado que os dois pontos em que foi registado pertencem a uma área muito conservadora da conservadora Transilvânia⁽⁷⁹⁾, onde não penetraram os substitutos de origem controversada *pípotă*, *rânză*, etc. E se *mură* vive relativamente recolhido, é certamente devido ao homófono da linguagem geral *mură* mōra 'amora'⁽⁸⁰⁾. No dialecto macedo-romeno, a mesma homonímia (a)*mŭră* 'amora' e 'moela' não conseguiu suprimir totalmente o segundo termo⁽⁸¹⁾.

O latim hispânico e dácico autorizam, pois, uma ascendência directamente latina ao port. (e gal.) *moela*, que não provém do port. *moer*, mas sim do lat. *molēlla < mola < μῶλα. — A mesma ascendência directa tem, aliás, o seu homeótrofo *moela* medŭlla.

(77) ALR, SN, II, 1956, carta 364 *pípotă* 'moela' / ponto 172 *mŭră* e 833 *muŕă*. — Aliás, *mură* *mŭla já fora dicionarizado em 1931 como 'moela de boi' (I.-A. Candrea, *Dict. encicl.*), e em 1939, embora de «origem não estabelecida», como 'mesentério' (Aug. Scriban, *Dict. l. rom.*).

(78) Cf. *gură* 'boca' gula, *cur* 'anus' culus, etc.

(79) Ponto 172 = Arpasul-de-Jos (Făgăraș) e 833 = Petrila (Hunedora).

(80) Cujo -u- por -oă- < -ô- permanece «inexplicado» (Puscariu, *Etym. Wört.*, s. v.), embora patente ainda no fr. *mŭre*, alb. *murë*, etc. Nós vemos nisso uma parelha mōra/*mŭra, pelo que explicamos também daco-rom. *turtă* / *tòrta*, *moare* *mōria / *mŭria*, *pur* purru- / *porru-*, etc., pois sabe-se que esta vacilação existia já em latim clássico: «La variation entre *ŭstium*, *austium*, *ŭstium* est la même qu'entre *rōdus*, *raudus*, *rŭdus*, etc.» (EM, s. v. *ostium*). — *Mură* 'moela' é divergente do rom. *moară* 'mô' mŭla.

(81) É o macedo-romeno (a)*mŭră*, existente também em daco-romeno, que explica o búlg. *mură* 'estômago', e não o albanês *mullë* (*mullezë*, *mullz*, *muz*), como pensava G. Meyer (*Etym. Wört. d. alban. Spr.*) e como ainda refere JC, s. v. *molleja*.

Assim sólidamente documentado no romeno norte- e sul-danubiano, *mură* explica a existência de certas formas balcânicas (JC, l. cit.) e confirma o eslavista K. Strekelj quando põe em dúvida o carácter genuinamente eslavo da palavra (*Archiv f. slav. Philol.*, XII, p. 484: XXVI, pp. 412-413).

O curioso *mamă* 'moela' dos dialectos macedo-romeno (ALR, SN, II, 364/010) e megleno-romeno (*ibid.*, II, 364/012) explicamo-lo sem hesitar pelo lat. *mamma* 'protuberância', comparável a *mură* *mŭla < μῶλα 'carnosidade'.

10. Port. **pespegar**

Foi em 1946, ao verter para português com António Ruivo Mouzinho o clássico romeno Ion Creangă⁽⁸²⁾, que me «aconteceu» o verdadeiro étimo deste verbo. O autor e herói das *Recordações* ia frequentes vezes em criança arrelhar o vizinho Ti' Chiorpec sapateiro com as suas traquinices. «...E quando o homem via que se não podia livrar de mim com palavras, agarrava-me meigamente pelo queixo com a mão esquerda, enquanto com a direita molhava o pincel na tigelá com sebo, e me *pespegava* com um bom pedaço pelo focinho, que era de rebentarem de riso os aprendizes da sapataria...»⁽⁸³⁾. Sem a procurar de propósito, tinha encontrado casualmente a origem da palavra: fundamental condição para que uma etimologia aspire a ser verdadeira, conforme o cânone do saudoso Leo Spitzer.

Mas, antes de encarar o étimo, vejamos qual é a idade e o significado do vocábulo. Segundo *CF*, estamos em presença de um termo familiar significando, como transitivo e intransitivo, 'impingir', 'dar com violência, com mau modo', 'assentar', 'aplicar' (*pespegar uma bofetada*); como reflexivo, 'permanecer no lugar, maçando ou enfadando a pessoa a quem fala, ou os donos da casa onde está', 'parolar inútilmente, tomando a outros o tempo de que precisam'. *CF* e *MS* citam ainda o posverbal popular *pespego* 'empecilho, estorvo; pessoa que embaraça ou molesta', e o derivado algarvio *pespeneta* (errado *-nhe-* em *MS*) 'mulher metediza, lingareira'.

Ora, quer-nos parecer que todos estes verbosos significados se reduzem à acepção fundamental de 'colar', documentada na palavra em questão desde o século XVII⁽⁸⁴⁾ até hoje em dia⁽⁸⁵⁾. É intui-

(82) Ion Creangă, *Recordações de infância*, com um prefácio de Jean Bouteiller: Lisboa, Sá da Costa, 1947, 199 pp. e 18 desenhos de Maria Almira (Coleção do Leitorado Romeno da Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 8).

(83) *Op. cit.*, p. 67; cf. o desenho da pág. 64. O tradutor francês rendeu o original a *trage o răbui* (= a *răbui*) por *barbouiller* (I. C., *Souvenirs d'enfance*, trad. du roum. par Yves Auger: Paris, Didier, 1947; p. 66), e o tradutor inglês por *smear* (I. C., *Recollections from childhood*, transl. by A. L. Lloyd: London, Lawrence & Wishart, 1956; p. 53); não temos à mão a versão italiana (I. C., *Ricordi d'infanzia*, trad. di A. Silvestri-Giorgi: Firenze, La Nuova Italia, 1931).

(84) «... e se ali entam vier a sua moça, Lhe pode *pespegar* mui boa coça» (*Auto das Regateiras de Lisboa*, ed. 1919, p. 21, apud *JPM* s. v. *pez*).

(85) Cf., p. ex., «...entregar < a carta > sem lhe *pespegar* ao lado um selozinho de multa» (*Diário de Notícias*, Lisboa, 13.XII.1953, p. 1).

tivo que, em *pespegar*, temos como segundo elemento o simples *pegar*, o qual, do sentido inicial, etimológico, de 'colar' que lhe conferiu *pix- pīcem* *pez*, evoluiu na linguagem familiar para o sentido figurativo de 'estorvo', 'chato', 'pegadicho' (cf. em fr. fam. «un type collant») e criou a locução *pegar uma bofetada*, documentável já no séc. XV⁽⁸⁶⁾ e existente em vários idiomas com base no mesmo conceito de 'colar': esp. «*pegar un bofetón*», fr. «*colier une gifle*», alem. «*jemandem eine kleben*», rom. «*a lipi o palmă*», etc.⁽⁸⁷⁾

Se todos os etimologistas e lexicógrafos estão de acordo em ver na segunda metade de *pespegar* o verbo *pegar*, o caso é diferente quanto ao elemento inicial *pes-*: embora Fr. Ad. Coelho passe em silêncio a sua explicação, *AN* atribui-lhe curiosamente o étimo *pos* < *post*, que, sob a forma **pospegar* ora hipotética (*CF*, *JPM*), ora sem asterisco (*MS*⁽⁸⁸⁾), havia de se enraizar nos dicionários da língua portuguesa. E Cornu chegou mesmo a sentir no *e* do prefixo a influência da sibilante sobre o *o*!⁽⁸⁹⁾

Contra o étimo-fantasma *pes-* < *pos* < *post* (que Fr. Ad. Coelho não propôs...) depõem tanto a inexistência de uma forma intermédia **pospegar*, como a semântica, pois não se vê o que o prefixo *post* acrescentaria a *-pegar*. Na realidade, estamos diante de um outro falso étimo, como em *besuntar* acima estudado, onde o presumido *bis* ocultava o nome m. *pez*. Como em *besuntar* em vez de *bezuntar* por **pezuntar*, o port. *pespegar* não passa de uma cacografia por *pezpegar*⁽⁹⁰⁾, composto familiar criado dentro do português provavelmente no séc. XVII para intensificar o polisémico *pegar* pelo acréscimo do *pez*, formando assim um composto aglutinado à base de *pix*. É que, como se vê pela passagem de *pēgar* em *pregar* na

(⁸⁶) «...hũa grande bofetada A seu esposo pegou» (*Canc. Geral*, Coimbra, 1915, t. V, p. 310). O actual *pregar* (uma bofetada) saiu, pois, do cruzamento com *prego*, como concluiu (embora hesitante) A. C. Pires de Lima, «*Pegar*» ou «*prēgar*» uma bofetada?, na *Rev. de Portugal*, *Lingua Port.*, XIII, 1948, p. 153: o autor crê reconhecer uma etimologia popular, com substituição de *pegar* 'colar', 'pespegar'.

(⁸⁷) Sobre este assunto, e a fortuna de *pix* nas línguas românicas, q. v. a nossa monografia *Survivance roumaine du latin *applicare*, *Boletim de Filol.*, X, 1949, pp. 148-187, e particularmente p. 164, n.

(⁸⁸) *Port. Spr.*, § 96, apud *AN* s. v.

(⁸⁹) Da mesma maneira, *pezgar* 'untar com pez' **pīcīcāre* e *empezgar* encontram-se mal grafados em todos os dicionários e tratados portugueses, embora *CF* s. v. *pezga* reconhecesse que «a rigorosa ortografia seria *pezga*».

locução *pegar uma bofetada*, o português tem cada vez menos a consciência, em *pegar* 'colar e 'apanhar', do étimo *pīcāre* < *pīx-pīcem*, por causa do simples *pez* que originou a sua própria família (*em*)*pezgar*, *empezar*, *empezinhar*; cf. *bezuntar* < **pezuntar*, etc. Dali a necessidade, em *pezpegar*, do «rappel» *pez-*, como uma evocação jocosa dum étimo evanescente.

O sebo do *Ti' Chiorpec*, como a cola dos selos actuais, não é, pois, senão o substituto 'pegajoso' do etimológico *pez*, cujo carácter 'colante' está ricamente patenteado nas línguas românicas.⁽⁹⁰⁾

Lisboa

VICTOR BUESCU

⁽⁹⁰⁾ Q. v. Victor Buescu, *Survivance roumaine du latin *applicare*, p. 164.

Recensões Críticas

Damaso Alonso, **Vida y obra de Medrano**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1948, t. I; 331 pp. + 13 láminas. Dámaso Alonso y Stephen Reckert, **Vida y obra de Medrano. Edición crítica**. C. S. I. C., Madrid, 1958, t. II; 432 pp. + 8 láminas.

Una pausa de diez años, colmados por toda suerte de tareas poéticas, críticas y lingüísticas, ha separado la publicación de los dos tomos. Los lectores, que quizá se retrajeran por el recelo de sinfonías incompletas, nada han perdido con la espera. Si el segundo tomo por las exigencias rigurosas del tema no ha brindado tantas oportunidades para vuelos y perspectivas amplias, contiene en cambio un aluvión de pesquisas y hallazgos frescos. Pero en lo esencial guarda la más estricta fidelidad a las bases y normas del primero. Aunque Dámaso Alonso, con su generoso hábito de asociarse con sus discípulos, haya encontrado un precioso colaborador en Stephen Reckert, sin cuyo alinco la obra — al igual que «otras que se le han muerto en la boca» o aún duermen en sus cartapacios — habría aguardado hasta las calendas griegas.

Un libro de D. A. sobre el Siglo de Oro abre siempre territorios inexplorados. La modesta bandera del título — Medrano, poeta exquisito y refinado, no iguala a Góngora, ni a S. Juan de la Cruz, ni a Garcilaso — amenaza con privar a la mercancía de la estimación merecida. Con todo, el problema aquí planteado y resuelto, el de un poeta renacentista que a través de la imitación se eleva a la originalidad, afecta a gran parte de nuestra poesía.

Al salvar a Medrano, al aprender a saborear sus poemas, salvamos con él a otros clásicos que se ufanan del hurto honesto, del noble plagio. Toda la finísima sensibilidad del crítico se emplea en elucidar cómo el eco pasa a ser voz y el espíritu personal alienta en la letra ajena y milenaria. D. A. nos entrega el estudio completo de um poeta en la otoñada del Renacimiento y lo redondea con una edición crítica, recogiendo para tejer el tapiz todos los hilos de la investigación. Realiza con maestría los variados menesteres del oficio: la fijación del texto, el desmonte de los artífugos técnicos, la interpretación, la situación en el campo de la historia literaria.

Ni siquiera retrocede ante el espinoso problema del entrelazamiento de vida y creación, de personalidad poética y personalidad humana. La insistencia suya sobre ciertos módulos y esquemas estructurales, cuya importancia en la poesía ha sido el primero en sondear, ha dado a ciertos críticos la falsa idea

de que rinde culto a un formalismo retórico. Nada más lejos de la verdad: jamás pierde de vista el fondo humano que impregna y vivifica el ejercicio literario. En el caso de Medrano ha trazado, a pulso y sin precursores, la carrera de su vida subordinando los medios al fin último: el de aislar la naturaleza y los rasgos dominantes de su poesía.

Los dos volúmenes, harmónicos en el contenido, utilizan registros literarios diferentes. El primero, largamente meditado, pero escrito bajo el acicate del plazo, inminente, contiene algunas de las más primorosas páginas del autor. La sutil penetración en los recodos del alma de Medrano, la meridiana claridad con que despliega los secretos de la forma y los matices del sentimiento en los poemas, están servidos por un estilo cálido que se inclina sobre el lirismo y la grandilocuencia sin caer en ellos. La transposición del plano poético al plano conceptual — la interpretación — ha sido hecha con justeza y dignidad estética. El segundo volumen, más pronunciadamente didáctico, consolida y cimenta el primero, brindando una edición, un comentario estilístico, un cotejo con sus fuentes, un juego de esmerados índices, una serie de apéndices sobre puntos marginales.

Medrano revive como hombre. Rodríguez Marín, en una colección de documentos, había desenterrado el único dato válido para el rastreador: Medrano había sido jesuita y salido de la Orden. Búsquedas en Sevilla, en los manuscritos de Biblioteca Nacional de Madrid, en los archivos jesuíticos de Roma han aireado una mina de documentos que el biógrafo compagina con las sugerencias que, en cifra, brindan los poemas. Nace en Sevilla, probablemente en 1570, de adinerada familia de banqueros que comercian con México, e ingresa en 1584 en la Compañía de Jesús, colegio de Córdoba. Le toca formarse durante los años de alteraciones internas de la Orden y simpatiza con los jesuitas rebeldes: el gran José de Acosta, el intrigante Pedro de Maldonado, cantados en sus odas. La mayor intimidad le liga a Alonso de Santillán de quien es profesor en Salamanca. Juntos abandonan la Compañía en 1602 aunque siguen caminos distintos: mientras Santillán se embarca como alférez en la flota de la plata, Medrano se retira a su quinta de Mirarbueno, cerca de Itálica, cuidando sus viñas y rebaños o cantando sus ocios, merclándose a la intensa vida literaria de Sevilla, amistando con Rioja, Arguijo, el pintor Pacheco. La muerte le sobreviene rodeado de una tertulia de amigos, después de cantar un romance, y su nombre pasa a los libros de escarmiento donde los jesuitas reúnen los fines desastrados de los que dejan la bandera ignaciana.

Asentada la biografía propiamente dicha sobre sólidos sillares de archivo (pp. 1-77), vienen cuatro capítulos (pp. 81-120) dedicados a la rama biográfica de la crítica literaria. Capítulos habilísimos en que medias insinuaciones, nexos sugeridos van tejiendo un puente psicológico entre la vida y la obra. Para ese puente suministra ricos materiales el MS 3888, autógrafo en que los sonetos a Flora del impreso aparecen intitulados «A la señora Doña Inés de Quiñones», una oda a Amaranta pasa «A doña María de Esquivel», cruzan una doña Catalina de Aguilar y una doña Isabel con tachado apellido que da lugar a cábalas, mientras que ningún indicio nos revela qué dama real se esconde tras la Amarilis a quien ha consagrado los más bellos a la par que borrascosos versos de amores. Damaso saca estos poemas amorosos de la zona

académica del simple atletimo petrarquesco, los sitúa entre el vivir y el soñar, conciliando experiencia y retórica. Símbolo de esta conciliación podría ser el verso en que ensalza de Amarilis «el oro de su negro pelo», aliando el rubio de la literatura a la morenez de la dama sevillana. D. A. fino casuista analiza aquellos amores «especiados de literatura», hace justicia al las reminiscencias e interpreta como confidencias «sui generis» las series de Flora y Amarilis que a la verdad — lo mismo en los cuadernos del poeta que en la edición de Palermo que los refleja — se ordenan en itinerarios sentimentales jalonados de éxtasis, de obstáculos, de ausencias, de muerte (el de Flora).

Seducidos por el arte consumado del exégeta hemos olvidado nuestras defensas. El duende de la contradicción, apoyando el platillo de la tradición frente al de la vida, nos muestra los riesgos de una exégesis que — durante un viaje a Roma emprendido, a lo que parece, en horas de crisis espiritual — baraja tres amores diferentes. ¡Qué harén imaginativo! ¿Estaremos frente a sucesos reales que han provocado una correspondencia literaria o frente a ejercicios de literatura en los que se ha infiltrado, bajo el disfraz imaginativo, un movimiento interior, un anhelo reprimido? Si la oda al jesuita Maldonado fue, antes, oda a Luis Ferri, no hay inconveniente en admitir que la oda XI fue compuesta anteriormente, acaso sin raíz biográfica, e incluida posteriormente en la serie de Flora. Sobran antecedentes literarios: Petrarca había incluido en la serie de Laura no menos que dos sonetos, el 145 y el 159, remediando la misma oda horaciana a Lálage. En cuanto al soneto «En el secreto de la noche suelo» en la muerte de Flora, acaso fue compuesto con el fin de cerrar la novela amorosa de Flora. Casi todas las novelas de tipo petrarquesco se cerraban con su inevitable *Alma minha gentil*. Tenemos el caso curioso de Pietro Bembo que compone con este destino los dos sonetos 135 y 136 de la edición Dionisotti (*Gli Asolani, Le rime*, Turin, 1932) y más tarde, cuando en 1530 muere su amada la Morosina, a ella se los dedica. Por cierto que el 135 «Quando forse per dar loco a le stelle» posee una estructura inicial semejante al de Medrano: la soledad de la noche en el primer cuarteto, el diálogo con las estrellas en el segundo. Pura coincidencia, a lo que pienso.

D. A. ve perfectamente estos riesgos y deja otras puertas abiertas. Reconoce que tanto al preguntarnos si son *academias* o confidencias, no hay respuesta pacífica: «se llega al absurdo lo mismo si se contesta *sí* que si se contesta *no*». Podemos asentir plenamente ala matizada conclusión (p. 117): «¿Estamos enamorados? Las damas existen, y el amor puede ser que *sí*, también que *sí*. O por lo menos en sonetos o en odas». Aquellos amores lograron «completa realidad únicamente en el arte».

En el mundo del arte se conciliaban la doctrina cristiana y la sensibilidad pagana. Esta mezcolanza era casi impuesta como un deber pedagógico mediante la entonces imperante práctica de la imitación. Práctica que, brotando en el terreno de la enseñanza como eficaz entrenamiento para el aprendizaje de las lenguas muertas, fue elevada al rango de doctrina filosófica por y obra y gracia del platonismo. Saltó la cerca de las escuelas y fue aplicada a la mejora de las lenguas vulgares, porque era fuerza que quien idolatraba y remedaba a Cicerón, Virgilio y Horacio en latín, intentase hacerlo en romance. A mediados del siglo XVI la teoría platónica de la imitación de la literatura modelar fue ce-

diendo ante la doctrina aristélica de la imitación de la vida y el hombre. Esta teoría favoreció la renovación del teatro y la novela, mientras la lírica siguió tenazmente apegada a sus tradiciones. Horacio era autor remedado en las aulas de la Compañía que en el siglo XVII y en Polonia produciría a Sarbieviov o Sarbiewski — el Horacio cristiano — cuyos *Carmina* han conseguido 59 ediciones.

Medrano — afirmó con exageración Menéndez Pelayo — «no tiene un solo pensamiento que no sea de Horacio». D. A. que aparte de los *hurtos* mencionados por D. Marcelino en las Odas, ha descubierto otros nuevos en las mismas Odas, en las Sátiras y las Epístolas, limita esta afirmación. El apéndice del tomo II (365-371) nos da un resumen preciso: de las 34 odas de Medrano 31 son, en todo o en parte, imitación o traducción del lírico latino. Tras Horacio viene el Tasso del que ocho sonetos tienen prestamos: del Ariosto saca sólo uno. El influjo de Virgilio se siente repetidas veces, aunque diluido e impreciso. El estoicismo de Séneca, el pesimismo de Plinio y de Job, retazos de Lucrecio y Juvenal han inspirado pensamientos y versos.

De los nuestros se siente la huella de Góngora, de Lupercio Leonardo, de Agustín de Tejada y sobre todo de Luis de León cuyo horacianismo debió servirle de guía. Tantos frutos tomados del jardín ajeno plantean el problema de si Medrano posee una personalidad poética. ¿Mero planeta o estrella con luz propia? Medrano (tal es la sorprendente paradoja) crea hasta cuando traduce o imita. Quien no admita esta antinomia se cerrará las puertas de la musa clásica.

El cotejo de su arte con el de sus contemporáneos muestra que donde Herrera y Francisco de la Torre están corroídos por la carcoma arqueológica, por el gusto de la muerta mitología, Medrano, renunciando a la pátina, concibe un clasicismo vivificado, ágil. El mismo Luis de León ama las antiguallas y cuando traduce se enmaraña en la hojarasca del original: en realidad sólo se vuelve horaciano cabal cuando canta por su cuenta. Medrano en cambio poda la mitología o la moderniza, conservando la forma interior y exterior, el espíritu y la configuración de su modelo. La ceniza vuelve a dar llama.

D. A. para llegar al corazón de la mina poética, la ataca por venas diferentes: léxico, hipérbaton, reiteración, correlación. Nos muestra la función de los artificios retóricos: el hipérbaton que, retardando el desenlace del periodo, establece entre sus elementos una trabazón mas completa que el avance lineal, y favorece la concisión; los cortes exclamativos, especiería afectiva que alivia el empaque; la repetición que sirve ya para resaltar un elemento, ya para engarzar eslabones sueltos; la correlación que ordena a la par que varía los conjuntos. Medrano, aunque sus cultismos de acepción son copiosos, aunque sus inversiones sean más osadas que las de Góngora antes de las *Soledades*, se mantiene dentro de la raya manierista. Es un cultismo clásico, que trata de salvarse del cansancio renacentista acendrando y regularizando el arte: cultismo como el que campea en las *Flores* de Espinosas. Remedo de los modelos antiguos frente al frenesí barroco de Góngora.

Los dos hemisferios de la obra de Medrano son los sonetos y las odas. Los sonetos ofrecen menor interés. Sonetos fríos a fiestas y túmulos, sonetos petrarquescos de colorido rebajado, sonetos sentenciosos empañados de amar-

gura, sonetos de pasión e idealismo, algún que otro soneto religioso. La obra de Medrano culmina en las odas horacianas, a cuya interpretación se consagran las ochenta páginas capitales (237-312).

D. A. señala como característica de la oda horaciana los engarces mentales más que explícitos, el movimiento imaginativo, el final decreciente relevado por un toque afectivo o irónico, o por la escapada hacia un subtema. Medrano ha sabido captar no sólo el ritmo exterior y los encabalgamientos, sino la geometría íntima del modelo. Podríamos distinguir tres grados de horacianismo: la versión, la imitación cercana, la libre. Los linderos son borrosos. En las versiones abomina tanto la paráfrasis como la servil literalidad, que respeta lo muerto: las alusiones herméticas, la erudición recóndita. En las imitaciones cercanas compensa la infidelidad de pormenor con una espléndida fidelidad de sentido, sustituyendo las circunstancias y las emociones de Horacio por las de su tiempo y persona. En las imitaciones libres sabe desvincularse y seguir los rumbos de la propia inspiración, sin desprenderse de la técnica y el tono horaciano.

Medrano se propuso — la teoría está implícita en la práctica — escribir odas que suscitasen en el lector de su época emoción y deleite idéntico al que debió sentir leyendo a Horacio un contemporáneo de Augusto. Usó tipos de estrofa y de verso que correspondiesen en la medida posible a los de su modelo. Bastante se salva del original, si no el inasequible ritmo cuantitativo, pero si la ondulación del pensamiento, el contorno rítmico, los encabalgamientos, las pausas, los incisos interrogativos y exclamativos. El tacto del adaptador fue infinito. Y no menor la sutileza del exégeta que al observar que Medrano evita sistemáticamente acabar con pareados rimantes y usa sistemáticamente estrofas con final heptasilábico, descubre en este mínimo pormenor una prueba significativa de los gustos e intenciones del autor: acabar no con estruendo sino con gracia. Medrano fino, recatado, quiere eliminar el énfasis rotundo de la aleluya final. Sirva este botón de muestra para ejemplificar la constancia con que el pormenor revela lo esencial. Al adaptar el modelo a su mundo personal y traerlo a la órbita de su vida, Medrano quide eliminar totalmente la vieja materia conservando la configuración. La nueva materia puede asemejarse a la antigua, por ejemplo cuando la marmórea Glicería se convierte en una salada andaluza o cuando el oro de América reemplaza al oro de Asia. Pero el análisis descubre extrañas metamorfosis: la campesina Fídile se trueca en Alonso de Medrano y la reina Cleopatra en el alférez Alonso de Santillán. A veces funde o más fuentes. El milagro de sua arte consiste en que la nueva creación despaganizada, aligerada de elementos sensuales y coloristas, no sólo recuerde dignamente al modelo sino que tenga aliento personal, vida fresca. El fuego traído de casa ajena ha servido para encender el propio hogar. La tópica se contamina de intimidad, de alma. D. A. acaba horacianamente, con la evasión hacia el subtema del agua donde arrancando de una oda de Medrano enlaza estrechamente a su autor con otros cantores de los ríos de Sevilla. Esta brillante peroración destinada a rematar en belleza uno de esos recitales oratorios que son los ingresos académicos, debió de arrebatarse al oyente, y guarda su encanto sobre el lector.

Integradas en el tema central hay páginas que esclarecen aspectos impor-

tantes de la estilística y las letras: clasificación de los tipos de inversión, visión de la poesía como correlación, análisis de la *Profecía del Tajo* de Fray Luis. Y otras fulgurantes, como el contraste entre los dos ambientes de Medrano — el ascetismo desamorado de la Compañía confrontado con el embrujo del mundo sevillano — que dramatizan el conflicto interior del protagonista. D. A. sabe hablar de las cosas bellas en términos de belleza, con esa pasión lúcida, con ese amor y conocimiento de los recovecos de la poesía que sólo es otorgado al *ladrón de casa*.

El segundo tomo es obra de taller. Pero el discípulo no se ha limitado a ordenar materiales o perfilar esbozos, sino que ha acrecentado notas y comentarios, ampliado análisis, identificándose de tal modo con el espíritu del primer autor que este confiesa: «Me ha ocurrido casi siempre en la corrección de pruebas no poder distinguir lo que era suyo lo que era mío». ¿Será malicia mía? Yo sospecho — aparte de la distribución del trabajo reconocida en la *Nota preliminar* — la mano del segundo autor, entonces profesor de Yale, en ciertos morosos análisis estilísticos más de acuerdo con el uso americano que el español. El discípulo tiende a ser «erasmicior Erasmo». Hay al final un *Resumen de fuentes* y un variado juego de índices que, aparte de facilitar en cada momento el hallazgo de los datos pertinentes, equivalen a una puntual especificación de fenómenos de lengua y estilo cuyo estudio podrá servir a los fines de una enseñanza superior de los problemas literarios.

Buena parte del tomo deriva, como un corolario, del primero. Por una *promesa* no cumplida — la de un apéndice sobre el viaje de Medrano a Roma — hay sorpresas, como la aparición de un manuscrito de Medrano que encierra dos romances de casi segura autenticidad, muy distanciados del resto de la obra.

La edición, notas y variantes es a primera vista la más satisfactoria que poseamos de cualquier lírico del XVI. Está basada en tres fuentes principales:

a) el cuadernillo autógrafo inserto en el Ms 3888 de Madrid, que nos permite asomarnos a los caracoleos de la imaginación de Medrano, mientras compone sus poemas, y encierra el borrador de la más bella de sus odas, sorprendida al nacer en sus vacilaciones y tanteos;

b) El Ms 3783 que encierra autógrafa la casi totalidad de la cosecha poética. D. A. lo reputa versión posterior y enmendada del cuadernillo;

c) la edición de Palermo (1617), tras los *Remedios de amor* de Pedro Venegas de Saavedra, que corresponde en lo esencial a la lima postrera de autor.

El impreso, última mano, se utiliza como texto básico para el fondo literario, mientras que en la ortografía y en las opciones de vocablos con múltiples formas se sigue el testimonio fehaciente de los autógrafos. Las abundantes láminas nos permiten comprobar el uso de Medrano y el escrúpulo de los editores, exigente hasta el melindre. No tengo a mano la impresión de Palermo, pero lo que se trasluce al examinar los rincones de la nueva impresión y comentario, me allana el creer que, hoy por hoy, no es posible mejorar su aportación.

Cada poema va acompañado de un comentario estilístico y de una amplia discusión de sus modelos, cuando se conocen. Las intuiciones o las afirmaciones

del volumen primero están afianzadas mediante el estudio, poema a poema, de las variantes, elaboración de pensamientos ajenos, soldadura de los elementos, sentido de los trechos ambiguos, etc. No queda cabo por atar.

Sólo en materia de fuentes parece posible añadir algo a los autores, los cuales, al trasmitirnos su opinión de que quedan aun manantiales por alumbrar, nos convidan a proseguir la exploración. Yo mismo cedí a la tentación con escasa fortuna, como se verá por las notas siguientes.

El soneto XXVIII termina lamentando que Amarilis malgaste en un rival indigno su amor «Debiéndolo a los años que he servido». Verso que parece reflejo de Lupercio Leonardo de Argensola, el cual había finalizado «Llevó tras sí los pámpanos Octubre» lamentando que Fabio malgastase a la puerta de Tais sus lágrimas «Debiéndolas al tiempo que ha perdido». En el soneto del aragonés, poeta menos predatorio, encaja mejor el remate y en él, mejor que en Medrano, cuadra la paternidad.

Los ecos virgilianos, como apuntan los dos editores, suponen más que la reminiscencia de un breve trecho, la presencia mental de una escena o un conjunto. No aparece señalado uno de los más notables, el del soneto XXXIII «Despierto al fiero incendio y deél cercado», donde, animando a Fernando de Soria Galvarro para que huya del amor, compara la pasión con Troya en llamas. La ciudad no está nombrada, pero sólo a ella conviene la mención del falso caballo y de Helena, fuego y no mujer. La historia relatada en el libro II de la Eneida que presenta a Eneas sacando en hombros de Troya a su padre Anquises, está inscrita en filigrana al trasluz de los consejos:

Mas ya, si con el uso envejecido
para vencer huyendo un mal tamaño
la fuerza os a, Fernando, fallecido

en sus hombros el nuevo desengaño,
por do estuviere el fuego más tendido,
sacaros sin lesión podrá y sin daño.

En este poema emblemático las imágenes salen no de la naturaleza sino de un mito artístico, el arte imita al arte. La moralización de Eneas llevando a su padre en hombros asoma ya en Alciato. Sebastian de Covarruvias (*Emblemas morales*, Segovia, 1589, lib. III, emblema 11) en su «Por medio de las llamas animoso» interpreta a Eneas como figuración del amor filial. Signo precursor del barroco es que Medrano le convierta en figura del Desengaño.

En 1948, a raíz de la publicación del tomo I, D. A. (*Hispanic Review*, XVI, 162-4) descubrió que el soneto postrero de Medrano «Cómo esperaré yo que de mi pena» derivaba de otro del Ariosto «Come creder debbio che tu in ciel odi». Confrontando los dos tercetos españoles con el último italiano, no conseguía topar con la fuente del verso 14 de Medrano.

Ariosto:

L'aver pietá d'un cor pentito, anch'opra
E' di mortal: sol trarlo dall'inferno
Mal grado suo puoi tu, Signor, di sopra.

Medrano:

Tal es. Haver piedad de un quebrantado
coraçõ aun es obra que en un rudo
pecho mortal halló tal vez cabida.

Mas tirar deel infierno a un obstinado,
malgrado suyo, en ti uno caber pudo:
árbitro de la muerte y de la vida.

Topó D. A. con dos frases de Séneca en las que M. Antonio y Nerón son titulados respectivamente «vitae necisque arbiter», «vitae mortisque arbiter», pero el lejano e inmotivado acarreo de una expresión suelta no le satisfacía. No se adivinaba el estímulo asociativo ni el cauce mental. Me figuro haber dado con una explicación plausible. Ariosto había calcado el esquema y movimiento, con leves modificaciones, de un trecho de la Biblia, es decir de los versículos trece y catorce del cap. 36 de la *Sabiduría*, donde hablando con Dios se ensalza su omnipotencia:

13 Porque tu tienes la potestad de la muerte y de la vida:
y llevas hasta las puertas del sepulchro, y tornas a traer. 14 El
hombre a la verdad podrá matar con su malicia, mas no podrá hazer
bolver el espíritu una vez salido y que el ánima una vez tomada torne
al cuerpo» (Trad. de Cipriano de Valera, 2.^a ed., Amsterdam, 1602).

El recuerdo del verso 14 flotaba probablemente en la mente de Ariosto que guardando la configuración, alteró el «el hombre (malo) podrá matar, pero no sacar de la muerte» en «el hombre (bueno) podrá apiadarse, mas no sacar del infierno». La sustitución era facilitada por la equivalencia alegórica muerte = condenación. En todo caso los versos de Ariosto hicieron saltar en la mente de Medrano el pasaje entero, tanto que completó el soneto remon-tándose al reconocimiento del poder de Dios sobre la vida y la muerte. Al entrecruzarse el concepto bíblico con la expresión de Seneca — que no me extrañaría hubiese sido antes usada por otros poetas — nació el remate del soneto «árbitro de la muerte y de la vida»

Permítaseme acabar con una digresión que hará más verosímil mi conjetura. Ese verso de la *Sabiduría* — conjugado con *Deuteronomio* cap. 32, v. 29, en que Dios habla «yo hago morir y yo hago vivir» — gozó de inmenso resonancia en la poesía cortesana de amor tanto francesa como provenzal e italiana. Bastará una cita de cada lengua. Guittone d'Arezzo: «Voi me' Deo sete e mea vita e mea morte». Sordello: «Qu'en vos est ma mortz e ma vida». Marie de France: «vus estes ma vie e ma morz». *Historia Troyana* (en R. Menéndez Pidal, *Tres poetas primitivos*, Buenos Aires, 1948, p. 143): «Por vos muero e por vos vivo». Giulio Bertoni (*Archivum Romanicum*, II, 246-7) y A. Roncaglia (*Cultura neolatina*, XIV, 242) han reunido más referencias sin atinar con la fuente. Roncaglia juzga que la fórmula «ha lontane radici in Orazio, Carmina, III, 9, v. 24» es decir en «tecum vivere amem, tecum obeam libens». Quizá los romanistas debían frecuentar más la Biblia de donde parece salir el texto apli-

cado al amor humano por los que (para decirlo con palabras del comienzo de *La Celestina*) «en su desordenado apetito a sus amigas llaman e dizem ser su dios». Medrano lo rescató de la poesia cortesana y lo devolvió a su dueño.

EUGENIO ASENSIO

João de Barros — **Diálogo em louvor da nossa linguagem — Lettura critica dell'edizione del 1540 con una introduzione su la questione della lingua in Portogallo**, a cura di **Luciana Stegagno Picchio**, Modena, 1959, 127 pág., in-12 (Istituto di Filologia Romanza dell' Università di Roma ; Testi e Manuali a cura di Angelo Monteverdi — N.º 45).

A presente obra, que mais uma vez vem pôr em relevo o crescente desenvolvimento dos estudos portugueses na Itália, constitui, a nosso ver, um trabalho de valor para uma futura História da Língua Portuguesa. A primeira parte, *La questione della Lingua in Portogallo*, que se apresenta como uma introdução à leitura crítica do texto e respectivo comentário, é, mais do que isso, um traçado, embora esquemático, do problema da individualidade da Língua Portuguesa, encarada desde os seus primórdios até à época de oitocentos.

A autora refere-se à «experiência medieval» conseguida através das traduções monásticas, ao papel da Corte e dos Príncipes de Avis, em especial D. Duarte, para entrar numa análise mais demorada e profunda dos problemas linguísticos que se põem no século de quinhentos. O binómio medieval português-latim é substituído então pelo binómio português-castelhano que culminará, por razões históricas, no período da dominação castelhana. Nesse binómio se insere o bilinguismo vicentino e dos outros escritores dos séculos XVI e XVII, mas a ele se opõe um outro conceito que caracteriza e define de modo efectivo este problema da língua no século de quinhentos: o sentido imperialista da Língua «novo e mais subtil instrumento do Império», no dizer da A.

É esse o «leit-motiv» do *Diálogo* de Barros e esse o aspecto mais curioso da questão, que é, com agudeza, posto em relevo nesta edição ao encarar as possíveis relações entre os gramáticos portugueses e castelhanos, mais especialmente entre Barros e Nebrija: relações que não excluem uma oposição de atitudes, porque, enquanto Nebrija, com um critério nitidamente modernizante, dá prioridade à língua castelhana, Barros não se libertou ainda tão completamente do binómio português-latim e enraíza a nobreza da Língua Portuguesa na sua filiação latina. Sabemos, com efeito, que, dentro desse critério, Barros «forja» para o português duas declinações moldadas sobre os casos latinos, e estabelece, por vezes forçadamente, um paralelismo quase linear entre as categorias e factos gramaticais portugueses e latinos. É por esse erro de visão, digamos, que a A. considera Barros inferior, como gramático, a Fernão de Oliveira, cujo instinto linguístico nos apresenta uma Língua Portuguesa que, inserindo-se embora no ramo latino, tem vida própria e independente.

(A este propósito, e afastando-se deliberadamente do problema, a A. refere-se à questão da prioridade das *Gramáticas* de Barros e F. de Oliveira).

De resto, a «pouca corrupção» do Português em relação ao Latim não encontra apenas o entusiasmo de Barros: muitos outros, se pusermos de lado o próprio Camões, se referiram a ela e viram nela uma das razões da nobreza da língua pátria, nobreza que, neste século de glorificação dos valores nacionais, é exaltada por um António Ferreira e, mais tarde, Rodrigues Lobo.

Todavia, essa glorificação, puramente especulativa, vai desembocar na clarividência linguística já de Pedro de Magalhães de Gândavo e, finalmente, de Duarte Nunes de Leão, de cujos conceitos a A. faz uma breve análise, atribuindo a unidade da língua e a ausência de fragmentação dialectal à «la precoce unità politica del paese». Continuando o esquema de evolução da questão linguística em Portugal, encontramos ainda referências a António de Sousa de Macedo, António Verney, e, finalmente, no século XIX, Francisco Adolfo Coelho.

Depois deste breve apanhado das ideias da lúcida introdução de Stegagno Picchio ao *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, temos apenas um pequeno reparo que em nada, porém, vem diminuir o valor do que ficou dito: referindo-se ao bilinguismo de Gil Vicente, a A. considera-o «bilingue per vassallaggio alla regina D. Leonor» (pág. 14). Quanto a nós, porém, o problema do bilinguismo é mais extenso e de modo algum se confina em Gil Vicente à influência ou suzerania espiritual de alguém. Sabemos que, embrionário nos Cancioneiros trovadorescos, já no Cancioneiro Geral se manifesta largamente um castelhanismo literário — 29 poetas bilingues figuram na compilação poética de Garcia de Resende, que, todavia, paradoxalmente, coexiste com uma castelhanofobia, reflexo das rivalidades causadas pela Guerra da Sucessão e pelos empreendimentos marítimos. Na corte de D. João II desenvolveu-se extraordinariamente o prestígio da língua castelhana como língua de cultura, e sabemos que raros foram os poetas quinhentistas que não foram também bilingues; bilinguismo por vezes tão desmarcado, que desencadeou o zelo patriótico de Ferreira e ditou a sua indignação contra Pero Andrade de Caminha: «...quanto mais honeste, / e em mais tiveste essa língua estrangeira, / Tanto a esta tua ingrato te mostraste...»

Por outro lado, não vemos claramente como a rainha D. Leonor, bisneta de D. Filipa de Lencastre, neta de D. Duarte, filha do Infante D. Fernando e de D. Beatriz, podia exercer influências para que Gil Vicente se servisse, de preferência, da língua castelhana. O que nos parece é que, em lugar desta rainha portuguesa, a A. deveria querer referir-se a D. Maria, mulher de D. Manuel e mãe de D. João III, a quem, por ser castelhana, Mestre Gil dirige, em castelhano, o famoso Monólogo do Vaqueiro.

Na segunda parte, *João de Barros storico e grammatico*, traça uma breve biografia, baseada na obra de Severim de Faria, e uma rápida visão da actividade literária de Barros, com alguns apontamentos, nomeadamente referência ao «erasmismo barrosiano».

Segue-se uma indicação das edições-base que serviram para o estabelecimento do texto, e uma indicação das *normas ortográficas* observadas por Barros.

O texto, fixadas essas *normas*, apresenta-se uniformizado, corrigindo o que

podia atribuir-se a lapsos tipográficos, e anotado marginalmente com a indicação das fontes em que Barros hauriu os conceitos que expõe e que são, principalmente, autores latinos (Horácio, Ovídio, Vitrúvio, etc.) e o Antigo Testamento.

Das notas de comentário ao texto, além de judiciosas considerações da A. em relação às ideias do *Diálogo*, fazem parte citações extensas dos autores que foram considerados como fonte.

Resta-nos acrescentar que, apreciada no seu conjunto, esta obra nos faz desejar que a A. continue as suas metódicas e eruditas investigações, a fim de estreitar mais e melhor os laços culturais entre Portugal e a Itália.

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

Gerhard Rohlfs, **Manual de Filología Hispánica**. Guia bibliográfica, crítica y metódica. Traducción castellana del manuscrito alemán por Carlos Patiño Rosselli. Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo, vol. 12. Bogotá 1957.

O Instituto Caro y Cuervo, a quem devíamos já a edição de importantes obras, como as de Rufino José Cuervo, acaba de publicar um *Manual de Filología Hispánica*, de cujos méritos constitui garantia segura o nome de seu Autor, Prof. Gerhard Rohlfs.

Trata-se, como indica o subtítulo, de uma obra de carácter bibliográfico, que de certo modo pode considerar-se o 3.º volume da *Romanische Philologie* do Autor (ed. Carl Winter, Heidelberg 1950 e 1955), sem contudo incluir as literaturas. Divide-se em quatro secções: uma, introdutória, de generalidades sobre a Filologia Ibero-românica (pp. 7-45), a que se seguem as de Filologia Espanhola (pp. 47-227), Catalã (pp. 229-274) e Portuguesa (pp. 275-347), e quatro índices muito úteis (de autores, de assuntos, de palavras comuns e de onomástica) (pp. 349-374).

Tendo o A. pretendido fazer do livro, em parte, uma introdução prática à filologia hispânica, encontramos na primeira secção indicações sobre as bibliotecas da Península e sobre as revistas e outros instrumentos de estudo, bem como uma visão geral da pré-história ibérica e da latinidade hispânica, e uma breve comparação das três línguas que serão objecto das secções seguintes.

O plano destas é fundamentalmente idêntico para as três: instrumentos bibliográficos, história da filologia, história da língua, fonética descritiva e histórica, morfologia, sintaxe, etimologia, semântica, dialectologia, toponímia, onomástica, etnografia e folclore, com indicações sobre o judeu-espanhol, o espanhol da América e o português do Brasil.

Rigorosamente a par de quanto se tem feito no campo da filologia hispânica, G. Rohlfs pôde dar-nos no seu *Manual*, para cada um daqueles assuntos, uma bibliografia selectiva e actualizada, que muito valorizam comentários críticos, sucintos mas perfeitamente esclarecedores. O A. não foge a tomar posição sobre os problemas aflorados, por ex. a tão discutida situação do catalão no quadro

das línguas românicas: aqui, como em trabalhos anteriores, insiste Rohlfs na grande afinidade que une o catalão ao provençal, e nas consideráveis diferenças que o afastam do castelhano. A tese que aproxima o catalão do grupo galo-românico, defendida por Meyer-Lübke e posta em bases novas por Kuen, na *ZRPh* LXVI (1950), pp. 108-113, parece aliás encontrar outro apoio no trabalho inédito de um discípulo do A., H. Bihler, *Die Stellung des Katalanischen zum Provenzalischen und Kastilischen* (vide p. 245 do *Manual*).

Por outro lado, é-nos grato verificar que um romanista de formação tão sólida como Rohlfs não desdenha as conquistas válidas da Linguística estrutural: «Deseable trabajo sería un análisis del sistema de sonidos del catalán desde el punto de vista de la fonología» (p. 252) (cf. a exposição do sistema fonológico do espanhol, pp. 149-150, e ainda p. 321). Por isso mesmo, é pena que importantes trabalhos de natureza estrutural ultimamente publicados sobre o espanhol não figurem nesta obra. Esperemos que a lacuna seja remediada numa reedição.

Outra pequena observação que desejaríamos fazer diz respeito à inclusão do capítulo sobre o galego (pp. 171-172) na secção espanhola: dum ponto de vista histórico-linguístico, teria sido preferível incluí-lo na secção portuguesa.

A palatalização de *-ll-* e *-nn-* em esp. [ʎ] e [ɲ] (p. 139) reflecte um reforço de articulação (cf. aliás p. 254 n.: *l- > cast, arag. [ʎ]*), com que a língua conservou a oposição latino-românica *geminada/simples*, que se perderia pela redução possível, e em certa época provavelmente existente, do primeiro tipo ao segundo.

Quanto ao género da palavra *árvore* (p. 293), lembramos que ela foi também masculina em português: «Em hũa frauta tangendo / ao pee de hum arvore estaua» [*Crisfal*, in: Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, *Obras*, ed. A. Braamcamp Freire, vol. II (Imprensa da Universidade, Coimbra 1932), p. 269; cf. contudo o comentário de Rodrigues Lapa, in Cristóvão Falcão, *Crisfal*, col. Textos Literários, Lisboa 1943, p. 24]; «esteve so u arvor» [*Morte do Rei Artur*, apud A. Nascentes, *Dic. Etimol.*, vol. I (Rio de Janeiro 1955), s. n. *árvore*].

O *Manual* de Rohlfs constitui uma introdução completa e actualizada ao estudo da Linguística hispânica. Fruto do ensino do A. na Universidade de Munique, é grande também o seu valor pedagógico, pela riqueza, sobriedade, concisão, e até elegância de exposição que o caracterizam. Por tudo isso, agradecemos ao A. o instrumento de trabalho que colocou nas mãos de estudantes e romanistas.

JORGE DE MORAIS BARBOSA

Dietrich Schellert, **Syntax und Stilistik der Subjektstellung im Portugiesischen**. Romanistische Versuche und Vorarbeiten I. Romanisches Seminar an der Universität Bonn. Bonn, 1958. 132 pp.

O A., discípulo do Prof. Harri Meier e orientado pelo estudo deste sobre a diferença dos aspectos estilísticos da sintaxe do sujeito na arte narrativa

de Cervantes — *Personenhandlung und Geschehen in Cervantes' Gitanilla* (1937) — propõe-se investigar a relação sintáctica entre o sujeito e o predicado em Português, analisando textos de várias épocas (Séculos XIV e XV, XVI, XIX e XX), de linguagem diversa (corrente e literária) e de géneros diferentes (prosa e poesia).

Resumindo o resultado das suas observações em estatísticas, tenta esboçar a evolução histórica, que assinala maior frequência da inversão no Português arcaico em relação ao actual, particularmente no próprio início das orações e nas coordenadas por e, admitindo, porém, o valor limitado das suas conclusões, dada a base forçosamente reduzida do material explorado.

Ao considerar os exemplos apresentados, relaciona a análise dos fenómenos sintácticos isolados com a da sua função estilística, determinada pelo contexto e pelo género literário a que pertencem. Aliada ao método comparativo que leva o A. a estudar fenómenos aparentemente idênticos em vários textos duma época, a elasticidade do seu procedimento analítico guarda-o de precipitadas conclusões generalizantes, e permite-lhe a compreensão e interpretação diferenciada, específica, dos casos que se propõe esclarecer.

Para o Português arcaico, baseia-se principalmente na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes; os restantes textos dos séculos XIV e XV (desde a *Demanda do Santo Graal* até ao *Boosco Delcitoso*) servem-lhe quase exclusivamente para efeitos de comparação estatística. Analisados sistematicamente, neste capítulo, os aspectos sintácticos da ordem directa ou invertida e verificado, perante a sua diversidade extraordinária nos textos investigados, o reduzido valor determinativo que nela cabe aos factores sintácticos, o A. consegue demonstrar que a liberdade da opção sintáctica implica a da opção entre várias possibilidades semânticas, e que a ordem sintáctica preferida reflecte a perspectiva — pessoal ou verbal — sob a qual um autor concebeu os factos e os fenómenos, as situações e os processos por ele referidos.

É particularmente instrutiva, a esse respeito, no capítulo seguinte a comparação entre a *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, e a *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, e entre vários períodos escolhidos dos *Lusiadas* e dos *Sonets* de Camões. A inversão aparece com muito maior frequência em Bernardim Ribeiro do que em João de Barros. A preponderância da perspectiva *pessoal* no *Clarimundo* perante a *verbal*, em *Menina e Moça*, corresponde, na interpretação acertada de S., às concepções, diferentes nos dois autores, da vida e das acções heróicas que um conta, e da passividade resignada que o outro exprime, e relaciona-se em Barros com o conceito da história como função das personalidades activas, e em B. Ribeiro com o fatalismo que se resigna com a superioridade das potências irracionais. A diferença fundamental das atitudes dos dois autores ressalta ainda do exame da perspectiva adverbial (com o sujeito precedido pelo advérbio no início da oração, e seguido pelo predicado) que em ambos aparece, obedecendo, porém, em cada um a objectivos distintos, visto que em J. de Barros a transição para a perspectiva *pessoal* incide sobre o sujeito como individualidade activa, e em B. Ribeiro sobre potências (*sol*, *amor*, *fados*) cuja acção se impõe aos indivíduos humanos. — Em Camões, a variedade funcional da ordem sintáctica por ele preferida ressalta particularmente acentuada nos exemplos analisados dos episódios narrados nas

est. 61-73 e 84-100 do Canto I dos *Lusiadas*, com os seus quiasmos característicos, e de alguns sonetos. Nos primeiros, a posição variada do sujeito em relação ao predicado reflecte a evolução das relações entre Vasco da Gama e o rei mouro, desde o seu primeiro encontro até à eclosão das hostilidades provocadas pelo ódio, e da luta entre as duas hostes, enquanto que nos sonetos reflecte diversos aspectos das situações emocionais e mentais pelo poeta expressas.

Da análise de textos narrativos, dramáticos e líricos dos séculos XIX e XX ressalta que na linguagem corrente e familiar a inversão raras vezes se emprega, aparecendo com maior frequência na prosa estilizada e na poesia. A diferença não é, porém, apenas determinada, pelo carácter familiar ou literário da linguagem, como ainda pelo estilo dramático e épico. É excelente sob esse aspecto a análise estilística do fenómeno sintáctico aqui estudado no conto *No Moinho de Eça de Queirós* que nesta obra se serve da ordem directa precisamente ao referir situações dramáticas, quando a narração épica recorre geralmente à inversão. — Nos exemplos da poesia lírica de Camilo Pessanha, Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e seus heterónimos Alberto Caeiro e Ricardo Reis, por S. com invulgar sensibilidade estilística analisados, o A. relaciona as diferenças semânticas da sintaxe do sujeito com a concepção do tempo como o aspecto sob o qual uma substância aparece (ordem directa), ou como continuidade, aparecendo os sujeitos (na inversão) como funções dela.

Finalmente a preferência do Português moderno pela ordem directa é ainda demonstrada pela comparação de várias traduções portuguesas redigidas em épocas diversas, de originais de Cervantes e Juan Valera, ou de traduções espanholas e francesas com os originais portugueses de Eça de Queirós e Ferreira de Castro.

É certo que o estudo de S., embora sólidamente alicerçado e architectado, não chega — nem pretende chegar — a conclusões definitivas sobre o assunto por ele tratado. Todavia, as que apresenta ou sugere, merecem ser aprofundadas por estudos ulteriores, também de orientação sintáctica e estilística.

A hipótese por S. — aliás muito cautelosamente — aventurada de a frequência da inversão nas línguas se relacionar com a inclinação dos povos que as falam para a concepção épica ou dramática da vida rasga perspectivas que transcendem o âmbito da sintaxe e da estilística. Assim, verifica-se que a preferência pela ordem directa no Francês, corresponde uma literatura dramática mais rica do que no Português, que mais frequentemente recorre à inversão, enquanto que no Espanhol, a ordem directa prevalece na obra dramática de Lope de Vega, e a inversão, na épica de Cervantes. Contudo, além de limitado — como o próprio S. o admite — o valor desta hipótese sugestiva, graças à multiplicidade das funções que cabem à ordem sintáctica, não será lícito isolar a questão da especificação sintáctica do sujeito em Português, da morfologia do verbo, cuja conjugação permite reduzir a nomeação expressa do sujeito. A tentativa de relacionar esta circunstância, por sua vez, com a mentalidade do povo e a sua inclinação para concepções dramáticas ou épicas, significaria desviar-se para o campo das especulações psicológicas. É justo reconhecer a S. que não se deixa arrastar para este campo.

Ludwig Schrader, **Panurge und Hermes. Zum Ursprung eines Charakters bei Rabelais**. Romanistische Versuche und Vorarbeiten 3. Romanisches Seminar der Universität Bonn. Bonn, 1958. 222 pp.

A realização do presente trabalho foi sugerida ao seu A. por Walter Pabst, antigo professor de Filologia Românica em Bonn (e actualmente na Universidade Livre de Berlim), que, pela sua investigação de constantes literárias e de sobrevivências literárias da mitologia antiga, deu novos impulsos ao estudo da história das literaturas românicas.

Partindo da crítica das interpretações e apreciações controversas e deficientes, moralísticas e ideológicas, do carácter complexo e ambíguo de Panurge nos estudos sobre a obra de Rabelais, o A. passa a submeter a nova e pormenorizada análise a personagem enigmática e discutida do romance. Esta análise leva-o a uma nova concepção do seu carácter. Baseando-se nos seus resultados afirma que, apesar de perturbante a multiplicidade das qualidades e funções que caracterizam a figura de Panurge, estas não deixam de se encontrar correlacionadas umas com as outras, quais elementos dum carácter composto, com feições de ao mesmo tempo pícaro e cómico, erudito e burguês, sinistro e ameaçador, solícito e medianoiro, cujas qualidades são susceptíveis de se manifestar simultaneamente sob aspectos diversos, sem que isto afectasse a coerência do mesmo carácter, e as diversas feições aparecem em parte correlacionadas por correspondências antitéticas.

Identificadas algumas das feições de Panurge com elementos arcaicos e míticos, a análise da estrutura do seu carácter leva a pôr a questão do modelo em que ela possivelmente está inspirada, e que o A. descobre na figura do deus Hermes/Mercúrio. Relacionam-se com ela várias alusões — a esse respeito ainda não exploradas — do próprio Rabelais, na literatura dos fins do século XVI, e na crítica moderna, e os elementos mitológicos do romance. Relaciona-se com ela ainda o próprio nome de Panurge como do esboço da sua história ressalta.

Ao analisar, a seguir, as feições análogas em Panurge e Hermes/Mercúrio, o A. não se limita às características do ídolo clássico, recorrendo igualmente às das suas metamorfoses posteriores, nas tradições euhemerística e alegórica, antigas e ainda medievais.

Contudo, ao destacar a analogia das feições em Hermes/Mercúrio e Panurge, e ao apontar as feições *herméticas* e *mercuriais* que Rabelais devia conhecer da literatura, o A. não pretende interpretar a sua concepção literária de Panurge como mera e propositadamente ecléctica. A concepção rabelaisiana de Panurge como *homo mercurialis* afigura-se-lhe também relacionada com os valores positivos que o escritor atribui à mitologia — evidentes na sua integração concreta no enredo do romance — e com a sua aversão contra as interpretações alegóricas e euhemerísticas que, por outro lado, não deixam de lhe fornecer elementos que igualmente explora para os seus efeitos. As próprias feições grotescas e drásticas em Panurge que mal parecem concordar com esta interpretação positiva, parecem justificadas dentro dela, analisada a figura do pícaro na mitologia à luz dos mais recentes estudos comparativos da história

das religiões e da psicologia, que já levaram Karl Kerényi a incluir o nome de Rabelais numa tradição que, a dar expressão literária ao arquétipo do «pícaro divino», se estende desde Petrónio até Thomas Mann.

Orientado neste sentido, o estudo toca na questão da possível identificação dos arquétipos literários com os mitológicos como representativos de qualidades, atitudes, mentalidades humanas, simples ou complexas, definidas ou ambíguas, e na da concepção de ambos como constantes literárias, análogas às das situações simbólicas que se repetem através das literaturas. Não penetra propriamente no problema, mas os elementos que fornece contribuem para o focar, e merecem ser ponderados para o esclarecer.

A. E. BEAU

Friedrich Sengle, **Wieland**. J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung. Estugarda, 1949. 610 pp.

Entre os clássicos alemães, Christoph Martin Wieland (1733-1813) é certamente aquele cujo nome ainda anteriormente aos de Lessing, Klopstock, Herder, Goethe e Schiller, se divulgou na Europa literária da sua época — a tradução portuguesa do seu *Oberon* foi logo tentada pelos seus admiradores contemporâneos Filinto Elísio e a Marquesa de Alorna —, mas cuja obra vastíssima acabou por rapidamente ficar esquecida na própria Alemanha, onde a crítica histórico-literária deixou de a apreciar e até de por ela se interessar. As razões que explicam o interesse internacional de outrora e a indiferença dos conterrâneos, são as mesmas. A frivolidade elegante e a linguagem amena da prosa e da poesia de Wieland correspondiam precisamente ao gosto literário da Europa culta do século XVIII, e diminuíram-no aos olhos do público alemão dos séculos XIX e XX, cujo gosto literário é largamente determinado por critérios extra-estéticos.

Assim, considerar como digno dum estudo tão extenso como o presente um escritor a quem se negam seriedade moral, patriotismo e religiosidade, e cuja obra é desprezada entre os compatriotas, equivalia quase a desafiar a opinião corrente ou convencional; e também não podia deixar de parecer estranho um jovem erudito, investigador literário, dedicar-lhe uma monografia histórico-bibliográfica, numa época em que estão em voga as análises estruturais, as interpretações estilísticas e as indiscrições psicanalíticas. Nem sequer trata de proceder à reabilitação moral de Wieland ou à glorificação da sua obra. Limita-se a, sem preconceitos, procurar compreender, dentro das suas condições particulares, individuais e históricas, e a fazer justiça crítica à personalidade humana, intelectual e literária de Wieland, que caracteriza como a dum «espírito modesto, conciliador e sempre sereno», e às suas realizações.

Aliando ao método biográfico o da análise literária e da crítica histórico-literária informa o leitor em nove capítulos sobre os ambientes locais, familiares e sociais em que Wieland se formou e se afirmou, desde o meio natal, provinciano, até ao da corte de Weimar e ao convívio com os grandes contem-

porâneos Goethe, Schiller e Herder; informa ainda sobre a evolução intelectual e a actividade literária de poeta e escritor original e medianeiro, tradutor e publicista popularizador, desde os seus inícios anacreônticos até às obras da sua fase classicista e às expressões do final, caracterizado por uma resignação serena.

Destacam-se como particularmente bem focadas no livro a caracterização da situação histórica, literária e ideológica, da Alemanha na segunda metade do século XVIII, comparada com a evolução da literatura francesa e inglesa no mesmo período, a análise da problemática específica do classicismo alemão reduzido ao breve período que separa a eclosão da Revolução francesa das invasões napoleónicas, e à obra principalmente realizada por alguns autores individualizados, relativamente independente da ordem social; classicismo que não teve o seu centro de gravitação em qualquer metrópole nacional ou política, distinguindo-se assim das condições dos classicismos periclético, isabelino ou francês sem que isto afectasse a sua classicidade, como o pretende Henri Peyre em *Qu'est-ce que le classicisme?* (1933). Consideramos como concludente e definitiva a integração de Wieland neste mesmo período áureo da literatura alemã, sob o aspecto do classicismo humorístico, e sob igual aspecto, na literatura europeia, ao lado de Ariosto e de Cervantes.

Graças à investigação meticulosa e exaustiva deste estudo, a fisionomia moral e intelectual do escritor alemão ressalta a alguns respeitos corrigida e portanto mais objectivamente retratada em relação às feições que habitualmente lhe são atribuídas, mais diferenciada e matizada, e ao mesmo tempo a sua obra, valorizada à luz das suas condições históricas, apresenta-se como mais meritória do que geralmente se queria admitir.

Deste modo, está aberto o caminho e indicado o sentido para a revisão ponderada e fundamentada da apreciação crítica de Wieland nas histórias e nos compêndios da literatura alemã.

A. E. BEAU

Reinhard Buchwald, **Goethezeit und Gegenwart. Die Wirkungen Goethes in der deutschen Geistesgeschichte.** Alfred Kröner Verlag, Estugarda, s. d. — XIII, 368 pp.

O livro propõe-se estudar a projecção que Goethe teve na vida intelectual alemã dos séculos XIX e XX, graças à posição que pela vivacidade, lucidez e fecundidade do seu génio activo e produtivo e pela variedade, amplitude e transcendência das suas realizações marca na história da língua e da poesia, das actividades literárias e estéticas, eruditas e científicas, do pensamento filosófico e religioso, da vida política e social, das influências que dele partiram, das críticas que suscitou, das reacções que provocou.

O isolamento em que o autor do *Werther*, a princípio entusiasticamente aplaudido, passou a maior parte da sua vida,, quer graças à estranheza que aos contemporâneos causou a sua evolução ulterior,, ou à crítica e oposição que encontrou, quer devido à própria admiração ou ao culto que se lhe votaram,

acentuou-se nos anos que se seguiram à sua morte, em 1832. A evolução política e religiosa na Alemanha do século XIX, com as suas tendências e doutrinarismos de nacionalismo teutonizante, democratismo patriótico, liberalismo subversivo, socialismo materialista e confessionalismo ortodoxo pouco propícia era para a valorização dum espírito considerado e consequentemente censurado como cosmopolita, reaccionário, imoral e ateu. Contudo, ao lado dos próprios críticos doutrinários progressistas ou puritanos, alguns espíritos produtivos, nomeadamente entre os poetas e artistas, e bem assim entre os cientistas, confessam-se, embora menos ruidosamente, como orientados e fecundados pela acção do génio goethiano, e seus adeptos fieis, ainda que não incondicionais. A investigação objectiva, filológica e histórico-crítica da obra do poeta, no intuito de a definir e compreender, e a realização de edições quer eruditas quer populares que se multiplicam para a divulgar, acabam por fazer penetrar cada vez mais na vida intelectual alemã, como corrente contínua e fecunda, as múltiplas emanações goethianas, e por levar os espíritos representativos das Letras alemãs, desde Nietzsche e Simmel, Dilthey e Spengler até George e Hofmannsthal, G. Hauptmann e Thomas Mann a nela se integrarem.

Entretanto, esta história das irradiações de Goethe na Alemanha é bastante sumária. O assunto mereceria ser aprofundado à luz de outras concepções, mais críticas e diferenciadas do que o é a idealista e entusiástica do classicismo e das suas realizações como «valores eternos», fontes de consolo e triunfo em crises individuais e históricas, sob cujo aspecto aqui é tratado. Outro defeito do livro é recorrer a conceitos imprecisos e em parte tópicos — como *Kulturreife*, *faustische Kultur*, *faustischer Mensch*, *faustische Natur* — e adoptar critérios estereis, para não dizer errados, como os da popularidade e da perfeição, como determinativos do clássico.

A. E. BEAU

1. Benno von Wiese, **Friedrich Schiller**. J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, Estugarda, s. d. — XXI, 867 pp. — 2. Gerhard Storz, **Der Dichter Friedrich Schiller**. Ernst Klett Verlag, Estugarda, s. d. — XII, 516 pp. — 3. Ursula Wertheim, **Schillers «Fiesco» und «Don Carlos». Zu Problemen des historischen Stoffes**. Beiträge zur deutschen Klassik, herausgegeben von den Nationalen Forschungs- und Gedenkstätten der klassischen deutschen Literatur in Weimar. Abhandlungen Band 7. Arion Verlag, Weimar, 1958. — 220 pp.

A comemoração em 1955 da morte de Schiller, ocorrida há 150 anos, e a proximidade do bicentenário do seu nascimento, a celebrar em 1959, era natural que — para além das homenagens oficiais e contribuições oportunas — dessem novos impulsos ao estudo do poeta e da sua obra. É certo que a investigação biográfica já há muito que pode considerar-se como chegada a conclusões definitivas nos pontos principais. Quanto, porém, à personalidade humana e intelectual e à actividade literária — poética, filosófica, historiográfica — de

Schiller e à sua obra, fez-se notar — e também há algum tempo — certo mal-estar entre os críticos perturbados pelos aspectos contraditórios das suas feições morais, preocupações, concepções e realizações estéticas. Assim, Kurt Hildebrand, ao analisar a atitude de extrema reserva que Schiller observou perante Hölderlin, seu adepto admirador, acaba por seriamente pôr em dúvida a sua integridade moral; Max Kommerell, ao incluir Schiller nos poetas-condutores do classicismo alemão — *Der Dichter als Führer in der deutschen Klassik* (1928) — considera a sua acção ética como superior à poética, e Melitta Gerhard, — no seu *Schiller* (1950) — enaltece o doutrinador filosófico-estético cujos escritos se lhe afiguram como mais importantes do que as suas realizações dramáticas. Embora estas apreciações se compreendam principalmente e em parte se justifiquem como reacções provocadas pela idealização e popularidade oficial, exploração oratória e escolar do poeta e da sua obra, não podiam deixar de por sua vez ser consideradas como discutíveis, impondo-se a sua revisão.

Benno von Wiese, no intuito de apresentar na sua integridade a existência e a obra do poeta, combina a exposição e documentação biográfica externa e interior com a análise genética e estrutural e interpretação histórico-literária, ideológica e estética, da obra, enquadrando tanto a vida como as atitudes, actividades e realizações de Schiller nas suas concretas condições históricas, sociológicas e intelectuais. Enquanto que a crítica e história literária se habituou a rigorosamente isolar a obra poética dos escritos filosóficos e da historiografia de Schiller — com acentuadas tendências para diminuir ou enaltecer o valor de uns em relação aos outros —, W. concebe a poesia, a filosofia e a história como elementos integrantes da obra de Schiller, intimamente correlacionados, complementares uns dos outros, representativos, na intensidade da sua expressão, de determinadas fases da evolução mental do poeta, e como tais pelo A. relacionados com a situação mental da sua época.

A salientar, a objectividade do juízo acerca do duque Carlos Eugénio, o relevo dado aos elementos religiosos na mentalidade de Schiller, ao dualismo intrínseco à sua concepção da vida enaltecida pelo entusiasmo que lhe inspira o culto da amizade e perturbada pela consciência da condição humana, mortal, dos amigos, o esboço do ambiente social e mental em que o poeta se formou, quer por ele instruído e orientado, quer contra ele rebelado, a concepção schilleriana da Natureza (comparada com a de Goethe), a valorização da obra narrativa de Schiller e a dos seus escritos hístoiográficos sob o aspecto da arte narrativa e comparando — num relance particularmente instrutivo — a sua situação na obra de Schiller com a análoga dos escritos relativos às ciências naturais na de Goethe, a discussão da crítica que censura Schiller pela ausência de noções históricas na sua concepção da história, a análise das baladas, dos dramas e dos fragmentos dramáticos.

Se o estudo das tragédias de Schiller neste livro repete, em parte resumida, em parte aprofundada, a sua interpretação religiosa, teológica, desenvolvida por W. em *Die deutsche Tragödie von Lessing bis Hebbel* (1958), o A. não deixa por outro lado de focar os limites da sua arte, nomeadamente os defeitos da representação dramática dos caracteres humanos e a insuficiência da tentativa de os compensar por retórica filológica ou lírica.

Exaustiva ao tratar da matéria complexa que encerra, segura no método que segue, clara e resuminda nas suas partes expositivas, extensa e bem documentada na parte doutrinária, ponderada e criteriosa nos juízos que formula, a presente biografia de Schiller da autoria de W. deve ser considerada como representativa.

O livro de Gerhard Storz limita-se a estudar Schiller como poeta. Não pretende revolucionar a valorização crítica da sua obra, propõe-se apenas investigar, analisar e descrever os elementos e os aspectos específicos do génio poético e da arte poética de Schiller, como se manifestam na sua obra dramática, lírica e narrativa, e ainda nos fragmentos dramáticos do seu espólio literário. Tal limitação implica a renúncia ao propósito de relacionar a obra composta e arquitectada com a vida vivida — renúncia baseada na convicção de que a obra de Schiller poeta não lança as suas raízes — como a de Goethe — nas emoções, experiências e vivências do seu autor. Implica mais a redução do valor do pensamento filosófico para a poesia ao da definição teórica de critérios da produção estética, e impõe, finalmente, o abandono das tentativas de interpretar as tragédias principais de Schiller como confissões metafísicas, representações dramáticas de ideias ou ideologias, das antinomias da liberdade e da necessidade, do espírito e da natureza, em vez de as compreender como produtos da arte, autónoma na concepção do próprio Schiller. Contudo, S. não deixa de completar o método estético-formal que adopta na análise criteriosa e penetrante da estrutura e composição, dos elementos genéticos e estilísticos das concepções e versões, de cada uma das obras, pelo heurístico que incide sobre o seu sentido e significado, e pelo histórico-comparativo, que procura integrá-las na evolução mental do poeta e literária da sua época.

Embora o A. não pretenda revolucionar a valorização da obra de Schiller os resultados do seu estudo não podem deixar de contribuir para a sua revisão precisamente à luz de critérios propriamente adequados para a sua apreciação estética. Além de se chegar a compreender a intensidade da preocupação de Schiller com a própria arte poética e o valor substancial desta mesma preocupação para as suas realizações poéticas, a interpretação destas baseada nos seus elementos estéticos devia definitivamente inutilizar qualquer tentativa de lhe atribuir significações ou intuítos extrínsecos, nomeadamente ideológicos. Assim, a interpretação aqui apresentada de *Die Räuber* a partir da sua própria substância e estrutura dramática, exclui como forçada e insuficiente a dum drama revolucionário, proclamação da liberdade; a do *Fiesco*, ao incidir sobre os elementos e objectivos teatrais característicos da peça como o poeta a concebeu, já não deixa margem para a sua classificação de drama político-moral; a de *Kabaie und Liebe*, apoiada na sua estruturação e na comparação da tragédia com o carácter e a situação das peças congêneres da época, não justifica a atribuição a ela de intentos políticos tendentes a provocar a revolução social; a crítica das incongruências estilísticas e perspectivicas dos elementos histórico e trágico no *Don Carlos* desvalorizam a sua qualificação de drama do idealismo entusiástico e humanitário da luta pela liberdade do pensamento; e à luz da análise dos elementos que compõem e caracterizam a *Jungfrau von Orléans* como «drama poético» a sua interpretação ideológica, cristã, além de topar com dificuldades insuperáveis, deixa de interessar.

A exploração metódica dos esboços e fragmentos dramáticos do espólio de Schiller além de contribuir essencialmente para a compreensão da gênese dos dramas concluídos e do significado dos seus próprios comentários, acaba por confirmar a doutrina desenvolvida pelo A., através do seu livro, quanto à importância que tiveram para o poeta a concepção das situações dramáticas e a preocupação com a estrutura do drama.

O A. dedica particular atenção ao estudo da linguagem de Schiller, examinando as suas características ainda na correspondência trocada com Goethe.

As conclusões a que chega a respeito de Schiller poeta, afiguram-se-nos como definitivas. De futuro, será impossível proceder-se a qualquer estudo da sua obra sem se recorrer ao livro de Storz.

Ursula Wertheim, no trabalho presente, limita-se a estudar dois dramas de Schiller, do período juvenil, analisando-os apenas sob o especto dos problemas inerentes à escolha da história como matéria dramática, atribuindo categoria estética à própria matéria, e considerando a investigação da sua escolha como de valor primordial para a apreciação crítica duma obra literária por a própria questão da matéria implicar a da sua plasmação estética.

Antes de proceder à análise do *Fiesco* e do *Don Carlos*, expõe as bases teóricas do seu trabalho, discutindo largamente os conceitos de *matéria literária* (elemento de existência pré-literária e extra-literária) e de *histórico* (no duplo sentido de passado e actual), e as distinções a fazer — na doutrina da A. — entre os conceitos de drama actual e drama histórico, ainda acentuadas pelas particularidades inerentes a matérias históricas nacionais e não-nacionais, ao drama nacional e ao «drama histórico», pelas qualidades que facilitam a exploração estética da matéria e a importância a atribuir-lhe sob o aspecto da história nacional e universal.

A análise dos dois dramas a que a seguir procede, é, em relação à sua teoria do drama histórico, circunstanciada e penetrante e a muitos respeito instrutiva. Na conclusão da A. e dentro da sua acepção, o *Fiesco* ainda não é um «drama histórico» por a sua matéria se reduzir à dum episódio do passado sem «projectão histórica». O *Don Carlos*, porém, atinge, dentro das mesmas concepções, a dignidade duma «tragédia histórica», em virtude da sua matéria que, além de representar um momento significativo da história universal, appareceria, na forma literária que Schiller lhe deu, relacionada com os problemas actuais da época do próprio poeta.

Se, ao opinar assim, a A. se mantém dentro da sua doutrina quanto ao conceito da dignidade histórica, a sua doutrina do valor estético inerente à própria matéria não se confirma, desde que não pode deixar de admitir que a matéria do *Fiesco*, apesar da sua insignificância histórica, foi propícia para a composição dramática por causa da unidade de acção do próprio episódio, enquanto que no *Don Carlos* são precisamente os elementos históricos que prejudicam a coerência da acção dramática e a unidade da composição da obra.

O trabalho de U. W., utilissimo na parte objectiva, documentada, deixa de o ser quando procura dar-lhe orientação ideológica de tendência actualizante. Esta tendência leva-a a atribuir ao drama histórico de Schiller significado político e polémico, por ela deduzido da integração do poeta no seu ambiente social, sem que, porém, tratasse de apresentar as provas documentais que

confirmassem estas suas deduções,—limita-se a formular hipóteses a esse respeito, enquanto que a parte da objectiva análise dos elementos constitutivos dos dramas aparece profusamente documentada. Desviada por esta orientação ideológica, vê no *Fiesco* a expressão dum entusiasmo republicano, antidespótico—que se teria inspirado em Alexandre Magno e César(!!)—quando a simples verdade é que Schiller, ao explorar o episódio da conjura de Veneza, se sentia atraído pelo aspecto do extraordinário e do sublime, do heróico e do violento que os caracteres dos rebeldes lhe ofereciam. O que principalmente, porém, atraiu Schiller para as matérias por ele dramatizadas, foram as situações dramáticas, humanas—independentemente do seu valor histórico e da sua actualidade política e social.

A. E. BEAU

Vida do Centro

Glossário medieval: Durante o ano de 1958, prosseguiu o trabalho de reunião num único verbete das várias fichas referentes à mesma palavra. Entretanto, o ficheiro existente na sede do Centro de Estudos Filológicos foi já utilizado na elaboração de novos glossários — principalmente na de glossários incluídos em dissertações de licenciatura em Filologia Românica apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa.

*

* *

Índice da «Revista Lusitana»: Encontra-se no prelo o índice da *Revista Lusitana* a que se fez referência no volume anterior deste *Boletim* (pgs. 408-409). Constituirá o vol. 8 da nova série de *Publicações* do Centro.

*

* *

Dificuldades técnicas têm demorado o aparecimento do vol. 7 da série de *Publicações*: *Monsanto. Etnografia e Linguagem*, por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Está prevista a sua distribuição antes do fim do ano de 1960.

Foram entretanto incluídas na série as novas obras seguintes: Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII* (vol. 9); Maria Adelaide Valle Cintra, *Bibliografia de textos medievais* (vol. 10); Maria da Graça Carpinteiro, *A novela poética de Sé-Carneiro* (vol. 11); Maria Helena de Novais Paiva, *Contribuição para uma estilística da ironia* (vol. 12).

*

* *

Edições críticas: Está prestes a sair do prelo a edição crítica das *Novelas do Minho* de Camilo Castelo Branco, preparada, com base na 1.^a edição e nos manuscritos conservados, por Maria Helena Mira Mateus.

*

* *

De 20 a 27 de Agosto de 1958, reuniu-se, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, um *Simpósio de Filo-*

logia Românica, sob a presidência de honra do Prof. Eremildo Viana, director da Faculdade, e a presidência efectiva do Prof. Ernesto de Faria, Chefe do Departamento de Letras clássicas e Vernáculas. Nesse Simpósio, o Centro de Estudos Filológicos esteve representado pelos Drs. José G. Herculano de Carvalho, da Universidade de Coimbra, Luís F. Lindley Cintra e Urbano Tavares Rodrigues, da Universidade de Lisboa, que apresentaram comunicações sobre, respectivamente: *Paradigma e corrente da fala. A propósito do vocalismo mirandês*; *Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*; *Teixeira Gomes e a reacção anti-naturalista em Portugal*.

Entre as outras comunicações apresentadas neste Simpósio, salientaremos as seguintes: Manuel Rodrigues Lapa, *A correcção estilística num poema tardio de Gonzaga*; Teodoro H. Maurer Jr., *A significação do emprego do infinito flexionado português para a solução do problema da sua origem*; Sílvio Elia, *Linguística ou filologia românica?*; Aires da Mata Machado Filho, *Como se reflectem na Universidade brasileira as actuais tendências da Filologia Românica*; António Houaiss, *Sobre alguns aspectos da recuperação fonética (a propósito da articulação de r e rr no português do Rio de Janeiro)*; Nelson Rossi, *A iotização de -lh- em algumas localidades baianas*; I. S. Révah, *Formation des parlers judéoespagnols des Balkans; comparaison avec la formation des parlers brésiliens*; Eugenio Asensio, *La lengua compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal*; Diego Catalán, *Genesis del Español Atlántico*; Manuel Alvar, *Estructura del léxico andaluz*.

*

* *

De 1 a 7 de Setembro, reuniu-se, em Porto Alegre, na Universidade do Rio Grande do Sul, o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em que o Centro de Estudos Filológicos esteve representado pelos seus colaboradores acima mencionados, que leram nesse Congresso as seguintes comunicações: José G. Herculano de Carvalho, *Síncronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo caboverdiano*; Luís F. Lindley Cintra, *Áreas lexicais no domínio linguístico português*. A Dra. Maria Adelaide Valle Cintra, também colaboradora do Centro, apresentou uma comunicação sobre: *Os inéditos do Dr. José Leite de Vasconcelos no campo da Dialectologia*.

Entre os trabalhos deste Congresso, incluiu-se a reunião de uma mesa redonda sobre o problema da adopção de um mesmo alfabeto fonético por todos os filólogos de língua portuguesa. Serviu de base para a discussão um projecto do Centro de Estudos Filológicos. Feitas as alterações que se julgaram convenientes, resolveu-se recomendar, nas conclusões, o emprego de um determinado alfabeto, que virá publicado nas Actas do Congresso e num dos próximos volumes deste *Boletim*. (Entretanto foi respeitado, a não ser em aspectos em que dificuldades técnicas de momento tornaram impossível fazê-lo, na publicação da monografia *Monsanto. Etnografia e linguagem* de Maria Leonor Carvalhão Buescu).

*

*

*

Os tomos XVIII (1959) e XIX (1960) deste *Boletim de Filologia* conterão as *Actas* do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, reunido em Lisboa de 31 de Março a 4 de Abril de 1959.

A impressão deste tomo
do *Boletim de Filologia*
concluiu-se no ano de 1960

INSTITUTO DE ALTA CULTURA
CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

Av. Cinco de Outubro, 297, 1.º E.—Lisboa-1 (Portugal)

PUBLICAÇÕES

BOLETIM DE FILOGIA

Redacção e administração:

CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS (Instituto de Alta Cultura).
Av. Cinco de Outubro, 297, 1.º E, Lisboa-1 (Portugal). Presidente da Direcção: Jacinto do Prado Coelho. Director das Publicações: Luís F. Lindley Cintra.

Publica-se, por ano, um tomo de cerca de 400 páginas, dividido em quatro fascículos.

Preços:

A partir do tomo VII: Portugal, Espanha e Brasil—cada tomo, 80\$00, fascículo avulso, 20\$00; outros países—cada tomo, 100\$00, fascículo avulso, 25\$00. Tomos I a VI: Cada tomo, 160\$00, fascículo avulso, 40\$00. O fascículo 2 do tomo I só se vende a compradores da colecção completa.

Separatas do «Boletim de Filologia» à venda

F. REBELO GONÇALVES, <i>A fala do Velho do Restelo. Aspectos clássicos deste episódio camoniano</i> . Lisboa, 1933, 76 págs. (Separata do t. I)	12\$00
M. RODRIGUES LAPA, <i>Uma versão desconhecida da 1.ª «Soledad» de Góngora</i> . Lisboa, 1935, 40 págs. (Separata do t. III)	10\$00
ABÍLIO ROSEIRA, <i>Vida do cativo monge confesso</i> . Lisboa, 1933, 52 págs. (Separata dos tomos I e III)	10\$00
ABÍLIO ROSEIRA, <i>Costumes de Semide</i> . Lisboa, 1935, 42 págs. (Separata do t. III)	10\$00
JOSEPH M. PIEL, <i>Os nomes germânicos na toponímia portuguesa (I e II)</i> . Lisboa, 1936 e 1945, 303 págs. (Separata do t. II e segs.)	80\$00
M. SAID ALI, <i>Verbos de significação e sintaxe variáveis</i> . Lisboa, 1939, 12 págs. (Separata do t. VI)	10\$00
W. BEINHAUER, <i>El españolismo del Quijote</i> . Lisboa 1939, 17 págs. (Separata do t. VI)	10\$00
FRANCISCA DE BARROS, <i>O Império da Língua Portuguesa</i> . Lisboa, 1938, 11 págs. (Separata do t. VI)	7\$50
GUNNAR TILANDER, <i>Uma tradução portuguesa desconhecida do tratado de cotraria do rei Dancus</i> . Lisboa, 1940, 20 págs. (Separata do t. VI)	10\$00

<i>Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural, à memória de Francisco Adolfo Coelho (I e II)</i> . Lisboa, 1949 e 1950. (Correspondente aos tomos X e XI)	160\$00
H. STEN, <i>L'infinitivo impessoal» et l'infinitivo pessoal» en portugais moderne</i> . Lisboa, 1952, 115 págs. (Separata do t. XIII) ...	15\$00
JACINTO DO PRADO COELHO, <i>O vocabulário e a frase de Matias Aires</i> . Lisboa, 1955, 23 págs. (Separata do t. XV)	10\$00
GIACINTO MANUPPELLA, <i>Bibliografia di Max Leopold Wagner</i> . Lisboa, 1955, 86 págs. (Separata do t. XV)	17\$50
SILVIA SKORGE, <i>Os sufixos diminutivos em Português</i> . Lisboa, 1959. 160 págs. (Separata dos tomos XVI e XVII)	40\$00
MÁRIO MARTINS, <i>Livros de Sinais dos Cistercienses Portugueses</i> . Lisboa, 1960, 65 págs. (Separata do t. XVII)	20\$00

Publicações do Centro de Estudos Filológicos

(Antiga série)

AFONSO X, o Sábio, <i>Cantigas de Santa Maria</i> (Rodrigues Lapa). Lisboa, 1933 (esgotado).	
GIL VICENTE, <i>Triunfo do Inverno</i> (Marques Braga). Lisboa, 1934	7\$50
LOPO D'ALMEIDA, <i>Cartas de Itália</i> (Rodrigues Lapa). Lisboa, 1935	7\$50
GIL VICENTE, <i>Auto chamado da Feyra</i> (Marques Braga). Lisboa, 1936	7\$50
RODRIGUES LAPA, <i>Livro de Falcoaria de Pero Menino</i> . Coimbra, 1931 (esgotado).	
RODRIGUES LAPA, <i>Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval</i> . Lisboa, 1934 (esgotado) — [Há novas edições da Coimbra Editora].	
DAVID LOPES, <i>Textos em Aljama Portuguesa</i> (nova edição). Lisboa, 1940	40\$00
R. DE SÁ NOGUEIRA, <i>Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa</i> . Lisboa, 1938 (esgotado).	
P. ^o DOMINGOS VIEIRA BAIÃO, <i>Elementos de Gramática Gangueia</i> . Lisboa, 1936	7\$50
P. ^o DOMINGOS VIEIRA BAIÃO, <i>Dicionário Gangueia-Português</i> . Lisboa, 1939	7\$50
<i>Bibliografia Filológica Portuguesa</i> (Bibliografia crítica em verbetes). Estão publicados 1494 verbetes. Cada série de 50 verbetes	7\$50
<i>Bibliografia Científico-Literária</i> . Estão publicados 3100 verbetes. Cada série de 100 verbetes	5\$00

(Nova série)

- 1 — CARLOTA DE ALMEIDA CARVALHO, *Glossário das Poesias de Sá de Miranda*. Lisboa, 1953. 476 págs. 80\$00
- 2 — DELMIRA MAÇÃS, *Os Animais na Língua Portuguesa*. Lisboa, 1951. 432 págs. 60\$00
- 3 — MARIA DE LOURDES BELCHIOR PONTES, *Bibliografia de António da Fonseca Soares (Frei António das Chagas)*. Lisboa, 1950. 128 págs. 20\$00
- 4 — GIACINTO MANUPPELLA, *Os Estudos de Filologia Portuguesa de 1930 a 1949 — Subsídios Bibliográficos*. Lisboa, 1950. 248 págs. 50\$00
- 5 — MARIA DE LOURDES BELCHIOR PONTES, *Frei António das Chagas*. Lisboa, 1953. 521 págs. 100\$00
- 6 — MARIA ADELAIDE VALLE CINTRA, «*Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho*». Edição crítica e glossário. Lisboa, 1957. 206 págs. 70\$00
- 7 — MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU, *Monsanto. Etnografia e Língua* (no prelo).
- 8 — *Índices da Revista Lusitana*. Director: José Leite de Vasconcelos. Vols. I-XXXVIII (1887-1941) (no prelo).
- 9 — LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA, *A Língua dos Foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa, 1959. 716 págs. 250\$00
- 10 — MARIA ADELAIDE VALLE CINTRA, *Bibliografia de Textos Medievais Portugueses*. Lisboa, 1960. 80 págs. 20\$00
- 11 — MARIA DA GRAÇA CARPINTEIRO, *A Novela Poética de Mário de Sá-Carneiro*. Lisboa, 1960. 104 págs. 35\$00
- 12 — MARIA HELENA DE NOVAIS PAIVA, *Contribuição para uma Estilística da Ironia* (no prelo).

PEDIDOS À

LIVRARIA SÁ DA COSTA

RUA GARRETT, 100-102
LISBOA-2 (PORTUGAL)